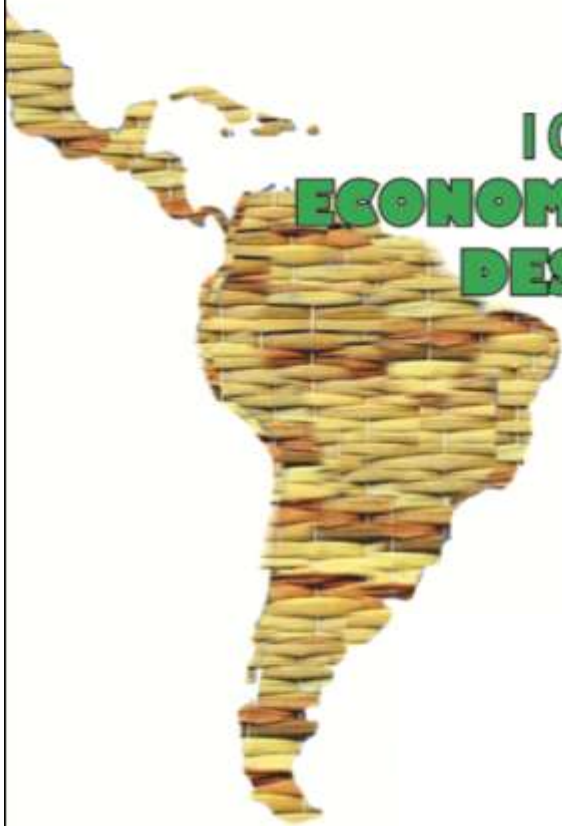


# I CIEPS

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL:**  
diálogo Brasil-Cuba





**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL:  
diálogo Brasil-Cuba**

# ANAIS

## I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: diálogo Brasil Cuba

Feira de Santana, 2016

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SECRETARIA DO  
TRABALHO, EMPREGO,  
RENDA E ESPORTE

SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL

**BAHIA**  
GOVERNO DO ESTADO

**I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento  
Local: diálogo Brasil - Cuba**

Feira de Santana, *campus* central da UEFS, 16 a 18 de março de 2016.

**ANAIS**

**ISSN: 2448-0436**

**Realização:**

Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS

**Apoio:**

Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia

Equipe de Estudo e Educação Ambiental – EEA

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado

C7591 Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e  
Desenvolvimento Local (1.: 2016: Feira de Santana, Bahia)  
Anais [do] I Congresso Internacional de Economia Popular e  
Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil-Cuba,  
16-18 de março de 2016, Feira de Santana – BA [recurso  
eletrônico] / Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e  
Solidária da UEFS. – Feira de Santana: IEPS-UEFS, 2016.  
539 p.

ISSN: 2448-0436

1. Economia solidária. 2. Economia popular. 3. Desenvolvimento  
local. I. Título.

CDU: 334

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Ferreira Rocha da Silva (Voluntária da IEPS/UEFS), Ana Regina Messias (Técnica Universitária - UEFS), Angélica Correia Lopes (bolsista iniciação científica UEFS), Áurea Chateaubriand Andrade Campos (Professora UEFS), Bárbara Silva Correia de Souza (discente UEFS), Betânia Silva Bastos (bolsista extensão UEFS), Cléo Emidio dos Santos Lima (Mestrando UEFS), Davi Mendes Leite (bolsista extensão UEFS), Emile Lima Oliveira (bolsista iniciação científica UEFS), Flávia Almeida Pita (Professora UEFS), Geisiane dos Santos Silva (bolsista iniciação científica UEFS), Hudson Silva dos Santos (IFBA - Mestrando UFF), Ibrahim Amhed León Teles (Professor Universidad de Granma, Cuba), João Silva Dias de Oliveira Neto (discente UEFS), Joilton Aguar da Silva (bolsista monitoria UEFS), José Raimundo Oliveira Lima (Professor UEFS), José Roberto Silva de Souza (bolsista iniciação científica UEFS), Juliana de Freitas Silva (bolsista iniciação científica UEFS), Leonardo Augusto Nascimento dos Santos (Técnico IFBA), Libania Araujo Silva (bolsista extensão UEFS), Liz da Silva Guimarães Conceição (bolsista acadêmica UEFS), Liziany Cerqueira Santos (bolsista iniciação científica UEFS), Lucivania da Silva Moura (bolsa técnica - NIT/UEFS), Marcela Prest (bolsista iniciação científica UEFS), Maria Luiza Souza Mendes de Araujo (bolsista iniciação científica UEFS), Paloma Amorim de Brito (bolsista iniciação científica UEFS), Paula Verena de Freitas Sousa Barbosa (discente UEFS), Pedro Castro Contreras (Professor. Universidad de Granma, Cuba), Rafael Rattes Santos (bolsista iniciação científica UEFS), Sara da Silva Araújo (discente UEFS), Sara de Souza Silva (bolsista extensão UEFS), Vera Letícia de Oliveira Silva (bolsista iniciação científica UEFS), Wesley Freire dos Santos (bolsista iniciação científica UEFS).

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Dra. Acácia Batista Dias (UEFS)  
Ms. Aurea Chateaubriand Andrade Campos (UEFS)  
Dr. Carlos Eduardo Cardoso de Oliveira (UEFS)  
Dr. Casimiro Manuel Marques Balsa (FCSH/universidade Nova de Lisboa)  
Cléo Emidio dos Santos Lima (Mestrando UEFS)  
Dr. Eduardo José Fernandes Nunes (UNEB)  
Ms. Emmanuel Oguri Freitas (UEFS)  
Ms. Flávia Almeida Pita (UEFS)  
Dr. Genival Correia de Souza (UEFS)  
Dr. Gildásio Santana Junior (UESB)  
Ms. Henrique Oliveira de Andrade (IFBA)  
Hudson Silva dos Santos (Mestrando UFF)  
Dr. Ibrahim Amhed León Teles (Universidad de Granma, Cuba)  
Ms. João Batista Oliveira Lima  
José Caetano de Jesus (Mestrando UEFS)  
Dr. José Raimundo Oliveira Lima (UEFS)  
Ms. Leonardo Augusto Nascimento dos Santos (IFBA)  
Ms. Marcos Antonio Tavares (UESB)  
Ms. Maria José Andrade de Souza (UFF)  
Ms. Olinto Silveira Alves Filho (Doutorando UFS)  
Dr. Pedro Castro Contreras (Universidad de Granma, Cuba)  
Dr. Pablo Rodrigo Fica Piras (UEFS)  
Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (UFRN-SENAES)  
Dra. Ronalda Barreto Silva (UNEB)  
Esp. Rui Caldas Brandão (FTC)  
Dr. Saulo José Rocha (UEFS)  
Dr. Sergio Henrique da Conceição (UNEB)  
Dra. Tatiana Ribeiro Velloso (UFRB)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>GRUPO DE TRABALHO 01 - ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....	21
<b>ARTIGOS</b> .....	22
DO GLOBAL AO LOCAL- A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO: UM CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA.....	23
ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES RURAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA-BAHIA. ....	38
O SUJEITO DA ECONOMIA POPULAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE FEIRA DE SANTANA (1968) .....	49
TURISMO DE EXPERIENCIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO – SE .....	66
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SERRINHA: LAÇOS FINANCEIROS NA LUTA CONTRA A POBREZA.....	80
AS MULHERES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO CULTARTE .....	99
UMA ANÁLISE DO TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS FORMADOS POR MULHERES .....	111
O EMPODERAMENTO DA MULHER ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO ALTERNATIVA PARA EMPREGO E RENDA.....	126
REFLEXÕES A PROPÓSITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DE CIDADANIA VELHO CHICO - BA A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES DE MULHERES RURAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AUTONOMIA.....	136
ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO SOCIOECONÔMICA PARA MULHERES NO TERRITÓRIO DO SISAL NA BAHIA. .....	148
MÉTODOS E TECNOLOGIAS A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMUNITÁRIO DE QUILOMBOS .....	164
PRODUÇÃO ASSOCIADA, SABERES E BEM VIVER: MÚLTIPLOS OLHARES A PARTIR DA PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL E IMATERIAL EM COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS DE MATO GROSSO.....	183
ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMININA – O CASO DAS BEIJUZEIRAS DA TAPERA .....	198
O LÁPIS E A ENXADA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA E UM SABER PARA UM NOVO PARADIGMA NA AGRICULTURA .....	211

JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: IMPLICAÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CAMPO E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	224
ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – FAZENDA NOVA CANAÃ, IRECÊ - BA. ....	234
USO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	248
“A FUGA DAS ABELHAS”: ALERTA SOBRE UM POSSÍVEL “COLAPSO DA COLÔNIA” E IMPACTO NA ECONOMIA DO TERRITÓRIO DE IRECÊ.....	259
<b>RESUMOS</b> .....	270
O PAPEL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE : ECONOMIA SOLIDÁRIA, SUSTENTABILIDADE E A RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL SUL/SERGIPANO .....	271
O PAPEL DA PASTORAL DA CRIANÇA COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CIDADE DE MONTES CLAROS .....	272
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES DE ÁGUA FRIA, CAPIM GROSSO E MONTE SANTO, BAHIA. ....	275
A CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS NA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E RENDA DO RECÔNCAVO BAIANO .	277
O ARTESANATO COMO ALTERNATIVO DE TRABALHO E RENDA NA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SANTO ESTEVÃO – AASE.....	278
JUVENTUDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO DOS JOVENS NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	280
DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA NA RMS: UM ESTUDO SOBRE A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO. ....	281
DIAGNOSTICO DA DIVERSIDADE DOS CULTIVOS AGRÍCOLAS E PERFIL DOS AGRICULTORES DE SANTO ESTEVÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL .....	283
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	284
<b>RELATOS DE EXPERIÊNCIA</b> .....	287
COOPERATIVA COSTURANDO IDEIAS - COOPERCID.....	288
PENSART - GRUPO DE GERAÇÃO DE RENDA DO PROJETO VENCER JUNTOS .....	288
GRUPO MARIA MARISQUEIRA.....	289



MULHERES GUERREIRAS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE VILA FELIZ .....	291
GRUPO PRODUTIVO DE MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES NOVA ESPERANÇA.....	292
REDE MORRINHOS .....	293
<b>GRUPO DE TRABALHO 02 - INCUBAÇÃO DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: PROCESSO EDUCATIVO DE TRABALHO EM ESPAÇOS POLÍTICO-PEDAGÓGICO .....</b>	<b>295</b>
<b>ARTIGOS .....</b>	<b>296</b>
METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA .....	297
OS DILEMAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS DO MST: UMA EXPERIÊNCIA NA INCUBA DA UFRB .....	312
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE APOIO À INCLUSÃO PRODUTIVA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS .....	326
EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS DO PROGRAMA DE AÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNESC.....	338
O PROCESSO EDUCATIVO DE INCUBAÇÃO DO PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERMASOL .....	351
O DINHEIRO COMO VETOR DE CONTAMINAÇÃO DOS ALIMENTOS: UM ESTUDO NAS CANTINAS SOLIDÁRIA I E VII DA UEFB.....	365
<b>RESUMOS .....</b>	<b>377</b>
INSTITUIÇÕES SOLIDÁRIAS: CONSTRUINDO SABERES E CONCEITOS ATRAVÉS DA VIVÊNCIA COLETIVA. ....	378
A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS FEIRAS LIVRES DE FEIRA DE SANTANA- BAHIA: POR UMA PARCERIA COM AS INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.....	379
FEIRA DA SAPUCAIA: EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO COLETIVA EM CRUZ DAS ALMAS, BA. ....	382
CANTINAS SOLIDÁRIAS: FORMAÇÃO EM BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS.....	383
<b>RELATOS DE EXPERIÊNCIA .....</b>	<b>385</b>
REDE GPR - REDE DE GRUPOS DE PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA .....	386
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER PARA SERVIR.....	386
<b>GRUPO DE TRABALHO 03 - SOCIEDADE, ESTADO, ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.....</b>	<b>388</b>
<b>ARTIGOS .....</b>	<b>389</b>

“RECICLA UFJF”: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E UNIVERSIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO .....	390
A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	403
AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA, DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E DO PORTAL DO SERTÃO: A EXPERIÊNCIA DO NEDET/UFRB .....	415
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA.....	420
ECONOMIA SOLIDÁRIA: INVESTIGAÇÃO EM PERIÓDICOS NACIONAIS.....	433
CONTRIBUIÇÕES DE COOPERATIVAS EDUCACIONAIS NO INGRESSO AO NÍVEL SUPERIOR: O CASO DA COOPEISE .....	447
CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE – CACHOEIRA-BAHIA-BRASIL.....	467
POLÍTICAS PÚBLICAS E O PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	479
GRAU DE FORMALIDADE E DIREITOS TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL.....	493
<b>RESUMOS</b> .....	518
PROGRAMA MAIS GESTÃO: NOVOS HORIZONTES PARA O CURSO DE TECNÓLOGO DE GESTÃO DE COOPERATIVA DA UFRB .....	519
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA BREVE ANÁLISE DA ARCO SERTÃO CENTRAL.....	520
A COMUNICAÇÃO DAS LUTAS POPULARES: OS DESAFIOS DO MOC PARA FORTALECER A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	523
PAA: MECANISMO PARA A SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CONCEIÇÃO DA FEIRA- BA .....	524
TURISMO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE NO POVOADO CRASTO – SE .....	526
<b>RELATOS DE EXPERIÊNCIA</b> .....	528
REDE DE HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS E LITÚRGICAS - RHOL .....	529
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NA BACIA DE CAMPOS – FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA – PEA FOCO.....	530
INSTITUTO PACATU.....	532

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE IRARÁ/ BAHIA.....	533
PROJETO ZÉ DAS CONGAS .....	534
RAÍZES DO SERTÃO .....	535
RECORTES - REDE DE COSTURA DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	536
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB .....	537

## APRESENTAÇÃO

A *Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS)* vem desenvolvendo suas atividades, como programa de extensão e projeto de pesquisa, desde 2008. Simultaneamente, docentes, técnicos e discentes dividem seus saberes no *Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL)*.

Durante este período, o conhecimento produzido e as experiências compartilhadas, tanto com a comunidade quanto com o mundo acadêmico, têm se acumulado, tendo sido a intenção do evento apresentá-las de modo sistemático, a partir dos principais eixos temáticos desenvolvidos pela IEPS-UEFS.

O evento pretendeu, especialmente, dentro deste enfoque, consolidar e divulgar os diálogos que vem sendo mantidos com pesquisadores cubanos da Universidade de Granma, a partir do *V Congresso Cubano de Desarrollo Local e V Taller Internacional de Desarrollo Local*, realizado em março de 2015, em Bayamo, Cuba. Esta é também oportunidade, portanto, para divulgar, fortalecer e planejar as atividades de pesquisa, extensão e ensino que frutificam a partir de proposta de convênio de colaboração acadêmica entre a UEFS e a Universidade de Granma.

De modo a proporcionar o encontro entre as diferentes visões acerca dos temas propostos, privilegiando tanto o olhar acadêmico quanto os saberes e experiências populares, as atividades do Congresso foram delineadas a partir de três grupos de trabalho.

No Grupo de Trabalho denominado *Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Local* partiu-se da seguinte pergunta: quais são os caminhos para que a produção coletiva, sob os princípios e tipologias da Economia Popular e Solidária, conduza ao Desenvolvimento Local Solidário e, assim, à justa distribuição de um Bem Viver? Pretendeu-se, a partir desta questão, reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que pensem concepções de Desenvolvimento Local que, diferentemente da perspectiva hegemônica tradicional, privilegiem a construção, ou reconstrução, de relações identitárias, orgânicas, que traduzam a cultura, o cotidiano, o entorno geográfico, os saberes e valores populares.

No Grupo de Trabalho denominado *Incubação de iniciativas da economia popular e solidária: processo educativo de trabalho em espaços político-pedagógico* objetivou-se reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que vivenciem ou reflitam acerca do processo de incubação enquanto espaço educativo-dialógico-político de organização da classe trabalhadora na perspectiva de uma outra Economia, que priorize as ações em redes de produção associada e o trabalho coletivo em tipologias como cooperativas, outras sociedades não empresariais, associações ou grupos informais.

Por fim, no Grupo de Trabalho *Sociedade, Estado, Economia Popular e Solidária*, partiu-se da constatação de que a Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que já ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica que emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante. Suas práticas mantêm intensa relação com aspectos locais da cultura, do ambiente, dos arranjos sociais e políticos, assim como estão a exigir a construção de estratégias de educação e políticas públicas específicas, que vão na contramão do modo hegemônico de produzir, circular e dividir os bens resultantes do trabalho humano. Perguntava-se, então: qual o papel que assume o Estado neste contexto? O último Grupo de Trabalho reuniu, assim, pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que trouxeram à reflexão as relações entre Economia Popular e Solidária e as instituições políticas, políticas públicas, a Administração Pública, o Direito (marco legal da Economia Popular e Solidária, pluralismo jurídico, meios de solução de conflito e Economia Popular e Solidária).

Foram selecionados para apresentação tanto relatos de experiências de trabalho cooperado, ou de sua organização, trazidos por grupos de trabalhadores e trabalhadoras ou por entidades de fomento e apoio de tais iniciativas, quanto resultados de pesquisa ou extensão produzidos dentro dos padrões acadêmicos.

Os presentes Anais compõem-se, nesse passo, dos trabalhos efetivamente apresentados no Evento, em suas três modalidades:

i) versão escrita enviada pelos seus Autores e Autoras, em forma de artigos acadêmicos, de parte das comunicações orais efetivamente apresentadas nos Grupos de Trabalhos do Evento;

ii) resumos simples dos pôsteres apresentados;

iii) síntese dos relatos de experiência apresentados, no âmbito dos Grupos de Trabalho, por entidades de fomento e por trabalhadoras e trabalhadores da Economia Popular Solidária; neste caso, serviram de base para os textos que compõem este anais tanto as observações relatadas pelos coordenadores dos GTs, quanto as informações prestadas pelos grupos/entidades no ensejo da submissão da proposta à Comissão Científica do Evento.

A combinação entre as comunicações orais e os relatos de experiência renderam momentos ricos e instigantes, que comprovaram que o modelo não é apenas viável: ele se revelou uma metodologia muito profícua, demonstrando-se o quanto imprescindível é o encontro entre a visão acadêmica e a perspectiva do saber popular na busca de respostas para as questões enfrentadas pela Economia Popular Solidária.

Deve-se destacar, ainda, que simultaneamente ao I CIEPS ocorreu a *Feira de Economia Popular e Solidária da UEFS*, com a exposição e comercialização de produtos de iniciativas da Economia Popular e Solidária e atividades culturais, alargando o espaço de trocas, aprendizado e convívio dos participantes do Evento.

O *I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil Cuba* conseguiu reunir trabalhadores e trabalhadoras, extensionistas, pesquisadores, professores, professoras e estudantes de várias localidades da Bahia, do Brasil e da América Latina.

Foram ao todo aprovados para apresentação do I CIEPS 84 comunicações orais, 32 pôsteres e 28 relatos de experiência, de autoria de pesquisadores, estudantes, entidades e trabalhadores de diferentes regiões da Bahia, diversos Estados brasileiros e de outros países da América Latina (Cuba, Chile, Equador e México). Dos trabalhos aprovados foram efetivamente apresentados, durante os três dias do Evento, 55 comunicações orais (65,5%), 18 pôsteres (56,2%) e 17 relatos de experiência (60,7%).

Os números revelam por si, por um lado, o quanto exitosa foi a experiência do I CIEPS – especialmente tendo-se em conta que passamos hoje por graves restrições orçamentárias nas Universidades – e, por outro, em especial, o quanto as questões postas em seu temário instigam, preocupam e estimulam pessoas em busca de alternativas ao modo capitalista de produzir.

Uma síntese dos principais temas, conclusões e bandeiras de luta que são empunhadas no contexto do trabalho coletivo autogestionário e do desenvolvimento local, salientadas pelas coordenações dos grupos de trabalho a partir das discussões desenvolvidas nos Grupos de Trabalho, foram reunidas no documento que ganhou o nome de *Carta do I CIEPS*, que também integra estes Anais, e cuja elaboração foi prevista na metodologia do Evento porque se compreende o papel político da extensão e pesquisa universitárias, assumidamente presente em cada um dos objetivos que compõem a Carta de Princípios da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular Solidária da UEFS:

Estimular a geração de trabalho e renda de iniciativas da economia popular e solidária visando à construção da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo e sua inserção econômica e social:

I. Contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional, especialmente por meio do processo educativo de incubação de iniciativas da economia popular e solidária;

II. Consolidando um espaço para realização de trabalhos por parte dos servidores docentes e técnicos administrativos, discentes (bolsistas ou voluntários), no âmbito da economia popular e solidária com a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão;

III. Fortalecendo as ações institucionais com a comunidade regional e a sociedade em geral, buscando uma relação dialógica horizontal, crítica e construtiva;

IV. Contribuindo para que a UEFS se consolide como um espaço de produção e socialização de conhecimento qualificado e socialmente relevante;

V. Atuar na economia popular e solidária priorizando o circuito das redes solidárias ao invés dos mercados;

VI. Estabelecer um diálogo complementar entre o saber científico e o saber popular, visando a integralidade dos processos educativos da economia popular e solidária voltado para o desenvolvimento territorial;

VII. Participar da implementação de políticas públicas que apresentem caráter articulador e integrador do circuito econômico popular e solidário.

Neste mesmo espírito, a grave crise institucional pela qual passa a já frágil Democracia brasileira também foi objeto de grande preocupação dos participantes do Evento, realizado justamente quando se concretizavam os arranjos políticos que conduziram ao início do processo de *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, ainda em andamento.

Disto resultou a aprovação unânime, na sessão de encerramento do Congresso, realizada em 18 de março de 2016, da *Moção de Repúdio à Tentativa*

*de Golpe de Estado* que também se faz publicar nestes Anais. Seu conteúdo, infelizmente, prenunciava os acontecimentos que ora vivenciamos com o afastamento da Presidenta eleita, retração do espírito e das políticas voltadas para a redução das desigualdades e das injustiças sociais e avanço dos interesses das bandeiras neoliberais e conservadoras em todos os campos, como a educação, saúde, reconhecimento de direitos dos povos tradicionais, igualdade de gênero, liberdade sexual, cultura e, em especial, na Economia Popular Solidária.

Este também é ensejo, assim, para reforçar o repúdio manifestado naquela ocasião e a necessidade de vigília na resistência das lutas populares.

O I CIEPS, como se vê, proporcionou aos participantes uma oportunidade de troca e produção de conhecimentos, de encontro entre o saber popular e científico e de diálogo alegre, respeitoso, engajado e frutífero entre pessoas que comungam da intenção de contribuir para um mundo mais igual, por relações de trabalho mais justas e solidárias, por uma vida regida por valores que nos aproximem da essência de ser *humano*.

A equipe da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana agradece a todos e todas que contribuíram para que isso fosse possível.

Deseja-se que a diversidade e riqueza dos textos revelem o espírito deste feliz Encontro, e que sirvam de inspiração para aqueles e aquelas que acreditam que há uma outra forma possível de se relacionar, produzir, trocar e construir a existência.

**INCUBADORA DE INICIATIVAS DA  
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA UEFS**



## **CARTA DO I CIEPS - I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: diálogo Brasil-Cuba**

O I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: diálogo Brasil-Cuba, realizado em Feira de Santana-BA de 16 a 18 de março de 2016 na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil, constituiu-se em um espaço político-acadêmico-popular que buscou, entre as poucas oportunidades possíveis, articular discussões de pesquisa e extensão que representam anseios de diálogos a muito manifestados através dos conhecimentos e saberes populares e locais, no intuito de mostrar que existem possibilidades de se fazer um desenvolvimento numa outra lógica socioprodutiva, distante da tão propalada competitividade excludente da economia convencional.

É nesse contexto que a economia popular e solidária, por via da produção associada, mostra-se como alternativa para aqueles que preferem o trabalho coletivo, cooperado, solidário e autogestionário como possibilidade concreta de empoderamento individual, coletivo e comunitário, a lastrear uma outra forma de desenvolvimento, o desenvolvimento local solidário.

Das discussões desenvolvidas tanto nos espaços em formato acadêmico (grupos de trabalho, conferências e painéis) do I CIEPS, quanto no diálogo livre proporcionado pela Feira de Economia Popular e Solidária da UEFS (destacando-se, nela, a experiência da adoção de moeda social), foram, então, selecionadas as seguintes proposições, que pretendem servir como balizas e inspiração para as lutas que estão a exigir os ideais inspiradores da organização do Congresso e seus participantes:

- 1) A Economia Popular e Solidária emerge de reações às imposições do capitalismo globalizante e suas práticas mantêm intensa relação com aspectos locais da cultura, do ambiente, dos arranjos sociais e políticos, assim como estão a exigir a construção de estratégias de educação e políticas públicas específicas para o enfrentamento ao modo hegemônico de produzir, circular e dividir os bens e serviços resultantes do trabalho humano.

2) Pontua-se que a economia popular solidária não pode ser confundida com filantropia ou com economia “para pobres”, nem pode albergar o discurso do empreendedorismo que vem caracterizando fortemente a atual fase neoliberal do capitalismo, em tempos de flexibilização dos direitos do trabalhador, terceirizações e outras formas de exploração do trabalho. Se a lógica da empresa capitalista está presente, marcada pela competição, desvalorização do trabalho e mercantilização das relações, a famosa “cultura do auto-emprego” nada mais faz do que atender o mercado, enfraquecendo as lutas e conquistas da classe trabalhadora.

3) É imperiosa a mobilização política para a construção de marco legal e burocrático capaz de espelhar as estruturas produtivas ou organizativas e demandas da classe trabalhadora, na perspectiva de uma outra Economia, priorizando-se as ações em redes de produção associada e o trabalho coletivo em tipologias e procedimentos de fato sensíveis às suas características e realidade. Destacam-se, também, a adaptação do sistema tributário e previdenciário, a construção de vias de acesso à justiça genuinamente populares, a proteção contra a exploração do trabalho e mecanismos jurídicos, inclusive procedimentais, de garantia contra a discriminação baseada em gênero, opção sexual, “raça” e da proteção aos direitos das crianças, jovens e idosos e idosas.

4) Nesse passo, aponta-se a dificuldade de reconhecimento e o desinteresse do poder público local por genuínas práticas e políticas de economia popular e solidária, seja pela burocracia imposta, pela falta de transparência, impessoalidade e controle na aplicação dos recursos, seja pelo descumprimento de diretrizes nacionais e internacionais de fomento e estímulo ao saber popular, conhecimento local e tecnologias sociais.

5) Destaca-se a necessidade de priorizar a capacitação política e técnica e encorajamento das iniciativas de economia popular e solidária para organização em redes e cadeias de produção comercialização, consumo e finanças solidárias, estimulando-se a identificação de aspectos endógenos para o desenvolvimento territorial e local que transformem as potencialidades naturais em riquezas de forma sustentável.

6) Evidencia-se a importância da criação de fundo de financiamento com recursos federais, estaduais e municipais para incentivo às iniciativas de economia popular e solidária, em detrimento do foco no microempreendedor individual e da

micro e pequena empresa que atuam sob a lógica do individualismo e da competição, capturados por uma lógica que contradiz os interesses dos que possuem apenas o fator de produção trabalho.

7) Salienta-se a importância do resgate de formas tradicionais de trabalho e de produção e transmissão de conhecimento, desvalorizadas ou mesmo despercebidas sob séculos de preconceito, ainda presentes nos diferentes arranjos comunitários resistentes dos povos tradicionais – indígenas, quilombols, comunidades ribeirinhas, de fundos e fecho de pasto etc.

8) Imperioso é o fortalecimento dos processos de incubação que integrem de forma articulada ensino, pesquisa e extensão, a partir das dimensões presentes nos movimentos de economia popular e solidária por políticas públicas, dinamizados pela educação popular, tecnologias sociais e práticas educativas politico-metodologicamente adequadas aos ambientes tanto urbanos quanto rurais.

9) Demonstra-se politicamente oportuna e necessária a criação em Feira de Santana de fórum de autogestão a partir das iniciativas produtivas da economia popular e solidária, assim como de organização de classe que associe trabalhadores envolvidos nas diversas atividades de economia popular e solidária, a partir das discussões pautadas nas iniciativas produtivas, nas incubadoras e demais entidades de fomento e no fórum local de economia popular e solidária.

10) Pontua-se, por fim, a necessidade de consolidação de espaços de encontro e publicação para pesquisa, extensão e experiências reais da economia popular solidária e do desenvolvimento local solidário, destacando-se, neste contexto, tanto o papel da Universidade Pública socialmente referenciada, quanto o da constituição de redes de pesquisa que conjuguem diferentes perspectivas locais e regionais, especialmente no âmbito da América Latina – cujas peculiaridades históricas e culturais estão a exigir a ainda pendente descolonização do modo de compreender e vivenciar a realidade.

## MOÇÃO DE REPÚDIO À TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO

Os participantes do *Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil-Cuba*, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, reunidos na assembleia de encerramento do evento, aos 18 dias do mês de março de 2016, vêm a público informar que foi aprovada à unanimidade **MOÇÃO DE REPÚDIO à tentativa de golpe de Estado**, a despeito do posicionamento crítico diante do governo da Presidenta Dilma Rousseff, **manifestando sua indignação com as condutas assumidas pelos Poderes Judiciário e Legislativo, que importam em desrespeito à escolha democrática dos brasileiros e brasileiras, à ordem constitucional e aos direitos civis, sociais e políticos.**

A Organização do Evento faz deste também ensejo para manifestar seu repúdio à política do Governo Estadual de sucateamento das Universidades Públicas Estaduais, solidarizando-se com os servidores terceirizados, servidores técnicos e estudantes, que, na última semana, promoveram paralisações de protesto. Os cortes das verbas públicas destinadas às Universidades Estaduais, e a perda paulatina de autonomia para sua destinação, impactam especialmente sobre a manutenção das políticas de permanência estudantil e sobre os trabalhadores e trabalhadoras precarizados pelas terceirizações e outras formas de sucateamento do serviço público.

## **GRUPO DE TRABALHO 01 - ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Quais são os caminhos para que a produção coletiva, sob os princípios e tipologias da Economia Popular e Solidária, conduza ao Desenvolvimento Local Solidário e, assim, à justa distribuição de um Bem Viver? Pretende-se, a partir desta questão, reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que pensem concepções de Desenvolvimento Local que, diferentemente da perspectiva hegemônica tradicional, privilegiem a construção, ou reconstrução, de relações identitárias, orgânicas, que traduzam a cultura, o cotidiano, o entorno geográfico, os saberes e valores populares.

## ARTIGOS

## DO GLOBAL AO LOCAL- A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO: UM CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

Mateus Marcos Souza de Moraes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O cooperativismo enquanto doutrina intermediária agrega em sua gênese duas características principais: (i) apego à manutenção da individualidade humana e o (ii) ideal equânime em sua estrutura e mecanismos de ação, tudo isso sustentado na ideia de intervenção e minimização de mazelas socioeconômicas reproduzidas pelo sistema capitalista. Cabe ressaltar aqui, que este trabalho é resultado de uma aproximação inicial acerca à doutrina cooperativista realizada anterior a um estudo monográfico já concluído sobre o cooperativismo em São Felipe. Porém, o objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão de literatura pautada em quatro escalas geográficas (Mundial, Nacional/Estadual e local- município de São Felipe-), apresentando alguns marcos históricos da doutrina cooperativista e compartilhando algumas experiências de cooperativas rurais, especialmente, em escala local. No que concerne aos procedimentos metodológicos, estes se basearam no levantamento bibliográfico e na análise documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperativismo. Escalas geográficas. Cooperativas formais.

### 1 INTRODUÇÃO

O mundo capitalista imediatista já apresenta sinais de saturação, as transnacionais não encontram o grande mercado consumidor em expansão, em vários setores sociais, como em décadas passadas, sem falar no descrédito que o capitalismo, no seu modelo atual, vem ganhando no que concerne à sua capacidade de agir em prol da melhoria das condições de vida da população mundial. Nesse contexto, algumas formas de organização social como as cooperativas, despontam como possíveis atenuadores de mazelas.

O cooperativismo é considerado uma doutrina intervencionista, pois busca conviver com o capitalismo ao passo que também age em prol da minimização da desigualdade e pobreza a partir de ações coordenadas e orientadas para um objetivo comum. Sustentado por sete princípios basilares, o cooperativismo foi sistematizado pelo francês Charles Gide e as entidades que seguem o pensamento cooperativista são as cooperativas.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS. Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB. E-mail: mts.ssf@hotmail.com

Considerando escalas distintas é possível eleger, a partir da importância histórica, marcos importantes e que se fazem *sine qua non* para o entendimento da doutrina cooperativista e de sua espacialização pelo mundo. Partindo deste pensamento, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão de literatura pautada em quatro escalas geográficas (Mundial, Nacional/Estadual e local-município de São Felipe-), apresentando alguns marcos históricos da doutrina cooperativista e compartilhando experiências de cooperativas formais, especialmente, em escala local.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, este trabalho baseou-se, no levantamento bibliográfico e na análise documental. Sendo assim é considerado uma produção de revisão de literatura sobre a temática. Quanto à divisão estrutural, o artigo primeiramente trabalha com a conceituação de cooperativismo e cooperativas, apresentando o histórico do pensamento e sua sistematização; posteriormente, apresenta o cooperativismo no Brasil e no estado da Bahia, com a fundação das primeiras cooperativas nessas duas escalas; trabalha-se na seção posterior com as experiências cooperativistas mais atuantes que existem/existiram no município de São Felipe-Bahia; e por último, serão apresentadas as conclusões.

## **2 O COOPERATIVISMO – OS PIONEIROS DE ROCHDALE E A SISTEMATIZAÇÃO DA DOCTRINA POR CHARLES GIDE**

O cooperativismo moderno nasce no mesmo contexto histórico do manifesto comunista de Karl Marx, o que revela ideais do pensamento marxista, tido como utópico, no pensamento cooperativista. Entretanto, ciente da impossibilidade da substituição da doutrina liberal capitalista, prefere assim, assumir papel de agente amenizador das mazelas sociais advindas do liberalismo a partir da relação direta e democrática homem-capital. Nesse sentido:

A cooperativa, nessa concepção, seria uma organização que pudesse facilitar o combate e a diminuição das desigualdades sociais a partir da ideia de que a produção não poderia ser apenas de propriedade privada, onde a eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor pudesse diminuir os preços dos produtos. (PINHO, 1966 *apud*. ALVES, 2010, p. 3).



A mesma autora ainda acrescenta, se referindo à existência da relação capitalismo-cooperativismo:

[...] a doutrina cooperativista se enquadra entre as doutrinas intervencionistas, ou seja, entre aquelas que procuram sujeitar a iniciativa privada ao controle e à supremacia de uma entidade que poderá ser o Estado [...] as associações cooperativas (cooperativismo) bem como outros grupos”. (PINHO, 1966, p. 29).

Quanto à primeira cooperativa formal da história, segundo Shineider (1998), assim como a Industrialização e o primeiro conflito entre a classe operária e os donos do capital, a Inglaterra fora a precursora também a conhecer o modelo de cooperativismo moderno. A efetivação da proposta da primeira cooperativa que se conhece, se deu a partir de um inconformismo crescente de tecelões trabalhadores que emigraram do interior da Inglaterra atraídos pelas possibilidades de empregos da indústria, porém, com a grande oferta ocorreu o barateamento da mão de obra, concomitante à carga horária abusiva, onde alguns trabalhavam 16 horas/dia, impedindo que tais operários tivessem vidas dignas. Muitos destes viam suas mulheres e filhos sendo submetidos a situações ainda mais exploratórias. Assim, diante de tais injustiças, no ano de 1844, na cidade de Rochdale (distrito de Lancashire), 28 tecelões, em pleno auge da industrialização britânica inauguraram um armazém, organizado e regido por normas bem definidas. Embora a primeira experiência só ocorra na primeira metade do século XIX, Fiorin (2007, p.3) sinaliza que as práticas de cooperação não podem ser classificadas como recentes, visto que estas já podiam ser visualizadas, mesmo que informalmente, nas relações sociais em diversas civilizações, como a chinesa, a babilônica, a egípcia e as americanas (pré-colombianas): incas, maias e astecas.

Segundo Gawlak (2002), o cooperativismo, que se origina da palavra cooperação, é uma doutrina cultural e socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativistas. Pinho (1966, p.30) por sua vez, a respeito da sistematização da doutrina, infere:

A sistematização da doutrina cooperativista se deu há cerca de quarenta anos após a experiência dos pioneiros de Rochdale, pelo então professor de economia política da faculdade de direito de Paris, Charles Gide. Tal doutrina é considerada intermediária entre a doutrina neoliberal-individualista e a doutrina socialista, pois se propõe realizar equitativa repartição e, ao mesmo tempo, manter a liberdade de expressão, característica dos Estados democráticos.

O fato de considerar o cooperativismo uma doutrina intermediária, requer pensar em características norteadoras do capitalismo e do socialismo. Se por um lado, o capitalismo, encabeçado pelos Estados Unidos, apresenta-se de forma cruel e desigual, prejudicando os economicamente mais fracos, o cooperativismo, em tese, busca a equidade e a participação democrática de acordo com quotas-partes, não transferíveis. Noutra perspectiva, o socialismo era/é criticado devido a sua interferência na liberdade econômica e social, fato que a doutrina cooperativista mostra grande oposição na medida em que defende os direitos à liberdade de expressão. Quanto às cooperativas, referem-se àqueles que cooperaram ou ao agrupamento de pessoas em organizações coerente aos princípios da doutrina. Segundo Art. 1º da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida como a lei das cooperativas brasileiras: compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

De acordo com a Aliança Cooperativista Internacional (ACI)<sup>2</sup>, o cooperativismo dispõe de sete princípios: A primeira característica ou princípio das cooperativas é a Adesão livre, ou seja, a cooperativa é uma organização livre, a qualquer pessoa civil apta, e que deve se comprometer também com as responsabilidades enquanto cooperado e independe de raça, cor, posição social, credo, sexo, sexualidade ou política partidária para ser cooperado. O princípio posterior diz respeito à gestão democrática, pois as cooperativas devem ter organização democrática e todos os cooperados devem participar da gestão, influenciando nas tomadas de decisões. Cada cooperado tem direito a um único voto. A terceira característica basilar do cooperativismo é a participação econômica dos cooperados. Nesse sentido, os cooperados contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas, controlando-o democraticamente. Quanto ao quarto princípio diz respeito à autonomia e independência. Assim, a cooperativa é uma organização independente e democrática, porém, se por acaso firmarem parcerias com instituições públicas ou recorrerem ao capital externo, essas parcerias devem ser feitas de modo que não afete a autonomia da cooperativa nem o poder decisório dos cooperados. Educação, formação e informação constituem-se como quinto

---

<sup>2</sup> Entidade associativa de abrangência mundial que serve como regulador e agente basilar para as cooperativas.

fundamento, pois a cooperativa deve se comprometer a contribuir na formação profissional/crítica dos seus cooperados coerentemente contribuindo para o lado social do indivíduo. O sexto diz respeito à cooperação entre as cooperativas. Este se refere à criação de relações entre cooperativas com potencial para uma ajuda mútua, onde haja benefícios para ambas, dando assim, maiores oportunidades a seus cooperados e desenvolvendo o sistema cooperativista. Por último, a sétima característica base é o interesse pela comunidade, esta refere-se ao desenvolvimento da comunidade a partir de políticas aprovadas e executadas pelas cooperativas.

### **3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO ESTADO DA BAHIA- (A SOCIEDADE COOPERATIVA ECONÔMICA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE OURO PRETO-MG E A SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LTDA - CAIXA ECONÔMICA POPULAR)**

A difusão das ideias cooperativistas no Brasil ocorreu quando um pequeno grupo de intelectuais tomou contato com a doutrina e procuraram socializar tais ideais. Embora se defenda que desde os primórdios da colonização portuguesa já ocorria o processo de criação de uma cultura de cooperação (principalmente pela igreja católica), interrompida quase que totalmente pela escravidão. Esses precursores consideravam o modelo cooperativista como uma das mais poderosas alavancas para o crescimento econômico sadio. E acreditavam no êxito da proposta, visto que já conheciam o sucesso das associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália. No tocante às referidas experiências alemãs e italianas:

Dirigentes cultos e viajados foram buscar os modelos à Europa. O modelo dos Sindicatos Agrícolas à França, o das Adegas Sociais à Alemanha e Itália, o das Caixas de Crédito, sistema Raiffesen, à Alemanha e vários outros países onde se tinham expandido. As nossas organizações agrícolas tradicionais foram praticamente esquecidas. Os Celeiros já estavam mortos, e as Mútuas de gado eram pouco propícias a um controle externo”. (GRAÇA, 1992, p. 138)

No mesmo período de introdução do cooperativismo brasileiro (final do século XIX), acontecia a abolição da escravatura no Brasil, e isso de certa forma potencializou o compartilhamento da doutrina. Segundo Pinho (1966), para o contexto que se vivenciava, o cooperativismo exibia-se como um novo agente de

impulso da economia e de relações sociais à medida que as cooperativas abriam espaço para a agregação do pouco capital disperso daqueles indivíduos antes escravizados. É necessário mencionar também a importância que a imprensa brasileira da época teve para a divulgação e disseminação do cooperativismo pelo país, evidenciando que se tratava mais de uma estratégia política-econômica que ações direcionadas a outros fins. Um dos marcos dessa nova estratégia brasileira se evidenciou na edição de maio de 1888 da Revista Financeira do Rio de Janeiro *apud* Pinho (1966, p. 95), afirmou:

[...] que o Brasil agora entrando em nova fase de existência que lhe impõe novos deveres, carece de imediatamente sociedades cooperativas, destinadas à produção e ao consumo, que vinham auxiliar o desenvolvimento de sua riqueza, atenuar as dificuldades de todas as épocas inerentes às grandes reformas sociais, ao passo que utilizarão os pequenos capitais esparsos que, no isolamento atual, nenhuma força produtiva determinam.

Assim percebe-se que o cooperativismo recebeu funções distintas, desde alavancar uma economia abalada devido às mudanças no que concerne à proibição da mão de obra escrava, a quebrar com o isolamento dos pequenos capitais da época que pouco acrescentava na economia do país. Embora o incentivo político, acredita-se que questões socioculturais tenham dificultado a organização em cooperativas, visto que a desigualdade exacerbada e a hierarquização de uma sociedade pós-escravismo apresentavam-se como entraves para a organização de grupos em cooperativas. Dessa mesma forma, Vianna (1999) ainda complementa:

Como, pois, no meio dessa dispersão - que vem desde os primeiros dias da colônia - as estruturas de solidariedade social e os 'complexos culturais' correspondentes poderiam ter ambiente para se formar, e se desenvolver, e se cristalizar em usos, costumes e tradições? (VIANNA, 1999, p. 140 *apud* CORREA, 2003, p. 38)

Contudo, o grande esforço desses primeiros idealistas brasileiros trouxe alguns resultados concretos, prova disso é que nos anos que se seguiram alguns grupos se organizaram em forma de cooperativas. Segundo Pinho (1966), as informações indicam que o início do cooperativismo formal no Brasil se dá a partir da criação da Sociedade cooperativa Econômica dos funcionários Públicos de Ouro Preto-MG, em outubro de 1889, esta se refere a mais antiga cooperativa brasileira que se tem registro. E foi apenas a primeira, pois nos anos posteriores outras cooperativas foram fundadas: em 1891 foi criada a Associação Cooperativa dos

Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira-SP e em 1984 a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro. Mediante a observação dos pontos históricos do cooperativismo brasileiro, nota-se o pioneirismo no ramo de cooperativas nessa macrorregião, sul/sudeste. Nesse direcionamento Vereine (1999), ainda fala da facilidade em organização em grupos no Rio Grande do Sul, fato que por ela é justificado pela presença da cultura alemã no estado:

Existem associações em praticamente todas as localidades coloniais de algum porte, que se dedicam ao lazer de tipo mais elevado, a formas de lazer que destinam ao espírito e ao coração. São sociedades de canto, orquestras, sociedades de teatro, círculos de leitura etc. [...] Existem associações em praticamente todas as localidades coloniais de algum porte, que se dedicam ao lazer do tipo mais elevado, a formas de lazer que se destinam ao espírito e ao coração. (VEREINE, 1999, p. 302 *apud* CORREA, 2003, p. 40)

Nesse período inicial, segundo Pinho (2004, p. 13) “o estado do Rio Grande do Sul saiu na dianteira no ramo das cooperativas de crédito, quando, sob a liderança do padre suíço Theodor Amstad, em 1902, fundou a primeira cooperativa no modelo *Raiffeisen* (Caixas rurais).” Observa-se, então, a partir desse e de outros fatos históricos, a próxima relação que o cooperativismo tinha com a Igreja Católica na época. É verificada também certa relação de estudiosos da doutrina cooperativista com a religião, temos como exemplo, o difusor do crédito e do banco popular, Luigi Luzzatti, que certa vez mencionou “Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão”. Tal citação também deixa evidente que o modelo de cooperativas de crédito de Luzzatti concorda em receber apoio estatal. Ainda sobre tal relação cooperativismo/religião, Pinho (1966, p. 27) coloca sobre o modelo Raiffeiseniano: “[...] dão grande apoio à formação moral dos associados, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa e fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo”. Já outros autores apresentam algumas cooperativas como a organização que mais favorece o florescer da parte mais cristã do ser humano. Ou como a parte mais angelical da relação, homem-capital.

Só a partir do século XX, impulsionado também pelo fim da escravidão e pelo amadurecimento da doutrina cooperativista em território nacional é que, de fato, cria-se certa facilidade na criação de cooperativas e difusão das mesmas nos ramos distintos. Foi nesse início de século que se passou a contar também com a experiência de alguns imigrantes no ramo, sobretudo, de alemães, japoneses e italianos vindos para o trabalho nas fazendas em substituição do trabalho escravo.

Entretanto, apenas em 1932, segundo Pinho (1966), que o cooperativismo apresentou grande crescimento, aumentando o número de cooperativas no Brasil. Isso especialmente devido a dois motivos principais: Primeiro, o governo viu nas cooperativas uma das formas mais eficientes de solucionar problemas econômicos decorrente da crise de 1929. Segundo, a promulgação da lei do cooperativismo brasileiro, com o decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932. O período pós-ditadura militar e de promulgação da Constituição cidadã (1988) também se mostra como ponto chave para se discutir o crescimento do cooperativismo no Brasil, pois foi um momento de novo acréscimo no número de cooperativas, ocasionado principalmente pela evidente mudança da relação entre Estado/Sociedade civil. A própria Carta magna orientava/orienta o fomento às entidades cooperativas.

Segundo Chaves (2011), o ponto inicial do cooperativismo baiano<sup>3</sup> se deu no ano de 1914, e teve como marco histórico a constituição da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. - Caixa Econômica Popular, esta foi a primeira cooperativa registrada na junta comercial. Entretanto, o período onde se visualizou maior interesse pelo cooperativismo no estado foi na década de 30 do século XX. Tal período coincide diretamente com o primeiro decreto do cooperativismo brasileiro e com o governo de Landolfo Alves (1938-1942), onde houve o primeiro *boom* das cooperativas em escala nacional. Ainda nesse período, no estado da Bahia, houve a criação da Cooperativa Instituto de Cacau da Bahia, em 1938, e a Cooperativa Central de Moageiros e Plantadores de Mandioca do Estado da Bahia, em 1940, ambas com sede em Salvador.

Segundo Chaves (2009), após esse período de pleno crescimento, o cooperativismo teve poucos avanços nos anos que se seguiram, exibindo reação em 1960 quando fora criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que montou um departamento que tratava com exclusividade dos grupos cooperativos formais. A partir dessa ação, em específico, já demonstra a importância que o cooperativismo já tinha para o país no ponto de vista social e econômico nesse período.

---

<sup>3</sup> Sobre o cooperativismo no referido estado, dados do Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - (2010), atualizam os números, apontando que o Nordeste respondeu por 13,2% do total de cooperativas no Brasil em 2010, com 3.180. Por sua vez, a Bahia respondeu por 31,4% das cooperativas nordestinas (e 4,1% das brasileiras), com 997 estabelecimentos.

No que se refere a organizações de representação do cooperativismo na Bahia, apenas em 1970, a OCEB (Organização das Cooperativas do Estado da Bahia), que é o órgão responsável pelo sistema, foi fundada no estado. A OCEB objetiva assegurar o cumprimento da constituição, a consolidação e o fortalecimento das cooperativas baianas, ressaltava Chaves (2011, p. 71). O sistema tem o apoio também da SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), que se vincula ao sindicato e à OCEB e atua na educação e na capacitação profissional, coerentemente como defende um dos princípios fundadores das cooperativas.

Segundo Chaves (2011, p. 72), o cooperativismo na Bahia ganhou novo fôlego em 2009 quando foi sancionada a Lei 11.362, de 26 de janeiro 2009, que instituiu a política de apoio às cooperativas. A referida lei criou o Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP), este por sua vez tem por objetivo planejar e avaliar ações desenvolvidas no âmbito político estadual de apoio ao cooperativismo no estado. De acordo com a pesquisa do Dieese pode-se acrescentar que:

Em agosto de 2011, o governo baiano, através do Decreto nº 13.148, regulamentou a Lei estadual nº 11.362/2009, que instituiu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Tal política consiste de um conjunto de princípios, diretrizes, regras e ações para incentivo, fomento, estímulo e apoio à atividade cooperativista no Estado, de forma progressiva e permanente, mediante articulação de ações de diferentes órgãos e instituições da Administração Pública Direta e Indireta. (DIEESE, 2013, p.9)

Ainda de acordo com o Dieese, de forma geral, foram/são diversas as medidas adotadas pelo governo para incentivo ao cooperativismo. Pode ser listada a participação das cooperativas em processos licitatórios do poder público, medidas creditícias específicas, incentivos às inovações, promoção de exportações – que vai além da questão do crédito, como suporte de informações mercadológicas e/ou de procedimentos, incentivo à concentração e fortalecimento das atividades e isto veio a representar ganhos – mormente nas atividades produtivas, entre outras.

#### **4 COOPERATIVISMO EM SÃO FELIPE-BA – A COMASFE, A COOPERRECÔNCAVO E A COOAFATRE**

Anterior a qualquer explanação sobre o cooperativismo no referido município há de se apontar dois principais motivos para que o ramo ali seja ainda incipiente. Primeiro, o município é predominantemente composto por pequenos

proprietários rurais que vivem exclusivamente do trabalho no ambiente rural e agricultura de subsistência, e são geralmente adversos às ideias que provoquem mudanças, como o cooperativismo, e mesmo que haja uma aceitação, são facilmente descartadas caso não obtenha sucesso imediato. Segundo, o histórico do cooperativismo na região, no qual o município de São Felipe se localiza, não se apresenta como agente motivacional à participação dos moradores, visto que em algumas ocasiões gestores de cooperativas da região se aproveitaram da posição para desviar recursos para ganhos individuais (vide caso da Cooperrecôncavo). Tais fatos são apresentados por Chaves (2009). Fatos que leva a outro problema, pois é indispensável à organização de uma entidade, como as cooperativas, a confiança no outro, união de forças, grau de organização e articulação. Nesse sentido, Santos (2009, p.8), menciona que: “O caso da Cooperrecôncavo fez com que alguns agricultores não acreditassem no cooperativismo, principalmente por causa da conjuntura atual que de certa forma abalou a região”. E acrescenta: “No processo de investigação e reconstrução da Cooperrecôncavo, a decadência era consequência de gestão e da má administração que de certa forma promoveu a descrença no sistema cooperativista na região”. A Cooperrecôncavo é uma antiga cooperativa da região, responsável, em parte, pela desconfiança de muitos produtores quanto ao cooperativismo.

Para além dessas questões ainda de acordo com Santos (2009, p. 8), se exhibe a falta de cultura à cooperação e organização social, o que Correa (2003, p. 17) baseando-se em ideias de Putnam (1993), considera fator determinante para o desenvolvimento ou não de uma sociedade cooperativa. O fato é que o município tem uma história cooperativa recente que deixa à mostra questões relevantes de serem discutidas. A fim de apresentar o cooperativismo no município, convém discutir, também, o processo de construção, desenvolvimento e desativação da COMASFE- Cooperativa Agrícola de Produtores de Mandioca de São Felipe Ltda.

A referida Cooperativa é resultado de esforços num projeto experimental Módulo Agroindustrial de Mandioca para Produtores de Baixa Renda, este que por sua vez, integra o projeto de Nutrição Brasil/BIRD (PNBB), coordenado pelo Instituto Nacional de Nutrição e Alimentação e executado pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED), através do Programa de Tecnologia Agroindustrial (PROAGRO), segundo Carvalho (1982) *apud* Chaves (2011).



Relata-se que a COMASFE, inicialmente, contava com 41 sócios, sendo a maioria das comunidades do Sapezinho, Cangalheiro, Retiro, Terrão, Jaqueira, Jenipapo, Sobradinho e Fazenda Velha. Segundo Chaves (2009), durante o seu funcionamento a cooperativa chegou a contar com 120 associados. A sede da cooperativa, por sua vez, foi construída na comunidade do Sapezinho, considerada carente no município, tal comunidade fica há cerca de 4 km da sede municipal.

A matéria prima principal da cooperativa era a mandioca, esta que se produzia em abundância não só no município, mas em toda região. Os derivados iam da farinha de mandioca ao beiju, essa primeira em maior escala. É relatado que semanalmente a cooperativa produzia em média 500 sacos de farinha. O grande trunfo da COMASFE, nesse início de comercialização, pautava-se em dois fatos: 1- Matéria prima em abundância; 2- mercado consumidor fiel e garantido, no caso, a produção era vendida à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Chaves (2009) remonta que, segundo os cooperados, a cooperativa proporcionou acréscimos significativos na renda. Além disso, sempre desenvolvia cursos de capacitação profissional ligados ao meio agrícola, o que abria novas possibilidades aos pequenos produtores da região. A cooperativa movimentou significativamente a economia do município, pois gerou empregos e teve participação na renda de cerca de 100 famílias ligadas a ela. Ressaltando que os indivíduos que participavam dos cursos, por obrigação deveriam socializar o que aprenderam visto que, assim, além de proporcionar o conhecimento a um maior número de pessoas, também fomentaria a criação de práticas de ajuda e cooperação entre eles.

Com os excedentes da produção e comercialização foi possível, segundo Chaves (2009), a construção, dentro da sede, de um tipo de farmácia comunitária e um minimercado, a fim de que os cooperados adquirissem tais produtos a preços menores. Como se percebe, algumas ações para criar redes de apoio, que são coerentes às ideias da doutrina cooperativa, foram realizadas pela gestão. Porém, com a extinção da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), um efeito cascata caiu sobre a COMASFE, pois a mesma possuía apenas a companhia como compradora dos produtos beneficiados, dessa forma, a ausência de mercado consumidor contribuiu para a paralisação das atividades na cooperativa.

Segundo Chaves (2009), apontam-se dois, como principais erros da cooperativa, o primeiro se refere à concentração da comercialização em apenas um

comprador, o outro se refere à falta de participação democrática de todos os cooperados. Tais afirmações se pautam na consulta das atas da referida cooperativa e na realização do grupo focal junto a alguns cooperados, onde alguns salientam que os gestores da COMASFE não prestavam contas devidamente e para as reuniões gerais o diretor chegava a falar que “não precisa vir todo mundo”, tais fatos vão totalmente contra os princípios de uma cooperativa que preza pela clareza dos números, produção, despesas, excedentes e pela gestão democrática.

Outro fator que se apresenta como responsável para o declínio da cooperativa é a individualidade que predomina na região, segundo alguns relatos, existia uma resistência explícita quanto ao trabalho em grupo, havia muita desconfiança. Tal fato também pode ser explicado pela potencialização de disputas, do individualismo e a falta de confiança no outro, comum na sociedade globalizada.

Faz-se também pertinente mencionar duas outras experiências cooperativistas no município, a Cooperrecôncavo e a Cooperativa de Artesanato de São Felipe, ambas pautadas no desenvolvimento e na melhoria de vida da população local. A primeira refere-se a uma cooperativa de abrangência regional, está já extinta, tinha inicialmente 50 agricultores familiares associados, e 312, no período de declínio, nos municípios de Maragogipe, São Felipe, São Félix e Cruz das Almas. A mesma teve fundação em 1997 com o objetivo de facilitar o crédito cooperativo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar). De acordo com Chaves (2009, p. 78), a sede desta se situava na comunidade do Batatan, no município de Maragogipe. A extinção da mesma deveu-se à falta de confiança entre os cooperados e às questões referentes a ocorrência de desvios de recursos.

A outra experiência cooperativa no município diz respeito à Cooperativa de Artesanatos de São Felipe, que segundo Chaves (2009, p. 78) *apud* Silva (2009), os trabalhos desempenhados constituíam-se na confecção de arranjos feitos com o talo da folha de bananeira e tronco de árvores, objetos com crochê e pinturas em tecido. Tal cooperativa se encontra, atualmente, paralisada.

Em suma, o cooperativismo no município foi aos extremos em um curto período de tempo, tendo como precursora a COMASFE em (1980), que disseminou o pensamento cooperativista no município e abriu as discussões sobre as possibilidades e potencialidades de um trabalho conjunto e democrático, tal período de funcionamento da referida cooperativa considera-se como o auge do

cooperativismo em São Felipe. O declínio ocorre em 2002 quando é extinta, devido a problemas já relatados. Nesse período, o ramo cooperativo no município, apesar do funcionamento da recém-fundada Cooperrecôncavo (1997), passa por um momento de pouca atuação. A Cooperrecôncavo, que trabalhava principalmente com a comercialização do Inhame *in natura*, chegou até a exportar para países da Europa, a partir de contato com empresas do sudeste do país. Neste contexto, e devido a tais comercializações, o setor de cooperativas no município se equilibra, porém, com ações tímidas, devido a ter atividades concentradas apenas na divisa do território de São Felipe com Maragogipe. Já em 2006, o quadro do cooperativismo local se torna quase inexistente com a extinção da Cooperrecôncavo, pois as atividades no ramo foram totalmente paralisadas. Um fôlego ao cooperativismo sanfelipense foi dado na fundação da Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia (COOAFATRE) e da cooperativa de Artesanato de São Felipe. Ou seja, num período de 30 anos o cooperativismo no município teve oscilações consideráveis, indo da pujança quanto aos excedentes e exportações à quase inexistência de qualquer atividade ligada ao cooperativismo. Atualmente, apenas a COOAFARTE se encontra ativa, pois a Cooperativa de Artesanato foi desativada há mais de cinco anos.

## 5 A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Como não é de interesse do cooperativismo a total superação das desigualdades, sustentada pelo sistema capitalista, tal doutrina, então, é enquadrada entre as intervencionistas. Distinta daquelas de cunho político-ideológico como o Socialismo, que buscava, sobretudo, a superação total das desigualdades e a substituição do capitalismo, o cooperativismo apresenta-se como um viés alternativo para a amenização da pobreza e, para alguns, apresenta a face mais cristã da relação homem/capital.

O início do cooperativismo formal no Brasil se dá a partir da criação da Sociedade cooperativa Econômica dos funcionários Públicos de Ouro Preto-MG, em outubro de 1889, esta refere-se a mais antiga cooperativa brasileira que se tem registro. Entretanto, apenas em 1932, segundo Pinho (1966), que o cooperativismo apresentou grande crescimento, aumentando o número de cooperativas no Brasil.

Isso devido principalmente à promulgação da lei do cooperativismo brasileiro, com o decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932.

Na Bahia, o ponto inicial do cooperativismo formal ocorre no ano de 1914 e teve como marco histórico a constituição da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. - Caixa Econômica Popular, esta foi a primeira cooperativa registrada na junta comercial da Bahia. Entretanto, o período onde se visualizou maior interesse pelo cooperativismo no estado foi na década de 30 do século XX. Tal período coincide diretamente com o primeiro decreto do cooperativismo brasileiro e com o governo de Landolfo Alves (1938-1942).

Na escala local, as três experiências que se destacam são a COMASFE, a Cooperrecôncavo e a COOAFATRE. A COMASFE foi a precursora no município, fundada em 1980 dentre as três foi a que obteve maior êxito, porém, paralisou suas atividades após a falência da principal e única compradora de seus produtos beneficiados. A Cooperrecôncavo, fundada em 1997 também realizou algumas atividades importantes, chegando a exportar Inhame *in natura* para a Europa, mas findou suas atividades após atos de corrupção entre os gestores. Um fôlego ao cooperativismo sanfelipense foi dado na fundação em 2006 da COOAFATRE, esta que ainda enfrenta grandes impasses para seu pleno funcionamento, entraves que envolvem falta de organização coletiva e desconfiança para com o modelo cooperativista e sua possibilidade de êxito.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lucir. **O Cooperativismo de Produção e a contribuição da cooperativa C. Vale para o desenvolvimento econômico e social do município de Palotina (PR)**. In: IX Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel-PR. Cascavel, 2010.

BAHIA-DIEESE. **Estudo sobre o perfil das cooperativas baianas**. Salvador, 2012. Disponível em: <[http://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/perfil\\_coop\\_baianas.pdf](http://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/perfil_coop_baianas.pdf)>. Acesso em: Janeiro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: Janeiro de 2016

CHAVES, Gilvânia Nunes. **Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA**. Santo Antonio de Jesus, BA. UNEB. Dissertação de mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, 2009.

CHAVES, Gilvânia Nunes. **Cooperativismo E Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.** In: Anais: ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul. Ed. EDUNISC, 2003.

FIORIN, José Augusto (org.). **Introdução ao cooperativismo.** Ijuí. Sapiens Editora, 2007.

GAWLAK, Albino. TURRA, Fabianne Ratzke. **Cooperativismo: Filosofia de vida para um mundo melhor.** 4ª edição. Brasília-DF, 2002.

GRAÇA, Laura Larcher. **“O Sindicato Agrícola: Primeiros Passos (1893-1910)”** in INIA –DEESA, “Temas de Economia e Sociologia Agrárias”. Lisboa, 1992

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo.** Disponível em <[http:// www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em: Janeiro de 2016.

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo.** São Paulo Editora S.A. São Paulo-SP, 1966.

SANTOS, Isabel. *et al* VELLOSO, Tatiana. **Educação Para Cooperação: A Experiência da Cooperativa Agro-Industrial do Recôncavo Da Bahia – Cooperrecôncavo.** In: Anais: Egal. Montevideú-Uruguai, 2009.

SCHNEIDER, José Odelso. **As Origens do Cooperativismo Moderno.** In Compendio de Cooperativismo UNIMED. Porto Alegre: WS Editor, 1998.

## **ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES RURAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA-BAHIA.**

**Ricardo Cunha da Silva<sup>4</sup>; Ozileide Matos Moreira<sup>5</sup>;**

**RESUMO:** O Município de Nova Fátima, no semiárido baiano, vem há alguns anos mudando a forma de permanência do agricultor na região, a partir de ações de cooperação entre agricultores e em parceria com projetos juntos ao governo do Estado. A forma como os agricultores tem se articulado as Associações Rurais mostra que há possibilidades de organização mútua e a disseminação da prática da Economia Popular Solidária como uma oportunidade para aperfeiçoar a produção agrícola local e as práticas de convivência e reprodução social na região de origem. Isso tem contribuído com as mudanças na dinâmica regional, onde apesar das adversidades climáticas, a prática e o conhecimento compartilhado entre agricultores são disseminados sem fins lucrativos, além de propagar a necessidade de se conviver em harmonia com o ambiente local, afirmar a identidade regional, representar e valorizar a autogestão dos estabelecimentos rurais, superando assim o desemprego e as diferenças sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Popular e Solidária. Desenvolvimento local. Associações rurais.

### **1 INTRODUÇÃO**

As transformações contemporâneas na sociedade e nos processos produtivos junto às dificuldades enfrentadas pelos habitantes do semiárido, inclusive pelas adversidades climáticas, gerou ao longo dos anos a saída de muitos nordestinos em direção ao sudeste do país em busca de emprego e melhores condições de vida. Essas alterações causaram grandes transformações no cenário econômico do país e até mesmo a exclusão social de pequenos agricultores que venderam, a baixos valores, ou abandonaram suas terras em busca de novas oportunidades em grandes centros urbanos.

A Economia Popular Solidária foi adotada como uma forma de competição no mercado capitalista, conforme Paul Singer (2005 e 2008), que

---

<sup>4</sup> Graduando de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. ricardo-cunha2011@live.com.

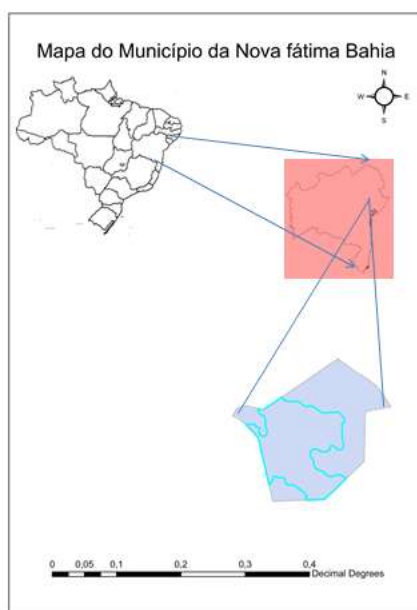
<sup>5</sup> Mestranda junto ao programa de pós-graduação em planejamento territorial – Mestrado profissional PLANTERR da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. ozileidem@gmail.com

também busca em resgatar os membros da pobreza e lhes proporcionar possibilidades de crescimento econômico, relacionando com (CATTANI 2003 p. 269), “a economia solidária é uma economia alternativa ao sistema capitalista, dotada de transformação social”. Já Barbosa (2007), atenta a economia solidária como um novo cenário de experiências de trabalho, resultada de desemprego e reprodução social. O surgimento de sindicatos rurais faz parte da construção de práticas alternativas de atividades econômicas sob as perspectivas de igualdade e de solidariedade, onde as limitações na comunidade são semelhantes e os atores participantes apoiam-se possibilitando novas relações de trabalho, com o intuito de superar as dificuldades, inclusive financeiras, e fazer multiplicar essas práticas através de movimentos sociais, conforme Cunha (2003).

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Nova Fátima-Ba, pertence ao Território de Identidade da Bacia do Jacuípe e aderiu à Economia Popular e Solidária como forma de contribuir na renda de famílias de agricultores, para isso, inaugurou no dia 09 de setembro de 2015, o CESOL (Centro Público de Economia Solidária), antes sediada no Município de Pintadas e transferida para Nova Fátima devido a sua localização estratégica, que está às margens da BR 324 sentido norte.

Figura 1: Mapa Recorte do Município de Nova Fátima-Bahia



No município de Nova Fátima, agricultores são beneficiados com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, como uma nova alternativa voltada à geração de renda, ocupação e segurança alimentar. Tratam-se do projeto de criação de galinhas caipiras, produção de mel, caprinocultura, gado, leite e derivados: doces e laticínios. Executado com o apoio de Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)/Produzir, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir). Os principais parceiros quanto à ajuda financeira são o Sicoob (Cooperativa de Crédito Rural do Semiárido da Bahia LTDA) e o Banco do Brasil. Projetos como estes visam melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pelas famílias dos agricultores, com a oferta destes não apenas para o consumo, cumpre ainda a missão de criar a oportunidade de um crescimento econômico local para os produtores da região, através da comercialização do excedente da produção. As associações rurais têm contribuído para a organização de ações coletivas, fenômeno ligado pela rede de articulações que se estabelece e faz fortalecer as relações sociais, ajudando a ampliar a sustentabilidade social, visto que, os espaços onde isso acontece são os menos favorecidos pela atuação do poder público. O município em si, não tem tendências quanto à proliferação de ações sociais, já que essas ações interferem e perturbam os interesses políticos, muito menos tem desenvolvido forças quanto a regulamentação, certificação e crescimento das associações rurais, apenas tem surtido efeito na região ou cidades vizinhas. Um dos motivos do não desenvolvimento e crescimento das associações é a falta de apoio público, que ao invés de incentivar, muitas vezes tem apreendido a produção de muitos agricultores, como: derivados de leite, animais abatidos, embora clandestinamente, animais vivos e até mesmo ovos, alegando condições sanitárias, o que é necessário quando se envolve a saúde humana, mas faz-se também necessário o apoio financeiro, apoio técnico, facilitação fiscal entre outros fatores burocráticos, para que o agricultor permaneça no semiárido produzindo, gerando renda, não apenas para a máquina pública, mas também para a manutenção de sua família e não apenas de necessidades alimentares. É preciso pensar políticas mais comprometidas com a transformação social, não apenas “abafar” as expressões da questão social, mas criar alternativas que contribuam para uma emancipação humana. A Economia Popular e Solidária presente no município é, sem dúvidas, modalidade econômica vem se desenvolvendo em todos os “cantos” do mundo, no



entanto é importante destacar que o envolvimento e responsabilidade por parte dos diversos setores da sociedade, sejam instituições públicas ou privadas e demais organizações, torna-se de suma importância, pois podem contribuir para o fortalecimento e afirmação desta na sociedade, em muitos casos a prática já é exercida, de certa forma e não reconhecida ou entendida como tal aspecto de organização, mas funciona ao ver que agricultores da região se reúnem para aprender e trocar e trocar conhecimento entre os demais integrantes das associações rurais.

Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a área em estudo localizada a uma latitude 11°36'26" sul e a longitude 39°37'55" oeste, estando a uma altitude de 298 metros, possui uma extensão territorial de 350 km<sup>2</sup>, localizado no bioma da caatinga. Neste havia a produção de agave, mas de tornou deficiente. Desde então agricultores do município tentaram de diversas formas permanecerem na região, apesar das adversidades climáticas e da falta de recursos e apoio governamental. A criação das associações rurais partiu de iniciativa dos próprios agricultores, na intenção de atrair investimentos e/ou apoio ao homem do campo, como: máquina para aragem das terras, abertura e manutenção de estradas, e escavamento de açudes, sementes para plantio, empréstimos financeiros.

### **3 A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A economia popular solidária tem como objetivo levar conhecimento para os empreendedores rurais usando as associações como ferramenta de auxílio e apoio na produção e comercialização de produtos da região, região que tem por definição conforme de Santos (1985 e 2003) apud (BRITO, 2005), “onde esta é vista como espaço de identidade” e segundo o mesmo autor “As regiões se formam a partir de solidariedade orgânica”, além de promover conhecimento ao produtor em busca de melhorias na qualidade dos produtos com preços justos e o desenvolvimento territorial da região, este desenvolvimento contempla não apenas à um município, pois o que é produzido é também vendido para municípios vizinhos e agricultores de outros lugares aprendem técnicas com agricultores locais. O conceito de região, não deve ser abordado de forma simplória, pois sua discussão é complexa e é aqui observado como unidade, sem estabelecimento de hierarquia. O conceito região pode ser abordado como uma região administrativa que é uma divisão regional

organizada pelo Estado nacional para facilitar a administração e a governança de um país. Este conceito tem uma origem artificial, disposta por leis, independentemente do facto de a divisão ter em conta critérios geográficos. Esse conceito de região, portanto, leva em conta, para sua definição, centralmente os aspectos físicos e naturais. Por outro lado, a região geográfica, apesar de não se diferenciar em muitos aspectos da região natural, considera também a participação do homem com relação à natureza. O homem constituiu parte ativa da região, conforme se verifica em:

[...]. Segundo essa perspectiva, “possibilista”, as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré- constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente (CASTRO, CORRÊA e GOMES, 1995, p. 56).

GOMES (1995) relata que região em um dado momento histórico, dito por filósofos, surge de forma ampla com centralização do poder e seu espalhamento do espaço geográfico. Nas várias concepções sobre região, as mais comuns conforme FONSECA (1999), regiões singulares, região como classe de áreas, região de vivência, região do capital e região do poder. Apesar de ser uma fase evolutiva do conceito, as características apresentam realidades de quem vive na localidade e reproduz a vida, a cultura e os costumes. As formas regionais são explicadas pelos fenômenos que acontecem nos lugares e se perpetuam no dia-dia de uma população. Cultura da população também caracteriza a região como discutem CLAVAL (1981), via a região-paisagem como maior objeto da geografia, GOMES (1995), que via as formas regionais como perspectivas de dinâmicas, valendo também ressaltar as contribuições de Alfred Hettner, Carl Sauer valorizando a dimensão cultural das paisagens, Hartshorne pondo o conceito região como método da geografia, que buscava a síntese através da integração dos fenômenos heterogêneos. A região passa a ser objeto concreto de análise para o planejamento de ações públicas, remetendo ao pensamento teórico quantitativo. A região é também abordada por TUAN (1980), como um espaço valorizado, não pelo custo em dinheiro, mas por que o espaço circundante expressam representações absorvidas no cotidiano, chegando a criar um elo de afetividade entre o homem e o lugar, para este autor a região é também ambientada e É provável que todo esse dilema seja real, mas o que precisamos, verdadeiramente, é pensar nesses novos elementos e na necessidade de incorporá-los nos conceitos que já temos prontos e que,

evidentemente, não atendem mais à fluidez, à dinâmica dessa nova realidade. Aproveitemos a possibilidade do nosso tempo pós-moderno, para encararmos um debate que é nosso na empreitada de atualizá-lo mediante os novos arranjos espaciais redefinidos pela globalização. Numa breve reflexão, a região natural, oriunda da corrente determinista desconsidera a sociedade em suas análises. Por outro lado a região geográfica, baseada em La Blach, considerou a ação do homem na delimitação de uma região, observação atualmente ultrapassada. Contudo, a relação homem-meio, que faz parte da construção da região, é desarmoniosa, o que ocasiona no conflito das relações de classe presentes na binômica sociedade natureza.

De certa forma, entende-se que esta nova dinâmica de transformação está vinculada a uma organização social de agricultores articulados com o papel de cidadãos que reivindicam políticas públicas que regem seu território e que se adequem ao cenário e condições climáticas locais.

A tomada de decisão tem como objetivo contribuir com a afirmação de movimentos sociais que surgem em diferentes locais e situações. Conforme PAMPLONA (BNDES),

A economia solidária é uma oportunidade de atuação com potencial de estruturar de forma mais eficaz as populações de baixa renda, buscando superar a vulnerabilidade típica dos setores populares, por meio da união de forças para superar desafios comuns. Ao criar condições para o surgimento e fortalecimento de economias em regiões de “vazios econômicos” e assim fixar população nas pequenas cidades, pode potencializar o desenvolvimento regional e a desconcentração da riqueza no País.

Compreende-se que o sistema econômico vigente exerce grande influencia na sociedade e com isso acarreta muitos problemas sociais, por exemplo a precarização de vagas de trabalhos, aumento do desemprego, aumento da informalidade e passa a valorizar as inovações tecnológicas, condicionando insegurança ao trabalhador rural por exemplo, que se sujeita a deixar suas terras e buscar empregos, serviços e melhores condições de vida, insuflando os centros urbanos. Neste sentido, ao pensar na Economia Solidária, esta pode se considerar uma modalidade econômica que coloca o trabalhador como ator principal, o que “[...] poderá representar uma alternativa possível de reinserção social e econômica para as camadas mais empobrecidas e prejudicadas pelos efeitos perversos da globalização” (PEDO, 2007, p. 45). A prática de Economia Popular e Solidária ainda

necessita de muitas discussões a cerca de sua importância para a sociedade, mas tem avançado bastante na região de Nova Fátima, para a consolidação de economia, num processo pouco discutido e transparente com os parceiros e com a participação maciça dos trabalhadores rurais.

Sendo assim é preciso parceria entre organizações governamentais tipo a Fundação Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) segue um modelo positivo muito mais pelo que pode representar do que pelos resultados efetivos. Há avanços, mas ainda existem uma série de problemas para poder operacionalizar, a exemplo a fiscalização da ADAB (Agencia de Defesa Agropecuária da Bahia) que suprime os agricultores e não colaboram para a certificação, afirmação, regulamentação e crescimento das associações rurais locais.

#### **4 REDE DE COMÉRCIO JUSTO**

No Brasil, diferente de muitos países Europeus, por exemplo, a relação histórica de apropriação dos meios produtivos foi diferente e as alternativas ao sistema produtivo são diversas, pois há uma grande variedade de recursos. O comércio justo passa a articular manobras onde a sociedade desenvolve um contexto singular com um conjunto de iniciativas, é uma construção original de um caminho, o qual tem possibilitado grandes conquistas em todo o país. O desafio do comercio justo através da economia popular solidária é um desafio no Brasil, pois as políticas públicas são em sua maior parte destinadas à grandes produtores agrícolas, mas as experiências brasileiras de nichos de práticas alternativas tem colocado o país em destaque internacional de agenda estratégica comercial voltado para o mercado doméstico conforme MENDONÇA (2011). Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas), a comercialização dos produtos produzidos pela economia popular solidária, ainda é um desafio, nas cinco regiões do país são quase dois milhões de trabalhadores, para garantir a estabilidade econômica dos empreendimentos solidários. No município em estudo são comuns as reuniões tanto no Centro de Economia Popular Solidária quanto nas associações rurais, em destaque para as organizações de campo religioso, para discutirem articulações a serem tomadas e justamente o preço dos produtos, uma importante ação do campesinato, são comuns reuniões, oficinas e treinamento, mas todos envolvem

troca, principalmente de experiências. Durante longos anos, prevaleceu nas concepções do desenvolvimento da região das secas, a visão de que elas seriam o problema a ser enfrentado e de que a tecnologia seria a solução a ser adotada para tal problema. O desenvolvimento então era uma questão restrita à competência do poder do Estado. Somente nos últimos anos a articulação de agricultores e projetos de políticas públicas contribuiu para a ascensão no campo a partir da iniciativa privada e das associações rurais com o apoio da economia popular e solidária.

## 5 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Afirma-se assim que a Economia Popular e Solidária infere-se neste estudo como uma política pública capaz de possibilitar o desenvolvimento local sustentável, em especial porque este deve acontecer sobre o alicerce de um processo dialético entre economia popular e solidária e a educação popular, diferenciado, tendo em vista a necessidade de educação e conhecimento em dose e níveis adequados a cada passo do processo.

Observa-se que, embora também se destaque a racionalização dos recursos produtivos como qualidade dessa “verdadeira arte”, o que o conceito de Duque (2002) enfatiza, entretanto, é o cotidiano dos produtores, as práticas que eles realizam, como fundamento da convivência com o semiárido e não a tecnologia industrial.

Dentro desse contexto destacam-se as associações rurais e a dimensão de gênero integrada à perspectiva de trabalho e desenvolvimento local. A criação das associações rurais e a inserção da mulher nestas se deu a partir de um processo de mobilização social, que busca superar as desigualdades no modo de produção vigente e nos valores produtivos do homem e da mulher nas atividades rurais. Esse processo, economia popular solidária, tem permitido aos agricultores novas possibilidades e aprendizagens para conviver com as adversidades do semiárido e às mulheres maior visibilidade e inserção como lideranças nas associações e sindicatos rurais, proporcionando novas organizações e articulação para reivindicar direitos, atividades de capacitação e educação, e discussão dos problemas particulares enfrentados pelas mulheres. A atividade produtiva das mulheres do município tem permitido a continuidade das associações da sociedade civil e a melhoria da produção desenvolvida na zona rural e incentivada pelos

programas governamentais, já que são elas participam diretamente do manejo dos animais, no caso dos frangos caipiras e do beneficiamento das mercadorias produzidas a partir de leite e de frutas no município. O protagonismo das mulheres lhes garante maior autonomia sobre suas vidas, buscando melhorar as relações de poder e as condições econômicas e sociais de sua casa e entorno, atingindo todo o município.

No tocante as questões econômicas, conforme informações extraídas do Ministério da Fazenda, IBGE e Tesouro Nacional, em comparação a outros municípios vizinhos, a gestão política atual tem dado ênfase ao desenvolvimento local, tendo investido em melhorias que satisfaçam a população e atraído projetos para o município, contribuindo assim para o desenvolvimento da agricultura e acessão social. Dados que podem ser comparados a partir de sites do governo federal, além de constatações *in Loco*.

## **6 CONCLUSÕES RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Verificou-se, que a Economia Popular e Solidária incentiva à cooperação entre os trabalhadores inseridos a participação feminina como parte do processo para a construção coletiva de soluções que gerem trabalho e renda, com respeito ao meio-ambiente. Essas soluções alternativas desenvolvem-se de forma democrática, ou seja, respeitando a vontade dos membros e construindo uma teia de colaboração, a partir do trabalho de cada participante e da população local que consume e propaga a qualidade do que é produzido.

A Economia Popular e Solidária é construída coletivamente e possibilitada por agentes participativos da sociedade, população e estado, através da gestão pública e dos integrantes em todos os processos decisórios, através do direito à democracia, liberdade e autogestão de cada um e do empreendimento. As iniciativas presentes nestes empreendimentos se tornam diferentes e alternativas com relação ao sistema vigente, pois mesmo em pequena escala, os interesses representam uma mudança social.

Ao pensar a atual conjuntura social depara-se com inúmeras situações que precisam ser superadas: o desemprego, a miséria, a pobreza, a baixa escolaridade, também servindo como alternativa aos agricultores do semiárido Brasileiro, como afirmação de identidade e sobrevivência com as adversidades

ambientais e falta de assistência pública, entre outras. Assim, a economia solidária, ao se firmar na sociedade como uma nova alternativa econômica, projeta-se não só para um desenvolvimento econômico, mas considera que é preciso valorizar um crescimento integral do sujeito, para gerar a mudança social esperada.

A autogestão é por fim uma característica da iniciativa dos produtores rurais integrados às associações rurais e ao centro de economia popular solidária de forma democrática e igualitária dando assim possibilidades de ascensão social, ainda mais na região semiárida do Brasil. É indispensável que políticas públicas passem a fazer parte cada vez mais da vida de pessoas de regiões como esta, com dificuldades diversas, mas também não se pode esquecer da inclusão do trabalho e aprendizado feminino na composição tanto das famílias, do campesinato e das associações rurais, possibilitando a abertura tanto do trabalho como das discussões à diferente gênero. O desejo de superação, certamente, são maiores que as dificuldades existentes, mas nada se compara à atitude, disponibilidade e interesse do sertanejo nordestino em sobressair dos percalços danosos ocasionados pelo modo produtivo e sistema político vigente.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007. 317p.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **A METAMORFOSE DO CONCEITO DE REGIÃO: LEITURAS DE MILTON SANTOS.** UFMG.

CATTANI, A. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979: Evolucion de La Geografia Humana. Barcelona: Oiko-tau, 1981.

CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y.; SOUZA, A. R. de. (orgs.) **Outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. 320p.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, Censo Demográfico 2010.** em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=292273&idtema=3&search=bahia|capeladaoaltoalegre|censo-agropecuario-2006>>.

\_\_\_\_\_.em:<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=292273&search=%7Cnova-fatima>

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio Justo e Economia Solidária no Brasil e o Processo da Política Pública na sua Promoção.** Mercado de Trabalho, IPEA, 2011.

PAMPLONA, Leonardo. **Políticas públicas de geração de trabalho e renda: o desafio da atuação do BNDES na economia solidária.** BNDES Setorial 30, p. 63 – 102

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim. **O cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária: Evidências locais a partir do caso da COOPAL.** 2007. 143 p. Tese (Doutorado em Ciências I). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciell, UFPEL, Pelotas.

SINGER, P. I. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas.** 7<sup>o</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária versus economia capitalista.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>.



## O SUJEITO DA ECONOMIA POPULAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE FEIRA DE SANTANA (1968)

Cléo Emidio dos Santos Lima<sup>6</sup>

**RESUMO:** A partir da análise do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (PDLI, 1968), pretende-se observar as ações voltadas para o desenvolvimento local do município por meio de levantamento de propostas para os trabalhadores populares e para a indústria. Busca-se ainda compreender qual o lugar do sujeito da economia popular frente ao impulso dado no processo de desenvolvimento nos marcos da década de 1960. Preliminarmente, aponta-se a falta de prioridade de ações que contemplem o amplo comércio popular que se concentra no centro da cidade vide a baixa presença de propostas existentes no plano. O processo de desenvolvimento local foi assim capturado pelo viés hegemônico liberal ao promover uma modernização às avessas, ou seja, na qual a ação do município não potencializou a contento um importante sujeito da dinâmica socioeconômica local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Popular. Desenvolvimento Local. PDLI.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca identificar a partir de análise documental os elementos voltados para a promoção do desenvolvimento local de Feira de Santana a partir da indústria e dos trabalhadores da economia popular. De antemão, é possível notar que tanto a ideia de progresso como de modernização tem pautado o município de Feira de Santana como um importante polo de desenvolvimento e de crescimento econômico.

Contudo, evidencia-se um conjunto de situações-problema que contradizem essa versão de desenvolvimento do município presentes nos constantes conflitos marcados na forma como Feira tem enfrentado, por exemplo, desde a expansão urbana desordenada, passando pelo crescente problema da mobilidade urbana, até as tensões estabelecidas com os trabalhadores da economia

---

<sup>6</sup> Pedagogo, mestrando em Planejamento Territorial/UEFS. E-mail: cleoemidio@gmail.com

popular na realização de suas atividades, em especial os que atuam no centro da cidade.

Atualmente é possível registrar a tensão cotidiana com o que representa a existência desse comércio popular, a exemplo das feiras livres, camelôs, ambulantes e um amplo quantitativo de trabalhadores de rua, na tentativa reiterada em retirá-los do centro da cidade, local onde se concentra parte significativa desses trabalhadores.

Este processo de modernização em parte associado à chegada da industrialização no município a partir da década de 1960 trouxe consigo a intensificação dos artifícios de exclusão social, como destaca Cruz (1999, p. 276):

Apesar de trazer maior dinamismo para a economia feirense, a nova indústria e os investimentos privados e públicos que a secundaram não foram acompanhados de proporcionais transformações nos indicadores sociais. E isto tem provocado o acúmulo da dívida social no município e em sua região de influência, com deterioração das condições de vida das populações.

Assim, pretende-se analisar um dos principais instrumentos de planejamento elaborados pelo poder público local: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI, 1968). Nesse sentido, ressalta-se que as ações que interessam a este trabalho são aquelas voltadas para a promoção do desenvolvimento sobre dois prismas: de um lado as ações relacionadas à implantação e fortalecimento da indústria e, de outro, as ações voltadas para a promoção dos trabalhadores da economia popular do município<sup>7</sup>.

Ao final busca-se não apenas identificar as ações planejadas para dar conta do projeto de desenvolvimento pautado pelo plano, mas também evidenciar suas ligações com a visão hegemônica da classe dominante burguesa em seus pressupostos para o desenvolvimento do município.

Destarte, a ausência ou a insuficiência de um planejamento que paute Feira de Santana em suas temáticas de promoção do desenvolvimento local em uma perspectiva crítica são causas principais de tensões que perfazem o cotidiano dos sujeitos/atores envolvidos no desenvolvimento do município. Tal assertiva se confirma pela pouca visibilidade do ponto de vista das políticas públicas que o

---

<sup>7</sup> Ao falar de indústria compreende-se os estabelecimentos de caráter empresarial voltadas para a produção propriamente dita. Os trabalhadores populares para fins desse trabalho representam os sujeitos do amplo segmento do comércio popular no âmbito do varejo, camelôs, feirantes, ambulantes, artesãos e um amplo leque de trabalhadores de rua, com destaque para os que atuam e desenvolvem suas atividades produtivas e comerciais no centro da cidade.

sujeito da economia popular tem frente às ações do poder público, se comparado com a atenção que o setor industrial coteja no âmbito das ações do município.

Para tanto se utiliza como referência Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), que discutem por meio de revisão bibliográfica definições e as etapas da pesquisa documental. A análise documental favorece a observação do processo de evolução dos comportamentos e fenômenos sociais, pois possibilita ampliar a compreensão dos objetos de estudo por meio de contextualização histórica.

No decorrer do trabalho pretende-se abordar tais questões organizadas em forma de seções, a saber: “Discutindo o sujeito da economia popular”, na qual desdobra-se a definição do que seja esse sujeito; em seguida, em “Feira de Santana na rota do desenvolvimento?”, pretende-se marcar o processo de desenvolvimento do município articulado com a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo mundial; e por fim, na seção “A indústria e a economia popular no PDLI de 1968”, serão analisadas as ações propostas para a indústria e a economia popular.

## **2 DISCUTINDO O SUJEITO DA ECONOMIA POPULAR**

Parte-se de conceber a economia popular como ponto de partida de um movimento significativo de segmentos sociais implicados na promoção de iniciativas econômicas como meio fundamental para prover o seu sustento material. Geralmente, as pessoas envolvidas nessa dimensão da economia se relacionam em um âmbito de organização ainda muito individual ou familiar, e mesmo que exista algum grau de organização para o desenvolvimento da atividade produtiva ele não objetiva a acumulação capitalista.

Os elementos da economia popular se inscrevem em um amplo segmento da economia dos setores populares. No âmbito dessa economia convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não.

Segundo Kraichete (2010, p.2):

Por economia dos setores populares entendem-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.

É por meio da troca de unidades de (valor) trabalho que se estabelece a relação de comunicação entre os agentes e sujeitos envolvidos nessa economia, sendo própria, individual, familiar e/ou de pequenos grupos, geralmente, a força de trabalho empreendida na produção e/ou comercialização. Nesse sentido, as possibilidades e propostas de acumulação de riquezas encontram contexto adverso, pois sendo a força de trabalho e os meios de produção (se não todos pelo menos parte deles) próprios ou de fácil acesso não se realiza o ciclo do capital e, portanto a geração da mais valia.

Ao priorizar nessa relação às necessidades das pessoas, produtoras e consumidoras, tende-se a estabelecer uma equivalência nos processos de troca entre os sujeitos, incidindo sobre a reprodução ampliada do capital, já que não se apropria do trabalho excedente contido na produção social e na produtividade dos trabalhadores em geral.

É possível assim depreender que a economia popular aponta algum limite quanto ao seu potencial organizativo, por sua dispersão e caráter individual de atuação, ou por se constituir a partir de pequenos grupos. Mesmo reproduzindo as lógicas de trabalho do capitalismo não garante a reprodução ampliada de capital, visto seu objetivo ser propiciar a reprodução da vida em sua escala imediata, suprindo as necessidades básicas.

Sua integração se dá de modo complementar no macro sistema global de reprodução do capital e ao sistema formal de produção e circulação de mercadorias e produtos, gerando dividendos diretos e indiretos (impostos, postos de trabalho, renda, etc.), além de propiciar repercussões adversas a depender do recorte dado ao tema, a exemplo da situação de trabalhadores informais e do circuito de mercadorias e produtos importados ou pirateados que sonégam impostos e mantém conexões com ilicitudes.

Para Feira de Santana é possível mencionar o papel que as feiras livres cumpriram para a constituição do que é hoje a identidade do município presente, inclusive, de forma expressa naquilo que nomeia a “princesa do sertão”. O nome Feira de Santana sustenta-se na existência de Feiras Livres que cumpriam função de abastecer os negociantes de gado que se deslocavam até a região para efetuar a comercialização dos animais, além do comércio de outros gêneros que foi aos poucos se estabelecendo.

### 3 FEIRA DE SANTANA NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO?

No tocante ao presente trabalho considera-se como desenvolvimento a ideia de expansão das liberdades e da criatividade humana, perfazendo a existência de dois eixos que caminhem de modo equilibrado: eficácia na ação, que diz respeito a técnica, e busca de propósito de vida, mais relacionada a escala dos valores. Ao longo do tempo, ao menos dos últimos duzentos anos, a sociedade se voltou mais para o aprimoramento da ação técnica (FURTADO, 2000).

A perspectiva trazida por Furtado (2000) tenciona com a ideia que associa desenvolvimento a crescimento econômico, esta preponderante no modo de produção capitalista, viés que tem influenciado a ação do Estado através das suas políticas.

De outro modo, frente aos debates emergentes sobre ao tema do Desenvolvimento surge também à ideia de desenvolvimento local como resposta as constantes crises enfrentadas pelo capitalismo a partir da década de 1970, tendo como marco para seu reconhecimento institucional a década de 1990. Como desenvolvimento local entende-se ser este

[...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (AMARO, 2009, p. 108).

Para Amaro (2009) a ideia de desenvolvimento local surge, então, como resposta da sociedade civil, principalmente, aos modos liberalizantes do Estado provedor e geralmente reflete as comunidades locais tentando resolver os seus problemas. Assim o local assume ser um espaço de efetiva atuação dos indivíduos e dos segmentos da sociedade que se mobilizam para fazer emergir um conjunto de capacidades antes invisibilizadas.

Como prática social específica da realidade brasileira, esta perspectiva contempla as variadas formas de articulação que visam intervir em uma determinada realidade com objetivo de resolver uma situação-problema concreta. Essas soluções envolvem os processos decisórios, o acesso a recursos, as políticas de reequilíbrio social, a gestão intermunicipal e um conjunto de outras iniciativas que por serem descentralizadas e em alguma medida dispersas no largo território brasileiro, são pouco visíveis, mas fundamentais para processos de mudança social.

Sugere-se também outro conceito mais amplo e complexo, qual seja, o de desenvolvimento local solidário, posto que este sinalize com elementos de síntese e superação das ideias anteriores de desenvolvimento e de desenvolvimento local. Para esta perspectiva o desenvolvimento segue em um duplo aspecto: quantitativo e qualitativo. Para tanto desenvolvimento (local solidário) então seria

[...] o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo quais desses bens se deseja (PATEO e SÍGOLO, p 9).

Nesta perspectiva, não é o processo econômico que orienta as necessidades dos sujeitos detectadas nas diversas dimensões da vida, mas, as necessidades dos sujeitos observadas nas dimensões da vida materializadas em uma demanda efetiva indicam os rumos da orientação econômica e do planejamento das políticas: o que se deve produzir e em que quantidade, quando, como e para quais setores segundo as prioridades estabelecidas nas localidades que agreguem maior quantidade de vínculos e relações possíveis, de ordem identitárias, culturais, políticas, de trabalho coletivo, entre outras.

Já em um panorama histórico sobre a trajetória do Desenvolvimento, tomando como ponto de partida a década de 1960, tanto o Brasil como países impulsionados pelas políticas de reestruturação socioeconômico do pós-guerra vivenciaram momentos particulares de crescimento econômico. Para o período ficava evidente uma perspectiva que relacionava diretamente crescimento econômico e desenvolvimento.

Esse modelo baseado em um paradigma *fordista* – produção em massa para consumo em massa – logo entra em crise em escala global. Esse é o panorama que se segue a partir da década de 1970, no qual o modelo de produção em massa-consumo em massa passa a perder a sintonia. A relação de grandes volumes de capital imobilizado em determinadas esferas geográficas, acompanhada de um estoque de empregados com relação salarial adequada ao consumo em massa, contando com a participação direta do Estado como promotor desse “sistema” entra em curto circuito (POCHAMNN, 2004).

Nesse período as taxas fixas de juros e de câmbio que favoreciam as inversões produtivas de capital e o estímulo ao comércio entre os países ficaram prejudicadas com o rompimento da estabilidade do Sistema Monetário Internacional

(que foi constituído a partir do acordo de Bretton Woods<sup>8</sup>). Com isso, o poder das altas finanças foi ganhando maior dimensão no cenário mundial, ampliando suas forças de valorização financeira do capital e garantindo controle na formulação das políticas macroeconômicas dos Estados nacionais (POCHAMNN, 2004).

Esse novo paradigma que emerge como resposta do capital a suas crises (crise do modelo fordista) se desdobra ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesse cenário na América Latina e em escala mundial começa a se desenhar o que veio a ser chamado de neoliberalismo. Este tem a marca fundamental da desregulamentação do trabalho, do fortalecimento do capital financeiro, do repasse da responsabilidade de direitos sociais e da venda do patrimônio público estatal para a esfera privada. Novamente a ideia de crescimento econômico e seu similar, o desenvolvimento humano em geral, não conseguem caminhar em sintonia.

Para o Brasil seria ainda possível delimitar um perfil quanto à sua inserção nesse sistema mundo a partir de uma lógica periférica, que tende a rebaixar seus interesses no plano das relações mercantis internacionais. Isso se dá por meio de trocas desfavoráveis contando com forte participação de produtos de baixo valor agregado no mercado mundial.

A vulnerabilidade a qual está submetida à proposta de desenvolvimento brasileiro (mais recentemente nomeada de desenvolvimentismo ou neo-desenvolvimentismo – diz respeito aos anos 2000 em diante) segue com a presença preponderante dos capitais agroexportador, minerador e imobiliário. O incremento em tecnologia e a priorização de investimentos em bens de alto valor agregado ficam relegados a segunda plana.

As razões para esse padrão de desenvolvimento repousam na combinação entre política cambial com altas taxas de juros; a abertura desregrada quanto à participação de produtos importados na economia nacional e o consequente enfraquecimento da indústria nacional; presença massiva de capital estrangeiro em investimentos diretos (CANO, 2013, p. 4-5).

---

<sup>8</sup> As conferências em Bretton Woods estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o exemplo de uma ordem monetária negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes. Tal evento aconteceu naquilo que seria o período final da Segunda Guerra Mundial, oportunidade na qual 730 delegados de todas as 44 nações aliadas encontraram-se no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, para a Conferência monetária e financeira das Nações Unidas. Os delegados deliberaram e finalmente assinaram o Acordo de Bretton Woods (*Bretton Woods Agreement*) durante as primeiras três semanas de julho de 1944.

No tocante a trajetória de desenvolvimento na marca região Nordeste, região da qual Feira de Santana faz parte, é marcante os indicadores sociais negativos e com sua população convivendo com constantes migrações em sua maioria para a região centro sul, onde se concentrava “o desenvolvimento”. O Nordeste ficou secundarizado e com pouca capacidade de polarizar investimentos<sup>9</sup>.

Para Balanco, Pinto e Busato (2006, p.30):

[...] o período de integração comercial entre as regiões, em seu último estágio (1930-1955), sob hegemonia do capital industrial, consolidou o Nordeste como uma ‘região perdedora’ mesmo dentro dos espaços regionais, pois essa região teve sua participação reduzida no mercado do Sudeste, enquanto este ampliava, cada vez mais, sua participação no mercado nordestino [...].

Essa “matemática” permitiu com que o capital industrial do centro sul ingressasse no mercado nordestino com finalidade de estimular um mercado consumidor interno. Já o contrário não ocorreu na mesma proporção, pois, além de tudo, o capital nordestino era predominantemente comercial e de base agrária.

Assim seguiu-se até a década de 1960 quando altera-se a configuração nas relações entre Nordeste e Sudeste. Passando por um processo de recessão econômica no período da década de 1960 os capitais do Sudeste migram para o Nordeste em busca de maior valorização.

Dessa forma, a busca empresarial por novos potenciais de acumulação e os maiores incentivos fiscais e financeiros por parte do Estado territorial (vantagens de localização) resultaram, conjuntamente, na maior integração produtiva entre as regiões brasileiras através do deslocamento espacial do capital (BALANCO; PINTO; BUSATO, 2006, p. 30).

É preciso mencionar também a existência da SUDENE<sup>10</sup>, datada de 1959. Esta agência de fomento contribuiu significativamente para delinear as principais tendências do desenvolvimento do país. Seu olhar atento para ao Nordeste pretendeu alçar a região a um protagonismo no plano nacional.

Além disso, a SUDENE emerge como uma característica peculiar do Estado naquele momento onde se busca maior participação racional na definição de políticas estatais. Um dos objetivos é o fortalecimento do Estado enquanto agente que visa reduzir desigualdades sociais e regionais, garantindo mecanismos e

<sup>9</sup> Fala-se do momento anterior a década de 1960.

<sup>10</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 por meio da lei nº 3.692, de dezembro do mesmo ano, extinta em 2001 e retomada por meio de lei nº 125 de janeiro de 2007.



investimentos necessários para que o progresso e o desenvolvimento contemplem regiões antes desassistidas.

De acordo com Oliveira (1981, p. 116):

A SUDENE traz inscrita, desde sua origem, a marca da intervenção “planejada” no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul.

No que diz respeito à Feira de Santana, o município acompanha todo esse movimento histórico, com destaque para o período do pós guerra até os dias atuais. Fato marcante no processo de desenvolvimento do município é a implantação do Centro Industrial Subaé (CIS), na década de 1960, como política de indução do desenvolvimento a partir da criação de um parque industrial no município.

Monteiro (2006, p. 3), correlaciona o surgimento do CIS com o contexto nacional:

[...] uma demanda do *centro dinâmico* do capitalismo a nível nacional, o Centro-Sul, que determinou a chegada da *nova indústria* em Feira de Santana: a mudança no *padrão de acumulação* capitalista expressa já no *Plano de Metas* do governo Juscelino Kubitschek, determinou uma expansão de capitais do Centro-Sul a outras regiões do país, sem precedentes. Ainda que a presença da Petrobrás e as formulações do governo estadual baiano sobre desenvolvimento industrial remontem à década de 50 do século XX, é sob a lógica da *integração produtiva* ditada pelo Centro-Sul que se deu o surto industrializante baiano das décadas de 60 e 70 do século passado. Dessa maneira, a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e o Centro Industrial do Subaé (CIS) são desdobramentos desse processo.

Com o tempo essa opção política também se mostra em sua dimensão ideológica a partir de determinado discurso de modernização da cidade que passa a se fortalecer, em certa medida, contrastando com outros segmentos que tem atuação no campo do desenvolvimento econômico local. É o caso do amplo setor econômico popular local, marcado pela forte presença das feiras livres, do segmento da informalidade e do comércio ambulante e de certo segmento comercial (o pequeno e médio comerciante).

Essa vocação comercial de Feira de Santana, em termos, sofreu ao longo do tempo com os limites da ação do poder público que por vezes não conseguiu atender com a devida atenção a essa enorme potencialidade do município. Os

trabalhadores populares aparecem como sendo um entrave ao desenvolvimento e a noção de cidade “bonita”. Nesses casos, seria preciso retirá-los do centro da cidade, local onde se concentra parte significativa desse comércio popular<sup>11</sup>.

Ao longo do tempo essa questão não é resolvida, pelo contrário, se mantém e talvez se prolifere a participação de trabalhadores da economia popular com atuação no centro da cidade. O viés da política pública atualmente preserva a linha de atuação mais predominante ao longo deste período desde a implantação do projeto modernizante em que se apregoa as soluções autoritárias como medida para enfrentar as tensões com a forma de uso e ocupação do solo por parte dos trabalhadores populares.

#### 4 A INDÚSTRIA E A ECONOMIA POPULAR NO PDLI DE 1968

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI, 1968) traz no seu próprio nome a ênfase no local e sua integração com e em diferentes escalas e vertentes, sendo pelo seu caráter inovador um dos primeiros Planos Diretores da América Latina contando para sua elaboração com participação de uma equipe técnica de consultoria<sup>12</sup>.

Ainda é relevante o seu aspecto diagnóstico, bastante aprofundado sobre a realidade feirense do período. Com base em dados primários e secundários a equipe da COPLAN traçou um perfil apurado da realidade feirense em seus distintos aspectos: sobre o aspecto econômico (agricultura, indústria e serviços<sup>13</sup>), sociológicos, físicos e institucionais. Além disso, apresentou um conjunto de diretrizes programáticas voltadas para a promoção do desenvolvimento local trazendo com estas um conjunto de proposições aplicáveis como meio para induzir a este desenvolvimento.

---

<sup>11</sup> Para entender melhor essa problemática ver estudo da professora Larissa Penelu que trata da mudança da Feira Livre existente no centro da cidade para um equipamento próprio, destinado a acolher esses trabalhadores. PACHECO, Larissa Penelu B. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

<sup>12</sup> Empresa executora: COPLAN S/A Construções e Planejamento.

<sup>13</sup> O item Serviços, discutido no PDLI a partir da página 60, capítulo II (tópico 1 e 2), engloba também o comércio. Na verdade, embora seja nomeado no texto como Serviços, o item diz respeito ao setor terciário, no qual estão inclusos comércio e serviços. Por este motivo, adota-se para fins desse trabalho o item Serviços como abrangente dos trabalhadores da economia popular.

Do ponto de vista dos elaboradores do PDLI o plano cumpriria uma função de estratégia para o desenvolvimento local a partir de uma política de integração econômica do município com a região; de uma melhor coordenação de ações do setor público; e por meio da indicação de investimentos e fontes de recursos (nesse caso recursos públicos – também sugere a participação da iniciativa privada no auto financiamento de suas ações).

Tais questões se desdobram em objetivos que fundamentam os programas e propostas. O sentido dos objetivos é orientar a ação do poder público em articulação com a iniciativa privada para a consecução de um processo de desenvolvimento que promova o bem estar social e integre a população no processo de desenvolvimento global (PDLI, 1968, p. 144).

Abaixo segue exposição das propostas levantadas por meio do levantamento realizado no referido Plano. Na oportunidade serão transcritas por meio de uma tabela as temáticas que interessam a este trabalho, indústria e economia popular.

<b>EIXO</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>OBJETIVO</b>
Indústria	Sistema viário urbano	- Construção de vias do Distrito Industrial <sup>14</sup>
	Implantação de distrito industrial	- Definir de acordo com zoneamento proposto área(s) específica(s) para instalação de pequenas e médias empresas garantindo terreno urbanizado e com infraestrutura própria para a atividade industrial. - Aumento da produtividade industrial - Aumento do emprego
	Organização para o desenvolvimento industrial	- Montar escritório técnico mantido pelo empresariado com apoio do poder público local - Prestar orientação e assistência técnica - Elaborar projetos de financiamento - Treinamento de mão-de-obra - Colaborar com o desenvolvimento da agricultura local

<sup>14</sup> Área destina a instalação de complexo de indústrias.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dar visibilidade a produção da indústria local</li> <li>- Atrair investimentos governamentais</li> <li>- Reunir estatísticas locais</li> </ul>
	Centro terminal dos transportes rodoviários e ferroviários	- Implantação de terminal rodoviário para transporte de cargas (e passageiros)
	Elaboração de perfis industriais	- Desenvolvimento industrial a partir de elaboração de estudos de oportunidades de mercado que sirvam para orientação dos empresários (incluindo os de outras regiões) e para a promoção e visibilização do município
Economia popular	Rede viária capilar	Recuperação e implantação de estradas que liguem as zonas produtoras agrícolas com o centro comercial de consumo e comercialização a nível local e regional
	Mercado varejista grossista	- Disciplinar as atividades da Feira Livre a partir da dotação de uma infraestrutura adequada para o bom desenvolvimento dessa atividade econômica
Observação: iniciativa comum a indústria e a economia popular	Educação para o desenvolvimento	- Adequar a formação profissional às necessidades do desenvolvimento local e regional

Quadro 1 – Levantamento de propostas para a indústria e economia popular<sup>15</sup>

Do ponto de vista da indústria as propostas acima visavam à consolidação do processo de industrialização em Feira, que cumpriria tanto um papel alimentador para o mercado consumidor interno, ofertando bens de consumo e bens intermediários para outras indústrias, como um papel complementar ao parque industrial da capital baiana, Salvador.

<sup>15</sup> Para se chegar ao resultado do Quadro 1 foram analisados do texto do PDLI os aspectos econômicos no capítulo II do respectivo Plano, além da parte intitulada programação, na qual constam as diretrizes gerais, as diretrizes programáticas e os programas, concernentes ao capítulo III. Estes trechos foram objeto de leitura e análise para efeito de caracterização das ações do Plano no tocante as proposições voltadas para a Indústria e a Economia Popular.

Em paralelo buscava-se estimular a implantação de mais indústrias consideradas dinâmicas (de minerais não metálicos, de material de transporte e borracha), tendo em vista ainda a predominância de indústrias tradicionais na realidade local (produtos alimentares, de mobiliário, calçados e de madeira). Ressalta-se ainda que é na classe das indústrias tradicionais que estava ocupada maior parcela da mão de obra no período (PDLI, 1968, p. 46).

Outro objetivo seria a alteração da natureza jurídica das empresas, ainda de caráter individual predominantemente. Associado a isso, está a necessidade de maior organização empresarial para alcançar maiores possibilidade de crédito, também uma necessidade para o financiamento das iniciativas que ora se instalavam no município.

Em se tratando da economia popular as propostas indicadas no plano pretendiam uma melhor articulação desta com os outros setores da economia local, setor primário e secundário. É exemplo disso as propostas de melhoramento das vias, que incidiriam no melhor escoamento da produção agropecuária para os mercados locais, com destaque para as atividades das Feiras Livres realizadas no centro da cidade.

A consecução de um mercado grossista-varejista visava um melhor ordenamento das atividades produtivas e de comercialização já realizadas no centro da cidade à época. Tal proposição pretendia dotar de condição física, sanitária e logística a atividade de comercialização dos produtos locais (ou extra locais) que eram vendidos nas feiras.

A proposta de “Educação para o desenvolvimento”, registrada como útil tanto a indústrias quanto a economia popular, revela uma perspectiva voltada para a emulação de uma cultura empreendedora e de cidade polo de negócios e do comércio.

## 5 CONCLUSÃO

O PDLI se caracteriza pelo esforço diagnóstico em compreender o contexto da época, trazendo um rico texto que identifica o perfil econômico, social e físico, e institucional do município. Existe fragilidade nas proposições voltadas para o setor da economia popular, sendo predominante a presença de ações que contemplem a indústria.

No Plano é marcante a presença das reflexões sobre o papel que a indústria desempenha na estratégia de desenvolvimento local. Tal assertiva é visibilizada pela quantidade de propostas sugeridas no plano e em particular pela extensiva discussão feita sobre o processo de industrialização que por ora passava o município.

O tratamento implícito da participação dos trabalhadores da economia popular no PDLI revela a insuficiência das análises para compreender a totalidade da dinâmica socioeconômica do município a partir de suas potencialidades. Com isso, fragmentam-se as proposições que, por sua vez, não conseguiram dar conta de um desenvolvimento local integrado como sugere o plano, deixando de captar uma das principais tendências e características do município presentes no dinâmico segmento da economia popular.

Caberia como tarefa importante proceder a uma segmentação dos itens de comércio e serviços. Esse item aparece em muitos casos voltado para o grande comércio e os prestadores de serviços que contam com certo grau de especialização e inserção hegemônica no âmbito do mercado. Seria, pois, necessário desdobrar esse perfil até chegar às iniciativas produtivas populares exercidas pelos camelôs, pelos ambulantes, pelos feirantes, dentre outros. Esse detalhamento possibilitaria uma melhor visualização desses sujeitos nas proposições do plano. Ademais, seria também possível observar em que medida estes estão computados ou não dentro do que designa o item comércio e serviços.

Em relação às propostas foram relativamente bem sucedidas as voltadas para a indústria. A definição de área específica para acolhimento de novas iniciativas industriais hoje é uma realidade, inclusive contando com significativa extensão do parque industrial do município, que seguiu seu crescimento em direção ao município de São Gonçalo, proporcionando uma área de integração geográfica-territorial com este município. Além disso, as áreas industriais gozam de relativa infraestrutura e urbanização se considerado o patamar da maioria dos bairros da cidade.

Soma-se a isso a criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), organização reconhecida como de interesse público em 1967, com objetivo de representar o setor industrial. Tal Centro possivelmente teria contribuído para atacar o problema da natureza jurídica das empresas locais da época, eminentemente de caráter individual, rumo a um perfil mais empresarial por meio de

processos de formalização. Certamente, que a criação do CIFS também ampliou as possibilidades de acesso ao crédito para financiamento das iniciativas empresariais.

Do ponto de vista da logística de transporte, o modal que se consolidou no deslocamento de cargas foi o rodoviário. O objetivo de alcançar um Centro Terminal Rodo-Ferrovário não foi encaminhado. Ao contrário, o transporte ferroviário foi aos poucos sendo desestimulado.

No que diz respeito a economia popular, a proposta de criação de um “Mercado grossista-varejista” foi executada. Em 1977 foi inaugurado o Centro de Abastecimento, equipamento dentro da estrutura econômica comercial e autarquia ligada ao poder público local, abrigou parte significativa dos comerciantes que atuavam no centro da cidade à época<sup>16</sup>.

Destarte, sua criação está mais vinculada a uma proposta de modernização e embelezamento do centro da cidade do que de uma verdadeira articulação e de melhores condições para os trabalhadores populares que atuavam na área do centro da cidade.

No tocante a proposta “Educação para o desenvolvimento”, essa se mostra uma questão deveras ambígua. De um lado, é de se considerar que tais elementos são característicos da cultura empresarial hegemônica que se articula com as propostas de progresso e modernização a partir da dinâmica industrial. De outro modo, sabe-se da capacidade de iniciativa dos trabalhadores populares, mas que, a princípio, não necessariamente se vinculam as visões “oficiais” sobre este perfil difundido no plano objeto de estudo.

Entretanto, é flagrante que em nenhum momento se fez referência objetiva na discussão sobre comércio e serviços sobre a participação dos trabalhadores da economia popular nesse setor. Tal “lapso” se faz importante tendo em vista que já naquela época o segmento da economia popular tinha presença marcante na cidade, já ocupando ruas do centro comercial.

Soma-se ao já mencionado a dimensão de uma modernização conservadora, que operou a partir dos agentes públicos e privados, sociais e econômicos, para viabilizar interesses hegemônicos vinculados a reprodução do

---

<sup>16</sup> Ver PACHECO, Larissa Penelu B. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

capital por meio do protagonismo da indústria frente ao amplo segmento econômico popular do município.

Sendo assim, a pouca preocupação com os trabalhadores populares denota a insuficiência com que estes têm sido contemplados pelas políticas públicas, cabendo, porém um lugar secundarizado em relação ao conjunto das políticas de promoção do desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; SÁ-SILVA, J. R. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, ano I, nº I, p. 1-15, julho de 2009.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento Local.** In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (orgs). *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Edições Almedina: Janeiro de 2009.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; BUSATO, Maria Isabel. **Acumulação do capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/SEI. Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia. Salvador: SEI, p. 9-36, 2006.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil.** *Revista Economia e Sociedade.* Campinas/SP, p. 831-851, 2012.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional.** 1999. 366. Tese doutoramento (Instituto de Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 1999.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares:** bases conceituais para políticas de fomento. Versão revista do texto submetido à Comissão Científica do III Congresso da Rede de ITCPs, janeiro/2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PATEO, Felipe; SÍGOLO, Vanessa. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário:** conceitos e estratégias. 2006. 20 p. Texto de autoria coletiva do Núcleo Rede da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP).

PDLI. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado.** Feira de Santana: COPLAN S/A Construções e Planejamento, 1968. 184 p.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento capitalista e dimensão regional.** In: POCHMANN, Márcio (org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local e inclusão social.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



MONTEIRO, Jhonatas L. **Classes dominantes e indústria em Feira De Santana nos Anos 70:** Sugestões para pensar politicamente a industrialização periférica brasileira. ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 07: Diversidade e Desigualdade, Poder e Conflito Social: Leituras Dialéticas da História, 2012.

## TURISMO DE EXPERIENCIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO – SE

Laura Almeida de Calasans Alves<sup>17</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo analisar possibilidades de interação com comunidades locais, através da aplicação do entendimento do turismo de experiência e a economia solidária que vise desenvolvimento local. Para este estudo utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório descritivo, com técnicas de observação in loco e entrevistas. Observou-se um descontentamento com a prática turística que vem sendo desenvolvida no município de Canindé de São Francisco, em Sergipe, uma vez que não há associações ou cooperativas que participem da economia local. Desta forma não há um empoderamento dos bens/atrativos locais pela comunidade, assim como não incentivo aos colaboradores locais.

**Palavras-chave:** Turismo de Experiência. Economia Solidária. Canindé de São Francisco

### 1 INTRODUÇÃO

O turismo vem se desenvolvendo enquanto atividade social e humana que gera produção de bens e serviços que visam à satisfação de turistas pela busca em obter não viagens, mas experiências em lugares diferentes que possibilite conhecer culturas e modos de vida diferente. Esse pensamento contemporâneo propõe a estabelecer uma relação social, cultural, espacial e política com os atrativos locais, fortalecendo laços, ancorado em um saber fazer comunitário, com novas formas de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade.

Buscar discutir a economia popular como forma de desenvolver políticas públicas para desenvolvimento local sustentável em Canindé de São Francisco, município localizado no sertão de Sergipe, através de práticas de turismo de experiências abre possibilidades de ações participativas de autogestão dos processos de trabalho e definições de estratégias de forma a gerar uma consciência coletiva, como movimento de reprodução da vida, de forma a satisfazer e envolver moradores e turistas, salvo exprimir a racionalidade desleal na alocação de recursos/atrativos turísticos que já estejam envolvidos em uma dinâmica econômica

---

<sup>17</sup> Doutoranda em Arqueologia na Universidade Federal de Sergipe. Laura.calasans@gmail.com

tradicional, mas que passe a desenvolver uma economia solidária onde todos que trabalhem possam se sentir donos dos meios de produção, não somente por valor material, mas na premissa de preservação dos seus bens pertencentes a todos, em uma autogestão, dentro de um modelo sustentável que promova o empoderamento da comunidade que passa também a praticar um turismo de experiência através de habilidades de aprender a conhecer, a fazer e conviver.

## **2 TURISMO DE EXPERIÊNCIAS – UMA PROPOSTA SOCIAL**

Entender o turismo é considera-lo parte de um processo fenomenologia, o que é bastante complexo. Conhecer como esse conceito se forma ao longo da história é um começo, onde somente através deste contexto poderemos construir as possibilidades do turismo ser um agente social de mudanças na vida de uma comunidade.

A atividade turística já vem sendo praticamente muito antes do seu conceito, é inerente a existência humana na terra, desde os primórdios, o homem buscava meio de sobreviver e para tal se deslocava de um local para o outro em busca de alimentos, sofrendo com a ação dos animais selvagens, tempestades, mudanças climáticas bruscas, e outros. Como parte integrante e modificante do meio ambiente como componente e ativo, ele passa a entrar em contato com a materialidade através dos meios de produção. No período mesolítico, ele passa a “dominar” todo ao seu redor, de forma antropocêntrica e egocêntrica. Assim ficou residência, domesticou animais, dominou o fogo, criou a divisão do trabalho, enfim o início das sociedades.

Caracterizado Tradicional, moderno, foi estabelecido no século XVI, com as chamadas Grand Tours, que eram viagens organizadas como jornadas de estudos, que chegavam a durar de dois a três anos, eram empreendidas por jovens nobres e burgueses ingleses. Elitista, desenvolvido em cima de um modelo fordista de produção, o que o denominou turismo de massa, conceituado por Ruschmann (2000), como sendo um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano, motivados pela organização de pacotes. Elitista, o turismo passa a ser apresentada a população global, consumido pela massa enquanto atividade meramente econômica.

Concomitante a propagação de sua prática, emerge o turismo cultural, ratificados pelas viagens intelectuais. Viajar segundo Rodrigues (2006), era motivo de aquisição de obras e arte, visitas a monumentos na antiguidade e de aprendizado de outras línguas e costumes de outros povos, compravam. De acordo com Williams (1998), essas viagens eram motivadas pela busca ao passado, a contemplação das estruturas antigas e a compreensão dos mecanismos que as produziram, tornando importante na definição de turismo cultural e o motor desta nova economia das cidades. A atividade e seus agentes, as pessoas que praticam o turismo, tem na ideia de cultura, um dos principais pilares.

Contudo o fato é que gerou uma mercantilização cultural, formando uma sociedade em consumista, alimentado o paradigma do modelo capitalista. Para tal Woodward (2007) faz uma interessante análise através de abordagens de Carl Marx e a teorização dos objetos como mercadoria, alimentado pelo sistema capitalista, relacionando os meios de produção em detrimento do consumo, encarados pelas relações de trabalho humano escravizado, do tempo de trabalho cristalizado, onde as pessoas fabricam o que acreditam serem suas necessidades básicas, contudo o que importava para forma marxista era produzir em massa para alimentar o capitalismo, não levando em consideração à relação objeto e pessoas, o que levou a uma alienação em massa.

Dentro da abordagem feita por Woodward (2007), na sociedade de consumo, a cultura material do fato, do ponto onde os consumidores e objetos são produzidos em massa são encontrados e utilizados pelos indivíduos, negociando os seus próprios significados e incorporando tais objetos pessoais em seus repertórios culturais e comportamentais, muitas vezes difíceis e por vezes reproduzindo estrutura social.

A questão que norteia a prática é a ideia de que esta é uma atividade de gera inúmeros impactos negativos, seja nos aspectos sociais, ambientais, cultural e outros. Contudo é importante salientar que o turismo mudou, e que este hoje passa a ser entendido como uma atividade social, cultural e ambiental, por tanto humana, que pode elevar a qualidade de vida de uma comunidade através dos aspectos econômicos dentro e fora do sistema capitalista de produção. Uma prática que pode proporcionar experiências únicas tanto para quem usufruir quanto para quem a produz.

A modalidade de turismo de experiência perpassa da essência da prática social do turismo. Para entender esta nova forma de fazer turismo faz necessário entender em qual momento, a atividade passa do entendimento meramente econômico para o social e ambiental.

A origem do turismo social<sup>18</sup> tem seu preceito na literatura europeia datada no período de guerras no século XX, como descreve Falcão (2006) que foi a partir da década de 20, onde países como Itália, União Soviética e Alemanha criaram incentivos para que trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo. No Brasil esse conceito ganha força através dos movimentos trabalhistas, ocorridos nas décadas de 30 e 40 sob a pressão do modelo industrial de produção, onde se reivindicava mais tempo livre e melhor qualidade trabalhista, onde havia a necessidade da criação de programas de assistência social e qualidade de vida, como apontado por Corrêa (2008, p. 8), “Estado e empresários optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho”.

Tais reivindicações resultaram em um avanço para prática turística, que vem se configurando nesse contexto social como um elemento transformador, que promove inclusão social pela utilização de bens e serviços do arranjo produtivo<sup>19</sup>, proporcionando um aproveitamento racional de recursos utilizados em uma proposta de formatar e criar modelos sustentáveis para sua prática. Por outro olhar é uma oportunidade de democratizar o turismo, minimizar os possíveis impactos que possam vir a surgir com a inserção da prática em uma localidade.

A mudança no olhar sobre a prática turística já vem sendo apontada por teóricos do Turismo como Beni (2003) e Locks (2007), onde há uma migração do modelo econômico para uma modelo de experiências, pautado em estabelecer uma ligação mais afetiva com o local visitado, e promover maior interação com a comunidade local. É a busca pela experiência social, não como um produto mas como uma filosofia de vida, uma vivencia experimentada em bases locais.

---

<sup>18</sup> Forma de promoção de um turismo que visa a inclusão e democratização da sua prática e comercialização de produtos e serviços, de forma a garantir sustento e renda para todos os atores envolvidos nesta atividade.

<sup>19</sup> “As aglomerações produtivas encontram-se geralmente associadas a trajetórias históricas de construção de identidade e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” (CALLEFI e SOUZA2005, p. 166).

Buscar possibilidades em desenvolver o turismo de experiências, através da economia solidária, emerge na proposta de inclusão através do empoderamento de seus atrativos e serviços, uma real troca sociocultural, em perspectivas únicas, na sua relação tempo espaço. Causar a emoção de estar em contato com outros povos, aprendendo, se integrando.

O turismo de experiências, segundo Sun Tung e Ritchey (2011) é um conjunto de avaliações individuais (afetiva, cognitivo e comportamental) de eventos relacionados à ação turística. São experiências naturais, não intencionadas, vivenciadas em locais autênticos, dentro do cotidiano local, criando laços e fortalecendo as relações entre visitante e comunidade.

O fortalecimento entre atores sociais envolvidos no processo, pode gerar a capacidade de incentivo e boas propostas que identifiquem as potencialidades locais reforçando a ideia de que estado, mercado e sociedade civil devem andar juntas na mesma direção, interagindo e promovendo o bem estar da coletividade.

Essa interação levou vários estudiosos e profissionais a entender que o tipo de sociedade que construímos é de extrema importância para o crescimento econômico. Nos debates sobre desenvolvimento termos como capital humano, físico ou natural são constantemente usados, o que gerou dentre muitos debates a importância do social para o econômico (SACHS E LAGES, 2001).

Já exemplos desta prática, o programa “*Tour Experiência*”<sup>2</sup>, uma parceria entre o SEBRAE e Ministério do Turismo, onde apresentou dentre vários resultados qualitativos uma expectativa de quais seriam as memoráveis, sendo elas: Interação com a população local, abstração – desligar-se de tudo, sentidos e emoções, vivência da cultura, contemplação com a natureza, *crescimento pessoal, autoconhecimento, gastronomia diferente, dentre outros*. O programa prevê analisar as peculiaridades de cada lugar, elencando a cultura, através de experiências associadas aos sentidos e a um contexto histórico, a magia inserida naquele ambiente, compõe uma identidade local, através de histórias e fatos. Um determinado lugar ganha um valor adicional quando está inserida a autenticidade da cultura local. (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2010).

No turismo de experiência cria-se possibilidade para exprimir o máximo de experiências por parte do visitante, e é importante frisar que palavras possibilidade não significa que esta modalidade tem como objetivo “mercantilizar”, mas como

Pines II e Gilmore (1998) advertem é mais no sentido de explicar a nova interação indivíduo/comunidade/turismo. Uma experiência ocorre quando forma-se arranjos produtivos turísticos, possam trabalhar em formação de uma rede que estabeleça forma de inclusão, e fortalecimento da identidade local, a fim de engajar os visitantes a um evento memorável (PINES II E GILMORE, 1998).

Maldonado (*apud* Bartholo, 2009) faz uma análise desta interação que deve haver entre o turismo e população local, como saída estratégica no desenvolvimento da localidade, propondo uma autogestão do turismo, na qual a comunidade deve assumir um importante papel de planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento. Tenório e Barbosa (2008) afirmam que a ação do turismo deve respeitar as diferenças, incorporando a igualdade de oportunidades, estimulando assim a ética no consumo, oferta e produções dos benefícios da atividade turística seguindo uma perspectiva de turismo sustentável. Conseguir quebrar as barreiras do turismo tradicional para um turismo social, mais integrado. Conforme demonstra o quadro 1:

<b>TURISMO TRADICIONAL</b>	<b>TURISMO SOCIAL</b>
Turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo do desenvolvimento macroeconômico	Objetivo do desenvolvimento integral
Comunidade a serviço do turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Expansionismo Científico	Ordenamento programático
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem estar

Quadro 1 – Diferença entre o Turismo Tradicional e Turismo Social  
 Fonte: Barbosa, 2008.

Para Gastal (2002), o turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários. Conforme se acentua, “a uniformização como uma das tendências da globalização, a possibilidade de vivenciar culturas locais tende a tornar-se um diferencial poderoso” (DIAS, 2003, p.19).

Sendo assim, emerge a necessidade de compreender e visualizar a atividade turística sob um olhar aquém do que sugere seu conceito inicialmente discutido, como sendo uma atividade meramente econômica. As recentes discussões no turismo destacam que multiplicidade de fatores envolvidos no turismo

vão além deste conceito econômico, pois entendê-lo não apenas sob a ótica econômica, enquanto indústria que observa o olhar turista (ou efeito econômico que este deixa nos núcleos receptores), mas, sobretudo, a ótica da comunidade local, e, portanto, dando um destaque maior à atividade turística através desenvolvimento local.

Presume-se, que a partir deste estudo será possível compreender que o turismo de experiência pode contribuir para fortalecimento da identidade local, afim de que a comunidade possa entender que o turismo pode ser um divisor de águas, gerando renda e possibilitando a criação de arranjos produtivos locais, através de gestão participativa em que todos opinem e contribuam sendo possível pensar e contribuir na construção de uma proposta de comunidade e localidade mais inclusiva e integrada.

### **3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Para Costa (2003) um dos grandes desafios está diante da enormidade dos problemas sociais e do recuo do Estado em relação à questão social, os cidadãos e a sociedade são conclamados a compartilhar responsabilidades na resolução desses problemas. Esse desafio atual está em encontrar um consenso sobre o quê, quem e como se responder aos anseios da sociedade em relação ao seu bem-estar, como coletividade. A questão é: que devemos fazer coletivamente – e não individualmente – para que as ações sociais resultem do envolvimento tanto da motivação individual para uma ética solidária constitutiva da coesão social, quanto da garantia da “responsividade” do Estado face aos cidadãos.

Neste aspecto o termo capital social tem sido identificado como um componente integral do desenvolvimento econômico e social, que molda a quantidade e a qualidade das interações sociais de uma sociedade. Reconhecendo o potencial desse conceito, o turismo vem-no usando para investigar e analisar como e de que forma o capital social promove a interação da comunidade com atividades turísticas, de modo a participarem ativamente e a beneficiarem-se do processo de desenvolvimento.

Putnam (2000) resumia o conceito de capital social em redes, normas e confiança. Para o autor, os valores cidadãos democráticos poderiam beneficiar o



associativismo, criando um retorno positivo sobre a divulgação desses valores, fortalecendo redes de prova densa e valiosa, normas que envolvam as ações individuais e as relações sociais, e confiança que tende a parecer psicologicamente complexa sendo como qualquer outra forma de capital, ou seja, físico ou capital humano social, produtividade futura dos indivíduos e grupos da sociedade civil, mesmo não sendo principalmente econômica e tendo como seu primo conceitual, a comunidade.

Ponchirolli (2002) aponta a necessidade em reconhecer novos paradigmas para promover o desenvolvimento de uma localidade dentro da lógica do capitalismo, novas formas de arranjos produtivos, que busquem além crescimento econômico, o social e ambiental. Hoje é consenso que a era industrial se esgotou e que a sociedade do conhecimento emergiu como nova modalidade econômica social. O turismo está dentro das perspectivas de novo paradigma, isso se deve a toda uma produção global gerada pelo turismo, ancorada em um saber fazer comunitário, baseada nas novas formas de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade.

Segundo Zaoual (2009), o resultado dessa nova forma de fazer turismo, gerou uma demanda torna-se cada vez mais exigente, variada e variável. Para o autor, ela tende a se focar cada vez mais na qualidade, exprimindo a necessidade da cultura local e meio ambiente. Este fato faz com que haja um aumento na procura por destinos que vem a refletir a autenticidade e profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e harmonia com a natureza e memória (imagem) dos lugares visitados em outro lugar. Tais exigências colaboram na coibição e quebra da oferta do turismo de massa, dando lugar a um novo paradigma de desenvolvimento para a atividade, mais preocupado com a interação da comunidade com os visitantes, gerando uma recente discussão de um novo segmento, o turismo comunitário<sup>20</sup>.

O aprender a conhecer, a fazer e a conviver, tornaram habilidades e competências principais no mercado competitivo. A necessidade de conhecer o ser humano enquanto forma de capital, tornou-se o grande desafio. Pois o capital humano é dotado de características fundamentais ao desenvolvimento global e local,

---

<sup>20</sup> Coriolano (apud Bartholo, 2009), afirma que o turismo de base comunitária é o futuro da atividade turística, onde a comunidade de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das atividades associadas à exploração do turismo.

visto a necessidade de torna-se mais ativo às questões do estado e das ações de mercado (PONCHIROLLI, 2002).

Com isso é possível um caminho pautado na economia popular ou solidária como alternativa de desenvolvimento local socioeconômico em uma proporção de esforços com base de motivação em agregar recursos pessoais e de outras organizações para beneficiamento, crédito, produção, comercialização e consumo (CORAGGIO, 1997), contudo para tal faz-se necessário despertar o sentimento de posse da comunidade envolvida, de empoderamento de seus bens/atrativos, e nesta ideia que o turismo de experiência torna-se importante aliado.

A economia solidária nasce da prática, partindo de renovar modelos tidos como de desenvolvimento, mas é necessário, primeiramente informar e ouvir das comunidades sobre o turismo, os benefícios e malefícios e de que forma este poderá beneficiar uma comunidade, somente desta forma poderá surgir iniciativas que venham de demandas da sociedade civil, nascendo assim empreendimentos ou grupos sólidos e fortalecidos. No entanto para trabalhar bases da economia solidária são necessárias práticas solidárias, que possam inserir as comunidades nos serviços solidários, e que estes possam envolver a atividade turística, em uma perspectiva de melhor qualidade de vida.

Seu conceito diz que:

Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas acepções: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p. 116).

Em perspectivas de inclusão, Jesus e Mance (2003) aponta que é necessário que a exclusão seja compreendida como a ação endógena, de pôr fora o que estava dentro, que se manifesta visivelmente na condição de desemprego e da falta de oportunidades. A inclusão, por sua vez, pode ser entendida como o processo ou situação de participação como ator e beneficiário, em contextos de oportunidades de trabalho e de distribuição da riqueza produzida ou ainda de políticas públicas.

### 3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste sentido a economia solidária em Canindé de São Francisco, pode consistir em um novo modo de produção. Localizado no sertão sergipano, o município apresenta um acervo de atratividade turística natural e cultural, que vão de cânions navegáveis, acervo arqueológico, dança, gastronomia, dentre outros. A região hoje compõe o Polo Turístico Velho Chico, que vem sendo contemplado por ações de investimento do Programa de Desenvolvimento Turístico Nordeste – PRODETUR, que tem como um de seus objetivos promover o desenvolvimento local sob viés da sustentabilidade, em perspectiva de equidade social e preservação ambiental, salvo gerar renda a comunidade beneficiada.

Contudo o que pode ser observado é que não há uma justa distribuição ou fomento de economias de base local dentro do circuito de comercialização turística da região. Um outro entrave é a falta de pertencimento de seus bens naturais e culturais por parte da população locais, que em muitas vezes desconhecem seus atrativos. Faz-se necessária ampliar esta discussão a fim de que possamos sugerir e implantar ações de base de economia solidária local, utilizando-se de premissas do turismo de experiência.

Em uma oficina de educação patrimonial realizada no mês de novembro de 2015, no povoado de Curituba, no município de Canindé de São Francisco/SE, com alunos de escolas públicas, com faixa etária entre 05 e 18 anos, foram desenvolvidas inúmeras atividades com temas acerca de cultura, memória, patrimônio, natureza, e arqueologia observaram-se em muitos momentos como os alunos conhecem seus bens materiais, mas não com sentido de preservação ou conservação, mas como parte de um contexto social e porque não dizer político. Referentes à oficina vários pontos foram levados a uma reflexão: A ideia de que o patrimônio só é patrimônio para nós pesquisadores, para eles são apenas recursos para lazer, pesca ou outra atividade de subsistência; De que a não realização de ações como essa compromete a memória coletiva, as heranças culturais daquela comunidade, que se encontram inseridos no contexto da massificação da cultura sem elementos autênticos da sua realidade; e, por fim, de que embora inseridos neste contexto, há interesse em aprofundar o conhecimento sobre seus bens culturais, ampliação do conhecimento pelas suas riquezas, de forma a fomentar e incrementar renda familiar.

Outra premissa que ressalva a necessidade de criação de associações e cooperativas de base local envolvendo o turismo na região é sua própria prática. O maior atrativo da região são os cânions navegáveis pelo Rio São Francisco, contudo os benefícios dessa prática turística beneficiam empresários do ramo turístico da capital do Estado Aracaju, e alguns empresários locais. O fato é que muitas práticas solidárias poderiam estar associadas ao turismo local, como restaurantes residenciais, feiras livres, canoieiros, guias e tantas outras. O site Sergipe Trade tour<sup>21</sup> elenca vários atrativos da região e dentre eles está à goiabada, que não é encontrada com facilidade na região, e não há registro do modo de fazer. Mais uma necessidade e possibilidade de estruturar a atividade através de práticas solidária. Nessas análises, é destacado pensar a organização das formas de solidariedade que, por sua vez, “estruturam as atividades econômicas e contribuem para uma ação pública necessária ao estabelecimento de uma sociedade que se quer democrática (LAVILLE, 1994, p. 30).

A questão é que a atividade turística desenvolvida, não beneficia o município de Canindé de São Francisco, quem visita os cânions não utiliza os produtos locais e não para na cidade, e muito menos pernoita na cidade. E partindo da ideia de desenvolvimento, para Costa (2003), o desenvolvimento é essencialmente uma estratégia quando as ações são inter-relacionadas, onde os indivíduos estabeleçam relações humanas que enriqueçam sua existência através de novas formulações que enfatizaram a necessidade de uma integração entre diversidade cultural, sustentabilidade, o desenvolvimento humano, e fomento de economias locais que gere possibilidades de desenvolvimento local. Para Zapata (2004), o desenvolvimento local é denominado desenvolvimento endógeno por estar está intrinsecamente ligado ao conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade cujo contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

#### **4 CONCLUSÕES**

Entender que possa existir justa distribuição de resultados oriundos da prática turística local, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de

---

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.sergipetradetour.com.br/conteudo.php?sb=11>, acesso em 10 de fevereiro de 2016.

autogestão e melhorias de qualidade de vida dos atores envolvidos, em sua relação com o meio ambiente, na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável das atividades em Canindé de São Francisco é viável e torna-se base territorial para efetivo desenvolvimento turístico local.

Vivenciar e experimentar o local respeitando toda suas riquezas e cultura local, traz possibilidade de incentivo tanto a quem visita em conhecer a autenticidade e realidade local como forma de agregar valor e permitir que essa pessoa muda sua percepção da vida, assim como para a comunidade é uma forma valorizar seus espaços, gerar renda, criar recepção de valorização cultural e ambiental, elevação de qualidade de vida, dentre outros.

Para tal a elaboração de políticas públicas e manutenção destas, construídas através de uma política participativa que permitam a competitividade, na busca pela sustentabilidade turística, torna-se o grande desafio do desenvolvimento turístico. Participação, confiança, respeito, solidariedade, preservação, conservação, e outros são elementos fundamentais para que a atividade turística se estabeleça. A comunidade receptora é fundamental para fechar este processo, ela precisa aceitar o turismo enquanto agente catalisador de oportunidades, em todos os sentidos. Em muitas cidades o turismo não é bem quisto por entender que traz prejuízo local. Porém a atividade se construída com a participação da comunidade possibilita monitorar os impactos e gerar um desenvolvimento saudável a destinação turística. Fomenta o chamado sentimento de pertencimento promovido pela economia solidaria.

## REFERÊNCIAS

BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, D.G., BURSZTYN, Ivan (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009.

BENI, Mário C. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed. São Paulo. SENAC, 2003.

CAMPOS, A. C.; CALLEFI, P.; SOUZA, J. B. L. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005. Disponível em: . Acesso em: 28/07/2015.

CARTILHA DO TOUR DA EXPERIÊNCIA, elaborado pelo Instituto Marca Brasil por solicitação do Ministério do Turismo e SEBRAE – 2010.

CORAGGIO, José (1997). Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: **Proposta**: revista trimestral de debates, Ano 26, nº 72. São Paulo: FASE.

CORRÊA, A. A. A. A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). **Anais do XIII Anpuh-Rio**, 1-12. (2008).

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 147-163, 2003.

**DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.**

FALCÃO, C. H. P. (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In Carvalho, C. L. de e Barbosa, L. G. M. (Ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil** (pp.127-145). Rio de Janeiro: Senac Nacional.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (org.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

JESUS, P.; MANCE, E. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, Antônio David (Org.).

**A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFGM, 2004.

LOCKS, Eliza B.D. **Prestação de serviços personalizados**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

PONCHIROLLI, Osmar. (2002) O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob perspectiva da teoria do agir comunicativo. **Revista FAE**, v.5, n.1, p.29-42, jan./abr. Disponível em: <http://www.fae.edu>.

PUTNAM, Robert, D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, 2ª edição, Editora FGV, 2000.

SACHS, Ignacy. LAGES, Vinicius N. Capital Social e Desenvolvimento Local: novidade para quem?. In **Conferência Regional sobre capital Social**. Paper Orgs CEPAL y Universidad Del Estado de Michigan, Santiago, Chile. 2001.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.116-125.

SUN TUNG, Vincent Wing, RITCHIE, J. R. Brent. Exploring the essence os memorable tourism experiences. **Annals of Tourism Research**, vol. 38 nº 4 pp. 1367-1386, 2011.

RODRIGUES, Marly, Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra. C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

URRY, John. **O Olhar do turista**. São Paulo: Sesc/ Studio Nobel,1999.

WILLIAMS, S. **Tourism Geography**. London: Routledge. 1998.

WOODWARD, Ian. **Understanding material culture**. London: Sage Publications, 2007.

ZAPATA, Tânia et all. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: <[http: www.iadh.org.br](http://www.iadh.org.br)>. Acesso em 06 de novembro de 2010.

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SERRINHA: LAÇOS FINANCEIROS NA LUTA CONTRA A POBREZA

Daniele Silva de Jesus<sup>22</sup>; Janúzia Souza Mendes<sup>23</sup>

**RESUMO:** Devido a implantação do novo modelo agrícola no país, a agroindústria, o tema cooperativismo está sendo muito discutido nos últimos anos, pois forças econômicas buscam distanciar as cooperativas de seus princípios e transformá-las em firmas. O presente trabalho tem como objetivos relatar a história do cooperativismo de crédito no mundo, no Brasil e na cidade de Serrinha. Analisar o conceito de pobreza dos estudiosos e órgãos como o Banco Mundial e conhecer como a cooperativa de crédito contribui para reduzir a pobreza na cidade de Serrinha. Utilizamos como tipo de pesquisa a exploratória, como abordagem de pesquisa a qualitativa e a técnica de pesquisa a bibliográfica. Todavia entende-se que a definição de pobreza exposta pelo Banco Mundial e seguida por todos os países do mundo é o terceiro tipo de pobreza apresentada por Milton Santos, pois o Estado nacional está se isentando de suas responsabilidades, deixando a cargo de outras instituições e organizações resolver o problema da pobreza em seu país. A Cooperativa de Crédito instalada na cidade contribui para o desenvolvimento e diminuição da pobreza local prestando assistência financeira para seus associados proporcionando que os mesmos aprimorem sua produção aumentando a produtividade e conseqüentemente sua qualidade de vida, contribuindo assim, para a eliminação dos intermediários, aumentando o retorno financeiro e realizando operações financeiras que se transformam em benefícios para os cooperados com taxas e condições especiais, investindo recursos em projetos que fomentem o desenvolvimento sustentável local.

**Palavras-chaves:** Cooperativa de Crédito. Pobreza. Território

### 1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito são de suma importância para a sociedade, pois além de prover serviços e produtos financeiros para seus cooperados com valores mais baixos elas contribuem para o desenvolvimento local onde estão instaladas. Essas cooperativas são constituídas pelos cidadãos que por terem dificuldade de acesso aos serviços nas instituições bancárias se unem e criam cooperativas para facilitar esse acesso.

---

<sup>22</sup>Graduada em Pedagogia: Docência e Gestão de Processos Educativos da Universidade Estadual da Bahia-UNEB, Campus XI-Serrinha-BA. E-mail: [danielesjesus@yahoo.com.br](mailto:danielesjesus@yahoo.com.br)

<sup>23</sup>Economista. Doutora em História da Ciência UFBA, Professora Adjunta da UNEB Campus XI, Serrinha e da Faculdade Anísio Teixeira – FAT. E-mail: [januziamendes@ig.com.br](mailto:januziamendes@ig.com.br)



A quantidade de cooperativas de crédito no Brasil vem diminuindo, mas isso não significa que estão retraindo, ao contrário, muitas cooperativas estão se fundindo para serem mais competitivas no mercado. O decréscimo de cooperativas está sendo seguida por um aumento na produtividade, no número de cooperados e de empregados.

Devido a estas fusões as cooperativas foram muito importantes nos períodos de crise econômica, pois ficaram muito mais fortes. A união e cooperação entre os cooperados que pensavam em formas de manterem as cooperativas funcionando nos momentos difíceis contribuíram para o fortalecimento das mesmas. Elas colaboram para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, pois ao fornecerem produtos e serviços a uma taxa mais baixa aos cooperados contribuem para que os mesmos aumentem a capacidade produtiva e reduza a pobreza no país.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende estudar a cooperativa de crédito de Serrinha: laços financeiros na luta contra a pobreza. O estudo abrange a cidade de Serrinha, pois a cooperativa de crédito rural ASCOOP SISAL - Associação de Apoio a Economia Familiar do Estado da Bahia que em convênio com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XI ofereceu o curso de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas: Ênfase em Economia Solidária tem sua instalação nesta cidade.

A problemática que norteia esta pesquisa é como a cooperativa de crédito contribui para reduzir a pobreza na cidade de Serrinha? Como objetivos pretendemos: relatar a história do cooperativismo de crédito no mundo, no Brasil e na cidade de Serrinha. Analisar o conceito de pobreza dos estudiosos com o do Banco Mundial e conhecer como a cooperativa de crédito contribui para reduzir a pobreza na cidade de Serrinha.

O artigo terá como discussões fundamentais as seguintes categorias: apresentações históricas de surgimento do cooperativismo e cooperativas necessários para compreensão das cooperativas de crédito hoje. Discussão do conceito de território para compreender sua relação com as cooperativas e desenvolvimento local. Exposição da origem, formação ideológica e expansão no Brasil das cooperativas de crédito. Entender o conceito de pobreza, situação pela qual as cooperativas de crédito também buscam diminuir e por fim teceremos considerações finais acerca da temática proposta.

## 2 METODOLOGIA

Nesta seção, serão expostos os procedimentos metodológicos gerais que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, começando com a definição de pesquisa, em seguida tipo da pesquisa, abordagem de pesquisa e técnica de pesquisa.

Pesquisa é o estudo, investigação sistemática com o objetivo de descobrir fatos relativos ao objeto de estudo com o intuito de confirmar ou contestar algum conhecimento pré-existente a fim de gerar novos conhecimentos. Segundo Gil (1991, p. 19) “pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Quando buscamos compreender os fenômenos que nos propomos a pesquisar devemos utilizar métodos científicos para coletar e analisar os dados. Segundo Gil (1999, p. 42) “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Utilizamos como tipo de pesquisa à exploratória, pois ela pretende proporcionar mais informações sobre o tema do cooperativismo. Segundo Gil,

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p.41).

Escolhemos como abordagem de pesquisa a qualitativa porque ela tem como objetivo explicar e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social como também interpretar estes fenômenos que fazem parte na maioria das vezes do dia a dia da vida do pesquisador. Para Oliveira,

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Utilizamos a técnica de pesquisa a bibliográfica, pois desenvolvemos o presente trabalho com base em materiais já elaborados. De acordo com Gil (2002, p. 45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é permitir ao investigador a

cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A Cooperativa de Crédito escolhida para desenvolver este estudo foi a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL, pois a mesma em convênio com a Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Campus XI ofertou o curso de Pós-Graduação de Gestão de Cooperativas: Ênfase em Economia Solidária. O estudo abrange a cidade de Serrinha porque o campus XI da UNEB e a referida cooperativa estão instaladas na cidade.

### 3 COOPERATIVISMO E COOPERATIVAS

Cooperação é uma palavra muito utilizada quando se fala em Cooperativismo e Cooperativas. Segundo Lanza cooperação é,

Uma maneira de agir e de se relacionar com outras pessoas, tanto no trabalho como na vida comunitária e familiar. A cooperação é um fator importante para o trabalho no empreendimento por que ajuda as pessoas a encontrar objetivos e interesses comuns [...] (LANZA, 2014, p. 24).

Desde os primórdios da sociedade até as mais modernas o homem praticava a cooperação, seja na construção de casas, defesa da comunidade, caça e pesca, nas manifestações religiosas, dentre outras, pois o trabalho realizado coletivamente e com a colaboração de ambos é mais produtivo do que o trabalho solitário.

De acordo com Rolf Eschenburg,

Cooperação (=trabalho conjunto) é a ação consciente de unidades econômicas (pessoas físicas ou pessoas jurídicas) para uma finalidade comum, sendo as atividades individuais dos participantes coordenadas através de negociação e acordo (apud VALADARES, 2005, p. 4).

Cooperação implica no trabalho consciente entre duas ou mais pessoas que se unem para alcançar um objetivo comum. Para atingir determinada finalidade é preciso que as atividades individuais sejam coordenadas para este fim, por isso a necessidade de negociar e estabelecer acordos.

Os primeiros apontamentos de práticas da cooperação que se tem registro são: “do Antigo Egito (grêmios), da Grécia (orglonas), de Roma (cólogos), os ‘ágapes’ dos primeiros cristãos (citados nos Atos dos Apóstolos da bíblia), os “ayllus” dos incas e os ‘calpulli’ dos astecas, na América (Brasil, 2012).

Essas iniciativas tinham como característica o trabalho mútuo, a busca coletiva de superar dificuldades, solucionar determinados problemas. Unia-se na busca de soluções que beneficiasse toda a comunidade e não o indivíduo em si. Para coordenar as atividades individuais em prol de uma finalidade que favorecesse toda a comunidade essas pessoas formaram cooperativas.

As cooperativas surgiram no período da Revolução Industrial, com o apogeu do capitalismo os trabalhadores não detinham os meios de produção vendiam sua força de trabalho para capitalistas que visavam o lucro e mantinham os operários em condições subumanas.

Neste período o trabalho humano começou a ser substituído pelas máquinas, devido a isto muitas pessoas ficaram à margem da sociedade, as que não se enquadravam nesse novo padrão de sociedade a exemplo dos deficientes, negros, etc., também foram colocados às margens. De acordo com Valadares,

Historicamente o cooperativismo moderno surgiu como um instrumento de defesa, de reabilitação e de emancipação de trabalhadores, como reação às condições sociais e econômicas adversas originadas da evolução do capitalismo. (VALADARES, 2005, p. 6)

Para sobreviverem neste novo modelo social muitas pessoas viram nas cooperativas uma saída para enfrentar, superar as dificuldades originadas do capitalismo. Considerado como pai da cooperativa moderna no geral Robert Owen (1771-1858) se preocupou com o modo de vida que a classe operária passava nas fábricas, para solucionar este problema se tornou sócio de uma grande empresa de tecelagem em New Lanarck e começou a implantar seu plano de reforma social.

Uma das metas de seu projeto era diminuir a jornada de trabalho, proibir que menores de 10 anos trabalhassem, tornar obrigatório que os filhos dos operários frequentassem escola, dentre outros.

Owen entevia a solução do problema social na organização de comunidades produtivas, tendo como base a ideia da produtividade coletiva, espécie de colônia que deveria manter-se por seus próprios meios e produzir tudo de que seus membros tivessem necessidade. Essas comunidades seriam um tipo de “cooperativa integral”, onde a produção e o consumo seriam efetuados em comum (VALADARES, 2005, p. 7).

Owen fundou esse tipo de colônia em New Lanarck na Inglaterra e em New Harmony nos Estados Unidos, mas essas colônias não deram certo, porque foram criadas com o dinheiro de um rico irlandês Vandeleus que acabou perdendo toda sua fortuna em um jogo, levando assim a liquidação da colônia.

Em 1844 em Rochdale na Inglaterra originou o cooperativismo moderno, onde um grupo de operários tecelões sofrendo com as mazelas do capitalismo e buscando uma forma de sustentar suas famílias formaram a *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale* a primeira empresa cooperativa moderna. As normas que a regulamentava deram origem aos Princípios do Cooperativismo, que até os dias atuais é adotado por todas as cooperativas.

Estes princípios apresentam a finalidade da cooperativa, a configuração da propriedade e de controle e como os benefícios são distribuídos. Eles distinguem as cooperativas das empresas e outros empreendimentos econômicos. De acordo com a Declaração sobre Identidade Cooperativa,

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida. (ACI, 1995)

A Declaração sobre a Identidade Cooperativa enunciada pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI em 1995 reformulou os princípios cooperativistas, que passou a ter a seguinte redação:

**1º Princípio: Adesão voluntária e livre:** As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas.

**2º Princípio: Gestão democrática pelos membros:** As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram. Nas cooperativas do primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto (um membro, um voto), estando as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática.

**3º Princípio: Participação económica dos membros:** Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os cooperadores, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada, pelo capital subscrito como condição para serem membros. Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais dos objectivos seguintes: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras actividades aprovadas pelos membros.

**4º Princípio: Autonomia e independência:** As cooperativas são organizações autónomas de entreajuda, controladas pelos seus membros. No caso de entrarem em acordos com outras

organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo a que fique assegurado o controle democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.

**5º Princípio: Educação, formação e informação:** As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

**6º Princípio: Intercooperação:** As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

**7º Princípio: Interesse pela comunidade:** As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Estes princípios também orientam como as cooperativas devem colocar em prática os seus valores, além de fornecerem informações sobre os objetivos, forma de gestão, adesão de cooperados, dentre outros.

#### 4 TERRITÓRIO

Quando falamos em território não podemos pensá-lo apenas como uma área demarcada de ocupação seja de pessoas ou mesmo animais, mas também como uma área onde há relações de poder, domínio, apropriação, onde as pessoas exercem sua cidadania lutando por seus direitos e por uma gestão participativa. De acordo com Saquet,

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas [...] É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade (SAQUET, 2010, p.33).

O poder está diretamente ligado na formação de um território, pois as relações sociais são constituídas no campo do poder. A constituição do território dá-se através de aspectos políticos, econômicos, sociais e também culturais, envolve trabalho humano, relações sociais e todo contexto histórico das pessoas que se inserem e estabelecem, exercendo relações de poder, controle e dominação. Elementos estes que caracterizam o processo de territorialização. Segundo Saquet,

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar: é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p. 129).

Territorialidade é o conjunto de estratégias adotadas pela sociedade para o desenvolvimento do seu território, as cooperativas são a territorialização consolidada da relação e interação entre os atores sociais. O território trabalhado neste artigo é o território rural, pois é o seguimento de maior atuação da Cooperativa de Crédito da cidade de Serrinha. Para Rover territórios rurais são:

[...] os mais carentes de oferta de serviços públicos e de infraestrutura, ou seja, têm restrições ao seu desenvolvimento que transcendem sua capacidade endógena. [...] são impulsionados a se organizar territorialmente para buscar novos caminhos para seu desenvolvimento, [...] (ROVER, 2007, p. 75 in ANSCHAU; ROVER, 2010).

Os serviços públicos deveriam ser ofertados e acessíveis a todos sem qualquer distinção, mas não é o que acontece, percebemos que o território rural é deficiente na oferta e acesso a esses serviços, onde na maioria das vezes nem chegam a este segmento dificultando o seu desenvolvimento e crescimento. Por sofrerem essas restrições o setor rural busca novas estratégias que contribuam para sua expansão.

A cidade de Serrinha de acordo com o IBGE (2010, 2012) possui uma população de 76.762 pessoas e PIB per capita a preços correntes de R\$ 6.887,74 reais. Ela é um dos 20 municípios que estão situados na Região Sisaleira, no Semiárido da Bahia e que compõe o Território do Sisal, esta denominação é devido a cultura do sisal, que na década de 70 houve uma decadência. Atualmente a base econômica predominante é a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência, o cultivo dessas culturas é realizado em sua maioria pela população pobre e rural deste território, especificamente da cidade de Serrinha.

Com o objetivo de buscar melhor qualidade de vida, o desenvolvimento e crescimento local e novas estratégias de sobrevivência os atores sociais rurais do município de Serrinha veem nas cooperativas de crédito um novo caminho a ser traçado com o intuito de conquistar este dentre outros objetivos.

## 5 ORIGEM DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA

A cooperariva de Rochdale tinha uma característica de crédito a partir do momento em que aceitava de seus cooperados depósitos a uma taxa fixa de juros, prestava serviços financeiros que os bancos na época só faziam para as classes alta e média, os pobres não tinham acesso a nenhum serviço bancário. Esta cooperativa não fornecia empréstimos, um serviço complementar necessário para os camposes da época. Para Singer,

Ora, para gente pobre, sujeita aos altos e baixos da economia de mercado, a guarda e aplicação de poupança não basta exatamente porque sua renda é baixa demais para que ela possa amealhar reservas suficientes para enfrentar adversidades. Os pobres precisam, [...], de empréstimos para sobreviver a crises de desemprego, a interpéries meteorológicas, a perdas de colheitas, a derrotas militares do país, a epidemias etc [...] (SINGER, 2002, p.59-60).

Rech vai dizer que fornecer empréstimos é o objetivo das cooperativas de crédito,

Realizar empréstimos aos seus sócios e, por meio de uma capitalização inicial, permitir maior produtividade ou implementação de alguma nova atividade produtiva, vindo suprir dificuldades em obter crédito ou financiamentos (RECH,2000, p.37).

O alemão Shulze-Delitzsch quando fundou a cooperativa urbana de compras para os mestres sapateiros com a finalidade de comprarem maior quantidade de couro percebeu que os mesmo só se beneficiariam caso tivessem acesso ao crédito, isso o levou a criar uma cooperativa de crédito onde,

Todos os empréstimos feitos pela cooperativa destinam-se a financiar investimentos produtivos. A garantia dos empréstimos era basicamente o caráter dos membros que os recebiam. Como todos penhoravam juntos seus bens, era de interesse de cada um admitir como sócios pessoas sóbrias, de hábitos regulares e frugais (SINGER, 2002, p. 62).

A cooperativa de crédito de Shulze-Delitzsch tinha como principal característica a responsabilidade ilimitada, os novos membros tinham que pagar uma taxa de entrada e uma cota em prestações, os membros tinham que depositar sua poupança na cooperativa para que a mesma pudesse ter capital de giro para realizar suas atividades.

A cooperativa de crédito rural criada pelo alemão Raiffeisen adotou o modelo das cooperativas de Shulze-Delitzsch, adaptando a realidade dos produtores



rurais da época. Era formada por pessoas pobres e tinha menos cooperados que a cooperativa urbana, por isso utilizava muito o trabalho voluntário de seus membros. Tinha como principal característica a responsabilidade ilimitada, os novos membros além de terem bom caráter tinham que ser atestado por dois vizinhos e área de atuação restrita.

Em 1865 o italiano Luigi Luzzatti organizou uma cooperativa de crédito na Itália, adotou como modelo as de Shulze-Delitzsch diferindo em alguns pontos: a responsabilidade dos empréstimos tinha como garantia limitada e a cota de capital devia ser de pequeno valor.

Na América do Norte em 1901 Alphonse Desjardins criou a cooperativa de crédito em Québec no Canadá, inspirou nos modelos de Shulze-Delitzsch, Raiffeisen e Luigi Luzzatti, mas adotou características diferentes. Em seguida as cooperativas de crédito se difundiram para outros países.

A primeira cooperativa de crédito criada no Brasil foi em 1902 por Theodor Amstad, um sacerdote inglês que foi enviado em missão para o Rio Grande do Sul, ele foi responsável pela propagação do cooperativismo de crédito no país. Fundou a primeira cooperativa de crédito brasileira na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS), chamada a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, depois batizada com o nome de Caixa Rural de Nova Petrópolis, esta cooperativa seguiu o modelo das de Raiffeisen e está em atividade até os dias atuais com o nome Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha– Sicredi Pioneira/RS.

Em 1906 foi constituída a primeira cooperativa de crédito seguindo o modelo Luzzatti no município de Lajeado (RS) chamada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado, esta cooperativa também continua em atividade até os dias atuais com nome Cooperativa de Crédito de Lajeado. Em seguida outras cooperativas de crédito foram sendo constituídas nos outros Estados.

No período de 2010 a 2014 percebemos que a quantidade de Instituições Financeiras vem diminuindo, em especial as Cooperativas de Crédito como ilustra a tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de instituições por segmento

Tipo de Instituição	2010	2011	2012	2013	2014	Evolução 2010-2014
Bancos	155	159	157	156	152	-1,9%

Cooperativas de Crédito	1.362	1.307	1.252	1.189	1.146	-15,9%
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	41	39	39	36	39	-4,9%
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	59	58	56	57	55	-6,8%
<b>Total</b>	<b>1.617</b>	<b>1.563</b>	<b>1.503</b>	<b>1.435</b>	<b>1.392</b>	<b>-13,9%</b>

Fonte:BCB/Unicad, 2015

Essa redução no número das cooperas de crédito é devido as fusões da mesma que resultou no aumento da capacidade produtiva qualificada e mais competitivas no mercado.

Ao observar como o cooperativismo surgiu percebemos que o mesmo foi criado pela população em sua maioria pobre, indivíduos que não conseguiam entrar no mercado de trabalho e para manterem suas famílias encontraram nas cooperativas uma forma de subsistência. Algumas instituições religiosas, ricos também criaram e propagaram as cooperativas pelo mundo, mas sempre com o intuito de ajudar as populações mais pobres.

Mas o que é pobreza que atinge milhares de pessoas fazendo com que as mesmas encontrem outra forma de sobrevivência? Para Milton Santos (2009, p.18) “a pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada”. A pobreza é um termo historicamente construído e que os modelos estatísticos não definem com clareza o que é pobreza, apresenta dados sem contexto e defini-lo sem analisar o conjunto é cair em uma armadilha. Santos diz que,

A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 2009, p.18).

Durante o I Seminário Internacional WWP- Um Mundo Sem Pobreza que foi realizado em Brasília em 18 de novembro de 2014 Selim Jahan, diretor do Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em sua fala apontou a importância dos dados estatísticos estarem baseados em teorias sólidas.

Qualquer tipo de medidor ou índice deve estar ancorado em uma fundação teórica sólida. Eles não devem ser utilizados apenas por considerações estatísticas. Queremos conseguir nos livrar da tirania de alguns medidores porque sabemos que eles não podem mostrar a verdade (JAHAN, 2014).

Para Santos os países subdesenvolvidos conheceram três formas de pobreza:

[...] A primeira seria [...] pobreza incluída, uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes. Depois chega uma outra, [...] marginalidade, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna.  
[...] o terceiro tipo, a pobreza estrutural, [...]. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda a parte do mundo (SANTOS, 2003, p.34).

A primeira forma de pobreza que Santos apresenta pobreza incluída, é uma pobreza que acontece em um lugar, mas não acontece em outro, o assistencialismo era uma das formas de solucionar o problema, o consumo não era a justificativa para que uma pessoa fosse pobre ou não, o indivíduo era pobre devido um acidente natural ou social e era menos discriminatória.

A segunda forma de pobreza a marginalidade, onde os pobres eram chamados de marginais, ela é causada pela divisão do trabalho ocorrido devido as transformações econômicas iniciadas na Revolução Industrial, o consumo passou a ser o fator principal determinante da pobreza. Índices foram criados para calcular a pobreza e miséria com base neste fator e para superar essa situação o Estado tinha o papel de encontrar medidas para solucionar este problema.

A terceira forma de pobreza a estrutural já em nível mundial, é o período ao qual estamos passando, segundo Santos. O Poder Público se exime da responsabilidade de encontrar soluções para o problema da pobreza, deixa de exercer uma de suas atribuições de protetor social, contribuindo para que o desemprego aumente assustadoramente e o valor trabalho diminua constantemente. Nesta fase o pobre é excluído e esta exclusão passou a ser considerada como natural legitimada pelas empresas, instituições globais e Poder Público.

Um dos conceitos de pobreza utilizado no Brasil e no mundo é o divulgado pelo Banco Mundial, organização que presta assistência financeira e técnica para os países subdesenvolvidos com o intuito de reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento. Um de seus objetivos é terminar com a pobreza extrema e promover a prosperidade e considera uma pessoa na condição de pobreza se a mesma tiver um rendimento inferior a U\$ 2,00 por dia. O conceito de pobreza está

ligado diretamente com o indicador econômico renda *per capita*, mas em 2000 esse conceito foi ampliado:

A estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais do que renda ou desenvolvimento humano inadequado; como também vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação” (Banco Mundial 2000/2001 apud FARIAS; MARTINS, 2007, p. 207).

Antes a solução que tinha para diminuir a pobreza nos países era através da oferta de trabalho e assistência social, com a ampliação do conceito modificou também a estratégia, agora é baseada na promoção de oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres. De acordo com o Banco Mundial a culpa de não conseguir reduzir a pobreza nos países é problema exclusivamente dos Estados Nacionais, pois os governos não colocam em prática os projetos que sugere e também porque o Estado é elitista beneficia somente os ricos, os pobres não têm voz, representação na política e os ricos bloqueiam todas as formas de chegarem ao poder. Devido seus estudos o Banco Mundial acredita ter a receita para diminuir com a pobreza no mundo, com isso muitos países membros ficam dependentes de seu assistencialismo financeiro.

O índice de Gini é um outro método utilizado por diversos países inclusive o Brasil, para medir o grau de concentração de renda, este índice foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini. O referido índice varia de 0 a 1, o valor 0 significa uma situação de igualdade, todos têm a mesma renda, já o valor 1 é uma situação de extrema desigualdade, uma só pessoa detém toda renda, ou seja, o país que tem o valor mais próximo de 1 está com o nível de concentração de renda alto.

A concentração de renda no Brasil é alta, atualmente o índice de Gini é 0,490, mas em 1991 era 0,6383; 0,6460 em 2000 e 0,6086 em 2010, se analisarmos seus municípios perceberemos que essa concentração é maior. O índice do município de Serrinha em 1991 era 0,5851; 0,6062 em 2000 e 0,5612 em 2010 o que mostra um nível de concentração muito alto, mesmo reduzindo com o passar dos anos.

No intuito de reduzir o nível de pobreza e melhorar a vida dos produtores rurais, em 1991 os mesmos criaram a primeira cooperativa de crédito no município de Serrinha e tinha como nome COOCRESE – Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha Ltda. Em 1992 filiou-se a primeira Cooperativa Central de Crédito da Bahia – CREDIBAHIA, mas em meados de 1995/96 teve sua desfiliação da CREDIBAHIA e ficou sem sistema. Em 1998 diversas mudanças aconteceram no cenário nacional

em relação as cooperativas de crédito, uma delas foi a criação de um Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB e a organização do SICOOB – Sistema das Cooperativas de Crédito, isto significava independência operacional, não iriam depender mais do Banco do Brasil para ter acesso aos serviços compensações. Neste mesmo ano a COOCRESE integra ao sistema SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito.

Em 1999 filia-se a ASCOOB – Associação de Apoio a Economia Familiar do Estado da Bahia para fortalecer um bloco de cooperativas dentro do SISTEMA SICOOB. Com ações voltadas para o crédito rural e Micro finanças. Em 2008 o com novas normas o Banco Central do Brasil autoriza a criação da primeira cooperativa de crédito central do país, como a cooperativa de Serrinha foi sócio fundadora passou a se chamar ASCOOB SERRINHA e desenvolve ações voltadas para o setor rural com ênfase para área do empreendedorismo destacando os programas micro financeiro.

Atualmente a ASCOOB oferece para seus associados os seguintes produtos e serviços:

**TABELA 2: PRODUTOS E SERVIÇOS E RESPECTIVAS TAXAS/TARIFAS**

Descrição do modelo	Limite	Taxa(A.M)	Prazo (Mês)	Base Legal
	Até10 mil	Variada		Resolução 0024 de 28.03.2014
CredCasa Móveis e Eletro	Até 2.650,00	2%	24	Resolução 0034 de 03.06.2014
	De 2.650,01 a 5 mil	2,5%		
	De 5.000,01 a 10mil	2,8%		
CCB-Abertura de Crédito-FIXO	100 mil	2,9%	30	Res.026/13
CBB-Abertura de Crédito-FIXO-Disp. De AVAL	1 mil	2,9%	30	Res.037/15
CCB-Limite de Conta Corrente	100 mil	6,9%	06	Manual
CCB-Finan. de Veículos Novos (Seguro ASCOOB)	100 mil	1,85%	48	Res.030/14
CCB-Finan. de Veículos Novos (Seguro Externo)	100 mil	1,90%	48	Res.030/14
CCB-Finan. de Veículos Novos (Motos Novas)	100 mil	2,10%	30	Res.030/14
CCB-Finan. de Veículos Semi-Novos (Até 10 anos)	100 mil	1,95%	48	Res.030/14
CCB-Finan. de Veículos Semi-Novos (>10 anos)	100 mil	2,10%	36	Res.030/14

CCB-Desconto de Cheques (limite de 6 mil por folha)	24 mil	2,9%	04	Res.031/14
CCB-Salários	30 mil	2,0%	48	Res.018/13
	15 mil			Res.022/13
CCB-Habitacional Própria	Casa 3.150,00	2,0%	24	Res.022/13
	3.150,01 até 8.200,00	2,5%	30	Res.018/13
	8.200,01 a 15.000,00	2,8%	36	Res.022/13
CCB-Capital de Giro	15 mil	2,5%	03	Res.004/10
	15 mil			Res.023/13
	500 a 2.120,00	1,7%	06	Res.023/13
	500 a 2.120,00	2,0%	15	Res.023/13
Microcrédito DESENBAHIA	2.120,01 a 4.200,00	2,0%	12	Res.023/13
	2.120,01 a 4.200,00	2,5%	24	Res.023/13
	4.200,01 a 8.250,00	2,5%	24	Res.023/13
	8.250,00 a 15.000,00	2,8%	24	Res.023/13
Semiárido/Emergencial	15 mil			Res.033/14 e 035/15
Rações, equipamentos, etc.	5.000,00	2%	06	Res.033/14
Poços, escavação e ampliação de aguadas	15 mil	2%	12	Res.035/15
Poços, escavação e ampliação de aguadas	15 mil	2,5%	De 13 a 36x	Res.035/15
Cheque especial	100 mil	6,9%		Res.012/11
Crédito Rural	150 mil	0,25%	120	
CCB- Abertura de Crédito CNH 2015 ( Habilitação)	2.200,00	2,5%	18x	Res.040/15

Fonte: Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar do Estado da Bahia– ASCOOB SISAL (2015)

O acesso a esses produtos e serviços de crédito oferecidos pela ASCOOB é cedido apenas para seus associados. Atualmente o volume total acumulado dessas operações é de R\$ 21.356.970,06 tendo 5.185 associados tomadores desses produtos e serviços. Ela tem importante papel na promoção da redução da pobreza na cidade de Serrinha, pois com esse volume de operações tornou possível aos agricultores familiares o acesso aos serviços financeiros mais baratos e adequados a demanda local.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não tem a intenção de ser conclusivo, mas sim ampliar os conhecimentos acerca das cooperativas de crédito e suas contribuições para diminuir a pobreza no município de Serrinha.

Devido a implantação do novo modelo agrícola no país, a agroindústria, o tema cooperativismo está sendo muito discutido nos últimos tempos, pois forças econômicas buscam distanciar as cooperativas de seus princípios e transformá-las em firmas. Os princípios cooperativistas são os que diferenciam as cooperativas das empresas, por isso tivemos como objetivo relatar a história do cooperativismo de crédito no mundo, no Brasil e na cidade de Serrinha para compreendermos como é constituída uma cooperativa e como foi sua difusão pelo mundo e percebemos que as cooperativas são criadas a partir das necessidades locais e pela cooperação entre os associados que são também donos da mesma.

Com o objetivo de analisar o conceito de pobreza dos estudiosos com o do Banco Mundial entendemos que o mesmo impõe projetos aos países membros que não condiz com a realidade de cada país, não é desenvolvido um estudo de caso para depois estabelecer estratégias e metas para reduzir a pobreza, eles já possuem a receita pronta. No entanto percebemos que não é interesse do Banco Mundial diminuir de fato a pobreza que assola milhares de países, pois com a redução sua existência não seria mais necessária.

A definição de pobreza exposta pelo Banco Mundial é seguida por diversos os países do mundo inclusive o Brasil e representa o terceiro tipo de pobreza apresentada por Milton Santos (2003), pois o Estado nacional está se isentando de suas responsabilidades, deixando a cargo de outras instituições e organizações propor medidas para resolver o problema da pobreza em seu país sem conhecimento de causa. Devido a isto a população pobre tem que procurar outros meios que garantam a sua sobrevivência e um deles é através de cooperativas de crédito que visam fornecer aos cooperados serviços bancários em especial empréstimos com valores mais baixos do mercado, pois muitos não têm acesso a estes serviços.

Em sua maioria o pequeno produtor rural não investiga o mercado e não planeja suas ações para comercialização, tem dificuldades de comercializar seus produtos no mercado, porque não estão de acordo com os padrões exigidos pelo comércio e as finanças do negócio se confunde com a familiar, não há uma distinção. Ao tomarem ciência destas dificuldades muitos produtores procuram

auxílio para saná-las nas cooperativas de crédito filiando-se a uma. Por conhecer essas dificuldades a cooperativa de crédito ASCOOB SISAL tem sua ação voltada para o segmento rural e a missão de fortalecer a economia familiar através do cooperativismo de crédito, promovendo assim o desenvolvimento local através da inclusão financeira em sua base social.

Ao analisarmos o índice de Gini do município de Serrinha percebemos que no ano da criação da cooperativa na referida cidade em 1991 era 0, 5851, o município possuía uma concentração de renda muito alta, em 2010 com a sua consolidação no SISTEMA ASCOOB o índice era 0, 5612 o nível de concentração ainda é alto, mas houve uma redução de 0, 0239 pontos. Dentre outros fatores a Cooperativa de Crédito ASCOOB SISAL contribuiu para a que a concentração de renda na cidade diminuísse, pois com a inclusão financeira muitos produtores em especial rurais e pessoas físicas puderam ter acesso aos serviços e produtos financeiros e com assistência prestada pela cooperativa aumentaram não somente suas rendas como também da família.

A partir do momento que esta cooperativa presta assistência financeira para seus associados proporcionando que os mesmos aprimorem sua produção, estão contribuindo para que os cooperados aumentem a produtividade e conseqüentemente sua qualidade de vida, pois a cooperativa os ajudará na forma de comercializar o produto, contribuindo assim na eliminação dos intermediários aumentando o retorno financeiro, promovendo o desenvolvimento e reduzindo a pobreza local.

## REFERÊNCIAS

A ASCOOB Sisal. Disponível em: <http://www.ascoobserrinha.com.br/a-ascoob-sisal>  
Acessado em 15/04/2015 às 21h.

ANSCHAU, Cleusa Teresinha; ROVER, Oscar José. **Impactos de redes cooperativas de produção de leite na Reconfiguração de um território predominantemente rural.** Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT17-Cleusa-Teresinha-Anschau.pdf> Acessado em 09/05/2015 às 16h03min.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira.** Volume 3. Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Nor/relinfcfin/RIF2015.pdf>  
Acessado em 17/11/2015 às 10h07min.



**BRASIL. Formação de agentes de comercialização das bases de serviços: Cooperativismo e Associativismo.** Curso a distância. Livro 2. 2012.

COOPERATIVA, Declaração sobre a Identidade. Disponível em: <http://www.cases.pt/cooperativas/identidade-cooperativa>\_Acessado em 03/03/2015 às 23h07min.

FARIAS, Francisco Adjacy; MARTINS, Mônica Dias. **O conceito de pobreza do Banco Mundial.** Disponível em: <http://tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/44/54> Acessado em: 30/04/2015 às 19h31min.

GAIER, Rodrigo Viga. **Desigualdade no país cai em 2014 aponta IBGE.** Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/205077/Desigualdade-no-pa%C3%ADs-cai-em-2014-aponta-IBGE.htm> Acessado em 18/11/2015 às 18h33min.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE, 2010. Censo Demográfico de 2010. Dados referente ao município de Serrinha-Bahia. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293050&search=bahia|serrinha|infograficos:-informacoes-completas> Acessado em: 18/11/2015 às 11h25min.

IBGE, 2012. Produto Interno Bruto do Municípios de 2012. Dados referentes ao município de Serrinha-Bahia. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293050&search=bahia|serrinha|infograficos:-informacoes-completas> Acessado em 18/11/2015 às 11h33min.

Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniba.def> Acessado em 18/11/2015 às 13h40min.

Índice de Gini da renda domiciliar per capita. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09.htm> Acessado em: 18/11/2015 às 18h58min.

LANZA, Líria Maria Bettiol. **Dicionário popular de economia solidária.** Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/d55YD37AB0.pdf> Acessado em 18/11/2015 às 22h49min.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **Pobreza urbana.** - 3.ed. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALADARES, J.H. **Teoria Geral do Cooperativismo.** 1ª versão. Viçosa, MG: UFV. Pós-Graduação em Cooperativismo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Especialistas discutem conceitos sobre mundo sem pobreza.**  
Disponível em: <https://www.wwp.org.br/pt-br/especialistas-discutem-conceitos-sobre-mundo-sem-pobreza> Acessado em 15/04/2015 às22h07min.

## AS MULHERES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO CULTARTE

Helaine Pereira de Souza<sup>24</sup>; Francisca de Paula Santos<sup>25</sup>

**RESUMO:** O Cultarte é um coletivo criado por um grupo de artesãs residentes na localidade do antigo quilombo Cabula, após diagnosticarem as demandas comuns a elas, no mercado produtivo. Objetivamos apresentar o perfil dessas mulheres e o modo como estas se articulam de maneira colaborativa, de modo a atuar sobre a feminização da pobreza, investigando trabalho, renda e desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Turismo de Base Comunitária. Redes.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História, seja contra os longos períodos de fome e carestia, as nuances da escravidão, sob o signo da religião e da caridade, durante os períodos de guerra, peste ou dos períodos obscuros que a delegavam ao ostracismo cultural, político e social, as mulheres constituem redes para que juntas possam encontrar caminhos e soluções de problema que lhe são comuns.

Atualmente, as dificuldades que as mulheres encontram podem ter sido modificadas ou reconfiguradas. Ainda assim, suas redes e associações são comuns em diversas sociedades. Ao pensar nessas redes, temos como lócus a área de atuação do projeto Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de Incubação de Operadora de Receptivos Populares Especializada em Roteiros Turísticos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS), mais conhecido por Turismo de Base Comunitária no Cabula e entorno (TBC Cabula), engaja treze eixos, que reúnem pesquisadores de diversas áreas.

---

<sup>24</sup> Doutoranda pelo Programa Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora na Secretaria de Educação do Estado da Bahia. [helainep.souza@hotmail.com](mailto:helainep.souza@hotmail.com)

<sup>25</sup> Pós-doutora e doutora em Educação, pela Universidade de Coimbra (2006) e Universidade Federal da Bahia (2005), respectivamente. professora e pesquisadora do Curso de Turismo e Hotelaria e programas de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) e Doutorado Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). [fcapaula@gmail.com](mailto:fcapaula@gmail.com)

Especificamente, discutiremos as mulheres que integram o CULTARTE. Um grupo de artesãs residentes na localidade criou coletivo, após diagnosticarem as demandas comuns a elas, no mercado produtivo. Objetivamos discutir o perfil dessas mulheres e o modo como estas se articulam de maneira colaborativa, de modo a atuar sobre a feminização da pobreza, investigando trabalho, renda e desenvolvimento.

## 2 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O fenômeno da feminização da pobreza tem sido bastante explorado pelas ciências sociais. No caso brasileiro, as mulheres, se comparadas aos homens, possuem mais anos de escolaridade. Representam metade do eleitorado do país e da força de trabalho. No entanto, segundo dado do Censo (2010), mulheres com registro profissional recebem cerca de 30% a menos que homens na mesma situação. As diferenças salariais somadas aos postos de ocupação, ou seja, setores de trabalhos ocupados segundo gênero, deixaram o Brasil na 80ª posição do ranking de 146 nações, o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Diante desse panorama, que não é apenas brasileiro, podemos afirmar que a pobreza tem gênero. Eis porque se multiplicam os estudos sobre a ‘feminização da pobreza’.

O termo se populariza nos EUA da década de 70 do século XX, após, seguem diversos estudos sobre a maternidade/gravidez na adolescência, mulheres divorciadas e viúvas. Ou seja, as atenções estavam voltadas para lares que fugiriam da composição “desejada”.

Para Sen (2010), a pobreza, não entendida apenas como baixa renda, priva o indivíduo da liberdade, ao passo que o desenvolvimento possibilita a expansão desta. Observando que há diferentes tipologias de liberdade, a privação de uma pode desencadear tantas outras. “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social (...)” (SEN, 2010. p. 23). Ao passo que, em outro momento afirma que essas diferentes liberdades podem se fortalecerem entre si.

Ainda segundo Sen, são inúmeras as pessoas que sofrem de privação de liberdade ao redor do mundo. No entanto, as diferenças entre homens e mulheres limitam, em grande medida, as liberdades para o sexo feminino, quando não ceifam a vidas destas, prematuramente. Em suma, “O processo de feminização da pobreza

consiste no crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo” (Costa ET AL, 2012, p. 15).

Por outro lado, o turismo de base comunitária desponta como uma alternativa, um enfrentamento ao turismo tradicional, que não leva em consideração as práticas tradicionais das comunidades, ao contrário serve apenas para manutenção da lógica capitalista. A contramare do turismo de base comunitária se dá na medida em que comunidade atua de maneira coletiva, em diálogo e colaboração.

Portanto, advogamos que o desenvolvimento de ações como turismo de base comunitária atua no enfrentamento da pauperização de mulheres, colaborando para o empoderamento não só das mulheres, mas de maneira geral dos sujeitos que o compõem.

### 3 AS MULHERES DO CABULO E ENTORNO

Localizadas na área compreendida como Miolo, as 17 localidades que compreendemos por Cabula e entorno têm, juntas, 393249,00 habitantes (IBGE, 2010). Ou seja, 15% da população de Salvador.

O índice de pobreza<sup>26</sup> em Salvador em porcentagem é de 5,57%. Nas 17 localidades, o menor índice é do Resgate e o maior é de Saramandaia.

---

Resgate	0,61
Doron	0,68
Cabula	1,18
Saboeiro	1,28
Pernambúés	3,38
Barreiras	3,57
Fazenda Grande do Retiro	5,32
Novo Horizonte	5,44
Beiru/Tancredo Neves	6,08
Narandiba	6,32
São Gonçalo	6,77
Engomadeira	6,97

---

<sup>26</sup> O índice de pobreza é calculado a partir da população residente em domicílios particulares permanentes, que possuem rendimento nominal mensal domiciliar de até 70 reais per capital. (IBGE, 2010).

Mata Escura	7,03
Arraial do Retiro	7,47
Sussuarana	7,59
Arenoso	9,08
Saramandaia	11,17

Se em Salvador o rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílios é de R\$1.039,60, percebemos que 15 das nossas localidades estão abaixo desta realidade.

Saramandaia	363,96
Arenoso	400,45
Sussuarana	453,94
São Gonçalo	490,96
Engomadeira	498,73
Arraial do Retiro	521,98
Fazenda Grande do Retiro	531,56
Mata Escura	543,66
Beiru/Tancredo Neves	550,76
Novo Horizonte	555,78
Barreiras	664,19
Narandiba	673,56
Pernambués	729,97
Doron	979,55
Saboeiro	1.418,69
Cabula	1.432,62
Resgate	1.841,66

Em Salvador, 46,19% dos domicílios particulares permanentes têm mulheres como responsáveis. Na área que abrangemos apenas 4 localidades estão a cima dessa média.

Salvador	<b>46,19</b>
Novo Horizonte	40,07
Pernambués	41,69
Barreiras	41,73
Saboeiro	42,37
Cabula	42,90
Arraial do Retiro	43,12
Narandiba	43,53
Sussuarana	43,97

Arenoso	44,12
Mata Escura	44,60
Engomadeira	44,88
Beiru/Tancredo Neves	45,15
São Gonçalo do Retiro	47,75
Fazenda Grande do Retiro	48,19
Resgate	48,91
Doron	50,29

---

É neste cenário que surge o Cultarte, um coletivo criado por um grupo de artesãs residentes na localidade do antigo quilombo Cabula, após diagnosticarem as demandas comuns a elas, no mercado produtivo. Iniciando sua caminhada em ano de 2012 - a partir da II Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária, que ocorreu concomitantemente ao II Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – II ETBCES, vinculado ao projeto de pesquisa-ensino-extensão Turismo de Base Comunitária no Cabula – TBC Cabula - tem se dedicado à construção e efetivação do seu regimento interno; organização e participação em feiras e mostras de cultura popular; cursos, num processo formativo e de auto-gestão. Inicialmente, em 2012, eram 52 mulheres, e na atualidade, o número está reduzido tendo em vista a necessidade de completo da renda familiar, tendo que atuarem como costureiras, faxineiras, dentre outras ocupações. Mas algumas persistem em manterem como principal atividade a sua produção artesanal.

O grupo Cultarte está inserido no contexto do projeto em desenvolvimento "TBC Cabula". Advoga-se que o TBC desponta como uma alternativa, um enfrentamento ao turismo convencional, que não leva em consideração as práticas tradicionais das comunidades, ao contrário serve apenas para manutenção da lógica capitalista. A contramaré do turismo de base comunitária se dá na medida em que comunidade atua de maneira coletiva, em diálogo e colaboração.

Ao que se refere ao mundo do trabalho, as vulnerabilidades femininas não se situam apenas na relação de mercado, capital e salário. Elas se fundam no campo ideológico, nos estereótipos de gênero e na dupla jornada. Neste cenário, diferentes vulnerabilidades se cruzam e entrelaçam-se, além do gênero e da classe, existem fatores geracionais e de raça/etnia (CASTRO, 2001). Assim, "mulheres têm mais dificuldades em "converter" seus direitos formais em reais potencialidades,

tanto por razões biológicas como pelo efeito de fatores socioculturais como a existência de normas sociais que lhes são desfavoráveis” (GUÉRIN, 2003, p.18).

Assim sendo, o TBC pode atuar no combate a feminização da pobreza, ao passo que se insere no contexto da economia solidária e possibilita concretizar práticas democráticas.

Durante os anos dessa pesquisa, estas mulheres vêm se apoderando do legado histórico-cultural de seus bairros, por meio de diálogos e interação com a equipe do projeto TBC Cabula, cadastrados no grupo de Pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU. Afora isto, algumas destas mulheres do grupo Cultarte, vem diversificando suas atividades, a exemplo de hospedagem domiciliar e comunitária, demandadas pelos IV e V ETBCES, realizados em 2014 e 2015. Ressaltando que participaram de cursos específicos sobre a temática.

A seguir, apresentamos um perfil dessas mulheres, os dados foram obtidos pela aplicação de um questionário socioeconômico.

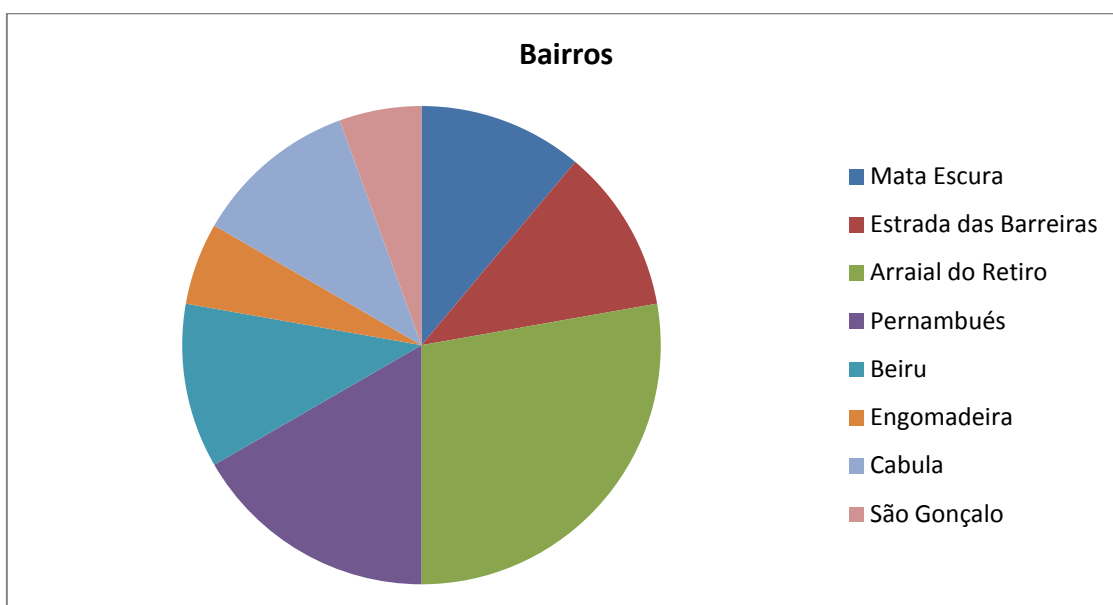


Gráfico 1 - Bairros

Conforme o Gráfico 1, há concentração de mulheres do grupo Cultarte nos bairros de Pernambués e Arraial do Retiro. Em Pernambués, sempre predominou a maior participação da comunidade no projeto TBC Cabula, que teve sua origem em 2010, pelo fato de existir uma articuladora comunitária, voluntária deste projeto. Neste bairro, há registros de execução do maior número de roteiros



turísticos alternativos, responsáveis, sustentáveis e solidários – RTUARSS, sendo o mais demandado, o roteiro “Horta Comunitária”. Já no Arraial a experiência se deu de modo similar com a presença de uma auxiliar de pesquisa residente na localidade, o que nos mostra a necessidade de constante articulação entre comunidade e universidade.

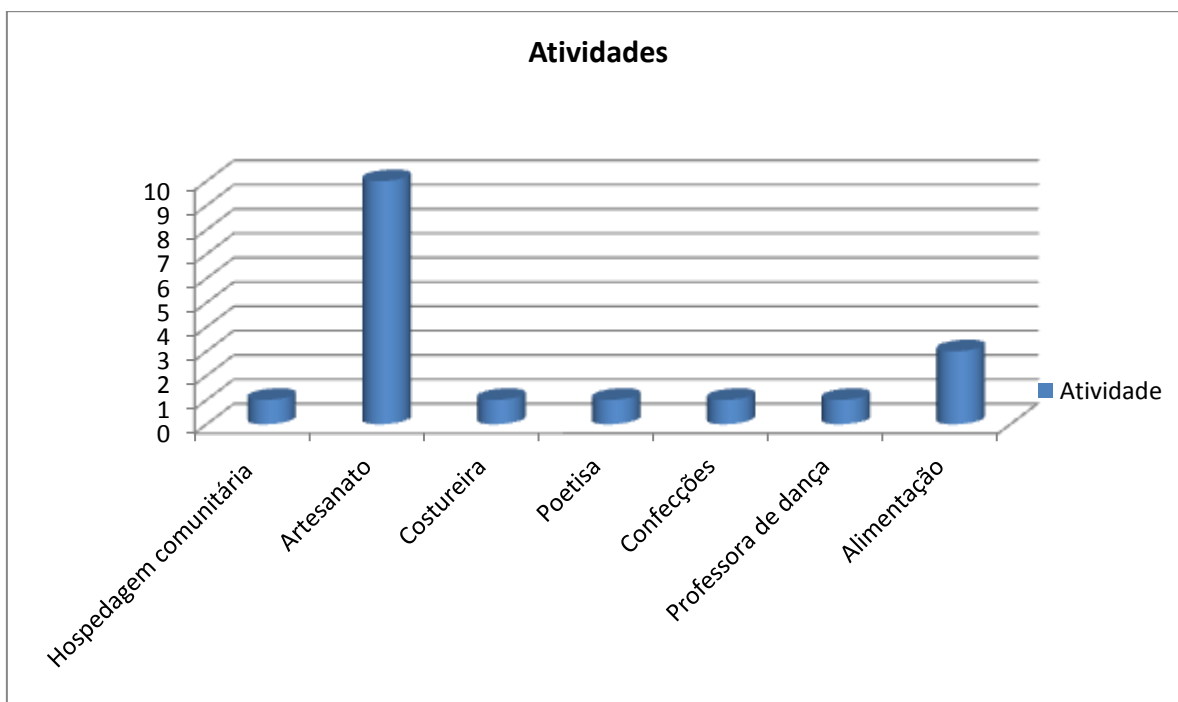


Gráfico 2 – Atividade

As atividades desenvolvidas são diversas, como demonstram o gráfico 2. Todavia, uma predominância no artesanato. Por vezes, uma mulher presta mais de um serviço, e no geral combinam artesanato com outra atividade.

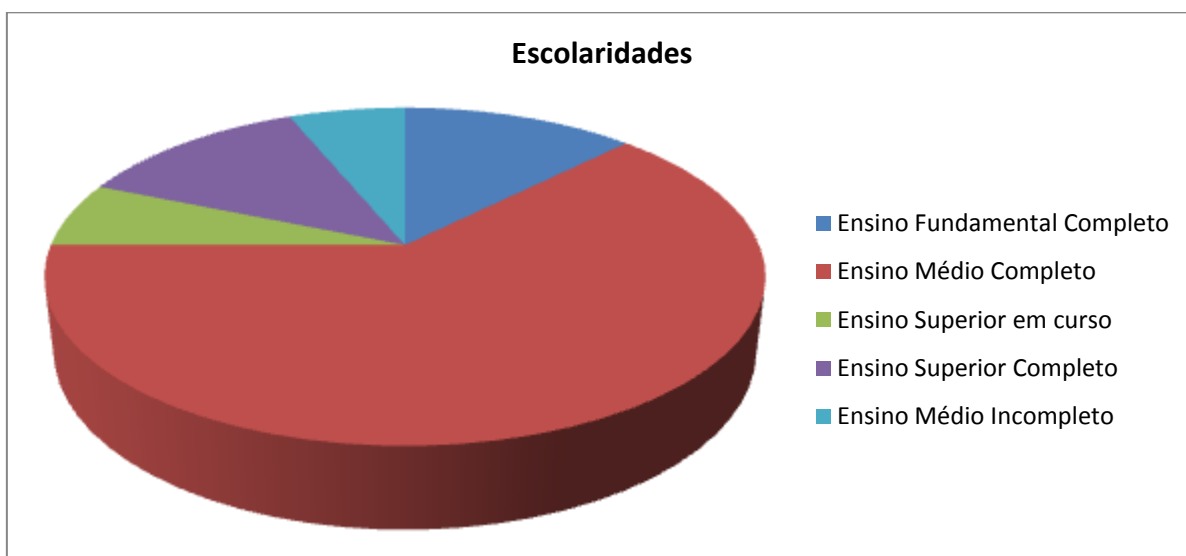


Gráfico 3 – Escolaridade

Majoritariamente, as mulheres possuem ensino médio completo. Menos frequentes são as com ensino superior completo.

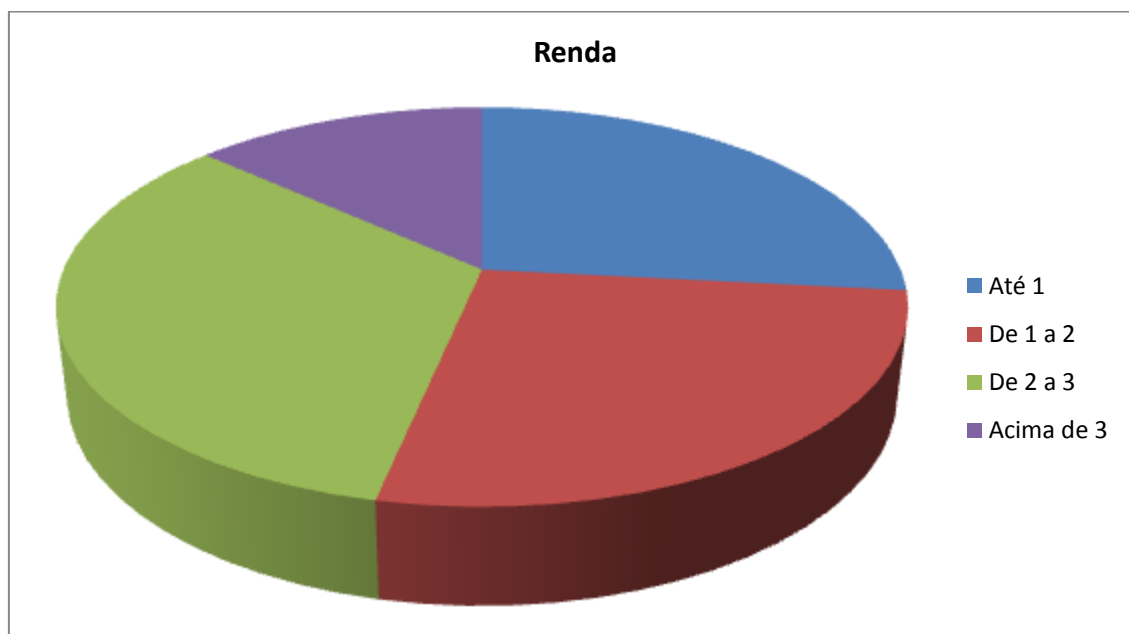


Gráfico 4 - Renda \*SM

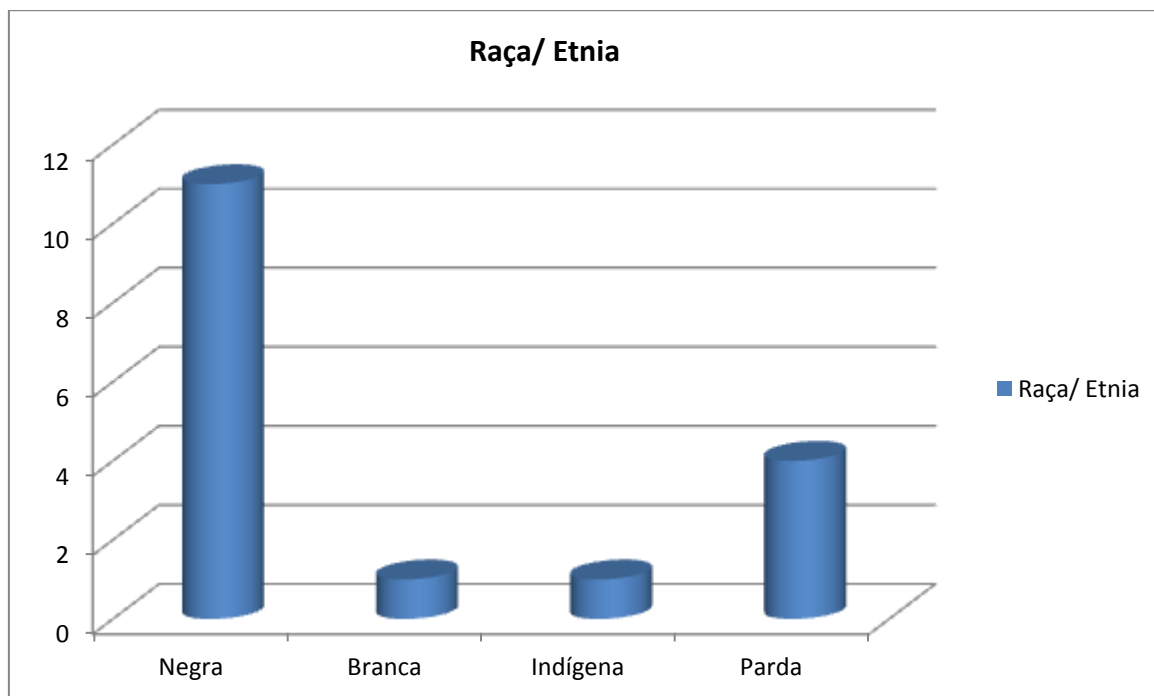


Gráfico 5 - Renda/ Etnia

As mulheres do CULTARTE possuem renda mensal, conforme o Gráfico 4, em sua maioria, de até dois salários mínimos, se autodeclaram negras, de acordo com o Gráfico 5. Estão acima dos 40 anos de idade. Em sua maioria, não possui

outras fontes de renda, com escolaridades até o ensino médio. Não se tem indicativo de uma religião predominante, pela diversidade existente na localidade. Naturais de Salvador e oriundas e residentes de bairros periféricos da capital.

Elas revelam que já desenvolviam atividades remuneradas, anterior a formação do Coletivo Cultarte. Todavia, o mesmo despontou em oportunidade de participação em feiras e eventos de economia solidária. No entanto, apontam para a dificuldade de profissionalização e inserção num mercado que por vezes é restrito.

Para compreender as redes constituídas por estas mulheres, nos debruçamos sobre o que elas nos revelam sobre o assunto, por meio das entrevistas.

Se é necessário estabelecer estratégias frente às vulnerabilidades que são postas seja pelo mercado produtivo ou reprodutivo, muitas vezes é a colaboração de outras mulheres ampliam as possibilidades. Eunice enfatiza o quanto aprendeu desde as primeiras peças e das práticas que mantém até hoje, inclusive como balizador das suas produções.

O crochê uma vizinha me ensinou. A filha da vizinha me ensinou. Quando a gente foi morar em Mata Escura. Mainha sai para trabalhar e ficava eu e os meninos. A gente tinha o tempo da escola. A gente brincava mais acha que eu tinha que fazer mais alguma coisa para ocupar o tempo, ai eu pedi a filha da vizinha. Ele me ensinou e eu aprendi com 9 anos. Mas eu só aprendi coisa de casa, toalha de pena, pano de liquidificador. Quando eu me interessei em aprender mais coisas, ai eu sai em busca olhando os que os outros faziam para eu fazer. Foi o caso do short, as blusas uma colega me ensinou. Teve essa ajuda de Sandra. Mas algumas peças que eu tinha dificuldade quando eu não tinha contato com Sandra. Eu ia para rua ver como o povo fazia. Porque elas estão na banca fazendo e eu ficava olhando para lá e para cá, como quem estava olhando alguma coisa, mas eu estava olhando elas fazerem. E quando eu chegava em casa eu mandava brasa, ia quebrando a cabeça e montava as minhas peças. E hoje tem a internet ai que ajuda bastante (Eunice). Eu olhava o ponto fiz tudo, mas na hora do gancho não certei. Vi que tinha que ter uma técnica. Fui a Baixa do Sapateiro que tinha muito camelo e ai quando fui ver chegue lá olhar, reolhei, admirei. Cheguei lá fiz, e aprendi. Aprendi assim olhando. O crochê eu já sabia, mas a modelagem da roupa e para aprender a fazer o short eu tive que aprender a fazer. Porque a saia vc vai direto, mas o sorte precisa da divisão das pernas. E eu disse vou andar ou aí. Fui andando até que e vi como é. A internet tão era fácil. Hoje que você tem a internet. Mas, naquela época não tinha. Naquela época ia andando, tinha uma

colega (Sandra) que me ensinou bastante e graças a deus. Sandra se mudou para Lauro de Freitas (Eunice).

Eu ficava olhando os preços, olhando os modelos. Até hoje eu não fiz o curso de precificação. Ao eu vou para cidade olho quanto tá. Eu olho a internet. Mas o preço tá a cima da média. Mas, tem imposto, aí fica um pouco alto. Mas eu me baseio pela região. Vou à Avenida Sete, vou nos camelôs que inda vende. Me informo, porque se ele vende por esse preço o meu também, poso vender meu por um preço maior (Eunice).

A relação com o outro pode dizer bastante sobre si:

Foi Valéria que me disse que eu era artesã, porque todo mundo que trabalha com arte é artesã (Eunice).

A aproximação pelo Cultarte se dá, em geral, pelo convite de Rosane, também conhecida como Rosa, articuladora comunitária voluntária do projeto, residente no bairro de Pernambues, como já mencionado.

Eu conheci o TBC fazendo um trabalho voluntario no Centro social urbano, ensinando reaproveitamento de resíduos sólidos,. Rosa chegou um dia e convidou para participar, falou para gente o que era o tbc e convidou para participar de uma reunião que teria no centro social a noite explicar o projeto e a visão deles de entrar no bairro. Eu fui, nem todos foram mas eu estava extremamente curiosa, gostei, passei a participar das reuniões, para fazer o regimento do Cultarte (Neia Estevan).

Conheci o TBC através de Rose. Rose convidou uma vizinha (Clarice), e como somos parceiras, de uma cooperativa que a gente entrou e não conseguiu dar continuidade. Aí Rose convidou essa colega e ela colega me convidou para o terceiro encontro (Eunice).

De modo geral, elas avaliam de maneira positiva a experiência com o Turismo de Base Comunitária e o Grupo Cultarte. Ainda que possamos perceber que o conhecimento a questões ligadas ao associativismo seja ainda pequeno, o TBC parece ampliar os horizontes de possibilidades destas mulheres.

Eu gosto do TBC, eu gosto do mesmo jeito que gostei da primeira vez que Rosa começou a falar. Eu acho o projeto muito encantador essa ideia de desfocar o turismo para certos pontos espalhados por toda cidade, eu acho muito bom não só pelo lucro que vai dar aos moradores a comunidade mas também para turismo que tá vindo conhecer a realidade de onde ele tá visitando. Ver tudo, ver a realidade de onde ele tá visitando. Porque a realidade Salvador não esta só nos pontos turísticos. E tem tanta coisa bonita, para que coisa mais bonita que a minha vista. Tanta coisa bonita aqui no

bairro, nesse bairro, tanta gente talentosa, tanta gente boa. Acho que tem coisas que merecem serem vistas (Neia Estevan).

Eu vivia muito estressada antes do Cultarte, porque eu queria viver. Eu queria crescer. Eu queria poder me sustentar e eu não estava conseguindo. Estava dependendo dos filhos. As apostas que eu fiz eu precisava de outras pessoas, precisava de incentivos e não consegui. E aqui eu tô conseguindo, porque elo menos eu tenho meu espaço para trabalhar. Porque é cansativo, mas tô satisfeita. Tô aqui crescendo outras pessoas, passando número de telefone. Tô me informando de curso e coisas por ai que o governo tá oferecendo. Se eu tiver disponibilidade e tempo já vem aí curso que não sei se é o TBC e ou a ITCP que já conseguiu para nos e depende do interesse de cada um (Eunice).

O meu interesse era trabalhar a hospedagem. O pessoal temporário que vem passa uma semana, dois dias, um mês... o meu filho mais velho não acreditava nisso. Quando eu me bandiei para o lado do mais novo. O mais novo é meio avoadado, e ela apostou mais no meu sonho. Através da UNEB. Francisca me falou que estava precisando. Eu procurei me informar como funcionava e o que tinha que fazer. Ajeitei o espaço que eu tenho na minha casa, ela foi até lá, em deu umas dicas do que eu poderia melhorar e ai mandei brasa, agilizei. Graças a deus o pessoal chegou, gostaram, estão muito satisfeitos (Eunice).

Eu acho o TBC bom, porque eu estou conseguindo chegar ao público. Porque eu não sou muito de sair de casa. Então, o público que meus filhos traziam para mim era pouco (Eunice).

Ademais, esse espaço é visto como possibilidade de aprendizagem, de troca e construções coletivas.

A troca de aprendizagem sempre constante (Neia Estevan).

Aprendemos uma com as outras até mesmo no olhar, no observar (Eunice).

## 4 CONCLUSÕES

Advoga-se que o estímulo ao desenvolvimento local pode se revelar com uma alternativa a feminização da pobreza. Nesta pesquisa o Turismo de Base Comunitária é meio de empoderamento de mulheres que durante muito tempo estiveram a margem da economia formal. O CULTARTE é um coletivo em formação, que em seus anos de atuação, vem fortalecendo a autônima das mulheres, num processo de autogestão e formação.

Percebemos que a atuação dessas mulheres ainda é embrionária e aponta para possibilidade de associação e coletivos em espaços urbanos, quando

grande parte das iniciativas similares se dá no rural/campo envoltas em outras dinâmicas.

## REFERÊNCIAS

BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**: Atores e Cenários. Fortaleza: EdUECE, 2009.

COSTA, J. S. M. ; PINHEIRO, Luana ; MEDEIROS, Marcelo ; QUEIROZ, Cristina . **A Face Feminina da Pobreza**: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil.. Brasília: Ipea, 2005 (Pub. Seriada: Texto para Discussão Ipea 1137).

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LOHMANN, Guilherme; NETTO, Alexandre Panosso. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; SÁ, Natália Coimbra (orgs.). **Cartilha (in)Formativa do Turismo de Base Comunitária**, o ABC do TBC. Salvador: EDUNEB, 2012.

SILVA, Francisca de Paula Santos da.(org.). **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo**: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabulo e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013.

## UMA ANÁLISE DO TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS FORMADOS POR MULHERES

Ivanice Cerruci<sup>27</sup>; Maria de Fátima S. Aranha<sup>28</sup>; Eliene Gomes dos Anjos<sup>29</sup>.

**RESUMO:** Este estudo enfoca os empreendimentos econômicos solidários (EES) constituídos exclusivamente por mulheres no estado da Bahia. Visa analisar as condições de trabalho e as dimensões organizativas desses EES. Para tanto, utiliza-se de um levantamento bibliográfico sobre os processos de informalidade no mundo do trabalho no Brasil e um estudo quantitativo com os dados do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Senaes, entre 2009 e 2013. Com o SPSS, realizou-se um filtro com os 19.708 EES mapeados para selecionar aqueles formados somente por mulheres no estado da Bahia, resultando em 184. A base investigada é constituída, em sua maioria, por grupos informais (66,3%), seguido de associações (22,8%). Apesar de a informalidade imperar nas organizações de mulheres, nesta base os resultados são animadores, pois 51,6% dos EES conseguiram a época do Mapeamento pagar as despesas e ter um excedente ainda que 32,6% tenham somente pago as despesas sem nenhuma sobra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher, Trabalho associado, Economia solidária.

### 1 INTRODUÇÃO

O trabalho associado distingue-se por ser uma atividade econômica de produção ou prestação de serviços, realizada em conjunto, baseado na autogestão, onde todos são donos e tomam decisões em conjunto, valorizando os conhecimentos individuais. A produção e a distribuição dos rendimentos são efetuadas tendo como objetivo, beneficiar o associado, de modo geral, procura utilizar os produtos da região onde se encontra, gerando renda, trabalho e contribuindo para o desenvolvimento local.

A economia solidária é entendida como uma forma de gerir os recursos disponíveis por meio do associativismo e cooperativismo. Os autores França Filho; Silva Junior e Coraggio (2009) consideram a economia solidária como uma “outra

---

<sup>27</sup> Graduanda em Tecnologia de Gestão em Cooperativas, UFRB. Email: ivanicecerruci@hotmail.com

<sup>28</sup> Graduanda em Tecnologia de Gestão em Cooperativas, UFRB. Email: fauzinhasanitago@hotmail.com

<sup>29</sup> Doutora em Ciências Sociais, docente da UFRB e pesquisadora da INCUBA/UFRB. Email: elieneanjos@ufrb.edu.br

economia”, pois difere da economia de mercado que almeja a concorrência e a lucratividade. Além disso, os empreendimentos da economia solidária se constituem em uma alternativa ao desemprego e a vulnerabilidade das ocupações informais, inserindo trabalhadores em atividades econômicas por meio da autogestão e do ganho proporcional ao trabalho realizado.

O crescimento significativo das formas de cooperativas de trabalho, da terceirização, a ampliação do emprego por conta própria e em pequenas empresas, caracteriza o aumento da informalidade na década de 2000, em sua maioria formados pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Há um evidente crescimento da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos anos, mas as mulheres se inserem nas ocupações mais precárias, através de subcontratações, empregos temporários e terceirização.

A flexibilização das relações de trabalho atinge diferentemente homens e mulheres, sendo que a no trabalho masculino há uma predominância de melhores cargos e maior remuneração, enquanto, no trabalho feminino, prevalecem são formas atípicas de trabalho, com horários flexíveis e salários reduzidos, aumentando as desigualdades de gênero em relação às condições de trabalho.

Neste sentido, esse artigo enfoca os empreendimentos econômicos solidários (EES) constituídos exclusivamente por mulheres no estado da Bahia. Visa analisar as condições de trabalho e as dimensões organizativas dos EES que estão gerando renda para mulheres com baixa escolarização e reduzida qualificação profissional. Neste contexto, busca-se compreender os dilemas enfrentados pelas mulheres que persistem em organizações coletivas porque, majoritariamente, não foram absorvidas pelo emprego formal.

Para tanto, utilizou-se um levantamento bibliográfico sobre os processos de informalidade que marca o mundo do trabalho no Brasil, com ênfase na situação da mulher nesta conjuntura, e a emergência do trabalho associado na década de 1990. Além disso, a pesquisa foi baseada em um estudo quantitativo com o manuseio dos dados do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), entre 2009 e 2013, em todas as regiões do Brasil.

Com o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), um programa de análise de dados muito utilizado nas pesquisas em ciências sociais, realizou-se um filtro com os 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES) nacionais



mapeados, para selecionar aqueles formados somente por mulheres no estado da Bahia, resultando em 184 EES.

A base investigada composta pelos empreendimentos exclusivamente de mulheres é constituída, em sua maioria, por grupos informais 66,3%, seguido de associações 22,8%. Apesar de a informalidade imperar nas organizações de mulheres, nesta base os resultados são animadores, pois 51,6% dos EES conseguiram a época do Mapeamento pagar as despesas e ter um excedente ainda que 32,6% tenham somente pago as despesas sem nenhuma sobra.

## 2 MERCADO DE TRABALHO E A INFORMALIDADE

O mercado de trabalho é um processo de construção social e vem sendo alvo de diversos conflitos, principalmente de gênero, desigualdade salarial, desemprego, informalidade etc. Em 2003, o presidente Luís Inácio Lula da Silva aprovou o projeto de Lei que regulamenta medidas, que visa tentar diminuir os efeitos da crise do trabalho que aconteceu em 1990. Singer (2004) destaca que o processo de desindustrialização provocou a perda de milhões de postos de trabalhos, bem como, favoreceu à precarização das relações de trabalho que ainda acontece no mundo.

Neste sentido, Abramo (2006), destaca que “O mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas”. A questão da etnia e de gênero são fatores bastante discutidos quando atrelados ao mercado de trabalho. A diferença salarial entre os negros e brancos é marcada pela disparidade. Quanto às oportunidades, os brancos são beneficiados com mais acesso aos mercados. Já os negros, ainda vivem o desafio de conviver com a discriminação. “No Brasil as desigualdades de gênero e raça não são fenômenos que estão referidos a ‘minorias’ ou a grupos específicos da sociedade. Pelo contrário são problemas que dizem respeito às grandes majorias da população.”. (ABRAMO, 2006, p.1)

Destaca-se que o gênero refere-se às características atribuídas ao feminino e ao masculino que são definições históricas e socialmente construídas pelas sociedades nas quais as diferenças entre homens e mulheres não são

naturais e sim, culturais. Desta forma, o que predomina no conceito de gênero são os aspectos culturais e não os biológicos.

De acordo com Matos (2005), nas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças significativas na sociedade mundial, sendo uma das mais impactantes, a relação homem-mulher. Esse processo ocorreu devido ao aumento da presença e a visibilidade da mulher em diversos setores antes direcionados aos homens, como por exemplo: no trabalho, nas escolas e universidades, nas artes, nas ciências e na política.

As questões relacionadas ao universo feminino deram frutos, os assuntos ligados, à saúde da mulher, ao trabalho feminino, a violência praticada contra as mulheres, com esse olhar voltado para os temas referentes à mulher fez surgir “novos sujeitos sociais” e favoreceu a inclusão das mulheres nas pesquisas acadêmicas que antes eram deixadas de lado.

Conforme Matos (2005), a partir das décadas de 1960 e início de 1970, há um aumento significativo do número de pesquisas sobre as mulheres. Como salienta a autora, “[...] os temas referentes à mulher reaparecem, colocando questões como violência, sexualidade, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações relativas ao trabalho (a dupla jornada) e à cidadania das mulheres” (2005, p.50).

Na segunda metade da década de 1970, destacam-se os estudos acerca do movimento operário e do trabalho feminino, sendo o de maior relevância, o fabril, já que esta atividade era de grande importância para a sobrevivência da mulher trabalhadora. Essa visibilidade se dá por um possível vínculo com outros estudos em pesquisa, como destaca Matos (2005, p.52), “[...] sobre o movimento operário e a uma herança da tradição marxista, mais especificamente da teoria do patriarcado, cuja preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres”.

Segundo Anjos (2012), a categoria informalidade surgiu em 1960 com o processo de industrialização dos países do terceiro mundo. Nessa época, a informalidade tinha uma dicotomia, entre a teoria da modernização e a teoria da marginalização. Na teoria da modernização, a economia nos países do terceiro mundo, era vista de duas formas, uma a industrialização que representava o setor avançado, o formal, a outra, que representava o setor atrasado, o informal, que eram as atividades realizadas pelos trabalhadores que migraram para as grandes cidades,

geralmente sem qualificação e habilidades, sua força de trabalho não foi integralizada na sua totalidade no setor produtivo do sistema capitalista, levando assim, ao crescimento da informalidade.

Druck e Oliveira (2007) inferem, nas suas pesquisas, que o trabalho informal nos anos de 1960 e 1970 apresentava um caráter ‘transitório’. Os autores citados ainda complementam que a informalidade apresentava-se em atividades de menor retorno econômico e se utilizava da força de trabalho familiar. Nota-se o quanto a informalidade acarreta formas de exploração e, por muito tempo, vem sendo utilizado por diversas pessoas como um via única de obtenção de renda.

Com a reestruturação do capitalismo e a globalização, a partir do final da década de 1970, mediante a mecanização das indústrias, em alguns lugares o emprego assalariado perde progressivamente sua importância, por causa do enfraquecimento da relação típica do trabalho assalariado com contrato por tempo determinado, ser substituído por outras formas contratuais que não ofereciam as mesmas garantias. No Brasil, essa transformação surgiu nos anos de 1980, marcados pela forte crise econômica que causou o desemprego e conseqüentemente o aumento do trabalho informal.

Na década de 1990 a informalidade alcança níveis superiores do que na anterior, em razão da alta taxa de desemprego e a migração crescente da população rural para os grandes centros, cuja força de trabalho, não foi absorvida pela atividade formal de produção, para a sua sobrevivência, passam a depender de atividades com base na informalidade, na terceirização, e a conseqüente precarização do trabalho.

Devido às mudanças econômicas e a reestruturação produtiva, ocorrida com a mecanização e as novas tecnologias das unidades de produção e a globalização, novas configurações são utilizadas para a prática das atividades produtivas, tais como: o trabalho autônomo, o emprego temporário, a terceirização, a subcontratação, as cooperativas de trabalho, a informalidade e as várias formas de trabalhos disfarçados, com pouca remuneração e nem sempre assegurados os direitos sociais dos trabalhadores, sendo mais evidente quando os atores são menos capacitados. A tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores formais e empregar mais trabalhadores flexíveis. Essas práticas de flexibilidade do processo produtivo acarretam aumento da vulnerabilidade. Como destaca (ANJOS, 2012).

O conjunto dessas relações tem em comum a vulnerabilidade; a insegurança da relação de trabalho e incerteza dos rendimentos; muitas vezes a ausência de qualquer tipo de regulamentação laboral e de proteção social; o uso flexível do trabalho; e, frequentemente, a baixa remuneração, principalmente para os de menor nível de qualificação. (2012, p.76).

A informalidade é definida como a ausência de registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ficando assim, os trabalhadores sem direitos às garantias da legislação trabalhistas. Caracterizada por atividades sem a proteção social, estabilidade e salários baixos, sendo que, a informalidade não significa pobreza, pois há trabalhadores informais pobres e os que não o são.

A informalidade abriga um grande número de trabalhadores(as) que foram dispensados(as) do emprego formal e os que nunca possuíram registro em carteira. Esses trabalhadores(as), em sua maioria, com baixa qualificação profissional, recebem um incentivo econômico, podendo fixar os preços de suas atividades, de acordo com a concorrência e controlar o tempo da sua jornada de trabalho.

Destaca-se que no mundo do trabalho vem tendo avanços, principalmente no que tange aos direitos trabalhistas, como exemplo a extensão de vários benefícios ao segmento da classe trabalhadora inserido no serviço doméstico, esse composto, em sua maioria, por mulheres. Segundo a Lei Complementar nº 150/2015, Artigo 1º, afirma que “Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana.” Essa lei, normatizou o trabalho doméstico que antes era desprovido de direitos. Os trabalhadores domésticos tinham uma jornada de trabalho, por vezes, que duravam sete dias e não tinham os seus direitos garantidos. Com a nova regulamentação, se o trabalho exceder dois dias o empregador tem por obrigação pagar todos os direitos do trabalhador tais como: salário mínimo fixado em lei, contribuição com a Previdência Social, folga nos feriados civis e religiosos, 13º salário, férias, licença maternidade, aviso prévio etc. Assim, percebe-se que os direitos oriundos do trabalho são elementares para qualquer categoria, o que não seria diferente para aqueles(as) que estão nos empreendimentos solidários.

### 3 PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIADO

O papel da mulher, desde os primórdios da humanidade, foi considerado secundário, estando sujeito à submissão do homem. Quando do início da produção de alimentos, ocorreu a definição de papéis comportamentais e sociais entre os gêneros, e a divisão sexual do trabalho. Ao homem coube o papel de provedor da casa, autoridade e chefia da família, enquanto à mulher coube o papel da reprodução, de cuidadora da casa, da horta e da família, contudo, era considerado um não trabalho.

A partir da segunda guerra mundial, a realidade de algumas mulheres foi modificada, tendo que assumir a responsabilidade dos negócios, da família e da casa, pois os homens tendo ido aos campos de batalha, uns pereceram, outros ficaram mutilados, conseqüentemente, impossibilitados de exercer os antigos postos de trabalho. Assim, iniciou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho de forma informal e muito timidamente começaram sua produção, sendo menosprezadas pela sociedade:

Com o surgimento das várias necessidades, as mulheres precisaram procurar trabalho fora do lar, para ajudar na complementação da renda familiar. Exercendo trabalhos femininos e assumindo, por vezes, trabalhos que eram considerados masculinos.

Com a industrialização nos países menos desenvolvidos, ocorreram várias modificações econômicas, essa inserção foi marcada por um período de dificuldades e preconceitos. Muitos deles enfrentados pelas mulheres até hoje, como, por exemplo, salários menores que os pagos aos homens, quando exercem trabalhos similares e muitas vezes mais capacitadas. Foram vários séculos de lutas, para conseguir transformações e conquistas almejadas pelas mulheres.

No século XX, surgiram movimentos por melhores salários, condições de trabalho, direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho, o direito ao voto, e alguns benefícios, como, por exemplo, o divórcio, o direito ao ingresso no ensino superior, licença maternidade e outros; conjunto de normas legais e ações governamentais que tentam proporcionar a igualdade de gênero no trabalho.

A partir dessa época as mulheres começaram a adentrar em profissões que exigiam um maior grau de intelectualidade. Porém, as mulheres ainda não ocupam um grande número de cargos de chefia, estando em desvantagem em

relação aos homens, apesar de estarem mais preparadas que eles, em consequência de uma discriminação simbólica.

Em razão da persistência desses fatores as mulheres têm sido afetadas pelo desemprego, elas estariam mais pobres, mais sujeitas à violência, tendo menos acesso a tecnologias da informação e da comunicação e à formação profissional e técnica, embora desfrutem mais da educação hoje do que no passado. Culturalmente a mulher tem suas atividades dentro do privado, enquanto o homem domina no setor público.

As mulheres têm menos acesso ao crédito e à propriedade, a maioria está atuando na informalidade e nas ocupações precárias, estando à frente de pequenos empreendimentos e associações, com a intenção de proporcionar o trabalho, o aumento da renda, sendo esse tipo de atividade uma alternativa de conciliar o trabalho e a família, visto que a responsabilidade da organização e as atividades do espaço doméstico são atribuídas à mulher, pois a divisão desses afazeres, não ocorre de forma satisfatória e em alguns casos, elas são as provedoras da casa.

Com a reestruturação produtiva, o desemprego, a redução das condições de trabalho, a flexibilização dos processos de produção e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, ocorre a precarização, que causa as trabalhadoras o sentimento de insegurança do emprego, em consequência desse sentimento, as mesmas se submetem a condições, cada vez mais intensa de exploração da força do trabalho.

Nesse contexto, o associativismo e o cooperativismo, aparecem novamente, como alternativas para solucionar os problemas do desemprego e superar a exploração decorrente da relação do trabalho e capital. Surgem de cooperativas de trabalho para a autogestão de empresas recuperadas, organizadas para terceirização da produção, com o objetivo de criar um empreendimento para gerar trabalho e renda, e prestação de serviços.

O crescimento das cooperativas de trabalho se deu em maior número na década de 1990, devido ao fechamento de empresas, à abertura das importações e o crescimento das associações coletivas para o trabalho.

No processo de mudança no mundo do trabalho, a prática da terceirização da força de trabalho, se deu através das cooperativas de trabalho, que em alguns casos lesavam as leis trabalhistas e eram designadas por cooperativas fraudulentas ou “cooperfraudes”, onde os trabalhadores recebem apenas seus salários e não tem assegurado nenhum direito social. Desta forma, o trabalho fica

caracterizado pela precariedade, pela insegurança, pela vulnerabilidade e por baixos salários.

O emprego assalariado e regulamentado continua predominando, contudo, não consegue equalizar a totalidade dos trabalhadores. Juntamente com essa modalidade, existem outras formas, no mundo do trabalho onde os trabalhadores são donos dos meios de produção, ou trabalham por conta própria, como os autônomos. O trabalho associado é uma dessas formas, sendo a mais duradoura, como tipo de organização e teve sua origem no início do século XIX, a partir dos movimentos dos trabalhadores da sociedade capitalista, que se formavam em tempo de crise.

O trabalho associado permite a esses atores, que não necessitem vender sua força de trabalho, eliminando assim a “mais-valia”<sup>30</sup>, e possam ser os donos do trabalho e da sua produção, resgatando sua dignidade e permitindo um trabalho para sua sobrevivência. Como enfatiza (Anjos 2013),

Associar-se a outro é uma das formas possíveis de participar da atividade produtiva, obter recursos econômicos e contribuir para a satisfação das necessidades sociais. O trabalho associado é uma das possíveis opções para quem tem de viver do seu trabalho. Nele, quem trabalha é ao mesmo tempo proprietário de seu trabalho e do seu resultado, ainda que tenha de reparti-lo com outros(as) associados(as). (2013, p. 215).

O trabalho associado, a autogestão e a economia solidária, representam uma alternativa para os trabalhadores se unirem em grupos, para produção independente e autônoma, sem a submissão do sistema capitalista.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS FORMADOS PELAS MULHERES**

A pesquisa exploratória com os 184 EES formados somente por mulheres, na Bahia, apresenta 88% em funcionamento, os demais estavam em fase de instalação ou reestruturação. A área de atuação está bem equalizada entre o rural 45,1% e urbano 41,3%. Quanto ao perfil étnico, predomina o pardo 46,2%, seguido do preto 29,9%, o que reafirma a literatura quando aponta que o segmento da classe trabalhadora constituído pelos pardos e pretos está com presença

---

<sup>30</sup> É conceituada como a venda da força de trabalho, em que os trabalhadores não recebem proporcional ao trabalho desenvolvido.

majoritária na informalidade. No perfil etário, predomina a idade adulta 89,7%; seguida pelas jovens 8,2%.

De acordo com a análise verificou-se que 89,1% das sócias dos EES não pertencem a algum povo ou comunidade tradicional e somente 10,9% pertencem. Destacam-se, comunidades quilombolas 35%; população negra 25%; extrativista 15%; comunidades de terreiro 10%; os povos indígenas com 5%; ribeirinho 5%; pescadores artesanais 5%. Nota-se a prevalência da população negra e das comunidades quilombolas

Dos EES analisados a predominância as classes sociais eram as que estão relacionadas na Tabela 1.

**Tabela 1- Predominância das categorias sociais nos EES**

<b>Categorias</b>	<b>Nº Empreendimento</b>	<b>% válidos</b>
Agricultoras familiares	75	40,8
Artesãs	66	35,9
Artistas	3	1,6
Assentadas da reforma agrária	2	1,1
Catadoras de material reciclável	1	,5
Técnicas, profissionais de nível superior	1	,5
Outras trabalhadoras autônomas / por conta própria	12	6,5
Desempregadas (desocupadas)	14	7,6
Não se aplica ou não há predominância	10	5,4
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Senaes/MTE (2009-2013) – elaboração própria

De acordo com a Tabela 1, a categoria social predominante nos EES são agricultoras familiares que representa 40,8%. Entende-se que a agricultura familiar se expressa como uma forma de sobrevivência no espaço rural, em que as agricultoras contam com o apoio da família para garantir a reprodução social e econômica. Seguida da categoria de artesãs que representa uma parcela significativa, de 35,9% de EES. O artesanato é considerado atividade econômica que favorece para o desenvolvimento local e leva perspectiva de vida a diversos atores da sociedade. Já em relação à categoria outras trabalhadoras autônomas/por conta própria 6,5%; desempregadas (desocupadas) 7,6%; não se aplica ou não há predominância 5,4%, totalizando um percentual de 19,5% dos EES, corroborando a



análise da informalidade e a não absorção de diversos segmentos pelo mercado de trabalho formal.

Com relação aos benefícios governamentais, há predominância de beneficiárias do programa bolsa família em 64,7% dos EES. De acordo com a forma de organização, os EES estão tipificados como: grupos informais 66,3%, seguido pelas associações 28,8%, 4,3% cooperativa e sociedade mercantil com 0,5%. Identificou-se que do total de empreendimentos mapeados 85,9% afirmaram não participar de redes, 14,1% dos EES participam de produção, comercialização, consumo ou crédito. Quanto à origem dos recursos para iniciar os EES em 62% foram das próprias sócias; em 25,5% de doações de órgãos não governamentais; em 17,4% a fundo perdido; em 8,2% empréstimo; em 2,7% doações de pessoa física e 1,6% não se aplica (não houve necessidade de recurso).

Quanto à busca de apoio, assessoria ou capacitação para a criação dos empreendimentos, 66,8% afirmaram ter utilizado algum tipo. É de suma importância para os empreendimentos buscar esse suporte, pois logo na fase de implantação se não ser orientado ou até mesmo ser capacitado dificulta bastante para que o mesmo consiga ter êxito e permanecer por muito tempo.

Entende-se por essas variáveis analisadas dos diversos empreendimentos que tem como finalidade buscar o fortalecimento do tecido associativo e diminuir a competição no mercado por meio de circuitos próprios de comercialização

Assim, evidencia-se que a inserção das mulheres na informalidade, continua sendo uma realidade também no campo da economia solidária, uma vez que, a inclusão em grupos informais não possibilita nenhum tipo de regulamentação para aquelas que dispõem de sua força de trabalho nessa modalidade organização, como está demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2- Fatores que motivaram a criação dos EES**

Motivos	Frequência	% Válida
Uma alternativa ao desemprego	125	67,9
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	66	35,9
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	98	53,3
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	71	38,6
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	34	18,5
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	15	8,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa	34	18,5

Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	33	17,9
Alternativa organizativa e de qualificação	15	8,2
Incentivo de política pública (governo)	15	8,2
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	5	2,7
Fortalecimento de grupo étnico	24	13,0
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	21	11,4
Outro	14	7,6
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Senaes/MTE (2009-2013) – elaboração própria

De acordo com a Tabela 2, nota-se que em sua maioria as mulheres se une em grupos, como forma alternativa de combate aos ao desemprego, para a obtenção ou aumento renda, através da produção, da comercialização dos produtos e em especial com atividades onde todas são donas. A inserção de pessoas que necessitem de motivação, alternativas para a inserção de e o fortalecimento de grupos de mulheres com vulnerabilidade e para a comercialização de produtos orgânicos, com a finalidade de diminuir a pobreza e favorecer desenvolvimento local.

Do universo analisado 184 EES, deve-se salientar que, 162 (88%) têm como atividade econômica a produção ou produção e comercialização e encontra-se em funcionamento sendo objeto desse estudo. Os outros 7,1% estão em fase de implantação e 4,9% em fase de reestruturação. As principais atividades econômicas estão distribuídas na Tabela 3.

**Tabela 3 - Atividade Econômica Principal dos EES**

<b>Atividades</b>	<b>Nº Empreendimentos</b>	<b>% Válidos</b>
Produção ou produção e comercialização	162	88,0
Comercialização ou organização da comercialização	15	8,2
Prestação do serviço ou trabalho a terceiro	4	2,2
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3	1,6
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Senaes/MTE (2009-2013) – elaboração própria

De acordo com a Tabela 3, as atividades econômicas mais exercidas pelos os empreendimentos são a de produção, produção e comercialização. Neste sentido, Rocha e Aranha (2015, p. 14) destacam a visão que “os processos de produção e de comercialização estão estritamente relacionados com o tecido organizativo de um território. Pensando os mercados enquanto uma ‘construção social’.” Ou seja, a ideia de que os mercados estão relacionados com o seu contexto. Em seguida vêm os empreendimentos de comercialização ou organização da comercialização e prestação do serviço ou trabalho a terceiro.

## 5 A SITUAÇÃO DO TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS

Para analisar as condições e os dilemas enfrentados pelas mulheres que persistem em organizações coletivas selecionamos variáveis que expressam a situação do trabalho. A primeira delas é a remuneração. Dos EES que declararam remunerar as sócias que trabalham nos empreendimentos, 59,9% conseguem efetuar a remuneração, enquanto que 40,1% não garantem.

Os rendimentos obtidos são a fonte principal de renda da família para 42,3%; para 53,6% é complementar. Quanto à forma de remuneração, é igual para todas para 49,5%, seguido pela retirada por produção 43,3%.

Mediante as análises dos dados percebe-se que a grande parte dos EES consegue honrar seus compromissos e ter sobras, conforme a Tabela 4.

**Tabela 4 - Resultados das atividades econômicas nos EES**

Atividades	Frequência	% Validos
Pagar as despesas e ter uma sobra /excedente	95	51,6
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	60	32,6
Não deu para pagar as despesas	20	10,9
Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo)	9	4,9
Total	184	100,0

Fonte: Senaes/MTE (2009-2013) – elaboração própria

Ao examinar o desempenho econômico dos EES femininos na tabela 4, percebe-se que mais da metade (51,6%) conseguem pagar as despesas e ter sobras. Esse dado sugere que a gestão está se dando de modo correto, além disso, gera um excedente que garante futuros investimentos e até mesmo o crescimento do empreendimento. Já 32,6% apenas conseguem pagar suas despesas, mas sem sobras. Por outro lado, 10,9% ainda estão em situação de instabilidade e tem dificuldades para gerenciar as despesas.

Do universo analisado, deve-se salientar que, a maioria dos empreendimentos, 88% é de produção ou produção e comercialização, desses 82,1% possuem equipamentos próprios. Em 98,8% dos EES os produtos são destinados à venda, sendo que 93,8% a venda é direta ao consumidor; 22,5% vendem ao revendedor ou atacadista; 17,5% a órgão governamental. Em relação ao Mercado, 78,8% vendem seus produtos no comércio local ou comunitário; 51,2% no municipal; 13,8% no territorial ou microrregião; 10,6% no estadual; 8,1% no nacional e 3,1% no comércio exterior.

De acordo com os espaços de comercialização, 23,1% têm espaços próprios ou lojas; 5% vendem em espaços coletivos; 41,9% em feira livre; 26,9% Feira e exposição eventual; 37,5% Feira de Economia Solidária e/ou Agroecológica; 62,5% entregam a clientes.

Os dados mostram um cenário de dificuldades na comercialização, pois 76,9% enfrentam obstáculos nesse processo. Sendo que a falta de capital de giro é o que apresenta maior percentual, 52,8%.

Em relação aos direitos e benefícios às suas associadas, esses somente são assegurados por uma minoria, como mostra a tabela 5.

**Tabela 5 - Direita, benefícios e garantia para as sócias dos empreendimentos de produção ou produção e comercialização**

Direitos principais	Nº de Empreendimentos	% válidos
Descanso remunerado (incluindo férias)	2	1,2
Licença maternidade	6	3,7
Creche ou auxílio creche	1	0,6
Qualificação social e profissional	10	6,2
Equipamentos de segurança	4	2,5
Previdência social	4	2,5
Auxílio educação	2	1,2
Auxílio transporte	6	3,7
Nenhum deles	140	86,4

Fonte: Senaes/MTE (2009-2013) – elaboração própria

De acordo a tabela 5, nota-se que somente dois empreendimentos concedem aos sócios o descanso remunerado e férias 1,2%; licença maternidade 3,7%; creche ou auxílio creche 0,6%; a qualificação social/profissional é que se destaca com 6,2% em relação ao total. Equipamentos de segurança 2,5%; a previdência social 2,5%; auxílio educação 1,2%; auxílio transporte 3,7%; e nenhum deles é o maior índice, 86,4% dos benefícios, direitos garantidos pelos EES às suas sócias. Esses dados demonstram o quanto o trabalho nas formas associativas se aproxima do trabalho precário.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo, observou-se que os EES que proporcionam o acesso à geração de trabalho e renda atuam mais na produção e na comercialização. A motivação mais recorrente para a criação desses deve-se a busca de alternativas para a falta de emprego. Como mencionado anteriormente, as mulheres são, na maioria das vezes, as primeiras a serem atingidas pelo

desemprego, subemprego e desigualdades. Com base nos dados analisados, conclui-se que os EES se constituem em uma alternativa econômica, ainda que de forma precária, pois não conseguiram sustentabilidade como organização econômica que assegure os direitos laborais para aquelas que dispõem as sua força de trabalho nas formas associativas. Por outro lado, a que pese a constatação de que a maioria dos empreendimentos seja constituída de grupos informais, o desempenho positivo para 51,6% dos EES demonstra que, em alguma medida, estão contribuindo para a inserção econômica e social das mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. (2006). Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, out./dez.
- ANJOS, E. (2012). **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária**. São Leopoldo: [s.n.], Tese de Doutorado, Unisinos.
- ANJOS, E. (2013) As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro:dilemas e possibilidades. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 23, n.1, p. 209 a 228, Jan- Mar.
- BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico [...] Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm)>. Acesso em: 1.mar 2016.
- CORAGGIO, J. L. (2009). Economia do Trabalho. In: **CATTANI, A. D. et al. (Coord.). Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo. Almedina, p. 120 -127.
- DRUCK, G.; OLIVEIRA, L. P. de. (2007) **A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador**. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII. Recife. Anais... Recife: SBS. 2007.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JUNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: **CATTANI, A. D. et al. (Coord.). Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo. Almedina, 2009, p. 31-36.
- MATOS, M. I. S. (2005). **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Cap. 6 a 8, p. 47 a 77.
- ROCHA, A. G. P.; ARANHA, M. F. S. (2015). Mercados alternativos para a agricultura familiar: uma análise do Recôncavo baiano. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, XVII, 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: SBS.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Emprego. SIES 2009-2013. Senaes, Brasília, 2013.
- SINGER, P.. (2004). **A Economia Solidária no Governo Federal**. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf\\_t\\_extopaulsinger.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_t_extopaulsinger.pdf). Acesso em: 29. dez. 2015.

## O EMPODERAMENTO DA MULHER ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO ALTERNATIVA PARA EMPREGO E RENDA

Amanda Salles da Silva<sup>31</sup>; Bianca Barbosa Oliveira<sup>32</sup>

**RESUMO:** Gênero enquanto construção que permeia as relações sociais e de poder, principalmente dentro do mercado formal de trabalho, acarreta na consequente exclusão das mulheres principalmente no que tange ao acesso à recursos e capacitações. A partir do século XX com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, instaurou-se as duplas ou triplas jornadas de trabalho, onde além do emprego no espaço público, onde são restringidas aos subempregos e precarização, as mulheres veem-se obrigadas a continuarem nas tarefas histórica e socialmente atribuídas à elas: os cuidados domésticos com a casa e família. Assim é que a Economia Solidária aparece enquanto solução e alternativa para a exclusão do mercado formal de trabalho e conciliação da vida doméstica que lhe é imposta com a necessidade de prover sustento para seus lares, acarretando no consequente empoderamento e emancipação das mulheres.

**Palavras-Chave:** Empoderamento. Economia Solidária. Gênero.

### 1 INTRODUÇÃO

A investigação acerca do empoderamento da mulher e da economia solidária como alternativa de emprego e renda nasce a partir da importância que a organização solidária do trabalho opera na transformação de realidades. Apesar de a questão de gênero ter ampla discussão nos mais variados meios teóricos, discuti-la na prática ainda se faz carente. Reconhecemos a necessidade de se discutir o empoderamento prático de mulheres no mercado de trabalho a fim de incentivar e apontar alternativas viáveis de formalização e regularização de atividades profissionais através da economia solidária.

O conceito de gênero é uma construção social e histórica a partir da qual nascem as relações sociais construindo as relações de poder que, dentro do mercado de trabalho, acarretam no acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos e capacitações. Com o advento da Revolução Industrial e dos Movimentos

---

<sup>31</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus- Bahia. salles.ams@gmail.com

<sup>32</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus- Bahia. biancabarbosaa@gmail.com

Feministas, estes últimos a partir do século XX, as mulheres saem dos espaços privados aos quais eram destinadas, onde o trabalho restringia-se a cuidar do lar e dos filhos e, passam a ocupar os espaços públicos aos quais lhes foram restringidos os subempregos e a precarização no que diz respeito à eliminação dos direitos sociais.

Fatores primordiais para o aparecimento e desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil e no mundo foram as condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, os embates da sociedade civil frente às crises do capitalismo e o desemprego estrutural e conseqüente de tais crises.

Assim é que, no contexto dos diversos problemas conseqüentes da Revolução Industrial e da Globalização e a nova responsabilidade das mulheres em sustentar suas famílias tornando-se as principais vítimas dos subempregos e da precarização do trabalho, que lhes tira os direitos sociais, que se tem a gênese da Economia Solidária enquanto solução, possibilitando a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, no que condiz às questões de gênero e divisão sexual do trabalho, emancipando as mulheres e fortalecendo a capacidade de ação destas que estão entre as maiores vítimas do empobrecimento causado pelo crescimento tecnológico que não gera empregos.

## **2 GÊNERO E DESIGUALDADE**

A problemática da desigualdade de gênero foi objeto de grandes discussões no meio político e científico em variadas intervenções institucionais durante todo o século recém encerrado. No entanto, o esgotamento de sua abordagem está longe de chegar ao fim, ainda há variadas perspectivas para se discutir tal questão e compreendermos melhor as ramificações articuladas das relações permeadas pelos gênero e desigualdade.

Para tanto é preciso situarmos o marco teórico responsável pela conceituação por nós trabalhada. O sociólogo Antony Giddens (2005) propõe a diferenciação entre sexo e gênero, sendo aquele o que serviria para caracterizar diferenças “anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino”. E em contraposição, o gênero “diz respeito as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade”. Desse modo, segundo o autor, existe

uma socialização do gênero e é a partir daí que decorrem as desigualdades, em um fazer histórico-cultural. Assim sendo, os papéis sociais e os locais destinados a homens e mulheres são pré-determinados. As diferentes oportunidades existentes entre homens e mulheres são frutos de uma sociedade estruturada a partir de tais concepções.

De mesmo modo, Izquierdo (199?) corrobora que há a possibilidade de nos referirmos aos gêneros como modelos de comportamento que se excluem, favorecendo o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns a um gênero em detrimento do outro. Para a autora, os padrões comportamentais impõem-se ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Tal imposição tem implicações micro, no que tange às personalidades de cada um e macro conforme isso é refletido na sociedade como um todo, reiterando e cristalizando práticas desiguais como naturais.

Discorrendo acerca de algumas das consequências das desigualdades estruturais nas relações de gênero, Saffioti (1997) aponta que os processos de das relações entre sujeito e objeto (subjetivação e objeticação) estão submissos a capacidade ou não de apropriação dos frutos da *práxis* humana por parte dos sujeitos, não somente pelo fato de a sociedade estar dividida em classes sociais, mas também por ser ela incidida pelas contradições de gênero e etnia. Para ela, estas dimensões são contrapontos fundamentais que entrelaçam-se no que chama de “nó”, explica:

[...]Tomando-se gênero, raça/etnia como relações diferenciadoras do mercado de trabalho, pode-se afirmar, sem medo de errar, que em todas as sociedades presididas pelo referido nó, formado pelas três contradições básicas, o capital não obedece àquela lógica abstrata que lhe permite prescindir do trabalho doméstico gratuito (1997, p. 62).

Reflexo de tal análise consiste ilustradamente no campo do trabalho onde a desigualdade de gênero se expressa fortemente. As desigualdades de gênero e etnia são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil e que ainda permanece, reproduzindo situações de pobreza e exclusão social. Os indicadores de mercado de trabalho trazem à tona as consequências quantitativas quando falamos em desigualdades.

Num brevíssimo histórico, temos que em 1970 a porcentagem equivalente às mulheres empregadas com relação aos homens, era somente de 18,5%. E



apenas em 2010 esse número se equivaleu a 50%. Mas nem sempre foi assim, ainda em 1820 a população de mulheres empregadas equivalia a quase metade com relação aos homens, 45,5%, mas o contexto era absolutamente rural; foi após o êxodo que o desemprego entre as mulheres caiu drasticamente, o contexto urbano e as novas conjunturas tiveram um papel fundamental para tanto.

As desigualdades de gênero e raça se expressam claramente nos dados. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro vem aumentando, mas ainda marcada por uma forte discrepância em relação à taxa de participação da população masculina. A taxa de participação das mulheres, varia ainda com relação a escolaridade e etnia, o que indica a existência de diferenças pertinentes de análise entre as mulheres relacionadas aos diferentes estratos de renda aos quais elas pertencem, e a dificuldade de inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho. Dai a importância da economia solidária como alternativa de geração de emprego e renda para estas mulheres.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, quanto a Taxa de Desocupação por Região e Sexo do Primeiro Trimestre de 2015 indica que quase 9,5% de mulheres estavam desempregadas, contra uma população de pouco mais de 6,5% de homens desempregados, no Brasil. Os valores variam conforme a região, destacamos as regiões norte e nordeste em que quase 12% das mulheres estavam desempregadas, contra uma população de pouco mais de 8,5% e 9,5%, consecutivamente, de homens desempregados. O sul mantém a menor taxa de desemprego, mas a discrepância entre homens e mulheres se faz presente em todas as regiões.

Já no quadro comparativo da Atividade da População de 16 anos por sexo, cor e raça fica evidente o *nó* de que falava Saffioti. De 2004 a 2014 a média de Atividade da População de 16 anos dos homens variou entre, aproximadamente, 80% e 85%. Já a média entre as mulheres variou de 60% a 55%. Havendo alterações ainda quanto aos demais critérios, mulheres brancas mantendo índices mais elevados que mulheres negras e homens brancos, da mesma forma, mantendo índices mais elevados que homens negros.

Na tabela de proporção da População de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada a afazeres domésticos, no Brasil, de 2004 a 2014, cerca de , numa média estimada, 90% das

mulheres realizam trabalhos domésticos não remunerados, contra cerca de 40% a 50% dos homens. As mulheres dedicam uma média de 25 a 27 horas de jornada semanal destes afazeres, enquanto os homens dedicam, em média, pouco mais de 10 horas semanais. Corroborando que ainda há delimitações dos espaços de afazeres e “vocações” na desigualdade social e gênero. Ainda que homens e mulheres estejam empregados em atividades externas às domésticas, são elas que mais dedicam tempo no interior de seus lares.

No que tange à Taxa de Desocupação da população com 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça, no Brasil, de 2004 a 2014, é também evidente a estratificação que ocorre a partir dos três aspectos. Mulheres negras, ao longo de todo período, lideram os índices de desocupação, variando de 14% a 10% (este já em 2014), mulheres brancas têm índices que variam de pouco mais de 11% a 8% e são seguidas pelos homens negros cujos índices variam de cerca de 9% a 6%, enquanto os homens brancos têm taxas variantes de 6% a 4% de desocupação. A Discrepância entre homens e mulheres chega a ser de quase 6% em anos como 2005 e 2009 e mantém um certo padrão ao longo de todo período de análise, evidenciando a desigualdade os gêneros.

Portanto, ainda nota-se abismos quando falamos de desigualdade e gênero. Importante ressaltar que, apesar de análises e apontamentos em esferas socialmente macro, há abismos em esferas micro, nas microrrelações de poder, existentes entre o homem e a mulher. Apesar de grandiosas conquistas de saída de espaços privados para públicos, estes ainda são limitados. Ainda há locais, vocações social e culturalmente estipulados para homens e mulheres.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

No final da década de 90, no Brasil, o cenário torna-se preocupante quando se trata do contexto social, econômico e político, apresentando níveis alarmantes de desemprego e aumento da diferença na distribuição de renda e, conseqüentemente da desigualdade e exclusão social, sem uma solução aparente à curto ou longo prazo. Dessa forma, aponta Gallo, Dakuzaku et al. (2002, p. 41):

A parcela da população que mais sofre com estas conseqüências é a mais carente, tanto economicamente quanto em termos educacionais. São pessoas que perderam seus empregos dentro da reestruturação produtiva que precária cada vez mais as condições

de trabalho, não gerando novos postos de ocupação, não tendo chances de desenvolvimento social e cultural dentro de uma sociedade desigual.

Gallo, Dakuzaku et al. (2002) apontam ainda que o cenário não só gerou a exclusão social, mas, o desemprego tornou-se estrutural e tecnológico de forma que a formação de cooperativas populares que possam atender as necessidades da população mais carentes seria alternativa para a geração de renda e de trabalho. O trabalho regularizado sempre foi um dos pré-requisitos para que o cidadão pudesse ter acesso aos direitos sociais ora, no Brasil, na década de 30 o Estado passou a atribuir uma legislação específica para o trabalhador. Como aponta Oliveira (2008), os direitos eram concedidos somente para aqueles que tinham registro na carteira de trabalho.

Singer (2002) entende que a economia solidária aparece como uma possibilidade de rompimento com o modo de produção capitalista, emergindo da luta de classes. Já para Lima (2006) *apud* Oliveira (2008), no contexto atual tais empreendimentos estão fundamentados em uma contradição onde de um lado, originam emprego e autonomia aos trabalhadores e, de outro, são funcionais ao sistema capitalista de produção.

A partir dos princípios basilares a associação de capital e a liberdade individual bem como da sustentabilidade os empreendimentos solidários inserem no mercado de trabalho os empobrecidos, mostrando-se capaz de converter-se em elemento básico de uma nova racionalidade econômica. Gaiger (2002, p. 26) aponta que:

O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista – que não é solidária e tampouco inclusiva – e da solidariedade popular comunitária – desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho socioeconômico que não seja circunscrito e marginal.

Assim, Singer (2002) compreende e afirma que a questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária de forma que possam unir-se numa empresa em que todos são donos por igual, cada

um com direito a um voto, empenhados solidariamente na transformação dos modos de produção.

Ramos (2011, p. 8) sintetiza a economia solidária e seus fundamentos de suma importância para o sucesso do processo, inclusive enquanto fator alternativo de emprego e renda.

A Economia Solidária seria uma forma de organização econômica, que incorporaria os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico. Nesse processo, reúne-se um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política.

Na construção do desenvolvimento através da economia solidária, as pessoas agora estão na condição de agentes protagonistas de mudança e não apenas como recebedores passivos de benefícios e, participam de forma ativa solidária da construção do melhor viver, como aponta Souza (2011, p. 62). Nesse sentido, Cunha (2016, p. 17) observa ainda, que:

Impulsionar o desenvolvimento através da Economia Solidária é desenvolver políticas como forma de potencializar processos endógenos de: mobilização das capacidades locais (humanas, sociais, políticas e culturais), ampliação/aproveitamento das potencialidades econômicas locais, aprofundamento das relações de democracia e cidadania, cuja finalidade maior é o bem viver coletivizado.

#### **4 MULHERES, EMPODERAMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A lógica do mercado capitalista traz o pressuposto de que aqueles mais aptos, tanto técnica quanto intelectualmente sejam absorvidos pelas modernas estruturas de trabalho de forma que aqueles que são vistos como sem utilidade para tal processo são lançados para as margens sociais. Dessa maneira, tais processos são fatores fundamentais no que tange a alteração das relações de trabalho. Oliveira (2008, p. 225) aponta que:

Nesse contexto, é lícito destacar o papel do trabalho feminino no âmbito dessas transformações. Além de mudanças no âmbito político, econômico e social, percebem-se também mudanças nos aspectos culturais. Anteriormente, o trabalho feminino restringia-se ao cuidado com o lar e com os filhos, porém, no contexto contemporâneo está havendo um movimento em que as mulheres são, cada vez mais, responsáveis por subsidiar financeiramente seus lares, não obstante, elas estão delineando sua presença no mercado de trabalho.

Assim, Guérin (2003) entende que a economia solidária cria espaços intermediários entre o privado ou doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário, preenchendo funções importantes para favorecer a eliminação de bloqueios ao acesso do mercado formal de trabalho.

Mais do que um instituto econômico, a economia solidária é um instituto social que transmite forte vínculo axiológico aos seus participantes, haja vista que preze pela coletividade. É um núcleo político e assim empoderador em que a representatividade não se faz de forma abstrata, as tomadas de decisões estão próximas de seus integrantes o que é fundamental para articulações e fortalecimentos identitários. Para as mulheres, a prática oferece sororidade, mais autonomia num conjunto propiciado pelo financeiro e emocional. O empoderamento dessas mulheres reflete um todo em que sua submissão é posta à prova e seus espaços outrora predeterminados, remanejados por oportunidades alternativas às convencionais do sistema capitalista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente propusemos uma análise de como se daria o empoderamento da mulher através da economia solidária enquanto alternativa para emprego e renda a partir de uma perspectiva local, analisando dados de organizações da Bahia. No entanto, obtivemos dificuldades em extraí-los por não haver uma organização do levantamento desses dados. A partir de uma análise bibliografia sobre gênero e desigualdades, economia solidária e geração de emprego e renda, bem como mulheres, empoderamento e economia solidária, articulamos os discursos para o desenvolvimento do trabalho.

Ao tratar de gênero e desigualdade nos inscrevemos em um conceito de gênero como construção história e social, preconizada pelo patriarcado e de

pertinente necessidade de compreensão para reflexão acerca dos papéis, lugares, aptidões diferenciadas para cada gênero. Há o favorecimento das potencialidades de um em detrimento de outros com implicações nas mais variadas esferas, seja peculiarmente a cada indivíduo, seja no quadro macro do país sob relações de gênero, raça/etnia, como pudemos ver a partir da análise de alguns aspectos quantitativos trazidos pelo IBGE em 2014, onde, apesar de vermos avanços da participação feminina no mercado de trabalho no correr do tempo, é uma participação sempre aquém da masculina. Refletindo que ainda não houveram rupturas suficientes dos paradigmas de gênero e desigualdade.

A desigualdade e o desemprego são estruturais, a partir da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 90 que precarizou substancialmente condições de trabalho. O novo modelo, fomentado por uma reforma tecnológica, não criou novas ocupações, pelo contrário, extinguiu diversas. As cooperativas populares surgiram como alternativa impulsionadas por este contexto, visto que, direitos sociais têm como requisito o exercício regular do trabalho. A economia solidária se desenvolve como possibilidade de rompimento com o modo de produzir capitalista, criando espaços intermediários entre os espaços públicos e privados. Assim, a mulher tem contato com oportunidades que lhes foram suprimidas.

O empoderamento da mulher acontece na economia solidária por ser um núcleo democrático de inclusão. Autonomamente, com auxílio muitas vezes de políticas públicas, a organização de atividades que já eram praticadas, passam a ser regularizadas propiciando a saída do mercado de trabalho informal e inserindo-as no mercado formal, trazendo conquistas substanciais para a emancipação pessoal dessas mulheres, para redução da pobreza, da exploração da mão-de-obra que não é incomum de ocorrer abusivamente, bem como da inclusão social angariando os requisitos necessários para a gama de direitos sociais os quais não eram viáveis e geração de emprego e renda.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Luana. **Contribuições do programa de microcrédito produtivo no fortalecimento da prática da economia solidária e popular**. Monografia apresentada para fins de conclusão de curso de graduação em Administração à Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante das desigualdades.** *Revista Dados*, n. 3, v. 50, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4ª Edição, Editora Artmed, São Paulo: SP, 2005.

GUERIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

IZQUIERDO, M.J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero.** São Paulo: SOF, 1997.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho informal, autogestionário e gênero.** *Revista Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, 2006.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social.** *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 1, n.2, Jul/Dez 2008.

SAFFIOTI. **Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade.** *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, 1997

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1999 p. 85-132.

SOUZA, José Carlos Moraes. **Economia Solidária e Desenvolvimento.** Bahia, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia Sustentável. Salvador: Setre, 2011.

## REFLEXÕES A PROPÓSITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DE CIDADANIA VELHO CHICO - BA A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES DE MULHERES RURAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AUTONOMIA

ALVES, Maria Ângela Silva<sup>33</sup>; SOUZA, Heron Ferreira de<sup>34</sup>; COSTA, Davi Silva da<sup>35</sup>; CARMO, Mônica da Silva<sup>36</sup>; CRUZ, José de Jesus<sup>37</sup>.

**Resumo:** As Associações de Mulheres visam agregar as trabalhadoras rurais e camponesas, tendo como meta o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, diminuindo as diferenças e conquistando a plena cidadania. As Associações de Mulheres Rurais têm representado uma importante estratégia de auto-reconhecimento, valorização, empoderamento, luta e inclusão produtiva das mulheres rurais, em certa medida dando papel de destaque a mulher, mas muitas vezes não superando totalmente as condições históricas das relações domésticas. A pesquisa-ação desenvolvida evidenciou como em determinado caso a ação de atores institucionais / territoriais associado a capacidade colaborativa e organizativa interna de um grupo de mulheres promoveu avanços significativos; e em outro caso, como o contexto contraditório de construção da colaboração dificulta a organização sócio-produtiva, por um lado, mas a força das relações com atores territoriais permite acessar políticas, por exemplo, resultando em um quadro analítico por categorias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associação de mulheres rurais. Autonomia. Economia Solidária.

### 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada sobre o rural no Território Velho Chico (TVC) assentou-se no entendimento da dinâmica territorial, a partir dos atores territoriais envolvidos, suas institucionalidades, redes de relações, acesso e processo de

---

<sup>33</sup> Técnica Agrícola pelo IF Baiano, estudante de graduação em Administração pela UNEB e estagiária LaPPRuDes. angelariacho@hotmail.com

<sup>34</sup> Geógrafo (UNEB) e Professor do IF Baiano, Doutor em Educação (Políticas, Administração e Sistemas Educacionais) – Unicamp, Coordenador do LaPPRuDes.

<sup>35</sup> Engenheiro Agrônomo (UFBA) e Professor IF Baiano, Doutorando em Ciências Sociais – Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRB, Coordenador do LaPPRuDes. davi.costa@lpa.ifbaiano.edu.br

<sup>36</sup> Pedagoga (UNEB) e Pós-graduanda em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária – IF Baiano, Assessora de Mulheres do NEDET/TVC e pesquisadora do LaPPRuDes. silvacarmomonica@yahoo.com.br

<sup>37</sup> Administrador no Centro de Agroecologia no Semiárido, formado pela UNIFEV e Pós-graduando em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária – IF Baiano. jose.cruz.casagbi@gmail.com



execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esses aspectos foram fundamentais para a compreensão dos caminhos traçados e das direções seguidas pelos grupos de mulheres pesquisados (entendidos nesse contexto como atores territoriais), destacando as potencialidades e fragilidades das estratégias adotadas por esses grupos ou mesmo os entraves e avanços.

Para tal análise, pautada na abordagem territorial e na cartografia social (esta entendida como um método de investigação-ação- participativa), tomou-se como recorte analítico as Associações de Mulheres de dois municípios do TVC. A partir da análise dessas associações e da rede de relações por elas construídas, se estabeleceu a análise dos outros atores territoriais na implementação do desenvolvimento.

No caso específico desse trabalho, aqui apresentado, nos centraremos na discussão das Associações de Mulheres e seus contextos relacionais no território.

As Associações de Mulheres visam agregar as trabalhadoras rurais e camponesas, tendo como meta o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, diminuindo as diferenças e conquistando a plena cidadania.

Essas associações têm representado uma importante estratégia de auto-reconhecimento, valorização, empoderamento, luta e inclusão produtiva das mulheres rurais, em certa medida dando papel de destaque à mulher, mas muitas vezes não superando totalmente as condições históricas das relações domésticas.

O Território Velho Chico, foco potencial das políticas direcionadas ao desenvolvimento territorial e neste caso especificamente o rural, tem nos últimos anos criado oportunidades para grupos de mulheres no Território. Desta forma, há uma forte relação entre as políticas públicas e os atores responsáveis pela execução da política, assim como entre estes e seus beneficiários. É nesse sentido que se potencializa aqui a compreensão dessa dinâmica a partir das associações de mulheres rurais.

Além dos aspectos sociais e de gênero emergidos ao longo da pesquisa, destacaram-se também os relacionados a inclusão sócio produtiva, as fragilidades e potencialidades das associações e os atores relacionalmente envolvidos nisso.

A pesquisa teve como objetivos conhecer os aspectos organizacionais, produtivos, nível de espacialização das organizações de mulheres, nível de inserção nos circuitos curtos de mercados, atores envolvidos nesse processo e projetos

desenvolvidos. Além disso, buscou-se compreender a trajetória das Associações naquilo que concerne aos desafios e perspectivas de seu desenvolvimento, em especial sua aproximação, diálogo e coadunação com os paradigmas emergentes nas políticas públicas, principalmente a agroecologia e a economia solidária.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A proposta metodológica segue os princípios da cartografia social dialogada com a investigação-ação-participativa, em que se busca conhecer e dialogar com os grupos pesquisados, levando-os a pensarem sobre sua realidade, isto é, num processo de auto-reflexão, a fim de estabelecerem os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças de forma dissolvida nas percepções e olhares das mulheres envolvidas.

Assim como, estabelecendo nesse processo, a descrição e nível de relação com outros atores territoriais e como estes foram e/ou poderão ser importantes para se alcançar objetivos desejados por essas associações.

Segundo Herrera (s/d, p. 4), “a cartografia social é uma ferramenta de grande utilidade para as partes imersas em um conflito que podem chegar a converter o problema em uma oportunidade e gerar soluções criativas”, uma vez que representa as informações das relações dos atores e suas consequências. É, portanto, uma forma de construção de conhecimento integrado sobre o território.

Deste modo, tomando o território como base fundamental da cartografia social, sustentada pela investigação-ação-participativa, tem-se os seguintes elementos: a) **investigação** – esse processo dá-se com a participação ativa da comunidade, a partir da explicitação de sua visão de mundo, olhar sobre seu contexto vivido e relato de suas experiências e relações sociais, políticas e produtivas; b) **ação** – o conhecimento e informações coletadas permite estabelecer ações sobre a realidade. Neste ponto em específico, propomos, a partir das demandas apresentadas pelas associadas, realizar processos formativos de modo a potencializar os grupos associativos, seus processos de produção e sua participação no âmbito da representatividade territorial; c) **participação** – perpassa todas as fases da pesquisa e configura-se “como um processo permanente de construção social em torno do conhecimento, experiências e propostas de transformações para o desenvolvimento”; e **sistematização** – a qual não se refere simplesmente a

organização de dados coletados, mas o estabelecimento das relações entre as informações (neste caso também, a relação entre os atores territoriais, as possíveis diferenças no grau de influência desses atores nas tomadas de decisões) e aquilo que pode ser considerado como “coerência interna” dos processos instaurados na prática, isto é, a explicitação da lógica da dinâmica territorial que configura os resultados de desenvolvimento alcançados, seus obstáculos, entraves, conflitos, etc. (HERRERA, s/d, p. 8).

Em síntese, a cartografia social permitirá conhecer o território, tomando como ponto de partida as experiências socioeconômicas e políticas dos grupos associativos de mulheres do TVC, e estabelecer uma rede de relações estruturadas.

Como ferramenta de investigação-ação-participativa e de análise da realidade utilizou-se: o mapa conceitual/temático; a matriz Swot, Árvore de problemas da associação; Árvore de objetivos e também algumas entrevistas intencionais com as representantes das associações. A intervenção foi direcionada às práticas agroecológicas pelas mulheres da Associação de Riacho<sup>38</sup>, visto que a própria agroecologia pressupõe valores fundamentais de troca de saberes, experiências, está calcada na solidariedade e na autonomia e empoderamento dos sujeitos do campo. Com isso, a associação foco da intervenção entendeu que o fortalecimento dos princípios agroecológicos coaduna com a potencialização dos princípios da economia solidária, com a autonomia produtiva das mulheres agricultoras, com a segurança alimentar e nutricional e o comércio justo, ético e sustentável.

### **3 RURALIDADES, DESENVOLVIMENTO E SUJEITOS DO CAMPO**

Atualmente existem inúmeras discussões acadêmicas sobre as noções de rural, campesinato, desenvolvimento e empoderamento. Todas essas questões formam parte do invólucro do que contemporaneamente circunscreve-se a questão agrária no Brasil. Processos de formulações e reformulações de identidades, estratégias e articulações, envolvem novos sujeitos e sujeitos “de sempre” em um mesmo êmbolo o qual o rural se constitui como meio o qual se produz e se reproduz

---

<sup>38</sup> A intervenção foi direcionada a apenas uma das associações por questões de logística dos sujeitos envolvidos e porque outras ações de intervenção com foco na economia solidária e na agroecologia estão sendo desenvolvidas por outro grupo de estudantes na Associação de Serra do Ramalho.

a produção agrícola e, ainda mais, a produção não agrícola e a conservação da natureza.

No seio deste debate, a questão agrária se consolidou em um contexto de exclusão social e econômica, onde o acesso e a manutenção da posse de terras foi crescentemente formulando a terra como mercadoria, colocando-a a serviço dos modos especulativos, ora para o uso do agronegócio, ora como reserva de valor do segmento burguês, sendo excluídos do direito à posse aqueles que não possuíam capital suficiente para adquiri-la. A questão agrária compreende então a concentração fundiária, que se molda perante o poder político e econômico da elite rural, e demais indivíduos que lidam com a terra de uma maneira meramente mercantil (LEITE et al, 2004).

Portanto, a realidade do campo brasileiro revela as contradições das políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro, ainda não superada e historicamente gestada: os latifúndios versus as pequenas propriedades familiares, uma agricultura agroexportadora versus as pequenas produções, além das dificuldades de acesso ou gestão dos créditos rurais obtidos pelos pequenos agricultores. Questões essas que estão associadas às formas de assistência técnica, também desgastadas por seu modelo 'difusionistas' e não dialógicos.

Nesse sentido, as reflexões sobre o meio rural brasileiro destacam a necessidade de pensar o desenvolvimento de forma integrada e circunscrita em uma dimensão espacial e multissetorial. É sob essa lógica que, nos últimos anos, através da formação dos chamados territórios rurais, de identidade e mais recentemente de cidadania, se tem orientado a formulação das políticas públicas.

A adoção da abordagem territorial como base estratégica para a política de desenvolvimento – o que se tornou mais estruturada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Ministério de Desenvolvimento Agrário, desde 2003, em que se buscou uma maior articulação das políticas, tentando superar seu caráter mais setorial, com perspectivas de foco para uma agenda social, de valorização dos princípios democráticos (participação, representatividade) e de garantias de igualdade na diversidade (étnica, gênero, etc.) – mesmo indicando uma mudança significativa no modo de fazer e gestar a política de desenvolvimento, ainda precisa ser consolidada e, principalmente, fortalecida para proporcionar maior grau de integração das políticas, fortalecimento da participação dos atores sociais nos

processos de decisão e geração de efeitos propulsores de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

Partindo da concepção de gestão social do território como “um processo com implicações enormes, do (sic) caráter técnico, econômico, político, cultural e de esperança para modelos novos, ou ainda, de visões novas da sociedade, de futuro e de satisfação” (ECHEVERRI, 2009, p. 34), compreendem-se e justificam-se ações e estratégias no sentido de fomentar e potencializar a participação social nos processos de formação das agendas de governo e elaboração das políticas, assim como no monitoramento e avaliação destas.

Associado a isso se situa o papel crucial da estruturação e organização do Colegiado Territorial, enquanto institucionalidade representativa dos atores territoriais / sociais e Estado, para desempenhar qualitativamente suas atribuições e promover um desenvolvimento sustentável, sustentado e incluyente (SACHS, 2008). Conceitos estes que de forma aproximativa encontram-se também expostos no Programa de Desenvolvimento Regional, Território Sustentável e Economia Solidária.

Nesse sentido, o fortalecimento da institucionalidade territorial e a garantia de acesso aos direitos dos cidadãos, ligado ao apoio às atividades produtivas com objetivo de geração de renda e inclusão social, constituem a base pela qual se poderá produzir e impulsionar o desenvolvimento territorial.

Compreender o papel e o grau das relações entre os atores territoriais no tocante a concepção, implementação e avaliação das políticas agrárias e agrícolas é essencial para um território que precisa privilegiar ações para o desenvolvimento no/do campo, já que ainda convive com baixo índice de desenvolvimento humano na maioria dos municípios pertencentes ao território e enfrenta fortes desafios referente a garantia da sustentabilidade ambiental devido as atividades predatórias dos produtores (desmatamento, queimadas, assoreamento do rio São Francisco).

Por outro lado, o TVC apresenta uma diversidade sócio-territorial e cultural (áreas de fundo de pasto, terras indígenas, comunidades rurais quilombolas, áreas de Reforma Agrária, comunidades dos Brejos), além do contexto do semiárido e a convivência com o Rio São Francisco, que precisam ser consideradas para a compreensão do processo de desenvolvimento pretendido e buscado pelos atores territoriais.

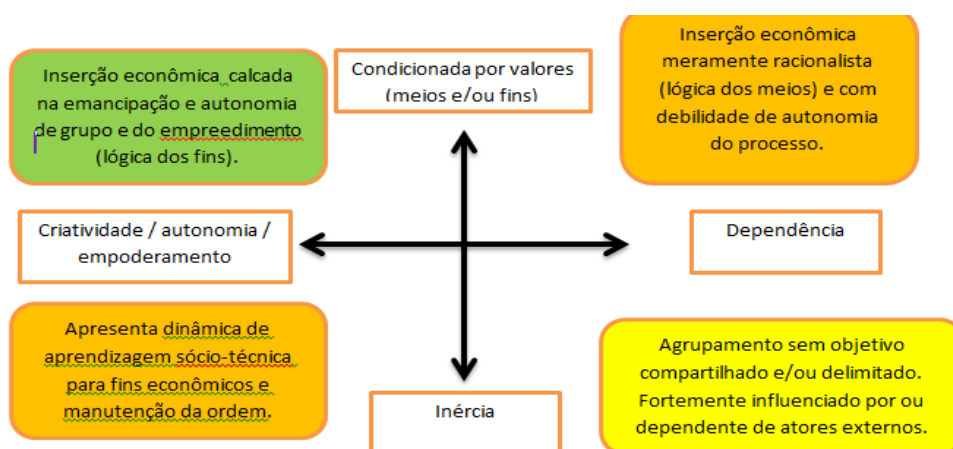
De modo geral, o enfoque de desenvolvimento territorial não está calcado no que poderia ser chamado de localismo, fechamento dos grupos sócio-espaciais ao mundo externo, mas na sua inserção coletivamente organizada, planejada e articulada com os atores locais.

Nesse sentido, o conceito de **redes locais** constitui-se no plano local e territorial do desenvolvimento como fundamental. Santos (2006) destaca que a constituição das redes locais pressupõe relações horizontalizadas, de complementaridade, negociação, no âmbito dos atores sociais, dos atores econômicos e político- institucionais. Portanto, além da relevância aos níveis de cooperação, aos processos de articulação e conexão entre estes atores de forma menos verticalizada possível e sustentável socioeconomicamente ainda tem-se as relações no âmbito das escalas geográficas – local, regional, etc.

#### 4 MULHERES RURAIS NO DEBATE E AÇÃO

Tomando como base a questão dos atores territoriais, da constituição das redes (cooperação, institucionais, de comercialização, etc.) e o diagnóstico das associações no projeto, de modo geral, nossas reflexões nos levaram a proposição de um quadro analítico das associações de mulheres de acordo com esses elementos observados.

**Figura 1: Quadro analítico do nível de organização e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos (associações)**



Elaboração: Heron Souza, Maria Ângela Alves e Fabiana Maranhã da Silva.

Cada um dos quadrantes apresentados acima indica o nível/grau de organização social e produtiva das Associações. Enquanto o eixo formado por Criatividade e Condicionada por valores sinaliza o ideal; o eixo Inércia e Dependência requer maior esforço de ações para mobilizar e impulsionar a autonomia/empoderamento/autogestão das associações. Os outros dois eixos são quadros intermediários que devem ser superados ou melhorados por ações que tenham efeito de “causação circular e acumulativa ascendente” (MYRDAL, 1968).

A concepção de inércia toma por empréstimo a concepção de inércia espacial de Milton Santos (2005), guardadas as devidas distinções e ressignificações. Para este autor, a organização do espaço tem uma dinâmica histórica própria, em que as rugosidades (formas espaciais anacrônicas) ganham novas funcionalidades. Nesse sentido, a compreensão de “inércia dinâmica” advém do entendimento da forma espacial tanto como reflexo quanto como condição do processo (SANTOS, 2005, p. 45).

Deste modo, a concepção de inércia aqui adotada não significa de forma estrita estar parado no tempo, resistir à mudança ou a interação ou a construção de novos processos sociais, mas representa as contradições inerentes a esses processos, a partir de fatores e condicionantes sociais, culturais, políticos. Portanto, de forma analógica, representaria níveis diferenciados de unificação de pessoas em grupos, sem o sentido apropriado do unir, como pressupõe a diferenciação de Santos (1994) entre unir e unificar. Esta se enquadra na reprodução de valores hegemônicos, sem emancipação dos sujeitos e tomada de consciência de que efetivamente as transformações devem emergir de processos sociais ascendentes (de baixo para cima). A união, por outro lado, representa a criatividade social, a construção de táticas de resistência, enfrentamento e superação dos condicionantes hegemônicos, é o ato colaborativo e cooperativo de construção de projetos sociais emancipatórios.

É nesse sentido que o fortalecimento das redes institucionais dos territórios com foco na Agricultura Familiar e a inserção e participação ativa das próprias Associações (representações) nessas redes - influenciando o desenho e a implementação de políticas públicas e o monitoramento e avaliação dos programas de desenvolvimento – devem ter como objetivo central a garantia da criatividade técnico-produtiva pelas chamadas tecnologias sociais, em especial as de cunho

ambientais, e a autonomia/ empoderamento e a autogestão. De forma objetiva, é importante entender que

A autonomia, como expressão da autodeterminação dos sujeitos, ganha a forma institucional na construção política de organizações em regimes democráticos. Quando as pessoas e os grupos sociais assumem a direção de suas ações, opiniões e pensamentos, falamos de autonomia; quando obtêm de forma coletiva o comando de organizações produtivas e sociais, falamos de autogestão (VARANDA e BOCAJUVA, 2008, p. 84)

## **5 ALGUMAS QUESTÕES APRESENTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES**

Através dessa análise realizada nas duas associações de mulheres pesquisadas, pode-se identificar o nível de articulação/diálogo das associações de mulheres com os atores territoriais (as instâncias do governo federal, estadual, municipal, organizações não governamentais e movimentos sociais). Percebeu-se como as associações de mulheres pensam o rural e atuam nele, (re) definindo políticas. E conseguiu-se tensionar elementos para a elaboração de um plano estratégico de organização e desenvolvimento das Associações, diante de suas potencialidades e oportunidades.

É importante notar que apesar da lógica de distribuição das mulheres no espaço ser similar, o efeito negativo dos resultados da associação de mulheres rurais se dá muito mais pela frágil capacidade de se auto gerirem, ou seja, pouco nível organizativo e cooperativo.

Obviamente que o nível organizativo em que se encontra a Associação de Mulheres Camponesas (Riacho de Santana), segundo sua própria autorreflexão, justifica os poucos problemas elencados. Porém duas questões chamam atenção: a necessidade de garantir o reconhecimento e valorização dos produtos, mesmo aqueles cujo acesso ao mercado se dá mediante o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Apesar de do ponto de vista econômico isso ser entendível pela necessidade de baixar os custos na garantia da viabilidade econômica do acesso à política, a clara reivindicação do reconhecimento de quem produz os produtos coloca-se na complexidade da execução da política e dos atores envolvidos.

Além disso, acrescenta-se também a necessidade de fomento de políticas municipais de apoio, sustentação e reconhecimento dos produtos de cunho agroecológico produzidos pela agricultura familiar, especificamente os grupos de



mulheres. Esse ponto relaciona-se diretamente a constituição do comércio justo e solidário, a formação de consumidores conscientes, a valorização do trabalho das agricultoras familiares e da constituição da solidariedade próxima e sincrônica.

O que para muitos não teria importância, para elas representa o retorno da invisibilidade. Esse também é um problema interessante para as mulheres da área de ciências agrárias entender, pois envolve claramente uma questão de gênero, empoderamento, possivelmente presente em outras formas nas relações de produção agrícola, por exemplo.

De modo geral, dentre as diversas dificuldades encontradas nas associações foram citadas a falta de assistência técnica; assistência social; dificuldade em acessar os programas das políticas públicas, a fragilidade de apoio dos órgãos municipais e estaduais; a dificuldade em arrecadar fundos para a participação de eventos ou desenvolvimento de projetos de capacitação.

## **6 CONSIDERAÇÕES**

Esse trabalho de pesquisa demonstrou dois aspectos. O primeiro é a importância da metodologia da pesquisa-ação para um fazer científico com significado social. Isto é, é preciso dialogar, conhecer, visualizar quais são as perspectivas dos grupos de agricultores/as para daí propor uma ação também dialogada. É uma tarefa mais difícil, porém, com mais chances de bons resultados e engajamento das agricultoras.

O segundo aspecto é como essas mulheres pensam e vivem o rural. É na relação com a terra, o plantar, mas também com o processar o produto, ou mesmo com o artesanato como forma de complementação da renda. Uma clara expressão da pluriatividade.

Através dessa análise realizada nas duas associações de mulheres pode-se perceber que apesar das dificuldades encontradas, ambas apresentam muitos pontos positivos como a força em permanecer unidas, a troca de saberes de uma para outra, a diversidade de produtos e subprodutos e a preocupação em produzir de forma sustentável, tendo como prioridade a segurança e a saúde alimentar. Ponto este que tem sido pensado e fortalecido com a perspectiva agroecológica.

Apesar das práticas sustentáveis de produção e mesmo a construção do discurso e prática calcada na agroecológica ser uma realidade latente e em

processo nas associações de mulheres pesquisadas, ainda se percebe o distanciamento disso no processo de operacionalização das políticas / programas. Exemplo disso é que não há incentivo ou disponibilidade de acesso ao PRONAF Agroecologia, não há mobilização para o Controle Social na Venda Direta dos produtos da agricultura familiar, em especial aqueles destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, dentre outros. São ações que requerem o fortalecimento das instituições e atores territoriais para pensar o desenvolvimento integrado e sustentável do campo.

No entanto, o fortalecimento da institucionalidade territorial e a garantia de acesso aos direitos dos cidadãos, ligado ao apoio às atividades produtivas com objetivo de geração de renda e inclusão social, constituem a base pela qual se poderá produzir e impulsionar o desenvolvimento territorial.

A pesquisa evidenciou como em determinado caso a ação de atores institucionais / territoriais associado a capacidade colaborativa e organizativa interna promoveu avanços significativos; e em outro, como o contexto contraditório de construção da colaboração dificulta a organização sócio-produtiva, por um lado, mas a força das relações com atores territoriais permitiu acessar políticas, por exemplo, resultando no quadro analítico por categorias, apresentado acima.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico.** Bahia: MDA/SDT/CODETER, novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condráf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br> f> Acesso em outubro 2010a.

ECHEVERRI, Rafael. A gestão social dos territórios: o desafio da multidimensionalidade – uma visão a partir da América Latina. In.: BACELAR, Tânia et al. **Gestão Social dos territórios.** IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Sustentável, v. 10).

HERRERA, Juan. **Cartografia Social.** (2008) >. Disponível em: <http://juanherrera.files.wordpress.com> > Acessado em janeiro de 2013.

LEITE et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: IICA: NEAD. São Paulo: UNESP, 2004.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. HERRERA, Juan. **Cartografia Social**. (2008). Disponível em: <http://juanherrera.files.wordpress.com> > Acesso em: 23/11/2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo. Edusp. 2005

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

VARANDA, Ana Paula de Moura e BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE | Ippur | Lastro | UFRJ,2009.

## ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO SOCIOECONÔMICA PARA MULHERES NO TERRITÓRIO DO SISAL NA BAHIA.

Ozileide Matos Moreira<sup>39</sup>; Ricardo Cunha da Silva<sup>40</sup>

**RESUMO:** O texto consiste em uma revisão da literatura acerca da Economia Popular Solidária frente à acumulação flexível e a crise do emprego no mercado produtivo capitalista. Aborda também a perspectiva de gênero e a inserção da mulher em atividades da economia popular e solidária no Território do Sisal, na Bahia, diante da sua participação em iniciativas populares que geram de trabalho e renda. Para atender à proposta do estudo foi realizada uma revisão bibliográfica. Segundo a literatura a EPS tem se mostrado uma oportunidade de superação do desemprego e da exclusão social, sobretudo para as mulheres de regiões com baixo dinamismo social e econômico. No entanto, por estarem pautados em princípios de autogestão, democracia e igualdade a EPS, ainda deixa muito a desejar em relação à inserção da mulher com condições que superem a divisão sexual do trabalho, embora alguns passos importantes já tenham sido dados.

**Palavras-chave:** mulheres; economia popular e solidária; território do sisal.

### 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero são aspectos marcantes da sociedade brasileira, que apesar de décadas de lutas dos movimentos de mulheres, não alcança conformidade com políticas para promover equidade de gênero. O investimento em políticas sociais tem ficado aquém do esperado ou necessário, pois para elas são destinados papéis secundários em agendas do governo cujas pautas priorizam interesses econômicos e de mercado.

Até a segunda metade do século XX as ações do poder público em relação à promoção da cidadania feminina eram restritas, às áreas de educação, saúde, nutrição, planejamento familiar e economia doméstica, compatíveis com os papéis de mãe e esposa desempenhados por elas. Apenas na década de 1960, a

---

<sup>39</sup>Geógrafa, mestranda junto ao programa de pós-graduação em planejamento territorial – Mestrado profissional PLANTERR da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. [ozileidem@gmail.com](mailto:ozileidem@gmail.com)

<sup>40</sup> Graduando de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. [ricardo-cunha2011@live.com](mailto:ricardo-cunha2011@live.com)

participação das mulheres na esfera privada e sua contribuição econômica passam a ser levadas em consideração, justo quando o viés econômico e o ideário desenvolvimentista estavam em alta. A partir de então são criadas ações afirmativas ou compensatórias (oportunidades de educação e emprego), que visavam superar as desvantagens das mulheres e corrigir desigualdades entre os sexos. (PRÁ, 2010).

A Constituição de 1988 é o principal marco da luta pela igualdade de direitos das mulheres no Brasil, ao definir a ampliação da participação popular na formulação de políticas públicas. No mesmo contexto, em 1995, registra-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Em resposta à ação inovadora de Organizações Não Governamentais (ONGs), fóruns e redes da sociedade organizada, o Estado incorpora a transversalidade de gênero em seus Programas Plurianuais e inclui a temática nas pastas do Governo. Em 2002 destaca-se a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), que foi transferida para a esfera da Presidência da República e transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003. (PRÁ, 2010).

No tocante ao mercado de trabalho, o Brasil ainda apresenta muitos mecanismos discriminatórios contra a mulher, que ainda levarão décadas para serem superados. Perante as relações desiguais de gênero, ainda bastante preservadas na zona rural e especialmente na região nordeste, a inserção da mulher em ações coletivas de cunho público e político possui algumas limitações.

Diante dessa realidade, a economia popular e solidária tem se mostrado uma resposta importante para a geração de trabalho e renda para mulheres a partir da combinação de princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, por meio da produção de mercadorias que valorizam os saberes e a matéria-prima regional. Para facilitar e incentivar a organização, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) disponibiliza apoio técnico para a articulação dos empreendimentos de economia popular e solidária, tocados por mulheres em Feira de Santana e em mais 17 municípios do interior da Bahia que desenvolvem esse tipo de atividade.

Frente ao cenário de desemprego e subemprego que se encontra em vários estados brasileiros, tem aumentado significativamente o número de organizações da sociedade civil que se articulam em prol do desenvolvimento de atividades econômicas de cunho coletivo que geram autonomia e renda para seus participantes. Alguns recortes territoriais possuem maior mobilidade socioeconômica,

outros, apesar de esforços, ainda apresentam altos índices de pobreza, exclusão social e baixo dinamismo econômico, que limitariam o protagonismo socioeconômico da mulher.

No Território de Identidade do Sisal atuam a Rede de Produtoras da Bahia (RPB), que a partir da Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE) conta com empreendimentos solidários formados exclusivamente por mulheres e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), entidade de auto-organização de mulheres, que tem se constituído num espaço de luta e representação política das mulheres rurais. A experiência da economia popular e solidária a partir do estímulo e organização dessas entidades tem se revelado como uma possibilidade acesso a trabalho e fortalecimento econômico familiar.

A escassez de água, de trabalho, de educação com qualidade e de segurança alimentar são alguns dos problemas presentes nos caminhos que as mulheres do semiárido percorrem. Para superar essas dificuldades, as mulheres se articularam desde o final da década de 1990 em organizações como a RPB e o MMTR. A estratégia em busca de autonomia financeira, a partir do desenvolvimento da economia popular e solidária é mais recente, a partir dos anos 2000, consolidada em 2007 pela COOPEREDE. Esses espaços possibilitam articulações onde as demandas das participantes são pautadas visando à melhoria das condições de vida, autonomia, autoestima, espaço e direitos.

O debate sobre a participação de mulheres na economia popular e solidária ainda é incipiente diante da grande contribuição e participação das mulheres nesse modelo econômico. Essa situação de invisibilidade em relação às demandas de gênero e as novas relações de trabalho que visam amenizar as desigualdades no mercado capitalista minimizam a importância dessas alternativas para traçar um modelo de economia mais justo. Desse modo, a inserção da mulher em atividades econômicas pautadas na economia popular e solidária pode ser uma alternativa para superar as desigualdades socioeconômicas de gênero o Território do Sisal.

O Território do Sisal possui um histórico importante de atuação dos movimentos sociais e sabe-se que é manifesta a “força” da participação da mulher em entidades, grupos de produção, associações e cooperativas em prol de superar ou, ao menos, minimizar algumas das desigualdades como é o caso das condições de trabalho e remuneração. Diante dessa conjuntura socioeconômica, invisibilidade

e demandas de legitimação da participação política da mulher no território se faz latente a necessidade de incentivo às ações que superam ou amenizam esse contexto.

Para estas mulheres a economia popular e solidária se apresenta como uma alternativa importante para aquisição de renda, que lhes permite autonomia, inserção sociopolítica e a possibilidade de desenhar novas relações de trabalho no território, pautadas em solidariedade e cooperativismo. O objetivo desse trabalho é fazer uma revisão da literatura que trata da economia popular e solidária como oportunidade de trabalho e renda para mulheres, a partir da inserção socioeconômica no Território do Sisal/BA.

Introduzir o debate de gênero na temática de Economia Popular e Solidária é fundamental, já que esta visa à totalidade do indivíduo e das relações por meio da cooperação e da solidariedade. O recorte no território do Sisal se dá, pois nesse território existe uma dinâmica relevante desse tipo de empreendimentos tocados por mulheres, além de possuir demandas em relação à oferta de trabalho e acesso à renda para esse público.

O texto é uma revisão de literatura, que aborda os principais acontecimentos que marcam a trajetória da economia popular e solidária no Brasil e a inserção da mulher nesse contexto. Busca-se também compreender os meios pelos quais esse modelo econômico pode suprir as demandas das mulheres em relação à geração de trabalho e renda e algumas das suas reivindicações por equidade de gênero no território abordado.

Para atender à proposta do estudo foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias, textos e análise de documentos pertinentes à participação das mulheres no contexto da economia popular e solidária no Brasil e no Território do Sisal. Alguns *sites* institucionais como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Política para Mulheres, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do MOC. A proposta desse artigo é apresentar um estudo nos moldes de pesquisa bibliográfica que demonstre o processo de inserção das mulheres no contexto da economia popular e solidária.

A partir dessa introdução, essas questões serão analisadas a partir dos seguintes tópicos: uma seção inicial sobre a contextualização e conceituação da economia popular e solidária no Brasil; posteriormente realizar-se-á uma abordagem sobre economia popular e solidária como possibilidade de desenvolvimento

socioeconômico para mulheres; a seção seguinte contempla a participação da mulher no contexto da luta pelo direito ao trabalho e renda no território do sisal; para finalizar algumas considerações sobre a importância da participação da mulher na economia popular e solidária.

## **2 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL**

No mercado de produção e consumo capitalista, a economia popular e solidária visa, por meio da organização social, superar a separação entre o capital e o trabalho, garantir aos/as trabalhadores/as o acesso aos meios de produção, controle do processo produtivo e acesso e usufruto ao resultado do mesmo. Em sentido mais amplo, a economia popular e solidária prioriza o interesse coletivo, a partir do agrupamento do conjunto de iniciativas econômicas privadas (independentes em relação ao Estado), colocando o lucro em segundo plano, como enfatiza Paul Singer (2001):

A prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum, mas também para cobrir deficiências de companheiros. E assim por diante (SINGER, 2001, p.107).

Partindo do princípio de que economia corresponde à análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, temos um objetivo comum entre a economia capitalista e a economia solidária, contudo, o grande diferencial delas reside em seus princípios. Conforme explica Singer (2001), enquanto o capitalismo parte da competição visando o lucro, a economia popular e solidária se sustenta da cooperação e solidariedade. Os dois pontos de sustentação do sistema capitalista são: solidariedade e competitividade. Porém, para os que não possuem meios para entrar na competitividade do capitalismo, como é o caso de muitas mulheres no semiárido baiano, a economia popular e solidária surge “como reação para corrigir as carências que o sistema dominante se nega a atender”. (SINGER, 2001, p. 105).

A economia popular e solidária tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores dentro e fora do Brasil, levando em consideração que nos últimos 30 anos houve uma efervescência social do tema como expressão da ação



pública de diferentes segmentos sociais. Entender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático. Nessa perspectiva, para a economia solidária compor a agenda pública significa que há o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos. (PRAXEDES, 2009).

Diante dessa perspectiva, a participação das mulheres no ensejo da economia popular solidária proporciona a conquista da autonomia pessoal e conseqüentemente, respeito por si mesmas a partir da definição e engajamento em um novo projeto de vida, direcionado a partir da inserção social a um aprendizado coletivo por meio das relações de cooperação e solidariedade, que possibilita às mulheres a busca e o alcance de direitos, antes sequer almejados. Organizações solidárias são também espaços de diálogo, decisão, elaboração e prática de projetos adequados aos seus contextos e experiências, mesmo que não sejam capazes de superar todas as demandas das mulheres, têm permitido superar algumas delas (GUÉRIN, 2005). Esse contexto se aplica as mulheres do semiárido baiano que têm sido protagonistas de desenvolvimento local a partir de organizações que priorizam a economia popular e solidária, como os exemplos do MMTR e a Rede de Produtoras da Bahia, que culminou na COOPEREDE.

No Brasil já existe um conjunto de dados sobre economia popular e solidária, esses dados passaram a ser sistematizados a partir de 2003, quando foi instituído pelo Ministério do Trabalho a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O órgão tem a finalidade de realizar um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre Economia Solidária. Esse sistema se constituiu no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Um dos objetivos do SIES é subsidiar os processo de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a Economia Solidária. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Ainda existem certas limitações para o desenvolvimento da economia popular e solidária no Brasil, mais a junção de estudiosos da área e dos praticantes desse tipo de economia em fóruns, seminários e feiras, além da disposição dos

trabalhadores determinados a gerar emprego e renda a partir desse sistema, tem permitido a manutenção e em alguns casos até o crescimento de empreendimentos com essas características. Os principais beneficiários nesse sistema são aqueles que vivem à margem do sistema capitalista tradicional, especialmente, negros e mulheres, vítimas constantes de discriminação. Para esses, a economia solidária tem representado resgate de cidadania, já que o ingresso na cooperativa lhes permite experienciar um sistema que visa à igualdade de direitos.

### **3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO PARA MULHERES.**

A lógica principal do capitalismo que é gerar lucro é alimentada pelo motor da desigualdade, que gera sociedades injustas e excludentes. Esse modelo de sociedade sustentada pela exploração da força de trabalho gerou novas morfologias de trabalho que propiciasse maior acumulação de capital, a partir da obtenção de matéria prima mais barata e ampliação das formas de produção e trabalho, introduzindo a fragmentação e terceirização deste.

Essa nova configuração do trabalho é marcada por transversalidades e a de gênero é uma delas. A transversalidade de gênero tem um caráter nitidamente estruturante, pois perpassa todo esse processo, já que são atribuídos papéis diferenciados para homens e mulheres no mundo do trabalho em transformação, reforçando assim a permanência da divisão sexual do trabalho. (VILASBOAS, 2011). A divisão sexual do trabalho nada mais é do que a manutenção das práticas que relegam às mulheres funções e espaços secundários, invisibilizados pelo sistema tradicional.

A partir dos anos 1970, emerge uma demanda por estudos sobre a divisão sexual do trabalho que se desenvolvem juntamente com o movimento feminista. Segundo essa teoria o homem tem destinação prioritária na esfera produtiva, funções exercidas no âmbito público e que tem grande reconhecimento social; às mulheres são concedidas à esfera reprodutiva, funções exercidas no campo privado e com associação direta com as atividades domésticas, como o cuidado com as crianças, com os adultos dependentes e a gestão da esfera familiar, que apesar de fundamentais para o próprio capitalismo não possuem

reconhecimento social. Assim, quando essa alcança uma inserção no mercado de trabalho, é necessário para ela conciliar a vida familiar e profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007).

O Brasil possui características marcantes de desigualdade, condições de trabalho precárias e disparidades salariais se distribuem por todo o território do nacional. Para as mulheres essas diferenças são ainda maiores. Segundo dados do IBGE (2015), entre os meses de abril a junho de 2015, a diferença média salarial entre homens e mulheres é de aproximadamente 30%. Na região nordeste e no estado da Bahia as mulheres também ganham menos do que os homens, a diferença percentual diminui, mas a desigualdade permanece especialmente na zona rural, comparando com a região sudeste, as mulheres daqueles estados ganham cerca de 30% a mais do que a dos estados do nordeste.

Perante essa realidade de desigualdade e vulnerabilidade, alguns estudiosos sobre a temática indicam que os princípios da economia popular e solidária, seriam capazes não só de prover economicamente seus cooperados, mais também de provocar uma transformação social substancial fazendo emergir relações mais igualitárias. Compreendida dessa forma, a economia popular e solidária se mostra um caminho que possibilita melhorias para a condição de vida das mulheres, bem como proporcionar um engajamento com pretensões políticas que tenha por objetivo lutar pela superação das desigualdades sociais e transformá-las em direito reais (GUÉRIN, 2005).

Entre os trabalhadores da economia popular e solidária grande parte são mulheres, que encontram nas experiências alternativas de geração de renda “uma possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração, principalmente a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática” (NOBRE, 2003, p. 208).

A economia popular e solidária incorpora em sua proposta vários elementos da luta feminista e das mulheres, especialmente no tocante ao combate à discriminação de gênero e a luta por democracia e equidade. Outra característica que viabiliza a participação feminina é o tipo de empreendimento, que possuem força em atividades voltadas para o artesanato, a confecção e a produção de alimentos, atividades que são predominantemente realizadas por mulheres. Diante dessa abertura para um mercado de trabalho mais igualitário e com uma perspectiva

econômica mais justa, a economia popular e solidária é uma possibilidade viável de inserção da mulher no mercado de trabalho em condições que lhe assegurem desenvolvimento por meio da aquisição de renda, autonomia e inserção social.

#### **4 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO DO DIREITO AO TRABALHO E RENDA NO TERRITÓRIO DO SISAL.**

No Brasil, o quesito desigualdade não é uma especificidade da temática de gênero, a desigualdade social e econômica é perceptível em várias escalas, inclusive nos múltiplos recortes territoriais do país. No estado da Bahia essa situação não é diferente e na busca de superar essa lacuna, o estado adotou a aplicação de estratégias com enfoque territorial, priorizando a geração de políticas públicas com atenção especial para o desenvolvimento rural. O critério adotado pelo Estado foi o da divisão em territórios de Identidade<sup>41</sup>, a partir da conceituação de “território” do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), posteriormente adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) em 2007, que insere 417 municípios do estado, atualmente e 27 territórios. “A proposta era fortalecer a cooperação entre o poder público e a sociedade civil, para planejar e implantar ações de melhoria das condições de vida das populações” (SILVA, 2013, p. 571).

O surgimento do Território de Identidade do Sisal se deu historicamente a partir da década de 1970, por meio da organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligados a Igreja Católica, em pleno período da Ditadura Militar no Brasil. A partir das CEBs surgiram várias organizações sociais que deram suporte aos processos de organização da sociedade civil em busca de promover espaços, a fim de alcançar seus interesses (OLIVEIRA; DIAS, 2015). Dentre as entidades formadas a partir da organização da sociedade civil destaca-se o Movimento de Organização Comunitária (MOC) criado na cidade de Feira de Santana (BA) e atuante nos Territórios de Identidade do semiárido baiano: do Sisal, Portal do Sertão e Bacia do Jacuípe.

---

<sup>41</sup> O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto 12.354, de 25 de agosto de 2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia.- <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>. Acesso em 16/03/2016.

O MOC trabalhou para a organização de alguns outros movimentos surgidos no período. No Território do Sisal os de maior notoriedade foram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal (FATRES), dentre outras. A partir de então ocorreram diversas dinâmicas territoriais com a participação da sociedade civil que culminou na legitimação por parte do Estado dos territórios, como o Território de Identidade do Sisal (MOC, 2015).

A ação dos movimentos sociais é fundamental para a consolidação de políticas de caráter democrático para ampliação dos direitos dos cidadãos. Para a efetivação de uma política pública de caráter popular é necessário à articulação de atores de vários campos institucionais e da soma de forças dos movimentos sociais, do poder Executivo, do poder Legislativo, sendo que os primeiros têm uma função essencial, que é o de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas. Esse é o caso do Território do Sisal, cuja atuação dos movimentos sociais foi fundamental para as transformações socioeconômicas ocorridas nos municípios abrangidos.

A população feminina possui demandas específicas e para atendê-las a participação política de mulheres é fundamental. Essa inserção política, ainda incipiente em várias instâncias tem revelado ganhos significativos para a condição feminina dentro de uma realidade social mais imediata e concreta. As pautas de reivindicação e mobilização, muitas vezes, estão vinculadas à comunidade ao seu entorno, especialmente no caso de áreas rurais tornando-se uma espécie de prolongamento do lar, onde as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de vida do seu cotidiano, mas sem perder de vista a melhoria e o bem-estar das famílias. O acesso às oportunidades de geração de trabalho e renda no campo é uma das principais reivindicações e uma das características mais marcantes das relações desiguais entre homens e mulheres, mantidas pelo baixo número e ineficácia de ações afirmativas de inclusão dessas em atividades econômicas na formulação e execução das políticas públicas.

Segundo Butto (2009), esse contexto abre espaço e torna-se fundamental falar de divisão sexual do trabalho, para ampliar o conceito estabelecido na sociedade capitalista, questionar o porquê da exclusiva responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado, em função da sua vinculação com a

maternidade e desenhar novos espaços. Essa abordagem se insere em uma visão de que os homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica, com base material, e disso decorrem práticas sociais distintas, além de uma relação hierárquica e desigual entre homens e mulheres, que atravessa todo o tecido social.

A partir dos anos 2000, as organizações de mulheres do território foram ampliadas, hoje existem além dos MMTRs (Araci, Retirolândia, Santa Luz, Serrinha e Teofilândia), os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais, a Rede de Produtoras da Bahia e as dezenas de Empreendimentos Econômicos Solidários formados por Mulheres (Araci, Conceição do Coité, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, Serrinha e Valente), de forma articulada essas organizações passaram a ter maior representatividade no cenário político baiano e nacional, ocupando espaços como os Conselhos Municipais, Territoriais, Estadual e Nacional (FIRMO, 2010). A história de mobilização social do Território de Identidade do Sisal nas últimas décadas é vasta, composta por várias organizações, cooperativas e empreendimentos solidários e a participação das mulheres é marcante na maioria delas.

No Território do Sisal as mulheres adotaram a estratégia de constituição de empreendimentos econômicos solidários, como uma alternativa para complementar os poucos recursos financeiros, destinados a elas provenientes das atividades desenvolvidas na zona rural. Esses empreendimentos têm se desenvolvido a partir de 2002 e atuam em vários campos: produção artesanal em pequena escala, a segurança e soberania alimentar de suas famílias, venda local de produtos gerados a partir de práticas de convivência com o semiárido. Essas ações são eficientes e transformadoras, porém ainda são incipientes diante das características sociais arraigadas no território, que reforçam o papel reprodutivo e doméstico da mulher e não remunera o trabalho realizado por esta na propriedade familiar.

Segundo Firmo (2010) Os espaços da economia solidária vêm servindo para as mulheres também como espaços para debater questões mais amplas relacionadas às relações sociais de gênero e à situação de pobreza da população rural, especialmente à das mulheres. Com a evolução das iniciativas, optou-se pela constituição da Rede de Produtoras da Bahia, por intermédio da qual as mulheres se articulam a outros fóruns da sociedade civil, influenciam os debates sobre políticas públicas com o objetivo de assegurar melhorias em suas condições de vida.

A Rede de Produtoras da Bahia, atualmente, conta com de 47 empreendimentos econômicos solidários compostos exclusivamente por mulheres, envolvendo cerca de 500 mulheres, grande parte delas moradoras da zona rural. Elas atuam nas áreas urbanas e rurais de 17 municípios do interior do estado. No Território do Sisal estão presentes em: Araci, Conceição do Coité, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. E para corroborar a presença da mulher nos espaços de representação política e na comercialização da produção foi constituída, em 2007, a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), que visa contribuir no empoderamento político, social e econômico das mulheres, pois, as experiências mostraram que a geração de renda merece uma atenção especial, já que a partir dela as mulheres conseguem adquirir independência financeira e maior autonomia nas suas decisões como coforme Firmo (2010) que complementa:

A COOPEREDE tem a missão de articular e fortalecer a cooperação dos empreendimentos econômicos solidários formados por mulheres, através da organização e da comercialização, visando consolidar a participação da mulher na construção do desenvolvimento solidário (FIRMO 2010, p. 29).

Para as produtoras a possibilidade de se articular em Associações comunitárias, de produzir e comercializar a produção em feiras e eventos voltados para a agricultura familiar e economia popular e solidária é algo transformador em suas vidas, pois lhes permite inclusão social e autonomia financeira, já que os ganhos com a produção garantem a melhoria da renda e consumo de toda a família<sup>42</sup>.

A mulher do semiárido é caracterizada pela sua força e resistência como as fibras do sertão com as quais tecem o artesanato, que lhes permite o direito a um espaço na sociedade, a renda digna e a continuidade de um projeto pautado na solidariedade, a partir dos seus próprios saberes e fazeres. Os desafios para o desenvolvimento de empreendimentos de economia popular e solidária que

---

<sup>42</sup> Informação obtida em conversa com produtoras durante a “II Feira Produtiva de Economia Solidária” que aconteceu em Feira de Santana, no período de 16 a 18 de dezembro de 2015. A iniciativa é promovida pelo projeto Feira Produtiva, da Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com o MOC – Movimento de Organização Comunitária. Participaram da feira: empreendedores solidários urbanos e rurais de várias Associações Comunitárias, nos segmentos de artesanatos e alimentação.

garantam o desenvolvimento social e econômico das mulheres no semiárido baiano ainda são muitos.

Para superar essa realidade deve haver um constante incentivo a práticas econômicas solidárias enraizadas na tradição cultural local, já que estas têm sido o diferencial, constituindo-se em alternativa que viabiliza a dinamização do acesso a trabalho e renda das famílias, junto a isso deve estar aliado o acesso à documentação, às políticas públicas de comercialização, a segurança alimentar e a comercialização para que a economia popular e solidária se consolide como meio de desenvolvimento local e territorial para mulheres e homens.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A economia popular e solidária se desenvolveu mediante a um contexto de transformações na forma de produção e trabalho capitalista a partir da possibilidade de geração e desenvolvimento de um tipo de economia pautada na coletivização dos meios de produção e de inserção justa da força de trabalho o que inclui nesse contexto a inserção das mulheres, marginalizadas pelo mercado de trabalho capitalista. Como a economia popular e solidária pauta-se em princípios como justiça social, solidariedade e equidade depara-se com o desafio de incorporar o olhar de gênero com, visando ao menos, minimizar o histórico processo de subalternidade, discriminação, invisibilidade e silenciamento das mulheres nos processos decisórios, nos debates acerca de processos da vida pública como economia, política, cultura e mercado.

Visando superar as desigualdades salariais e as condições de desemprego pautadas nas relações de gênero, a economia popular e solidária é uma alternativa econômica, de inclusão social e oferta de trabalho para essas mulheres trabalhadoras, fortalecendo o dinamismo e o potencial produtivo na economia, superando estigmas incrustados na sociedade. Esse é o objetivo das ações desenvolvidas no território, por meio das ações da RPB, da COOPEREDE e do MMTR, subsidiadas pelo MOC. As ações voltadas para economia solidária vêm sendo adotadas como um caminho de empoderamento político, social e econômico das mulheres.

Diante das características socioeconômicas do Território do Sisal/BA é necessário o desenvolvimento da economia popular e solidária, já que esta que tem



se mostrado uma possibilidade importante de geração de renda e trabalho, sobretudo para as mulheres das regiões com baixo dinamismo social e econômico. Ademais esses empreendimentos tem se consolidado em espaços importantes de discussão e reivindicação e a inserção política e social das mulheres têm representado importantes transformações, dentre as quais a promoção de novos arranjos nas relações familiares, sobretudo com os cônjuges, já que estas passam a participar reconhecidamente de maneira ativa na renda familiar.

Por estarem pautados em princípios de autogestão, democracia e igualdade os empreendimentos de economia popular e solidária, ainda deixam muito a desejar em relação à inserção da mulher com condições que superem a divisão sexual do trabalho. Embora alguns passos importantes já tenham sido dados. A implementação de políticas públicas em economia popular e solidária com enfoque de gênero é indispensável, visto que existe uma presença expressiva de mulheres nesses empreendimentos, o que se aplica ao território do sisal.

O tema possui um vasto campo de discussão, no entanto, boa parte não foi abrangida nesse trabalho em decorrência das possibilidades da pesquisa. Para o leitor fica a sugestão de buscar outras referências que adotam a temática, para que conheça outros panoramas que facilitem ainda mais a compreensão e possibilite maior abrangência ao assunto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documentos Institucionais02 – Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: 2005d, 28 p.

BUTTO, Andrea. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FIRMO, Célia Santos. Artigo: **Fundos Solidários: alternativa para a construção de autonomia e empoderamento das mulheres rurais**. Revista Agriculturas - v.5 - n.4 - dezembro 2008.

FIRMO, Célia S. **Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gênero: O caso do Território Sisaleiro da Bahia**. Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, Iracema B. **Gênero e Trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais**. In: ALVES (*et all.*). (Orgs.). *Travessias de Gênero na perspectiva feminista*. – Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. 330p. – (Coleção Bahianas, 12).

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 132, set/dez. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>> Acesso 14 jun. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Base SIDRA 2015**. Disponível em:< <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5429&z=p&o=26&i=P>>. Acesso 20 nov. 2015.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. GONÇALVES, Alicia Ferreira. MACDONALD, José Brendan. (*et. all.*). **Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LIMA, José Raimundo O. **A economia popular e solidária como possibilidade de política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento local sustentável**. Salvador: PPGEduc/UNEB, 2010.

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F.A. **O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural**. 10p., 2006.

MOC, Movimento de Organização Comunitária. **MOC: rumo aos 50 anos “Compartilhando Experiências, Construindo Aprendizagens”**. Publicação comemorativa, 2015.

MOC, Movimento de Organização Comunitária. **Relatórios anuais. 2008**. Disponível em: <<http://www.moc.org.br/publicacoes/bocapiu>>. Acesso 18 nov. 2015.

NOBRE, Miriam. *Mulheres na Economia Solidária*. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, veraz, 2003, p.205-211.

OLIVEIRA, Adriana L. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de Economia Solidária**. 2004. 121 f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em Santa Catarina.

OLIVEIRA, Ildes. F. de; DIAS, Acácia. B. **Territórios de Identidade: principais dilemas do processo de gestão – O caso do Território do Sisal**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSN e 2237-9029) v. 5, n. 2, p. 127-147, jul./dez. 2015.

POCHMANN, Márcio. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites**. In: IPEA, Mercado de Trabalho. Nova Técnica. 2004. P. 23-34.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas para Mulheres transversalizar é preciso. In: ALVES *et al.* (Orgs.). **Travessias de Gênero na perspectiva feminista**. – Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. 330P. – (Coleção Bahianas, 12).

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias**. Boletim mercado de trabalho. Brasília: Ipea, n. 39, p. 57-62, 2009. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ES3Sandra.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf)>. Acesso em: jan. 2016.

SANTOS, Edinúzia. M. S.; SILVA, Onildo. A. COELHO NETO, Agripino. S.; **Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia**/Filipe Prado Macedo da Silva. - 2012.251 f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>. Acesso 18 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VILASBOAS, J. P.O. **O trabalho associativo em economia solidária na ótica de gênero**. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (orgs.). – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. 258p.

## MÉTODOS E TECNOLOGIAS A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMUNITÁRIO DE QUILOMBOS

Leonardo de Souza Polli<sup>43</sup>

**RESUMO:** O presente artigo ilustra a experiência do autor durante a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada à Habitação de Interesse Social e Direito a Cidade, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Nesse trabalho realizado juntamente com uma equipe multidisciplinar, o objeto de pesquisa fora a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, localizada na Região Metropolitana de Salvador, no município de Simões Filho na Bahia. O território escolhido para tal intervenção registra um intenso conflito fundiário, onde 67 famílias quilombolas disputam 301 hectares contra um setor extremamente antagônico, a Marinha do Brasil. Diante da necessidade de fortalecer tecnicamente uma comunidade quilombola em seu processo de resistência territorial e cultural, fora desenvolvido, durante um ano, o plano de “Diretrizes Territoriais Preliminares para o Quilombo Rio dos Macacos (BA)”, entregue à comunidade em dezembro de 2014, depois de avaliado na Universidade Federal da Bahia com máxima pontuação. Esse artigo não pretende apresentar o projeto desenvolvido em si, mas relatar a metodologia e a técnica utilizada para a construção do mesmo, bem como apresentar uma importante reflexão acerca do papel social cumprido pela universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombo; Etnomapeamento; Geoprocessamento.

### 1 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA A INTERVENÇÃO

Em 2013 iniciou-se, na Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Neste inovador projeto, a atuação se dá por meio do curso de pós-graduação lato sensu para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, gratuito, voltado para capacitação profissional e cidadã, em parceria com instituições

---

<sup>43</sup> Urbanista, Mestrando Profissional em Planejamento Territorial (Universidade Estadual de Feira de Santana) e Mestrando Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo – Bolsista CNPQ (Universidade Federal da Bahia).

de interesse público e movimentos sociais atuantes nessa área, ampliando, assim, a inserção e o caráter social da universidade pública.

Essa proposta pioneira é pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. Na turma inaugural, cerca de 20 residentes – profissionais de diversas áreas –, tiveram como perspectiva a elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia, atividades sociais e fortalecimento comunitário.

Para isso, além do curso (com duração de dezoito meses), a Residência abrange também atividades e trabalhos de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas, pesquisa, planejamento, e outras atividades correlatas. Cada residente determinou sua área de intervenção, a comunidade que seria beneficiada com um projeto e a metodologia participativa de intervenção. Além de entregar ao final de 18 meses um produto de assistência técnica, cada projeto foi doado a comunidade junto com um Termo de Referência, que determinava as diretrizes orçamentárias e executivas dos projetos.

Sem sombra de dúvidas, uma face da Residência Técnica é que a mesma resgata a tradição decisiva do papel da Universidade junto à sociedade, formando profissionais para intervir diretamente em situações conflituosas e problemáticas, auxiliando e empoderando tecnicamente grupos sociais que, em grande parte, seguem marginalizados em relação à promoção de políticas públicas oficiais. Outra face da Residência é que a mesma demonstra ao poder pública a necessidade de rever o modo que o mesmo vem operando, geralmente sem envolvimento comunitário ou, quando existente, realizado de maneira meramente formal.

Todavia, para além do empoderamento e envolvimento comunitário, e a contestação da forma como o poder público atua, a formação de profissionais capazes de desenvolver metodologias e técnicas que coloquem a comunidade no centro das decisões e deliberações de seu projeto, bem como a capacitação para atuar e desenvolver equipes multidisciplinares de intervenção é o grande triunfo da Residência Técnica.

Nesse sentido, no momento em que eram definidas as áreas de intervenção e a formação de equipes, a esperança comum em um mundo justo e

igualitário, que seja construído com os movimentos sociais e populares uniu os três membros que construíram juntos essa intervenção técnica. A proximidade na forma de ver, sentir e entender o Estado e a Sociedade foi determinante para estruturar uma equipe plural, que começa desde as distintas formações acadêmicas e experiências profissionais, e vai até as diferentes opiniões e conceitos.

A equipe de intervenção foi então composta pela Arquiteta e Urbanista Luana Figueiredo, que desenvolveu ao final um projeto arquitetônico para o Centro Comunitário, pelo Urbanista Leonardo Polli, que descreve essa experiência nesse artigo e desenvolveu ao final um Plano Preliminar de Diretrizes Territoriais, e pela Geógrafa Paula Regina Cordeiro que, ao final da Residência Técnica, entregou à comunidade um Plano Preliminar de Produção e Cultivo. Registra-se ainda que o trabalho descrito nesse artigo fora orientado pela Arquiteta Urbanista Maria Teresa do Espírito Santo que, na época, também era gestora da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI).

O fato dessa equipe de trabalho ter sido formada por profissionais de campos variados de formação e conhecimento demonstrou ser fundamental para a realização do processo de intervenção técnica. Como já mencionado, o objetivo desse artigo não é o de descrever o projeto preliminar de desenvolvimento territorial, mas sim, o de demonstrar a metodologia e a técnica utilizada para a construção do mesmo.

## **2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS (BA) E O CONFLITO FUNDIÁRIO**

De um lado, uma comunidade pertencente ao grupo dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, o Quilombo Rio dos Macacos e, do outro, a Marinha do Brasil, “braço armado da nação”. Esse antagonismo demonstra que o processo de titulação e regularização fundiária de terras quilombolas envolvem inúmeras situações conflitantes, justamente por contrapor os interesses dessas comunidades com o dos mais diversos setores, a exemplo de fazendeiros, latifundiários, posseiros e, inclusive, setores das três esferas de governo, como as forças militares do país.

Apesar da neutralidade na avaliação técnica, não tem como fugir da realidade e omitir o fato de que os projetos desenvolvidos pela equipe, incluindo o do

autor desse artigo, serviram essencialmente para fortalecer uma comunidade que ficou, em grande medida, a margem de programas oficiais de assistência social e econômica, para além do fato de registrar, em seu histórico de luta pela terra, inúmeros casos de opressão, repressão e violação de diversos direitos humanos promovidos pela Marinha.

Nesse sentido, reforça-se que a comunidade escolhida foi a do Quilombo Rio dos Macacos, localizado no município de Simões Filho - Bahia. O local onde se situa o quilombo é uma área legalmente tombada pela União Federal, sendo hoje administrada pela Marinha do Brasil, que constrói equipamentos e desenvolve atividades desde a década de 1960, destacando-se a construção da Vila Militar a partir da década de 1970<sup>44</sup>. Cabe ressaltar que desde 2009 a Marinha está, através de ações reivindicatórias, requerendo a desocupação dos quilombolas da área militar situada no entorno da Base Naval e da Vila Militar de Aratu.

A partir das ações de desocupação movidas pela Marinha, à comunidade iniciou um processo de mobilização pela permanência no território, e, em paralelo, entrou com um pedido de titulação da área a favor dos quilombolas. Com essas mobilizações, e através de estudos antropológicos, a comunidade obteve a certificação de autorreconhecimento quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares em outubro de 2011.

No momento posterior, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade, concluindo-o em 2012, e caracterizando que “a comunidade é um quilombo, tendo hoje 67 famílias reconhecidas enquanto remanescentes hereditários de ex-escravos que ali se concentraram há quase cem anos, em antigas fazendas e usinas de açúcar” (INCRA, 2012).

Em agosto de 2014, o INCRA publicou no Diário Oficial da União esse relatório, o que certamente representou um avanço para a comunidade, já que garante a sua permanência no local. É bem verdade, entretanto, que em 2012 o INCRA havia caracterizado que o território compreendia 301 hectares e que, contraditoriamente o mesmo instituto, publicou apenas 104 hectares do total que havia sido identificado. Cabe destacar que a disputa territorial da comunidade segue

---

<sup>44</sup> Todas essas informações estão presentes nos laudos antropológicos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade, confeccionado pelo INCRA em 2012, e publicado em 2014.

em curso, principalmente em relação ao quantitativo de terras que serão destinadas a regularização fundiária a favor dos quilombolas.

Todavia, independentemente da quantidade territorial a ser demarcado, o fato unissonante é o de que a publicação do RTID torna legítimo o direito de a comunidade quilombola permanecer no território, e ali poder estabelecer as bases de seu futuro, sem perder de vista suas características e costumes próprios. Por conta desse elemento, o autor desse artigo desenvolveu, juntamente com a comunidade, um Plano de Diretrizes Territoriais Preliminares, que refletisse os usos e atividades atuais, e que apresentasse um plano de possibilidades para a preservação territorial e cultural da comunidade e o desenvolvimento econômico e social dos quilombolas e, por consequência, de seu território.

### **3 REFLEXÃO CONCEITUAL, E DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS E TÉCNICAS: O PRIMEIRO PASSO**

#### **3.1 A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL**

O primeiro passo no trabalho envolvendo grupos étnicos específicos, como os pertencentes aos povos e comunidades tradicionais brasileiras, é aprofundar o estudo teórico e a legislação pertinente a essa população. Nesse sentido, entende-se por comunidades quilombolas os grupos étnicos formados não só por escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro – que teve fim com a lei de alforria de 13 de maio de 1888 –, mas também por aqueles que, agora ex-escravos, se viram obrigados a formar novos espaços como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade, oficializado a partir da Lei de Terras nº 601 de 1850<sup>45</sup>.

Ou seja, independentemente do período de formação, os quilombos figuram na história como sendo as unidades básicas de resistência da população negra, estando organizados em inúmeras formas. “Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que tenha existido escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do sistema servil” (MOURA, 1987, p.24).

---

<sup>45</sup> A Lei de terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Esta lei estabelecia a compra como única forma de acesso à terra. Muito embora não tenha sido revogada formalmente, considera-se que a mesma foi derogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o “Estatuto da Terra”) que trata do mesmo assunto e mantém de certa forma, diretrizes similares.



O território quilombola está diretamente associado à sobrevivência comunitária e cultural de uma população, e pode ser, por tanto, considerado como lugar onde foram e seguem sendo produzidas “novas ordens de vida, organização social e formas de portar-se, sentir-se e situar-se no mundo” (NASCIMENTO, 2007, p.116). Acrescenta-se ainda que seja nesse território que os habitantes enfatizam a sua condição de coletividade, definidas pelo compartilhamento de um espaço e de uma identidade comum.

Contudo, apesar de ser longa e secular a trajetória de luta e resistência dos quilombolas – territorial e identitária –, a conquista de marcos jurídicos afetos a eles só surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, por meio de dispositivos que reconhecia a importância desses para o processo de conformação histórica e cultural da sociedade brasileira<sup>46</sup>. No ano seguinte a promulgação da Constituição, os quilombolas obtiveram a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estabelecimento do critério de autoatribuição enquanto grupo étnico, bem como novas compreensões quanto ao conceito de terra e território<sup>47</sup>.

Embora a Carta Magna já conceituasse enquanto patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos formadores da sociedade, foi a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>48</sup> que os remanescentes das comunidades quilombolas passaram a ter o direito à propriedade definitiva dos territórios que ocupavam. Dessa forma, instituições e órgãos das três esferas de governo passaram a planejar, organizar e definir políticas, planos e programas sociais voltados a reconhecer e titular terras, auxiliar no desenvolvimento econômico e social das comunidades, e, também, preservar a cultura patrimonial quilombola.

É importante salientar que esse processo não se deu no momento seguinte a constituição. Com certo atraso, esse “plano de ações” só veio a ser efetivado a partir do início da década de 2000, a exemplo do Programa Brasil Quilombola<sup>49</sup> (PBQ) e o Decreto n° 4.887<sup>50</sup>, ambos estabelecidos em 2003.

---

<sup>46</sup> Artigos n° 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

<sup>47</sup> O Conceito dos termos terra ou território, introduzidos pela Convenção 169 da OIT, em seu artigo 13.1 e 13.2, compreende não só o espaço em que os povos interessados habitam, mas, sim, todo e qualquer outro espaço que ocupam ou utilizam de alguma maneira, devendo ser considerado, de forma particular, os aspectos coletivos dessa relação.

<sup>48</sup> Artigo n° 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

<sup>49</sup> O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi instituído a partir de 2003, e reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Desde sua fundação, o programa é

O mencionado decreto, inclusive, foi responsável por regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. Para tal procedimento, ficou estabelecida a partir desse decreto a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a coordenação dessas atividades na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais<sup>51</sup>. Todo esse processo é também acompanhado por outros órgãos, como o Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares (FCP).

Entretanto, apesar de todos os inegáveis avanços da política brasileira voltada aos quilombolas, o processo de titulação de terras não acontece, geralmente, de maneira pacífica, pois em inúmeros casos choca-se com alguns setores que são historicamente respaldados pela legislação brasileira no que diz respeito ao direito à propriedade e a concentração de terras, principalmente no meio rural brasileiro.

Para além da existência de conflitos entre quilombolas e proprietários de terras, existem casos em que o processo de titulação, contraditoriamente, se enfrenta com os próprios interesses públicos de algumas entidades municipais, estaduais e federais. Os casos das comunidades quilombolas localizadas em áreas da União destinadas ao funcionamento e desenvolvimento dos setores militares são um exemplo dessa contradição.

Situações como essa demonstram que o atual procedimento de reconhecimento e titulação de terras quilombolas pode ser percebido como um processo social e dinâmico, que articula uma diversidade de tensões e conflitos, com diferentes agentes, situações e cenários. Contudo, apesar das adversidades, segundo o último relatório publicado do Programa Brasil Quilombola, um quantitativo significativo de áreas foi titulado entre 2003 e 2012 – cerca de um milhão de

---

coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e agrega outros 23 órgãos da administração pública federal.

<sup>50</sup> Decreto Federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que trata o já mencionado artigo nº 68 do ADCT.

<sup>51</sup> Segundo o artigo nº 9 do decreto nº 4.887/2003, a identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações dos próprios quilombolas, e de estudos técnicos e científicos - incluindo relatórios antropológicos -, constituindo assim, a caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade.

hectares –. Além das terras já tituladas, mais de mil quilombos por todo país estão sendo delimitados pelo INCRA<sup>52</sup>.

Se, como dito anteriormente, o território é, para os quilombolas, elemento condicionante para a subsistência e a manutenção de seus laços culturais e tradicionais, a sua titulação e posterior posse definitiva é a garantia de que essa comunidade poderá buscar meios de seguir preservando sua cultura e o meio ambiente em que vive e (re)produz. Além de preservar o território, a posse definitiva do mesmo também permite a uma comunidade a possibilidade de planejar suas atividades sociais e produtivas, garantindo, também, o atendimento permanente do Estado em relação às necessidades sociais e econômicas, fundamentais para uma população historicamente marginalizada e segregada.

Não há dúvidas, então, de que o processo de regularização fundiária inaugura um novo momento de relativa estabilidade para as comunidades quilombolas. Os quilombolas, ao conquistarem a posse definitiva da terra, superam legalmente a fase de resistência territorial, e começam a pensar formas e meios de garantir a preservação dos recursos naturais e da cultura étnica, a gestão de um espaço coletivo tombado pela União, e o planejamento do desenvolvimento econômico e social da população. Para tais desafios, o conhecimento do território é fundamental, já que o mesmo está diretamente ligado às possibilidades de preservação e planejamento, ou seja, o trabalho desenvolvido reafirmou a ideia de que quanto mais se conhece, mais se preserva e planeja um espaço.

Diante disso que se chegou ao problema de todo o trabalho desenvolvido, que consistia em responder a seguinte pergunta: como representar o espaço territorial quilombola visando auxiliar uma comunidade no processo de preservação e planejamento do mesmo?

É evidente que para desenvolver a resposta científica para essa questão, foi necessário analisar o amplo arcabouço técnico e conceitual que fora desenvolvido em outras áreas de concentração. Destaca-se, por tanto, que concomitantemente com todo o processo recente de avanços em relação à legislação, a política e aos programas destinados aos quilombolas, algumas

---

<sup>52</sup> Segundo o último relatório do PBQ, publicado em julho de 2012, 1900 comunidades foram reconhecidas oficialmente pelo estado brasileiro, sendo 1834 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 66 tituladas, porém não certificadas pela fundação. No relatório obtêm-se a informação de que dessas comunidades, 1167 abriram processos para a titulação de terra no INCRA, que por sua vez, até 2012, já havia regularizado a terra de apenas 193 quilombos no país, totalizando cerca de 990 mil hectares.

metodologias, conceitos e técnicas de percepção e representação do espaço também foram aprimoradas, colocando em um patamar superior as investigações, definições e proposições para conhecer, gerir, preservar e planejar um espaço.

### 3.2 O ETNOMAPEAMENTO COMO MÉTODO, O GEOPROCESSAMENTO COMO TÉCNICA

Passada a revisão teórica, fez-se necessário definir a metodologia que seria utilizada no processo de intervenção, bem como as ferramentas técnicas que foram escolhidas para melhor representar o território dessa comunidade, e oferecer um importante instrumento étnico e cartográfico capaz de subsidiar os trabalhos e proposições do projeto que seria desenvolvido. A resposta do problema deste trabalho estava em unir a metodologia do etnomapeamento com as ferramentas disponíveis de geoprocessamento.

Nesse sentido, é importante salientar que o desenvolvimento das tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento têm trazido mudanças significativas para a cartografia moderna, evidenciando o seu confesso papel como ciência aplicada ao reconhecimento territorial e ao desenvolvimento social. “Este fenômeno, de interação entre a cartografia e as novas geotecnologias, tem permitido ao homem ampliar as possibilidades de interpretação do meio ambiente” (ATAIDE apud MARTINS, 2005, p. 4).

Com a atual variedade de técnicas e formas de representação digital, torna-se cada vez mais possível representar o espaço e suas configurações sociais, econômicas e, inclusive, históricas. Ou seja, é possível alinhar variáveis sociais, espaciais e temporais em uma mesma representação espacial. Não há dúvidas que ferramentas que possibilitem essas representações são fundamentais para se conhecer um território quilombola, já que agregam, entre outros, valores históricos, identitários e antropológicos, a espacialização de um meio físico.

Entretanto, trabalhar com geoinformação e desenvolver representações em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), por exemplo, significam, antes de tudo, “utilizar computadores como instrumentos de representação de dados espacialmente referenciados” (CÂMARA apud MONTEIRO, 2004, p. 7). Para isso, alguns métodos de apreensão da forma espacial e teorias de percepção visual foram

desenvolvidos para captar distintas realidades e cenários, é o caso do etnomapeamento, eixo teórico e metodológico da etnocartografia.

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território como forma de representação espacial. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensitivos, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território.

Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do etnomapeamento é um “repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem. Se usada como ferramenta de planejamento, pode ainda possibilitar a participação da população tradicional na tomada de decisões”. (ATAÍDE, 2005, p.3).

Por conta disso, o projeto desenvolvido desenvolveu-se seguindo a lógica de que ao se georreferenciar os dados espaciais coletados a partir do etnomapeamento em bases cartográficas que permitam a visualização de diversos aspectos do território, é possível criar um cadastro das informações geográficas, e diversos mapas temáticos capazes de auxiliar a preservação e o planejamento do espaço, construído junto com a comunidade.

O etnomapeamento é a garantia de colocar os quilombolas no centro de todo esse processo, do cadastramento até o empoderamento comunitário das cartas geográficas geradas. Como afirma Rafael Sanzio, “Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas nos produtos da etnocartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que está acontecendo e do que poderá acontecer no território” (ANJOS, 2006, p. 338).

Reforça-se, então, que os estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento de metodologias e técnicas de representação espacial de territórios quilombolas, destinadas a auxiliar o processo de preservação e planejamento territorial dessas comunidades, é, por tanto, o tema central desse artigo. Diante desse elemento, as descrições das atividades desenvolvidas na Residência Técnica servem para demonstrar a importância do etnomapeamento enquanto método, e do geoprocessamento enquanto técnica.

## 4 A PRÁTICA TEÓRICA E METODOLÓGICA: O SEGUNDO PASSO

### 4.1 PRIMEIRA ETAPA: APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE E ASSESSORIAS

Como mencionado anteriormente, a comunidade Quilombola de Rio dos Macacos registra uma história de violência e opressão sofrida, em grande parte, por ações diretamente ligadas a representantes da Marinha do Brasil. O conflito territorial colocou marcas da intolerância, da desconfiança e do medo no cotidiano comunitário. A atual situação é de fragilidade, o que exigiu – e segue exigindo – um trabalho de sensibilidade maior dos técnicos e profissionais que interveem no território, no sentido de incentivar e reforçar valores humanistas.

No entendimento comum da equipe de trabalho, os homens são seres que tem como vocação ontológica a sua humanização. Paulo Freire aponta a necessidade de ser o educador “um companheiro dos educandos”, no caso específico da residência, o técnico (residente) precisa ser companheiro dos moradores. Nesses termos, a relação técnico-morador não deve ser construída como se o técnico fosse o dono do saber, e os moradores apenas receptáculos desta técnica. (FREIRE, 2011, p.93).

Ao considerarmos a residência como um passo importante no cenário da assistência técnica, não devemos rejeitar o seu caráter educativo no processo de assistência às comunidades, devemos buscar, portanto, em nossas intervenções uma libertação autêntica dos grupos humanos envolvidos (tanto técnicos, como moradores), entendendo-os os moradores do Quilombo Rio dos Macacos como sujeitos da assistência técnica e não meros objetos. Nas palavras de Paulo Freire: “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (IDEM)

Propusemos algo como “Assistência técnica problematizadora ou libertadora”, nos moldes estabelecidos por Freire (IDEM) no qual, se referindo à educação, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. O fundamento dessa concepção é que o “técnico já não é o que impõe a técnica, mas enquanto desenvolve o trabalho, é educado, em diálogo com os moradores que, ao entrarem em contato com a técnica

também educam.” Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Essa concepção, porém, não apaga a diferença de conhecimentos entre os sujeitos do processo de assistência técnica participativa, apenas elimina argumentos de autoridade e de verticalidade entre os técnicos e os moradores.

No caso específico, já existiam metodologias com as quais a comunidade se identificava, como as reuniões ampliadas em círculo, teatro de rua, dança, memoriais da trajetória de luta etc. Outras metodologias como a técnica do mapa mental, roda de escuta, diálogo, biomapas, entre outras foram utilizadas e desenvolvidas no sentido de fortalecer o empoderamento comunitário quilombola de sua cultura e de seu território, e o entendimento de deixar claro qual seria o papel da assistência técnica durante o processo de intervenção.

No processo de aproximação com a comunidade e suas lideranças foi indispensável o contato e a articulação com organizações que já desenvolvem atividades com a comunidade, como a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia, a Comissão Pastoral de Pescadores, e o Serviço de Apoio Jurídico da UFBA.

#### 4.2 SEGUNDA ETAPA: MAPEAMENTO E RECONHECIMENTO TERRITORIAL

Os mapeamentos foram realizados para aproximar a equipe com a comunidade e o seu território, subsidiando tecnicamente o desenvolvimento dos produtos individuais que iriam ser entregues a comunidade. Foi realizada uma pesquisa com o objetivo de compreender melhor as relações da cartografia, mapeamento e territorialidade quilombola, tendo como referência o trabalho do geógrafo Rafael Sanzio de Araújo do Anjos sobre cartografia quilombola. Para Sanzio, a terra constitui a base geográfica fundamental da manutenção da comunidade e coletividade. Nesse sentido a territorialidade se apresenta como um esforço coletivo do grupo social para firmar a sua ocupação, manter seu ambiente e definir o território. A territorialidade é específica de cada comunidade, das então diferentes formas como ela se relaciona com seu território, sua base física, sua terra.

Dentro deste conceito estão agregados sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como seu limite, a sua fronteira. Individual ou coletivo a apropriação do espaço pode não possuir limites necessariamente físicos, mas até

onde a comunidade possui influência ou sentimento identitário. Desta forma o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento ao território com uma origem comum. Os mapas, principais produtos da cartografia, buscam representações e interpretações gráficas do mundo real, um instrumento para auxiliar na busca de um conhecimento espacial. Lembrando que o mapa não é o território, mas que neles estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território, revelando o que acontece na dinâmica do espaço.

Como mencionado anteriormente, por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território como forma de representação espacial. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensíveis, cabe reforçar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território.

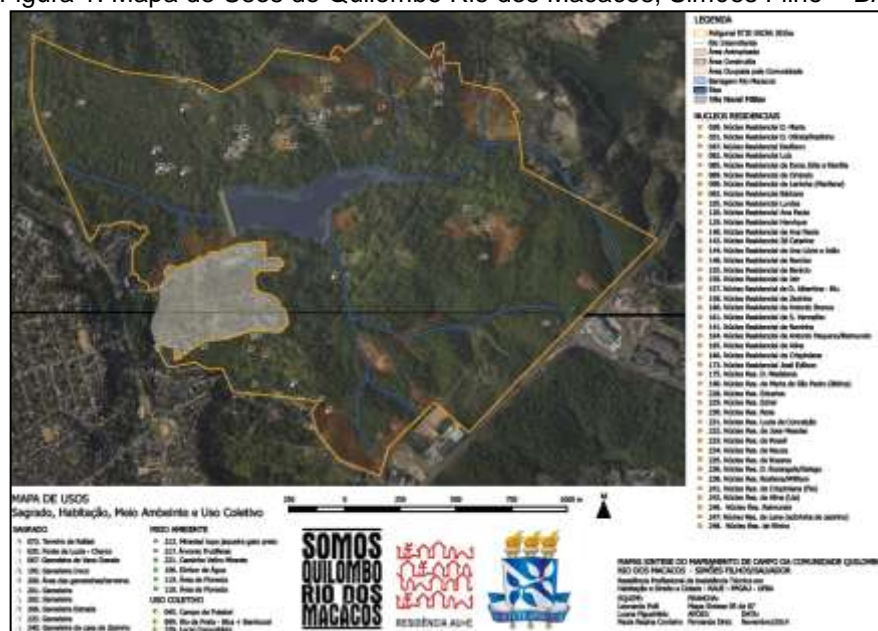
A partir da confecção dos etnomapas, visitas a campo foram realizadas para marcar os pontos e as coordenadas geográficas dos locais descritos nas cartas produzidas. Para tal efeito, o envolvimento comunitário foi fundamental nessas visitas, muito por conta do conhecimento territorial que possuem. Nessas visitas a campo, os pontos foram registrados através de equipamentos com Global Position System (GPS). Vale ressaltar que para além da marcação de pontos dentro do território, o entorno também foi percorrido por conta do objetivo de se ter um cadastramento dos equipamentos relacionados com a infraestrutura urbana e social disponível nas proximidades da comunidade.

Ao total foram feitas sete visitas de campo para percorrer todo o território quilombola. Dentre os usos demarcados em GPS, quase trezentos pontos foram nomeados e introduzidos na base cartográfica do quilombo. Ao final desse processo, todos os dados coletados refletiram na construção de uma base cartográfica (revisada junto com a comunidade), que compreendia mapas temáticos (produzidos, principalmente, no QuantumGIS), cadastramento de infraestrutura urbana e social no entorno e as etnocartas que refletem o conhecimento sensível da comunidade com o território.



Por fim, foi feito a sistematização dos dados obtidos em campo, consolidando essa etapa na geração de um “Relatório de Síntese e Diagnóstico do Quilombo Rio dos Macacos”, bem como, na elaboração de mapas sínteses sobre o território. Esse material produzido foi fundamental para o entendimento do território e para a elaboração dos trabalhos individuais que seriam desenvolvidos, sendo recepcionado pela comunidade de maneira muito positiva, principalmente o mapa de usos (figura 1), pois representa a espacialização concreta dos usos dados ao território quilombola.

Figura 1: Mapa de Usos do Quilombo Rio dos Macacos, Simões Filho – BA.



Fonte: CORDEIRO, Paula Regina; FIGUEIREDO, Luana; POLLI, Leonardo, 2014.

#### 4.3 TERCEIRA ETAPA: DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA INDIVIDUAL DE ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE

A partir das análises realizadas coletivamente, cada profissional pôde então, dentro da sua especialidade, dialogar diretamente com a comunidade para a definição dos produtos específicos para a conclusão do processo de Assistência Técnica. Muito importante frisar, que a relação construída com a comunidade durante todo o processo de aproximação, reconhecimento e mapeamento, confluiu naturalmente para a união de ideias e intenções nesta última etapa, sendo que os objetos desenvolvidos foram “exatamente o que estávamos pensando”.

Através de oficina realizada intitulada de “O que queremos do Urbanista”, ficou nítido a gama gigantesca de necessidades que essa comunidade, cerceada historicamente de direitos sociais e ações do poder público, possuía. Diante disso, e

a partir da sensibilidade técnica, ficou decidido, de maneira participativa e colaborativa, que o profissional residente faria uma espécie de “plano inicial” para a organização territorial.

Foto 1: Oficina de desenvolvimento do projeto urbanístico



Fonte: Acervo Pessoal. Polli, Leonardo.

Esse plano foi construído a partir do que fora coletado de informações durante todo ano, desde o ponto de vista cartesiano e geográfico, até as necessidades relatadas em oficinas, reuniões e conversas informais sobre o atual cenário do território e as perspectivas futuras para o mesmo.

Nesse sentido, foi construído, através de novas oficinas e reuniões, um “plano” inicial de Gestão, Preservação e Planejamento do território quilombola de Rio dos Macacos, apresentado em dezembro de 2014 na FAU/UFBA. O objetivo da construção e sistematização das “Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos” consistiu em fortalecer o atual cenário em que a comunidade se encontra, fornecendo aos mesmos um instrumento que impulse as perspectivas de desenvolvimento econômico e social, com base nas tradições quilombolas. Nesse sentido esse “plano inicial de diretrizes” funcionaria como um catalisador e um impulsionador dessa demanda, já que o mesmo reúne boa parte da “pauta” dispersa das necessidades e exigências da comunidade para com o poder público.

Esse projeto seguiu a orientação de alguns eixos que foram captados a partir das necessidades relatadas durante as reuniões e oficinas de construção da proposta. O mesmo fora entregue a comunidade, e se hierarquizou nos seguintes níveis de diretrizes: a) Diretrizes preliminares de organização coletiva; b) Diretrizes preliminares de atividades e espaços coletivos (sociais e econômicos); c) Diretrizes preliminares de habitação; d) Diretrizes preliminares de macro e micro acessibilidade e segurança territorial; e) Diretrizes de acesso aos recursos naturais do território, e desenvolvimento produtivo.

O material desenvolvido, arquivado na Faculdade de Arquitetura da UFBA e entregue para a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos, juntamente com as mídias, mapas e documentos informalmente elaborados constitui uma base de dados quali-quantitativos capazes de subsidiar o desenvolvendo do plano final de diretrizes territoriais do quilombo.

Por conta disso, o projeto contou, também, como um Termo de Referência para a concretização e o financiamento do Plano Final de Diretrizes Territoriais, com orçamento de pessoal e serviços técnicos necessários para o desenvolvimento do mesmo. Para financiar essa demanda, tanto os poderes públicos, quanto entidades e associações de desenvolvimento comunitário – via editais públicos – seguem sendo acionadas pela comunidade e pelo proponente do projeto, no intuito de dar consequência ao trabalho e a pesquisa e, principalmente, às benéficas comunitárias que podem ser consolidadas a partir de uma estrutura de gestão e planejamento do território.

## **5 RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Inicialmente cabe ressaltar a importância do projeto desenvolvido pela relevância que o tema tem alcançado no atual cenário de desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender e discutir as necessidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Do ponto de vista territorial, considerando o reconhecimento e a titulação de terras aos grupos remanescentes de quilombo, cabe reforçar que ainda estamos diante de um estágio inicial dessa política de reparação social, existindo assim, um longo caminho a ser percorrido, o que reforça e impulsiona a iniciativa de estudos e elaborações sobre o tema.

Apesar de estarmos em um estado inicial, alguns estudos produzidos já demonstraram ser eficientes no objetivo de contribuir para o processo de titulação de terras, propondo metodologias, análises e diretrizes que fundamentem a ação de órgãos públicos e programas sociais afeto aos quilombolas. Essa contribuição decisiva fortalece a necessidade de elaborar e propor elementos sobre o tema, principalmente diante da especificidade do Quilombo Rio dos Macacos, que envolve a ocupação de uma comunidade quilombola em uma área militar, matéria que ainda possui pouca análise científica. Sobre isso, o desenvolvimento do projeto técnico auxiliou no preenchimento dessa lacuna bibliográfica e literária.

Enquanto método pode-se concluir que o Etnomapeamento e seus instrumentos de percepção sensitiva e memorial, junto com técnicas rudimentares de mapeamento e livre desenho de fato coloca o profissional/técnico e o grupo étnico no mesmo patamar de elaboração e entendimento do projeto, sendo um método fundamental no trabalho envolvendo comunidades quilombolas. Na experiência desenvolvida, era nítido o total conhecimento territorial que a comunidade possui de seu espaço, bem como, as atividades que ali foram desenvolvidas. Apesar de possuírem um limitado conhecimento técnico, suas percepções e lembranças históricas são extremamente relevantes para qualquer proposição que venha a ser desenvolvida no território quilombola.

Se a metodologia desenvolvida demonstrou ser a acertada, o processo de georreferenciamento das informações coletadas foi fundamental para se chegar a uma caracterização mais precisa em relação ao território quilombola. A base cartográfica gerada foi facilmente absorvida e interpretada pelos quilombolas, que de fato enxergaram nos mapas aquilo tudo que eles haviam mapeado. Todo esse trabalho serve hoje, inclusive, como base de contestação dos próprios quilombolas em relação às polêmicas com a Marinha e o Governo Federal em relação à titulação do território e o processo de regularização fundiária, que segue em curso.

Nesse sentido, do ponto de vista inerente ao quilombo Rio dos Macacos, o projeto contribuiu e segue contribuindo com o atual cenário que o mesmo está inserido. O trabalho participativo, baseado no etnomapeamento e no auxílio técnico de instrumentos de geoprocessamento, apresentou para a comunidade uma nova ótica de se observar o seu território, fazendo com que a área seja empoderada e compreendida pelos mesmos, tornando-os extremamente habilitados para poder,

sobretudo tecnicamente, tomar decisões referentes à organização e o planejamento de seu espaço.

Por fim, destaca-se o papel da Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia do PPGAU/UFBA. O estabelecimento da relação entre o saber técnico-científico e o conhecimento tradicional, popular e comunitário é um desafio fundamental para que se possam obter bons resultados em um planejamento que venha a envolver comunidades segregadas espacialmente e socialmente. A aproximação sensível com a comunidade, o projeto desenvolvido enquanto assistente técnico, o olhar crítico enquanto técnico-pesquisador e o grande arcabouço de dados quali-quantitativos produzidos inspiraram a construção desse artigo, esperando que inspire novas intervenções técnicas e multidisciplinares junto a trabalhos envolvendo comunidades quilombolas.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e Quilombolas**: territórios étnicos africanos no Brasil. Africana Studia, São Paulo, 2006.
- ATAIDE, Marcos Sebastião. **Aplicações da Etnocartografia**. 2005. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Universidade Federal de Manaus, Manaus, 2005.
- ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz U. **A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão**. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.
- CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. **Fundamentos do Geoprocessamento**: Conceitos Básicos em Ciência da Geoinformação. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap2-conceitos.pdf>. Capturado em 04/05/2015 às 14:07 horas.
- CHAPIN, Mac et alli. **Mapping Indigenous Lands**. Annu. Rev. Anthropol. 2005
- FABIANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão**: O quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, São Paulo, 2011.
- GEOGRAFAR. **Geografia dos Assentamentos na Área Rural**. Relatório Técnico n.01/2012. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Relatório do Quilombo Rio dos Macacos.
- HERLIHY, Peter H. & KNAPP, Gregory (eds.). **Maps of, by and for the Peoples of Latin America**. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁFIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. Salvador, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e Racismo**. IN: RATTI, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. **Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. Residência AU+E. PPGAU/UFBA, 2014.

SCHMITT, Alessandra. **A Atualização do Conceito Quilombola: Identidade e território nas questões teóricas**. *Ambiente & Sociedade*, Ano V, N°10, 2002.

SMITH, Derek. **Participatory Mapping of Community Lands and Hunting Yields Among the Buglé of Western Panama**. *Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology*. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

# PRODUÇÃO ASSOCIADA, SABERES E BEM VIVER: MÚLTIPLOS OLHARES A PARTIR DA PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL E IMATERIAL EM COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS DE MATO GROSSO<sup>53</sup>

Ana Paula Bistaffa de Monlevade<sup>54</sup>; Camila Emanuella Pereira Neves<sup>55</sup>; Edson  
Caetano<sup>56</sup>; Iorim Rodrigues da Silva<sup>57</sup>; Janaína Santana da Costa<sup>58</sup>;

**RESUMO:** O presente texto versa sobre as relações entre trabalho, educação e produção associada; o objetivo é reunir fundamentos teóricos e empíricos que substanciem a análise dos nexos existentes entre economia, cultura e saberes na tessitura das relações sociais. Compreendemos os processos de trabalho como processos educativos na constituição de culturas do trabalho inspiradas nos princípios da autogestão do trabalho e da vida social, partimos da premissa de que, como categoria histórica, a análise da produção associada requer a reconstrução das condições objetivas/subjetivas dos espaços/tempos em que ela se constitui e é constituída. Nossa reflexão se debruça sobre os estudos e dados empíricos resultantes de pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), a partir do Projeto de Pesquisa intitulado Trabalho associado, cultura do trabalho e saberes da experiência: resistência e produção da vida em comunidades tradicionais de Mato Grosso (CNPq).

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção Associada. Comunidades e Povos Tradicionais. Bem Viver.

## 1 INTRODUÇÃO

As análises efetivadas no interior Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), a partir do Projeto de Pesquisa intitulado Trabalho associado, cultura do trabalho e saberes da experiência: resistência e produção da vida em comunidades tradicionais de Mato Grosso (CNPq) partem da categoria trabalho, ancorada no arcabouço teórico formulado por Marx, porém concebendo o trabalho não apenas no seu sentido ontológico, mas, sobretudo como princípio

<sup>53</sup> O estudo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014 - 2017).

<sup>54</sup> Doutoranda do PPGE/UFMT. E-mail: anapaulabistaffa@gmail.com.

<sup>55</sup> Doutoranda do PPGE/UFMT. E-mail: camilaemanuella@hotmail.com.

<sup>56</sup> Doutor em educação. Professor do IE/UFMT. E-mail: caetanoedson@hotmail.com.

<sup>57</sup> Doutorando do PPGE/UFMT. E-mail: i-orin@hotmail.com.

<sup>58</sup> Doutoranda do PPGE/UFMT. E-mail: janaina.costa@mail.uft.edu.br.

educativo. Isso equivale dizer que saberes/conhecimentos são construídos no e pelo trabalho. No interior das relações sociais, ao trabalhar, os homens produzem conhecimento; o que lhes permite manter, conservar, criar e recriar múltiplas formas de existência.

A produção associada, como produto das condições históricas e concretas, se apresenta enquanto uma estratégia criada pelos trabalhadores e trabalhadoras para organizar a vida e o trabalho podendo levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos (CAETANO e NEVES, 2014). São características importantes de práticas econômico-culturais onde os espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente são organizados de forma autogestionária, sem a exploração da força de trabalho do outro, sem obtenção de lucro e pautado na solidariedade.

Cumpram aos pesquisadores(as) comprometidos(as) com os movimentos populares o esforço para desvendar como são e vivem os povos das comunidades tradicionais e, no momento seguinte, contribuir para que se tornem visíveis e possuidores de vontades e direitos. Para Brandão (2012, p. 111), comunidade é indubitavelmente espaço de vida “[...] e a essência de cada comunidade são os sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles e com a natureza”. As relações sociais pressupõem a existência de vínculo com um determinado território que se constitui no espaço da vida na sua concretude.

Tomando-se por referência o exposto anteriormente, elegemos o enfoque materialismo histórico enquanto pressuposto que possibilita uma reflexão dialética sobre a relação existente entre trabalho e a produção da vida social, tendo como base os processos históricos, econômicos, sociais e culturais e, por outro lado a relação a uma objetiva realidade concreta. A pesquisa/reflexão a partir deste método pressupõe a apresentação da totalidade que envolve o objeto de estudo, isto é, compreender a construção histórica e concreta em que o objeto de estudo está estabelecido.

Conhecer a realidade histórica das comunidades é um processo de apreensão teórica, isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos observados, coletados e registrados na pesquisa *in loco*. Processo em que a atividade do pesquisador é condição fundamental ao conhecimento concreto do real.



## 2 POSSÍVEIS SIGNIFICADOS A PARTIR DE MÚLTIPLOS OLHARES

O objetivo central das pesquisas/reflexões realizadas no âmbito do GPTE é analisar as relações entre trabalho e educação presentes nos processos de produzir a vida associativamente, em especial nas comunidades e povos tradicionais de Mato Grosso. Nesse sentido, os saberes da experiência, apreendidos nas práticas concretas do trabalho associado personificam a reflexão sobre o trabalho enquanto princípio educativo.

Os objetivos específicos que norteiam as pesquisas desenvolvidas no grupo são: a) identificar o significado do trabalho associado (a partir da visão que os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos expressam), procurando situá-lo e distingui-lo da lógica que orienta o processo de trabalho na sociedade capitalista;

b) refletir sobre os fundamentos e a identificação dos elementos constitutivos da(s) pedagogia(s) da produção associada, enquanto concretização de um processo educativo que se contrapõe à concepção utilitarista da educação que é expressa pela visão neoliberal;

c) analisar aspectos que estão presentes na reprodução ampliada da vida e na reprodução da vida social de trabalhadores e trabalhadoras que participam da produção associada. Os aspectos a serem analisados são os seguintes: questões de gênero, relações de poder, divisão do trabalho, processos de decisão, distribuição das riquezas, relações com a comunidade local e com os movimentos populares, preocupação com a questão ambiental, objetivos do associativismo e concepção de mundo.

Apresentamos, a seguir, as preocupações/singularidades das pesquisas que orientaram as reflexões deste texto.

## 3 CULTURA DO TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO DA VIDA SOCIAL NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS MUTUM E RAIZAMA EM JANGADA/MT

Uma primeira reflexão se ocupa do debate sobre cultura do trabalho e (re)produção da vida social nas comunidades tradicionais Mutum e Raizama em Jangada/MT, que objetiva descortinar o conceito de cultura do trabalho que remete a existência humana que se dá de uma determinada forma e relacionada a uma prática cultural. São relações de produção perpassadas pelas relações culturais. Nessa imersão dirigimos nossa reflexão sobre duas comunidades tradicionais, a

Comunidade Tradicional Mutum e a Comunidade Tradicional Raizama ambas localizadas no município de Jangada distantes aproximadamente 115 km da capital do Estado do Mato Grosso – Cuiabá.

Uma das principais características dessas comunidades tradicionais é a organização do processo de trabalho e das produções da vida material e imaterial que é próprio de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza e a dependência do mercado já é presente, mas não é total.

Segundo Diegues (2001, p.82):

[...] essas sociedades desenvolvem formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pelas ideias de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

Estas características podem ser observadas nas comunidades tradicionais pesquisadas, pois a comunidade Mutum é formada por aproximadamente 70 famílias que vivem da produção de polpa de frutas e rapadura. Além da existência de um grupo de mulheres chamado “Feito por Nós” que produz pão e bolacha. Já na comunidade Raizama existem 60 famílias que vivem da produção de rapadura, além de verduras e legumes. Nesta comunidade similarmente existe um grupo de mulheres chamado “Raios de Sol” que produzem diversos tipos de sabão e demais produtos de limpeza que são vendidos nas localidades próximas.

Além disso, na comunidade Mutum existe ainda uma pequena farinheira onde coletivamente as famílias produzem farinha de mandioca para a própria subsistência. A cada dia da semana a produção pertence a uma família específica, porém as demais, mesmo não tendo direito ao produto daquele dia, ajudam em todo o processo de produção da farinha e assim ocorre durante toda a semana um rodízio para utilização da farinheira, também chamado de “troca de dia”. Trata-se de um trabalho organizado pelos próprios trabalhadores, onde as normas de divisão do trabalho e o destino dos frutos deste trabalho são decididos coletivamente.

Estas comunidades analisadas trabalham de acordo com determinada cultura e, ao mesmo tempo, ao trabalharem produzem cultura. Assim, estes homens e mulheres desenvolvem uma maneira especial de ser e viver, fundamentada em

características como a igualdade, solidariedade e no viver em conjunto, além de compartilhar a mesma visão de mundo e de sociedade.

Assim, pode-se definir como cultura um agrupamento de representações dinâmicas, símbolos, valores e comportamentos que integram o corpo social de uma população, histórica e geograficamente definida (TIRIBA, 2001). Isto posto, ao produzir a vida material o ser humano também produz interações sociais, interações e relações com a natureza, interação e relação com os outros seres vivos, ou seja, tudo aquilo que se situa no âmbito da produção imaterial. Desta forma, se o trabalho – como mediação dialética entre o homem e a natureza – se constitui enquanto uma traço fundante do ser humano, o mesmo é elemento constitutivo da cultura e dialeticamente transformado por ela.

Logo, dentro destas comunidades tradicionais a cultura do trabalho vai se concretizando no dia-a-dia do trabalho associativo, nas relações que os trabalhadores estabelecem entre si – que são relações mediadas pela questão de classe, de etnia, de gênero, etc. Segundo Tiriba (2006), esta cultura do trabalho se edifica a partir do velho, com a retomada de relações sociais e econômicas que foram se perdendo ao longo da história da humanidade, mas que, de alguma maneira, permanece presente, principalmente entre os setores populares. Como um conjunto de conhecimentos e valores a cultura do trabalho vai se constituindo carregando elementos étnicos, religiosos, ou seja, elementos culturais que vão para além do processo de trabalho propriamente dito.

#### **4 A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA DO POVO XAVANTE NA TERRA INDÍGENA DE MARÃIWATSÉDÉ – MATO GROSSO: NOVAS/VELHAS PERSPECTIVAS**

O processo de colonização no estado de Mato Grosso afetou negativamente os povos indígenas que habitam este estado desde tempos imemoriais. A hostilização aos Povos Indígenas pode ser observada quando analisamos as frentes de expansão das propriedades privadas, para a “ocupação” das áreas “desabitadas” no estado, o propósito do governo e do capital privado era o de priorizar a disponibilização de terras e a implantação de infraestrutura que efetivasse o projeto de expansão do capitalismo da região. Como exemplo, podemos verificar o que ocorreu com o Povo Xavante de Marãiwatsédé. De acordo com Estrela,

Os primeiros posseiros da Terra Indígena Marãiwatsédé invadiram-na em 1958. Quase quatro anos depois, a fazenda Suiá-Missú era instalada nas terras indígenas como propriedade escriturada. A retirada deu-se no ano de 1966, quando essa mão-de-obra foi considerada dispensável pelos invasores. No novo território, o conflito com outras etnias e uma epidemia de sarampo matou muitos desses índios. (ESTRELA; SANTANA, S/D)

A existência desse povo e a tentativa de reconstrução de uma ancestralidade só são possíveis por meio de saberes e conhecimentos organizados que persistem na memória dos mesmos. Esse povo carrega tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados, além de demonstrarem intensa relação com a natureza, já que dependem dela para a produção ampliada da vida. É esta relação com a natureza é o que dá sentido à própria existência.

Esses saberes acabam por instituir uma tradição transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p.18), essas “tradições se perpetuam em grande parte mediante à transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. Conforme afirma o cacique Damião Paridzane,

Dentro da tradição na nossa terra tem o inhamé, um pouquinho de caça, que quase acabou por conta da ação dos invasores. Sempre digo: índio não pode esquecer a tradição. E nós nunca acabamos por isso. Meu pai faleceu, mas fui criado sem sair da tradição. Essa é a origem do índio no Brasil. (ESTRELA; SANTANA, S/D)

A tradição é que os identifica e que lhes permite a existência. Conforme enfatizam Neves, Caetano e Silva (2015), o que se considera “tradicional/tradição” é o conhecimento vivo de produzir a vida que é conduzido no espaço/ tempo pelos saberes e modificado nas experiências comuns a esses povos. Segundo os mesmos,

As tradições carregam em si uma perspectiva de vida, de mundo e de humanidade que ultrapassa às questões materiais da produção da vida, significando e sendo (re)significada, dialeticamente, na direção de reafirmarem identidades e concepções próprias de si e das relações estabelecidas com “o outro” e a produção material e imaterial da vida. (NEVES; CAETANO e SILVA, 2015, p. 2-3)

Para os autores, essas noções compõem outras racionalidades que se opõem às formas “predatórias e desumanizadoras” de interversão sobre a realidade de homens e mulheres. Pois é a relação entre ser humano e natureza que produz a

satisfação das necessidades e que regula não só a produção material, mas também a produção imaterial da vida.

São as leis naturais que determinam as necessidades humanas e não os seus gostos ou preferências e as mesmas não se reduzem apenas às necessidades materiais, incluem-se outras necessidades (afetivas e espirituais) sem as quais o ser humano é incompleto e a vida humana simplesmente não seria possível. Segundo Meszáros (1981),

A relação entre o homem e a natureza é ‘auto mediadora’ num duplo sentido. Primeiro, porque é a natureza que propicia a mediação entre si mesma e o homem; segundo, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. (MÉSZÁROS, 1981, p. 77-78. Grifos do autor).

Num sistema de produção da vida onde não se prime pelas relações que o homem estabelece com a natureza e com os seus pares, a centralidade estará na produção de mercadorias e no lucro, como é o caso do sistema capitalista. Esse sistema aliena o homem da sua condição humana: será apenas como um “meio” para se atingir os interesses do capital (ao vender a sua força de trabalho), subjugando o seu ser social, que o caracteriza enquanto homem. De acordo com Marx (2003), o trabalho é a categoria capaz de propiciar o pleno desenvolvimento do homem.

Nessa perspectiva que Thompson (1981) propõe a utilização da categoria “experiência”. Pela experiência que esses homens e mulheres vivenciam no seu dia a dia, “podem reproduzir práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, como também alterá-los, dar-lhes novo significado e mesmo transformá-los”. (THOMPSON, 1981, p. 97).

É pela experiência que os homens se tornam sujeitos de sua vida, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, “Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981, p. 99)”. Para ele,

[...] a experiência compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p.15).

Ao refletir sobre a experiência, Thompson (1981) afirma que a transformação histórica acontece pelo fato das relações produtivas serem vividas na vida social e cultural, por repercutirem nas ideias e valores humanos, além de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas; os valores e ideias são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos à determinação do que é vivido. Ou seja, na produção da vida material e imaterial, e é por meio dessa experiência que se é possível vislumbrar outras perspectivas de vida.

Pensar em outras possibilidades de produção da existência ancoradas nos saberes milenares, costumes e cultura do Povo Xavante entrelaçado com o ecossistema no qual ele está inserido, numa lógica diferente/oposta a que orienta o sistema capitalista, que tem trazido muitos prejuízos à vida, causando a devastação e a morte dos rios, da terra e da natureza. Requer a compreensão de que esse Povo Xavante está submetido a um contexto específico: cercado pela produção da monocultura da soja e sendo assediado para o arrendamento de suas terras.

O saber do Povo Xavante não vem de livros ou de textos acadêmicos/científicos, mas da relação entre as pessoas, entre os povos e entre as suas interações com o meio ambiente. Nesse sentido, pensamos que a Agroecologia possa oferecer ferramentas importantes na construção desse processo de reconstrução da vida em Marâiwatsédé, pois ela se refere ao estudo de fenômenos ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos, proporcionando uma produção sustentável. Isto porque,

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentência e a segurança alimentar das comunidades rurais. (...) Na terra onde se desterrou a natureza e a cultura; neste território colonizado pelo mercado e pela tecnologia, a Agroecologia rememora os tempos em que o solo era suporte da vida e dos sentidos da existência (...) onde os saberes se convertiam em habilidades e práticas para lavar a terra e colher seus frutos. Os saberes se confundiam com os sabores. (LEFF, 2002, p. 2)

O pressuposto de que trata a agroecologia valoriza o saber indígena, como podemos constatar nos discursos adotados nos estudos realizados sobre a agroecologia (ALTIERI, 1989; GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000), esses estudos sugerem que é a partir dos povos indígenas que podemos refletir sobre as possibilidades que a agroecologia oferece

na constituição das bases interculturais (outras formas de ser, perceber, fazer, pensar e resolver problemas). Seguindo essa linha de raciocínio é que se propõe uma agroecologia indígena, reconhecendo o conhecimento das vivências e dos modos indígenas de sustentação e formas de organização social e política, incluindo modos de produção, consumo e troca.

Outro aspecto a ser considerado quando nos propomos discutir a construção da existência dos povos indígenas é a temporalidade cíclica que, de acordo com Medina (2008), aparece como contraponto à temporalidade linear, composta por passado-presente-futuro, condiciona os ideais de progresso e desenvolvimento. Como oposição a essa forma de se construir a existência, alguns estudos tem apontado alternativas vivenciadas pelos povos indígenas, principalmente na América Latina (Acosta, 2008), (Gudynas, 2011), (Choquehuanca, 2010), (Larrea, 2010), (Tortosa, 2001), (Dávalos, 2008), entre outros. Essa vivência dos povos indígenas tem se apresentado como a desconstrução da monocultura, da temporalidade linear e progressiva - o *Bem Viver* - que parece tornar mais plausível o projeto de desconstrução do progresso enquanto projeto social único e universal, apontando para a possibilidade de uma nova convivência social.

A filosofia do bem viver é baseada na ideia que natureza, comunidade e indivíduos compartilham as mesmas dimensões materiais e espirituais. O bem estar da comunidade é considerado mais importante do que o individual. Comunidades trabalham para desenvolver suas capacidades e enriquecer seu conhecimento, sem fazer mal à saúde humana ou ao ambiente. Seres humanos, portanto, são parte da natureza e sua qualidade de vida depende de todas as coisas vivas que compartilham o planeta com eles. (Macas, 2010, p. 15).

A construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento predominante deve ser um processo de “baixo para cima”, democrático e no qual a sociedade é protagonista (Kallis 2011). Este processo de desenvolvimento local deve partir do resgate da cultura, dos valores e do modo de vida próprio de cada povo e na racionalidade ecológica da agricultura tradicional. O resgate e a conservação de sementes crioulas e de raças animais locais e a diversificação dos sistemas produtivos, a valorização do autoconsumo e o resgate de culturas alimentares são enfatizadas no processo de desenvolvimento local com base agroecológica (Altieri 2012; ANA 2006; 2002; Sevilla Gusmán 2001).

No âmbito do atendimento das necessidades reais, o decrescimento é uma possibilidade pois

Do ponto de vista ecológico e econômico, o decrescimento pode ser definido como sendo a redução na escala de produção e consumo que melhore o bem-estar humano e reforce as condições ecológicas (Schneider et al. 2010). Mais especificamente, o decrescimento é uma redução socialmente sustentável e equitativa do metabolismo e da quantidade de matéria e de energia que uma sociedade extrai, processa, transporta e distribui para o consumo e que retorna para o ambiente na forma de resíduos (Kallis 2011). Sob o ponto de vista político, o decrescimento é um slogan cujo objetivo é romper com o produtivismo econômico e a ideologia dominante do desenvolvimentismo. O decrescimento agrupa aqueles que têm realizado uma crítica radical ao desenvolvimento, que defendem o abandono do crescimento econômico como centro da política econômica (ou seja, a qualquer preço) e que objetivam propor um projeto alternativo de pós-desenvolvimento (Latouche 2009a). É uma alternativa política que pretende, por meio de um processo democrático, promover mudanças radicais na orientação das instituições políticas e econômicas, no nível macro, e dos valores e aspirações pessoais, no nível micro (Kallis 2011). (BOCCATO-FRANCO; NASCIMENTO, 2013, P. 48)

Talvez, devêssemos vislumbrar um modo de viver cuja preocupação com o desenvolvimento social não se materialize tão somente via mecanismos compensatórios, mas que implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da igualdade e da fraternidade.

## **5 RELAÇÕES DE GÊNERO PERPASSADAS PELO TRABALHO ASSOCIADO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CÁCERES – MT**

As relações entre mulheres e homens está assentada, historicamente, em relações de poder, se materializando desigualmente na produção da existência e perpetuando esse domínio através do sistema patriarcal. Sob esse sistema, o homem é considerado superior a mulher e tendo, por isso, direitos sobre a sua vida, determinando regras, normas, comportamentos, papéis e costumes na família e na sociedade.

O sistema patriarcal se justificou pelas diferenças biológicas entre mulheres e homens, qualificando estas como incapazes fisicamente e intelectualmente, limitando suas falas e seus desejos sexuais (SAFFIOTI, 2013).

Este sistema contribuiu também para que homens dominassem outros homens, seus irmãos de falo, com a intenção de ampliar o poder e acumular riquezas. Isso aconteceu, historicamente, usando a violência, ideologias, costumes e regras para manter a hegemonia. Contribuiu para dividir a sociedade em pessoas



superiores e inferiores socialmente e economicamente, principalmente, em relação ao gênero, a classe e a raça/etnia, agudizando as desigualdades.

Nessa tessitura, a mulher ficou excluída da vida social, reclusa ao âmbito do lar, seu *cautiveiro* (Lagarde, 2011), cuja função deveria ser a reprodução da vida, ou seja, produzir novas forças de trabalho e o trabalho doméstico (alimentar, vestir, educar, cuidar da casa e dos doentes). O trabalho produtivo, ao qual desde os tempos primitivos sempre contribuiu, não lhe cabe mais. Este, agora, gera valor e poder, sendo atividade exclusiva dos homens.

Tal contradição empalideceu a mulher na sociedade, tornou sua contribuição na produção da existência invisível. Os comportamentos são sufocados pela submissão e pela opressão e suas virtudes deveriam compor a disciplina, a compreensão, a pureza, a resignação, a passividade e a doçura, tendo o casamento como meio de sobreviver e de se obter felicidade.

Mesmo assim, muitas mulheres contrariaram a ordem, revoltaram-se, rebelaram-se, dos motins da fome (THOMPSON, 1998; PERROT, 2012) às lutas das feministas (GOLDMAN, 2014; SAFFIOTI, 2013; LOBO, 2011).

A mulher que se inseriu no mercado de trabalho tem a produção da sua existência conduzida por uma dupla jornada de trabalho, pois não foi liberta do trabalho doméstico. O velho e o novo conflitam em seu espírito e sugam o tempo para si.

Com a crise capitalista, tem destaque algumas estratégias de sobrevivência, que nos remete a antigas experiências da humanidade, em que se produziam a existência sob princípios diferentes da ótica capitalista. Uma delas é o trabalho associado em que as relações sociais de produção são baseadas na propriedade comum dos meios de produção, na autogestão do tempo e ritmo de trabalho, nas decisões democráticas, na não exploração do outro, na solidariedade e não tem como finalidade o lucro.

Sob esse viés que as mulheres das comunidades tradicionais Nossa Senhora da Guia e São José do Facão, pertencentes ao município de Cáceres (MT), constroem suas relações no processo de produção material e imaterial da vida, pois o trabalho tem em si um princípio educativo, ou seja, através deste são construídos saberes, costumes, relações sociais e ideologias.

Sendo assim, apresentaremos o modo de viver e produzir a vida das mulheres das referidas Comunidades Tradicionais, a partir do materialismo histórico dialético, com um olhar voltado para as relações de gênero construídas.

Na contramão de algumas mulheres que também sustentam o sistema patriarcal e as ideologias de gênero, as mulheres do grupo Frutos da Terra (Nossa Senhora da Guia) e do grupo Amigas do Cerrado (São José do Facão) partilham o trabalho doméstico e o de cuidados com seus companheiros, mantêm relações baseadas no diálogo e no respeito e contam com o apoio destes em relação ao trabalho que realizam nas unidades de produção coletiva. Um exemplo, é contado por Nilza (Nossa Senhora da Guia): “Ele trabalha na roça, em casa, ele sempre fica fazendo a comida, né. Faz comida prá ele, pro guri [...] Eu chego e já acho pronto”.

É claro, que num ambiente marcado, tradicionalmente, pelo distanciamento das discussões de gênero e pelo patriarcado, essa construção não aconteceu de forma harmoniosa. Apesar do trabalho associado já fazer parte da produção da vida em comunidade, a inserção das mulheres em uma atividade fora do lar causou inquietações e desconfianças. Jacira (Nossa Senhora da Guia) nos relata:

Meu marido, assim, ele tava contra só o primeiro [...] “Esse negócio você vai lá rala coco, rala coco, mas não to veno nada. Óia o estado que você tá chegano, você chega de noite, com chuva, inclusive cheio de lama”. Foi uns dois anos, só que daí ele, foi indo, ele foi entendeno, fui conversano quêle, foi ino, ai ele parou.

No entanto, através do diálogo e de contribuições nos Grupos, os companheiros passaram a ver o trabalho delas como forma de estreitar os laços de amizade e de solidariedade, de resistir ao trabalho assalariado e de uma renda para ampliar a qualidade de vida da família. Mineiro destaca o que percebe ser mais importante no trabalho de sua esposa Cida:

Cê sabe que é bão? Pra mim eu considero um encontro, que lá elas passa o dia com as outra né [...] tem aqueles amigo que trabalha junto com a gente que a gente considera uma família né? Ocê tem aquele prazer de chega aquele dia proce ta junto, conversá, conta história, se diverti.

As formações/oficinas proporcionadas pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que levou a ideia do trabalho associado para

as duas Comunidades, também contribuíram para novas concepções sobre as relações de gênero. As referidas Comunidades e mais duas constituíram a ARPEP (Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal), na qual trocam experiências, saberes e aprendem juntas a lidar com conflitos da vida social.

No grupo Amigas do Cerrado trabalham somente mulheres produzindo bolachas e pães a base da farinha de cumbarú, mas seus companheiros ajudam coletando o cumbarú, levando água e lenha, nos reparos da unidade de produção e acompanhando-as nas feiras. Já o Frutos da Terra é misto, sem divisão sexual do trabalho, no qual mulheres e homens conhecem todas as etapas do processo de produção de pães e bolachas com a farinha do babaçu, embora realizem, por decisão coletiva, somente as tarefas que têm mais habilidades.

Elas têm o trabalho reconhecido na Comunidade e por seus companheiros, conseguem comprar artigos de uso pessoal e outros que facilitam o trabalho doméstico, ampliam os horizontes nas viagens que realizam, concebem outras concepções de mundo e de relações sociais. Ainda não são emancipadas totalmente do trabalho doméstico, mas esse é flexibilizado por seus companheiros e filhas (os). Mesmo assim são protagonistas de suas vidas, gozam de autonomia e constroem relações de gênero contrárias ao que se espera numa sociedade patriarcal e machista.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos que as relações sociais vivenciadas, em grande medida, nas comunidades e povos tradicionais, são construídas a partir dos laços de parentesco existentes e do conhecimento e intensa relação com a natureza. Para estas pessoas a terra é sinônimo de vida e de trabalho. De onde retiram o sustento de sua família.

Além disso, foi possível identificar entre os trabalhadores e trabalhadoras, que a solidariedade e a cooperação fazem parte da forma como organizam o processo de trabalho e da vida social. E que apesar de estarem inseridas no sistema capitalista, diferenciam-se pelas suas características específicas (produção associada) que contrapõe a lógica neoliberal, fazendo com que estes trabalhadores e trabalhadoras possuam uma diferente concepção de mundo e de trabalho.

É possível perceber que a partir do trabalho associado, homens e mulheres assumem uma postura e uma consciência que contraria, em grande

medida, a tradicional ideologia patriarcal que prevalece na sociedade, materializadas na partilha do trabalho doméstico, nas relações baseadas no diálogo e no respeito, na valorização do trabalho dentro e fora do lar, na socialização das filhas e filhos e no companheirismo.

À medida que o modo de produção capitalista consolida projetos societários, escolares e culturais que transfiguram a humanidade em coisa, em mercadoria; deparamo-nos com maneiras de produção da vida material e imaterial baseada na propriedade comunal onde trabalhadoras e trabalhadores são sujeitos que estabelecem relações sociais pautadas na solidariedade, organizam o processo de trabalho observando princípios da autogestão, dividem as sobras da produção de forma igualitária e se relacionam com a natureza tendo como preocupação a preservação e da mesma.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R.; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE** [on line], v. 8, n. 9, p. 73-91, jan./jun. 2012.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 23, n.53/2, p. 595-613, mai/ago. 2014.

DIEGUES, Antonio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**, Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, São Paulo.2001.

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ESTRELA, Lua; SANTANA, Renato./Cimi. **Povo xavante declara guerra contra segunda expulsão da terra Indígena Marãiwatsédé**. Disponível em: <http://www.sunnet.com.br/sociedade-em-a-mainmenu-123/4496.html>. S/D. Acesso: 27/10/2015.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GUDIYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento - ALAI**, nº 462: 1-20; fevereiro 2011, Quito.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOBO, Elizabeth S. **A classe operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política**: Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar/Karl Marx; introdução de Jaboc Gorender; traduções de Edgar Malagodi ... [et al]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NEVES. Camila Emanuella Pereira; CAETANO, Edson y SILVA, Marília de Almeida. A produção da vida material e imaterial em comunidades chiquitanas e uilombolas em Mato Grosso: uma nova/velha forma de existência. **Polis** [En línea], 40 | 2015, Publicado el 16 mayo 2015, consultado el 20 mayo 2015. URL :<http://polis.revues.org/10699>.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, jan/abr. 2007, p. 152-165. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso: 10/07/2015.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Mapa social**: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. Cuiabá.MT: UFMT, 2012. 64p.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum, Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia da Letras, São Paulo, 1998.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção dos saberes. Palestra proferida na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho. **Revista Educação Unisinos**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMININA – O CASO DAS BEIJUZEIRAS DA TAPERÁ**

**Andréa Santos<sup>59</sup>; Fabiana Santos<sup>60</sup>**

**RESUMO:** A participação de mulheres nos grupos de Economia Solidária tem provocado inúmeras pesquisas e reflexões acerca desta realidade. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (2010-2012), apontam que 43,6% dos sócios dos EES são mulheres. O presente trabalho tem como principal objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada na Comunidade Quilombola da Tapera Melão, localizada no município de Irará/BA, que registra a existência de um Empreendimento de Economia Solidária, formado por mulheres quilombolas e que ao longo destes 16 anos vem construindo uma história de luta pelo direito de trabalhar de forma associada e baseando-se nos princípios da Economia Solidária. Trata-se de um estudo de caso, que foi realizado a partir da imersão na comunidade, na análise da história da comunidade e do grupo Beijuzeiras da Tapera. Foi realizada também pesquisa bibliográfica acerca dos temas Economia Solidária e a economia dos quilombos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombos; Mulheres; Economia.

### **1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE ESPECIFICIDADES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO E A TAPERÁ MELÃO, EM IRARÁ- BA.**

Nos dias atuais é comum ouvir a expressão quilombo ou remanescente de quilombo. Essas terminações possuem uma conotação que está marcada por diversos contextos e por múltiplas análises.

Oficialmente o termo quilombo surgiu no Brasil na constituição do século XVIII, quando, em 1740, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (GOMES, 1996).

---

<sup>59</sup>Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA; portdea@yahoo.com.br

<sup>60</sup>Licencianda em Educação do Campo; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB; fabi545@yahoo.com.br

Esta caracterização descritiva dos quilombos assentada no binômio fuga/resistência, perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957). O traço marcadamente comum entre esses autores era o passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil. Além disso, a definição clássica de quilombo, caracteriza-os exclusivamente como expressão de negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra.

Não se pode contestar a legitimidade dos trabalhos importantes como os de Ramos (1953) e Carneiro (1957), porém eles não abarcam a diversidade das relações entre os escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriam-se da terra, construindo sua identidade profundamente ligada a esta.

Almeida (1999) ao fazer a crítica do conceito de quilombo estabelecido pelo Conselho Ultramarino, mostra que aquela definição constitui-se basicamente de cinco elementos:

1. A fuga;
2. Uma quantidade mínima de fugidos;
3. O isolamento geográfico em locais de difícil acesso e mais próximos da uma “natureza selvagem”;
4. Moradia habitual, referida no termo “rancho”;
5. Autoconsumo e capacidade de reprodução simbolizados na imagem do pilão.

Nota-se que há no conceito clássico de quilombo uma preocupação exagerada em focar exclusivamente o perfil das fugas dos negros escravos e na posterior organização desses sujeitos.

A afirmação de Matoso (1990) demonstra o quanto os autores foram influenciados pelas ideias clássicas que circundam a noção de quilombo o que levou muitos deles a afirmar que o escravizado via no quilombo a perspectiva de ter uma vida em liberdade, longe das punições e das regras estipuladas pela escravidão. Segundo ela:

Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos. É preciso distingui-lo dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo, ou se isso for indispensável à sua sobrevivência. Quilombos e mocambos são constantes na paisagem brasileira desde o século XVII. Reação contra o sistema escravista? Retorno à

prática de vida africana ao longo da dominação dos senhores? Protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema, espaço livre para celebração religiosa? Os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. (MATTOSO, 1990)

Reforçando o pensamento de tantos outros estudiosos da temática Mattoso reafirma uma perspectiva teórica de quilombos presos ao passado, formados exclusivamente através de fugas ou rebeliões contra o sistema colonial escravista.

Contemporaneamente foram elaboradas novas interpretações sobre a história dos quilombos no Brasil. Os estudos recentes se empenham em entender a complexa rede estabelecida entre os quilombos e os diversos grupos da sociedade com quem os fugitivos mantinham relações.

Essas novas discussões apontam que os quilombolas mantiveram relações com a sociedade ao seu redor, ou seja, a mesma sociedade que os dominou muitas vezes manteve contatos com quilombolas em troca de benefício econômico. Em geral, existiu, paralelamente à formação do aparato de perseguição aos fugitivos, uma rede de informações que ia desde as senzalas até muitos comerciantes locais. Estes últimos tinham grande interesse na manutenção desses grupos porque lucravam com as trocas de produtos agrícolas por produtos que não eram produzidos no interior do quilombo.

Flávio dos Santos Gomes apresenta a ideia de “campo negro”. Essa relação destaca “como os negros viviam uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveram, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos.” (GOMES, 1996).

Nesses novos estudos, os quilombos não são mais vistos como grupos que surgiram genuinamente através da resistência que os negros estabeleceram no período da abolição. Os estudiosos dessa temática hoje costumam apontar diversas possibilidades para explicar a origem dos quilombos contemporâneos. Dessa forma, costuma apontar as seguintes probabilidades para o surgimento destes grupos sociais: da prestação de serviços guerreiros, em períodos de guerra ou rebeliões; de prestação de serviços religiosos; de desagregação de fazendas de ordens religiosas; da ocupação de fazendas desagregadas devido ao enfraquecimento econômico; da



compra e doação ou herança, entre outros. Nesta última, insere-se a Comunidade Quilombola da Tapera Melão conforme visto anteriormente.

Conforme explicita Almeida (2009), para conceituar quilombos, na atualidade, deve-se levar em consideração o critério de auto definição dos agentes sociais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação ou posse e o uso dado aos recursos naturais disponíveis.

Vale ressaltar que estes agrupamentos recebem diferentes nomenclaturas, mesmo dentro do mesmo país: terras de preto, território negro, comunidade de quilombos e comunidades negras rurais. Contudo, todas essas denominações são utilizadas por vários autores para enfatizar a categoria de quilombo como uma “coletividade camponesa”, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do ADCT anunciou, em 1994, um balanço em que se define o termo “remanescente de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere à resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994)

Conforme detalha Santos (2008) em seu importante estudo intitulado “A territorialidade dos Quilombos de Irará-BA: Olaria, Tapera e Crioulo”, realizado no ano de 2008, a Comunidade da Tapera, situada no é composta por 708 moradores, distribuídos em 157 casas. Sua população está agrupada em 195 hectares de terras sendo que cada família utiliza, em média, 7,7 hectares e uma densidade demográfica de aproximadamente 0,5 habitantes por hectare de terra.

Com relação à história dessa comunidade o referido estudo esclarece que “a comunidade da Tapera se inscreve no contexto da formação territorial do município de Irará e do território brasileiro” (SANTOS, 2008, p.151). Assim, a autora esclarece que:

Até o século XIII, as terras do povoado da Tapera estavam anexadas às terras da Igreja Católica, em especial das missões jesuítas. Com a expulsão dos religiosos, parte destas terras foi anexada aos grandes latifundiários. No início do século XIX, as terras na qual o

povoado da Tapera foi erguido, foram ocupadas por um português de nome João Costa Melão. Toda a área foi destinada ao cultivo da cana-de-açúcar e de fumo.

De acordo com os relatos dos moradores e documentos históricos analisados, Costa Melão possuía alguns escravos e, em meio às plantações construiu uma casa para morar e uma senzala para abrigar os escravos. Segundo estas mesmas fontes, as terras e os escravos desta fazenda foram herdados por José Martins de Lima, pois Costa Melão nunca teve filhos, não tendo deixado nenhum herdeiro direto. Sendo afilhado de Costa Melão, José Martins de Lima ficou como herdeiro oficial. Segundo depoimento da senhora Maria Leocádia de Jesus extraído do estudo de Santos (2008)

Zezé Martins não nasceu aqui na Tapera, os pais dele morava pelas bandas do Irará. Ele foi criado pelo dono da Fazenda Melão, Costa Melão não teve fio e pegou Zezé, que era afilhado dele, já com uns oito anos, para criar. Logo botou Zezé pra estudar pra ser padre lá na Bahia. Ele sempre vinha visitar o padrinho, o velho Melão. Quando já estava no último ano do estudo, perto de se ordenar, João Melão marcou de celebrar uma missa na fazenda. Quando Zezé vinha no animá pra cá, passou por uma moça, que vinha andando pra missa e o coração dele se encantou pela moça. Ele celebrou a missa só com os zóio nela. No outro dia viajou mais não conseguia esquecer a dita moça. Um mês depois, ele abandonou a batina e pediu a moça em casamento. Casou e ficou sendo agregado da fazenda, sabe (...) e os veio morreram cedo, não duraram muito tempo não. Zezé Martins teve três fio: Abílio – o pai de Tiago, Cesário – o pai de Ogeno e uma Pedra que foi embora daqui. Sim, o mais importante, quando o Melão morreu, ele abriu a porteira da senzala e deu terra pra todos os escravos. Sempre que chegava alguém e pedia terra ele dava. É por isso os fio não é rico. Mas graças a Deus (risos) se não fosse assim eu não tinha meu pedaço de terra pra tá morando até hoje.

O depoimento da senhora Maria Leocárida nos mostra que motivado por uma paixão, Zezé Martins, como foi conhecido José de Souza Martins, abandonou o seminário para casar-se com a escrava de João Melão de nome Romana Petronilha de Jesus, enlace este que ocorreu no dia 25 de abril de 1858, conforme livro de casamento da paróquia Nossa Senhora da Purificação dos Campos. Evidentemente, que este fato provocou conflito entre ele e seu pai de criação, visto que tal atitude para os padrões da época era considerada inaceitável e condenada pela sociedade, já que em pleno regime escravagista um homem livre casa-se com uma escrava. Mas há um outro elemento também muito presente como valor nesta época que era a forma como a morte era vista no século XIX. A morte neste período era

considerada uma das grandes preocupações entre as pessoas, segundo Santos (2008), esta “poderia representar o momento da ordenação econômica, quando todas as dívidas deveriam ser liquidadas, ou o momento da reparação moral, em que era necessário fazer justiça aos que ficavam, pois, assim estariam redimidos para enfrentar a justiça divina.” Desta forma, acredita-se que a doação das terras do senhor Costa Melão tenha ocorrido nestas circunstâncias, visto que segundo contam os descendentes diretos de Zezé Martins, este havia sido excomungado pelo padrinho em virtude do casamento com a escrava Romana Petronilha.

Com a morte de João Melão, Zezé abriu a senzala, que deixou de ser moradia dos negros, alforriou todos os escravos da fazenda e doou parte das terras para eles. É nesse contexto que surge o nome da comunidade, pois “Tapera” significa casa abandonada em ruínas. Após a demolição da casa dos Costa Melão a comunidade ficou conhecida como Tapera Melão.

É importante registrar, que quase todas as doações foram registradas em cartório e por essa razão não existem conflitos por terras e sim divisões dessas pequenas propriedades de acordo com a linha sucessória dentro das próprias famílias.

A comunidade Quilombola da Tapera Melão situa-se no oeste do município de Irará, a cerca de seis quilômetros da sede.

Conforme assinalado anteriormente a comunidade da Tapera Melão é composta por aproximadamente 708 moradores, distribuídos em 157 casas. A população ocupa uma área de aproximadamente 1.500 hectares de terras, distribuídas proporcionalmente, pois não existem grandes proprietários, uma vez que a comunidade foi formada pela fragmentação de uma grande propriedade a partir das doações feitas por Zezé Martins a escravos e ex-escravos. A agricultura camponesa, portanto, se constitui na base de sustentação de moradores.

Embora com a divisão dos lotes, cada família da Tapera seja considerada dona da propriedade e a produção extraída pertença aquela família, a mão-de-obra empregada em muitas Atividades agrícolas continua sendo coletiva conforme aponta Santos (2008). O que é produzido é comercializado na feira livre do município, realizada aos sábados, no Mercado Municipal localizado no centro da cidade, é também vendido aos comerciantes locais e utilizado no sustento familiar.

O trabalho na comunidade não está apenas direcionado para uma perspectiva mercadológica, mas também para a necessidade do auto sustento e do

fortalecimento dos laços sociais entre os moradores, o que se manifesta nos intercâmbios de mão-de-obra, chamadas trocas de dias, para plantações de mandioca, milho, feijão, dentre outros. Há uma clara divisão sexual do trabalho, onde cabe as mulheres a realização de trabalhos mais leves como por exemplo o cuidado com os animais.

Na comunidade da Tapera há uma escola de Ensino Fundamental I, que atualmente atende estudantes de 9 a 15 anos, do 3º ano ao 5º ano e estes ao encerrarem esta etapa na comunidade precisam se deslocar para povoados próximos como Caroba e Fazenda Trindade para lá prosseguirem até o Ensino Fundamental II. Após este período, deslocam-se em média 8km para a zona urbana do município de Iará, para estudarem o Ensino Médio. Esta realidade é extremamente questionada pelos moradores e pelos especialistas em educação pública, que desconsidera as especificidades dos povos do campo, sobretudo, quando estes são quilombolas, um grupo culturalmente diferenciado e possuidor de formas próprias de organização social.

Não há opções de lazer e cultura ou esporte oferecidos para os jovens pelo Poder Público, o que de alguma forma, leva-os a construir as suas próprias estratégias como a realização de jogos em campos de futebol improvisados, as reuniões em volta das árvores e dos bares da comunidade e a organização de um grupo de jovens para a preservação da cultura local como é o caso do grupo cultural “As Pastorinhas”.

Com relação à infraestrutura da comunidade, semelhante ao que ocorre em outras comunidades quilombolas do Brasil, a Tapera Melão registra graves problemas de abastecimento de água, pois não dispõe de mananciais e só agora está sendo estruturada a rede de abastecimento após longos anos de reivindicação por parte dos moradores. Sobre este assunto trataremos de forma mais específica ao final deste capítulo. Podemos verificar nas atas da associação que este tema desde o ano 2000 é constantemente debatido e fez parte das promessas de um grande número de políticos do município. Só com a ação dos moradores através da associação local foi firmado convênio entre esta e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CAR, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional para a construção de cisternas para captação de água de chuva e dessa forma amenizar o problema.

No que se refere à serviços de saúde na comunidade não há nenhum posto de saúde da família e por isso os moradores deslocam-se até a comunidade do Santo Antônio ou até a própria sede do município. Para tanto, fazem uso do transporte escolar ou de carros conhecidos como “carros de linha” que atuam como coletivos dentro da própria zona rural do município e desta para a zona urbana. Há uma completa dependência dos serviços oferecidos na sede de Irará, o que ocasiona uma movimentação constante dos moradores.

## **2 O CONTEXTO DE VIDA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA TAPERA**

O grupo Beijuzeiras da Tapera é formado por 25 mulheres quilombolas que tem entre 25 e 65 anos. Todas as mulheres do grupo tem sua origem na própria comunidade e sempre trabalharam nas atividades da agricultura familiar. Relatam que ainda crianças e adolescentes, começaram a trabalhar, primeiramente com a família “ cuidando ” dos irmãos e nas atividades da roça. Depois com o marido. Na agricultura atuam preparando a terra, colhendo e cuidando dos animais.

Todas as mulheres se autodenominam pretas, assumem-se quilombolas e informam que participaram em 2010 dos debates na associação que culminaram com a solicitação do reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. Reconhecimento este que ocorreu em dezembro de 2010, quando a FCP emitiu certidão atestando que a Tapera é uma comunidade quilombola.

Quase todas são casadas e muitas tiveram filhos bem cedo. A escolaridade das mulheres é considerada baixa pois apenas 5 mulheres possuem segundo grau completo. Em contrapartida, as sócias do grupo participam de cursos promovidos pelo SEBRAE e CESE com o objetivo de qualificar o trabalho, porém essas ações são ainda muito tímidas não reverberando alterações na forma de produção e comercialização, pois ainda não contribui para garantir o enquadramento do grupo em todos os princípios da Economia Solidária.

## **3 DO PLANTIO DA MANDIOCA À FABRICAÇÃO E VENDA DOS BEIJUS – “É DAQUI QUE VEM O NOSSO SUSTENTO”**

O grupo Beijuzeiras da Tapera está intimamente ligado à realidade da comunidade da Tapera, seja do ponto de vista das dificuldades e impasses

existentes, seja das expectativas e experiências de vida. É significativa a participação das mulheres integrantes do grupo nas atividades da Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão, inclusive elas utilizam o CNPJ da associação. É a associação que garante a documentação já que o grupo não é registrado. Para as beijuzeiras, a legalização é considerada um problema devido aos custos, onerosos do ponto de vista do padrão de vida destas mulheres.

O grupo foi criado no ano 2000 em meio a uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres e de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, conforme vemos no relato abaixo:

O grupo Beijuzeiras da Tapera começou assim: A gente já trabalhava individual, cada pessoa trabalha em sua casa. Ai a gente foi convidada através da EBDA pra participar de uma Feira Nacional da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro. Aí a gente se juntou com outros grupos pra trabalhar no coletivo lá, na feira, pessoas que a gente nem conhecia, de outros municípios. Foi eu e Vanessa aqui da comunidade. Aí quando a gente chegou lá a gente achou legal trabalhar no coletivo. A gente viu lá que com pessoas de outro município deu certo, imagine aqui como o pessoal da própria comunidade. Chegou aqui a gente juntou e conversou com todo mundo que trabalhava com beiju na época e começou a discutir isso, da gente trabalhar junto. Aí depois a gente trabalhou na Feira da Mandioca aqui em Irará, junto já. E depois apareceu a proposta do PNAE e aí a gente falou, a gente vai trabalhar junto pra ver se vai dar certo e aí a gente se juntou, começou a trabalhar e está até hoje. (DEPOIMENTO DE MARIA DE FÁTIMA BISPO, 33 anos, em 20/11/2013)

Do que foi possível apreender, a opção das entrevistadas por participar de um Empreendimento Econômico Solidário não se restringe a motivações de ordem econômica. Tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios, participar do grupo significa também estreitar laços de sociabilidade, como amizade. As entrevistadas não se referem a um trabalho qualquer, mas a uma atividade considerada “prazerosa”, pois possibilita o convívio e a união entre elas para enfrentar as dificuldades. Alegam também, a participação no grupo, produzindo os produtos derivados da mandioca, como sendo uma forma de preservar a cultura.

O trabalho coletivo é bem melhor de ser realizado, porque eu trabalhando só é uma coisa, trabalhando mais de uma pessoa é diferente. Tem pessoas aqui que não trabalhavam. Quando a gente começou, a gente começou só com quem fazia beiju e hoje não. Eu tenho uma colega que quando eu cheguei na casa dela, ela

cozinhas lá fora, em cima de uma tábua, como a gente chama aqui um estaleiro e botava duas trempe pra cozinhar. Eu achei aquilo uma coisa absurda, aí eu falei assim, vambora fulana trabalhar com a gente e ela, ah mas eu não sei fazer nada. Aprende. Hoje você vê a melhora de vida né, já tem geladeira. Mesmo sendo pouco, mas aqui é dinheiro certo que você recebe, você pode fazer alguma coisa por você mesma e pela comunidade. Porque igual essa moça que eu citei, ela vivia lá, quando ela veio participar, a vida dela melhorou. Eu acho que ajuda tanto ao grupo quanto a comunidade em si. E hoje a gente tá com 19 pessoas mulheres, a gente começou com 9. Então acho que é uma coisa que ajuda muito a comunidade. Além de ser uma coisa divertida, a gente trabalha junto é muito bom, aumenta a nossa autoestima, a gente tem o nosso dinheirinho, não precisa tá somente dependendo dos homens porque hoje, entre aspas, os homens estão quase piores do que as mulheres e hoje as mulheres estão mais buscando uma melhora de vida, não estão mais no comodismo e estão procurando o melhor pra si. Mesmo porque quem vê a dificuldade da casa é a mulher, os homens nem se tocam pra isso, né. A mulher as vezes que lavar uma roupa e não tem um sabão, a mulher que tá ali as vezes quer ter uma geladeira, quer ter um fogão melhor e os homens não são muito voltados pra isso e essas coisas ajudam muito as mulheres nessa parte. (Depoimento de Maria de Fátima Bispo, 33 anos, em 20/11/2013)

A atividade desenvolvida está diretamente relacionada com a cultura agrícola local – a mandiocultura – e, portanto, a disponibilidade da matéria-prima. Vale ressaltar que na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, cabe às mulheres a produção de beijus, bolos, bolachinhas, etc., embora elas também participem do plantio e da colheita da mandioca, além da fabricação da farinha.

Além de participar de todas estas etapas, são as próprias beijuzeiras que vendem os produtos aos sábados na feira, participam de feiras em outros locais, exibem seus produtos para serem comercializados para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Predomina a produção coletiva e a comercialização frequentemente é feita de forma direta com o consumidor e no espaço da feira livre.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelo grupo do ponto de vista do próprio grupo. Entre as mais frequentes figuram a precariedade da infraestrutura, problemas com o escoamento da produção e acesso a mercados, necessidade de máquinas e instrumentos adequados à produção, dificuldade de acesso a crédito e recursos, e necessidade de capacitação, aprimorando o aprendizado da Economia Solidária.

#### 4 AS INTERAÇÕES ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA FEMININA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A Economia Solidária tem contribuído de forma substancial para quebrar a invisibilidade das mulheres na economia, de um modo geral. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária (2010-2012), 43,6% dos sócios dos EES são mulheres. Esta é uma realidade que mostra uma forte identificação das mulheres com a Economia Solidária. Ao tentar explicar o fenômeno, Nobre (2009) afirma que

A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim sua participação nos grupos pode ser vista como transitória. Ao passo que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproximam dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos do seus costumes. Se bem que estas representações estão mudando nas gerações de mulheres, que projetam expectativas de carreira e permanência no trabalho assalariado.

Para as mulheres, as práticas de ES podem ser espaços para exercitarem vivências de igualdade e de autonomia visto que durante muito tempo, estas viveram confinadas no espaço privado da casa, do cuidado com marido, filhos e seu trabalho quase nunca era reconhecido como trabalho produtivo.

Ao buscar conexões entre a Economia solidária praticada por mulheres e a vida nos quilombos sob o ponto de vista sócio- histórico e político encontraremos elementos fortíssimos de confluência que se reproduzem e se perpetuam através de símbolos, práticas e códigos de sociabilidade.

De acordo com Fiabani (2012) as primeiras manifestações sobre a estrutura econômica dos quilombos tiveram como modelo a confederação de Palmares. O autor afirma que a maior parte dos quilombos brasileiros teve a agricultura como base econômica e os produtos mais cultivados parecem ter sido a mandioca e o milho. Um traço marcante da organização quilombola foi o estabelecimento de relações de trocas com a sociedade extra quilombola. O autor acredita que todos os mocambos, como também eram chamados os quilombos, tiveram alguma relação com o mundo externo. Estas trocas podiam ser de produtos quilombolas por bebidas, ferramentas, armas, munição, etc. O fato é que os antigos quilombos já praticavam uma economia que não estava baseada exclusivamente em



trocas monetárias, mas na garantia das condições de manutenção da sua estrutura social e política.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de produção dos beijos, bolos e bolachinhas pela mulheres quilombolas da Comunidade Quilombola da Tapera Melão vem contribuindo de forma substancial para a geração de renda a partir de produtos que podem ser considerados marcas identitárias da comunidade. A resistência destas mulheres em produzir e comercializar seus produtos seguindo os princípios da Economia solidária reforçam os laços entre os quilombolas, ao mesmo tempo que os fortalecem na construção de uma cultura política pautada na cooperação e na autogestão, na medida em que encorajam os moradores a construir as suas estratégias de sobrevivência e de superação para os problemas históricos que afligem comunidades com estas especificidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e novas etnias**. Revista Palmares. Brasília, v. 5, p. 163 – 192, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terras de preto, terras de Santos, terras de índio: uso comum e conflito**. In: MARIN, Rosa Azevedo (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categoria*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 39 – 66.

BRASIL, Constituição (1993). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CRUZ, Antonio. **A construção do conceito de economia solidária no Cone Sul**. NESIC – Núcleo de economia solidária e incubação de cooperativas. 2007. Disponível em: <[anta-res.ucpel.tche.br/nesic/publicações.antonio.php](http://anta-res.ucpel.tche.br/nesic/publicações.antonio.php)>. Acesso em 27 out.2013.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias – Contextos e Redes na Construção de Ações do Governo Federal voltadas à Economia Solidária**. 2012. 472f. Tese Doutorado em Sociologia Universidade de Brasília, 2012.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão** – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes ( 1532 – 2004 ). 2. ed., São Paulo : Expressão Popular, 2012.

FRANÇA FILHO. Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. **Economia Solidária e Dáviva**. Organizações & Sociedade, Salvador, v. 6, nº 14, janeiro/abril, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Via Sustentável Solidária no Desenvolvimento Local**. Organizações & Sociedade. Salvador, v. 15, nº 45, p. 219 – 232, Abril/Junho, 2008.

\_\_\_\_\_. CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de Redes Locais de Economia Solidária**: Lições e aprendizados a partir da experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodo-logia da ITES/UFBA. Organizações & Sociedade. Salvador, v. 16, nº 51, p. 725 – 747, Outubro/Dezembro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Prática em Economia Solidária**: problemática, desafios e vocação. Civitas. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155 – 174, janeiro/junho, 2007.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular – Traçando Fronteiras Conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, V.12, M. 1, p 9-19, junho 2002.

NEVES, Delma; MEDEIROS, Leonilde ( Orgs ). **Mulheres camponesas** – trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Colonização do Sertão da Bahia e Formação dos Quilombos de Irará**. Revista África e Africanidades, ano 2, nº 7, novembro/2009.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e memória entre quilombola em Irará-BA**. 2008. 222f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, 2008.

## O LÁPIS E A ENXADA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA E UM SABER PARA UM NOVO PARADIGMA NA AGRICULTURA

Carlos Schmidt<sup>61</sup>; Gladis Kalil<sup>62</sup>; Cristiane Giaretta<sup>63</sup>; Matias Köhler<sup>64</sup>; Rafael  
Augusto Braga<sup>65</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar uma atividade de extensão do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) focando na construção de uma alternativa de exercício do paradigma de produção agroecológica partindo do diagnóstico da situação do Grupo Mulheres da Terra, alvo desta ação extensão, relatando as ações na área produtiva e de comercialização, bem como os processos auto gestionários resultado da atividade de planejamento realizado pelo coletivo. Além da análise concreta se discute questões teóricas associadas a esta análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura ecológica, gênero, economia solidária.

### 1 INTRODUÇÃO

Existe uma tendência que vem se consolidando a partir dos anos 50 no mundo em geral, e no Brasil em particular, de produção agrícola baseada no uso intensivo de capital, entre os quais adubos químicos e defensivos agrícolas, que tem encontrado oposição de parcelas da população, principalmente dos pequenos agricultores que se organizam como movimentos sociais, particularmente a Via Campesina. Estes movimentos encontram suporte ainda escasso entre os pesquisadores das Ciências Agrárias e Biológicas. Não obstante, várias iniciativas têm sido tomadas no sentido de desenvolver experiências que, entre outras coisas, visam à construção e afirmação de um novo paradigma de produção agrícola.

---

<sup>61</sup> Doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHSS) Paris, professor aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) c.ximitao@gmail.com

<sup>62</sup> Mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)/ Instituto de Investigação da Indústria Alimentícia de Cuba, nutricionista do Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS): kalil.gladis@gmail.com

<sup>63</sup> Acadêmica de Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): krispt@gmail.com

<sup>64</sup> Graduado em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Técnico do Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS).

<sup>65</sup> Acadêmico de Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsita CNPQ Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS): agarb.leafar@gmail.com

Este paradigma se baseia na produção agroecológica, onde além de usar insumos que não sejam agressivos a natureza e a saúde humana, busca uma forma de produção onde a autonomia dos produtores e sua cooperação seja desenvolvida (Schimidt. C). No que se refere à distribuição dos produtos, procura-se uma relação direta com os consumidores, através da venda direta em feiras e as compras públicas.

Do ponto de vista da preservação do trabalho dos produtores, procura-se a eliminação dos diversos tipos de intermediação que implicam na apropriação por agentes externos do trabalho dos agricultores, tanto no que se refere ao fornecimento de insumos quanto ao escoamento da produção.

O objetivo geral das nossas intervenções enquanto extensionistas universitários é aparelhar @s agricultores para desenvolver projetos que estão, a priori, definidos politicamente pelos movimentos dos quais el@s participam, definição essa já exposta acima. Assim, este artigo consta da apresentação de um referencial teórico e metodologia do trabalho de extensão, relato de atividades e ações que têm sido desenvolvidas com o grupo no assentamento, uma apresentação de dados exploratórios para diagnóstico da situação atual sobre as condições sócio-econômicas do Grupo Mulheres da Terra, e, na última seção, as considerações finais, onde faremos a síntese dos elementos tratados no artigo e a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa agroecológica.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A Economia convencional (Ortodoxa) parte do princípio que os indivíduos se mobilizam para o trabalho exclusivamente pelo seu interesse de maximizar sua situação individual. Já os trabalhos originados nos estudos de Marcel Mauss desenvolvidos por Caillé identificam outras lógicas da ação econômica, como a dádiva, reciprocidade, empatia e altruísmo, que estão na base do comportamento cooperativo e solidário.

As relações sociais presentes no grupo estudado incorporam todos estes elementos. Tanto as pessoas buscam uma melhoria de renda individual (familiar), como trabalham de forma cooperada e tem como referência elementos que

escapam do interesse individual descrito pela economia ortodoxa, como trabalhar em harmonia com o meio ambiente e produzir alimentos saudáveis.

A metodologia utilizada para desenvolver nosso estudo aplicou questionários objetivos, de onde se retiram dados quantitativos, e através da nossa prática extensionista buscamos desenvolver elementos que estavam na base do comportamento solidário antes referido.

São pessoas que na sua vivência se envolveram em lutas sociais que dialogavam com os valores de solidariedade e cooperação, aos quais se acrescentou nosso trabalho de extensão. Isto significa que se tratou de uma pesquisa-participante onde os pesquisadores também eram atores do processo.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO COLETIVO**

A caracterização do Assentamento Filhos de Sepé, por Diehl (2011), confere que está inserido no distrito de Águas Claras, que pertence do município de Viamão (Figura 1), na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, e da Microrregião de Porto Alegre. Possui uma área territorial aproximadamente 11.000 hectares. Quanto a história da ocupação deste espaço, até 1954 a área de estudo pertencia à Mario Azevedo que a utilizava para a produção de gado, arroz e para caça, posteriormente adquirida pela família Bopp, foi desmatada para cultivo de feijão milho e pecuária de corte. No ano de 1959, foi comprada por Breno Alcaraz Caldas que visando o aumento da produção, realizou obras de macro-drenagem, que foram acompanhadas pela execução de um canal de 35 km pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). No ano de 1985, é vendida para a empresa Incobras Agrícola S/A, que realizou mais obras de drenagem, irrigação e canalização, incluindo a Barragem Águas Claras. Em 1998 inicia-se pelo processo que caracteriza a área para a reforma agrária. O Assentamento Filhos de Sepé, foi criado em 14 de dezembro de 1998, através da portaria INCRA/SR – 11 Nº 81/98. As famílias assentadas são provenientes de 115 municípios do estado do Rio Grande do Sul e grande parte da região do Alto Uruguai.

As 376 famílias mostram uma grande diversidade de experiências e identificação com o campo, pois, anteriormente eram “agricultores familiares, proprietários, e arrendatários, com vivências nas culturas de fumo, hortaliças e arroz irrigado além da pecuária leiteira” (DIEL, 2011) e outros, desempregados urbanos

(vendedores, motoristas de caminhão, frentistas, empregadas domésticas, pedreiros e serventes de obras). Atualmente, cerca de 70% das famílias realiza suas atividades econômicas desenvolvidas na área de estudo por estas famílias são relacionadas em sua maioria com a criação de pequenos rebanhos de gado bovino, ovino e suínos, além de aves, produção de mel, de arroz em áreas inundadas e em nossa especial atenção à produção de frutas e de hortaliças, leguminosas de forma orgânica pelo grupo Mulheres da Terra.

Este coletivo surge a partir de divergências com a antiga cooperativa, e segundo sua própria interpretação acreditavam que existia pouco espaço para a ampla participação, sobretudo das mulheres na referida cooperativa.

Outros fatos em torno da gestão dos recursos hídricos decorreram, pois o assentamento está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), e parte de seu território foi constituído como Refúgio de Vida Silvestre cabendo assim conduzir ações coerentes social e ambientalmente e que potencializam as exigências ambientais sobre o manejo dos recursos naturais.

### 3.1 FAIXA ETÁRIA, SEXO, ESCOLARIDADE

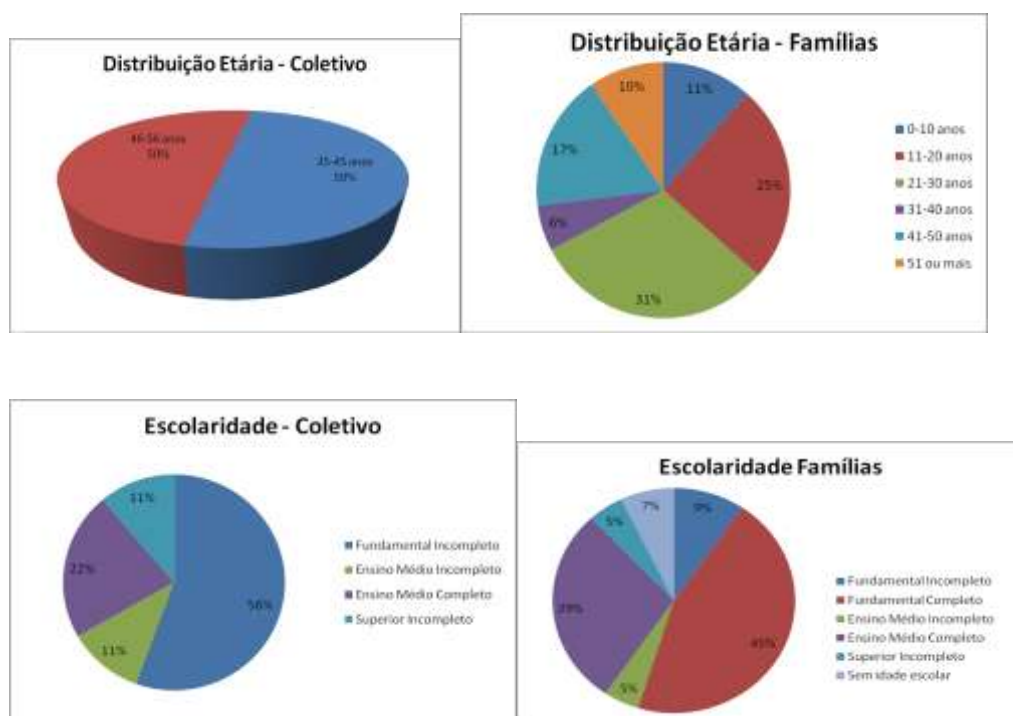
O grupo é constituído por 12 famílias, predominantemente mulheres que se encontram na faixa etária entre 35 a 56 anos (metade entre 35 a 45 anos e metade de 46 a 56 anos). Quanto à escolaridade, 56% do coletivo têm Ensino Fundamental Incompleto, 11% Ensino Médio Incompleto, 22% Ensino Médio Completo e 11% Superior Incompleto. Comparado com os dados de Viamão, a escolaridade dos integrantes do grupo (44% tem ensino fundamental completo) está um pouco abaixo do índice municipal que é 57,55%. A pesquisa foi realizada com 9 famílias.

Por sua vez a faixa etária dos membros das famílias, que totalizam 44 pessoas, ou seja, em média 5,5 membros por família, distribuídos da seguinte forma: 11% de 0 a 10 anos; 25% de 11 a 20; 37% de 21 a 40 e 17% com 41 a 50 anos e 10% com 51 ou mais anos.

Os dados que apresentamos representados nos gráficos abaixo mostram que tanto o grupo de mulheres mais diretamente engajadas no projeto, quanto seus respectivos grupos familiares estão em uma faixa etária de plenitude da capacidade produtiva.

Quanto à escolaridade das famílias 9% têm Ensino Fundamental Incompleto, 45% Ensino Fundamental Completo, 5% Ensino Médio Incompleto, 29% Ensino Médio Completo, 5% Ensino Superior Incompleto e 7% não tem idade escolar. Observou-se que a maioria dos integrantes das famílias, em idade escolar, encontra-se nas etapas compatíveis às suas idades.

Os elementos vistos acima mostram de um lado que o potencial produtivo do coletivo, tanto pela idade, quanto pela escolaridade nos dão a perspectiva de desenvolvimento favorável econômico e social. Assume-se que o desenvolvimento da escolaridade proporciona uma melhora da qualidade de vida e também da capacidade produtiva, sendo estes os principais fatores para evolução organizativa do trabalho e da gestão.



### 3.2 CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO

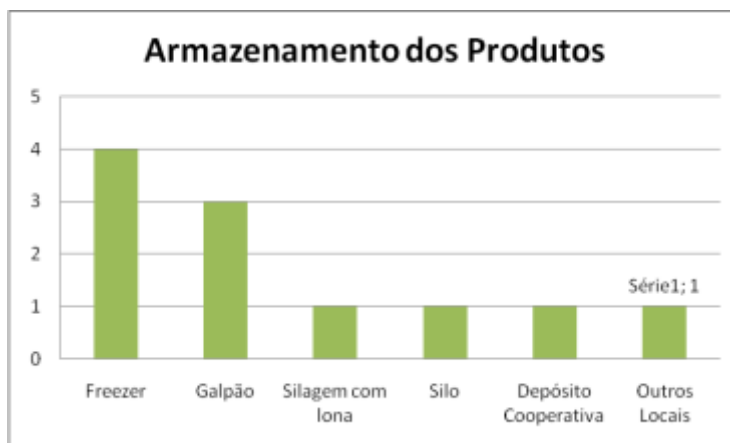
A maioria das famílias dispõe de uma área de terra de 16 ha, sendo que em alguns casos mais de um familiar obteve a titularidade de lotes. Estes lotes estão divididos entre uma área que é utilizada para plantio de arroz, feito de forma coletiva pelo conjunto do assentamento, e outra parte utilizada para produção hortifrutigranjeira, sendo – em média – 25% da área total utilizada para este fim.

Quanto aos equipamentos disponíveis, a maior carência verificada é a falta de tratores. Em geral, o serviço de tratoragem é contratado externamente, o

que incide fortemente sobre os custos de produção. Dos participantes do coletivo, apenas dois tem tratores de pequeno porte. A distribuição de implementos agrícolas é desigual. Podemos listar: arado de tração animal, carroça, cavalo, máquina manual de plantação, carpideira, silo.

No que se refere a equipamentos para produção não diretamente agrícola, é difícil distinguir aqueles que são usados para os consumos das famílias, como por exemplo: fornos, freezers, geladeiras, além de utilitários de menor porte (liquidificadores, batedeiras), com exceção da produção de paníficios como batedeira industrial, forno elétrico etc.

Em relação ao armazenamento dos produtos e insumos, o gráfico abaixo mostra as condições existentes.



Foi observada que a perda é variada conforme o tipo de produção, sendo no feijão e aipim em média 8%, das frutas in natura 15 a 20%, das quais uma parte serve para consumo animal ou produção de doces e não foi possível estimar os custos de armazenamento principalmente o custo de energia, devido a dificuldade e separá-los dos gastos gerais deste item.

Os gastos com alimentação em mercado variam de R\$150,00 à R\$ 700,00 havendo uma exceção de um gasto de R\$ 10,00 provavelmente devido à maior produção para o auto-consumo. A energia elétrica é um posto importante de despesa variando de R\$ 50,00 até R\$ 150,00 mensais. Já a água a variação é de R\$ 40,00 à R\$ 250,00. O telefone por sua vez representa um leque de despesas que vai de R\$ 25,00 à R\$ 250,00. Já a TV a Cabo, internet e assemelhados, apenas dois assentados dispõem deste serviço e os seus gastos são de R\$ 50,00 e R\$100,00. De modo geral pode-se constatar que no item serviços, os gastos gerais são significativos, chegando ao caso mais extremo de um gasto de R\$ 550,00 mensais.



No que se refere à educação existe um caso de que em uma das famílias há um estudante universitário em universidade particular, com mensalidade custando R\$ 600,00 e outro onde um membro da família é aluno de pré-vestibular com custo de R\$ 400,00 de transporte e R\$ 450,00 do referido curso. No que se refere à medicação, a maior parte utiliza medicamentos distribuídos pelo SUS, sendo que em um dos casos o gasto mensal é de R\$ 1.411,00 por ser importado. Os gastos com combustível têm múltiplas origens, desde equipamentos como motosserra e roçadeiras, além de frete para escoamento da produção e o uso do automóvel particular em deslocamentos, sendo os primeiros os de maior relevância, oscilando entre R\$ 80,00 e R\$ 1.200,00. Este último caso trata-se de um agricultor que transporta produtos para várias feiras do qual o grupo participa.

A renda do grupo analisado oriunda da atividade rural varia entre R\$ 1.600,00 a R\$ 12.000,00 mensais sendo constituída de uma parte correspondente a lavoura anual de arroz orgânico explorado coletivamente pelo conjunto dos assentados e outras atividades como criação de animais, panificação, agregação de valor a produtos da terra (geleias e pré-elaboração dos alimentos). No cômputo geral estes produtos e aqueles in natura são comercializados nas feiras descritas abaixo e outras formas de venda como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e resultam em valores bem superiores à cultura anual do arroz.

#### 4 RELATO DE ATIVIDADES E AÇÕES

As ações que têm sido desenvolvidas com o Grupo Mulheres da Terra são as seguintes:

a. Apoio à realização de feiras (2 nos campi da UFRGS e 1 no Centro Administrativo Estadual), compreendendo a obtenção da licença para utilização do espaço, divulgação através de materiais de propaganda (propaganda qualificada através da contextualização do processo produtivo, das relações sociais e da defesa da reforma agrária) e da presença de participantes do NEA dialogando com os usuários da feira. Apoio técnico com orientação da nutricionista e bolsistas da equipe.

b. Diversas ações têm sido desenvolvidas com o Grupo no sentido de aprimorar a produção ecológica de alimentos, priorizando a saúde das famílias envolvidas, do solo que as produz e de todos que se alimentam destes alimentos.

A primeira iniciativa foi a implementação de um Banco de Sementes Crioulas para Adubação Verde. O objetivo era a construção de um espaço de sistematização, socialização e trocas de conhecimento para capacitar e incentivar mulheres agricultoras, em diversas áreas de conhecimento e práticas que levem ao desenvolvimento sustentável e à geração de trabalho e renda com inclusão social.

Para isso, foram realizadas oficinas com atividades práticas e suporte técnico para qualificar os processos produtivos. A didática utilizada nos cursos e oficinas foi a metodologia participativa, baseados em conceitos pedagógicos de educação popular que possibilitaram um processo dialético de integração entre o conhecimento acadêmico e o saber tradicional.

A substituição das sementes crioulas pelas sementes do agronegócio tem causado drásticos processos de erosão genética e uma acelerada deterioração das culturas agrícolas responsáveis pelo uso e conservação da biodiversidade. A liberação para o cultivo dos transgênicos, que a cada dia ganha maior espaço, produzirá contaminações irreversíveis às variedades dos pequenos agricultores.

Ao encontro da necessidade de resgate e potencialização de uma produção de alimentos baseada em princípios agroecológicos apresenta-se a agricultura urbana e periurbana. A produção de alimentos nos espaços urbanos contribui para que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos de insegurança alimentar e nutricional. Do ponto de vista econômico, a pequena produção tem contribuído para a renda familiar, através da diminuição dos gastos com alimentação e saúde, das redes de troca e, eventualmente, da transformação e comercialização de excedentes de produção.

A diversidade das sementes selecionadas localmente, adaptadas ao sistema de cultivos, ao ambiente e às preferências culturais, é a matéria-prima para qualquer iniciativa de resgate e de transição agroecológica. A perda deste tipo de produção compromete o equilíbrio dos sistemas. Além disso, ao assegurar a reprodução de suas sementes, os agricultores se livram do uso dos insumos industriais e conseqüentemente fortalecem a sua capacidade econômica. Para o fortalecimento desta produção é de grande relevância a utilização de uma prática agrícola utilizada desde a antiguidade, a adubação verde. Com o objetivo de resgatar e fortalecer este tipo de produção, que será prioritariamente utilizada por aqueles que desenvolvem suas atividades através da agricultura familiar e também

para minimizar o comprometimento da produção de alimentos através do agronegócio e conseqüentemente das monoculturas é que se propôs a implementação do Banco.

Na perspectiva de expansão da técnica de adubação verde o banco de sementes criado pelo Grupo Mulheres da Terra está fornecendo sementes para o Grupo Mãos na Terra do Assentamento Nova Santa Rita que é outra área de atuação do NEA, desta forma está fortalecendo a rede de agricultores ecológicos reforçando as práticas de reciprocidade e cooperação, uma vez que o novo grupo assume o desenvolvimento do banco de sementes no seu próprio assentamento.

Além das atividades para a formação do Banco, também foi realizada uma atividade de extensão organizada sistematicamente na forma de Troca de Saberes sobre Botânica Camponesa. Essa atividade foi desenvolvida ao longo de um ano, por meio de encontros periódicos no Assentamento.

O objetivo dos encontros foi fomentar a prática e o (re)conhecimento de saberes associados e intrínsecos ao fazer da agricultura e da vida camponesa, conhecimentos estes que muitas vezes são negligenciados e desvalorizados. No entanto, demonstram o mesmo fundamento e relevância que o conhecimento produzido e chancelado pela academia.

Os encontros propiciaram diversas abordagens. Conhecimentos sobre as plantas relacionados com suas origens evolutivas, classificações sistemáticas e taxonômicas foram abordados por meio do reconhecimento de suas estruturas morfológicas e práticas de herborização e consultas a livros específicos. A vida celular e de microescala, rica em detalhes, foi explorada por meio de microscópios e lupas, permitindo ver estruturas antes não vistas, mas que coincidiram com seus saberes prévios.

Além do saber teórico, diversas práticas que fortalecem os sistemas de produção ecológico foram apreendidos e executados. O biofertilizante, insumo produzido a base de recursos vegetais com ação microbiana, incrementa e complexifica o sistema com nutrientes, prevenindo e diminuindo o ataque e alastre de pragas e doenças. A utilização da casca do arroz carbonizada em hortas, compostagem de resíduos, produção e aplicação de água de vidro – (silicato de sódio) uma mistura de água com cinzas e cal que fortalece as plantas –, são técnicas tradicionais, de baixo custo, que foram trabalhadas e incentivadas nos encontros.

c. Está sendo desenvolvido o estudo da área do assentamento com o uso das geotecnologias, a fim de implantar sistemas de irrigação independentes do uso de energia elétrica para bombeamento da água da barragem principalmente para os lotes das famílias integrantes do Grupo Mulheres da Terra (BRAGA Et al.)

d. A definição do conjunto de atividades que desenvolvemos junto com as agricultoras foi inserida num processo de planejamento onde após um diagnóstico e definição de metas a serem alcançadas as ações foram definidas e dentro delas a nossa participação. Acreditamos que o planejamento participativo, além de seus objetivos operacionais, é o principal espaço de definição democrática do funcionamento do coletivo em questão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Os dados colhidos junto às famílias dos agricultores mostram a viabilidade econômica e a vantagem social e ambiental da alternativa do paradigma agrícola praticado pelo grupo de agricultores.

Evidentemente, este estudo microeconômico e microsocial aponta, no limite, além da possibilidade de transformação econômica e social para o conjunto da sociedade, mais do que isto, para uma transformação civilizacional. Vemos nesse microcosmo o germe de uma sociedade solidária e libertária negada pela teoria neoliberal.

Os resultados econômicos são muito consistentes: o aumento de renda proporcionado pelas melhorias produtivas e pelas feiras aponta para valores que vão de R\$ 180,00 para R\$ 5.000,00, com valores intermediários de R\$ 600,00 e R\$ 2.000,00 (semanais e por família). Mesmo não havendo uma homogeneidade entre as famílias, acreditamos que a tendência é a redução das diferenças de ingresso (faturamento). Nossa expectativa é que os que são melhor sucedidos na área econômica, tenham um papel inovador à semelhança das elaborações de Schumpeter sobre esta questão. Devemos considerar que as despesas com a aquisição de alimentos são reduzidas na medida em que as famílias produzem para o auto-consumo.

É o papel da Universidade refletir sobre as experiências que desenvolve no seu trabalho de Extensão. Evidentemente, pela natureza do trabalho, aparece o viés dos extensionistas/pesquisadores. Não acreditamos em ciência neutra.

Estamos claramente contrapondo com o suporte de uma experiência realizada, uma forma de prática agrícola contraposta ao modelo convencional que se apoia no produtivismo e na mercadoria produtora de dinheiro. A nossa experiência, ao contrário, se apoia na autonomia, na autogestão, na solidariedade, na produção agroecológica e no respeito ao meio ambiente. Na nossa perspectiva, estamos caminhando na contramão da lógica do capital, onde o lucro precede a vida.

Reconhecemos que é uma experiência limitada, mas traz sinais inequívocos para construção no país, no continente e quiçá no mundo de uma transformação profunda das relações de produção e destas com a natureza. Acreditamos estar em consonância com as premências da humanidade no que se refere, inclusive, a sua sobrevivência física, e, por que não dizer, na sua necessidade de construir uma nova sociabilidade, mais justa e solidária.

Recebemos em nosso trabalho o apoio de algumas entidades do Estado (SENAES, MDA, etc.) infelizmente mitigadas pela pouca importância que as mesmas têm na alocação de recursos do Estado. Portanto, propomos o reforço dos recursos dirigidos às mesmas. A Universidade tem o papel de experimentar, sistematizar estas experiências, mas seria do Estado, em todas as suas esferas, a responsabilidade de sua generalização. Portanto, tanto do ponto de vista econômico, social e ambiental a criação de estruturas que tenham uma perspectiva holística da agricultura é de fundamental importância.

Na dinâmica descrita as relações de produção são igualitárias, ainda que conservando as diferenças individuais abrem espaço para todos se beneficiem das estruturas criadas, se apropriarem dos saberes frutos do sincretismo do conhecimento próprio ancestral e do conhecimento acadêmico, assim como numa relação desalienada com o fruto de seu trabalho onde as camponesas sabem como se produz, por que se produz, reconhecendo na sua atividade a finalidade de produzir alimentos para a vida no sentido amplo, isto é, preservando a sua saúde e dos destinatários de seu trabalho e da terra que é o suporte físico e simbólico da sua produção.

Certamente o trabalho que realizamos não esgota o conjunto de possibilidades do grupo apoiado. Vamos listar algumas das possíveis possibilidades de aprofundamento e extensão das atividades que estamos realizando:

1. Organização de atividades de “turismo rural”, aliás, sugestão dos próprios assentados. Este trabalho tem o objetivo de divulgar a reforma agrária,

agricultura ecológica e o trabalho cooperado que faz parte do projeto político do MST ao qual o grupo pertence.

2. Avanço no processo de comercialização incluindo entidades públicas (escolas, hospitais e universidades), bem como um sistema de cestas com os produtos agroecológicos para consumidores, com contatos privilegiados com os trabalhadores.

3. Agregação de valor aos produtos através de pré-processamento, e condicionado à financiamento, a produção de alimento orgânico para crianças de pequena idade.

4. Prosseguimento do estudo dos recursos hídricos do assentamento com o emprego de geotecnologias (sobrevoo com drone) para avaliar a topografia do local e assim, manter a disponibilidade de água nos meses em que as chuvas são mais escassas.

5. Buscar a homogeneização da geração de renda entre os participantes do grupo, através o aumento das menores rendas, onde a pesquisa revelou uma disparidade acentuada.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia: entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Estado. Porto Alegre. **Ensaio FEE**, vol.24, nº2, 2003.

BAVARESCO, P. A. Uma Análise das Condições das Famílias do Assentamento Anoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

BRAGA, Rafael A.; PEIXOTO, Jerusa S.; MATTOS, Renan, VIEL, Jorge; FARINA, Flávia **O uso de geoprocessamento no manejo da água: Caso do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS**.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, nº1, p. 205-227, jan. – abr./2004.

CAILLÉ, Allain. **Critique de la Raison Utilitaire**: manifeste du Mauss. Paris: la Découverte, 2003.

\_\_\_\_\_. **Théorie anti-utilitariste de l'action**: fragments d'une sociologie générale. Paris: La Découverte, 2009.

CARVALHO, H.M. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da Mulher**. Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre; UFRGS, 2002.

DIEL, R. **Gestão racional de recursos naturais de uso comum**: recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Departamento de Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FETRAF. **Sustentação da Renda Agrícola na Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em: [www.fetrafsul.org.br](http://www.fetrafsul.org.br). Acesso em 08 de dezembro de 2015.

GÖRGEN, S. A. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. Petrópolis: Vozes, 2004.

JOVCHELOVICH, S. **Os Contextos do Saber**: Representações Comunidade e Cultura. Petrópolis, Vozes, 2007.

MARIATEGUI, J. C. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Clacso, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologie e Anthropologie**. Paris: PUF, 2008.

PALUDO, Conceição (org.). **Mulheres, resistência e luta em defesa da vida**. Passo Fundo: CEB, 2009.

PINHEIRO, Sebastião. **A Máfia dos Alimentos no Brasil**. Porto Alegre: Juquira Candiru, 2005.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil, entre a troca e a a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamont, 2009.

SAMARY, Catherine. De L'emancipation de Chacun à L'intêrêt de Tout, e Réciproquement. In: **Contretemps**, nº 5. Paris: Textuel, 2002.

## JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: IMPLICAÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CAMPO E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Eduardo Martins Ferraz<sup>66</sup>; Renata Siviero Martins<sup>67</sup>

**RESUMO:** Apresentamos neste trabalho uma revisão bibliográfica, desenvolvida com a intenção de fomentar a temática da juventude rural como objeto de pesquisa. Frente análise da bibliografia utilizada, apontamos como principal implicação para uma juventude no campo, a conscientização e participação social e política. Para construção da reflexão que propomos neste trabalho, é necessário que voltemos os olhares para as diferentes formas de participação da juventude rural. Sugerimos os empreendimentos da economia popular solidária como aportes de efetiva participação política através da prática do trabalho autogestionário. Apontamos a importância de iniciativas em projetos de economia popular solidária como maneira de prática de cidadania. Acreditamos que a juventude rural, como objeto de estudos possa configurar um vasto lócus empírico. E que investigar as implicações e formas de participação política desta juventude na Economia Popular Solidária, pode revelar diferentes concepções do conceito de trabalho. Apontamos ao longo do texto alguns relevantes aportes para inclusão da temática aos meios acadêmicos.

**PALAVRAS CHAVE:** Juventude Rural. Economia Popular Solidária. Autogestão.

### 1 INTRODUÇÃO

Os diferentes contextos que envolvem a juventude rural, e a configuração dos jovens como agente políticos e participativos sugerem reflexões para tratarmos do tema com a devida atenção. É o que propomos fazer neste trabalho, através de contribuições teóricas e reflexões sobre as práticas de outros estudos empíricos já realizados e descritos na literatura científica. O objetivo é adensar o entendimento da juventude rural em espaços como os empreendimentos solidários, que sugerem lugares de relações humanizadas de trabalho e educação. E que nos quais a autogestão configura-se como maneira democrática de entendimento das relações do jovem do campo com o(s) mundo(s) do trabalho.

---

<sup>66</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais; Mestrando em Educação pela mesma Instituição. [eduardouemg@gmail.com](mailto:eduardouemg@gmail.com)

<sup>67</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Católica de Minas Gerais; Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. [renatasivieromartins@gmail.com](mailto:renatasivieromartins@gmail.com)



Sugerimos para entendimento do texto que a juventude seja vista como uma condição. Pois segundo Dayrell, o entendimento de juventude na perspectiva condicional, possibilita uma leitura desta fase do desenvolvimento humano em seus aspectos simbólicos, históricos e políticos. E ainda favorecem a compreensão dos modos de como a sociedade lida com essa fase da vida.

Acreditamos que a análise proposta neste trabalho possa contribuir para pensarmos a condição juvenil no meio rural, suas formas de participação política e as implicações na Economia Popular e Solidária. Com essa finalidade, para não fugir do escopo de um artigo, faz-se necessário pontuar que a definição de juventude rural além de uma categoria que representa identidades sociais no campo. Em sua maioria composta por pobres, que em seus aspectos sociais, sobretudo nas relações com o trabalho e educação, sugerem um *locus* fértil para o desenvolvimento de pesquisas empíricas.

Portanto, apontamos neste trabalho uma revisão bibliográfica, desenvolvida com a intenção de fomentar a temática da juventude rural como objeto de pesquisa. Além de apontar como principal implicação para uma juventude no campo, a participação social e política nos empreendimentos da economia popular solidária, através da prática do trabalho autogestionário.

Acreditamos que a construção do conceito de autogestão nos empreendimentos solidários possa constituir diferentes concepções de trabalho entre os jovens. Sobretudo nos significados elaborados a partir das relações com os saberes populares. Esperamos que a partir do desenvolvimento das concepções de trabalho, e autogestão a juventude rural possa ser entendida como protagonista de ações que favoreçam sua permanência no campo.

Vale ressaltar que o presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH–UEMG), sob orientação do Prof. Dr. José Peixoto Filho. A referida pesquisa tem por objetivo investigar e descrever a concepção de trabalho desenvolvida por jovens do campo através da participação social na perspectiva da Economia Popular e Solidária.

## 2 PARA ALÉM DA CATEGORIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO DA CONDIÇÃO DE JUVENTUDE.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estipula como população jovem brasileira todos os indivíduos com idade entre os 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) anos. Os estudos<sup>68</sup> desenvolvidos por este instituto têm o objetivo de contribuir para compreensão da evolução sociodemográfica da população jovem brasileira. E apontam a partir deste recorte etário, algumas pontos relevantes, como: situação educacional, fecundidade e nupcialidade. Além de sugerir que, neste segmento da população, configura a maior necessidade de implementação de políticas governamentais, comunitárias e empresariais. Ressalta-se que é nesta faixa etária que esta compreendida a população que mais pressiona a economia para criação de novos postos de emprego.

Diante disso, um caminho analítico para compreensão das diferentes formas de juventudes e seus aspectos de participação política, foi pontuar marcas na história da democracia brasileira. Para tanto, pontuaremos alguns episódios marcantes da história, lembrados e comentados por qualquer neófito no assunto. Para iniciar nossa construção, tomemos de base o combate ativo na luta contra a ditadura militar, além do adensamento na participação das manifestações em prol das eleições diretas. Toda história do Movimento Estudantil que resiste às agruras do tempo, e carrega cicatrizes irreparáveis dos “anos de chumbo” da história brasileira. E, contudo, ainda é palco da participação política de milhares de jovens pelo mundo a fora.

Em um histórico mais recente de participação da juventude brasileira, podemos pontuar: a figura dos ‘Caras Pintadas’ durante o ‘Fora Collor’; toda mobilização nas edições do Fórum Social Mundial; as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em 2013 nas ‘Manifestações de Julho’; a ‘Jornada mundial da Juventude’ durante a visita do Papa Francisco ao Brasil.

Contudo, após termos pontuado uma pequena parcela do histórico de lutas da população jovem brasileira deparamo-nos com a atual condição juvenil, sobretudo no meio rural, que ocupa o indevido ‘estado de coisas’ (Weisheimer, 2004). Este fato está relacionado com problemas decorrentes dos problemas decorrentes da migração do campo para cidade. Diante disso, uma das formas de

---

<sup>68</sup> População jovem no Brasil / IBGE. Departamento de População e Gerenciamentos Sociais – Rio de Janeiro; IBGE; 1999. 55p.

propor visibilidade e reconhecimento político deste segmento da população é apresentar a juventude rural como um objeto de pesquisas ainda pouco explorado. E que como em outros setores da sociedade, também demandam por políticas públicas.

(...) o atual estado das coisas, implica negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão (WEISHEIMER, 2004) (...).

Segundo Nilson Weisheimer, a situação de invisibilidade social atribuída à categoria da juventude rural configura uma das expressões mais cruéis de exclusão social. Este autor afirma que enquanto os jovens do meio rural permanecerem invisíveis à academia e ao sistema político, dificilmente entrarão na agenda governamental, permanecendo como “estado das coisas”. O aparente desinteresse da juventude do campo pelas questões agrárias, ganha consistência quando assumem o lugar de protagonistas do maior contingente migratório, conforme dados do IBGE, (WEISHEIMER, 2004).

Todavia, para construção da reflexão que propomos neste trabalho, é necessário que voltemos os olhares para as diferentes formas de participação da juventude rural. Que também configuram importantes fatos na consolidação do direito ao uso da terra, através de enfrentamentos contra o latifúndio, pela reforma agrária. Ressalta-se aqui, toda relevância da Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente sabe-se de efetivas frentes de participação política da Juventude Rural nas pautas e reivindicações de entidades de trabalhadores como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF) e organicamente no MST.

### **3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

Entender o surgimento do que se convencionou chamar de economia solidária ou economia popular solidária, delongaria o texto para um formato além do proposto. Contudo, é mister continuar a presente reflexão em uma contextualização histórica. Conforme aponta Singer (2002), o britânico Robert Owen apresentou ao

governo do seu país, em 1817, a possibilidade de ofertar trabalho aos pobres, organizando-os em Aldeias Cooperativas. Essa ação propiciaria a reformulação da distribuição de fundos de sustento que, deixariam de ser meramente distribuídos, para ser invertidos na compra de terras para construção das aldeias, onde produziriam sua própria subsistência.

Diante disso, e de modo resumido, demonstramos a saída encontrada na Europa para sanar a crise estabelecida a partir da Primeira Revolução Industrial, marcada principalmente pela superexploração do proletariado. E é neste contexto de surgimento do capitalismo industrial que também nasce a economia solidária, SINGER(2002).

No Brasil o surgimento dos empreendimentos solidários foi precedido pela criação das cooperativas de consumo, nas cidades, e das cooperativas agrícolas no campo. Grande parte dessas últimas, ganharam expressividade econômica e passaram a ser grandes empreendimentos do agronegócio. Contudo, nenhum desses empreendimentos foi ou é autogestionário, eram empresas com funcionários assalariados e não podem ser consideradas parte da Economia Popular Solidária, SINGER (2002).

Ainda conforme Singer (2002), durante as décadas perdidas de 1980 e 1990 aconteceu a desindustrialização do país e a conseqüente perda de milhares de postos de trabalho. Este momento de crise do emprego fez com que os movimentos sociais pudessem contribuir na organização dos trabalhadores para implantação dos PACS (projetos alternativos comunitários), para criação de cooperativas e na implantação do trabalho autogestionário.

No final da década de 1980, com as ações do movimento dos Trabalhadores Sem Terra que ao assentarem milhares de famílias decidem desenvolver a agricultura na forma de cooperativas autogestionárias. Para isso, implantam o Sistema Cooperativista de Assentados (SCA), que significou ampliação e diversificação dos empreendimentos. Outra saída para o desemprego da época, foi a ocupação de empresas falidas ou em vias de falência. Nas quais os empregados assumiam a direção das empresas, preservavam seus postos de trabalho com ajuda dos movimentos sociais e os princípios autogestionários, SINGER, (2002). E por essência, estes espaços de trabalho passavam a configurar ambientes de produção e troca de saberes e participação política.

Na atualidade, a composição dos empreendimentos de economia solidária no Brasil continua caracterizado pela presença da população pobre.

o público alvo dos programas é composto pelo extrato populacional mais frágil sob todos os pontos de vista: são os deserdados do capital, do conhecimento e do poder. São pessoas que precisam resolver o problema de sua alimentação no dia seguinte, sempre. Mas ainda não é só: sua cultura é a cultura da subordinação, do clientelismo, do assalariamento, da desproteção, do individualismo. não é a cultura da coletividade, da solidariedade (Cruz, 2002, p. 11, citado por Nardi et al, 2006).

Segundo Nardi et al (2006), a implantação dos projetos de economia solidária esbarram em questões de vulnerabilidade social e acabam por dificultar a participação política nos empreendimentos. Pois, não é simples romper com as práticas de alienação em que se produz ou reproduz o cotidiano dos programas de economia popular e solidária. Nos quais muito dos trabalhadores enxergam os empreendimentos como projetos e não como expressão da realidade posta. Neste contexto, os empreendimentos solidários aparecem como responsáveis por dar conta da falência da oferta de empregos. E acabam por assumir não só o lugar de alternativa de trabalho, mas sim como única alternativa de emprego.

Contudo, a organização de trabalhadores para o desenvolvimento de empreendimentos solidários nas áreas rurais já configuram um aporte de grande relevância para o desenvolvimento local e participação política. Conforme Nardi et al (2006), a dimensão social dos empreendimentos deve estar articulada à econômica e política para caracterização da Economia Solidária. Pois, os indivíduos deixam de ser reconhecidos unicamente como coadjuvantes da economia e adquirem o lugar de membros de famílias e de comunidades em pé de igualdade na esfera política.

Pensar as formas de participação social e política da juventude rural é pensar na preservação dos espaços rurais, que nas palavras de Santos (2000, p.96), configuram “(...) o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Portanto, a participação da juventude rural em empreendimentos solidários implica no estabelecimento de vínculos, no desenvolvimento de atividades capazes de atribuir aos jovens ações de desenvolvimento local através do trabalho e da autogestão.

Contudo, vale acrescentar à reflexão que a constituição dos empreendimentos solidários não dependem unicamente das formas de organização e participação dos trabalhadores que os compõem. Os programas de economia solidária também são marcados pela fragilidade. São na grande maioria, constituídos por pessoas pobres, sem grandes perspectivas ou aspirações. Acostumadas às relações de exploração do assalariamento, distantes da cultura da solidariedade e da coletividade. Sobretudo pelo tencionamento entre os mundos do trabalho formal e a perspectiva do trabalho autogestionário, que apontam para uma saída da crise estrutural do emprego.

Ressaltamos que a intenção não é atribuir à economia solidária a responsabilidade de salvação da humanidade. Mas de apontar a importância de iniciativas populares, acessíveis aos diversos mundos do trabalho. Muitas dessas ações são passíveis de implantação, sobretudo a partir órgãos de fomento e através de iniciativas do poder público. Por meio de Organizações não Governamentais (ONGs) e mediante a organização dos trabalhadores rurais. Visto que existem recursos públicos destinados à implantação e gestão destes empreendimentos.

Contudo, essas ações podem representar riscos ao regime democrático de gestão dos projetos de economia solidária. A dicotomia existente entre o ideal de cooperação e a lógica de mercado, configura uma relação tencionada entre o trabalho autogestionário e o individualismo. De um lado a forma igualitária nos rendimentos, do outro a postura de competição e lucratividade. E em meio a essa relação de tensão, podem surgir concepções de trabalho próprias da juventude rural marcados por lógicas de participação e organização. E que certamente configurariam aportes relevantes ao desenvolvimento local e à permanência da juventude no campo, sobretudo pela proposta de desenvolvimento local.

Diante das consequências que o esvaziamento do campo, através do movimento migratório pode trazer para a sociedade, além do aumento da população nas periferias das grandes cidades, o aumento das taxas de desemprego e marginalidade. Cabe destacar aqui, um problema que permanece nos meios rurais e circunda as famílias dos jovens que “vão embora do campo”, a sucessão familiar e seus desdobramentos na hereditariedade dos produtores rurais. Este é um dilema que atormenta o pequeno produtor rural, sobretudo os trabalhadores da agricultura familiar, e estão diretamente relacionados ao aumento do contingente migratório da juventude rural, Abramovay (1998) e Castro (2005).

Cabe ressaltar, que a intenção aqui não é depositar no fim da migração do jovem rural, toda responsabilidade de mudança na configuração da condição deste estágio da vida. Mas convidar a uma reflexão acerca do mundo do trabalho associado que se apresenta na organização dos trabalhadores da economia solidária.

Frente a uma nova perspectiva de organização econômica, PEIXOTO FILHO (2004) nos convoca a retomarmos as reflexões sobre a associação de trabalhadores como campo de luta. Pois essas associações apontam possibilidades de um novo direcionamento e novos modos de produção da vida. E que se estruturam com pilares pautados na solidariedade, ideias de reciprocidade e no desenvolvimento sustentável.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

Acreditamos que a juventude rural, como objeto de estudos possa configurar um vasto lócus empírico. E que investigar as implicações e formas de participação política desta juventude na Economia Popular Solidária, pode revelar concepções do conceito de trabalho. Portanto, estes pontos já configurariam relevantes aportes para inclusão da temática aos meios acadêmicos. Pois entender a condição de juventude para além de uma fase do desenvolvimento humano, contribuiria para definitiva entrada deste segmento da população na agenda governamental, e conseqüente fim da atual invisibilidade social.

Segundo Castro (2008), a discussão que hoje se faz acerca da participação social e política dos jovens toma importância fundamental na pesquisa científica, quando parecem existir indicações de que os jovens não se interessam pela política. Certamente que para refletir acerca das formas de participação social da juventude rural, talvez seja necessário um exercício de imersão neste campo empírico para além deste levantamento bibliográfico. Contudo, é necessário que esses jovens se apropriem da essência do trabalho solidário. Que além de sobrevivência pode trazer harmonia nas relações e respeito à vida.

Diferentemente, a hegemonia do sistema capitalista tem demonstrado ao longo da história que se nutre da exploração de trabalhadores e que sua finalidade precípua é o lucro. E que os trabalhadores, ao tomarem consciência do real caráter do sistema capitalista, devam se organizar e lutar contra o mesmo, FRIGOTTO

(2004). Pois, o objetivo dos trabalhadores, sob as demais formas de organização de governo ou economia (socialismo utópico, anarquismo ou socialismo científico), é romper com os grilhões da exploração capitalista. E associados de forma livre, produzir bens e serviços que satisfaçam as múltiplas necessidades de seres da natureza, seres sociais e culturais.

Para Frigotto (2004), a ideologia de uma igualdade a-histórica da natureza humana e, por consequência, de uma liberdade abstrata, dão às novas relações entre capital e trabalho, entre capitalista e trabalhador a base para a legalização da exploração. Diante disso, acreditamos que a participação da juventude na organização de um empreendimento solidário, contribua na construção e concepção de trabalho pautada nas relações com a autogestão.

De acordo com Gaiger (2004), a implantação de empreendimentos solidários consiste na assimilação de oito princípios: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Os aspectos humanos que acompanham estes princípios dialogam entre as diferentes formas de participação política e já denotam aportes para fortalecimento da condição de juventude rural.

E acredita-se que estes estudos apontem para o estreitamento das relações entre participação social e política, juventude rural e democracia. Contribua para o aumento do número de pesquisas acerca da juventude rural. Possibilitando o reconhecimento da juventude em seu local de desenvolvimento, seja nos grandes centros urbanos, ou na roça.

Espera-se com este trabalho realçar a necessidade de pensar em mecanismos que promovam a emancipação da condição de juventude rural, sem que este deixe o campo. E apontamos como grande desafio e implicação, promover no jovem rural, o reconhecimento de cidadania. A possibilidade de assumir-se integrante da *polis* ou da nação. E que através da participação política, da luta pela educação e pelo trabalho, ocupar o lugar devido na agenda governamental, e sair definitivamente do estado de coisas, através do reconhecimento como cidadãos de direito.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (et al.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios – Brasília: Unesco, 1998.
- Castro, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PP
- CASTRO, Lúcia Rabello de,. Participação política e juventude: do mal – estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 16. Nº 30
- FRIGOTTO, G. Prefácio. In PIKANÇO, I; TIRIBA, L. **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 9 – 17.
- LIMA, Licínio C. Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia? **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 23, 2005, 71 – 90.
- Nardi, H. C., Yates, D. B, Fernandes, J.M. & Carpenedo, M. (2006). Subjetividade e Solidariedade: A diversidade das formas de implicação dos Jovens na Economia Solidária. In: **Psicologia** : Reflexão e Crítica, 19 (2), 320 - 328.
- PEIXOTO FILHO, José Pereira. **Puxando o fio da meada**: educação popular e produção associada. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 33 – 53.
- PETERSEN, F., Souza, T. G., & Lopes, A. A. (2014). Relações entre autogestão e cidadania: O papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, 26 (2), 483 – 495.
- PIKANÇO, I; TIRIBA, L. **O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”**. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 19 – 32.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 96.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2002.
- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.; 21 x 28 cm. – (Estudos NEAD; 7).

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – FAZENDA NOVA CANAÃ, IRECÊ - BA.

Leonardo Alves Porto Vitorio<sup>69</sup>; Medson Janer da Silva<sup>70</sup>;  
Jonielson Rodrigues Vieira<sup>71</sup>.

**RESUMO:** A construção de um novo projeto de desenvolvimento depende da capacidade de organização dos atores do próprio Território. O estudo de caso desenvolvido no Território de Irecê, no empreendimento Fazenda Nova Canaã, tornou-se economicamente sustentável pela sua abrangência e por ser um exemplo de desenvolvimento, demonstrando eficiência e eficácia em seus resultados, por fornecer alimentos orgânicos de qualidade. À medida que os custos da produção de alimentos diminuem, os recursos poupados poderão ser investidos em outros projetos de desenvolvimento, visando o alto ganho social, gerando renda suficiente para custear a produção, comprovando que a viabilidade de produtos alternativos da agricultura familiar, servindo de abastecimento próprio. Espera-se que com a venda no comércio do excedente, venha melhorar a qualidade de vida das associações na produção coletiva e solidária, por ser uma experiência exitosa, está servindo de exemplo de sucesso às associações de produtores rurais do município de Irecê.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

### 1 INTRODUÇÃO

A Fazenda Nova Canaã localiza-se no Território e Município de Irecê a uma distância de 480 km de Salvador. É uma iniciativa da Associação Beneficente Projeto Nordeste, com fins filantrópicos que visa resgatar e inserir crianças e jovens na sociedade através de formação educacional – ed. infantil a 3ª série do ensino médio, em uma faixa etária de 4 a 16 anos.

De acordo com o site oficial do programa Nova Canaã, 551 crianças e jovens vivem em constante aprendizado, realizam práticas de esporte, contam com atendimento médico, odontológico e psicológico e a Entidade ainda emprega cerca de 150 pessoas ligadas direta ou indiretamente na manutenção e operação do empreendimento.

---

<sup>69</sup> Biólogo, Analista Técnico Agrícola do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). *leoalvesbiologo@gmail.com*

<sup>70</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Fitotecnia pela ESALQ/USP e Doutor em Geografia Humana pela USP, Professor da Faculdade Irecê. Coordenador do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). *medsonjaner@hotmail.com*

<sup>71</sup> Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, Agente Sócio Produtivo de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). *jonielsonvieira@hotmail.com*

Atualmente a fazenda possui um custo mensal alto com a compra de proteína animal e vegetal para suprir as 700 refeições oferecidas aos alunos e funcionários duas vezes ao dia. Partindo dessa problemática, o objetivo geral desse trabalho é avaliar e apontar soluções para o desenvolvimento sustentável das atividades de manutenção da Fazenda Nova Canaã.

Com os objetivos específicos espera-se alcançar a diminuição dos gastos com proteína animal e vegetal através da implantação da agroindústria de frango semi-caipira e estruturação do sistema mandala de produção de frutas, legumes e verduras (FLVs), método este, mais eficiente de produção para região semiárida, já que se gasta menos água no processo de cultivo, além de proporcionar melhor aproveitamento do solo com o cultivo de várias espécies numa mesma área.

Também será possível proporcionar aulas práticas de campo aos estudantes na produção de (FLVs), incluindo suas famílias, para mostrar a importância da viabilidade econômica e da economia solidária, que poderá ser praticada também nas comunidades rurais onde vivem, visando o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O Território de Irecê está localizado no semiárido baiano e faz fronteira ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina e a leste com Piemonte. Possui atualmente 20 Municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentil do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique, com uma população de 418.166 pessoas (PTDRS, 2010).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2010), destaca que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em uma energia crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. É dentro dessa lógica de pensamento, que a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE descreve os centros públicos de Economia Solidária:

Os Cesol's são instrumentos importantes para a consolidação de uma política pública transversal para a economia solidária na Bahia, convergindo diversas ações de formação, assistência técnica, divulgação, comercialização, crédito, expressão cultural e articulação social e política do movimento de economia solidária. São, portanto, centros de excelência e difusão da economia solidária que oferecem condições para o desenvolvimento do Território de Irecê com ampla participação da sociedade civil.

Reforçando este contexto o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta alguns princípios importantes para a economia solidária:

**Cooperação** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;

**Autogestão**, as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

**Ação Econômica** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

**Solidariedade**, a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável. (MTE, 2015).

O Desenvolvimento e a escala humana se constroem a partir do protagonismo real, verdadeiro de cada pessoa. Em consequência se deve privilegiar toda diversidade cultural, étnica, total igual de autonomia dos espaços em que cada pessoa seja, e se sinta protagonista. (SILVA 2000 - et al, p: 30).

O lugar é o receptor da flecha do tempo, é o espaço do acontecer solidário o futuro está no lugar, e ainda que o lugar seja o revelador e escancara o mundo, ou seja, pelo lugar podemos encarar o mundo e tudo acontece no lugar. O Desenvolvimento Sustentável de um local ocorre a partir das ações de seus atores, da aptidão e perfil da região, a qual vai consolidá-lo como identidade. A agricultura alternativa tornou-se um grande negócio para o produtor rural, por ser um segmento rentável e dinâmico do complexo rural, com um investimento pequeno e de retorno rápido.

Considerada de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social, pois, desempenha o papel de alavancar vários

outros segmentos de produção de alimento e qualidade de vida. Pesquisas com culturas e métodos alternativos, baseados nos saberes e fazeres locais indicam opções para pequena empresa rural, a ração de subprodutos da cultura da mandioca, engorda de frango caipira com ração alternativa de mandioca, suínos e bovinos em regime de semiconfinamento, além das culturas alternativas de cará, inhame e gengibre, consideradas culturas de múltiplo aproveitamento, tanto na alimentação humana como animal, são excelentes fornecedoras de matéria orgânica para o solo com sua parte aérea, os quais podem ser considerados ecológicos, pois não apresentam inimigos naturais, dessa forma, não lhes são necessárias às aplicações de defensivos agrícolas.

A utilização destas culturas animais e vegetais, consideradas alternativas, facilita o pequeno produtor, pois são culturas resistentes, que não demonstram tecnologias de ponta, agregando valores aos produtos, com isso, maximizando lucros e minimizando custos, o que contribui para geração de renda do segmento rural, fixando o homem ao campo e promovendo uma identidade local, (SILVA et al, 2000).

A agricultura familiar é uma unidade de produção onde se relacionam intimamente trabalho, terra e família. Ela não representa uma classe social, nem o resultado de uma diferenciação social entre o agricultor familiar (exploração moderna com mão-de-obra familiar e inserida no sistema capitalista) e o camponês (categoria social atrasada e não capitalista). Acreditamos então, que seja mais adequado uso da expressão produção familiar que agricultura familiar, já que nessas unidades não desenvolvem somente atividades agrícolas, (VALE, 2002).

A família rural é que seria um grupo que divide o mesmo espaço e tem em comum a propriedade de um pedaço de terra e, geralmente é formada por pessoas ligadas por parentesco e consanguinidade. Para SCHNEIDER (2001) citado por VALE (2002).

e é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é uma função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo.

A família pode então ser considerada como um agente integrador e a racionalidade econômica que determinam a produção e a reprodução dos seus valores. O grupo familiar deve então, ser valorizado por integrar seus membros e dar sentido a suas relações sociais. Mas, em nível de comunidade rural, as famílias não

conseguem ter um relacionamento de grupo, cada uma agindo a sua própria direção, em busca de um mercado ilusório que lhe daria uma suposta melhoria de qualidade de vida.

Na verdade, sabe-se que o associativismo e o cooperativismo são a mola propulsora para que se possa assegurar um trabalho sustentável e duradouro, de uma comunidade, pois exige organização/participação, mesmo porque a sociedade tem o poder de transformar-se mediante decisões e ações de seus membros e essa é a dinâmica para superar os limites. (FERNANDES Jr., *et al*, 2000).

A expressão território e o derivado territorialidade tem uso antigo nas ciências sociais e naturais. Recentemente, porém, com a retomada dos estudos da geografia política e de geopolítica, voltaram a ser mais utilizados e a ter maior atualidade. Hoje, concorre com termos tradicionais de espaço e região, esta última tendendo a cair em desuso. Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e denominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. Em Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado pelos geógrafos preocupados com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território e que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado. Os especialistas em teoria do Estado também costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo, enquanto a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e, conseqüentemente o Estado (ANDRADE, *apud* SANTOS *et al*, 1998).

Partindo do princípio que o território é imprescindível à humanidade para sua reprodução física, cultural e econômica, torna-se necessário compreender as ações expressas pela sociedade na sua formulação. Para isso, a sociedade específica do sertanejo do Território de Irecê, apropriou-se de mecanismos da sociedade envolvente, interagiu com a política estabelecida pelo governo brasileiro ao longo dos séculos e conquistou legalmente o direito sobre seu território.

Historicamente o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de processo material e modernização tecnológica. Tal concepção decorre de uma visão racionalista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos, além de crer (sem dó!) no processo linear e tecnicista. Características,

aliás, do modernismo. Entender o desenvolvimento não se trata apenas de uma questão conceitual, mas igualmente de postura e de sentimento, para perceber que na comunidade estão não só os problemas como igualmente a força para superá-los. Não há desenvolvimento real sem consciência e cidadania e sem respeito às diferenças culturais.

Desenvolvimento não se concretiza sem bem-estar. A dimensão humana do desenvolvimento está, fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, o que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições que, aliás, caracterizam a pobreza humana. Voltar-se para as pessoas e não para os objetivos, eis o princípio básico do desenvolvimento à escala humana. O caráter, necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, de vez que o participativo é de fato uma conquista a ser empreendida por cada pessoa. Na essência da participação pessoal está, além de tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade.

Implícito no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associada ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais. Uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial, quer aproximar-se das pessoas, apoiar-se na solidariedade comunitária, instrumentalizar a comunidade e envolvê-la efetivamente na superação dos seus próprios problemas. O “local” à escala das inter-relações pessoais, da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade.

O lugar é esta base territorial; é também cenário interativo das representações e das práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; é o “espaço da convivência humana”, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento. Entende-se que o desenvolvimento local não tem sentido se não se constituir em uma estratégia de enfrentamento real às manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda.

Fundamental é a mobilização e a organização comunitária em busca do desenvolvimento por uma perspectiva de construção social, sendo este o processo

orientador e condutor de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Desenvolvimento local não se promove, acontece. Entendê-lo, tanto quanto as piores manifestações da pobreza humana na atualidade requer necessariamente uma revisão de posturas (e de compreensão), especialmente daquelas por demais arraigadas em fetichismos e radicalismos, em concepções restritas da cultura, ou mesmo academicistas. Muhamad Yunus tem razão quando afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação (MARTINS, 2000).

O conceito de local e de global em economia espacial pode ser equiparado a regional ou internacional. Não é apenas uma oposição entre o objeto de estudo, mas uma oposição de métodos. O “meio local” (região ou país) é caracterizado por uma personalidade, uma região acha-se em relação mais ou menos benéfica com outras regiões. Semelhante tipo de abordagem centra-se na estrutura interna de um espaço e explica suas relações com outros espaços, mas globalmente não é uma visão estruturalista. Ao contrário, a abordagem global define as regiões por suas posições numa estrutura mais vasta. A região (e suas características) é o produto do inter-regionalismo. Por exemplo, essa abordagem exprime-se frequentemente em relações entre o “centro” e a periferia (BENKO, 1999).

A atual rede de fluxos, mediada por satélites, computadores e supersônicos, ou a globalidade, ao mesmo tempo em que promove a unificação generalizada do mundo, revela a individualização de micromundos. A rede de conexão entre os lugares do planeta promove a simultaneidade de conexões entre informações, mercadorias e pessoas, integrando essas variáveis em circuitos de conexão. Através das redes e dos fluxos existentes, os lugares ficam, desse modo, cada vez mais dependentes das inumeráveis possibilidades geradas pelo mecanismo de deslocamento rápido e integrado do mundo gerado pela globalidade.

Por outro lado, a constituição dos circuitos de conexão é realizada a partir da seleção de pontos ou nós a serem integrados na rede. Esses lugares-pontos passam a serem eleitos, em função das suas virtualidades, dado o objetivo pretendido pelo agente organizador do circuito integrado. Sendo assim, o mundo também fica cada vez mais dependente dos recursos ou da ordem interna dos



lugares. Os circuitos integrados em rede, ao unificar e identificar lugares revelam duas racionalidades. De um lado, ainda persiste a racionalidade promovida pela internacionalização do sistema capitalista ocidental, promovida por valores e princípios do modelo de desenvolvimento econômico, conhecida como razão instrumental, dependente da mediação da ciência e da técnica e baseada na competição, controle e dominação do homem e da natureza.

Nesse caso, a riqueza é representada pela produção de bens materiais e o bem-estar é entendido como a posse (consumo) desses bens. Surgiu da consciência de um mundo natural com recursos ilimitado a conquistar e controlar. De outro emerge a razão sinérgica, resultado do esforço simultâneo e cooperativo na realização de uma ação, com base em uma nova consciência, a da interdependência dos homens entre si e desses com a natureza. A riqueza, nesse caso, começa a ser avaliada, com base na capacidade social de se solidarizar para garantir a sobrevivência e de conhecer os limites da natureza. A sinergia é o comportamento de um sistema completo, em que a potencialização não vem mais da soma de esforços, mas da combinação integrada dos mesmos, com base em novos valores (LE BOURLEGAT, 2000).

Cada lugar é uma totalidade porque as ações que interagem criam eventos, estes que acontecem e transformam. Os eventos ocorrem nos lugares, portanto, é um conjunto de ações denominadas totalizações, estas se definem através da periodicidade, que nada mais é do que entender a história. O lugar é tão importante para entender o mundo, quanto o próprio mundo.

Lugar é o espaço do acontecer solidário, é o receptor da flecha do tempo e cada flecha do tempo que entra em um lugar, transforma a totalidade. O futuro está no lugar, este que é revelador e abriga a forma/conteúdo, ou seja, a força está no lugar (SOUZA, 1999).

A relação sociedade-espaço está na base da discussão marxista do temário geográfico. Para efeitos de análise será examinada, num primeiro momento, a forma mais elementar de intercâmbio material presente nessa relação, contendo, de um lado, a sociedade com as suas necessidades, trabalhos e formas de organização para a produção e, de outro, o espaço com seu substrato material mais imediato, expresso nos recursos naturais e na natureza em geral. Neste estudo específico, temos os sertanejos e seu território com seus usos e costumes, sendo

influenciados pela tecnologia globalizada, sem qualquer orientação de uso e de aplicabilidade na prática do dia-a-dia do ator local do sertão baiano.

Desde logo, é preciso enfatizar que não se trata aqui do exame de conexões entre homem e quadro natural, com eventuais relações de causalidades entre eles. Do ponto de vista da teoria marxista sobre essa questão, trata-se, isto sim, de se investir nessa relação com intercâmbio material, processo no qual o trabalho humano é a categoria central.

A ótica eminentemente social é que pressupõe, desde o início, uma relação permanente de apropriação da natureza pelo homem. Para Marx, o próprio trabalho é definido como “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MORAES e COSTA, 1999).

Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura / tradição / língua / hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, o que vai sendo modificado como consequência do processo de constituição mundial. O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996).

Assim como este projeto foi pensado no espaço da Fazenda Nova Canaã, entretanto com foco no Território de Irecê, onde o homem e a mulher do sertão vive uma realidade própria das condições do lugar, o fato de técnicas que envolvem seus saberes e fazer levam os mesmos a buscar seu desenvolvimento a partir do local e do território, onde existe uma identidade dentro da diversidade em escala humana.

### **3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Com base em visitas de diagnóstico participativo e reuniões com os gestores, verificou-se a importância social deste projeto junto às comunidades rurais de Irecê e do território, constatou-se que seria possível proporcionar uma produção alimentar de forma sustentável visando diminuir gastos relativos à alimentação por frango, frutas, legumes e verduras (FLVs) oferecidas duas vezes ao dia para cerca de 700 pessoas. Além de ser um

projeto para ser utilizado como uma experiência exitosa as Unidade Familiares dos alunos desta instituição. Sendo a Fazenda escola um laboratório de atividades alternativas a serem levadas as comunidades rurais do município pelos seus próprios alunos.

O projeto tem uma forte relevância social por levar a sustentabilidade econômica para mais de 500 (quinhentos) alunos de dez associações das comunidades do município de Irecê e para os 150 funcionários. O projeto discutido pelo grupo de trabalho foi na implantação de mandalas e produção de frangos semi-caipiras com um mini abatedouro de frango, o que diminuiu os custos com alimentação local e serviu de aprendizado aos alunos e unidades familiares.

Que as respostas obtidas nesta primeira etapa da implantação dos aviários e estruturação do setor produtivo e de agroindústria local, já foram suficientes para dar continuidade do trabalho com desenvolvimento sustentável do empreendimento com expectativa de crescimento e formação de mão de obra especializada para o território.

#### **4 CONCLUSÃO**

No meio rural o segmento de maior importância econômica e social e com grande potencial de fortalecimento e crescimento é a agricultura familiar, ela é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar emprega hoje, no Brasil, cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 18% do total da população economicamente ativa. Além disso, a geração de um emprego no campo, principalmente na agricultura familiar, representa custo bem mais baixo que a geração de um emprego nas atividades urbanas. É o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil.

Com o incentivo à agricultura, dinamiza-se o desenvolvimento nos outros setores econômicos. Estabelecer um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável não é apenas uma proposta política para o setor rural é, uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros. É o

desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

A agricultura familiar é também a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irão consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo a cidadania no campo.

Quase todos os movimentos e organizações têm defendido que o espaço local é o mais propício para a construção de políticas alternativas e de novas opções de desenvolvimento e de participação da sociedade, porém, a dificuldade tem sido inúmeras.

O grande desafio colocado para administrações comprometidas com a melhoria das condições de vida da população e com a democratização do governo, e para os movimentos sociais, é o de garantir a construção de políticas de desenvolvimento que consigam articular o projeto local com o projeto global. Mas que, sobretudo garantam processos participativos com democracia, transparência e controle social, equidade e redistribuição, eficácia e eficiência.

Como diz MAX, citado por Damiani (2001), o pobre não é somente aquele privado de recursos, mas aquele incapaz de se apropriar dos meios de subsistência, por meio do trabalho. Existe, assim, a seguinte mediação social a se considerar: a qualidade de necessidade que o capitalista, que o emprega, tem de seu trabalho. Portanto, as condições que o colocam diante dos meios de subsistência, a partir de seu salário, são fortuitas a seu ser orgânico. Isto decorre porque no capitalismo, a finalidade da produção de mais capital, e não a satisfação das necessidades da população.

Daí o desenvolvimento de municípios e territórios que se encontram no interior do Brasil, convivem com um setor rural falido. Como é o caso do sertão baiano. O falso sonho de atrair médias indústrias para as pequenas cidades, apostando todos os recursos municipais, buscando gerar empregos e aumento da arrecadação fiscal está cada vez mais difícil de concretizar. Durante muitos anos, esta perspectiva de desenvolvimento norteou as ações de muitas administrações municipais, mas, é hoje a realidade de um número quase que insignificante de municípios.

O abandono a que o setor rural, em especial os agricultores familiares, esteve exposto nos últimos anos, sendo considerados sem importância econômica e

social pela maioria dos governos municipais, é um exemplo claro deste caminho escolhido por inúmeras administrações, que foi um dos pontos fracos encontrados, que se tornou uma ameaça e o principal fator do empobrecimento do local.

Creio que, a pluriatividade no meio rural, seja uma alternativa de desenvolvimento sustentável, devido sua interface com outros setores da economia, presentes no local. Além de que, a pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para substituir, mas para afirmar como uma forma de organização do trabalho e da produção de características multivariadas, SCHNEIDER, (2001).

Neste caso, o desenvolvimento local e sustentável, deve ser o resultado da ação articulada do conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e região, na construção de um projeto estratégico que orienta as suas ações em longo prazo. Portanto, não se trata apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura e de ações voltadas para a construção de um objetivo comum, o de produzir neste caso, através da administração participativa na agricultura alternativa.

A construção de um novo projeto de desenvolvimento depende, portanto da capacidade de organização dos atores do próprio território de gerenciar os seus recursos locais, bem como, de enfrentar os fatores externos à governabilidade local. Não é através da ação de atores ou de políticas externas, o que, aliás, seria um processo de cima para baixo, portanto não democrático.

O estudo de caso desenvolvido no Território de Irecê, o empreendimento a Fazenda Nova Canaã se tornou um empreendimento economicamente sustentável pela sua abrangência no Território e de ser um exemplo de desenvolvimento, demonstrando eficiência e eficácia em seus resultados, por fornecer alimentos orgânicos de qualidade. À medida que os custos da produção de alimentos diminuem, os recursos poupados poderão ser investidos em outros projetos de desenvolvimento, visando o alto ganho social, gerando renda suficiente para custear

a produção, comprovando que a viabilidade de produtos alternativos da agricultura familiar servindo de abastecimento próprio e a venda no comércio do excedente venha melhorar a qualidade de vida das associações na produção coletiva e solidária. Assim como é uma experiência exitosa que está servindo de exemplo de sucesso as associações de produtores rurais do município de Irecê do Território.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992, 275p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**: São Paulo em perspectiva. 11(2), 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro. IPEA. 2000. P. 1- 31.

**Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê**. Disponível em:<<http://cesol.comvida-ba.org.br/>> Acesso em: 13 nov. 2015, 08h40min:32.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. Editora Hucitec. São Paulo. 1996.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. Editora Contexto. São Paulo, SP. 2001.

FERNANDES Jr. José Resina *et al.* **Desenvolvimento Local – Associativismo no Distrito de Rochedinho**. In: Anais do II Seminário de Desenvolvimento Local da UCDB. Editora UCDB. Campo Grande, MS. 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994, 98p. (Projeto UTF/BRA/036).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Economia Solidária**. Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/index.php/trabalhador-economia-solidaria>> Acesso em: 12 nov. 2015, 15:23:11.

**PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê. P 9 e10., nov. 2010.

**Projeto Nova Canaã**. Disponível em:<<http://www.projetonovacanaa.com.br/>> Acesso em: 12 nov. 2015, 14:15:53.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DA BAHIA - SETRE. **Postos Cesol**. Disponível em:<<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>> Acesso em: 13 nov. 2015, 09:14:27.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade como estratégia de Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sul do Brasil**. In: Estudos da Sociedade e Agricultura – n. 16. UNIVERSIDADE RURAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

SILVA, Medson Janer (org.) et al. **Métodos e Culturas Alternativas na Agricultura Familiar**. Editora UCDB. Campo Grande, MS. 2003.

SILVA, Medson Janer da; FERNANDES JUNIOR, José Resina; OLIVEIRA, Sérgio Ostetto; COSTA, Marta Regina Brostolim. **Diagnóstico, Modelo e Estratégias de Desenvolvimento Local no Município de Aquidauana-MS e Aldeia TERENA de Limão Verde.** In: II Seminário de Desenvolvimento Local – Combate a Pobreza: A sustentabilidade social no processo de desenvolvimento local. Resumos. 17 e 18 de novembro de 2000. Campo Grande – MS, p: 30.

SILVA, Medson Janer da. **Desenvolvimento Local através da Agricultura Alternativa para Pequenas Comunidades Rurais.** In: II Seminário de Desenvolvimento Local – Combate a Pobreza: A sustentabilidade social no processo de desenvolvimento local. Resumos. 17 e 18 de novembro de 2000. Campo Grande – MS, p: 57.

VALE, Ana Rute de. **Pluriatividade de Produção Familiar no Brasil: O Exemplo do Agroturismo.** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos 2002. João Pessoa – PB. 2002.

## USO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Mônica Cristine S. Vaz<sup>72</sup>; Bethânia Ávila Rodrigues<sup>73</sup>; Alcione Lino de Araújo<sup>74</sup>;  
Leomara Battisti Telles<sup>75</sup>; Juliana Vitória M. Bittencourt<sup>76</sup>

**RESUMO:** O uso de ferramentas no processo de gestão e produção agrícola permitem a geração de indicadores que auxiliam uma melhoria de processos e de produção. O objetivo desse artigo foi realizar um levantamento bibliográfico sobre indicadores e ferramentas de tecnologia na agricultura bem como realizar um levantamento em três Associações de pequenos produtores rurais da região dos Campos Gerais acerca da utilização de tecnologias da informação na gestão de suas propriedades. Através da utilização de um formulário com os principais pontos de gestão no processo de produção foi feito um levantamento de dados nessas associações da agricultura familiar. Com isso foi verificado que nas propriedades pesquisadas, a gestão da produção, quando registrada, é realizada informalmente, na maioria das vezes, sem um padrão ou frequência determinada, fazendo com que a informação seja perdida com o passar do tempo e não possa ser utilizada para melhoria do processo ou da produção.

**PALAVRAS CHAVE:** Tecnologia da Informação. Capacidade Tecnológica. Rural

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo relatório anual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para a Safra 2014/2015, as condições favoráveis encontradas no Brasil, de recursos naturais e de tecnologia avançada, asseguram uma vantagem em sua capacidade de produção, credenciando o País como um dos principais supridores da demanda mundial por alimentos e matérias-primas agropecuárias (MAPA, 2014). O Plano Agrícola e Pecuário para 2016, lançado em junho de 2015, prevê um aumento de investimentos.

Pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, indicam investimento forte, na agricultura baseada em ciência, permiti ao Brasil

<sup>72</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – monicacsvez@yahoo.com.br

<sup>73</sup> Mestranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – rodriguesbethania@yahoo.com

<sup>74</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora Instituto Federal do Maranhão – alcione.lino@ifma.edu.br

<sup>75</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora do Instituto Federal do Paraná – leomara.battisti@ifpr.edu.br

<sup>76</sup> Doutorado pela University of Reading, Professora do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – julianavitoria@utfpr.edu.br



progredir no desenvolvimento de sistemas produtivos agropecuários, com importantes avanços em vários tópicos, como modos de cultivo, melhorias na produtividade, segurança e qualidade dos alimentos (EMBRAPA, 2014).

Entretanto, mesmo com todos os avanços, segundo a EMBRAPA, uma área de pesquisa constante e crescente no setor agrícola está relacionada à sustentabilidade do processo de produção, visto que análises recentes demonstram a necessidade de transformação nas áreas econômica, social, ambiental e tecnológica. Visando contribuir no eixo tecnológico, é importante criar mecanismos para medir a capacidade tecnológica existente e o que pode ser absorvida, de acordo com o perfil de agentes agrícolas, ou seja, grandes, médios ou pequenos produtores.

Com a evolução do uso de tecnologias para gestão da agroindústria, é importante observar que crescem as possibilidades de utilização das mesmas. Com uma gestão eficiente é possível gerar indicadores de desempenho, definir pontos críticos no processo e até mesmo, acompanhar se os objetivos estão sendo alcançados e definir as metas dos empreendimentos.

Segundo Portela (2008), ao incentivar esse processo tecnológico, deve-se considerar as características peculiares do setor agropecuário visto que o pequeno produtor não tem acesso à informação na mesma velocidade que os grandes produtores. Para Nazzari (2007), a principal característica dos pequenos produtores é a fusão entre a unidade de produção e a família. Desta forma, é importante enxergar soluções para o desenvolvimento da mesma, não somente do ponto de vista econômico produtivo, mas também como o conjunto das necessidades que essas famílias apresentam para garantir a qualidade de vida.

A forma como nos comunicamos, como armazenamos e trocamos as informações, como alimentamos expectativas sobre as possibilidades que ainda estão por vir e também como suprimos nossas necessidades de consumo está diretamente relacionada com a evolução das tecnologias. Informações são trocadas com uma velocidade que há um tempo não podíamos prever. Quanto tempo pode ser economizado atualmente realizando atividades como, por exemplo, pesquisa de preço sobre determinado produto na internet.

Reinert (2004) fez uma avaliação do processo de decisão de empreendimentos que utilizam estrategicamente a Internet, visando atingir seus objetivos de marketing, por exemplo. Foram visitadas vinte empresas de setores

diferentes da economia, e dentre estas sete empresas foram avaliadas. Esta pesquisa ressalta a importância das empresas em se adaptarem às novas situações mercadológicas, o que implica inovação nas formas de coletar informações sobre o consumidor, concorrência e as mudanças impostas pelos governos e pela sociedade. E também descreve algumas características importantes para as empresas, dentre elas:

a) Ter habilidade em entender o consumidor demograficamente para oferecer produtos e serviços que venham satisfazer plenamente suas exigências.

b) Formular estratégias com base nas informações mercadológicas, simulando sua aplicação e considerando as diversas situações previstas para, então, selecionar aquelas que levem à realização dos objetivos.

c) Decidir qual a estratégia a ser adotada, a partir do processamento e análise de informações do mercado.

Vale observar que essas características são importantes tanto para empresas de grande porte como pequenas empresas, como a exemplo, as propriedades de agroindústria familiar, foco dessa pesquisa.

Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento em três empreendimentos rurais solidários da região dos Campos Gerais do Estado do Paraná a cerca do formato de gestão das fases do ciclo de produção. Essa informação acrescenta dados ao estudo futuro que será realizado acerca da identificação da capacidade tecnológica dos produtores familiares. Segundo Mori (2014) a Capacidade Tecnológica é o conjunto de esforços, habilidades e de conhecimentos ancorados num constante fluxo de aprendizagem necessários para absorção, uso, adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologias.

O diagnóstico do estado da Capacidade Tecnológica de um setor é uma peça chave para implementação de ações de melhorias que permitam a estruturação de processos tecnológicos ajustados, a construção de habilidades faltantes.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Na literatura são descritas muitas vantagens e desafios para a utilização de ferramentas para gestão na área rural. Para Orsolin (2002), a falta de capacitação para o gerenciamento, a qualidade da mão-de-obra, a escassez de capital e a infraestrutura de comercialização são exemplos desses desafios. O

trabalho de Deponti (2014) visou a inclusão de práticas de gestão em pequenas propriedades rurais no Vale do Caí. Nesse projeto foram realizadas oficinas de integração com os agricultores sobre a utilização das principais tecnologias e construídas, junto com os agricultores, planilhas eletrônicas para a gestão da propriedade rural. Com esse processo concluiu-se que, embora os agricultores tivessem acesso à internet pelo computador, celular, notebook, os registros das informações e posterior controle dos dados de despesas e receitas não eram realizados de forma efetiva e desta forma, não embasavam uma tomada de decisão.

Outro trabalho relacionado à tecnologia na agroindústria foi realizado por Mori (2014), associando a capacidade tecnológica como tendo um papel importante na obtenção da eficiência do processo produtivo e no grau de inovatividade de uma propriedade rural. Sua mensuração pode auxiliar na compreensão do seu comportamento e potencial tecnológico, servindo como ferramenta para direcionar melhorias no processo. Para essa autora, a identificação da capacidade tecnológica de um empreendimento pode ser realizada através da análise de cinco componentes: (i) os esforços realizados para prover a melhoria da eficiência técnica e a inovatividade em termos de recursos financeiros aportados a atividades inovativas, do perfil de recursos humanos e de infraestrutura; (ii) a atualização tecnológica nas diferentes etapas do processo de manufatura em termos de perfil de equipamentos, procedimentos operacionais e materiais utilizados; (iii) o perfil das rotinas e dos processos adotados em termos de planejamento, monitoramento e gestão de projetos, engenharia de produto e engenharia de processo; (iv) os mecanismos de aprendizagem desenvolvidos que permitem a manutenção de canais de aquisição de conhecimentos interna e externamente, bem como sua socialização e codificação; e (v) o perfil de articulação e de interação com o ambiente externo e com fornecedores, bem como a amplitude de acessos a informações tecnológicas.

Para um melhor entendimento sobre a mensuração da Capacidade Tecnológica no ciclo de produção, na Figura 1 são apresentados os indicadores utilizados para a produção de grãos.

MESOINDICE	INDICADOR	DESCRITORES
MANEJO DE SOLO E CULTURAS	Preparo e sistematização de solo	N1 Preparo convencional
		N2 Preparo mínimo
		N3 Plantio direto sem rotação de cultivos
	Correção de solo	N4 Plantio direto com rotação de cultivos
		N1 Não realiza correção de solo
		N2 Realiza correção de solo com frequência regular com quantidades fixas
SEMEADURA	Origem material genético	N3 Realiza correção de solo de acordo com análise e especificada por talhões
		N1 Grão comercial produzido na propriedade ou semente produzida por terceiro sem fiscalização ou sem origem (bolsa branca)
		N2 Parte da área com uso de semente certificada e parte com grão comercial ou bolsa branca
		N3 Utiliza somente semente certificada
ADUBAÇÃO	Níveis de adubação	N4 Semente produzida sob condições controladas em campo específico pelo próprio proprietário, seguindo normas de produção de sementes
		N1 Não utiliza adubação
		N2 Utiliza quantidade e fórmula fixas de adubação
		N3 Realiza adubação segundo recomendação mediante análise de solo
TRATOS FITOSSANITÁRIOS	Tratamento de semente	N4 Adubação de precisão
		N1 Não realiza tratamento de sementes
		N2 Tratamento com fungicidas OU com inseticida
	Método de controle de doenças	N3 Tratamento com fungicida E inseticida
		N1 Aplicação sistemática de fungicidas sem realização de monitoramento de danos
		N2 Aplicação de controle através de critérios de danos
	Perfil de uso de produtos químicos fúngicos	N3 Realização de acompanhamento climático e uso de ferramentas computacionais
		N1 Uso de produtos isolados (triazóis ou estrubirulinas)
		N2 Uso alternado de princípios ativos (triazóis/estribirulinas)
	Manejo de controle de insetos	N3 Uso sistemático de misturas prontas (triazóis/estribirulinas)
		N1 Aplicações emergenciais com uso de princípios ativos mais baratos (não registrados ou piretróides veterinários)
		N2 Uso de critérios econômicos, não há alternância de princípios para barateamento de custos efetua mistura de produtos (fungicida e inseticida) no tanque de aplicação
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	Plantadoras – tamanho plataforma	N3 Uso de critérios de seletividade e periculosidade para decisão de aplicação com produtos específicos de controle da praga e com alternância de princípios ativos
		N1 Plataforma pequena – menor 2,90 metros
		N2 Plataforma média – entre 3 e 4 metros
	Plantadoras - tamanho de disco	N3 Plataforma grande – 5 metros ou mais
		N1 Disco de 16 polegadas
		N2 Disco de 18 polegadas
	Plantadoras – mecanismo regulagem	N3 Disco de 20 polegadas
		N1 Mecanismo de regulagem convencional (por engrenagem)
	Pulverizadores	N2 Mecanismo de taxa variável
		N1 Pulverizador rebocado
	Colhedoras – sistema trilhagem	N2 Pulverizador autopropeidos
		N1 Sistema de trilhagem radial
Colhedoras – Tamanho graneleiro	N2 Sistema de trilhagem axial	
	N1 Graneleiro pequeno	
Colhedoras – sistema de precisão	N2 Graneleiro médio	
	N3 Graneleiro grande	
MANEJO AMBIENTAL	Práticas ambientais	N1 Colheita sem captura de dados
		N2 Realização de colheita com captura de dados. GPS, mapas de produtividade, etc.
		N1 Não aplica conservação de solo (terraços em nível, preparo de solo em nível e plantio direto (PD)) e não possui mata ciliar, proteção de nascente e reserva legal
		N2 Aplica conservação de solo
		N3 Aplica conservação de solo e possui mata ciliar
ARMAZENAGEM E POS-COLHEITA	Sistema de descarte	N4 Aplica conservação de solo e possui mata ciliar e proteção de nascentes
		N5 Aplica conservação de solo e mata ciliar, proteção de nascentes e reserva legal
		N1 Descarte de embalagens, frascos, seringas, etc. sem critérios
		N2 Descarte de embalagens, frascos, seringas, etc. de acordo com legislação
		N1 Estrutura convencional
ARMAZENAGEM E POS-COLHEITA	Estrutura	N2 Armazenagem a granel em graneleiro
		N3 Armazenagem a granel em silos de metal ou concreto
		N1 Não possui
	Termometria/aeração	N2 Termometria/ aeração operadas manualmente
		N3 Termometria/ aeração operadas automatizadas
		N1 Não executa segregação
	Segregação	N2 Executam segregação em, no máximo, dois níveis
		N3 Executam segregação em diversos níveis
		N1 Não existe
	Manejo/controle de qualidade	N2 Aplicação de Manejo Integrado de Pragas (MIP)
		N3 Aplicação de Análise de Pontos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)
		N1 Não possui
Certificação	Produto/mecanismo de proteção	N2 Possui certificação de armazém
		N3 Possui certificação do produto
		N1 Uso de produto protetor
		N2 Uso de gás
Produto/mecanismo de proteção		N3 Uso de produto sintético
		N4 Emprego de refrigeração e conjunto de tecnologias físicas

**Figura 1:** Indicadores utilizados na mensuração da Capacidade tecnológica na produção de grãos (Mori, 2014).

Através deste estudo foi identificado que os empreendimentos que obtiveram maiores valores de Capacidade Tecnológica apresentam equilíbrio entre os diferentes elementos considerados. Relações positivas de correlação foram observadas entre este valor e o número de inovações tecnológicas implementadas.

Uma linha importante dentro da utilização das tecnologias na agricultura de pequeno porte, é a formação de redes de comercialização. Para Mance (2002), a organização do consumo final e produtivo é fundamental nas redes sociais. A prática das cooperativas de consumo mostra que a organização dos consumidores permite elevar o poder aquisitivo de suas rendas e melhorar a sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em que – quando fazem parte de redes solidárias – viabilizam a comercialização de produtos elaborados em empreendimentos solidários. Em seu trabalho o autor defende a posição de que, a partir do consumo final e produtivo, podem ser remontadas as cadeias produtivas de maneira solidária, na medida em que os empreendimentos fornecedores são selecionados com base em aspectos técnicos, ambientais e sociais.

Outra questão importante sobre formação de redes de comercialização é descrita por Bengtsson (2000), onde o autor faz uma conceituação e reflexão sobre a importância do relacionamento entre os empreendimentos participantes dessa rede. Ele descreve a relação de coopetição, que visa unir a cooperação e a competição entre os mesmos, com o objetivo de crescimento e ajuda mútua. Uma empresa quando compete, se sente estimulada em um processo de melhoria contínua. Ao mesmo tempo que, quando cooperam, compartilham conhecimentos, recursos e tornam-se mais fortes.

Tratando-se do uso das tecnologias objetivando a expansão da comercialização dos produtos oriundos do pequeno produtor, foram pesquisadas algumas redes já implantadas, descritas no Quadro 1.

<b>Nome Rede</b>	<b>Site</b>	<b>Objetivo da rede</b>
Empório do Cerrado	<a href="http://www.emporiocerrado.org.br/pt-br/Default.asp">http://www.emporiocerrado.org.br/pt-br/Default.asp</a>	É uma incubadora de projetos sustentáveis e terá um rede de exposição dos produtos para comercialização. Rede de Comercialização Solidária – 1238 famílias de pescadores, extrativistas, agricultores familiares organizados em 24 municípios dos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, que buscam desenvolver uma maior autonomia e sustentabilidade em relação aos meios de produção, crédito, agroindustrialização, comercialização de produtos

Bliive	<a href="http://bliive.com/explore#content">http://bliive.com/explore#content</a>	Troca de tempo / serviços entre pessoas. -Possui pontos de trocas definidos -Tem ONGs que participam dando TimeMoney para quem ajuda na ONG
Cirandas	<a href="http://cirandas.net/">http://cirandas.net/</a>	Potencializar saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos, além de uma Rede de exposição de produtos
Rede Brasil Rural	<a href="http://redebrasilrural.mda.gov.br/">http://redebrasilrural.mda.gov.br/</a>	Possui dois ambientes diferenciados. Um primeiro direcionado a produtores familiares, associações e cooperativas da agricultura familiar, transportadores e fornecedores de insumos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. O segundo, um ambiente público que permite o acesso a editais do governo relacionados às políticas públicas para agricultura familiar, e catálogos de insumos, de máquinas, de equipamentos agrícolas.

Quadro 1 – Redes existentes utilizadas para comércio de produtos oriundos de pequenos produtores rurais. Fonte do autor.

Todos esses trabalhos demonstram a importância do uso de tecnologias com o objetivo de aprimoramento dos seus processos, serviços e produtos.

### 3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da utilização das Tecnologias da Informação (TI) para apoiar o processo de gestão para pequenos produtores. Com base nessa revisão, foram agrupados os principais pontos de gestão no processo de produção e realizado um levantamento de dados sobre a existência de um processo formal de registro de dados, informatizado ou não.

Para o levantamento dos dados, foram coletadas informações por meio de formulário semi-estruturado, aplicado por um focal da IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários.

O levantamento dos dados foi realizado em três empreendimentos rurais descritos como Associação A, B e C para fins de não identificação. Estes empreendimentos são incubados pela IESOL, que desenvolve ações e atividades dentro dos princípios da Economia Solidária.

Um breve histórico das características dos Empreendimentos estudados segue abaixo:

- Associação A: Organizado em 2003 por trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comunidade Emiliano Zapata é um pré-assentamento situado no distrito de Itaiacoca, no município de Ponta Grossa. Hoje a comunidade está estruturada em uma associação, a ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária e uma cooperativa, a COOPERAS – Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária. As famílias ainda se organizam através do Grupo Chão e Vida e da Rede Solidária de Produtores e Consumidores Agroecológicos. A produção agroecológica da comunidade é certificada pela Rede Ecovida de Certificação Participativa e comercializada através do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, por meio da Rede de Consumidores através de pedidos feitos via e-mail e entregas realizadas semanalmente, e nas Feiras Solidárias de Artesanato e Alimentos Orgânicos, realizadas também semanalmente nos espaços da UEPG. Em 2013, o Zapata entrou para o Projeto Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, patrocinado pela Petrobras.

- Associação B: Localizada em Castro (PR) e foi formalmente criada em 2010 por pequenos produtos familiares que possuíam o objetivo de participar de Programas Institucionais, tais como, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Inicialmente, o empreendimento realizava a entrega de frutas, legumes e verduras para as escolas do município através do PNAE, no entanto, verificou que estes produtos in natura representavam uma pequena parcela na lista da merenda escolar, o que conseqüentemente refletia na renda dos associados. Diante deste contexto, em 2011 as mulheres associadas decidiram realizar o curso de panificação ofertado pelo SENAR e resolveram investir coletivamente em uma cozinha comunitária, buscando complementar a renda da família. Essa nova experiência associativista foi um sucesso, o que resultou na criação de outras oito cozinhas, convencionais ou orgânicas, que se encontram espalhadas na região de abrangência da Associação. Atualmente a associação

conta com associados que trabalham pautados nos princípios da Ecosol, seja nas cozinhas comunitárias ou nas hortas, buscando uma nova organização de trabalho e a geração ou o complemento de renda.

- Associação C: Localizado no distrito do Abapã, pertencente à Castro – PR, a Associação de Trabalhadores Rurais de Três Lagoas foi fundada em 1995. A primeira ocupação na forma de assentamento do MST aconteceu no final dos anos de 1980. Atualmente são 12 famílias registradas na Associação, entre homens e mulheres, que produzem leite, mel e hortaliças.

O formulário utilizado para o levantamento dos dados é mostrado na Figura 2.

		A	B	C	D	E
		Existe registro formal utilizando Sistemas de Informação ou planilhas eletrônicas	Existe registro formal em cadernos de anotação	Existe registro informal (sem padrão ou frequência determinada)	Não existe registro ou não realiza esta atividade	Não há necessidade de registro
1	Fornecedores					
1.1	Cadastro dos fornecedores					
1.2	Gestão dos produtos x despesas com fornecedores					
2	Produção					
2.1	Planejamento da produção baseado em dados de demanda ou dados históricos					
2.2	Controle dos tratamentos culturais realizados					
2.3	Controle de custos da produção					
2.4	Gestão do processo de produção					
2.5	Gestão da Qualidade do produto / Controle não conformidades					
2.6	Gestão da produtividade (planejado x realizado)					
2.7	Dados que permitam a rastreabilidade do processo de produção					
3	Comercialização					
3.1	Planejamento para abertura de novas redes de distribuição					
3.2	Controle das vendas (para quem vendeu, quanto vendeu)					
3.3	Gestão da logística de entrega					
3.4	Gestão do estoque					
4	Pós-venda					
4.1	Pesquisa de satisfação do cliente					
4.2	Processo de melhoria contínua baseado nos dados coletados					
4.3	Treinamento/Qualificação da equipe interna de produção					

**Figura 2:** Formulário de levantamento dos dados nos empreendimentos solidários quanto à forma de gestão na cadeia de produção. Fonte: Autoria própria

O objetivo deste levantamento inicial foi identificar e que nível em termos de uso de tecnologias os empreendimentos estudados se encontram, para que possam ser traçadas as ações a serem implementadas.

#### 4 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado do levantamento realizado foi consolidado nas principais fases do ciclo de produção conforme Figura 2.



Fase do ciclo de produção	Associação A	Associação B	Associação C
Fornecimento	Registro informal	Registro Formal com planilha	Registro Informal
Produção	Não existe registro	Registro Formal com planilha e cademetas	Registro Informal/ cademetas
Comercialização	Não existe registro	Registro informal	Registro Informal/ cademetas
Pós venda	Não existe registro	Não existe registro	Registro Formal com planilha

**Figura 2**– Uso da TI no processo de gestão da agricultura familiar.

Com base nessas propriedades pesquisadas, pode-se verificar que a utilização e familiarização com ferramentas para apoiar o processo de gestão nos ciclos de desenvolvimento ainda são muito restritas.

Uma observação importante com relação à gestão do processo de precificação, no formulário é um subitem de Produção, é que considerando alguns empreendimentos agrícolas, o preço final não é determinado pelo agricultor, mas sim, estabelecidos com base em uma tabela da Conab. Dessa forma, não ter uma ferramenta adequada para esse processo não significa que seja um ponto de melhoria.

## 5 CONCLUSÕES

Baseado na revisão de literatura que foi realizada, pode-se verificar que alguns projetos que objetivaram a implantação de tecnologias de informação para fazer a gestão das propriedades rurais, não tiveram o resultado esperado devido às dificuldades como capacitação dos agricultores e falta de entendimento da real necessidade de coleta dos dados. Outros trabalhos destacam que essa visão de gerenciamento está evoluindo em algumas propriedades rurais, trazendo benefícios.

Neste primeiro levantamento de dados foi possível verificar que os pequenos produtores não fazem uso dessas tecnologias e o controle restrito de algumas atividades é realizado informalmente. Isso faz com que as informações sejam perdidas ao longo do tempo e dificulta qualquer análise de dados para melhoria dos processos.

Como sequencia desse trabalho, será iniciado o desenvolvimento de um modelo para mensuração da capacidade tecnológica de empreendimentos rurais.

## REFERÊNCIAS

BENGTSSON, M.; KOCK, S. **Coopetition in Business Networks—to Cooperate and Compete Simultaneously**. Industrial Marketing Management, Elsevier Science Inc, 2000.

DEPONTI, C. M. **As agruras da gestão da propriedade rural pela Agricultura Familiar**. Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

Embrapa. **Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira: síntese**. Brasília, DF. Embrapa, 2014. 53 p.

MANCE, E. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis, Ed. Vozes. 2002

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2014 / 2015**. Brasília – DF, Jun/2014.

MORI, Claudia de. **Capacidade tecnológica: proposição de índice e aplicação a empresas do complexo agroindustrial do trigo**. Production, v. 24, n. 4, p. 787-808, oct./dec. 2014.

NAZZARI, R. K.; BRANDALISE, L. T.; BERTOLINI, G. R. F. **Gestão das unidades artesanais como estratégia para emancipação da agricultura familiar**. 2007.

ORSOLIN, J. H., **Gestão da comercialização na cadeia agroindustrial familiar do açúcar mascavo**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). UFRGS, Porto Alegre. 2002.

PORTELA, J. L., LAFORGA, G. **Práticas de Gestão e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise da Organização Familiar Rural da Gleba Triângulo – MT**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

REINERT, V. **O uso estratégico da internet no planejamento de marketing: uma perspectiva de empresas catarinenses**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC, Florianópolis. 2004

## “A FUGA DAS ABELHAS”: ALERTA SOBRE UM POSSÍVEL “COLAPSO DA COLÔNIA” E IMPACTO NA ECONOMIA DO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Rayane Reinaldo Santiago<sup>77</sup>; Renata Silva de Jesus<sup>78</sup>; Medson Janer da  
Silva<sup>79</sup>

**RESUMO:** O Território definido como espaço, socialmente construído, geograficamente delimitado com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais. O Território de Irecê está localizado no semiárido baiano, suas atividades econômicas giram em torno do cultivo de feijão, milho, mamona, fruteiras, bovinocultura e pequenas criações de caprinos, ovinos, apicultura e meliponicultura e atividades não agrícolas. A apicultura, uma das grandes opções para a agricultura familiar por proporcionar o aumento de renda, através da oportunidade de aproveitamento da potencialidade natural de meio ambiente e de sua capacidade produtiva. No território, vem sendo relatado uma diminuição da produção de mel, embora a bibliografia comprove o aumento da produção do mel no território e na Bahia em si, ficando a hipótese de o motivo ser o “Distúrbio do Colapso das Colônias (DCC)”. Foi utilizado o método de pesquisa descritiva, analítica e exploratória com abordagem qualitativa, como forma de alertar sobre o possível DCC no território.

**Palavras-chave:** Apicultura; Desaparecimento; Economia Solidária.

### 1 INTRODUÇÃO

O Território pode ser definido como espaço socialmente construído, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social e cultural (PNES, 2015-2019, p. 17).

O Território de Irecê está localizado no semiárido baiano e faz fronteira ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina, a leste

---

<sup>77</sup> Bióloga, Analista Técnica Agrícola do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). [rayanebiologa@gmail.com](mailto:rayanebiologa@gmail.com)

<sup>78</sup> Bióloga, Esp. em Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Coordenadora de Recursos Humanos do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). [renata.bio.ucsai@gmail.com](mailto:renata.bio.ucsai@gmail.com)

<sup>79</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Fitotecnia pela ESALQ/USP e Doutor em Geografia Humana pela USP, Professor da Faculdade Irecê. Coordenador do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA  
(CESOL COMVIDA). [medsonjaner@hotmail.com](mailto:medsonjaner@hotmail.com)

com Piemonte. Atualmente composto por 20 Municípios (PTDRS, 2010, p. 9). Suas atividades econômicas giram em torno do cultivo de feijão, milho, mamona, fruteiras, bovinocultura e pequenas criações de caprinos, ovinos, apicultura e melinoponicultura e atividades não agrícolas (PTDRS, 2010, p.10).

Destacando a apicultura, uma das grandes opções para a agricultura familiar por proporcionar o aumento de renda, através da oportunidade de aproveitamento da potencialidade natural de meio ambiente e de sua capacidade produtiva (ACV, 2012) esta, podendo ter alguns traços da economia solidária (SILVA, 2012, p.93).

No território, vem sendo relatado uma diminuição da produção de mel, embora a bibliografia comprove o aumento da produção do mel no território e na Bahia em si, ficando a hipótese de o motivo ser o “Distúrbio do Colapso das Colônias (DCC)”, que se refere à dizimação em massa de populações de abelhas (BRAGA; NUNES; LORENZON, 2008, p.1).

Considerando a importância deste estudo, como uma forma de alerta sobre o possível DCC, foi utilizado o método de pesquisa descritiva, analítica e exploratória com abordagem qualitativa.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 TERRITÓRIO**

O conceito de Território que, entretanto foi adquirindo forma, pode ser definido como espaço socialmente construído, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social e cultural (PNES, 2015-2019, p. 17).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e dádiva, sobre os quais ela influi. Quando se fala em território deve-se, pois, desde logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um

faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia da tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.” (SANTOS M. , 2000, p. 96).

A ideia de território pode oferecer a possibilidade de inclusão do particular no global, através das oportunidades de desenvolvimento e de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade (MARQUES, A. P. S., 2010, p. 79-80). Como espaço social, o território é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de poder e dominação (MARQUES, A. P. S., 2010, p.81).

O território é simultaneamente um lugar de produção de bens e de acumulação de capital e um lugar de construção de acordos institucionais do poder instituído, em constante mutação e que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e de coordenação. As formas de ação coletiva são territorialidades, pois não ocorrem no espaço abstrato, mas sim no espaço socialmente construído (MARQUES, A. P. S., 2010, p.81).

Ele é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em uma energia crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento (PTDRS, 2010, p. 9).

A abordagem territorial o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim, da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável (PTDRS, 2010, p. 9).

## 2.2 O TERRITÓRIO DE IRECÊ

Este território, em funcionamento desde 2003, está composto por 20 municípios que possuem antecedentes históricos semelhantes, já que foram se originando de desmembramentos dos municípios de Irecê, Central, Morro do Chapéu e Xique-Xique, constituindo-se como áreas de mineração, de exploração da pecuária extensiva e de agricultura familiar de subsistência, desenvolvendo posteriormente a agricultura comercial, capitalizada e com tecnologias (irrigação,

poços) custosas para a época, possuindo também, características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes (PTDRS, 2010, p. 9).

O Território de Irecê está totalmente inserido no semiárido baiano, fazendo fronteira ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina, a leste com Piemonte (PTDRS, 2010, p. 9). Dos 20 municípios que formam o território, 10 localizam-se ao redor de Irecê, tornando-o núcleo dinâmico e indicando uma tendência à conformação de um subsistema de relações de diversos tipos, entre estes, a maioria deveria ser potencializada (PTDRS, 2010, p. 9).

Os 20 Municípios que compõem o Território de Irecê são: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentil do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Ubaí e Xique-Xique, com uma população de 418.166 pessoas (PTDRS, 2010, p.10).

Esses municípios estão localizados no semiárido baiano que ocupa 78% do território do Estado e 45% do semiárido nordestino, onde esta região tem precipitação anual entre 200 a 800 mm, irregular no tempo e no espaço e seu clima com temperaturas médias acima de 28° C, proporciona 2.800 horas de sol por ano, que provocam altas taxas de evapotranspiração (potencialmente em torno de 3.000 mm/ano), 85% da precipitação evapora, 7% infiltra no solo e 8% escoam superficialmente (PTDRS, 2010, p. 24).

O Território integra o Bioma Caatinga, sendo possível distinguir três subsistemas: o Platô de Irecê, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando cerca de 60% da região, com solos extremamente férteis, mas dependente da limitada oferta de água de chuva e da água subterrânea; os vales do Rio Verde e do Rio Jacaré, que contornam o platô no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, porém com solos mais fracos; e a Chapada Diamantina, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade (PTDRS, 2010, p. 25).

Ainda sobre o território, este é eminentemente rural, apresentando em alguns municípios características urbanas que acontecem em maior grau em Irecê, já que é polo agregador do comércio e dos serviços disponíveis no Território (bancos, órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, lojas, feira regional,

centro de distribuição dos produtos da agricultura, meios comerciais de comunicação, etc.) (PTDRS, 2010, p. 62).

### 2.3 SITUAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

É uma região ambientalmente heterogênea marcada por diferentes graus de semiaridez, instabilidade climática com prolongadas estiagens, além de fragmentação em pequenas propriedades, administradas, pelos agricultores familiares (EBDA, 2012). A maioria das propriedades está situada em áreas de alto grau de aridez, com solos de baixa fertilidade. Apesar da diversidade de atividades: cultivo de feijão, milho, mamona, fruteiras, bovinocultura e pequenas criações de caprinos, ovinos, atividades não agrícolas, meliponicultura e apicultura (EBDA, 2012), esta última, tema deste estudo.

Os rios temporários estão desaparecendo, suas matas ciliares já desapareceram e em seus lugares foram implantadas irrigações, onde o uso de agrotóxicos é desordenado, poluindo as águas (PTDRS, 2010, p. 27). Os esgotos, lançados nos rios, e a abertura de poços artesianos de forma exacerbada vêm prejudicando os lençóis freáticos do Território (PTDRS, 2010, p. 62). Muitos poços estão secando, quando não já secaram, além do aparecimento de terras desertificadas, tudo isso provocado pelo não planejamento para o desenvolvimento responsável e equilibrado com o meio ambiente (PTDRS, 2010, p. 62).

A Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê foi formulada com o objetivo de garantir um melhor manuseio dos recursos naturais do Território para a transição para um modelo realmente sustentável (PTDRS, 2010, p. 76). Em detrimento do consumo humano, os agrotóxicos são usados nas plantações, sem nenhuma preocupação com os solos, lençóis freáticos e com o povo do Território (PTDRS, 2010, p. 76). Em todas as unidades geoambientais do território existem problemas ambientais graves com média de 85% de degradação e 15% desestabilizado, tendo como principais problemas configurados: desmatamento, manejo inadequado e compactação dos solos, uso de agrotóxicos, queimadas, erosão eólica e pluvial, formação de crateras (PTDRS, 2010, p. 76).

## 2.4 ABELHAS E APICULTURA

As abelhas são consideradas bons indicadores biológicos ao apontarem a ocorrência de condições desfavoráveis e, ou presença de substâncias químicas no ambiente em que elas vivem, seja através da alta mortalidade de seus indivíduos, seja pela presença de resíduos presentes em seu corpo e produtos (BRAGA; NUNES; LORENZON, 2008, p. 2). As abelhas, fornecem sinais rápidos sobre problemas ambientais, mesmo antes do homem perceber sua ocorrência e amplitude.

Estudos mostraram que vários praguicidas são absorvidos pelos lipídios dos grãos de pólen. Esta toxidez pode ser mantida por tempo prolongado neste alimento, que as abelhas armazenam nos favos, e causar mortalidade nas crias e nas abelhas jovens durante um longo tempo e mascarar a causa real. A redução da área de forrageamento altera a disponibilidade do alimento e afeta a reprodução e o povoamento de enxames (BRAGA; NUNES; LORENZON, 2008, p. 2).

Dessa forma, os produtos apícolas — mel, própolis, cera, geleia real e pólen — podem ser usados também como bioindicadores para monitoramento dos impactos ambientais causados por fatores biológicos, químicos ou físicos. O monitoramento a partir de produtos apícolas pode ser uma das formas de prevenir a contaminação ambiental (SILVEIRA, T. A. 2012, p.1).

De certa maneira, considera-se a Apicultura, uma cadeia produtiva que gera emprego, renda, desenvolvimento sustentável, e, sobretudo desenvolve a economia solidária, visto que através da meliponicultura os cultivadores trabalham em coletividade, se empoderando do ambiente natural para sua produção, muitas vezes realizadas sobre formas de associativismo ou cooperativismo (ACV, 2012).

A apicultura, em aspectos gerais, sempre foi uma atividade intrinsecamente ligada à natureza, seja pelo trabalho de polinização das plantas, de importância fundamental para a agricultura, proporcionando ganhos de produtividade em diversas culturas, favorecendo a manutenção da biodiversidade e impactando positivamente a sustentação do ecossistema local, seja pela produção do mel e outros produtos também utilizados na alimentação humana e com fins terapêuticos (BRITO, F. E. M, 2011, p. 2).

Quanto ao aspecto ecológico, a apicultura também contribui para a manutenção e preservação do meio ambiente devido a importante atuação das



abelhas como polinizadores naturais de espécies nativas e cultivadas, contribuindo para o equilíbrio do ecossistema e a manutenção da biodiversidade. É uma das raras atividades agrícolas que não tem nenhum impacto ambiental negativo, pelo contrário, é grande aliada na preservação ambiental (GOLYNSKI, A. 2009, p.1-2)

## 2.5 “DISTÚRBIO DO COLAPSO DAS COLÔNIAS (DCC)”

Refere-se à dizimação em massa de populações de abelhas. Este despovoamento das colmeias vem ocorrendo nos Estados Unidos e em mais de cinco países europeus e vem provocando altos prejuízos na indústria de alimentos. A síndrome foi detectada quando se encontraram colmeias cheias de mel, larvas e a rainha, mas com pouquíssimas abelhas adultas. Muito se especulou a respeito das possíveis causas do desaparecimento das abelhas, porém, uma das hipóteses apresentadas pelos pesquisadores é a contaminação do meio ambiente (BRAGA; NUNES; LORENZON, 2008, p.1).

Nas colônias nativas, o colapso é também agravado por desmatamentos e a destruição dos habitats naturais. À medida que as florestas são derrubadas e substituídas por plantios ou, áreas urbanas, as abelhas silvestres são localmente extintas ou, confinadas a pequenos fragmentos de onde podem eventualmente desaparecer (BRAGA; NUNES; LORENZON, 2008, p.1).

Os fatores que mais contribuem para a redução da diversidade de abelhas são a fragmentação de habitats, que tem sua origem nos desmatamentos; o uso de pesticidas em culturas agrícolas e a introdução de espécies capazes de competir com as abelhas nativas, principalmente pelos recursos florais (KEVAN; VIANA, 2003). As causas da DCC, ainda não se sabem. Já foram apontados diversos fatores como responsáveis pelo novo fenômeno, desde uma nova doença até as ondas eletromagnéticas dos celulares (LIMA; ROCHA, 2012, p. 17).

A Desordem do Colapso das Colônias é caracterizada pela ausência de abelhas vivas ou morta na colônia, mas com a presença de crias e alimento, podendo ser encontrado, em alguns, uma pequena quantidade de operárias e a rainha dentro da colmeia. Em caso de colônias que estão iniciando a DCC, observa-se uma quantidade de cria maior do que a capacidade das operárias de cuidarem das mesmas, concentração de operárias novas na população da colônia, a presença da rainha e uma relutância da colônia em consumir o alimento energético ou proteico

fornecido. Não se sabe, ainda, as causas da DCC, mas as maiores desconfianças incidem sobre uma nova doença que acomete as abelhas, envenenamento por defensivos agrícolas, desnutrição, alto nível de consanguinidade e estresse (EMBRAPA MEIO NORTE, 2016).

O abandono das colmeias é outro fator que provoca perda aos apicultores. Nesse caso as abelhas (operárias e rainha) vão embora da colmeia, podendo ou não deixar o alimento e as crias para trás. Esse problema é sempre precedido de uma situação de estresse (condições ambientais desfavoráveis, manejo inconveniente, falta de alimento ou ataque de predadores) (EMBRAPA MEIO NORTE, 2016).

No Nordeste, em períodos de estiagem prolongada, é possível que o apicultor perca até 100% de suas colônias. A principal diferença dessa perda e da DCC é que no abandono os favos deixados para trás são imediatamente atacados por inimigos naturais (como a traça da abelha) e por abelhas de outras colônias para saque. Na DCC isso não acontece, a colmeia vazia passa algum tempo sem ser atacada por inimigos naturais ou saqueada por outras abelhas, sugerindo haver alguma substância tóxica ou repelente na mesma (EMBRAPA MEIO NORTE, 2016).

## 2.6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA APICULTURA

A trajetória de desenvolvimento do Território demonstra a necessidade de diversificação das atividades econômicas. Formada por um conjunto de pequenos municípios geograficamente próximos, a região, dos anos 1980 até meados dos anos 1990, ganha destaque com a produção de grãos, particularmente o tri - consórcio feijão - milho – mamona (PTDRS, 2010, p. 48).

A cadeia produtiva da apicultura propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, principalmente no ambiente da agricultura familiar, sendo determinante para a melhoria da qualidade de vida e a fixação do homem no meio rural (PEREIRA, D. S. 2003, p. 58).

Essa modalidade de empreendimento econômico, em que podemos verificar a adoção de uma ética não de exploração, que se fundamenta em uma modalidade de economia, com alguns traços da economia solidária, já que os apicultores precisam do “outro” para exercer sua atividade, seja na coleta do mel, seja na coleta da própolis ou em outra qualquer atividade (SILVA, 2012, p. 93-94).

A apicultura desperta grande interesse em diversos segmentos da sociedade por se tratar de um empreendimento de fácil manutenção e de baixo custo inicial em relação às demais atividades agropecuárias. De acordo com vários autores, corresponde a todos os princípios de sustentabilidade, causando impactos positivos nos âmbitos social, econômico e ambiental (GOLYNSKI, A., 2009, p. 1).

Ela pode ser considerada uma atividade de grande importância, pois apresenta uma alternativa de ocupação e renda para o homem do campo. É uma das atividades capazes de causar impactos positivos, tanto sociais quanto econômicos, além de contribuir para a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes. Pelo potencial de geração de trabalho e renda que a cadeia produtiva da apicultura possui, seu desenvolvimento de forma sustentada pode constituir importante mecanismo de promoção econômico social de amplos segmentos da população rural, que formam a maior parcela entre os trabalhadores dessa atividade (GOLYNSKI, A., 2009, p. 2-3).

A nível de Bahia, a apicultura é responsável pela geração de um número significativo de empregos diretos. Em todo o Estado existem cerca de 185 mil colmeias e aproximadamente 5.600 produtores, sendo que cada um possui, em média, 33 colmeias e produz 19 kg de mel por colmeia/ano (BRITO, F. E. M, 2011, p. 4).

### **3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Considerando a importância deste estudo, como uma forma de alerta sobre o possível DCC, foi utilizado o método de pesquisa descritiva, analítica e exploratória com abordagem qualitativa.

Através de relatos de apicultores de municípios do Território de Irecê, está havendo a diminuição da produção de mel, ficando a hipótese de o motivo que está ocasionando isso ser o “Distúrbio do Colapso das Colônias (DCC)”. Segundo Johnson (2010), as causas do DCC pode ser um novo patógeno; um novo parasita; envenenamento por agrotóxicos; desnutrição; alto nível de consanguinidade; estresse ambiental; manejo apícola inadequado.

Embora a bibliografia comprove o aumento da produção do mel no território e na Bahia em si, isso graças aos incentivos de políticas públicas, eventos, cursos de capacitação em apicultura, doações de casas do mel, não havendo estes,

consequentemente iria ocorrer uma diminuição das abelhas e da produção do mel, já que é evidente a degradação por uso de defensivos agrícolas, desmatamentos, radiações eletromagnéticas e o crescimento imobiliário no território.

#### 4 CONCLUSÕES

Desta forma, verificou-se que com este estudo, fica o alerta para o apicultor e o agricultor em geral, que possivelmente os agroquímicos utilizados nas lavouras do território estejam afugentando as colmeias e com isso diminuindo a quantidade de produção de mel do território, segundo depoimentos de apicultores e agricultores entrevistados. O traz uma preocupação de avaliar a necessidade de estudos detalhados sobre o desaparecimento das abelhas por um possível contaminante, que podem ser os agroquímicos.

#### 5.0 REFERÊNCIAS

ACV- Assessoria de Comunicação Veracel. **Uso múltiplo da floresta de eucalipto promove geração de renda com apicultura.** 2012. Disponível em <<http://www.agazetabahia.com.br/ver.php?id=2094>> Acesso em: 28 abril 2016.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. **Plano de desenvolvimento da apicultura na Bahia.** Salvador. p. 37. 2013/2014.

BRAGA, Juliana Almeida; NUNES, Rodrigo Morais; LORENZON, Maria Cristina. **Abelhas sem ferrão brasileiras como bioindicadores em vegetação de floresta tropical úmida.** 2008. Disponível em: <[http://www.ufrrj.br/abelhanatureza/paginas/docs\\_abelha\\_nat/ArtigoMandacaia.pdf](http://www.ufrrj.br/abelhanatureza/paginas/docs_abelha_nat/ArtigoMandacaia.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRITO, F. E. M. **Agricultores, Cooperativas e a Organização da Produção de Mel no Território Nordeste II.** 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307008031\\_ARQUIVO\\_ArtigoXICONLABago2011.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307008031_ARQUIVO_ArtigoXICONLABago2011.pdf)>. Acesso em: 21 abril 2016.

EBDA-Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. **Território-Irecê.** 2012. Disponível em:<<http://www.ebda.ba.gov.br/pactofederativo/index.php?id=territorio-irece>>. Acesso em 11 nov. 2015.

EMBRAPA MEIO NORTE- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte. 2015. **Desordem do Colapso das Colônias (DCC)**. Disponível em: <<http://www.cpamn.embrapa.br/apicultura/desordemColapso.php>>. Acesso em 14 abril 2016.

GOLYNSKI, A. **Avaliação da Viabilidade Econômica e Nível Tecnológico da Apicultura no Estado do Rio de Janeiro**. p. 1-2, 2009.

JOHNSON, R. **Honey Bee Colony Collapse Disorder**. 2010. Disponível em:<<http://www.fas.org/sgp/crs/misc/RL33938.pdf> >. Acesso em: 11 nov. 2015.

KEVAN, P. G.; VIANA, B. F. **The Global decline of Pollination Services**. Tropical Conservancy, n.4, v.4, 2003.

LIMA, Marília Cecília; ROCHA, Sá de Alencar. **Efeitos dos agrotóxicos sobre as abelhas silvestres no Brasil**. Brasília, p. 17. 2012.

MARQUES, A. P. S. **Da Construção do Espaço à Construção do Território**. 2010. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3293/1/Da%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20%C3%A0%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20territ%C3%B3rio.pdf> > Acesso em 28 abril 2016.

PEREIRA, D. S. **Curso de capacitação em apicultura**. Mossoró-RN, p.58, 2003.

PNES- Plano Nacional de Economia Solidária. 2015-2019. **Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. 40 p. 2015.

PTDRS- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê**. p. 9-10, nov. 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Misael Gomes. **O homem e a apicultura: a teoria do ator rede, reciprocidade e a sustentabilidade socioambiental**. *Rev. Elet. Ciên. Soc.* n.1. p.93. nov. 2012.

SILVEIRA, T. A. **Os produtos apícolas podem ser usados como bioindicadores para o monitoramento de impacto ambiental causado por fatores biológicos, químicos e físicos**. 2012. Disponível em: <[http://www.esalq.usp.br/acom/clipping\\_semanal/2012/7julho/30\\_a\\_06/files/assets/downloads/page0006.pdf](http://www.esalq.usp.br/acom/clipping_semanal/2012/7julho/30_a_06/files/assets/downloads/page0006.pdf)> Acesso em: 21 abril 2016.

## RESUMOS

## **O PAPEL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE : ECONOMIA SOLIDÁRIA, SUSTENTABILIDADE E A RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL SUL/SERGIPANO**

**Acsa Rebeca Gomes de Oliveira; Thamires de Melo Menezes Santos; Lillian  
Maria de Mesquita Alexandre**

Santa Luzia foi umas das povoações mais antigas de Sergipe, podendo até se colocar em local de destaque porque, foi terra de tentativa de colonização pelos portugueses no final do século XVI, e catequizado por jesuítas. O município se encontra no litoral Sul Sergipano e é composto por comunidades tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados que ocupam territórios e recursos naturais desenvolvendo conhecimento, transmitindo de geração a geração.

Assim, o Turismo de Base Comunitária (TBC) vem sendo aplicado em comunidade de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma maneira de potencializar as atividades desenvolvidas pelos próprios moradores dando a possibilidade de um a renda extra ou até mesmo a única fonte de renda.

O estudo buscará se basear na reflexão da Economia Solidária que está inserida no modelo de produção cooperativista, investindo em inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores que são os responsáveis pela criação da economia, assegurando a distribuição igualitária dos resultados econômicos, da posse coletiva dos meios de produção, sendo assim, os princípios organizativos da economia solidária. Nas últimas décadas, a economia solidária surge como alternativa de geração de trabalho e renda, para trabalhadores e trabalhadoras expostos ao desemprego, ou ao trabalho informal precarizado, ou seja, aqueles que foram excluídos do mercado capitalista. Entendendo a importância da Economia Solidária para uma comunidade como Santa Luzia do Itanhy, que contém comunidades tradicionais distintas obtendo pouca renda, ou nenhum retorno financeiro. A relação da economia solidária junto com o Turismo de Base Comunitária tem por objetivo promover e reinventar novos produtos e serviços para o mercado turístico, que com a contribuição da economia criativa, agrega-se valores as atividades, turísticas, tornando-se assim um campo fértil para a economia solidária, atraindo turistas de todo local, e favorecendo á comunidade um retorno econômico, cultural, histórico e artístico.

Para isso, os estudos em grupo, sobre essa nova abordagem da Economia solidária, incluindo a sustentabilidade como uma forma de relação do turismo com o meio ambiente e a comunidade, através do TBC , elaborando pensamentos e reflexões de como a economia criativa tem a contribuir também na produção de inovações no mercado econômico, dando a possibilidade de retorno a essas comunidades tradicionais existentes na comunidade e fonte de renda para as mesmas, valorizando sempre o potencial existente no litoral Sul Sergipano de grandes potenciais turísticos tanto naturais como culturais. Espera-se contribuir para a organização da comunidade tradicional local, com o intuito de despertar a

importância desta organização para que o TBC possa ocorrer como viés para o fomento do turismo sustentável.

**Palavras-chave:** Santa Luzia do Itanhhy. Economia Solidária. TBC.

**Referências:**

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009.

SILVA, Francisca de Paula.(org.).**Turismo de Base comunitária e cooperativismo**: Articulando pesquisa e ensino no cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013.

## **O PAPEL DA PASTORAL DA CRIANÇA COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CIDADE DE MONTES CLAROS**

**Aline de Jesus Cardoso Oliveira<sup>1</sup>**

**1 Introdução** A instituição não governamental, neste caso a Pastoral da Criança, atua na cidade de Montes Claros, sendo que o seu papel é desempenhado por agentes comunitários que acompanham as famílias, crianças e gestantes, no objetivo de promover orientações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania. Essa pesquisa teve como objetivo responder à problemática existente de como as instituições públicas, privadas, do terceiro setor contribuem para o desenvolvimento de dado território e de que modo uma instituição da sociedade civil, sem fins lucrativos, com base na Filantropia e no trabalho voluntário, pode contribuir com o desenvolvimento do município de Montes Claros. Os procedimentos metodológicos do trabalho compreendem o referencial teórico, em que se explicitam conceitos e autores chaves do trabalho e toda a delimitação do objeto, os principais aspectos a serem analisados, as variáveis e os procedimentos de coleta de dados e as fontes dos dados.

**2 Fundamentação Teórica** Neste referencial teórico, aborda-se a economia solidária baseada no autor Laville (1999), que diz que para promover a democratização econômica é preciso que os cidadãos participem das atividades realizadas na comunidade.

Na concepção de Gaiger (2004) tem-se a importância da eficiência do sistema por meio da economia solidária, que o trabalho realizado pelos trabalhadores nas cooperativas fortalece a união do grupo e proporciona a capacidade de resolver os problemas vivenciados ao seu redor.

A eficiência sistêmica compreende a capacidade de promover a qualidade de vida das pessoas e proporcionar bem estar duráveis na sociedade. Abrange os benefícios sociais, não meramente monetários ou econômicos, tanto para os membros quanto para o entorno das organizações em questão e a criação de



externalidades positivas sobre o ambiente natural. As ligações principais dos empreendimentos são os fatores cujo efeito positivo decorre do caráter social cooperativo deles incorporados. Denominando assim uma comunidade de trabalho, que passa a determinar a racionalidade econômica (GAIGER, 2004). Com a sistematização, exploram-se as potencialidades propiciadas pela união dos trabalhadores, que ao unir os trabalhadores fortalecem seu poder de ação e elevam suas chances de resolverem problemas e realizarem projetos.

Partindo da ótica de Laville (1999), que define economia solidária como sendo atividades que tem por objetivo a democratização da economia atingida apenas por meio do engajamento dos cidadãos, ganhando assim destaque na esfera pública, iniciadas na sociedade, articula o sócio cultural por meio das práticas econômicas.

Os critérios da Economia Solidária demonstram sua intensa ligação com o significado de cidadania. Laville (2004) enumera tais critérios como sendo a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democracia de processos decisórios, a sociabilidade comunitária pública e multidimensional.

**3 Discussão e resultados alcançados** - Segundo os dados coletados no site da Pastoral da Criança do setor de Montes Claros, elaborou-se a tabela 1. Essa, mostra em números sua evolução e crescimento no decorrer dos anos na cidade de Montes Claros a partir de 1988 até os acompanhamentos realizados no 3º trimestre de 2013. Nesse ano, O número médio de acompanhamentos por mês das 336 comunidades com a realização dos 1093 Agentes comunitários foi de 11.353 famílias, 13.587 crianças e 740 gestantes. Também pode ser visto o acompanhamento da pastoral a partir de 1988. Os dados são crescentes, mas somente até 2007. A partir daí, começam a decrescer, isso pelo fato das crianças atendidas completarem o tempo de permanência, ou seja, atingir a idade de seis anos, ao passo que também pode ter a contribuição dessa diminuição com a saída de crianças da Pastoral da Criança, mudança de cidade. No início, era uma média de quatro Agentes por comunidade e cerca de dez famílias por agentes. Atualmente cerca de três Agentes por comunidade, cerca de dez famílias por Agente, sendo que a proporção atual é parecida com o início da implantação da Pastoral da Criança.

**Tabela 1:** Atuação da Pastoral da Criança em Montes Claros – MG de 1988 a 2013.

Ano	Quantidade de Comunidades atendidas	Quantidade de Agentes da Pastoral da Criança	Quantidade de Famílias Atendidas	Quantidade de Crianças Atendidas	Quantidade de Gestantes Atendidas
1988	83	395	4.131	6.281	325
1989	97	456	3.449	5.684	265
1990	108	444	2.756	4.345	232
1991	137	537	3.906	6.357	350
1992	158	645	4.232	6.552	290
1993	186	710	4.883	7.739	338
1994	212	843	6.093	9.427	410
1995	226	882	6.081	9.350	407
1996	274	1.139	7.427	11.131	417
1997	297	1.321	8.664	12.491	577
1998	330	1.413	10.255	14.712	643
1999	363	1.574	10.938	16.184	783
2000	348	1.630	11.103	15.930	686
2001	388	1.789	12.823	18.579	789
2002	361	1.630	13.026	18.865	723
2003	372	1.619	14.395	20.224	851

2004	397	1.689	15.607	22.477	885
2005	428	1.764	18.471	24.141	1.117
2006	492	1.998	20.789	26.771	1.147
2007	517	2.084	21.561	27.431	1.202
2008	452	1.751	17.395	21.713	961
2009	412	1.547	15.149	19.223	923
2010	396	1.504	15.030	18.510	850
2011	396	1428	14.290	17.459	857
2012	357	1.272	12.312	14.730	807
2013	336	1.093	11.353	13.587	740

**Fonte:** Sistema de Informação da Pastoral da Criança. Relatório Extrato de Indicadores, abrangência por níveis setor, trimestre. Folha de Acompanhamento – Disponível em – <http://www.pastoraldacrianca.org.br>

De acordo com os dados disponíveis no site da Pastoral da Criança, a atuação em Montes Claros é relevante, pois apresenta crescimento no número de crianças atendidas pela instituição não governamental que visa promover a saúde da criança e salvar vidas.

**4 CONCLUSÕES** - A Instituição atinge os objetivos promovidos não só com o trabalho de salvar vidas, mas também leva às famílias o espírito de cidadania, solidariedade e amor. Essa é a diferença da Pastoral da Criança na realização do trabalho na sociedade brasileira, mas todos esses resultados auferidos pela Instituição não eximem o poder público da responsabilidade de assumir o seu papel como autoridade na resolução de medidas de melhorias para essa população assistida pela Pastoral da Criança, sendo que os problemas, a pobreza, as desigualdades são fatores que levam ao déficit alimentar.

**Palavras-chave:** Instituição, Pastoral da Criança e Montes Claros.

#### REFERÊNCIAS:

Gaiger, Luiz (org.) (2004c), **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS.

LAVILLE, J.-L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional, **Revista crítica de ciências sociais**, 84, março 2009: 7-47.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES DE ÁGUA FRIA, CAPIM GROSSO E MONTE SANTO, BAHIA.**

**Dominique Santana Cerqueira; Daniele Coutinho da Silva; Isla Matos Ferreira;  
Pablo Rodrigo Fica Piras<sup>80</sup>**

Com uma pluviometria inferior a 300 mm/ano, o Semiárido nordestino estende-se por 982.563 km<sup>2</sup>, pouco mais de um décimo da superfície do Brasil. A agricultura familiar que se desenvolve a partir do cotidiano da caatinga subsiste em base à agregação de valor aos produtos locais, etapa esta na qual há a necessidade crescente de incorporação de tecnologia. O presente trabalho relata a aproximação extensionista entre estudantes de Engenharia de Alimentos e comunidades organizadas de municípios do interior baiano, com um assentamento do MST Água Fria, com uma cooperativa em Capim Grosso, e com uma Escola Família Agrícola em Monte Santo, a 80, 160 e 250 km de Feira de Santana, respectivamente. No imediato, as atividades desenvolvidas visam gerar renda, a partir da agregação de valor no beneficiamento dessas matérias primas, que são parte da tradição nos três locais, o mel e o licuri. Nas intervenções, adota-se a metodologia fenomenológica (Hüsserl, 2012), contrapondo as condições materiais de produção com a legislação sanitária relacionada (ANVISA, 2002; MAPA, 2000), através de visitas periódicas, de acordo com as demandas que vão sendo repassadas e conforme o avanço da discussão de suas soluções. Nestas, a equipe universitária é a responsável pelas atividades marcadamente técnicas, próprias da profissão, que compõem um leque amplo, dentre elas: identificação de processos produtivos e possibilidades de mecanização, projetos de equipamentos, capacitação em boas práticas de fabricação e demais ajustes à legislação sanitária, elaboração de tabelas nutricionais, rotulagem e outros requerimentos formais que contribuam à venda de produtos e subprodutos, colaboração na identificação de editais de financiamento e elaboração de propostas correspondentes, revisões bibliográficas etc.. O enquadramento da produção nas regulamentações requer adaptação constante às condições materiais dos locais, paulatinamente contribuindo à solução das pendências e dificuldades. Uma frente adicional de possibilidades, recentemente implantada, consiste na incorporação dos produtos da agricultura familiar às compras institucionais da merenda escolar, espaço extra-mercadológico que se converte em uma oportunidade e um desafio, simultaneamente, visto que esse enquadramento sanitário supracitado é igualmente exigido. Neste cenário, o contato entre estudantes e comunidades coloca a elas perante a constatação da imperiosidade da adaptação da tecnologia às necessidades das comunidades,

---

<sup>80</sup> Graduanda de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Feira de Santana, minik.santana@gmail.com

Graduanda em Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Feira de Santana, danielle\_coutinho@hotmail.com.

Graduanda em Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Feira de Santana, isla.matos@hotmail.com.

Orientador, professor do Departamento de Tecnologia. Tutor do Grupo PET Engenharias. Universidade Estadual de Feira de Santana, pafipi@uefs.br

inclusive abrindo a sensibilidade quanto à necessidade de políticas públicas com estes focos. Concomitantemente, este espaço de troca de saberes contribui para a reflexão do aprendizado das participantes e permite a apropriação de formas concretas com que o conhecimento e a tecnologia servem para transformar a realidade sertaneja, no caminho da melhoria das limitações materiais e da emancipação da comunidade, como contribuição ao desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, processamento, geração de renda.

## REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasil. (2002). Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.** Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/dcf7a900474576fa84cfd43fbc4c6735/RDC+N%C2%BA+275,+DE+21+DE+OUTUBRO+DE+2002.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 16.10.2014.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasil. (2014). Apresentação do PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em 16.10.2014.

Hüsserl, E.. (2012). **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 4ª ed., EdiPUCRS, Porto Alegre, 97 p..

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasil. (2000). Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. **Regulamento Técnico de identidade e qualidade do mel**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 out. 2000.

Singer, P.. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo de (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11-28.

Wiese, H.. (1995) **Novo manual de apicultura**. Livraria e editora Agropecuária Ltda., Guaíba – SC, 292p..

## A CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS NA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E RENDA DO RECÔNCAVO BAIANO

Irlan Freitas dos Santos<sup>81</sup>; Eliene Gomes dos Anjos<sup>82</sup>

O presente estudo quantitativo analisa em que medida os empreendimentos econômicos solidários (EES) contribuem na geração de trabalho e renda no Recôncavo baiano. Para tanto, será manuseado os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), com variáveis oriundas do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Senaes, entre 2010 e 2013 que registrou 48 EES nesse território. Sendo que 68,8% deles estavam em funcionamento e 25% em implantação. Desse universo, 72,9% estão na área rural e predomina a associação como forma de organização com 58,3%, seguida de grupo informal com 29,2%. Com esse cenário, busca-se relacionar à economia solidária com o desenvolvimento local para dimensionar as condições de trabalho e o desempenho econômico dos EES. Sabe-se que os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, utilizam-se da associação e da cooperação para enfrentar as adversidades enfrentadas, principalmente no mundo rural (ANJOS, 2013; ABROMOVAY, 2003). Ainda assim, percebe-se que os EES estão sendo um complemento de renda para parte significativa deles, pois na sua maioria os EES não conseguem manter uma renda fixa capaz de manter e suprir as necessidade de seus cooperados, associados e trabalhadores, porém enfrentam sérias dificuldades para se consolidar como organizações econômicas eficientes que assegurem os direitos laborais para aqueles que neles dispõem sua força de trabalho.

**Palavras-Chave:** Empreendimentos Econômicos Solidários. Trabalho. Desenvolvimento Local.

### REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **O futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003, p. 83-100.

ANJOS, Eliene. As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidades. In: **Bahia Análise & Dados**. Cooperativismo. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, vol. 3, n.1, jan.-mar. 2013.

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia sustentável**. Salvador: SETRE, 2011.

---

<sup>81</sup> Graduando de Gestão de Cooperativas da UFRB

<sup>82</sup> Doutora em Ciências Sociais, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

CATTANI, A. D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local**: a contribuição da Fundação Banco do Brasil - São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SIES. 2013. **Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária** – Ministério do Trabalho e Emprego. Base de Dados Senaes/TEM, Brasília.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**- 1ª ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. 2001. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão, PD&A, Rio de Janeiro

## **O ARTESANATO COMO ALTERNATIVO DE TRABALHO E RENDA NA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SANTO ESTEVÃO – AASE**

**Margarete Silva dos Santos<sup>83</sup>; Daíse de Jesus Ferreira<sup>84</sup>**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o trabalho que tem se desenvolvido no município de Santo Estevão-Ba por meio do grupo de artesãs (Associação dos Artesãos de Santo Estevão-Ba), que encontraram no artesanato uma alternativa de desenvolvimento econômico, baseado nos princípios da economia solidária. O procedimento aplicado neste estudo passou por uma revisão, bibliográfica, leitura de artigos referente ao tema de economia solidária e sistema de associação, em outro momento realizou-se visita à feira de exposição artesanal, realizada pela associação de artesanato no Centro Cultural do município, e por fim, conversas diretas com a diretora da associação, juntamente com seus membros, para entendermos a importância da AASE no desenvolvimento e na valorização do trabalho artesão. A economia solidária tem sido vista como uma nova forma de organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista. Uma alternativa às crises em que muitos países e seus trabalhadores enfrentam, estas, intrínsecas ao

---

<sup>83</sup> Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA

<sup>84</sup> Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA

sistema econômico. Dentre os principais autores, destacam-se Singer (2004; 2006; 2008;) cujos trabalhos abordam diretamente a economia solidária; Gaiger (2003), que aborda a economia solidária frente ao sistema econômico capitalista; Corrêa (1997) e Walk (2013), que abordam a questão das redes e das interações socioespaciais, além de diversos outros arcabouços teóricos obtidos no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O estudo sobre a economia solidária e em especial sobre Associação dos artesãos de Santo Estevão – AASE que consiste em o nosso estudo de caso, nos permitiu ter um maior entendimento sobre as estruturas e formas de organização das associações bem como o seu papel enquanto economia solidária. Desta forma, partimos das interações socioespaciais para entender o papel dos sujeitos dentro deste espaço, bem como as suas articulações internas e externas.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Anais: **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=967&article=171&mode=pdf>> Acesso em: 18/09/2014

SINGER, Paul. **Economia Solidária**, In: CATTANI, Antonio David. (org.). A outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

WALK, Elmarilene. **As redes de economia solidária**: Uma análise sobre a UNICENTRO e a associação CORAJEM de Irati, e sua atuação na região centro-sul do Paraná. Dissertação. Mestrado. Área de Gestão do território. Universidade Est

**Ministério do Trabalho em Emprego (TEM)**: <http://portal.mte.gov.br/portal-mteadual> do Paraná- Ponta Grossa. 2013

## **JUVENTUDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO DOS JOVENS NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL**

**Nayanna Reis; Maurício Oliveira<sup>85</sup>**

O estudo e a prática da inserção da juventude na economia solidária e em seus empreendimentos são ferramentas importantes para continuidade e avanço da mesma, tendo como base princípios da economia solidária como valorização da diversidade e da aprendizagem, a inserção da juventude em iniciativas da economia popular solidária pode ser vista como uma peça chave para o seu fortalecimento. Nesse sentido esse estudo busca demonstrar a importância dos jovens para a economia solidária e esta como uma alternativa para juventude, utilizando dados da SIES para analisar a presença da juventude nos empreendimentos de economia solidária do Brasil. A juventude precisa de emprego e renda, os dados do IBGE mostram que no país a média do desemprego é historicamente maior entre os jovens, os EEPS precisam de continuidade, renovação e formação, nesse processo temos uma complementação, onde a inserção dos jovens agrega mais força e valor aos empreendimentos garantindo seu progresso, e os jovens encontram uma forma alternativa de trabalhar e desenvolver suas capacidades dentro de uma perspectiva diferente da encontrada nos pressupostos da economia tradicional. A economia solidária caracteriza-se com um modo de produção e distribuição alternativo, onde prevalece a ideia de unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com a socialização destes meios e dada a grande diversidade de organizações no ambiente da economia solidária é factível sua inserção nos mais diversos campos da atividade econômica (SINGER, 2000). Em uma sociedade marcada por uma forte desigualdade social, onde o jovem, especialmente das classes mais baixas, encontra poucas alternativas e oportunidades de emprego e renda a economia solidária aparece como uma forma alternativa e eficiente de mudanças. Observando dados do mapeamento nacional e da pesquisa amostral do SIES 2013, com foco na faixa etária dos sócios das EES, é possível ter uma ideia sobre a inserção dos jovens nas EES. No mapeamento, que em 87,5% dos EES foi declarado que a maioria dos associados são pessoas adultas, em 4% das EES predominam idosos, em 4,4% é maior a presença de jovens e 4,2% responderam que não há predominância. Os dados da pesquisa amostral não são muito diferentes, se consideradas adultas as pessoas entre 30 e 60 anos temos um total 70,8% de adultos, jovens entre 21 a 30 anos são 11,3%, somando temos um total de 82,1%. Sócios com idade abaixo de 20 anos são 2,0%, mesmo somados com os 11,3% de jovens com 21 a 30 anos, temos 13,3%, número menor até que sócios com idade acima de 60 anos, estes 14,9%. Deixadas de lado as diferenças quantitativas apresentadas entre as duas pesquisas, os dados apresentados mostram que ainda é muito pequena a proporção de jovens inseridos nos empreendimentos de economia solidária, por isso iniciativas como o Estatuto da Juventude, Os Encontros da Juventude entre outras atividades que visam promover

---

<sup>85</sup> Bacharel em Administração pela UNEB; reishayanna@gmail.com; Estudante de Graduação em Economia pela UEFS; oliveira.souza.mauricio@gmail.com



a economia solidária como um caminho alternativo e próspero para a juventude, vêm se mostrando de fundamental importância para o fortalecimento da presença dos jovens na economia solidária.

**Palavras-chave:** Juventude, Economia Solidária, Desigualdade

## REFERÊNCIAS:

**Economia Popular Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais.** GRAIGER, Luiz Inácio G. & Grupo Ecosol. São Leopoldo: Oikos, 2014

**Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo, Contexto, 2000c.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) – **Situação da População Mundial, 2015** . Disponível na internet em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2015.pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **PME – Pesquisa Mensal de Emprego, 2014** . Disponível na internet em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=38](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=38)

MTE/SENAES – Base **de dados atualizada do Sistema de Informações de Economia Solidária** (SIES 2013). Disponível na internet em: <http://sies.ecosol.org.br/resultado>

## DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA NA RMS: UM ESTUDO SOBRE A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO.

Renaildes Cintra<sup>86</sup>, Rebeca Santana<sup>87</sup>; Jossel Santos<sup>88</sup>

Nos últimos anos, é visível a crescente presença de grupos informais, associações e empresas organizadas em bases cooperativas, em regime de autogestão. Embora sua forma mais comum sejam as cooperativas (de produção, prestação de serviços, comercialização ou crédito), tais princípios têm sido observados em distintas organizações econômicas, num verdadeiro poliformismo institucional, de empreendimentos situados em diferentes setores produtivos – da produção familiar à indústria de transformação – envolvendo diversas categorias de trabalhadores. (GRAIGER, 2003).

<sup>86</sup> Estudante de graduação em Ciências Econômicas UEFS/ bolsista de iniciação científica (Fapesb). [renacintra@hotmail.com](mailto:renacintra@hotmail.com)

<sup>87</sup> Estudante de graduação em Ciências Econômicas UEFS/ bolsista de iniciação científica (Fapesb). [rebeca.lauper@gmail.com](mailto:rebeca.lauper@gmail.com)

<sup>88</sup> Professor de Ciências Econômicas UEFS. ([josselborgessantos@gmail.com](mailto:josselborgessantos@gmail.com))

As desigualdades sociais e a pobreza constante na Região Metropolitana de Salvador são reflexos de longos períodos de políticas públicas mal estabelecidas tanto na dinâmica de produção quanto no que tange aos aspectos de sobrevivência da sua população. Alban (2005) delimita que o baixo desenvolvimento baiano teve por causa a inadequação das políticas de desenvolvimento, não só na área social, como também e sobretudo, na área econômica. Ao analisarmos o processo de industrialização na região verificamos que grandes investimentos foram feitos na tentativa de alavancar o setor e garantir uma maior complexidade a dinâmica produtiva, no entanto parte da população foi excluída do processo. De acordo com Filho e Junior (2007) a economia baiana nos últimos 60 anos conseguiu se complexificar, tanto do ponto de vista setorial, quanto espacial, avançando no sentido de diminuir a concentração na Região Metropolitana de Salvador e a prevalência na produção de bens intermediários.

Apesar de todo esse dinamismo num recorte sobre a região nas décadas de 90 foi possível observar a existência de altas taxas de informalidade no mercado de trabalho, deflagrando sobre a população uma situação de perda de autonomia e extrema carência de renda. Esta situação paradoxal de elevado crescimento econômico e a falta de desenvolvimento abriu espaço para que novas formas de organização econômica se estabelecessem. Em que podemos verificar o aparecimento da chamada economia popular na região, que se insere numa forma de estrutura formalizada ou não, de empreendimentos geridos por familiares ou de forma individual com caráter cooperativo e solidário. Partindo desta contextualização temos que o objetivo é destacar um caminho alternativo para o desenvolvimento local, analisando a importância da economia popular e solidária como mecanismo endógeno de inclusão do trabalhador desempregado e demarcando os efeitos deste processo como forma de redução dos níveis de desigualdades e pobreza.

A metodologia adotada segue o modelo de recolhimento de dados quantitativos e qualitativos sobre o tema. Sendo que, estamos utilizando fontes e referências bibliográficas que se aprofundam no estudo histórico sobre a economia solidária na RMS, de modo a identificar como este mecanismo promove um alargamento das oportunidades dos indivíduos no cenário produtivo da economia baiana.

Quanto aos resultados esperados da pesquisa, temos que por se tratar de uma investigação em fase inicial, não temos até o momento uma conclusão final. Apenas destacamos como perspectiva para os resultados delimitar os aspectos que comprovam os efeitos benéficos da nova forma de organização econômica na região, descrevendo uma melhor situação para o desenvolvimento social e local com a redução dos níveis de desigualdades e pobreza na RMS.

**Palavras-chave:** economia solidária, desigualdade, pobreza

## REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. **O novo enigma baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XI, 2005, Salvador, Anais. Salvador: UFBA. 2005. Disponível: <http://www.xienanpur.ufba.br/232.pdf>. Acesso em 15 de março de 2015.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

FILHO, Genauto F. De Carvalho; JUNIOR. Gildásio S. **Economia Solidária e**

**Desenvolvimento Local:** uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia. In: Artigo, 2007. Disponível: <http://dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>. Acesso em 05 de novembro de 2015

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista.** In: Artigo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-MG.(UNISINOS).2003.

Disponível:<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=967&article=171&mode=pdf>. Acesso: 10 de novembro de 2015

## **DIAGNOSTICO DA DIVERSIDADE DOS CULTIVOS AGRÍCOLAS E PERFIL DOS AGRICULTORES DE SANTO ESTEVÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Valdeir Vieira dos Santos; Elias Machado da Silva; Prof. orientador Dr: Wodis  
Kleber Oliveira Araujo<sup>89</sup>**

Buscou-se com esta pesquisa caracterizar o perfil dos produtores rurais e, com isso, estabelecer uma abordagem sobre desenvolvimento rural no município de Santo Estevão – Bahia, semi-árido brasileiro. Diante da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional quanto para a sustentabilidade ambiental dos territórios rurais, foram criadas políticas públicas voltadas para o campo justamente para favorecer esse setor da economia que é responsável por grande parte da produção de alimentos que vai a mesa da população brasileira. No entanto, mesmo com a criação dessas políticas voltadas para o campo, os Planos Municipais

---

<sup>89</sup> Graduando em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). [Valvieirasantis10@gmail.com](mailto:Valvieirasantis10@gmail.com)

Graduando em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). [eliasagro3@gmail.com](mailto:eliasagro3@gmail.com)

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil (2015); Professor Auxiliar da Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil. [Wodiskleber@bol.com.br](mailto:Wodiskleber@bol.com.br)

localidades rurais próximas ao Rio Paraguaçu: Fazenda Antas, Lagoa Grande, Fazenda Trapiá e Margens da BA – 491. Foram visitadas 20 propriedades rurais distribuídas nas quatro localidades escolhidas a fim de se obter uma amostragem o mais representativa possível. Em cada propriedade foi aplicado um questionário ao proprietário que constaram de questões diretas, algumas com opções de resposta sugeridas e outras abertas, nas quais os mesmos respondiam conforme as peculiaridades de sua propriedade, avaliando as características de cada um com o objetivo de obter maior precisão no levantamento dos dados. Com o levantamento constatamos 14 tipos de cultivos, o que mostra uma presença de diversidade de práticas agrícolas que será responsável em parte pelo abastecimento alimentar do grupo familiar e pela pequena produção destinada ao comércio local. Os perfis dos agricultores pesquisados se enquadram no modo de produção da agricultura familiar de baixa renda, onde as atividades são desenvolvidas em pequenas propriedades com o uso de mão-de-obra familiar em sua grande maioria e com baixo uso de tecnologias e assistência técnica para o cultivo e comercialização das lavouras

de Desenvolvimento Rural (PMDR) segundo Delgado e Leite (2015), apresentaram em sua maioria uma concepção bastante limitada de desenvolvimento rural onde a multifuncionalidade e pluriatividade estarão ausentes dos planos, bem como atividades de interesse para públicos específicos, como mulheres, jovens, assentados da reforma agrária, quilombolas, etc. Dentro desses parâmetros está o município de Santo Estevão com sua agricultura pouco expressiva e em decadência por consequência dessa percepção limitada de desenvolvimento rural que estabelece que determinadas regiões não sejam alvo das políticas públicas voltadas para o campo. A pesquisa foi desenvolvida em Santo Estevão – BA, em quatro

1

**Palavras chave:** Desenvolvimento rural. Diversidade agrícola. Segurança Alimentar e Nutricional.

## REFERÊNCIAS

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Documento final, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. : il. ; 16x23cm.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. : il. ISBN 978-85-63364-06-7.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Vinícius Moisés Rodrigues Semião<sup>90</sup>; Viviane Castro<sup>91</sup>.

O estudo refere-se à Economia Solidária - ES, também apresentada com as nomenclaturas de Economia Popular e Solidária, Economia Social, Economia Popular, enquanto modo de produção direto e alternativo, como uma organização de atividades de caráter econômico, em que a produção, a comercialização, os serviços, o consumo e as finanças são organizados, planejados, geridos e realizados de forma coletiva por seus membros, segundo os princípios da

<sup>90</sup>Graduando em Turismo, Universidade Federal de Sergipe – UFS. [viniciusmoises33@yahoo.com](mailto:viniciusmoises33@yahoo.com)

<sup>91</sup>Graduanda em Turismo, Universidade Federal de Sergipe – UFS. [violeira@ig.com.br](mailto:violeira@ig.com.br)

solidariedade e que é um modo de produção possível para o Turismo de Base Comunitária – TBC que tem como princípios a estruturação do trabalho solidário, a autogestão, o protagonismo comunitário, a divisão justa de ganhos e a preservação ambiental, configurando-se como similares aos princípios da Economia Solidária. Este modo de produção beneficia minorias e conseqüentemente possui papel fundamental no desenvolvimento local. Na atividade turística permite que a cadeia produtiva do TBC se fortaleça se estruture um fluxo contínuo de circulação de bens e serviços com geração e distribuição de renda para os membros. Essa é uma nova forma de pensar a distribuição dos benefícios e oportunidades do turismo e que colabora para com a sustentabilidade da atividade, sobretudo as dimensões sociais e econômicas, uma grande estratégia de desenvolvimento local e uma justa distribuição do bem viver. O principal objetivo deste artigo é realizar uma abordagem acerca da Economia Solidária enquanto estrutura de organização econômica e estratégia para o desenvolvimento local através do TBC. A metodologia adotada no estudo propõe fazer um enfoque nos principais referenciais teóricos sobre o TBC, a Economia Solidária, o desenvolvimento local e a sustentabilidade, através de pesquisa bibliográfica, contribuindo assim para o esclarecimento sobre os conceitos, visando um maior entendimento sobre a relevância da Economia Solidária como modo de produção para o modelo de desenvolvimento do TBC, suas relações e interações. A conclusão é de que a Economia Solidária se apresenta como organização econômica inovadora, diante do modelo capitalista, e viável para o TBC, principalmente por privilegiar o protagonismo comunitário, o trabalho solidário e as decisões coletivas, uma estratégia de regeneração econômica no qual o TBC vem se apoiando e se favorecendo por apresentar elementos de empoderamento da comunidade, de inclusão social, de valorização da cultura, de preservação de saberes e fazeres, que permite que os pequenos empreendedores da cadeia produtiva do TBC possam ofertar bens e serviços, com autonomia, igualdade de oportunidade e de ganhos, portanto de fundamental valor para o desenvolvimento local de forma sustentável.

**Palavras-Chave:** Turismo de Base Comunitária. Economia Solidária. Desenvolvimento Local.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, P. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papyrus, 2001.

BARTHOLLO, Rodrigo S.; SAN SOLO, Diego G.; BUSZRTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/livro%20TBC.pdf>>. Acesso em: 10/11/2015.

BETTI, Patrícia. **Turismo Comunitário na Economia Solidária**. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém/PA, 2012

CRUZ, Gustavo da; GUZMÁN, Sócrates J. M.; CASTRO, Luciana L. C.. **Uma abordagem teórica da aplicação do *Balanced Scorecard* como ferramenta de gestão a destinos Turísticos de Base Comunitária**. Revista de Cultura e Turismo - CULTUR, ano 05 - nº 01/Especial. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2011.

MEDEIROS, Viviane C. F. de A. da. **Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Turismo. NATAL/RN, 2011

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.** Porto Alegre: Bookmann, 2003.

ROQUE; Andreia. **Os desafios do Turismo Rural comunitário no Brasil.** Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural, 2015.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 2000.

SALES, Gabriela A. F. de; SALLES, Maria do R. R. **Hospitalidade em rede: turismo comunitário e economia solidária no Ceará.** Cadernos Ceru v. 21, n. 2, 06, 2010.

SILVA, Andréia V. da. **Economia Solidária: Uma estratégia política de desenvolvimento.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SILVA, João. P.; JESUS, Paulo de; FONSECA, Jadson M. da F.; **Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE.** Caderno Virtual de Turismo, v. 11, n. 3, p.325-340. Rio de Janeiro, 2011.

SINGER, Paul. **A outra economia.** In: CATTANI, David (Org). Economia Solidária. Porto Alegre: Editora Veraz Ltda., 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

## RELATOS DE EXPERIÊNCIA

## **COOPERATIVA COSTURANDO IDEIAS - COOPERCID**

Relato de experiência apresentado na sessão 01 do GT01 – Os desafios do trabalho coletivo, Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local

Responsável pela apresentação: **Maiana Maria de Jesus Santos**  
(maiaramaria60@hotmail.com)

A iniciativa produtiva, criada em 2007, agrega trabalhadoras do Calabar e adjacências (Salvador, BA), com histórico de formação quilombola, dedicando-se ao corte, costura e produção de peças de vestuário e acessórios em tecido.

Relatou-se a experiência de criação e crescimento da Cooperativa, ingresso de novas pessoas, produção, reconhecimento e formalização, ocorrida em 2014.

Acentuou-se como é muito difícil uma cooperativa se manter ativa por tanto tempo, o que já, em si, representa uma vitória, especialmente dentro de um bairro onde as possibilidades, são pequenas. A iniciativa enfrenta, no entanto, problemas em sua gestão.

A iniciativa teve inicialmente o apoio do Walmart. Hoje é acompanhada pela ITCP-UFBA. Também conta com o apoio do IFBA e da Petrobrás.

## **PENSART - GRUPO DE GERAÇÃO DE RENDA DO PROJETO VENCER JUNTOS**

Relato de experiência apresentado na sessão 03 do GT01 – Finanças Solidárias

Responsável pela apresentação: **Márcia Maria Rodrigues de Freitas**  
(mmrfreitas@bol.com.br)

Iniciativa produtiva de Varzea da Matriz, zona urbana de Aracati, Ceará, voltada para a produção e comercialização de artesanato. Trata-se de grupo



formado por cinco famílias que participam da *APROVEJ - Associação Vencer Juntos* e de projetos de geração de renda da diocese de Limoeiro do Norte

Relata-se que o objetivo da iniciativa é o desenvolvimento social, especialmente voltado para educação e compreensão social.

Relatou-se a experiência em específico de Fundo Rotativo, que originalmente tinha o aporte de recursos externos, relacionados à Igreja Católica (suas pastorais) e atualmente é mantido por recursos próprios, oriundos de 2% do produto da comercialização dos bens produzidos pelo grupo.

Apontam-se como desafios para o grupo a comercialização e a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como a garantia dos recursos.

## GRUPO MARIA MARISQUEIRA

Relato de experiência apresentado na sessão 04 do GT01 – Finanças Solidárias

Responsáveis pela apresentação: **Ana Licia de Santana Stophilha** (stopilha@hotmail.com) e **Helena P. Bastos** (bio\_helena@hotmail.com)

As Mulheres Marisqueiras fazem parte da Comunidade Mangue Seco, bairro do Tendo, na periferia de Valença, Bahia. Na comunidade vivem cerca de 400 famílias (em torno de 1500 pessoas). A maioria sobrevive da pesca e da mariscagem, sendo que homens se dedicam à pesca e mulheres dedicam-se à mariscagem. Por ser um bairro periférico, conhecido pelos altos níveis de violência atrelados ao tráfico de drogas e cuja população sobrevive do trabalho tradicional, os moradores vivem à margem da sociedade. Inicialmente o grupo possuía 30 mulheres. Entretanto, atualmente o grupo consolidado conta com dez mulheres. Com a autonomia e os benefícios alcançados pelas Marisqueiras outras mulheres vêm solicitando a adesão ao grupo.

O Projeto Maria Marisqueira possibilitou uma série de atividades de formação e articulação na comunidade, a exemplo de processo para regularização dos documentos pessoais das trabalhadoras, tecnologia de Pescado, Boas Práticas, associativismos, mobilizações e eventos criados pelo projeto.

Em dezembro/2013 as Marisqueiras foram convidadas a participar do Festival Gastronômico de Valença, fato que repercutiu de maneira positiva na comunidade gerando inclusive convites para que participem de outras feiras e eventos de economia solidária, assim como obtiveram maior visibilidade de si próprias e da sua produção.

Os Cursos de Tecnologia do pescado resultaram em um livro de receitas elaboradas pelo grupo de marisqueiras. No final de 2014, a partir de uma parceria com a Secretaria de ação social do Município de Valença, o grupo Maria Marisqueira foi incluído na Feira de economia solidária que acontece no Município toda sexta-feira, na praça da independência. Ali expõem e vendem seus produtos e expandem seus negócios. Participar da Feira de economia solidária representa para as mulheres marisqueiras liberdade para comercializar seu produto, visto que se sentiam presas à figura do atravessador para intermediar a venda, o que lhes tolhia toda a perspectiva de lucro.

O grupo inicia, agora, a discussão para a elaboração de um estatuto para o fim de formalização como cooperativa.

O grupo Maria Marisqueira conta atualmente com a parceria Universidade Federal do Recôncavo, através de sua Incubadora de Projetos solidários e a Incubadora para Projetos solidários da UNEB (INCUBA UNEB), a UNITRABALHO. Também mantém parcerias com a Secretaria de Agricultura do Município de Valença, Secretaria de Pesca do Município de Valença, o Instituto de Direito e Cidadania (IDC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IF BAHIA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia Baiano (IF BAIANO).

## MULHERES GUERREIRAS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE VILA FELIZ

Relato de experiência apresentado na sessão 05 do GT01 –A mulher e a Economia  
Popular e Solidária

Responsável pela apresentação: **Silvania dos Santos Lima**

Grupo produtivo formado por 46 mulheres da comunidade de Vila Feliz, distrito de Tiquarucu, em Feira de Santana, Bahia, envolvidas em políticas públicas como PAA e PNAE. Dedicam-se à produção de gêneros alimentícios, tais como sequilhos, pizzas, rocamboles, biscoitos, bolos, doces e compotas de frutas. Produzem ainda artesanato com diversos materiais, confecção de panos de prato, jogos de banheiros, pintura em tecidos e *biscuit*.

A produção é voltada principalmente para a merenda escolar do município de Feira de Santana, mas também é comercializada em feiras de economia popular para instituições privadas.

O grupo foi contemplado no edital da Feira Produtiva, projeto do município de Feira de Santana, obtendo uma cozinha comunitária. As trabalhadoras participaram, ainda, de cursos de capacitação e qualificação para produção e comercialização.

Inicialmente organizadas como associação, transformaram-se em cooperativa e relatam mudanças na comunidade Vila Feliz, decorrentes do protagonismo das trabalhadoras e dos demais benefícios advindos do trabalho.

## GRUPO PRODUTIVO DE MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES NOVA ESPERANÇA

Relato de experiência apresentado na sessão 05 do GT01 –A mulher e a Economia  
Popular e Solidária

Responsáveis pela apresentação: **Danci Estevão da Silva e Maria José dos Santos**

A iniciativa produtiva iniciou-se a partir de uma organização da Igreja Católica em 1995, da qual a formação do grupo de mulheres, em 2005, foi um desdobramento. A comunidade rural de Nova Esperança está localizada no Povoado de Quebra Machado, Distrito de Jequiçá, Valença-BA.

Além das atividades da associação em si, a comunidade também desenvolve atividades coletivas, a exemplo mutirões no beneficiamento da mandioca, para produção de farinha, farinha de tapioca e beiju, produtos que além de abastecer as famílias, quando excedentes são comercializados na Feira Livre do município.

O grupo surgiu a partir de vários debates durante as reuniões mensais onde se discutia formas de trabalhos coletivos baseado nos princípios do cooperativismo. Ressalta-se que um momento marcante para o grupo foi o uso de uma das ferramentas DRP (Diagnóstico Rural Participativo), denominada FOFA - Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, seja interna ou externa ao grupo, quando de fato se teve uma visão do que estava se iniciando, quais seriam os desafios e que para vencê-los a união do grupo seria essencial.

Para o melhor funcionamento do grupo, foi escolhida uma representante, outra pra cuidar das cuidar das finanças e outras pra fazer as anotações, porém todas participam de tudo que envolve o grupo e podem dar suas opiniões. Cada último sábado do mês é realizada uma reunião.

Destaca-se ainda a aprendizagem em relação ao aproveitamento de frutas. Se antes eram muitas vezes jogadas no lixo, hoje são reaproveitadas, e os produtos beneficiados voltam em forma de renda para as famílias.

Relata-se a progressiva diversificação dos produtos (cocadas, sequilhos e beijus) e o estabelecimento de uma nova dinâmica de comercialização. Foi criada uma página no facebook (“GP Nova Esperança”) para divulgação dos produtos e tudo que está relacionado ao grupo, que também possui o email [gpnovaesperanca2015@hotmail.com](mailto:gpnovaesperanca2015@hotmail.com).

Em parte de uma área doada ao grupo, pretende-se implantar a cozinha comunitária, enquanto em outra parte já estão sendo plantadas fruteiras que futuramente abastecerão a própria cozinha. Outro plano do grupo é vender seus produtos na sede da associação e nos programas do PAA e PNAE, pois no momento as vendas são feitas diretamente ao consumidor ou por meio de entregas em lanchonete ou pequenos supermercados.

## REDE MORRINHOS

Relato de experiência apresentado na sessão 07 do GT01 – Desenvolvimento local,  
Economia Popular Solidária e o espaço rural

Responsáveis pela apresentação: **Maridalva Freire Lemos**  
([maridalvafreire@gmail.com](mailto:maridalvafreire@gmail.com)) e **Ivna Herbenia Souza** ([herbeniasouza@gmail.com](mailto:herbeniasouza@gmail.com))

A Rede atua nas comunidades rurais de Lagoa de Dentro, Vereda dos Cais e Cabeça da Vargem, no município de Caetité-BA, e no Distrito de Morrinhos, Povoado Curral de Varas, Pajeú do Josefino e Beira Rio no município de Guanambi-BA. Os grupos envolvidos atuam nas seguintes atividades: costuras nos diversos segmentos de acordo com a especificidade de cada grupo; apicultura; processamento de frutas; produção de derivados de mandioca; cozinha comunitária e avicultura familiar.

O relato visava descrever a constituição e execução de uma Rede de Desenvolvimento Local, com objetivo de estimular a produção e consumo, potencializando, assim, a geração de trabalho e renda das pessoas envolvidas na

Rede. Percebe-se que, a partir de mobilização entre comunidades e parceiros, é possível a produção e ou comercialização coletiva, incluindo aquisição de insumos e matéria-prima pelos empreendimentos, sem perder sua individualidades como grupo.

A iniciativa conta com o apoio do Centro Público de Economia Solidária-CESOL local, prefeituras municipais dos 02 municípios, SETRE e empresa da iniciativa privada que atua na região.

Relata-se, ainda, a formação de um fundo rotativo solidário.

A rede é a responsável por dinamizar a economia do local, contando com o capital social já existente e reforçando o associativismo, os vínculos entre as pessoas.

## **GRUPO DE TRABALHO 02 - INCUBAÇÃO DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: PROCESSO EDUCATIVO DE TRABALHO EM ESPAÇOS POLÍTICO- PEDAGÓGICO**

O objetivo deste Grupo de Trabalho é reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que vivenciem ou reflitam acerca do processo de incubação enquanto espaço educativo-dialógico-político de organização da classe trabalhadora na perspectiva de uma *outra Economia*, que priorize as ações em redes de produção associada e o trabalho coletivo em tipologias como cooperativas, outras sociedades não empresariais, associações ou grupos informais.

## ARTIGOS



## METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA

Kátia Aparecida Santos<sup>92</sup>; Alessandra B Azevedo<sup>93</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, será apresentada a experiência vivida por quatro empreendimentos e como os seus trabalhos convergiram para a formação de uma rede solidária. Esta pesquisa descreve a importância dos vínculos formados entre o grupo e o facilitador e como empreendimentos econômicos solidários estão, através de redes, acessando políticas públicas de geração de renda, contribuindo para o desenvolvimento local e territorial. No bojo da pesquisa são levantados também históricos e conceitos de temas como Metodologia Participativa, Economia Solidária, Políticas públicas de inclusão socioproductiva e redes solidárias.

**PALAVRAS CHAVES:** Metodologia Participativa, Políticas Públicas, Redes Solidárias

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Formação e Comunicação e Práticas Negras Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários.

Desde a entrada do Governo Lula, em 2003, os movimentos sociais têm participado de maneira mais ativa na elaboração de políticas e criação de estruturas que apoiam o desenvolvimento de outra economia. Com a organização dos atores sociais, desdobramentos estaduais e municipais dessas políticas e estruturas vêm sendo implantados. A pergunta que fica é qual a diferença dos outros governos, se todos possuem políticas de geração de trabalho e renda?

A partir da década de 90, a economia solidária vem crescendo e se fortalecendo no país. Nesses 22 anos, muitas coisas mudaram, inclusive a

---

<sup>92</sup> Especialista em Inovação tecnológica, Sociedade e Tecnologia Social, pela Universidade federal do Recôncavo da Bahia, graduada em Comunicação Social pela Universidade da Cidade de Salvador. [katiaecosol@gmail.com](mailto:katiaecosol@gmail.com)

<sup>93</sup> Doutora em Política Científica e Tecnológica, pela Unicamp. [abaazevedo@gmail.com](mailto:abaazevedo@gmail.com)

percepção que a atuação de redes e trabalhos nas cadeias produtivas tanto a montante como a jusante do empreendimento são fundamentais para que a outra lógica da economia proposta pela economia solidária se consolide e os ganhos tangíveis e intangíveis possam ser distribuídos por todos.

No âmbito das políticas públicas, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi um marco na luta dos movimentos sociais, que, através de ações articuladas, conseguiram ter uma criação de uma secretaria ligada diretamente ao ministério de trabalho. Ela tem articulação com 22 Ministérios que, através de ações transversais, desenvolvem programas para fomentar empreendimentos de economia solidária.

Outra política importante da Senaes foi o mapeamento contínuo da economia solidária, realizado em todo território nacional desde 2005. Ele foi realizado com a parceria de inúmeras instituições do terceiro setor que estão envolvidas com a economia solidária e por universidades que, em uma ação em rede, buscam dimensionar o tamanho e as características da economia solidária no País. Dados do Sistema Nacional de Economia Solidária – SIES, revelam que mais de 1,7 milhões de pessoas, integrantes de empreendimentos de economia solidária, movimentam mais de R\$ 6 bilhões anualmente (SIES).

Na Bahia, as políticas públicas de economia solidária guardam uma correlação com a Senaes, tendo como diferencial o Programa Vida Melhor e a aprovação da lei estadual. Esta política está detalhada no corpo do artigo. É possível notar que atualmente tanto as políticas federais, estaduais, municipais como os órgãos de fomento como FAPESB e FINEP, buscam sempre estimular a atuação em rede dos empreendimentos econômicos solidários através de seus editais.

Neste sentido, vale ressaltar que as principais redes no Brasil surgiram na década de 1990, com o objetivo de criar espaços de trocas de experiências, formação, produção e comercialização, fazendo um intercâmbio entre empreendimentos das zonas urbana e rural. É possível visualizar redes que vem fortalecendo a atuação colaborativa entre os empreendimentos, como a UNISOL Cooperativas, fundada em março de 2000; a UNICAFES, fundada, no Brasil, em 21 de junho de 2005; A Rede Abelha, rede na cadeia da apicultura e meliponicultura dos estados do Nordeste do Brasil, que já existe há 14 anos; a Rede Xique-xique de Comercialização Solidária nasceu em 2004 e é uma articulação de trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais; a Rede Bodega de Produtos Sustentáveis do Bioma

Caatinga, que é uma Rede de iniciativa e coordenação da AGENDHA (Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia), criada em 2002; a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – Rede Arco Sertão, fundada em 2002 e composta pelo Território da bacia do Jacuípe, Sisal e portão do Sertão. Estas redes estão ligadas por várias vias que perpassam a sustentabilidade, pois elas fortalecem o movimento de economia solidária e desse modo se fortalecem, acessam juntas as políticas públicas, trocando experiências pautadas nas bases da participação, buscando resolver problemas comuns e divergentes de suas localidades, assim como se unem em busca de parcerias, recursos, clientes e fornecedores.

Todo esse movimento de formação de redes e de políticas públicas e criação de leis vêm gradativamente abrindo espaço para que os empreendimentos, Organizações Não Governamentais - ONGs e organizações da sociedade civil organizada participem desde a elaboração, até a implantação dos programas provenientes dessas políticas.

O artigo apresenta três grupos produtivos e um grupo que presta assessoria. Os grupos são: Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, Associação Sol Nascente - ASN, Arte Rede Solidária – ARSOL e Associação das Rendeiras da Cidade de Dias D'Ávila-BA – RENDAVAM. Estes grupos atuam em rede e todos contam com a assessoria da Pérola Negra.

Os grupos estão localizados na Região Metropolitana de Salvador - RMS, em bairros periféricos, onde a população vive em estado de vulnerabilidade social.

A análise proposta será feita através do método dedutivo e através de técnica de grupos focais<sup>94</sup>. Em uma primeira etapa foi realizada uma revisão de literatura que permitiu uma melhor compreensão do que são métodos participativos e como eles são usados no processo de capacitação e planejamento de grupos produtivos. A coleta de dados foi feita através da técnica de grupos focais, encontros e reunião de planejamento e avaliação com os grupos e lideranças comunitárias. Levantou-se em primeiro lugar informações sobre o histórico dos quatro empreendimentos pesquisados: através da elaboração de uma linha do tempo,

---

<sup>94</sup> Grupos Focais - Pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos e identificar problemas, sendo necessário haver um facilitador que administre o diálogo e estimule um ambiente de troca onde as pessoas se sintam à vontade para compartilharem suas ideias e opiniões, com o objetivo central de identificar sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto.

buscando entender como ocorreu o processo de criação dos grupos. No desenrolar do trabalho vieram à tona informações que nos permitiram entender a influencia de fatores internos e externos, desenhando-se assim o contexto do trabalho grupal.

## **2 APRESENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS QUE COMPÕEM A REDE**

A Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, foi fundada em 2007, quando um grupo de alunos da Faculdade da Cidade do Salvador, foi apresentado ao Movimento de Economia Solidária por uma colega de turma, praticante desse modelo de economia. Depois de várias reuniões para estudo e aprofundamento sobre o tema, uma parte da turma resolveu que todos os trabalhos acadêmicos seriam aplicados junto aos empreendimentos de economia solidária. A partir daí, foi elaborado e aprovado o Estatuto Social, constituindo-se formalmente a Pérola Negra.

A Associação realizou vários trabalhos de assessoria a empreendimentos econômicos solidários. Em 2008, durante a reunião de avaliação da FASOL (Primeira Feira Acadêmica e Solidária), surgiu a necessidade de se criar uma rede de comercialização com os empreendimentos presentes. Nasceu a rede ARTE REDE SOLIDÁRIA – ARSOL, composta por 30 empreendimentos. Com a ARSOL, os empreendimentos se fortaleceram e conquistaram vários espaços de comercialização e formação, sempre assessorados pela Pérola Negra. A conquista mais importante foi o ingresso na Loja do Espaço Solidário, no Centro Público de Economia Solidária da Bahia – CESOL.

Com a criação da ARSOL, pretendeu-se minimizar os problemas estruturais dos empreendimentos, otimizando toda a cadeia produtiva, resultando em ampliações nas possibilidades de comercialização. Após quatro meses de atividades, os membros da ARSOL concluíram que além da formação articulada com instituições ligadas à Economia Solidária, seria fundamental organizar uma rede autogestionária, com abrangência territorial na RMS, onde os empreendimentos promovessem trocas de serviços e saberes e o coletivo reunido pudesse se mobilizar para solucionar os problemas das diversas cadeias produtivas envolvidas.

Um dos resultados dessa ampliação das ações da rede foi a criação da Associação das Rendeiras da Cidade de Dias D'Ávila-BA – RENDAVAN. Criada a partir da iniciativa de uma integrante da rede ARSOL que resolveu replicar em seu

município a metodologia usada pela rede. Fundada em 21 (vinte e um) de fevereiro de 2009, constituída por um grupo de mulheres da cidade de Dias D'Ávila, a RENDAVAN visa atender à necessidade de difundir e resgatar a arte e a cultura da renda de bilros e bordados a mão, garantindo a valorização do trabalho manual, e geração de renda para mulheres do município.

Na busca de gerar renda, a RENDAVAN organizou, junto com as sócias, uma grade de formação que teve como objetivo qualificar e socializar as técnicas de renda de bilro e bordado para várias mulheres e desse modo constituir uma frente produtiva qualificada. Com este objetivo, a RENDAVAN demandou também instrutores do Instituto Visconde de Mauá, SEBRAE e SESOL,<sup>95</sup> organizando, assim, sua linha de produção e preparando associados e pessoas da comunidade para o mercado. As associadas da RENDAVAN, mulheres que não tinham renda, ou que recebiam apenas benefício do governo, hoje produzem e vendem peças artesanais que além de complementar a renda familiar, contribui para a transformação pessoal uma vez que promovem uma transformação positiva na autoestima dessas mulheres que passam a se sentir sujeitos atuantes na comunidade.

Em 2009, a Pérola Negra promoveu, na Faculdade da Cidade, um seminário sobre comercialização e comunicação, sendo, ao final do evento, procurada pela Associação Sol Nascente – ASN. Tratava-se de um grupo com perfil assistencialista, que atendia à comunidade de Vera Cruz com doações de alimento, creches-escola, grupos de estudos, dentre outros. O grupo desejava mudar sua atuação assumindo um perfil de geração de renda. Com a assessoria da Pérola Negra e fazendo uso do método participativo, um núcleo de produção de temperos foi instalado. A mobilização para tanto envolveu de forma participativa a difusão de conhecimentos entre os próprios integrantes do grupo, assessorias para a estruturação como o estudo de viabilidade econômica, planejamento e ação. O grupo começou a buscar parcerias municipais, territoriais, estaduais e nacionais, passando a atuar como empreendimento de economia solidária acessando as políticas públicas de geração de renda. Com esse trabalho em rede, a Sol Nascente beneficiou com formação profissionalizante seus associados e pessoas da comunidade, que também vieram a se associar na busca de maiores ganhos com o

---

<sup>95</sup> SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas  
SESOL – Superintendência de Economia Solidária  
Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Setre.

trabalho coletivo. Além da articulação local, a Sol Nascente também se integrou a ARSOL, passando a ingressar no Fórum Baiano de Economia Solidária e no movimento social Via do Trabalho<sup>96</sup> que teve um papel importante na articular de fornecedores e compradores para a sua produção, assim como atuou ativamente como ponte unindo os atores urbanos aos rurais e fortalecendo os grupos pesquisados no campo da produção e comercialização.

Segue uma figura que ilustra a rede em que os empreendimentos estudados estão inseridos. Vale destacar que é possível visualizar parcerias municipais, estaduais, federais e com outros empreendimentos.

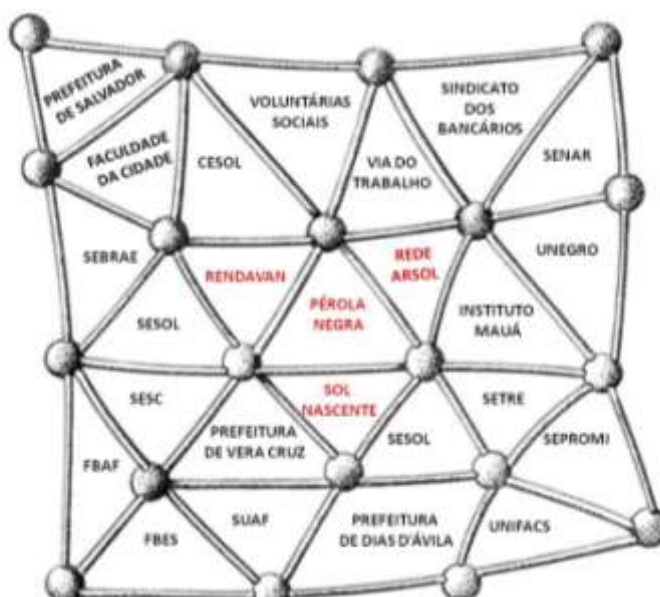


Figura 01: REDES PESQUISADAS COM SUA BASE DE FORTALECIMENTO  
Fonte: Elaboração própria

As redes pesquisadas estão interligadas entre si, fortalecendo-se mutuamente, trocando experiências, acessando as políticas públicas e espaços de formação e comercialização coletivamente. Quando uma rede ou empreendimento recebe uma demanda, da qual ela não pode cumprir em tempo hábil, articula-se com outras redes para a realização das tarefas, compartilhando os trabalhos e as sobras; são redes dentro de redes.

<sup>96</sup> **Movimento Social Via do Trabalho – MSTV** - Segmento representativo do Mundo do Trabalho, não temático ou de questão única, tanto no meio rural como no urbano, formado através da estruturação dos produtores e produtoras livres e associados, no interior de uma complexa cadeia de organizações, buscando interligá-las num único projeto coordenado atuante na sociedade em toda sua diversidade cultural, sua multiplicidade étnica, extensão territorial e, sobretudo, na complexidade do modo de vida dos inúmeros segmentos e camadas que constituem o mundo do trabalho.

A tabela abaixo apresenta a caracterização dos grupos estudados. É possível verificar que as redes estão envolvidas simultaneamente nos mesmos projetos. A Pérola, ARSOL, RENDAVAN e Sol Nascente compartilham de recursos oriundos de três projetos, porém a Sol Nascente, que tem uma atuação mais forte entre o urbano e o rural com mais dois projetos nesta área, beneficia, no momento da produção, os outros grupos, estimulando, desse modo, a autopeiese, que é a capacidade de criar-se ou recriar-se, fortalecendo-se mutuamente. Observa-se também um aumento significativo no rendimento bruto das associações e das associadas, que faturam hoje uma quantia superior ao dobro do seu rendimento inicial por hora trabalhada. Foi identificado que os grupos estudados, partindo do zero, gradativamente foram se envolvendo em redes, participando ativamente de ambientes sociopolíticos onde encontram ferramentas de acesso a políticas públicas inclusivas.

**Tabela 01: Caracterização dos Grupos estudados**

Redes pesquisadas	Nº de sócios	Produto	Ano de fundação	Redes envolvidas		Projetos (Ligados à geração de renda) 2007- 2011		Rendimentos anuais		Renda per capita	
				2007	2011	2007	2011	2007	2011	R\$	2011
ASSOCIAÇÃO PÉROLA NEGRA	06	Serviço	2007	00	05	00	03	420,00	5,600,00	200,00	700,00
ARTE EM REDE SOLIDÁRIA	25	Artesanat/ alimentação	2009	00	06	00	03	5,400,00	14,000,00	400,00	1,600,00
ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE	30	TEMPEROS PRONTOS	2007	00	09	00	05	300,00	36,000,00	150,00	700
ASSOCIAÇÃO DAS RENDEIRAS DE DIAS D'ÁVILA. BA	33	RENDAS, BILRO/ BORDADOS	2009	00	06	00	03	5.000,00	20,000,00	600,00	1,600,00

Fonte: Elaboração Própria

### 3 COMPREENDENDO MELHOR ALGUNS CONCEITOS

Quando se busca na literatura aprofundar os conhecimentos e compreender por que a atuação em rede e uma determinada metodologia contribuem mais que outra e por que elas vão impactar nos resultados de um programa de política pública é possível perceber que para entender o diferencial que algumas políticas têm, é preciso ir além da análise da política simplesmente como instrumento, é preciso entender como ela foi elaborada e de que maneira ela foi conduzida. Uma ferramenta que tem sido consenso entre os teóricos que são

fundamentais para dar voz aos atores diretamente envolvidos nos programas é a metodologia, que precisa ser construída em conjunto para que o grau de comprometimento de todos aumente.

A metodologia participativa busca a atuação efetiva dos participantes no processo educativo sem considerá-los meros receptores, nos quais são depositados conhecimentos e informações, como aborda Freire (1996) no que ele chama de *Pedagogia Bancária*. O enfoque participativo é fundamentado na escuta e valoriza os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vidas cotidianas.

É uma forma de trabalho didático e pedagógico baseada no prazer, na vivência e na participação em situações reais e imaginárias, onde através de técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outros, os participantes conseguem, por meio de fantasia, trabalhar situações concretas.

Nesta abordagem de Freire, pode-se afirmar que entre os grupos estudados, destaca-se a RENDAVAN, que absorveu a tecnologia social do processo participativo da Rede ARSOL, reaplicando em sua comunidade, buscando a eficácia na solução dos problemas do empreendimento, com simplicidade e baixo custo. A associação ganha autonomia passando a acessar políticas públicas de geração de trabalho e renda, contribuindo com a transformação social do local.

Dagnino (2009) define tecnologia social como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidos na interação com a comunidade, que representem efetivas soluções de transformação social. As seguintes características identificam uma tecnologia social: a) baixo custo operacional; b) simplicidade funcional; c) facilidade de manejo; d) eficácia na solução dos problemas cotidianos; e) uso em pequena escala; f) replicabilidade, isto é, a possibilidade de ser aplicada em outros contextos sociais com a mesma eficácia.

Assim como elencado por Dagnino, que na tecnologia social a metodologia precisa ser participativa e o beneficiário precisa participar da construção da tecnologia, Gramsci (*at* Nunes, 2009, 15) apresenta dois conceitos que precisam ser levados em consideração no momento da intervenção em uma comunidade: o “consentimento ativo” e a “vontade coletiva”, já que as ideias não ‘nascem’ de forma espontânea no cérebro de cada indivíduo. Elas possuem um centro de formação, de irradiação, de difusão e de persuasão: um grupo de homens ou mesmo um indivíduo



que as elaborou e apresentou sob a forma política da atualidade. O autor descreve ainda aspectos importantes na organização de um grupo:

As pessoas aprovam sua dedicação, lhes rendem homenagens e os apoiam. Nesse caso, normalmente Existem pessoas que admiram os que assumem mais responsabilidades do que os outros e reconhecem que elas são úteis, pois fazem avançar as coisas, mobilizam os demais, os menos capazes ou menos disponíveis. Esses líderes são, às vezes, reconhecidos rapidamente, existe um reconhecimento mútuo, uma cumplicidade na ação, um “consentimento ativo”, em que líderes e “liderados” caminham juntos, cada um em seu papel, para um objetivo comum” (GRAMSCI at NUNES, 2006, 62).

É possível visualizar os conceitos de Gramsci, Freire Dagnino e Nunes na metodologia utilizada pela Pérola Negra, que prima pela participação ativa dos atores e foi sendo aprimorada no decorrer das atividades, contribuindo, assim, para os avanços dos grupos.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formação dos empreendimentos colabora para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em rede. O êxito desse método, no entanto, não pode ser entendido somente pelos seus aspectos organizacionais ou de gestão, uma vez que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo e na formação de vínculos que permearam todo o processo.

Assim, a aplicação efetiva e engajada de metodologias participativas no processo de formação e planejamento contribui para a formação de redes, à medida que em sua aplicação despertam no sujeito a confiança em sua capacidade de decisão e transformação da sua realidade.

No âmbito da formação, esses aspectos comunitários precisam ser levados em consideração para que a participação de todos os membros do grupo seja efetiva. Segundo Nunes (2006, 101), o objetivo da metodologia participativa é favorecer a integração das pessoas, desconstrair o ambiente do grupo e promover pequenas vitórias coletivas. Nos quatro grupos estudados, observou-se a importância do papel das lideranças em todo processo de criação dos grupos que se inicia na mobilização chegando à formação. É visível que cada comemoração das conquistas alcançadas fortalece os vínculos tanto entre eles como entre eles e o facilitador.

Essas pequenas vitórias são fruto de uma tomada de consciência que, para Paulo Freire (1996), não é dada e sim construída em cada um através de sua

relação com os outros. Freire (1996) lembra ainda que o engajamento dos líderes revolucionários, assim como dos educadores, numa luta maior foi precedido da convicção da necessidade de lutar.

Dessa forma, o autor aborda não só o caráter político da comunidade, mas também a necessidade de que o facilitador comunitário seja também imbuído de propósitos revolucionários.

Os formadores, que utilizam a metodologia participativa e extraíram da *Pedagogia do Oprimido* de Freire (1996), promoveu nos empreendimentos, a reflexão sobre os problemas que cercam seu núcleo produtivo, sua comunidade ou sua cidade. Conseguem, desta forma, descobrir dentro dos sujeitos envolvidos no processo as soluções para os problemas elencados, soluções essas que precisam respeitar valores como solidariedade, generosidade, cooperação e união, libertando-se, assim, de um ciclo vicioso de dominação.

É muito importante analisar o grau de coesão, pois existem grupos que se formam pela primeira vez, outros que já possuem contatos anteriores entre seus elementos e, em todos eles, faz-se necessário desenvolver o vínculo com o facilitador, aplicando técnicas de apresentação que permitirão ao mesmo o conhecimento entre as pessoas e a psicodinâmica do grupo.

A estrutura básica de procedimento na aplicação das técnicas durante um trabalho de grupo é apresentada por Lopes, Luz, Azevedo e Moraes, que, de forma sintética, descreve sua metodologia em três etapas: a fase de apresentação, onde a proposta de trabalho é exposta; o vínculo entre o facilitador e o grupo, onde é criado e é feito um levantamento de expectativas – a segunda fase consiste na apresentação e exploração do tema e do *feedback*; e num terceiro momento é realizado o encerramento com a avaliação do processo e técnicas de fechamento. Essa metodologia contribui para o protagonismo dos atores envolvidos, quando se estabelece um laço de confiança entre o facilitador e o grupo.

Nessa metodologia, mais importante que os instrumentos e ferramentas utilizadas, são o envolvimento e o respeito ao saber local e a cada experiência trocada. Tudo isso é importante para fortalecer as iniciativas e gerar os vínculos que proporcionem o protagonismo de cada envolvido. Corroborando com a metodologia participativa de Nunes, a Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, que acompanha a REDE ARSOL, A ASSOCIAÇÃO SOL

NASCENTE E A RENDAVAN, desenvolveu um método participativo próprio que pode ser dividido em três momentos distintos: Sensibilização, organização das ações e adequação formal dos grupos. Essas etapas não acontecem necessariamente nesta mesma ordem e nem possuem transições bem delineadas, sendo essa divisão mais para efeito de compreensão do sistema do que para efeitos práticos.

Outro ponto importante é mesclar nesses encontros, momentos deliberativos com formação, isto é, aproveitar o momento da formação para buscar e trazer soluções para problemas reais dos grupos ou comunidades onde os mesmos estão inseridos, desse modo, oportunizando o acesso a informações cruciais para seu desenvolvimento. Sendo o público trabalhado de baixa renda e de baixa escolaridade, é preciso cuidar para que eles tenham acesso a informações as quais nunca tiveram e que são indispensáveis para uma tomada de decisão eficiente.

Conforme os grupos vão amadurecendo, tanto na eficiência na realização das tarefas quanto na coesão grupal, as reuniões se tornam mais espaçadas chegando a um mínimo de um encontro mensal.

Como consequência natural da ampliação das redes, os grupos vão buscar parceiros, e, para tanto, vão se adequando ao formato exigido para acessar as políticas públicas e o mercado de um modo mais amplo. Regimento interno, estatuto e formalização começam a ser demandados. A partir desse ponto, os grupos tornam-se mais independentes, sem necessariamente se desvincular completamente da assessoria, já que os vínculos estabelecidos durante o trabalho são, sobretudo, vínculos humanos. Esses grupos desenvolvem-se dentro do sistema capitalista, mas buscando construir outra lógica de produção, relações de trabalho e consumo. Esse movimento, no Brasil, é chamado de Economia Solidária.

Os empreendimentos que aderem a esse princípio possuem um modo particular de organização e produção assim sistematizado por Azevedo:

Consideramos como 'empreendimento de economia solidária' toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da "economia informal" em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) "inserção cidadã" das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária e denúncia de mecanismos antiéticos de mercado (AZEVEDO, 2007, 140).

Os empreendimentos econômicos solidários (Gaiger *at* Azevedo, 2007: 177,): “Primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por um lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante”.

A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos protagonistas de direitos.

A resistência e a luta desses trabalhadores envolvidos na economia solidária caracterizam primeiramente a luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes; normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à busca pela sobrevivência, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo de capital indiscriminado.

As redes de empreendimentos solidários são coletivos de coletivos. Sendo cada empreendimento uma rede de pessoas especializadas em diferentes tipos de produtos, comprometidas em encontrar soluções para alguns dos problemas comuns à maioria dos empreendimentos: aquisição de matéria prima a preços satisfatórios, comercialização e distribuição de produtos. As associações e cooperativas funcionam como rede, quando acessam políticas públicas, utilizando-se de documentação de um empreendimento, em benefício de vários outros. Esse “guarda-chuva” agrega vários pequenos grupos de produtores, que associados, fortalecem a cadeia produtiva local.

Essas “experiências democráticas” podem ser pensadas de forma mais abrangente, pensar a lógica do trabalho em rede, da produção coletiva, das relações estabelecidas consigo mesmo, com os outros, com a família, com a comunidade, com o ambiente natural e social (DUVOISIN, 2002).

O principal objetivo de uma rede desta natureza é permitir a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária em particular, e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento. Para tanto, tais redes “guardam um traço político forte ao constituírem-se a partir exclusivamente das próprias experiências oriundas da sociedade” (FRANÇA, 2006, 67).

Durante a pesquisa, foi perceptível um forte envolvimento das redes pesquisadas nas decisões políticas a nível local, municipal, estadual e federal, a exemplo da participação nas conferências, nos conselhos e nos planos plurianual – PPA. Desse modo, as redes estão em constantes trocas de experiências e saberes, gerando empoderamento para seus sócios e para as suas respectivas comunidades. Vale afirmar que as mesmas contribuíram muito para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

#### **4 CONCLUSÃO**

Ao fazer o acompanhamento dos quatro grupos, foi observada a grande oportunidade de analisar e refletir acerca do surgimento e amadurecimento de grupos a partir do uso da metodologia participativa aplicada pela Pérola Negra.

Para entender o êxito na aplicação dessa metodologia, é preciso pensar no facilitador como um ente, cujo envolvimento ultrapassa a técnica. As conquistas geradas por essa metodologia participativa de formação e planejamento levam os participantes a um elevado grau de integração e confiança, que gera multiplicação das ações e a socialização das ferramentas e acesso a políticas públicas. Esse é um processo contínuo de crescimento, que desperta em outros grupos o desejo de trilhar os mesmos caminhos, estimulando a disseminação dos princípios e práticas da economia solidária.

Nesse sentido, o grande diferencial do trabalho desenvolvido pela Pérola Negra é a não indefinição do tempo de vínculo, à medida que os grupos vão amadurecendo vão se tornando autônomos, em alguns casos inclusive contemplando a Pérola Negra em seus futuros projetos, invertendo, assim, a lógica comumente estabelecida nas relações entre empreendimentos e assessorias. É uma mão de duas vias, é uma ajuda mútua.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formações e planejamento colabora também para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em

rede. O êxito desse método, no entanto, não pode ser entendido pelos seus aspectos organizacionais ou de gestão, já que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo e da formação de vínculos que permeou todo o processo.

Nesse sentido, a participação desses atores em diversos espaços possibilita a conquista de direitos antes aparentemente impossíveis de serem conquistados, tais como: qualificação adequada, maquinários, espaços de comercialização, possibilitando a captação de novos clientes e ampliação da venda. Para os empreendimentos, pesquisados avanços como os citados foram fundamentais para manter o grupo motivado gerando seu desenvolvimento.

Deste modo, as políticas públicas de inclusão socioprodutiva funcionam como a chuva para uma terra bem arada, uma vez que aceleram a obtenção de resultados. De um ponto de vista bem pessoal, antes de participar do grupo Pérola Negra, tive a oportunidade de participar de um grupo de alimentação chamado Coopaed e foi possível, ao longo de seis anos, observar a falta de retorno financeiro mesmo com o grupo bem amadurecido politicamente. Sem recursos a serem acessados, os frutos demoram a aparecer e os grupos tendem à dissolução.

É importante observar que os empreendimentos de Economias Solidárias são formados basicamente por pessoas de baixa renda que, conseqüentemente, não possuem um lastro financeiro inicial característico dos empreendimentos tradicionais.

Os grupos pesquisados são redes dentro de redes e fazem parte de uma rede onde a forma de teia ajuda a compreender a integração e a importância da participação de cada um na sustentabilidade de toda a rede. Um ponto da rede alimenta o outro tanto no campo da troca de experiências quanto nos processos de produção e na busca por parceiros. Deste modo, a rede é a estratégia encontrada pelos grupos para que as políticas públicas de inclusão socioprodutivas possam beneficiar um número maior de pessoas. Assim sendo, a metodologia participativa propicia nos grupos à autogestão, o protagonismo e relações de trabalho mais humanas e solidárias, as políticas públicas de inclusão socioprodutiva encurtam a distancia entre os esforços e os resultados e as redes são a estratégia utilizada pelos grupos para garantir acesso e permanência em tais programas.

Finalizo destacando a participação ativa dos atores envolvidos, assim como destaco o reconhecimento deste desenvolvimento ao formato das redes e a metodologia aplicada.

## REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análises & Dados**. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2006.

NUNES, Débora. A Construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. **Bahia Análises & Dados**. Salvador: SEI v.12, n.1, p.59-76, jun. 2006.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2009.

DUVOISIN, A. I. A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigmas. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.) **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 99-103.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

AZEVEDO, Alessandra B. Autogestão e Competitividade. **Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas**. Campinas, 2007.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da Pedagogia da Participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

## OS DILEMAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS DO MST: UMA EXPERIÊNCIA NA INCUBA DA UFRB

Eliene Gomes dos Anjos<sup>97</sup>; Vivânia Santos de Jesus<sup>98</sup>;  
Murilo César Figueredo Virginelli<sup>99</sup>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de um projeto de extensão desenvolvido por professores da INCUBA e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Santo Amaro, Bahia. Adotamos a proposta metodológica da pesquisa-ação e, a partir desse pressuposto, realizamos várias oficinas partilhando saberes das vivências dos assentados e o conhecimento acadêmico sobre associativismo, cooperativismo, economia solidária e mercados institucionais. O objetivo principal consistia em fortalecer as iniciativas coletivas existentes nos assentamentos e contribuir com o processo associativo ou cooperativista dos assentados. Porém, na prática, as dificuldades enfrentadas foram tantas que inviabilizaram a constituição de uma organização coletiva que integrasse todos os assentamentos do MST localizados nessa cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos. Organização coletiva. MST.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisamos a experiência desenvolvida no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Santo Amaro-Bahia. Esse projeto está vinculado ao Programa de Extensão (PROEXT) com a participação de vários docentes e discentes dos cursos de Gestão de Cooperativas e Agronomia da UFRB.

Nosso objetivo consistiu em fortalecer as iniciativas coletivas existentes nos assentamentos e contribuir com o processo associativo ou cooperativista dos assentados, ainda que na prática tenhamos enfrentado diversas dificuldades para

---

<sup>97</sup> Doutora em Ciências Sociais, docente da UFRB, membro da INCUBA, Coordenadora da Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão do MDA. E-mail: [elieneanjos@ufrb.edu.br](mailto:elieneanjos@ufrb.edu.br)

<sup>98</sup> Graduanda de Gestão de Cooperativas - UFRB, bolsista de Iniciação Científica do – PRONINC – CNPq/Senaes. E-mail: [vivancias@yahoo.com](mailto:vivancias@yahoo.com)

<sup>99</sup> Graduando de Agronomia, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX da UFRB. E-mail: [figueredomurilo@gmail.com](mailto:figueredomurilo@gmail.com)



alcançá-los. Para tanto, adotamos a proposta metodológica da pesquisa-ação. Segundo Araújo Filho e Thiollent (2008):

[...] a ação pode estimular e unificar a participação na extensão, no ensino e na pesquisa da universidade. A participação no trabalho social se concretiza no respeito à cultura e à partilha do saber entre povos, na administração em parceria das terras ou, ainda, nos programas que consideram as famílias como especialistas (p.55).

A atuação dos professores e estudantes com o instrumental teórico metodológico da pesquisa-ação é expressa por meio da colaboração ou da união dos saberes dos diversos atores sociais envolvidos. Desenvolvemos algumas oficinas sobre associativismo, cooperativismo, economia solidária e mercados institucionais buscando contribuir para os processos de tomada de decisão dos assentados. Contudo, no segundo semestre de 2015 diversos percalços influenciaram na realização das etapas previstas no projeto, o que impediu o fortalecimento das associações já existentes nos assentamentos e a possibilidade de uma organização regional que integrasse os quatro assentamentos do MST, em Santo Amaro. Neste contexto, este artigo apresenta uma breve análise do papel político das formas associativas e dos impasses e desafios da organização coletiva no MST para, em seguida, descrever o levantamento das unidades produtivas de um assentamento e, por fim, uma reflexão das dificuldades que impediram a realização de todas as ações previstas no projeto.

## **2 O PAPEL POLITICO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO**

Nas experiências cooperativadas ou associativistas relacionadas à economia solidária ou ao movimento social, reivindicam uma consciência social e política por parte dos trabalhadores ao optarem por estes modelos de organização que se alicerça em outras bases e valores, visando escapar às regras capitalistas competitivas e injustas de trabalho e produção. Porém, a maioria dos estudos empíricos não confirma essa assertiva, pois as dificuldades para consolidar e garantir perenidades às cooperativas populares são tantas que o próprio MST, na primeira década dos anos 2000, estimula a cooperação informal devido à fragilidade na prática cooperativista disseminada pelo movimento (SANTOS, 2002).

Entretanto, anterior aos anos do novo milênio, o MST, a partir do final da década de 1980, com o crescimento do número de assentamentos sob sua

organização em todo país, adota o cooperativismo como estratégia de produção coletiva e de contraposição ao sistema produtor de mercadorias. Destoando assim da tradição da prática cooperativista no Brasil, historicamente adotada por um Estado autoritário na década de 1950, no bojo de políticas públicas que visavam aumentar as exportações e intensificar a capacidade produtiva da agricultura, em um período no qual o país apresentava altas taxas de crescimento demográfico. Portanto, o país não vivenciou em ampla escala, no passado, um cooperativismo popular identificado com as camadas subalternas, objetivando a emancipação social. À exceção de estados do sul do país, onde a criação das cooperativas realizou-se por iniciativas de padres católicos e foram implementadas entre os imigrantes europeus com prévia experiência de uma cultura cooperativista, nas demais regiões, principalmente as do nordeste, essas organizações ligam-se ao coronelismo e ao domínio dos grandes proprietários de terras (ANJOS, 2007).

Não obstante, na década de 1990, com o projeto de Incubadoras de cooperativas promovidas pelos adeptos da Economia Solidária e de núcleos de estudos sobre o cooperativismo em diversas Universidades brasileiras, foram criadas várias cooperativas populares como alternativas à crise do mundo do trabalho. Além disso, essas experiências revestem-se de um caráter utópico ideológico, fomentado pelo fim do socialismo burocrático na URSS e pela queda do muro de Berlim, pois, para os seus defensores, esta prática possibilitaria superação da relação capital/trabalho e a construção de novos paradigmas socialistas (SINGER, 2002).

O MST por ser o movimento social de maior expressão política na atual realidade brasileira, implementa nos assentamentos sob sua direção, uma prática cooperativista que, segundo os seus idealizadores seria distinta do cooperativismo em voga, representado no Brasil pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Este novo cooperativismo, descrito em publicações do movimento, caracterizar-se-ia pelo combate ao sistema vigente, pela autonomia dos produtores e emancipação dos trabalhadores, buscando uma nova sociabilidade baseada no trabalho coletivo e nas novas relações sociais oriundas de um processo produtivo coletivizado.

Baseada na concepção do cooperativismo como instrumento da luta de classe, a partir de 1989, o MST apostou na massificação dessa prática como estratégia política e de desenvolvimento econômico dos assentados. Depois de mais

de duas décadas de atividades, a maioria das cooperativas, sobreviventes de conjunturas adversas, apresenta limites para se consolidar como um empreendimento de desenvolvimento sócio-econômico; porém, há casos exitosos que adquirem relevância por ser, no momento, objeto de utopia para os idealizadores do projeto e dos que buscam superar os impasses vivenciados no cotidiano em prol de uma crença no cooperativismo como alternativa para os trabalhadores (FERNANDES, 2000).

### 3 IMPASSES E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

O MST foi fundado oficialmente em 1984, mas tem sua origem nos diversos movimentos de luta pela terra, desde as Ligas Camponesas<sup>100</sup> até a experiência das Comissões Pastorais da Terra – CPT. O primeiro Congresso realizou-se em 1985 do qual participaram 1.500 lavradores de 23 estados, dentre eles, a Bahia. Para este evento tornar-se possível, foram realizados vários encontros nos estados visando mobilizar diversos movimentos estaduais para o congresso, que teve como lema: *Sem reforma agrária não há democracia*<sup>101</sup> Este congresso ampliou a luta dos sem-terra e movimentos afins, pois acreditavam que a reforma agrária só seria realizada com a participação efetiva dos trabalhadores e por meio de ocupações de terra. Desse lema surgiu a bandeira de luta *Ocupação é a única solução* (FERNANDES, 2000). Durante o período de 1980, o movimento foi mais atuante no sul do Brasil, na década seguinte tornou-se paulatinamente uma organização de grande visibilidade nacional, estruturando-se na maioria dos estados brasileiros.

Com a notoriedade adquirida, o MST é o mais relevante movimento social na realidade brasileira, por isso tem sido investigado por inúmeros pesquisadores com métodos analíticos nem sempre convergentes. Navarro (2000) faz uma crítica afirmando que este movimento deixou de ser de *massa* para tornar-se de *quadros*, tornando-se assim, uma organização centralizada, com objetivos políticos e

<sup>100</sup> Durante a Era Vargas, o processo de industrialização e urbanização causou grandes impactos na agricultura, de forma mais acentuada no Nordeste, provocando intensas lutas pela defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais ameaçados de perder suas terras, essas lutas deram origem às Ligas Camponesas primeiramente em Pernambuco e Paraíba, depois se multiplicaram nos demais estados nordestinos e outros estados do país.

<sup>101</sup> É relevante lembrarmos que se trata do ano de reabertura política, iniciando-se um novo período na história do Brasil e os sem-terra organizaram-se para exigir a reforma agrária do novo presidente, Tancredo Neves.

ideológicos norteando suas ações e em determinados momentos, sendo impostos à base do movimento, aquela em nome do qual o movimento fala. Esta posição é compartilhada por outros autores que se afastaram do MST, de certa forma não aceitando que este seguisse o seu próprio percurso, inclusive diferenciando-se dos modelos teóricos dos assim denominados novos movimentos sociais.

Com o crescimento do número de assentamentos, o MST passa a preocupar-se com a organização da produção, visando viabilizá-las economicamente para os assentados e apresentá-las como *áreas modelo*. Diante desse contexto, foi desenvolvido pelo movimento em diversos assentamentos e em vários estados, a constituição de cooperativas inteiramente coletivizadas. Esta estratégia demonstra o caráter ideológico contido nessa prática e torna-se motivo de inúmeros impasses e divergências internas.

Além da resistência da adoção do modelo coletivo de produção, o MST defronta-se com outro conflito referente à identidade social original<sup>102</sup> nascida no mundo da *pequena produção* e rompida pelo tempo de acampamento e das ocupações de terra. Essa identidade reaparece novamente com a chegada ao assentamento e a reconstituição da vida comunitária do passado. Nesta tradição, a produção é realizada no âmbito familiar geralmente liderada pelo chefe da família, visando a sua sustentabilidade e consolidação como pequeno produtor. Em tais situações são comuns os anseios, entre tantos assentados, de refluir em relação à sua organização.

Na avaliação de Navarro (2002), um grande desafio para o movimento é a organização produtiva frente ao crescente número de novos assentamentos. Segundo este autor, as propostas produtivas até agora defendidas não têm concretizado situações inovadoras em relação às possibilidades usualmente enfrentadas por agricultores familiares pauperizados. Neste sentido, os assentamentos, como regra geral, não garantem uma autonomia econômica para as famílias que perderam a terra e voltam a ter acesso nos lotes individuais ou coletivos, pois se defrontam com formatos tecnológicos típicos de *agricultura de sobrevivência*.

---

<sup>102</sup> Esta identidade está associada à família na qual o homem tem um papel destacado como provedor e idealiza o pequeno produtor, sonho que é acalentado pela maioria dos sem-terra, que esperam um dia ter sua propriedade, ou seja, sua terra. Estes elementos, dentre outros, contribui para uma identificação com a lógica individual típica dos pequenos agricultores, opondo-se, dessa forma, com a lógica coletivista propagada pelo MST.

Por outro lado, Santos (2002) identifica nas estratégias de desenvolvimento social adotadas pelo movimento social, dentre eles o MST, o mérito de “[...] recuperar ou inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas” (2002, p.25). Proporcionando assim, experiências de produção e de convivência mais igualitárias e solidárias.

Na percepção de Carvalho<sup>103</sup> (2002), o MST empreende um processo de transformação social, desencadeando uma emancipação social continuada das classes subalternas no campo, buscando a superação das atuais contradições econômicas, da dominação política e da submissão ideológica, enfim, das subalternidades às quais as famílias dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra têm sido submetidas no Brasil. Assim afirma:

As pessoas, os grupos e classes sociais que desejam ser e vir-a-ser sujeitos das suas histórias estão em permanente tensão entre a alienação e a consciência crítica, entre a dominação e a libertação e entre a tutela e a emancipação. Muitas vezes, seja pela alienação ou pela repressão física e ou mental, pessoas, grupos e classes sociais conformam-se com as subalternidades, ensaiando, nos limites das suas possibilidades presentes, microconquistas num processo continuado de supostas libertações. No imaginário das pessoas e grupos sociais essas microconquistas podem representar as libertações sem que, necessariamente, se apercebam que tais liberdades podem estar sendo permitidas por outrem, seja pessoa, grupo ou classe social (CARVALHO, 2002, p.239).

Dessa forma, Carvalho afirma que a emancipação social é um processo contínuo, que pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim. O autor apresenta a hipótese de que o MST empresta um novo sentido ao processo histórico de emancipação social, processo esse que tem resultado objetiva e subjetivamente na afirmação da identidade social dos trabalhadores rurais sem-terra, na redescoberta de um sentido histórico para essa fração das classes subalternas no campo e na cidade identificadas com a luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança no modelo econômico vigente. Essa mobilização no processo de emancipação social continuada estaria contribuindo para a construção da cidadania ativa das pessoas de parcelas consideráveis das classes subalternas no campo.

---

<sup>103</sup> Este autor já editou inúmeros livros sobre o desenvolvimento agrário no Brasil, é um dos assessores direto do MST e analisa positivamente, ao contrário de Navarro, as ações empreendidas pelo movimento no sentido de formarem trabalhadores sem-terra em protagonistas da sua luta e história.

Ainda segundo Carvalho, as ações diretas, como as ocupações de terras e de prédios públicos, e a resistência prolongada nos acampamentos, assim como a implantação de uma pedagogia própria nas escolas, os novos jeitos e maneiras de realizar a formação dos militantes, a busca de formas alternativas de governo dos assentamentos, as místicas e valores adotados como códigos culturais para a afirmação da identidade dos sem-terra, redefinem, na prática social, as lutas de emancipação social continuada e novas relações entre o Estado e essa fração da sociedade civil.

Como as ações diretas do MST contestam e ensaiam redefinir, face às ofensivas das concepções e ações burguesas, o espaço público e as concepções dominantes na sociedade civil, tudo leva a crer que a afirmação cidadã dessas parcelas das classes subalternas que lutam pela terra ocorra nos espaços sociais criados por eles próprios, em uma tensão dialética entre espaços sociais emancipados socialmente e a tentativa, também continuada, de tutela desses espaços pelas classes dominantes.

Devido à sua luta pela emancipação da classe subalterna, o MST forjou uma identidade social de resistência, que Carvalho denomina de identidade de projeto. A consciência social dos sem terra:

[...] de que apenas a obtenção da terra é insuficiente para a realização dos seus objetivos econômicos imediatos já é efetiva; a percepção de que as demais lutas sociais por educação, saúde, cultura e formação são indispensáveis para sua emancipação de duas das três cercas que os dominam: o latifúndio e a ignorância é crescente e já lhes dá significado; a terceira cerca, o capital, em função dos processos de exclusão social e aumento da pobreza no país, vai aos poucos fazendo sentido para os sem-terra (CRVALHO, 2002, p.249).

O MST tem conseguido manter a luta pela reforma agrária na pauta de discussão dos principais problemas brasileiros. Com o crescimento significativo de assentamentos em diversas cidades do país, criou uma relativa dinâmica econômica, e este fato é atribuído à pressão exercida pelo movimento na luta pela implantação de programas de reforma agrária. A constante formação de assentamentos garantiu o acesso à terra a um número significativo de famílias rurais pobres e, em alguns casos, a um processo de democratização da vida política dos pequenos municípios, devido à constituição de novas formas de representação e de organização que o movimento estimula, tão logo os assentamentos são constituídos, contrapondo-se as políticas empreendidas historicamente pelos fazendeiros.

Um aspecto paradoxal na luta do MST se refere à trajetória das mulheres no interior do Movimento, esta tem sido objeto de uma contradição, que é a distância entre o discurso igualitário e a prática, chegando inclusive ao ocultamento do seu trabalho, desqualificando-o.

Na pesquisa realizada por Silva (2003) no Assentamento Terra à Vista sobre as relações de gênero, conclui-se que essas relações são desiguais e assimétricas. A autora reconhece que o MST, ao longo da sua trajetória, vem tentando incorporar a questão da igualdade de gênero como prioridade dentro da luta geral pelo socialismo, todavia, essa discussão não atingiu as bases do movimento, ficando restrita aos congressos, encontros e outras mobilizações, onde geralmente estão presentes somente os militantes. Logo, resta um longo caminho entre o discurso que visa estabelecer a igualdade entre os gêneros e sua efetiva concretização. Na prática o MST não tem conseguido superar esta contradição do modo de produção que se apresenta de forma mais aguda nas relações sociais vigentes no campo.

Com essas contradições, Navarro conclui que as famílias rurais encontram-se numa situação delicada, pois têm como representante maior da sua categoria um movimento que apresenta uma face conservadora nas suas lutas ideológicas. Entretanto, essa não é uma assertiva consensual entre os pesquisadores; de forma contrária, Carvalho (2002) sustenta que o processo vivenciado pelos sem-terra na luta pela reforma agrária, tendo o MST como mediador, possibilita uma emancipação social como processo continuado, assim as mobilizações e transformações no cotidiano de cada assentado são partes do processo sustentável que visa à transformação da terra e do modelo econômico.

#### **4 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS**

O Recôncavo possui uma quantidade significativa de comunidades rurais tradicionais e alguns assentamentos e acampamentos de reforma agrária, reflexo do processo de luta dessa região. A história econômica deste território remete-se à exploração da monocultura de cana-de-açúcar e do fumo. Durante séculos, este trabalho foi realizado por negros escravizados que, ao conquistarem o reconhecimento jurídico de cidadãos no final do século XIX, somaram-se ao contingente de homens e mulheres livres, porém excluídos dos direitos da sociedade

brasileira, na reivindicação da propriedade da terra e, de forma mais ampla, por uma inserção social que propiciasse uma verdadeira igualdade e liberdade com bases materiais compensatórias de um longo período de intensa exploração laboral e espiritual.

Contemporaneamente, os descendentes dos escravizados enfrentam sérias restrições para garantir sua sobrevivência com as unidades produtivas da agricultura familiar, convivendo ainda com o monocultivo, que no caso de Santo Amaro é a monocultura de bambu, produzido para as papeleiras instaladas no município.

Nesta cidade há quatro assentamentos constituídos pela luta do MST e dos trabalhadores Sem-Terra. O Assentamento Eldorado, situa-se a três quilômetros do centro de Santo Amaro, tem 18 anos de existência e abriga 53 famílias que conviveram, até poucos anos, com a falta de serviços básicos como água encanada e saneamento. Na mesma rodovia, BA 084, a poucos quilômetros de distância do Eldorado, existe mais três assentamentos organizados pelo MST. O mais populoso de todos eles, o Paulo Cunha, é formado por 170 famílias; já o Bela Vista é constituído por 30 famílias e, por fim, o assentamento Nova Suíça que integra 70 famílias.

Todos os assentamentos citados apresentam problemas estruturais, consequência da escassez de investimentos dos órgãos públicos para fortalecer o processo ainda incipiente de reforma agrária no Brasil. Na estrutura orgânica do MST, esses quatro assentamentos compõem a Brigada Carlos Marighella, da Regional Recôncavo da Bahia. Esta estratégia política de organização por parte do MST visa o fortalecimento das comunidades e o incentivo à busca de alternativas às adversidades vivenciadas de forma coletiva.

O atual modelo produtivo predominante na região, conforme avaliação do MST, é composto por: i) papeleiras, responsáveis pela contaminação das águas, do solo e do ar e pelo seu poder econômico materializado no total domínio sobre a política local; ii) práticas das monoculturas de bambu, cana-de-açúcar e eucalipto que provocam desequilíbrio ecológico, pauperizando o solo e destruindo a biodiversidade local, bem como promovem a concentração de terra, fato que aumenta o desemprego e o êxodo rural.

Vale ressaltar que o modelo agrícola vigente dissemina um trabalho instável, insalubre, mal remunerado, no qual os trabalhadores não recebem



treinamento, equipamentos de proteção, tampouco dispõem da garantia de seus direitos trabalhistas previstos por lei. Em outros termos, o trabalho precário persiste historicamente para segmentos da classe trabalhadora. Infelizmente é este trabalho que resta a muitos assentados que por falta de condições mínimas para praticar a agricultura familiar, submetem-se as diversas formas de exploração, na tentativa de sobreviver dignamente.

## 5 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

Na perspectiva de reunir informações sobre as unidades produtivas dos assentamentos, construímos um questionário para orientar os diálogos nas visitas aos lotes junto aos assentados. Devido as dificuldades de comunicação e articulação entre a equipe do projeto e o MST, só conseguimos realizar o levantamento em 2 assentamentos. Apresentaremos aqui os dados de um deles, o assentamento Bela Vista.

O levantamento das unidades produtivas foi realizado com 19 famílias assentadas no Bela Vista, reunindo os bolsistas, militantes do MST, assentadas e estudantes organizados no Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA)<sup>104</sup>.

A escolha das famílias que responderam ao questionário respeitou as diferentes localizações e tipos de solo dos lotes, dando abertura para suas especificidades e demandas. Esses núcleos familiares são, em sua maioria (84%), compostos por duas, três até quatro pessoas.

As especificidades citadas se dão em uma parte do território do assentamento com maior altitude e solo arenoso, as principais dificuldades apresentadas pelas famílias foram: a falta de nutrientes do solo e a necessidade de água para irrigação; famílias que possuem lotes em área mais baixa, onde se encontra o solo massapé; limitação de acesso ao assentamento pela falta de infraestrutura nas estradas para escoar a produção. As outras dificuldades apontadas estão no âmbito da produção, como a falta de recurso para financiar a aquisição de maquinários, equipamentos e infra-estrutura e a falta de assistência. Por fim, a falta

---

<sup>104</sup> O Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA) foi criado e é organizado pela iniciativa dos graduandos da UFRB para realizar atividades de extensão com agricultores familiares. Suas ações são baseadas nos princípios da agroecologia e da educação popular em comunidades rurais de Cruz das Almas.

de organização coletiva é apontada como gargalo para a sustentabilidade do assentamento.

Ainda assim, a produção agrícola no assentamento é bem diversificada, uma parcela é para a subsistência e outra para comercialização. Não obtivemos dados sobre as quantidades, mas percebemos através da observação participante que a produção é em pequena escala. As principais culturas produzidas são em ordem de importância: a banana, o milho, as hortaliças, a mandioca e alguns frutos.

Dos entrevistados, 7 declararam que trabalham fora do assentamento, ou seja, vendem sua força de trabalho. Eles estão ocupados em trabalhos agrícolas e não-agrícolas o que constitui a realidade de parte dos agricultores familiares que estão inseridos na pluriatividades. Alguns declararam que têm acesso a políticas públicas como o Bolsa Família (5) e o Bolsa Verde (1), outros têm aposentadoria (4) e pensão dos filhos (2) para complementar a renda familiar.

Sobre os insumos e matérias-primas utilizadas na produção das famílias, os principais são naturais e para adubação: esterco animal (6), composto orgânico (4) e biofertilizantes (2). Outros insumos apresentados, mas em menor grau, foram o herbicida - *rand up* (1), adubo químico (1), adubação verde (1), ração (2) e remédios (1) para avicultura. Percebemos que o processo de substituição de insumos químicos por naturais e orgânicos têm avançado no assentamento, permuta que é um dos níveis fundamentais do processo de transição agroecológica.

## **6UMA BREVE REFLEXÃO DOS ENTRAVES PARA O AGIR COLETIVO**

Esperávamos que o projeto de extensão promovesse uma integração entre os quatro assentamentos organizados pelo MST, em Santo Amaro. Buscava-se potencializar as organizações coletivas em torno da produção e, com o processo educativo da cooperação, resultasse na articulação de um empreendimento regional que articulasse os quatro assentamentos, possibilitando condições políticas e econômicas para superação do atual modelo agrícola excludente na região, fortalecesse a proposta da reforma agrária e contribuísse para a emancipação dos sem-terra. Todavia, os sérios entraves encontrados para realizar as atividades previstas para alcançarmos os objetivos citados, impuseram resultados pífios ao projeto.

Os entraves tiveram vários aspectos. Primeiro referem-se à mobilização e organização das bases assentadas dispostas a impulsionarem essa organização coletiva. Os conflitos oriundos das necessidades cotidianas e da incipiente política de reforma agrária no país generalizaram uma descrença por parte dos assentados em qualquer proposta associativa. Um exemplo dessa prática ocorreu no Assentamento Eldorado que passou 16 anos sem água encanada enquanto a papuleira, que se localiza em frente ao assentamento, funcionava a pleno vapor. A dimensão cultural ressaltada em um diálogo com uma assentada em uma das entrevistas também é relevante, ela coloca a cultura da subordinação sedimentada nos assentados. Em outros termos, a dificuldade de superar a submissão, pois estão acostumados a serem mandados.

Compreendendo o contexto histórico da região, e as profundas relações de desigualdades ainda existentes no campo, torna-se um grande desafio para o movimento social superar esse cenário e caminhar para emancipação desses trabalhadores, construindo relações solidárias e cooperadas de trabalho. Além disso, capacitá-los para praticarem a autogestão das suas organizações. Somados a esses desafios, o MST, com sua estrutura orgânica, é um agente que limita as iniciativas emancipatórias dos assentados. A estrutura organizativa desse movimento, suas instâncias de coordenação e direção política devem existir se fizerem sentido e forem a serviço das suas bases sociais, e não o contrário. Os desgastes entre as lideranças e os assentamentos dificultam iniciativas e integrações de outros atores, como a Universidade, para contribuir com a articulação dos assentados num formato associativo. O distanciamento da coordenação/direção/liderança nos assentamentos contactados contribuiu para a desarticulação dos momentos de formação promovidos pela UFRB para construir o projeto da organização coletiva que integraria os quatro assentamentos do MST, em Santo Amaro. Numa realidade marcada pelas desigualdades, a possibilidade da superação das relações hierárquicas e de submissão tão em voga no campo, não se torna efetiva. O processo de emancipação tão almejado, não está concretizado nem no âmbito interno das práticas dos assentados com seu agente mediador, MST, muito menos com a sociedade no sentido mais amplo.

Neste contexto, a proposta da organização coletiva que fortaleceria o processo produtivo e a comercialização dos assentados que vivem da agricultura ou do extrativismo não tem avançado, estando ainda muito distante de se tornar um

instrumento efetivo de emancipação e de superação das diversas formas de subordinação as quais estão submetidos devido aos processos de vulnerabilidade social, econômica e política.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da organização coletiva para ampliar e inserir os produtos dos assentados em um mercado globalizado e altamente competitivo, além da centralidade dos movimentos nas lutas sociais no campo, encetamos um projeto para fortalecer e qualificar as práticas coletivistas existentes em quatro assentamentos do MST. Todavia, o que a experiência vem demonstrando é um processo marcado por contradições, na qual a proposta cooperativista e/ou associativista idealizada pelo movimento não se realiza na prática devido aos vários aspectos apresentados ao longo do artigo.

A experiência do projeto de extensão da UFRB com os sem-terra e lideranças do MST, em Santo Amaro, nos permite afirmar que não há um processo de emancipação dos sujeitos que vivenciam a luta pela reforma agrária, seja pelas limitações orgânicas do MST, seja pelos percalços que acompanham a constituição de organizações coletivas de trabalho e de produção. Em um contexto de descenso das mobilizações sociais e avanço do conservadorismo, urge uma reflexão sobre as práticas implementadas nos MST e o processo de organização dos assentamentos, pois sabemos que à superação da subordinação e da precariedade que caracteriza a existência de inúmeras famílias que estão nos quatro assentamentos contactados pelo projeto, somente se tornará realidade quando os assentados forem os protagonistas da história que estão escrevendo.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, E. (2007). Coprasul: Entre o idealizado e o vivido - uma análise da prática cooperativista no MST In: **Mobilização, Participação e Direitos**. São Paulo : Contexto, p. 109-127.

ANJOS, E. (2007). Uma reflexão dos impasses e desafios da proposta político-ideológica do cooperativismo no MST In: **Assentamentos Rurais: Estudos realizados na Bahia e Sergipe**. 1 ed. Salvador : Editora FIB, p. 55-74.

ARAÚJO FILHO, T.; THIOLENT, M. J. (2008). **Metodologia para projetos de extensão**: apresentação e discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFCar): Cubo Multimídia.

CARVALHO, H. M. (2002). A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada. In: **Produzir para viver**: os caminhos da produção na capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233-260.

CONCRAB/MST. (1997). **Caderno de Cooperação Agrícola** nº. 5 Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo.

FERNANDES, B. M. (2000). **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes.

NAVARRO, Z. (2002). Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção na capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 189-232.

NAVARRO, Z. (2011). Os tempos difíceis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: MATTOS, L. B. (et al). **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: UFV/DER/DEE, p. 425-470.

SANTOS, B. S.(2002). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SINGER, P. (2002). **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE APOIO À INCLUSÃO PRODUTIVA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Joelcy Jose Sá Lanzarini<sup>1</sup>; Dimas de Oliveira Estevam<sup>2</sup>; Júlia Constante  
Pereira<sup>3</sup>; Gabriel Preuss Custódio<sup>4</sup>; Marina Constante Pereira<sup>5</sup>.

**RESUMO:** O artigo trata da ideia de incentivar, organizar, acompanhar e auxiliar na consolidação grupos de produção artesanal, formados dentro de um território pré-determinado denominado Território Paulo Freire, que estejam inseridos através de um processo de inclusão produtiva em conformidade com os princípios da economia solidária. Busca uma alternativa ao atual sistema de produção capitalista, onde pode-se abranger todos os processos de produção e comercialização com a ideia de prosperar a solidariedade e o bem estar comum aos produtores e comerciantes bem como aos consumidores. Mesmo com o término do projeto, os grupos formados deram continuidade aos seus empreendimentos sem qualquer interferência externa, colocando em prática um dos princípios da economia solidária que é a autogestão. A metodologia foi a do acompanhamento e observação *in loco* o desenvolvimento das atividades pelos empreendimentos e a descrição através de um relato de extensão. Como resultado foram criados 5 grupos de mulheres em atividades de artesanato e 1 grupo na produção de alimentos.

**PALAVRAS CHAVE:** Economia Solidária. Cooperativa. Inclusão Produtiva

### 1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social está presente em toda a sociedade e tem como causa a concentração de renda e a desigualdade de condições. A Unesc enquanto universidade comunitária e como tem em sua missão formar melhores cidadãos e assim, busca auxiliar na resolução dos problemas sociais das comunidades.

A geração de emprego e renda para pessoas em vulnerabilidade social é um desafio permanente nas comunidades do Território Paulo Freire, principalmente para as mulheres, pois muitas não conseguem trabalho devido a exigência da carga horária, em função da família, o que as impede de assumir um trabalho formal.

O projeto de extensão denominado Ações para empreendimentos de economia solidária – Rumo a uma Incubadora buscou auxiliar na resolução deste problema, levando uma proposta de criação de grupos de produção aproveitando as habilidades de suas participantes, de tal forma que ao final fosse possível ter produtos para venda.

Estas atividades de inclusão produtiva tem muito mais que um viés econômico, mas sim social, de organização grupal, de autogestão, de autonomia nas decisões. Enfim, tem um empoderamento das participantes, o que as leva de excluídas para donas de seus destinos. É a concretização e a vivência da tão sonhada cidadania.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão universitária vem ganhando espaço nas universidades visando equilibrar o tripé pesquisa – ensino – extensão.

O termo extensão, na acepção que nos interessa aqui [...] indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação –: estender algo a. Nesta acepção, quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) a ou até alguém – (objeto indireto da ação verbal) – aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação verbal (FREIRE, 1971, p.20)

Igualmente, a extensão tem como princípios integradores o ensino-pesquisa, a teoria e prática como função acadêmica da universidade que acabam por revelar um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento (JEZINE, 2004, p.03)

Segundo Manchur et al (2013), não é possível de se fazer extensão universitária sem levar em conta os trabalhos de pesquisa e ensino desenvolvidos na universidade. A extensão deve se balizar pelo viés teórico-prático, baseado na dialogicidade entre universidade e sociedade (JEZINE, 2004).

Durante o século XX, o capitalismo se adaptou à democracia política e completou sua expansão global. Neste apogeu mais recente, ensejou uma revolução digital e, ao mesmo tempo, um regresso à fase 'selvagem' de sua própria história, em que a competição entre os países e dentro deles quase não conhece limites. Em

conseqüência, o desemprego tende a ser crônico e maciço e as condições de trabalho se tornam cada vez mais atroz, inclusive para executivos e trabalhadores especializados. Acrescente-se ao quadro a crise ecológica, que não se limita ao aquecimento global, e torna-se fácil entender porque a ânsia de que o capitalismo seja substituído por outro sistema socioeconômico é compartilhada por cada vez mais gente. (SINGER, 2008).

A Inclusão Produtiva, nome adotado pelo projeto, permite que pessoas residentes em bairros de alta vulnerabilidade ou de alguma forma excluídas possam por meio de empreendimentos econômicos solidários valendo-se dos princípios da cooperação e união começarem um negócio que lhes permitam obter trabalho e renda.

Segundo Gaiger (2009, p.181), “O conceito de *empreendimento econômico solidário* compreende diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores/as, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade”

Os projetos de extensão visam levar informações e tecnologias sociais que possam de alguma forma auxiliar no processo de inclusão produtiva e melhoria das condições de vida.

Segundo Bava (2004), as tecnologias sociais são métodos e técnicas que estimulam processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania, de forma a capacitá-las a lutar nos espaços públicos por alternativas inovadoras orientadas para a defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda.

### **3 RELATO DE EXTENSÃO**

A UNESC é uma Universidade comunitária localizada em Criciúma, foi a primeira instituição de nível superior a ser implantada no sul do estado de Santa Catarina onde por se tratar de uma Universidade atua por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Instituição é dividida em quatro UNA's – Unidades Acadêmicas, sendo elas a UNA SAU, CET, CSA e HCE, o projeto está aqui apresentado está vinculado á UNA CSA – Unidade Acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas e integrante de



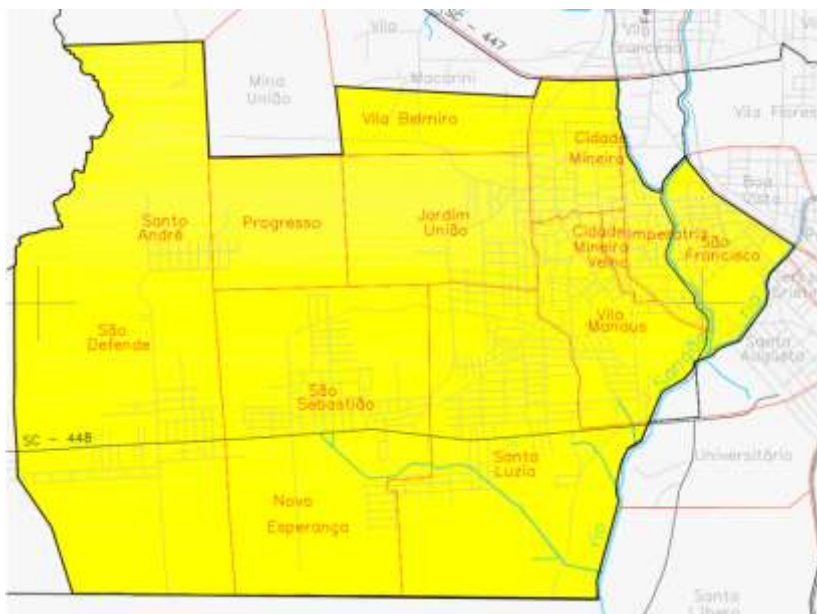
um dos três programas institucionais da UNA, o PAES - Programa de Ações em Economia Solidária.

O PAES tem como objetivo principal promover pesquisas e debates sempre apoiando as práticas de Economia solidária articulando os projetos de extensão já desenvolvidos e os em desenvolvimento que tem como viés de fortalecer a Economia Popular Solidária.

Além de ser um dos projetos integrantes do PAES o mesmo faz parte do Território Paulo Freire. A universidade sempre se mostrou empenhada por um mundo socialmente justo, então criou este território específico dentro do município de Criciúma - SC com o objetivo de auxiliar no processo de fortalecimento da cidadania nas comunidades atendidas. O Território atende atualmente treze bairros, dezesseis projetos, trinta professores e quarenta acadêmicos.

O que move a implantação do Território Paulo Freire, é a possibilidade de transformar e ampliar a capacidade de autonomia das comunidades criando um elo entre a universidade e a comunidade.

Figura 1: Mapa do território Paulo Freire



Fonte: UNESCO 2015

O projeto de extensão universitária “Ações para empreendimentos de economia solidária – Rumo a uma Incubadora”, iniciou em 2014 com duração

prevista em edital de dois anos. O principal objetivo era auxiliar empreendimentos de economia solidaria e social já existentes e novos empreendimentos.

O Projeto em parceria com a AFASC (Associação Feminina de Assistentes Sociais de Criciúma) desenvolve suas atividades em clubes de mães em bairros carentes de alta vulnerabilidade social.

Durante o ano de 2014 contando com seis grupos o projeto buscou auxiliar as participantes na produção de artesanatos que ambas estavam habituadas a fazer, aperfeiçoando seus talentos e colocando as participantes frente ao mercado solidário, sempre deixando claro os princípios da economia solidaria.

O inicio do projeto foi marcado por muitas reuniões e palestras para apresentar as participantes a proposta e o objetivo do trabalho e já fortalecer entre os grupos o companheirismo e a cooperação contribuindo assim com um trabalho mais produtivo e dinâmico, assim que ambas se sentiram acolhidas e a vontade para dialogar com a equipe do projeto foram destacados os trabalhos artesanais que ambas tinham maior talento e se sentiam a vontade para produzir.

O maior obstáculo encontrado inicialmente foi o de incentivar a cooperação e o trabalho em grupo em uma sociedade composta em sua maioria pelo individualismo e a rivalidade competitiva, atos vistos com clareza no modo tradicional de comercialização, o capitalismo.

Após a sequência de reuniões realizadas as participantes puderam escolher entre a adesão ou não no projeto e as que permaneceram viram ali uma oportunidade efetiva de mudança de vida, sempre deixando claro o principal objetivo com foco na inclusão produtiva, todo o trabalho feito coletivamente, os deveres e as recompensas divididas de forma igualitária entre todas as participantes.

A maioria das mulheres nunca tinham ouvido falar em economia Solidaria embora algumas já a praticassem então foram realizadas palestras para debater a economia solidária e seus princípios.

O projeto durante o ano de 2014 conta com seis grupos pertencentes a seis bairros de elevada vulnerabilidade social, sendo eles Loteamento Meller, Progresso, Vila Miguel, Cristo Redentor, Imperatriz e São Sebastião, onde apenas um grupo produzia produtos alimentícios e o restante artesanato.

A partir da escolha das mercadorias a serem produzidos os bolsistas passaram a acompanhar os grupos diariamente em todas as suas etapas, produção,

comercialização, preço de venda dos produtos e principalmente fortalecendo a união do grupo.

Com a identidade de cada grupo bem definida e para dar maior visibilidade ao produto o setor de marketing da AFASC confeccionou logotipos e nomes fantasia para cada grupo auxiliando na divulgação do trabalho desenvolvido.

Bairro	Nome do grupo (LO)
Loteamento Meller	
Progresso	
Imperatriz	
Cristo Redentor	
São Sebastião	
Vila Miguel	

O primeiro grupo, do bairro Loteamento Meller, conhecido por Maria Chica, produziu variados tipos de chaveiros, bonecas e bonecas sachês. Já o segundo grupo do bairro Progresso, denominado arte fantoche, produziu por anos

fantoches sortidos e por sua produção foi convidada a participar do inclusão produtiva produzindo ponteiras de lápis e porta guardanapos.

O terceiro grupo, do Bairro Imperatriz, chamado de mão amiga tem como produtos de trabalho chaveiros e porta agulhas. O quarto grupo, localizado no bairro Cristo Redentor, que atende por Crisol Artesanato, trabalha na confecção de porta retratos e guirlandas. O Quinto grupo, que se encontra no bairro São Sebastião, e tem como logotipo o nome de Amor presente, é responsável pela produção das embalagens de todos os produtos comercializados pelos outros grupos.

O sexto e último grupo, localizado no bairro Vila Miguel, e reconhecido como Massas Tia Zulma, é o único que trabalha com produtos alimentícios e atua na fabricação de variados tipos de massas e biscoitos artesanais.

Com todas as capacitações e estrutura realizada durante o primeiro semestre do ano surgiu a primeira proposta de comercialização, uma primeira experiência que foi na maior festa da cidade de Criciúma, a Festa das Etnias onde milhares de pessoas circulam nos estandes do evento que ocorreu em outubro de 2014.

Os produtos foram dispostos todos juntos e foi realizado uma rotatividade para que cada uma das mulheres tivessem a oportunidade de vender se relacionar com os clientes e ganhar a sua confiança, assim obtiveram boa visibilidade acarretando em uma série de encomendas e parcerias popularizando a inclusão produtiva.

Dos seis grupos um foi contratado pela empresa Artisan para a produção de corações de feltro com patchwork para serem aplicadas em poltronas, as mesmas poltronas já foram vistas em novelas da rede Globo, o grupo foi escolhido por ser o que mais se encaixava nos requisitos da empresa.

O grupo que vendia produtos alimentícios precisou aumentar consideravelmente a sua produção para atender todas as demandas e um terceiro grupo teve de produzir centenas de porta guardanapos para serem utilizados em eventos privados da região.

A Inclusão Produtiva foi convidada após esta experiência a participar de uma reportagem com o Grupo RBS local para falar um pouco sobre o seu trabalho e o seu modo de produção, agregando ainda mais ao grupo.

Diminuindo a distância entre universidade e comunidade as mulheres a convite do PAES – Programa de Ações em Economia Solidária passaram uma tarde

no campus trocando experiências com os feirantes da universidade, e conhecendo todos os serviços que a universidade pode oferecer, foi deixado aberto um convite para a Inclusão Produtiva fazer parte da Feira do Campus.

Finalizando as atividades de 2014 surgiu mais uma experiência, uma feira na Praça Nereu Ramos, local bem frequentado da cidade acarretando em maior visibilidade e encomendas para os grupos de Inclusão. Um encontro foi realizado ao final do ano para que as participantes pudessem deixar claro suas expectativas sobre o projeto e seus medos auxiliando as participantes a realizarem um balanço de vendas, uma análise da aceitação do produto e mostrar a importância de guardar parte do dinheiro obtido para investimentos futuros.

O início do ano de 2015 foi marcado por uma inconstante troca de administradores municipais e conseqüentemente a troca de coordenadores de nosso principal apoiador a AFASC, o projeto foi suspenso sem o consentimento da universidade durante alguns meses, até os problemas serem normalizados os grupos ficaram sem a assistência da entidade apoiadora.

O início do ano foi marcado por muitas reuniões para avaliar os danos causados pela administração pública e os interesses das mulheres em continuar participando do projeto motivando para que ambas se sintam acolhidas novamente neste meio da Inclusão Produtiva.

Notamos no decorrer do projeto que evidenciar os acontecimentos “ruins” é tão necessário quanto divulgar os de êxito, pois são nesses acontecimentos que ocorre o aprimoramento de práticas, e é com este conhecimento que vamos encarar com mais experiências como a futura implantação de uma incubadora de empreendimentos solidários.

Observando a inviabilidade de continuar atendendo os seis grupos em cada bairro e sentindo a necessidade de atender outras pessoas, o projeto começou a acolher todas as interessadas de todos os bairros formando um único e grande grupo.

Com esta grande equipe e com a experiência do coordenador do projeto Joelcy José Sá Lanzarini o orientador passou auxiliar as participantes na melhor maneira de expor seus trabalhos, com as dicas obtidas surgiu uma nova experiência que foi uma feira de artesanato no JASTI - Jogos Abertos da Terceira Idade.

Após conhecer os produtos que cada uma produz individualmente e auxiliar no preço da mercadoria foram montadas equipes para expor na feira, e

fortalecer a união e parceria entre as mulheres pois as produções passam a ser individuais mas a comercialização é em equipe.

Com as reuniões e todas as capacitações realizadas a feira do evento foi organizada em 30 boxes com equipes de três a quatro mulheres por boxe, ao final do evento foi obtido uma quantia próxima à R\$ 15.000,00 e adquirida uma estimável experiência para as oportunidades futuras.

Com o grupo bem fortalecido foi alcançado um dos objetivos do projeto, fundar uma cooperativa, realizado de forma democrática nomeando presidente, vice-presidente, secretária e tesoureira, com os votos de todas as mulheres.

Com a Cooperativa em formação mais um convite foi realizado ao Inclusão Produtiva como a exposição de seus produtos novamente na Festa das Etnias, momentos estes que só acrescentam mais ao projeto.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de inclusão produtiva mostrou ao seu final alguns resultados significativos. Seis grupos produtivos foram criados e consolidados, pois mesmo com o final do projeto de extensão, continuam ativos e produtivos.

Porém, o ponto mais importante além da geração de trabalho e renda, foi o processo de empoderamento e autogestão, que as levou à melhoria da autoestima das participantes dos grupos, conseguindo um espaço no mercado trabalhando de forma solidária.

Mesmo que tenha ocorrido a alternância do gestor-mor na administração municipal e por consequência na entidade coordenadora do projeto (AFASC), os resultados foram concretos e consideráveis, visto que tratando-se de economia solidária, não considera-se somente o recurso financeiro, mas sim o bem-estar social que caminham paralelamente nesse sistema econômico. Comparando o comportamento do público alvo do projeto, nota-se grande progresso em aspectos como autoestima, autovalorização, companheirismo, união, trabalho em equipe, e consequentemente retorno financeiro e inclusão produtiva.

Vale ressaltar também a importância que este projeto teve para os seus bolsistas que enxergaram na extensão universitária uma porta de acesso ao crescimento pessoal e profissional, atuando diretamente com a prática lhes

capacitou de uma forma que a teoria sozinha não seria capaz, e hoje se tornaram praticantes da economia solidária.

Visto que a maioria das empresas nacionais vão à falência nos primeiros anos de existência por falhas na gestão, nosso objetivo então, durante a vigência do projeto, é trabalhar constantemente conteúdos, que contribuam efetivamente para uma sólida formação intelectual do empreendedor de Economia Solidária, pois trabalhamos com o objetivo de preparar o grupo de inclusão produtiva para que o mesmo esteja preparado e seguro para continuar seu trabalho sem a interferência da universidade após o encerramento do projeto.

Segundo Singer, os clubes podem ser considerados empreendimentos de economia solidária somente quando se preocupam em estabelecer novas relações sociais, favorecendo o crescimento solidário de seus membros. A economia solidária pretende transformar as relações econômicas baseado em princípios e postulados da cooperação, solidariedade e de inclusão, estabelecendo novas relações sociais de produção. Lembra ainda que é preciso criar mecanismos que restrinjam a competição interna - evitando o surgimento de vencedores e perdedores - e desenvolver novas ações, com potencial transformador significativo para a sociedade como um todo (Singer, 1999).

Apesar das dificuldades encontradas o projeto mostrou resultados esperados, a economia solidária sozinha não pode eliminar toda a exclusão e desigualdade, mas se tiver o apoio da população, e cada um contribuir com uma parte, é uma força de mudança possível e alternativa ao atual sistema, que se mostra cada dia menos justo e democrático. Como futura proposta, pretende-se implantar dentro da universidade uma incubadora de empreendimentos sociais.

É ocioso discutir como o capitalismo será derrubado. Se a democracia e as liberdades civis forem preservadas, não é provável que esse sistema seja eliminado por meios políticos. Não enquanto houver alguns que preferem ter um emprego e obedecer e outros que têm empregados e mandam. Como o assalariamento é um contrato voluntário entre desiguais, não faz sentido proibi-lo. Talvez ele venha a ser paulatinamente abandonado, à medida que a experiência de vida em economia solidária torne as preferências pela competição e pela desigualdade cada vez mais raras. (SINGER, 2008)

---

## REFERÊNCIAS

BAVA, S. C. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. In: Fundação Banco do Brasil, Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento, Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 11ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GAIGER, Luiz Inácio (2009), "Empreendimento econômico solidário. In: Antonio Cattani; J.-L. Lavielle; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs.), **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina. (<https://rccs.revues.org/416>)

JEZINE, E. **As práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: [www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf](http://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf). Acesso em: 15 de novembro de 2015.

MANCHUR, Josiane; SURIANI, Ana Lucia Affonso; CUNHA, Márcia Cristina da. **A Contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas**. Revista Conexão UEPG. volume 9 número2 - jul./dez. 2013. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/viewFile/5522/3672> Acesso em 15 de novembro de 2015.

RODRIGUES, R. **A extensão universitária como uma práxis**. Extensão, v. 5, p. 84-88, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=A+extens%C3%A3o+universit%C3%A1ria+como+uma+pr%C3%A1xis.+Extens%C3%A3o%2C+v.+5%2C+p.+84-88%2C+2006&oq=A+extens%C3%A3o+universit%C3%A1ria+como+uma+pr%C3%A1xis.+Extens%C3%A3o%2C+v.+5%2C+p.+84-88%2C+2006&aqs=chrome..69i57j69i64l2.1389j0j7&sourceid=chrome&espm=93&ie=UTF-8> Acesso em 16 de novembro de 2015.

SIEGEL, Norberto. **Fundamentos da Educação: Temas Transversais e Ética**. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). Indaial: Ed. ASSELVI, 2005. 119p. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/educacao-e-cidadania/10791/#ixzz3bNlt9yqW> Acesso em 17 de novembro de 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.



SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva**, Brasília, maio de 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/altosestudos/pdf/capacitacao-micro-empresas/mds>>, Acesso em 16 de novembro de 2015.

SINGER, Paul. **Em busca de alternativa: Economia solidária**. abril de 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=169>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SINGER, Paul. **Clubes de Trueques y Economia Solidaria Trueque**. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999. (<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>) (MOEDA SOCIAL E A CIRCULAÇÃO DAS RIQUEZAS NA ECONOMIASOLIDÁRIA Fábio Luiz Búrigo)

## EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS DO PROGRAMA DE AÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNESC

Joelcy José Sá Lanzarini<sup>105</sup>; Marina Constante Pereira<sup>106</sup>;  
Dimas de Oliveira Estevam<sup>107</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é um relato de experiência que descreve o que é o PAES – Programa de Ações Em Economia Solidária da Unesc – e como são elaborados, selecionados e implementados os projetos de extensão ligados à esta área do conhecimento dentro da universidade. Descreve individualmente como os projetos desenvolvem-se na prática e como é feito o seu monitoramento. Nas considerações finais os seus objetivos e resultados alcançados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia solidária. Inclusão. Articulação.

### 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Ações em Economia Solidária – PAES - institucionalizado em 2009 na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC articula projetos e ações com fins de estimular a organização de empreendimentos solidários visando a inclusão produtiva, baseados nos pressupostos de Economia Solidária. Através de editais internos para seleção de projetos de extensão, professores e acadêmicos levantam as necessidades e elaboram propostas para resolução destas demandas em conjunto com os grupos de interesse. Os projetos selecionados tem uma proposta de ações e um cronograma de execução e são levados para o grupo de interesse para ser desenvolvidos. O PAES coordena também o “Fórum Regional de Economia Solidária”, o qual articula, organiza e delibera sobre os temas ligados à economia solidária regional nos mais variados segmentos sociais, contando com a participação de associações de artesanato, cooperativas de agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, produtores rurais, pescadores, entidades sociais, ong’s, oscip’s, representantes do poder público em diversas esferas, universidades e centros de ensino. O fórum acontece mensalmente no campus a UNESC, sempre na primeira quarta-feira de cada mês letivo e a participação é aberta aos interessados nos assuntos ligados à economia solidária regional. Como resultado nestes 6 anos de atuação, já foram implementados vários projetos de extensão em diversas

<sup>105</sup> Professor Especialista em Finanças, UNESC, [joelcy@unesc.net](mailto:joelcy@unesc.net).

<sup>106</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas, UNESC, [mariinaconstante@hotmail.com](mailto:mariinaconstante@hotmail.com).

<sup>107</sup> Professor Doutor em Sociologia Política, UNESC, [doe@unesc.net](mailto:doe@unesc.net).

comunidades da região. Destes projetos surgiram cooperativas de agricultores familiares, de catadores de materiais recicláveis e de costureiras, associações de artesanato, feiras de economia popular, grupos de inclusão produtiva, além da instalação da Feira de Economia Solidária na Unesc. Para o próximo ano, a pretensão é implantar ainda uma Incubadora de empreendimentos solidários regional, para incubar novas iniciativas e incluí-las ao contexto de mercado. É neste cenário que desenvolve-se a atividade dos projetos de extensão ligados ao PAES.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A extensão universitária no sistema de ensino superior no Brasil é recente. As primeiras experiências ocorreram em 1911 na USP em São Paulo e em 1920 em Viçosa – MG, na Escola Superior de Agricultura e Pecuária em 1920, através de cursos e conferências. Após 1964, com a instalação da ditadura militar no país, inicia-se um processo de alterações no sistema educacional de nível superior.

Mais recentemente, são aprovadas diversas leis acerca do tema como as Leis n. 5.540/68, o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que instituem regulamentam a extensão universitária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, por meio do artigo 46, parágrafo 7, onde estabelece que as IES deverão “promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Ainda a Lei 10.172/2001 objetiva institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado e que promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

O conceito de extensão universitária converge para a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, a qual visa alcançar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão universitária é um processo de transferência do conhecimento para a sociedade. É também um processo de educação.

Outros objetivos importantes dos projetos de extensão segundo ALVES E SILVA, são: “despertar nos acadêmicos envolvidos a natureza social solidária, por meio da voluntariedade, instigando-os a assumir um papel de responsabilidade social”. Além disso, a extensão pode ser compreendida como um “... estímulo para a

reflexão e a crítica...” provocando no aluno a necessidade de levar “... a informação para um espaço menos prioritário...” favorecendo assim “... o desenvolvimento da formação humana e da transformação social...”. (SANTOS).

A extensão universitária na UNESC é desenvolvida sob a coordenação da PROPEX - Pro-reitoria de Pesquisa, Ensino e Extensão e da Unidade Acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas – UNACSA. O PAES é o programa executor desta políticas e ações de extensão no que tange à economia solidária.

Segundo Mance (2008), a economia solidária tem ganhado força, tendo em vista a necessidade de se contrapor a uma visão de mundo cada vez mais individualista e egoísta. Este contraponto é decorrente da busca dos indivíduos no que diz respeito ao desenvolvimento de alternativas sustentáveis e justas, com o objetivo de solucionar os gargalos deixados pelo processo de globalização.

Na perspectiva de Singer (2002), os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) possuem finalidades que envolvem a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Além da preocupação econômica da geração de trabalho e renda, a Economia Solidária se projeta no espaço público, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente mais justo, ético e sustentável. Contudo, para se construir esta “outra” economia, se deve contar com a disposição de aprender e experimentar, da adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade e da democracia.

Em 2003, o Ex-presidente Lula criou a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem por objetivo o combate a fome, sendo um programa complementar ao Programa Fome Zero. Segundo Singer (2014), o movimento da economia solidária apresenta rápida expansão no território nacional.

Segundo Schiochet, (2007), a economia solidária enquanto política pública é regida pela PPNFES – Política Pública Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Sua estruturação se dá por meio do Conselho Nacional de Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Centro Nacional de Formação e da Rede Nacional de Formadores em Economia Solidária. Os fóruns Nacional, Regionais e Municipais é que dão capilaridade ao sistema.

Oliveira, (2008) diz que a necessidade de buscar novos mercados, de incluir os atores sociais, de ofertar assistência técnica e crédito os empreendimentos de economia solidária levam ao surgimento do Fórum Brasileiro de Economia

solidária – FBES. Para dar sustentação ao FBES, são criados os fóruns estaduais, regionais e municipais de economia solidária“.

Neste sentido, Arroyo e Schuch (2006, p. 53) enfatizam que “o projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais”.

Os rumos tomados pela economia solidária regional são discutidos e encaminhados pelo Fórum Regional de Economia Solidária. As reuniões do fórum são mensais e ocorrem na primeira quarta-feira dos meses do calendário letivo da Unesc. Segundo Lanzarini et al, (2015, p. 107), “o fórum tem por objetivo instituir discussões sobre economia solidária durante 30 minutos em suas reuniões, pois é uma forma de ir sedimentando os conceitos acerca do tema junto aos empreendimentos solidários”

O fórum Regional de Economia Solidária é público e abriga todos os segmentos sociais interessados no tema, tais como a Unesc, a Cáritas Diocesana, a Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma, cooperativas de agricultores familiares, de catadores de materiais recicláveis, associações de artesãos, colônia de pescadores e outros.

Dentre suas funções tem poder deliberativo nas questões concernentes à economia solidária regional, representando a região da AMREC no Fórum Catarinense de Economia Solidária. A coordenação do fórum regional, nos últimos anos, tem ficado a cargo do PAES.

As ações para o desenvolvimento da economia solidária na UNESCO acontecem por meio de editais internos que buscam selecionar projetos de extensão, os quais são elaborados com a participação do público-alvo e seguem os preceitos da economia solidária.

Para Alves e Silva (2012), os projetos de extensão buscam “despertar nos acadêmicos envolvidos a natureza social solidária, por meio da voluntariedade, instigando-os a assumir um papel de responsabilidade social”.

Além disso, a extensão pode ser compreendida como um “... estímulo para a reflexão e a crítica...” provocando no aluno a necessidade de levar “... a informação para um espaço menos prioritário...” favorecendo assim “... o

desenvolvimento da formação humana e da transformação social...”. (SANTOS, 2010).

A universidade vai até a comunidade ou, por vezes, pode receber pessoas da comunidade em seu campus, prestando-lhes serviços, assistência, auscultando-lhes os anseios e as necessidades. A universidade coleta dados e informações, realiza estudos e pesquisas, visando à bem atender à comunidade (SILVA, 1997).

Segundo Dias et al (2010) os projetos de extensão desenvolvem-se através da investigação e do ensino, o que permite o exercício da interdisciplinaridade e do intercâmbio acadêmico, criando espaço ainda para a interação social por meio das ações extensionistas de disseminação do conhecimento produzido nas universidades..

Portanto, a extensão é o complemento do tripé do conhecimento, pois pouco adianta uma universidade ter grandes pesquisadores, se os resultados destas pesquisas não forem levados à sociedade como forma de auxiliar na resolução de suas dificuldades cotidianas.

Com este objetivo é que são implementados os projetos de extensão universitária idealizados pelo PAES em conjunto com professores, acadêmicos bolsistas e o público beneficiário de cada projeto.

### **3 RELATO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS REALIZADAS PELOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO PAES NO PERÍODO 2009-2015**

O PAES – Programa de Ações em Economia Solidária – é um programa institucional de extensão vinculado a Unidade de Ciências Sociais Aplicadas da UNESC, que tem por objetivo disseminar ações e práticas da Economia Solidária e autogestão dos empreendimentos sociais.

Foi instituído em 2009 na UNESC por meio do Edital nº 054/2009 o qual se objetiva estruturar um programa de estudos, pesquisas, debates e intervenções sobre relações sócio-laborais na perspectiva da Economia Solidária congregando as comunidades interna e externa.

A elaboração dos projetos é feita em conjunto com as comunidades beneficiárias, as quais vão indicando suas principais necessidades e possíveis

soluções para os seus problemas. É uma forma socialmente mais aceitável de levar os conhecimentos produzidos na universidade para além dos seus limites.

Os trabalhos de campo junto a comunidade são desenvolvidos basicamente pelos acadêmicos, sob a supervisão dos professores responsáveis. Periodicamente ou quando necessário os professores vão até o local de execução para acompanhar e verificar o andamento das atividades e se tudo está correndo conforme planejado. Busca-se frequentemente o feedback dos beneficiários, pois caso alguma coisa não esteja trazendo o resultado esperado, muda-se o que for necessário com o objetivo de melhorar a assertividade do projeto. Trimestralmente é feito um relatório com as atividades desenvolvidas e passado à Coordenação de Extensão da UNACSA. Ao final do projeto os professores e acadêmicos devem escrever um artigo científico e submetê-lo a um evento de caráter regional, nacional ou internacional para atender as exigências do edital.

Os projetos de extensão na Unesc são selecionados através de editais internos, onde concorrem com os demais projetos inscritos na unidade acadêmica a qual os cursos estão abrigados. A estrutura disponível para a execução dos mesmos é o pagamento de até 6 horas/aula semanais para professores responsáveis pelo projeto, além da liberação de 2 acadêmicos bolsistas com 20 horas semanais. Cada projeto tem um valor anual de R\$ 2.000,00 para custear as despesas pertinentes à deslocamentos, materiais utilizados, hospedagens e alimentação dos professores e acadêmicos participantes.

Até o ano de 2013, os projetos selecionados tinham 1 ano de duração. A partir de 2014, passaram a ter 2 anos de duração. Ressalta-se que os resultados obtidos, em alguns casos não foram fruto exclusivo de ações do projeto, mas sim de parcerias com outras instituições públicas ou privadas da sociedade.

O programa consolidou-se por meio de projetos com os seguintes resultados:

No ano de 2009 foram 2 projetos. O primeiro denominava-se **Ação de extensão universitária no âmbito da economia solidária e da autogestão**, que foi implementado junto à COOPERDUS, que é uma cooperativa de trabalho organizada pela ABADEUS – Associação Beneficente da Assembleia de Deus, no Bairro Jardim Maristela em Criciúma – SC. Ao ser criada, aceitava como sócio diversas categorias profissionais, tais como: costureiras, bordadeiras, pedreiros, carpinteiros, jardineiros, empregadas domésticas e outras. Seu objetivo era o de ser

o elo de ligação com empresas demandantes dos serviços profissionais dos associados. Dois anos após sua fundação, ainda não havia entrado em funcionamento e a diretoria eleita não exerceu a função. As ações extensionistas desenvolvidas pelo PAES junto à COOPERDUS foram de chamamento dos associados para em assembleia geral extraordinária decidirem o rumo a ser tomado doravante. Ficou decidido que permaneceriam como associadas apenas costureiras e bordadeiras pois possuíam diversas máquinas de costura e que a produção seria desenvolvida de forma solidária na sede da cooperativa. Durante o ano foram organizadas diversas reuniões com as associadas e organizado o processo eleitoral, elegendo e empossando uma diretoria e iniciando a organização da documentação junto aos órgãos competentes para dar início às atividades. No ano de 2010 e 2011 houve a reedição do projeto e os esforços foram concentrados na discussão do novo estatuto social e na busca de oportunidades de trabalho de fabricação de costuras. Diversas empresas fecharam contrato com a COOPERDUS, que passou a produzir peças de vestuário, tapetes, cortinas, almofadas e pufs. Alguns pufs inclusive foram adquiridos pela Rede Globo de Televisão, através de um ateliê local e foram exibidos em uma novela em horário nobre.

O segundo projeto foi denominado **Mulheres do Mirassol**, desenvolvida na comunidade de Mirassol – Içara – SC. A comunidade de Mirassol está localizada ao sul do Distrito de Balneário Rincão, o qual pertenceu ao município de Içara – SC até o ano de 2012. Trata-se de uma comunidade de pescadores localizada em área de elevada vulnerabilidade social, de desemprego e baixa renda. As mulheres não têm opções de empregabilidade no local e em virtude disso é que foi elaborado o presente projeto, com a finalidade de auxiliar na mudança daquela realidade social. São 364 famílias cadastradas como moradores da comunidade. O objetivo era de gerar oportunidade de trabalho e renda através da inclusão produtiva das mulheres residentes no bairro. No primeiro ano o projeto centrou força na organização comunitária, lançando a semente do associativismo como forma de organização e buscou-se recursos a fundo perdido junto a uma OSCIP – Organização Social de Interesse Público, denominada CREDISOL, localizada na cidade de Criciúma – SC. O recurso destinado proporcionou a compra de 7 máquinas de costura industrial para produção de estopas feitas com resíduos da indústria têxtil da região. Outra atividade do projeto foi a de negociar com as indústrias a cessão gratuita destes resíduos. Caberia a associação de mulheres apenas pagar o frete para transportar



os resíduos da indústria até a sede da associação. Isso permitiu o início da produção de estopas para limpeza pesada, as quais eram comercializadas com postos de combustíveis, oficinas e empresas do setor industrial da região. Ao final do primeiro ano de atividade a cooperativa “Mulheres do Mirassol” já havia produzido e comercializado mais de 5 toneladas de estopas. No ano de 2010 o projeto foi reeditado e como resultado pode-se citar o aumento da produção de estopas para 15 toneladas e ainda abriu-se uma nova frente de produção de panos de prato para cozinha, decorados pelas artesãs com motivos e matérias-primas locais. Foi fechado um contrato com uma rede de supermercados de grande porte da região, a qual absorveria toda a produção obtida pelo grupo. O projeto continuou funcionando até o ano de 2015, quando veio a falecer a companheira Tina, que era a grande líder comunitária do processo. Em 2017 pretende-se reeditar o projeto visando dar continuidade aos trabalhos. Foi um projeto de elevado valor para a comunidade, pois permitiu incluir dezenas de mulheres ao mercado de trabalho.

Em 2010 foi aprovado o projeto **Ações de extensão em economia solidária como forma de emancipação e autonomia de jovens do campo e familiares I**, desenvolvido junto aos jovens estudantes da Casa Familiar Rural de Armazém – SC.

Como resultado, foi iniciado a discussão com os jovens alunos da Casa Familiar Rural de Armazém sobre os projetos de vida e início das discussões sobre a possibilidade de criação de uma cooperativa de agricultores familiares que atuasse em toda a área de abrangência da Casa Familiar Rural, que possibilitasse a execução de seus “projetos de vida”. Cada aluno, ao final do curso de 3 anos, deveria ter elaborado um projeto de atividade que pretendesse colocar em prática.

No ano de 2011 e 2012 o projeto foi reeditado e como resultado foi fundada a COOPERRICA – Cooperativa dos Agricultores Familiares do Rio Capivari, com sede em Armazém, mas que tinha associados nos municípios de Armazém, Gravatal, Rio Fortuna, São Martinho e Tubarão. Iniciou suas atividades com 50 associados e atualmente tem mais de 120 associados. Tem unidade produtivas de panificados, frutas, verduras, filé de pescado, cereais e farinhas diversas, artesanato em fibra e madeiras além de outras atividades. Está consolidada e o faturamento anual da cooperativa ultrapassa a casa de 2 milhões de reais anual.

Em 2011 também foi aprovado o projeto - **Desenvolver ações para criar uma rede de cooperativas virtuais na região da AMREC**, o qual foi desenvolvido

em toda a região da AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera. O objetivo era sensibilizar os empreendimentos de economia solidária para a formação de uma rede de cooperativas virtuais (descentralizadas), que viesse a facilitar a comercialização dos produtos agroindustrializados que fossem produzidos pelos agricultores. Como resultado, foram surgindo interessados em criar cooperativas, feiras municipais e associações de artesanato em diversos municípios da região. A Feira de Economia Solidária da Unesc (FES-Unesc) surgiu como resultado destas negociações. O projeto foi reeditado em 2012 e 2013 e as ações foram intensificadas. Diversos grupos de produtores iniciaram o processo de organização após contato com as atividades do projeto. Em conjunto com outras instituições como EPAGRI, CIDASC, Território Serramar, Universidade Barriga Verde e outras, foi possível iniciar o processo de cessão em comodato da infraestrutura de parte de uma unidade do CEASA de Tubarão para as cooperativas de agricultores familiares da região, servindo de entreposto operacional com área para refrigeração e armazenamento de produtos visando minimizar e facilitar as operações de logística de entrega de produtos. Também foi elaborado e aprovado o projeto de aquisição via Território Serramar de um caminhão para entrega da produção aos clientes. Outro ponto importante foi a permissão por parte dos organizadores da Feira Agroponte para que as cooperativas de agricultores familiares participassem de forma gratuita da feira, fato este que acontece até os dias de hoje.

Ainda neste ano, foi aprovado o projeto **Orçamento familiar para mulheres associadas aos clubes de mães de Forquilha**. As atividades foram desenvolvidas com mulheres de 40 clubes de mães no município de Forquilha. O objetivo era permitir às participantes que elaborassem o planejamento financeiro familiar e adequassem os gastos com as receitas, conhecendo assim a capacidade de endividamento familiar. Foram realizadas 120 reuniões nos clubes de mães, sempre deixando uma atividade para que elas realizassem em casa e trouxessem no encontro seguinte. Conforme depoimentos de mulheres participantes das atividades, foi graças ao projeto que conseguiram auxiliar a família no equilíbrio das finanças e fazer um planejamento financeiro para o futuro. Os Resultados alcançados foram: Capacitação de mais de 600 mulheres participantes dos Clubes de Mães no município de Forquilha – SC. Cada participante passou por 3 oficinas sobre planejamento financeiro familiar ao longo do ano de 2012.

Em 2013 foi aprovado o projeto **Ações para consolidação da Feira de Economia Solidária FES/UNESC**. O objetivo do projeto era o de solidificar a feira com a inclusão de maior número de produtores rurais e artesãos. As ações foram desenvolvidas junto às cooperativas de agricultores familiares e associações de artesanato da região, visando aumentar a diversidade de produtos oferecidos na feira. Com isso, foi possível aumentar o número de feirantes de 5 para 12, os quais vem regularmente toda quarta-feira expor e comercializar seus produtos na feira que se realiza no campus do UNESC. Os projetos de extensão, que até este momento eram anuais, passam agora a ser bianuais. Com a reedição do projeto em 2014, passa a valer até o final do ano de 2015. Além dos resultados citados acima, buscou-se junto ao departamento financeiro da universidade a liberação do débito em conta para professores e demais funcionários das compras feitas durante o mês.

Em 2013 foi aprovado o projeto **Mundo do Trabalho e situação de cárcere: possíveis contribuições em extensão universitária**. Este projeto foi desenvolvido por professores e acadêmicos do curso de Direito da universidade junto ao Presídio Santa Augusta em Criciúma. O objetivo era de contribuir no processo de empoderamento (fortalecimento) de mulheres em situação de cárcere no âmbito psicossocial e jurídico através de atividades de extensão universitária. Como resultado, foi realizada uma campanha pública de arrecadação de livros para formação de uma biblioteca no presídio. O resultado foi a implantação do espaço de leitura com mais de 500 livros.

Em 2014 foi aprovado para o biênio 2014-2015 o projeto **Ações para empreendimentos de Economia Solidária – Rumo a uma Incubadora**. Este projeto foi desenvolvido em conjunto com a AFASC – Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma. O público beneficiário eram mulheres de clubes de mães de comunidades de elevada vulnerabilidade social do Território Paulo Freire, na região da Grande Santa Luzia, no município de Criciúma – SC. O objetivo do projeto era o de auxiliar no planejamento, implantação e condução de empreendimentos sociais existentes ou novos empreendimentos através da incubação em incubadora universitária de economia solidária, visando a inclusão produtiva. Os resultados alcançados foram a organização de 6 grupos de mulheres para produção e comercialização, sendo 5 grupos de artesanato e 1 grupo de produção de massas alimentícias, participação dos grupos para comercialização dos produtos na Festa das Etnias, realizada no mês de março de 2014 e 2015 e nos

JASTI – Jogos Abertos da Terceira Idade em Criciúma, realizados no mês de maio de 2015, início do processo de constituição de uma cooperativa de artesãs das mulheres atendidas pela AFASC, discussão com as artesãs participantes dos clubes de mães do município de Içara – SC para formação de uma cooperativa de artesanato local.

Tanto os projetos de extensão incubados através do PAES, como o Fórum Regional de Economia Solidária são de grande importância para a consolidação e difusão da Economia Solidária na Região Sul Catarinense, dentro desta nova forma de inserção no mercado, de forma mais justa e solidária

Os resultados das atividades realizadas pelos projetos de extensão vinculados ao Paes, evidenciam que as Feiras da região, bem como outras formas de inserção ao mercado, possibilitam formas alternativas de comercialização para os cooperados e para os consumidores, acesso a produtos mais saudáveis, ou seja, novas fontes alternativas de produtos com melhor qualidade produzidos de forma mais justa e ética.

Por meio do artesanato desenvolvido e comercializado nas feiras locais e na feira de economia solidária da Unesc, há a disseminação da cultura local e valorização das tradições.

Por fim, os empreendimentos de economia solidária e seus membros tem lutado em busca de espaço na sociedade para obtenção de trabalho e renda, de forma

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer dos anos o PAES aprovou e executou vários projetos de extensão universitária. Isso permitiu a inclusão de muitos empreendedores solidários, gerando oportunidade de produção, respeitando os princípios da economia solidária, gerando emprego e renda. O Fórum Regional de Economia Solidária é o elemento de agregação e deliberação entre os empreendimentos solidários, as instituições públicas e privadas que visam dar apoio à esta causa na região.

Conforme os resultados apresentados, é possível verificar que mais de 1000 famílias foram beneficiadas diretamente pelas ações do PAES ao longo destes 6 anos e indiretamente o benefício social é incontável, pois milhares de cidadãos

usufruíram de alguma forma dos conhecimentos e saberes desenvolvidos na universidade.

Houve um avanço no número de associações e cooperativas nas mais diversas áreas de atuação. A disseminação do conhecimento propiciou a inclusão de pessoas que estavam à margem do processo e que pelas vias normais de mercado jamais teriam uma oportunidade de colocar em prática suas ideias.

O fortalecimento do associativismo em suas diversas formas é uma alternativa à produção capitalista e assim a economia solidária vai enraizando e criando cada vez mais empreendimentos sociais e possibilidades de inclusão de pessoas, tirando-as das margens e colocando-as como protagonistas de seus próprios destinos.

Isso nos indica que é possível sim realizar transformações sociais de forma inclusiva e com recursos limitados. Naturalmente que as dificuldades são muitas, mas que sabor tem a conquista sem que haja barreiras para alcançá-las.

De que adiantaria produzir conhecimento para mantê-lo fechado, sem socializar. Esta troca de saberes – empírico e científico – é que legitima e aproxima a universidade da comunidade e a extensão universitária é o instrumento que possibilita esta interação.

Neste processo de construção e disseminação do conhecimento, o PAES apesar de sua pouca estrutura, tem se apresentado como uma alternativa ao desenvolvimento de atividades ligadas à economia solidária regional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Marianny E SILVA, Sidinea Faria Gonçalves da. **“CONTANDO HISTÓRIAS: mudando histórias” - relatos de extensão** - <http://periodicos.uems.br/index.php/semex/article/view/2497/1178>. 2012 Acesso em jun. de 2015.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DIAS, Maria Teresa Fonseca et al. **Mediação, cidadania e emancipação social: a experiência da implantação do centro de mediação e cidadania da UFOP e outros ensaios**. Belo horizonte: Forum, 2010.

LANZARINI, Joelcy José Sá; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; BOM, Augusto; BATISTA, Bruna; PEREIRA, Marina Constante. Projeto de Extensão na prática: Estudo de caso na Feira de Economia Solidária da UNESCO (FES-UNESCO). In:

PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Ribeiro de; GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira. **Práticas e Saberes da Extensão – Volume II**. Curitiba – PR: Multidéia, 2015. P. 93-110.

MANCIE, Euclides André. **Constelação Solidarius**: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **O fórum brasileiro de economia solidária e sua relação com o conselho nacional de economia solidária**. FBES. Brasília, 2008.

SCHIOCHET, Valmor. **Por uma política pública nacional de formação em economia solidária – PPNFES**. Brasília. SENAES. 2007

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)**. São Paulo: IPEA, Revista Mercado de Trabalho, nº 56, fev. 2014.

## O PROCESSO EDUCATIVO DE INCUBAÇÃO DO PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERMASOL

Patrícia Guimarães Costa<sup>108</sup>

**RESUMO:** Este trabalho faz uma reflexão sobre a temática da economia solidária e como a Universidade Estadual de Feira de Santana, enquanto produtora de conhecimento tem tratado a gestão dos empreendimentos solidários. Neste trabalho articula-se a teoria à prática, através de um estudo de caso sobre o Projeto Cantina Solidária que está sendo desenvolvido, pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária-IEPS junto ao grupo Companheiras de Mãos Solidárias - COOPERMASOL. A indagação que permeia o processo de estudo consiste em querer saber: De que maneira está sendo desenvolvido o processo educativo de incubação junto ao grupo? Como resultado da pesquisa foi possível avaliar indicadores de melhoria da qualidade de vida, incremento da renda, elevação da autoestima com destaque no processo de incubação e desincubação, que contribuiu como articulador de conhecimentos, através da troca com e em benefício dos saberes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária. Incubadoras. Processo de incubação.

### 1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico capitalista adotado pelo Brasil ao longo dos anos, mesmo tendo sido capaz de produzir riquezas, deixou um legado histórico de desigualdades e pobreza, constituindo uma realidade dual: a) uma elite que consegue ter acesso ao que é produzido pela sociedade capitalista moderna ocidental; b) parte da população sem acesso ao mercado e conseqüentemente aos bens de consumo, sujeitos ao desemprego e à exclusão social.

Partindo dessa ideia, houve a intenção de investigar sobre a temática da economia solidária, como uma nova relação com a sociedade, um sentimento mais igualitário e coletivo de erradicação da fome e da pobreza.

O entendimento de economia está presente na abordagem de Arruda (2000), para o autor a economia é percebida, na maioria das vezes, como uma intimidação e uma imposição que nos obriga a viver em função de um trabalho

---

<sup>108</sup>Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana, gpatcosta@gmail.com

apenas para sobreviver, no entanto, na perspectiva da cooperação e da solidariedade, a atividade econômica ganha uma dimensão de encantamento, tendo em sua essência a dimensão social e humana. A riqueza material cede lugar à riqueza do ser, do fazer e do ter, a competição cede lugar à cooperação solidária, à partilha, à complementaridade e a reciprocidade.

Reconhece-se a necessidade da consolidação dos empreendimentos solidários e grupos dessa natureza, sejam cooperativas, associações ou grupos informais com o apoio das universidades, não só porque são produtoras de conhecimento, mas porquê em seus três pilares de sustentação: ensino, pesquisa e extensão, o compromisso com a questão social deve estar presente. Assim, esse trabalho faz uma reflexão sobre a gestão de empreendimentos solidários na Universidade Estadual de Feira de Santana, através de um estudo de caso sobre o Projeto Cantina Solidária, formado pela Coopermasol – Companheiras de Mãos Solidárias.

O objetivo central da pesquisa é analisar o processo educativo prestado pela Incubadora à Coopermasol na geração de emprego, renda e autonomia dos sujeitos. Para efeito de operacionalização da pesquisa, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a história do grupo Companheiras de Mãos Solidárias - COOPERMASOL;
- Analisar o processo educativo de incubação prestado pela Incubadora de Iniciativa da Economia Popular e Solidária - IEPS da UEFS;
- Investigar a condição trabalho, incremento de renda e melhoria na qualidade de vida dos cooperados envolvidos no processo (antes e depois do apoio da IEPS);

Como a questão central da pesquisa envolve a COOPERMASOL e a IEPS foi de fundamental importância buscar documentos a fim de conhecer a história do grupo e como foi desenvolvido o processo educativo. A incubadora disponibilizou o Projeto da incubadora, a Carta de Princípios, o Estatuto do grupo, o Projeto da Cantina Solidária, o Relatório Técnico da Incubadora e o Relatório da Pesquisa de Satisfação. Foi realizada a análise documental para a caracterização da COOPERMASOL e para conhecer a Incubadora, suas ações e projetos e como estava sendo desenvolvido o processo de incubação.



Após a finalização da análise dos documentos, o projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, esse procedimento foi necessário em virtude da necessidade de se fazer entrevistas, pois os dados conseguidos não foram suficientes para sanar todas as dúvidas. A aproximação se deu por intermédio da incubadora, individualmente foi feito o convite para participar da pesquisa através de entrevistas. O local foi escolhido por cada membro do grupo. Todos os integrantes da COOPERMASOL foram entrevistados, em número de sete, todas mulheres, e os professores que estavam diretamente ligados ao Projeto Cantina Solidária, em número de dois. As entrevistas foram gravadas e transcritas, as questões nortearam-se por um roteiro simples e as informações coletadas foram identificadas por uma codificação específica, cada entrevistado possui uma letra que vai de A até I, já que foram nove entrevistados. Da correlação entre os elementos do referencial teórico com os dados coletados na análise documental e dos dados primários é que foram organizados os argumentos para a elaboração desse trabalho.

## 2 ANÁLISE CONCEITUAL SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Etimologicamente a expressão economia solidária é uma composição derivada das palavras gregas *Óikos* (casa, bens...) e *nomos* (norma, regime...) que significa gestão da casa, e da expressão latina *Solidum*, que na concepção romana significa responsabilidade de cada um com o grupo social.

Seguindo a corrente de pensadores, é possível caracterizar a economia solidária como:

[...] um sistema econômico-social que se constitui por múltiplas formas associativas e empreendimentos solidários pelos princípios e valores universais da solidariedade, da cooperação e da democracia como formas de vida e de convivência humana (PAEZ, 2001, p.57).

Segundo o autor a economia solidária é um *modus vivendi*, palavras em latim que juntas significam acomodação na disputa entre partes para permitir vida em conjunto. Pode-se perceber que o conceito caracteriza uma nova forma de organização do trabalho baseado em valores que abrangem a todos de forma igualitária, enfatiza a cooperação, partilha, autogestão e as formas de convivência que possibilitem uma melhor qualidade de vida.

Como a economia solidária é um movimento emancipatório, os termos conceituais estão longe de ser unanimidade entre os teóricos, podemos trazer outro conceito, que fala das bases ideológicas da economia solidária e em suas palavras define:

[...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2000, p. 11)

Percebe-se que Singer é um autor com viés socialista, para ele, conforme conceito acima, economia solidária é outro modo de produção, pautado na solidariedade e na redistribuição da renda de forma igualitária em que os cooperados juntos produzem e vendem seus produtos, o resultado desse processo exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Para o estudo de caso que se objetiva, as análises conceituais são importantes para reconhecer a complexidade do discurso elaborado em torno do tema.

### **3 CARACTERIZANDO A INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA – IEPS**

O Projeto de implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Feira de Santana, assim denominada inicialmente, foi resultado do Edital 007/2008, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, de apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. A ITCP foi implantada em 2008, na fase inicial, o projeto foi cadastrado na Extensão pela resolução do CONSEPE 150/2010 e na Pesquisa pela resolução do CONSEPE 116/2010. A consolidação desta estrutura foi gerida e acolhida pela Pró-Reitoria de Extensão, como também pelo Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT da UEFS.

As experiências de incubação de cooperativas populares nas Universidades têm se apresentado como uma forma efetiva de qualificar o conhecimento produzido, a partir de demandas reais da sociedade, consolidando, assim, a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Entende-se o conceito de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs como:

Um empreendimento que dispõe de uma equipe técnica para fornecer apoio, durante um determinado período de tempo, visando contribuir para o processo de aprendizagem de pessoas e grupos dispostos a montar e gerir uma cooperativa de forma sustentada, sem relação de dependência. (OLIVEIRA L., 2003. p.64)

O conceito acima aborda algumas questões: os recursos humanos, as características de sua metodologia de trabalho e o objetivo das incubadoras. Segundo Nunes (2009), no caso de incubadoras universitárias as pessoas envolvidas são os professores, estudantes e técnicos de apoio. O Projeto da Incubadora insere-se na perspectiva do desenvolvimento e aprimoramento da gestão de empreendimentos solidários entendendo-a como um caminho no combate à pobreza na consolidação de nova forma de organização do trabalho, de modo cooperativo, associativo e autogestionário.

A Universidade Estadual de Feira de Santana reconhecendo a necessidade da integração com a comunidade externa por meio de projetos de extensão, pesquisa e atividades de caráter continuado, começa a dar seus primeiros passos no âmbito da economia popular e solidária. Segundo Pita e Lima (2013), a incubadora constitui-se em um programa interdisciplinar de caráter permanente, com possibilidade de participação da comunidade externa, por meio de projetos de extensão e/ou pesquisa e outras atividades de caráter continuado no âmbito da economia popular e solidária.

Com relação à organização administrativa, a IEPS é formada por uma estrutura simplificada, sem hierarquização. O processo de construção do diálogo é interativo, através da troca dos saberes.

Segundo Lima (2011), a incubadora desenvolve algumas ações e projetos, discriminados a seguir:

- **Projeto da Cantina Solidária**, formado pelo grupo das Companheiras de Mãos Solidárias – COOPERMASOL. O grupo está num processo educativo de incubação na cantina do módulo VII na Universidade Estadual de Feira de Santana. Analisar esse estudo de caso é o objeto desse trabalho.

- **Projeto Tecnologias Sociais e Cidadania**, coordenado pelo professor Pablo Piras do Departamento de Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. O objetivo do projeto é contribuir com as boas práticas de manejo e acondicionamento do camarão, na cidade de Ipuaçu.

- **Projeto Redes para Trabalho Decente e Proteção do Meio Ambiente (CATADORES)** é interinstitucional, possui financiamento próprio, está em parceria/rede com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB e a Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, tem como principal objetivo contribuir para a organização de catadores desorganizados, na cidade de Feira de Santana.

- **Projeto Instituto Pacatu**, criado em dezembro de 2013, é uma entidade não governamental beneficente, sem fins lucrativos, com sede em Santa Bárbara, estado da Bahia. Tem por objetivo uma ação educativa social, onde professores se reúnem e proporcionam gratuitamente cursos profissionais, entre eles cursos pré-vestibular, oficinas de cinemas e curso de violão, contemplando crianças e jovens carentes da comunidade.

E entre as ações destacam-se:

- O Apoio ao Movimento Sem Teto da Bahia
- Apoio ao Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana - SINDICAME

#### 4 A HISTÓRIA DA COOPERMASOL

A Coopermasol tem sede na Rua Intendente Abdon, 744, bairro Queimadinha, na cidade de Feira de Santana. A maioria dos habitantes do bairro tem sobrevivência garantida nas feiras livres, com trabalhos ambulantes de camelôs, feirantes, lavadeiras de roupas e comercialização do amendoim.

Inicialmente o grupo era formado por 23 membros, composto de amigos e vizinhos que se uniram em busca de alguma fonte de renda. Até então não tinham nenhum conhecimento sobre os princípios solidários, nem tinham a intenção de seguir bases teóricas do cooperativismo, ou algo parecido. O intuito era o de sobreviver. A aproximação da Incubadora com o grupo se deu em 2008, por intermédio da professora Sônia Lima, na igreja que frequentavam. Segundo Pita e Lima (2013), os encontros passaram a ser no fundo da casa de uma das integrantes, onde a incubadora passou a acompanhar o grupo e os encontros foram cada vez mais frequentes.

Em 2013 surgiu o espaço de uma das cantinas no campus na Universidade Estadual de Feira de Santana, foi feita uma seleção pública, mas não

houve inscritos. Então, pelo trabalho que a incubadora já tinha estabelecido com o grupo foi sugerido que a cantina poderia ser ocupada como um espaço pedagógico fazendo parte do projeto de incubação, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e a IEPS – Incubadora de Iniciativa da Economia Popular e Solidária. Através de um projeto junto à FAPESB, foi garantida a aquisição de geladeira, mesa, móveis, utensílios, fogão, entre outros.

Convêm ressaltar que a adesão e a saída de membros são constantes, eles são livres para permanecer ou não no grupo, desta forma, atualmente o grupo é composto por sete componentes, todas mulheres, apenas duas delas estão desde o início da incubação. Em março de 2013, se iniciou um processo de normas de convivência do grupo, no sentido de auxiliar na construção autônoma das regras que disciplinassem suas atividades e relações. A intenção desse processo foi fazer com que as regras nascessem do diálogo entre os membros do grupo, para que fossem legitimadas e adotadas em suas práticas cotidianas.

Segundo Pita (2013) o espaço da cantina é pedagógico sendo considerado como laboratório de orientação e observação.

## 5 CARACTERIZANDO O PROCESSO EDUCATIVO DE INCUBAÇÃO

No que tange ao processo educativo, as incubadoras se norteiam através de três fases: pré-incubação, incubação e desincubação, especificaremos a seguir algumas etapas desse processo. É importante salientar que as ações não são necessariamente sucessivas, as etapas são muitas vezes simultâneas.

**Pré-incubação:** As primeiras iniciativas para formação da cooperativa se deram em 2008, simultaneamente à criação da incubadora. O grupo era informalmente formado, com sede no bairro da Queimadinha, em Feira de Santana – Bahia, composto por desempregados jovens, semi-alfabetizadas, pessoas com idade avançada, e alguns aposentados e pensionistas. O processo de pré-incubação propriamente dito se deu através de entrevistas semiestruturadas, realizadas na sede, individualmente. Essa escolha se deu para conhecer e sistematizar as características do grupo, além de identificar as perspectivas individuais dos membros. Foi possível também, através das entrevistas identificar o nível de coesão e o sentido de coletividade do grupo.

Inicialmente o grupo trabalhava com três segmentos: alimentação (mocofato, feijoada, sarapatel, dobradinha, maniçoba), artesanato (fabricavam roupas e bolsas) e prestação de serviços (encanamento, limpeza e pintura). Na pré-incubação foi necessário definir os interesses e objetivos do grupo. Desta forma o grupo optou por trabalhar com o gênero alimentício.

**Incubação:** Antes de começarmos a tratar da incubação do grupo propriamente dita, vale a pena caracterizar a incubação de iniciativa da economia popular e solidária como:

Um processo educativo determinado por diversos fatores – econômicos, culturais, políticos e também pedagógicos. Como tal, precisa ser definido de acordo com seu contexto histórico-social-local. (PITA e LIMA, 2013, p. 4)

Em outras palavras, a incubação é um processo de organização e acompanhamento no qual, valores e competências são estimulados com base em princípios de cooperação e solidariedade.

Pita e Lima (2013) afirmam que o processo de incubação se subordina aos fundamentos da Economia Popular e Solidária, visando a integração dos sujeitos, tendo como valor principal o trabalho-educação. As metodologias adotadas variam de acordo com as particularidades de cada grupo, considerando o grau de instrução, singularidades culturais, localização, integração, entre outras.

Em 2013 a incubadora conseguiu um espaço de uma das cantinas do *campus* da Universidade como espaço pedagógico e por meio de projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB, o grupo adquiriu o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) investidos em equipamentos, móveis e utensílios destinados a garantir as atividades do mesmo. O processo de incubação se desenvolveu sob os seguintes procedimentos: encontros quinzenais, através de rodas de conversa, para garantir a capacitação técnica do grupo, nos encontros foram abordados temas como cooperativismo, fundo rotativo, conceito sobre economia solidária, boas práticas na produção de alimentos, controle de contas, oficinas que ensinam a fazer reuniões, entre outras. Além da construção com o grupo das regras de convivência.

Segundo Cunha (2002) o processo de incubação é constituído pela formação dos integrantes do grupo, através dos cursos de capacitação e aprimoramento, como também o acompanhamento do processo educativo, no que se refere à motivação, organização da produção, planejamento, controle

administrativo, gestão democrática, finanças e aspectos jurídicos, ou seja, o grupo nessa fase deve aprender e aplicar.

Como os referenciais teóricos e as análises documentais não foram suficientes para perceber como o grupo estava analisando o Projeto Cantina Solidária foi necessário ouvir os membros, através das entrevistas. Com base nisso foi possível trazer para este trabalho aspectos identificados através da investigação e apontados pelo grupo, destacando três aspectos:

- a) Aprendizado
- b) Elevação da autoestima
- c) Incremento da renda

O grupo reconheceu que através do Projeto houve melhoria na qualidade de vida, começando pelo aprendizado através dos cursos, oficinas e desafios enfrentados e superados com o trabalho cotidiano. O aprendizado é o somatório da teoria e prática. Com relação à autoestima consideramos um dos aspectos mais importantes, porque a mudança passa a ser de dentro para fora, aquele que se encontrava em situação de vulnerabilidade passa a sentir-se útil, capaz de produzir, de conseguir seu dinheiro e manter-se.

Nenhum dos membros manifestou enfaticamente que houve uma mudança financeira significativa, a arrecadação varia em torno de um salário mínimo para cada. Ressaltamos que a cantina gera um custo mensal aproximado de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para a Universidade, e que o grupo não assume nenhum custo. Em 2013, a cantina movimentou em torno de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e nos dois anos de funcionamento houve uma circulação financeira em torno de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). A cantina atende o quantitativo médio de 600 pessoas por semana. Os números apresentados reforçam que o Projeto Cantina Solidária tem atendido as expectativas.

Houve a preocupação, neste trabalho, de confrontar se de fato o grupo estava aplicando os princípios solidários. Nesta perspectiva, foi interessante perceber o relato do grupo quanto a importância da autogestão, ou seja administrar o próprio negócio, como por exemplo cita a entrevistada A: *“é diferente de ter um patrão de tá trabalhando para alguém, agente fica mais livre”*, notamos nessa fala que os princípios da economia solidária estão sendo exercidos, a liberdade individual e um modo de organização do trabalho pautado na solidariedade e na

redistribuição de renda em que os membros do grupo juntos produzem e vendem, não existe a distinção de patrão e empregado.

#### **QUADRO 01 – Análise comparativa das características do grupo antes e depois do Projeto Cantina Solidária, 2015**

<b>Antes do Projeto</b>	<b>Depois do Projeto</b>
Não tinham sede, se reuniam no fundo da casa de uma das integrantes	Ganharam um espaço pedagógico na UEFS, na cantina do Módulo VII.
Comercializavam aos finais de semana (casualmente)	Passaram a atender diariamente, nos três turnos (manhã, tarde e noite)
Não era um grupo formal	Estão em processo de formalização, o contrato social está em fase de elaboração
Não estavam enquadradas como grupo de Economia Solidária	Estão certificados, pela IEPS, como grupo de Economia Solidária
A maioria não possuía renda fixa	Retirada fixa mensal (em média um salário mínimo)
Pouca experiência com a venda de alimentos	Adquiriram experiência (livros de caixa, controle de estoque, compras e administração)
Baixo grau de aprendizado	Diversos cursos (Boas práticas, reciclagem, Como Administrar, Conceitos sobre Economia Popular e Solidária)

Fonte: Trabalho de campo, março/2015.  
Elaboração: Patrícia Guimarães Costa.

Diante do que foi apresentado e com base nos dados descritos no quadro acima, concluímos que houve uma significativa melhoria na qualidade de vida dos membros, com o projeto eles adquiriram novas possibilidades e a ideia de cooperativismo ganha força. Mesmo os que saíram do grupo, com a formação e ensinamentos que tiveram no projeto, contribuiu para que vislumbassem outras atividades, outras possibilidades de renda e novas perspectivas de vida.

**Desincubação:** Teoricamente, é quando o grupo está pronto e auto-suficiente para o retorno à sede com condições favoráveis à efetiva autogestão. O que se espera do grupo nessa fase são os resultados. Segundo Cunha (2002), os resultados devem ser apresentados na forma de relatórios e o processo de desincubação tem como última etapa o encaminhamento do grupo à sede, com independência e autonomia. No caso específico, a desincubação envolve duas questões: o grupo precisa ser formalizado e para onde o grupo vai quando o projeto acabar. A previsão de saída da Coopermasol é em 2015, e essas duas questões precisam ser sanadas.

Com relação à formalização, reportamos que foi uma das principais preocupações da incubadora para este grupo, pois se manter na informalidade seria a opção a menos indicada, pois impediria o registro do grupo, assim como não teria



o estatuto jurídico e também não poderia participar de editais. A incubadora apresentou três opções para a formalização do grupo, salientamos que a decisão deve ser feita pelo grupo, entre as opções apresentadas a seguir:

1. Associação;
2. Cooperativa;
3. Sociedade simples em nome coletivo

Todas elas estão alinhadas aos princípios de Economia Solidária e a autogestão. Acreditamos que é interessante caracterizar algumas vantagens e desvantagens de cada uma.

**Quadro 02 - Comparativo entre Cooperativas, Associações e Sociedade Simples em Nome Coletivo.**

	<b>Cooperativa</b>	<b>Associação</b>	<b>Sociedade simples em nome coletivo</b>
<b>Principais Vantagens</b>	- Correspondência com a natureza do vínculo e objetivos dos grupos de economia solidária	- Simplicidade do processo de criação e registro - Suposta imunidade tributária, quando compatível com os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional	- Simplicidade do processo de criação e registro - Relativa correspondência com a natureza do vínculo e objetivos dos grupos de economia solidária, considerando a possibilidade da adequação do contrato social.
<b>Principais Desvantagens</b>	- Complexidade estrutural e onerosidade contábil-fiscal	- A forma jurídica pressupõe a ausência de fim econômico, o que acaba resultando na irregularidade contábil-fiscal da iniciativa.	- Pouca disseminação do uso da forma, que pode representar obstáculos na certificação e no exercício de prerrogativas no âmbito da economia solidária - Responsabilidade solidária dos sócios.

Fonte: Palestra na Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária – IEPS, novembro de 2014.

Elaboração: Flávia Pita

Percebemos que todas as opções estão em consonância com os princípios da economia solidária, no caso da cooperativa haveria plena correspondência aos objetivos do grupo. A associação seria a opção mais indicada pela suposta imunidade tributária, pela simplicidade do registro e por ser vista, conforme Santos (2010) como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente.

Ou seja, a associação teoricamente, busca solucionar questões de inclusão social. O único entrave paira sobre a forma jurídica que pressupõe a ausência de fim econômico, impossibilitando o grupo da comercialização dos seus produtos. Já a sociedade simples em nome coletivo possui um custo baixo e permite a comercialização, além de corresponder aos fundamentos da economia solidária com possibilidades da adequação do contrato social.

Os integrantes da Coopermasol entendem que só poderão expandir o negócio se houver a formalização, inclusive é uma condição para que participem de processos licitatórios. O grupo escolheu ser Sociedade Simples em Nome Coletivo, por ser mais simples, por se enquadrar no perfil do grupo e por ter um custo mais baixo. Como consta na fala abaixo:

Temos ultimamente discutido a formalização do grupo. Nós optamos pela Sociedade Simples em Nome Coletivo. Eles ouvem agente e fazem como agente quer, não se interferem em nossa opinião. O nome pode mudar estamos pensando isso. Estamos vendo. Ainda vai ser decidido. (Entrevistado F)

Acredita-se que a decisão pela formalização com o modelo de Sociedade Simples foi a melhor opção, diante de todos os benefícios que o formato oferece e que já foi apresentado anteriormente. Quanto à saída do grupo, até o presente momento não sabem para onde vão, cabe a reflexão que, mesmo que não consiga de imediato se instalar em outro local, o processo educativo que foi formado não se perderá, levará consigo os ensinamentos adquiridos, as experiências vividas e a vontade de continuar.

Há a percepção, por parte da incubadora, através dos membros envolvidos, que os fundamentos e princípios da economia solidária estão presentes no comportamento do grupo. Coube a incubadora oferecer os cursos, as rodas de conversa, a socialização de ideias e o estímulo ao aprendizado, mas coube aos membros do grupo a etapa mais difícil: reconhecer a capacidade de trabalhar. Os integrantes passaram a se reconhecer como grupo desenvolvendo a gestão compartilhada e a socialização de ideias. Convém ressaltar que o aprendizado não coube exclusivamente ao grupo, é uma via de mão dupla, tanto ensina quanto aprende. Para a incubadora: “...esse grupo ensina que precisamos aprender a ensinar e aprender com eles, muitas vezes nós é que estamos aprendendo. A interação gera um bom resultado”. (Entrevistado H)

Esse projeto não se trata apenas de um trabalho ou de uma atividade que foi designada, à incubadora, ao seu cumprimento, é algo que vai além dos limites institucionais, é uma questão ética e moral.

## 6 CONCLUSÃO

A investigação que foi desenvolvida revelou uma realidade surpreendente em função da ideia de mudar a realidade da vida de um grupo. De acordo com as análises feitas é possível mostrar que formar um grupo tendo como base os princípios da economia solidária tem sido um grande desafio, efetivamente porque tem contribuído para um novo modo de pensar e de agir. Durante a investigação, foi possível apurar que:

- Houve a melhoria da qualidade de vida do grupo, com relação a três aspectos: aprendizado, autoestima e incremento da renda;

- O Projeto Cantina Solidária atendeu as expectativas da incubadora, quanto a troca de experiências e principalmente quanto a reconstrução social de vida menos exaustiva. A partir desse projeto houve, inclusive a intenção de se criar o Fórum Municipal de Economia Solidária e a formação de redes.

- Na Dimensão econômica foi percebido que nos dois anos do projeto a circulação financeira foi relevante e que vale a pena investimentos nesse tipo de empreendimento, pois há relevância em diversos níveis: social, ético, de circulação de renda e de oferta de serviços.

- A fase da desincubação, prevista para 2015, considerada como a etapa mais complexa. Por parte da Coopermasol, a incerteza de não saber para onde vai e como se dará a formalização, por parte da incubadora, a sensação de impotência, pela necessidade de melhorias na infraestrutura da cantina, de mais cursos, de maior frequência dos encontros e das oficinas. Percebe-se assim que o trabalho de inclusão de pessoas excluídas do mercado de trabalho, com dificuldades em todos os níveis é árduo, conflitante e lento.

Apesar do reconhecimento das limitações do projeto esta pesquisa traz como resultado que algo de bom aconteceu na vida de cada um que participou do projeto. O grupo estudado foi qualificado e está apto para o mercado. O estudo foi um caso de INCLUSÃO SOCIAL. Concluímos que o maior legado foi o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora e a gestão de empreendimentos

solidários da Universidade Estadual de Feira de Santana tem-se mostrado promissora para desenvolver ações e projetos baseados nos princípios solidários.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas**, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. 171p. Trabalho de Conclusão do Curso (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2002.

LIMA, José Raimundo O. **Economia popular e solidária enquanto economia política dos setores populares: princípios e dimensões fundamentais**. Conferência proferida no II Seminário da Casa do Trabalhador de Feira de Santana, dezembro de 2011, Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico - Feira de Santana.

NUNES, Débora. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: Uma aplicação da pedagogia da participação**. SP, editora Annablume, 2009, 350 p.

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de. **Incubadoras universitárias de empresas e de cooperativas: Contrastes e desafios**. Campinas: UNICAMP, 104p. Trabalho de Conclusão do Curso (Mestrado em Política Científica), 2003.

PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao Neoliberalismo**. Santa Maria: Sesma, 2001.

PITA, Flávia. **A Economia Solidária e o Estado: Lições a partir de um Caso Concreto**. 2013, p.1-24.

PITA, Flávia, LIMA, José Raimundo O. **Normalizando a Solidariedade: Relato de Experiência de Construção Coletiva de Regras de uma Cooperativa Informal de Economia Solidária**. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador (Ba).

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e Desenvolvimento: O caso da Região Sisaleira da Bahia**. Feira de Santana - Bahia: UEFS Editora, 2010, 216p.

SINGER, Paul. **Economia dos setores populares: propostas e desafios**. 2000, p. 143-165.

## O DINHEIRO COMO VETOR DE CONTAMINAÇÃO DOS ALIMENTOS: UM ESTUDO NAS CANTINAS SOLIDÁRIA I E VII DA UEFS

Geisiane dos Santos Silva<sup>109</sup>; José Raimundo Oliveira Lima<sup>110</sup>

**RESUMO:** O dinheiro como meio de pagamento ao longo dos anos tem assumido diversas formas entre as mais utilizadas estão as moedas metálicas e em papel que tem sido bastante manuseadas com uma circulação cada vez maior, em que pese o surgimento de outras, como as virtuais, cartões, etc., não permanecendo em um mesmo lugar ou nas mesmas mãos por muito tempo. O manuseio pode acumular muitos microrganismos entre fungos e bactérias. Por essa razão o dinheiro pode ser um “veículo” potencializador de doenças, por está em contato com distintas microbiotas. O dinheiro em decorrência do seu manuseio, portanto, é como vetor de contaminação objeto desse estudo. Para realização e desenvolvimento deste trabalho buscou-se acompanhar a rotina dos grupos atuantes na Cantina do Módulo I e VII - UEFS observando e diagnosticando o grau de conhecimento e aplicação de boas práticas de fabricação, durante o desenvolvimento de suas atividades, por aqueles que participam do processo de incubação desenvolvido pela IEPS/UEFS. Diminuir o fluxo das cédulas, conseqüentemente diminui o nível de contaminação dos trabalhadores que realizam essa função e estão expostos diariamente a risco de contaminação por meio do dinheiro. A utilização da moeda social, que surge na Economia Solidária, possuindo características próprias e funcionalidade local possivelmente trará essa recomendação e será um vetor de menor ofensividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Boas práticas de fabricação. Contaminação. Moeda Social.

### 1 INTRODUÇÃO

O homem ao longo da sua história socioprodutiva, nem sempre focou toda a sua vida em torno da comercialização ou da produção de mercadorias, outras dimensões da vida tinham igual ou até maiores repercussões como a sabedoria, a cultura, a experiência, etc.. Comercializava-se, entretanto, inicialmente, através de simples troca ou escambo. Neste sentido, a mercadoria era avaliada na quantidade de tempo ou força de trabalho gasta para produzi-la ou até mesmo pela necessidade que o "comprador" tinha por determinada mercadoria.

---

<sup>109</sup>Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: geeise\_santos@hotmail.com

<sup>110</sup>Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [zeraimundo@uefs.br](mailto:zeraimundo@uefs.br)

Com a criação da moeda o valor da mercadoria se tornou independente da força de trabalho e com o surgimento dos bancos aparece em uma nova atividade financeira em que o próprio dinheiro é uma mercadoria. Algumas mercadorias, entretanto, pela sua utilidade, passaram a ser mais procuradas do que outras. Aceitas por todos, assumiram a função de moeda, circulando como elemento base da economia, trocado por outros produtos e servindo para avaliar o seu valor. Começa a demarcar-se como centralidades de moedas–mercadorias e com isso passa representar uma relação social de produção. Assim, como princípio simples e histórico, quanto mais a produção se faz representar, é reconhecida, a moeda torna-se mais valorizada (FREIRE, 2008).

O pequeno negócio pode ser um exemplo de produção autogestionária, cooperada e solidária, valorizada localmente e que vêm crescendo cada vez no nosso dia a dia segundo Singer (2010), e o ramo de alimentação tem sido um dos mais promissores, abrigando-se em diversos espaços, inclusive, em praças e ruas e outros espaços.

Dentre as formas do pequeno negócio, existem os espaços de comercialização de alimentos, dentro de universidades (cantinas e restaurantes), que produzem e comercializam alimentos para comunidade universitária. É uma forma de pequeno negocio freqüente em muitos lugares, tendo em vista que as refeições fora de casa tornaram-se uma prática cada vez mais constante. Permitindo assim o crescimento do setor relacionado ao comércio de alimentos, e junto com este, a preocupação com a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos e serviços oferecidos (SÃO JOSÉ, 2011).

Tratando-se de economia popular e solidaria, é desenvolvido um processo de orientação educativo-político-pedagógico com grupos informais denominado incubação, que visa estreitar a relação da comunidade externa com a universidade (PITA *et al.*, 2015).

O processo de incubação de grupos é desenvolvido por incubadoras, neste caso incubadoras universitárias, que surgem a partir de uma conduta/ação diferente do que ocorre com a economia tradicional dentro das universidades. São dois espaços que hoje atua na produção e comércio de alimentos nas cantinas do *campus* central da Universidade Estadual de Feira de Santana, localizadas no modulo I e VII. Essa nova economia vem principalmente para valorização do produto

regional e local, possibilitando a inserção dos grupos poucos desenvolvidos, estimulando assim a geração de trabalho e renda.

O processo de trabalho coletivo parte dos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade e busca superar obstáculos que enfrenta essa classe de trabalhadores como baixo grau de escolaridade, falta de informação, localização, organização entre outras (PITA *et al*, 2015).

Na forma de organização são adotadas diferentes metodologias com atenção às singularidades dos grupos, sendo assim, em um processo político educativo que tem como base a educação popular e a economia popular e solidária busca-se o desenvolvimento individual, coletivo e comunitário. Tem como princípio a atividade de forma coletiva não visando apenas o lucro, mas equilíbrio na relação estreita entre trabalho e qualidade de vida. (PITA, F.; LIMA, J. R. O.; LIMA, C. E. S., 2015).

Quanto aos aspectos da manipulação dos alimentos propriamente dita, a literatura nos mostra que existe alto grau de infestação parasitária em locais de grande aglomeração de pessoas e com fluxo e grande rotatividade humana, facilita o contato direto e influencia na disseminação de microorganismos parasitas (MASCARINI E CORDEIRO, 2007).

O dinheiro é bastante manuseado e tem uma circulação cada vez maior, não permanecendo em um mesmo lugar ou nas mesmas mãos por muito tempo. O dinheiro pode acumular muitos microrganismos entre fungos e bactérias. Por essa razão pode ser um “veículo” potencializador de doenças, estando em contato com distintas microbiotas. Estes microrganismos podem vir de alimentos, móveis, poeira, solo, partes do corpo como fossas nasais, boca, ouvido, cabelo; ambientes externos, banheiros, uma vez que as pessoas colocam as mãos nestes locais e depois manipulam o dinheiro contaminando-os (SALVADOR, 2007).

Cédulas de dinheiro são manuseadas diariamente por diversas pessoas e por isso constitui uma forma de contaminação por diversos patógenos, em especial enteroparasitas. Pesquisas realizadas acerca do assunto nos mostram tais afirmações, para diversos tipos de microrganismos. Brito *et al* (2006) analisaram 50 cédulas coletadas na cidade de São José dos Campos - SP e encontraram contaminação em 40% das amostras, sendo que os ovos de *Ascaris lumbricoides*, estavam presentes em 55% das 20 notas contaminadas. Piccolo &Gagliani (2008), também no estado de São Paulo, analisaram 300 cédulas e encontraram

positividade de 40,6% nas cédulas de baixo valor principalmente de R\$2,00. Sudré *et al* (2012) analisaram um total de 89 amostras (60 cédulas e 29 grupos de moedas), entre as amostras contaminadas, 62,5% foram coletadas em estabelecimentos que comercializavam alimentos, na cidade de Niterói-RJ. Pereira *et al* (2015) constataram que num total de 15 moedas analisadas, durante três coletas 87% apresentaram-se contaminadas e apenas 13% não apresentaram contaminação.

Outra pesquisa realizada recentemente em São Paulo coletou oitenta notas em quarenta estabelecimentos da capital e as levou para testes em laboratórios da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e constatou que cerca de 70% delas carregavam bactérias ou fungos em quantidade superior ao limite aceitável. E dentre o *ranking* realizado a partir da pesquisa, estavam restaurantes renomados e feiras livres que lideram com níveis de contaminação altíssimos nas cédulas (XAVIER, 2015).

São vários os microrganismos presentes nestes lugares como as enteroparasitas e bactérias do gênero *Staphylococcus aureus*, Coliformes Totais, *Escherichia Coli*, até mesmo fungos ou cistos de protozoários. Consequentemente os mesmos causam as mais variadas enfermidades; as bactérias causam furúnculos, terçóis, inflamação no ouvido (otite), faringite, intoxicação alimentar; já os fungos são causadores de alergias respiratórias e de contato (SALVADOR, 2007).

Segundo João Carlos Tórtora, professor de Microbiologia do Departamento de Biologia e Medicina da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, que vem coordenando uma pesquisa para medir o nível de contágio das notas, foram obtidos resultados alarmantes de contaminação que o inspirou a escrever o livro "Dinheiro Sujo", lançado em 2012. Segundo o professor, as notas com menor valor têm circulação muito maior do que as cédulas mais valorizadas são encontradas com maior frequência coliformes fecais e *Staphylococcus*. Além disso, o resultado das análises mostrou a que a contaminação tem relação direta com o desenvolvimento social. Além disso, região geográfica na qual se situa o Brasil, propiciado por um clima quente e úmido, contribui muito para a deterioração das cédulas de papel o que seria um dos fatores para as notas durarem menos tempo do que as americanas ou européias (TÓRTORA, 2012).

O dinheiro é o meio de troca, utilizado em quase todas as transações, nesse contexto, portanto, é importante ressaltar um tipo de moeda que surge na Economia Solidária e possui características próprias e funcionalidade local. Trata-se



de um tipo de Tecnologia Social de autofinanciamento sendo um instrumento de natureza e estrutura contratual que surge como um meio alternativo para viabilizar o acesso aos direitos sociais (FREIRE, 2008).

A moeda social é uma ferramenta para desenvolver a comunidade, caracterizando a economia local, porque tem o poder circulante dentro do próprio município, em especial nos nossos bairros, fazendo com que circule as riquezas da comunidade, criando assim uma identidade local e serve para estimular a produção de determinada comunidade, além de estimular processos educativos que a envolve. Quanto maior for o número de famílias beneficiadas no município, maior será a economia local. Isso favorece as populações com veículo simbólico de cultura, saberes e conhecimento local, gerando e ampliando as possibilidades de trabalho e renda (FREIRE, 2008).

Visando a menor contaminação através do dinheiro é essencial a higienização correta das mãos toda vez que manipular cédulas, esse tipo de informação tem sido elemento congênere do instrumento circulante. A lavagem das mãos é necessária e deve ser difundida em todo ambiente de trabalho.

Outra proposta viável dentro da Cantinas solidárias é , é utilização da moeda social, que surge como uma proposta de diminuir o fluxo das cédulas e conseqüentemente o nível de contaminação que estão expostos diariamente a risco de contaminação por meio do dinheiro, além de provocar discussões e conhecimentos inerentes a este circulante nos processos de incubação.

A moeda Social surge na Economia Solidária e possui características e funcionalidade local. É de uso restrito, pois sua circulação e redistribuição são realizadas apenas pelos participantes da economia local, que desta forma podemos levar em consideração que o menor fluxo de circulação é vivenciado diariamente por todos os envolvidos nessa economia.

Neste contexto, tornou-se importante observar como é realizado o manuseio, bem como a apresentação do dinheiro nos espaços de alimentação das cantinas solidárias I e II na Universidade Estadual de Feira de Santana. A moeda social, neste contexto, assume representatividade de uma tecnologia social local e não apenas de um meio de pagamento ou troca.

Com efeito, o objetivo desse estudo é acompanhar qualitativamente como as pessoas manipulam o dinheiro, considerando-o como vetor de contaminação dos alimentos nos espaços de alimentação cantinas solidárias I e VII

da UEFS, visando servir de base comparativa para outros ambientes, tendo em vista que os projetos cantinas solidárias I e II acompanhados pela Incubadora de Iniciativas da Economia popular e solidária tem observado as normas e o preceitos inerentes às Boas Práticas para Serviços de Alimentação não apenas como fiscalização ou de forma punitiva, mas, como um trabalho educativo integrante do processo de incubação.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Para realização e desenvolvimento deste trabalho buscou-se acompanhar a rotina dos grupos atuantes na Cantina do Módulo I e VII - UEFS, por participar do processo de incubação desenvolvido pela IEPS/UEFS. Estabeleceu-se uma aproximação ao grupo, diagnosticando e observando o grau de conhecimento e aplicação de boas práticas de fabricação, durante o desenvolvimento de suas atividades.

Com efeito, primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados relativos ao objetivo proposto, a fim de garantir o conhecimento específico na área de alimentos e no processo de incubação, podendo assim, de forma correta realizar a abordagem e observação das principais atividades realizadas pelos grupos.

Logo após foi realizada etapa exploratória no espaço de alimentação para conhecimento da rotina sistematizando informações sobre as boas práticas, especialmente, como lidam com dinheiro e outros contatos entre si e com o público visitante dos espaços de alimentação.

Com essas informações, buscamos aplicar o método prático de pesquisa participante conforme BRANDÃO (2006), e discussão junto à equipe da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS- UEFS), bem como a realização de oficinas de aprimoramento sobre as boas práticas de fabricação, bem como a higiene no contato com o público e outros elementos que são manuseados, além de banho, lavagem de mãos, entre outros aspectos.

Além dos materiais de trabalho Equipamentos de Proteção Individual (EPI) foram utilizados outros materiais como computador, livros, máquina fotográfica, papel ofício, pastas, canetas entre outros disponíveis na IEPS/UEFS.

### 3 DISCUSSÃO

Segundo a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 216/04 é estabelecido Boas Práticas para serviços de alimentação. Visando garantir que todo estabelecimento mantenha qualidade higiênico sanitária durante toda cadeia produtiva e distribuição. Fornecendo assim produtos de forma segura, livre de contaminações químicas, físicas e microbiológicas. (BRASIL, 2004)

Conforme a Resolução da ANVISA - (RDC) 216/04, a separação adequada das diferentes atividades deve estar garantida por meios físicos ou por outros meios eficazes de forma a evitar a contaminação durante a preparação e distribuição dos alimentos preparados.

Além disso, nos estabelecimentos não devem constituir qualquer fonte de contaminação, como manipulação inadequada, contaminação por objetos e utensílios, que comprometa a qualidade higiênica sanitária do alimento preparado e apresente riscos ao consumidor (BRASIL, 2016)

A resolução descreve ainda, que a área onde se realiza recebimento de dinheiro e demais meios para o pagamento de despesas, deve ser reservada e os funcionários não devem manipular alimentos. No espaço da cantina II, pode-se observar tal organização, onde o espaço físico que é manuseado o dinheiro encontra-se afastado da área de preparo e distribuição. Além disso, o funcionário responsável pela atividade do manuseio do dinheiro (operador de caixa) desenvolve apenas essa atividade durante o turno do trabalho.

Porém no espaço físico da cantina I, o dinheiro é manuseado num espaço onde é disposto um balcão onde se comercializa os alimentos, onde o próprio funcionário que manipula o dinheiro do caixa comercializa o produto desejado pelo cliente. Apesar de ter notável conhecimento sobre higiene pessoal durante a distribuição dos alimentos e o acesso as cédulas, e possuem artificios que indicam que estão seguindo-as de forma correta, pode ser observado que devido a menor quantidade de trabalhadores estarem no seu horario, cumprindo suas atividades, alguns vezes se passam despercebidos, ou devido ao fluxo de pessoas ser intenso durante todos os horarios, as vezes é esquecido a higienização das mão, devidamente. Notando a partir disso, que existe indicio grande de fonte de contaminação, levando em consideração, os resultados expostos em várias pesquisas bibliográficas.

A falta de informação e inadequação durante o processamento até a distribuição pode comprometer a qualidade higiênica sanitária do produto. E se obtiverem condições de crescimento e proliferação, os microrganismos produzirão mudanças no aspecto, sabor, odor e em outras características sensoriais do alimento (DANTAS, 2013). Portanto analisar e construir propostas, além das existentes, de reduzir ou eliminar os riscos de contaminação nas cantinas é essencial para qualidade e segurança alimentar. Ainda assim, tendo devido conhecimento sobre os riscos, é necessário que constantemente eles sejam orientados, para que não caia no esquecimento as práticas já aprendidas. O que por muitas vezes acaba ocorrendo.

Uma proposta de diminuir o fluxo das cédulas e conseqüentemente o nível de contaminação dos trabalhadores que realizam essa função no ambiente de trabalho e estão expostos diariamente a risco de contaminação por meio do dinheiro, é utilização da moeda social, que surge na Economia Solidária e possui características próprias e funcionalidade local. Desta forma o uso é restrito, pois sua circulação e redistribuição são realizadas apenas pelos participantes da economia local, desta forma podemos levar em consideração que o menor fluxo de circulação e conhecimento prévio das pessoas que irão utilizá-los, a contaminação será reduzida e podemos ter conhecimento das principais fontes contaminantes.

Durante o *I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil-Cuba*, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, foi realizada a I Feira de Economia Popular e Solidária da UEFS, com a exposição e comercialização de produtos de iniciativas da Economia Popular e Solidária onde trouxe uma novidade, a utilização da moeda social denominada “SERTANEJO” desenvolvida pela Incubadora de Iniciativas Popular e Solidária.

O sertanejo foi desenvolvida com intuito de disseminação funcionalidade local e com características própria da região. Cada cédula possui característica de um elemento da fauna ou flora, característica do sertão. O que dá uma identidade maior a moeda. A variação de preços é de 0,50 sertanejinhos a 100 sertanejos com valor equivalente a moeda circulante real.

A moeda Social em relação à convencional, de se difere principalmente devido a menor circulação, onde as pessoas utilizam o uso da moeda social em lugar ao real, estas seriam cadastradas no banco social onde o consumidor trocaria

a moeda oficial pela moeda social em circulação no seu bairro/comunidade, e ainda poderia ganhar desconto ao adquirir a mercadoria, pois não está ligada a nenhuma taxa de juros, fazendo com que o cliente voltasse a adquirir o produto.

Além disso, garante que os recursos da própria comunidade circulem com mais frequência, fazendo a renda circular na comunidade e promovendo crescimento econômico local, aumentando a sustentação dessa comunidade que por muitas vezes é excluída da sociedade como um todo. Justifica-se ainda que devido a esse alcance menor que a moeda oficial, possibilitaria encontrar mais facilmente um possível foco de contaminação e tentar corrigi-lo.

A implantação da moeda social favorece a circulação local da riqueza sendo que, o que é produzido no local precisa ser consumido no local. Tenta buscar o fortalecimento étnico, a cidadania e o desenvolvimento sustentável, garantindo sucesso na sua implantação e considerando valores locais e econômicos de determinada população.

Outra proposta é avaliar o grau de contaminação da moeda social em relação à moeda oficial, que nos oferece dados consistentes até então sobre seu grau de contaminação. A avaliação da contaminação da moeda social através de pesquisas em laboratório nos confirmaria o grau de diferença entre ambas, para isto, a moeda social deveria ser estudada e examinada para posterior comparação, esta proposta é prevista, para ser realizada em um segundo momento da pesquisa, onde a análise partirá da moeda social (sertanejo) implantada na universidade, e a moeda oficial (real).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visando a menor contaminação através do dinheiro é importante lavar as mãos toda vez que manipular cédulas. A lavagem deve ser feita com água e sabão. Se possível, aplicar álcool depois da lavagem. De forma adequada garantindo que todas as partes da mão sejam bem higienizadas.

A lavagem das mãos é necessária, importante e deve ser difundida em todo ambiente de trabalho, entretanto essa não é uma prática constante observada pelos funcionários que estão em contato direto com o dinheiro, podendo ser o principal motivo a falta de informação sobre o assunto ou esquecimento, devido a

uma rotina com trabalhos diversificados, ou ainda por ser único responsável pela atividade durante o expediente de trabalho, o que dificulta a saída constante.

O uso da moeda na I Feira de Economia Popular e Solidária mostrou aspectos que podem ser levados para realidade das cantinas solidárias da UEFS, o que pôde ser observado foi o grau de satisfação dos expositores, inclusive da Cantina solidária do modulo VII que expôs e comercializou seus produtos.

Para o grupo, o uso da moeda foi bastante satisfatório em relação à forma prática realização do trabalho, porque com a existência de um banco de moeda social localizado na própria feira, segundo as integrantes facilitou ao passar troco e praticidade de se trabalhar quando se tem valores fixos nos produtos proporcionais a moeda, além disso, foi evidenciado a perspectiva de progresso desse novo projeto e sua implementação na cantina solidária da UEFS.

Esse primeiro passo de conhecimento e aceitação da moeda é bastante importante para o bom funcionamento da circulação local. Cerca de 60% dos expositores deram credibilidade à moeda, e ainda aprovaram a ideia, pois segundo eles, mostra a representação cultural da região. Além disso, foi levantado a questão de higiene ao manipular o dinheiro e produtos alimentícios por alguns grupos de expositores, comprovando assim que a preocupação com a segurança alimentar é cada vez maior em todos os ambientes.

Essa novidade apresentada na feira, moeda social, mostra que a viabilidade de implantação dentro na universidade é possível. Principalmente para diminuição de circulação do Real, nas cantinas solidárias que traz consigo várias comprovações através de observações e pesquisa que o dinheiro pode ser um veículo potencializador de microorganismos. Assim a moeda, além de carregar características culturais de economia solidária, traz consigo maior segurança e facilidade de manuseio durante sua utilização, bem como uma face educativa.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. (2006). **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 216**, de 15 de setembro de 2004. Regulamentos Técnicos sobre de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4a3b680040bf8cdd8e5dbf1b013364>

9b/RESOLU%C3%87%C3%83ODC+N+216+DE+15+DE+SETEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES >. Acesso em 22 Nov 2015.

BRITO F.M, LOPES K, VELHO N.C. Frequência de ovos de helmintos e de cistos de protozoários em dinheiro. **X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba. Rev Univap13: 181-183, 2006

DANTAS, A. M. *et al* . **Elaboração Preliminar de um manual de Boas práticas de alimentos para as cantinas de alimentação do campus I da UFPB**. Universidade Federal da Paraíba.João Pessoa-PB, 2013.

FREIRE, M. Moedas Sociais: O que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local.Aspectos relevantes. **VII Seminário Banco Central sobre microfinanças**. Belo Horizonte – MG, 2008.

IEPS, UEFS. **Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Feira de Santana.

MASCARINI, L. L.; CORDEIRO, M. R. D. - Helmintíases em crianças institucionalizadas em creches no município de Botucatu/SP. **Rev. Patologia Tropical**.v. 36: 149-158. maio - ago. 2007

PEREIRA, Carlos Alberto Sanches et al. Contaminação por bactérias em cédulas e moedas circulantes em cantina do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 27, p. 77-83, abr. 2015.

PICCOLO, L.; GAGLIANI, L.H. Estudo da prevalência de helmintos e protozoários em notas de dinheiro (papel moeda) em circulação na baixada Santista. **Revista Unilus Ensino e Pesquisa**, v. 5, n.9, p. 13-20, 2008.

PITA, F.; LIMA, J. R. O; LIMA, C. E. S. Normatizando solidariedade: experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de Economia Solidária. **Outra Economia**, v.9, 2015, p.69.

SALVADOR, F. C et al. Avaliação do dinheiro como possível fonte de contaminação por bactérias patogênicas. **V Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar**. Centro Universitário de Maringá – PR, 2007

SÃO JOSÉ, J. F. B.; COELHO, A. I. M.; FERREIRA, K. R. Avaliação das boas práticas em unidade de alimentação e nutrição no município de Contagem-MG. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 479-487, jul./set. 2011.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição**. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/10/economia-solidc3a1ria-paul-singer.pdf> > Acesso em 23 nov 2015

SUDRÉ, A. P. et al. Estudo da contaminação de moedas e cédulas de dinheiro circulantes na cidade de Niterói- RJ. **Revista de patologia tropical**, v. 41, n. 4, p. 465-470, 2012.

TÓRTORA, J. C **Estudo mostra que notas de dinheiro são fontes de contágio de doenças.** Disponível em <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/03/estudo-mostra-que-notas-de-dinheiro-sao-fontes-de-contagio-de-doencas.html> > Acesso em 20 nov. 2015

XAVIER, M. **Análises mostram bactérias e drogas em dinheiro que circula na capital.** Disponível em <<http://vejasp.abril.com.br/materia/teste-notas-dinheiro-contaminacao-bacterias/>> Acesso em 18 nov. 2015



## RESUMOS

## INSTITUIÇÕES SOLIDÁRIAS: CONSTRUINDO SABERES E CONCEITOS ATRAVÉS DA VIVÊNCIA COLETIVA.

Ana Lícia de Santana Stopilha; Aline de Oliveira Andrade; Helena Pinheiro  
Bastos

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da construção coletiva de conceitos e práticas da economia solidária em empreendimentos solidários, a partir das experiências vivenciadas pelos autores com grupos vinculados a projetos sociais a exemplo do grupo Maria Marisqueira, que visam o desenvolvimento sustentável na perspectiva da economia solidária. Utilizou-se como metodologia a pesquisa-ação. Esta é uma metodologia de pesquisa na qual o pesquisador se relaciona com os sujeitos envolvidos desde a coleta de dados, sendo estarealizada através de rodas de conversa, entrevistas, oficinas e questionários semiabertos. Tal metodologia objetivará trabalhar e valorizar as especificidades e desenvolver coletivamente os saberes ali encontrados. Compreende-se, deste modo, que não há uma fórmula pronta para alcançar os objetivos em um empreendimento incubado, mas faz-se necessário especialmente manter vínculos de confiança, afetividade, respeito e reciprocidade com o grupo para que se alcance resultados esperados. Através da vivência com o grupo Maria Marisqueira, houve uma maior compreensão dos problemas e demandas do grupo, resultando em orientação mais efetiva sobre a solução de problemas advindos da produção, da comercialização, e da logística sobre o prisma da economia solidária. Destaca-se ainda a articulação e o compartilhamento de saberes dentro do grupo Maria Marisqueira e, para além dele, para a melhoria das práticas gerando aprendizado coletivo. Ressignificando as relações de confiança e reciprocidade das instituições envolvidas para com os grupos

### REFERÊNCIAS:

BARBIER, René. **A Pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro editora, 2007.

KRACHETE, Gabriel. **Estudos de viabilidade dos empreendimentos associativos: uma metodologia apropriada**. Economia sustentável. BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes. Salvador: SETRE, 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

STOPILHA, Ana Lícia de Santana. **Saberes e práticas das Marias Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

\_\_\_\_\_, Ana Lícia S. Desenvolvimento Humano e Políticas Afirmativas na Pauta da Educação Superior: O Projeto Maria Marisqueira. In: **VI Seminário Internacional de Educação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010. CD ROOM.

Site UNITRABALHO Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/spip.php?article5>> acesso em 26 de maio de 2013.

Site Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)> acesso em 25 de maio de 2013.

Universidade Federal do Recôncavo – UFRB, Projeto PROCATEDES, Coordenadora Tatiana Velloso

## **A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS FEIRAS LIVRES DE FEIRA DE SANTANA- BAHIA: POR UMA PARCERIA COM AS INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.**

**Betânia Silva Bastos<sup>111</sup>; Flávia Almeida Pita<sup>112</sup>.**

**Introdução** - A economia solidária tem se mostrado, nos últimos tempos, como uma nova alternativa de economia, contrapondo-se à lógica da economia tradicional, destacando-se por assumir um papel importante como agente transformador na vida de trabalhadoras e trabalhadores, ela corresponde a uma nova forma de gestão, exercida de forma coletiva, visando não apenas à lucratividade, mas um conjunto de aspectos que estabelecem uma relação estreita entre trabalho e qualidade de vida, peças importantes neste processo, viabilizando as relações entre o modo de consumir, pensar e agir do ser humano, com o predomínio da valorização do trabalho e do empoderamento enquanto pessoa.

Nesse contexto insere-se a agricultura familiar como uma das formas mais hábeis de autossuficiência econômica e respeito ao meio ambiente, sendo uma importante parceira no processo de valorização das potencialidades humanas e fortalecimento da economia solidária.

Nesse sentido, pensou-se desta forma em uma parceria entre Agricultores Familiares existentes nas feiras da cidade de Feira de Santana e as cantinas dos módulos I e VII localizadas no *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana.

A relação dos Agricultores Familiares com as cantinas se torna necessária a partir do momento em que eles produzem matéria prima (alimentos), de forma diferenciada, que se utiliza de técnicas sustentáveis, havendo um equilíbrio e desenvolvimento justo entre o homem e o meio ambiente. Caracteriza-se, assim, uma forma mais justa de vender os produtos, evitando atravessadores, ao passo

---

<sup>111</sup> Bolsista PIBEX, Graduanda do Curso de Engenharia Agrônoma, Integrante da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária, Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail: [betaniasbastos@gmail.com](mailto:betaniasbastos@gmail.com)

<sup>112</sup> Orientadora, Professora assistente do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana e integrante do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. E-mail: [fa-pita@uol.com.br](mailto:fa-pita@uol.com.br)

que toda a comunidade acadêmica se beneficiará com produtos orgânicos de qualidade, otimizando o tempo e o processo de preparação das cantinas.

Segundo Mance (2001), o termo economia popular está associado à prática de consumo em que se defende a participação coletiva, autogestão, democracia, cooperação, desenvolvimento humano, responsabilidade social e equilíbrio do meio ambiente, e que tem se desenvolvido a partir das redes de economia solidária.

A economia solidária é criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra a lógica perversa do capitalismo dominante. Concentra-se na organização de trabalhadores em prol de projetos cooperativos ou associativos, que vão desde unidades produtivas autogestionárias, ou pequenos produtores que se unem para comprar e vender em conjunto, a diferentes formas de agricultura familiar, redes de comércio justo, entre outras tantas experiências que têm em comum a geração de trabalho e renda de forma justa, solidária e sustentável, negando, dessa forma, a lógica da maximização do lucro (SINGER, 2002).

A temática sobre as feiras está relacionada ao fomento de práticas que mostram que é possível, sim, produzir-se de forma sustentável, com um retorno econômico viável. É esta uma forma de incentivar a prática da agricultura familiar, ao tempo em que se estimula a criação de alternativas e meios de trabalho que os contemplem de forma positiva, e que possam agregar valor e renda, possibilitando fortalecimento – uma vez que na economia solidária, segundo Singer (2000), os participantes da atividade econômica cooperam entre si e praticam a solidariedade em vez de competir. Desta forma a ação coletiva dos agricultores familiares com as cantinas será conduzida para uma construção de identidades locais, fortalecendo e preservando a cultura e diversidade regional.

**Metodologia** - O trabalho iniciou-se com levantamento e revisão bibliográfica, a fim de dar um suporte teórico, sobre as questões a serem abordadas, levando em consideração autores que abordam a temática de interesse do plano.

Diante desta conjunção, o trabalho é fundamentado em identificar os produtos oriundos da agricultura familiar que utilizam as feiras livres para escoarem seus produtos como meio popular e de fácil acesso. Para este feito foram percorridas inicialmente as principais feiras livres existentes na Cidade de Feira de Santana, para observação prévia e escolha. As Feiras foram escolhidas levando em consideração seu tamanho e a proximidade com a rodovia que ligam o centro do município aos distritos e, conseqüentemente, pode oferecer uma maior acessibilidade. A identificação dos agricultores familiares bem como de seus produtos se deu através da aplicação de entrevista semiestrutura, levando em consideração as peculiaridades que envolvem as feiras livres, aplicando-se a todos os feirantes que trabalham com alimentos. Na oportunidade foi estabelecido um diálogo com os agricultores para explicar a proposta do plano e saber do seu interesse em fornecer seus produtos para as cantinas. Observava-se, ainda, se estes produtos atendem a demanda das cantinas.

Após a identificação dos agricultores e mapeamento dos produtos, pretende-se articular um encontro entre os produtores e as cantinas para que assim se estabeleça uma relação não apenas de fornecedor e comprador, mas, uma relação de confiança pautada nas vertentes da Economia Solidária. Nesta ocasião, conseqüentemente, será apresentada aos produtores as idéias e práticas relacionadas à Economia Solidária, haja vista que todos os entrevistados demonstraram não ter conhecimento sobre o tema.

**Resultados e Discussões:** Com o presente trabalho pretende-se potencializar o consumo solidário ao passo que Redes Solidárias estarão sendo formadas.

Segundo (MANCE 2005) as redes socioeconômicas começaram a ser organizadas, articulando processos colaborativos de financiamento, produção, comercialização, consumo e desenvolvimento tecnológico potencializando as práticas de economia solidária em seu conjunto.

Foram entrevistados em ambas as feiras, cerca de 190 (cento e noventa) feirantes que comercializavam produtos agrícolas necessários para as cantinas. Foi identificado nesse total um universo 33 (trinta e três) famílias da agricultura familiar das quais 10(dez) se mostraram interessadas em comercializar seus produtos para as cantinas solidárias I e II da UEFS.

Os demais Agricultores Familiares justificaram não ter interesse devido a sua potencialidade de produção. Uma parte disse “estar acostumados com a atividade nesse porte, fazendo-a por prazer”. Outros afirmam ter clientes cativos para fornecer seus produtos.

**Considerações Finais** - A análise das entrevistas realizadas nas feiras faz constatar que, com o passar do tempo, e mesmo com a existência de outros meios para o escoamento dos produtos agrícolas, as Feiras Livres que trazem consigo um histórico na formação da Cidade de Feira de Santana ainda perduram como um local de escoamento para esta produção. O agricultor familiar nelas se faz presente, mesmo que em menor quantidade, utilizando-se da feira como forma exclusiva em sua maioria, para comercialização de seus produtos, estes que são produzidos em sua maioria pautada em técnicas agroecológicas.

**Palavras-chaves:** Agricultura Familiar. Economia Solidária. Feira Livre. Redes.

## REFERÊNCIAS

**Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago1999. Disponível em [http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/gricultura\\_familiar.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/gricultura_familiar.pdf)> Acesso em: 04 nov. 2015.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário.** 1. ed. - São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 02 Set.2015.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual.** Petrópolis: Vozes, 2001.

**Projeto Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana,** Feira de Santana, Bahia, 2008.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidaria**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

## **FEIRA DA SAPUCAIA: EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO COLETIVA EM CRUZ DAS ALMAS, BA.**

**Fábio Luís Seixas Costa; Dayane Lopes Pinto; Janaine Isabela da Silva Rocha;  
Alessandra B Azevedo; Alessandra Nasser Caiafa.**

A Feira da Sapucaia faz parte do Projeto “Florescer Sapucaia”, financiado pela FAPESB e desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial – PET Mata Atlântica: Conservação e Desenvolvimento e pelo LEVRE (Laboratório de Ecologia Vegetal e Restauração Ecológica). O Projeto reúne atividades de ensino, pesquisa e extensão na comunidade da Sapucaia, localizada nos limites da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Campus Cruz das Almas. Um dos eixos do Projeto é “Gestão Coletiva com os Agricultores Familiares”, e tinha o objetivo de organizar uma feirinha com produtos oriundos da agricultura familiar do povoado Sapucaia, de forma que se promovesse o reconhecimento e valorização da alimentação saudável oriunda do trabalho desenvolvido na comunidade. A Sapucaia é caracterizada como um povoado rural, cuja economia está diretamente relacionada às atividades agrícolas. A história da Sapucaia está entrelaçada com a da Universidade. Segundo relatos, muitos moradores da Sapucaia são filhos e netos dos trabalhadores que construíram a Escola de Agronomia, hoje UFRB. Porém, não há registros de incentivos e retornos que as produções acadêmicas tenham oferecido ao povoado. As ações iniciaram-se em agosto de 2014 com visitas ao agricultor Josué, que foi a ponte entre o grupo executor do projeto e a comunidade. Essas visitas iniciais tinham o objetivo de tornar mais clara para os sujeitos qual era a proposta e traçar um plano estratégico de mobilização. A partir dele fez-se contato com outras produtoras e produtores, aos quais foi apresentado o projeto e feito o convite para participar. A metodologia utilizada foi a participativa baseada nos ensinamentos do Paulo Freire onde “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 2006:36). A opção por construir uma feira autogerida, envolvendo os feirantes em todas as etapas do processo, visava empoderar a comunidade para quando o projeto finalizasse as pessoas pudessem seguir com a feira. Construimos coletivamente a feira que aconteceu no dia 1 de novembro de 2015. A pesquisa de opinião realizada no dia da feira buscou identificar a satisfação do público nos aspectos da organização, segurança, divulgação, periodicidade, variedade dos produtos e melhor dia da semana. As respostas foram muito positivas. Outro questionário voltado para os feirantes foi aplicado, buscando verificar o grau de satisfação deles enquanto feirantes e

enquanto organizadores. As respostas demonstraram satisfação em todos os itens e a orgulho de ter participado desde o início da organização da feira. O resultado foi tão positivo que todos os produtos foram vendidos das 7:00hs as 10:00hs e tanto os consumidores como os feirantes quiseram criar uma periodicidade da feira e ficou acordado entre os feirantes que a cada 15 dias haverá Feira da Agricultura Familiar na Sapucaia. Até o final do ano acontecerão mais 03 feiras e o objetivo da equipe é que a cada feira o protagonismo dos feirantes seja maior na organização da feira. Empoderando de fato a comunidade.

## REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006

## CANTINAS SOLIDÁRIAS: FORMAÇÃO EM BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS

Luzani dos Santos Santana<sup>113</sup>; Aline dos Santos Rocha<sup>114</sup>; Tatiana Pacheco Rodrigues<sup>115</sup>

Entre as temáticas importantes para os empreendimentos solidários na área de manipulação de alimentos estão as Boas Práticas de Fabricação (BPF). No processo de qualificação do trabalho dos grupos, a formação em BPF é essencial para garantir a segurança alimentar dos produtos e conseqüentemente a manutenção da atividade como oportunidade de geração de renda. Isso porque a maioria dos surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) se desenvolve por falhas no processo produtivo, tais como manipulação inadequada, má utilização da temperatura de preparo e conservação dos alimentos, contaminação cruzada, higiene pessoal deficiente, limpeza inadequada dos equipamentos e utensílios e contato de manipuladores infectados com o alimento pronto para consumo (SESC, 2003). O objetivo das Boas Práticas é evitar a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados, seja de origem biológica, física ou química (BRASIL, 2005). Somam-se a isso menores perdas econômicas devido à deterioração de alimentos. Este resumo relata a experiência do trabalho desenvolvido na área das BPF em empreendimentos solidários do Território do Recôncavo da Bahia, no período de fevereiro a setembro de 2014. Esta atividade faz parte do Projeto CANTINAS SOLIDÁRIAS: ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO AMBIENTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO ESTADO DA BAHIA. As atividades foram realizadas nos espaços das cantinas solidárias nos municípios de Cruz das Almas e Amargosa, ambas atendendo a comunidade acadêmica da UFRB. As trabalhadoras tiveram acesso a formações em Boas Práticas de Fabricação de Alimentos, Viabilidade Econômica e

<sup>113</sup> Discente de Pedagogia da UFRB. *luzanesantana@hotmail.com*.

<sup>114</sup> Nutricionista formada na UFRB. *linny\_rochaa@hotmail.com*.

<sup>115</sup> Docente do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas da UFRB. *tatiana\_pacheco@ufrb.edu.br*

Gestão Associativa. As atividades do projeto na formação em BPF compreenderam a elaboração e estruturação de oficinas; elaboração de material didático, atividades em oficinas educacionais; além do acompanhamento mensal nas comunidades. As oficinas foram organizadas de maneira a não sobrecarregar os grupos, desta forma as mesmas foram oferecidas em sábados alternados, num período máximo de duas horas por dia. As temáticas desenvolvidas foram: BPF - conceitos básicos, contaminantes, fontes de contaminação; higiene pessoal e dos alimentos; higiene do ambiente, de utensílios e equipamentos; DTA; Processamento (qualidade da matéria- prima, recepção, pré-preparo, preparo, armazenamento, distribuição). Mesmo com as dificuldades, devido à rotina de trabalho das comunidades, houve a participação de quase todas as trabalhadoras dos grupos. Isto demonstra que a maior parte das manipuladoras já entende a importância das Boas Práticas na segurança alimentar e na geração de renda. No contato com as comunidades foi verificado que além das formações propostas, há o interesse em realizar formações para o desenvolvimento de novos produtos a fim de atender as necessidades da comunidade acadêmica. A experiência no desenvolvimento de ações nas comunidades é importante para consolidação dos empreendimentos solidários, mas também para discutir as especificidades de intervenções a partir do contexto das políticas públicas da Economia Solidária. Percebe-se que há necessidade de implantação de políticas públicas de fortalecimento de empreendimentos solidários, principalmente para ações estruturantes de adequação de marco legal e de metodologias baseadas nas trocas de saberes e de experiências, pois nem todos os grupos e/ou comunidades tem acesso a projetos, seja pelas Universidades, Instituições de Fomento ou do próprio Governo.

**Palavras-chave:** segurança alimentar, BPF, empreendimentos solidários.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. **RDC nº216, de 15 de setembro 2004**. Dispõe sobre regulamento técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. 2004 set. 16.

BRASIL. Ministério da Saúde. SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Eletrônico Epidemiológico. Doenças Transmitidas Por Alimentos (DTA)**. ANO 05, nº 6, 28/12/2005. Disponível em <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bol\\_epi\\_6\\_2005\\_corrigido.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bol_epi_6_2005_corrigido.pdf)> . Acesso em: 24 de mai. de 2011.

MAGALHÃES, R. S. A nova economia do desenvolvimento local. In: II Conferência Da Work And Labour Network, Rio de Janeiro, 2000. **Anais da II Conferência da Work And Labour Network**. Rio de Janeiro: 2000. s.p.

SESC - Serviço Social do Comércio. **Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Manipulador de Alimentos I - Perigos, DTA, Higiene Ambiental e de Utensílios**. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 2003. 25 pág. (Mesa Brasil SESC - Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE. <Disponível em [www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br)>. Acesso em: 11 de nov. de 2009.



## RELATOS DE EXPERIÊNCIA

## REDE GPR - REDE DE GRUPOS DE PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA

Relato de experiência apresentado na sessão 01 do GT02 – Incubação como processo educativo de trabalho em espaços político-pedagógicos: aspectos metodológicos

Responsáveis pela apresentação: **Camila de Moraes Pereira Brito**  
(camila\_msba@hotmail.com)

A Rede GPR foi criada por jovens camponeses para garantir sua permanência, renda e auto-organização no campo. O relato de experiência apresenta o trabalho de sua base 1, correspondente aos Estados de Bahia e Sergipe, que se compõe de 22 grupos. Em sua totalidade a Rede GPR envolve 597 jovens e 61 grupos, em 38 municípios brasileiros.

A Rede parte da Agroecologia como um novo modelo de agricultura. Tem atuação na assistência técnica voltada para a produção agroecológica e comércio justo, com base na economia popular e solidária. Seu principal desafio é organizar a juventude a partir de experiências de produção.

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER PARA SERVIR

Relato de experiência apresentado na sessão 04 do GT02 – Incubação como processo educativo de trabalho em espaços político-pedagógicos: experiências

Responsáveis pela apresentação: **Mayana Cardoso Silva** (técnica do Projeto Feira Produtiva) (mcs.academico@hotmail.com) e **Antônio Carlos dos Santos** (<https://www.facebook.com/profile.php?id=100009741766155>)

Associação do município de Feira de Santana (povoado de Ladeira, distrito de Tiquaruçu e adjacências), desenvolvendo-se agora no sentido da produção de gêneros alimentícios (como temperos) e no beneficiamento de frutas.

O grupo é atendido pelo Projeto Feira Produtiva, do município de Feira de Santana, apresentando-se no relato de experiência a metodologia de assistência técnica. Tem sido acompanhado, igualmente, pelo CESOL e pelo SENAR.

A necessidade de formação técnica tem sido suprida, por exemplo, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com a realização de cursos de doces, salgados, compotas, sequilhos e polpas de frutas congeladas. Identifica-se hoje, como dificuldade, a falta de equipamentos industriais para aumentar a produção de alimentos e o beneficiamento de frutas. O problema, entretanto, está sendo mitigado através do Projeto Feira Produtiva, aguardando-se a realização de licitação para compra dos equipamentos.

No ano de 2015, a associação passou a receber assistência técnica do projeto Feira produtiva, na área jurídica, de Engenharia de Alimentos, Economia, Administração, Comunicação, entre outras. Foi construído pelo grupo, com auxílio de técnicos, um Plano de Negócio, onde foi feito um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), levantamento do histórico da associação, construção da sua Missão Visão e Valores, formulação de uma Matriz SWOT e um Plano de Ação a partir dessa matriz.

O grupo hoje está com toda a documentação da associação dentro das normas legais e conta com dois grupos de mulheres com qualificações para o trabalho.

## **GRUPO DE TRABALHO 03 - SOCIEDADE, ESTADO, ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.**

A Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que já ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica que emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante. Suas práticas mantêm intensa relação com aspectos locais da cultura, do ambiente, dos arranjos sociais e políticos, assim como estão a exigir a construção de estratégias de educação e políticas públicas específicas, que vão na contramão do modo hegemônico de produzir, circular e dividir os bens resultantes do trabalho humano. Qual o papel que assume o Estado neste contexto? O objetivo deste Grupo de Trabalho é, assim, reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que tragam à reflexão as relações entre Economia Popular e Solidária e as instituições políticas, políticas Públicas, a Administração Pública, o Direito (marco legal da Economia Popular e Solidária, pluralismo jurídico, meios de solução de conflito e Economia Popular e Solidária).

## ARTIGOS

## “RECICLA UFJF”: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E UNIVERSIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO

Maria Helena Rodrigues Gomes<sup>116</sup>; Ana Livia de Souza Coimbra<sup>117</sup>; Luciana Holtz<sup>118</sup>; Sergio Marcos de Ávila Carvalho Negri<sup>119</sup>; Adriana de Nazaré Conceição Souza<sup>120</sup>; Andressa de Matos Nascimento<sup>121</sup>; Grasielle Rosa Caciano<sup>122</sup>; Laura Gomes de Oliveira<sup>123</sup>; Luiza Furtado Silva<sup>124</sup>; Pedro Henrique Oliveira Cuco<sup>125</sup>; Rayza Cristina de Oliveira<sup>126</sup>; Vanessa de Souza Araujo<sup>127</sup>

**RESUMO:** O Brasil conta com a Lei 12.305/2010 que rege a Política de Resíduos Sólidos em todos os seus aspectos e, também, impõem uma série de deveres à administração pública, dentre eles, o de priorizar associações e cooperativas para o recebimento dos materiais recicláveis. É nesse aspecto, que o programa aqui apresentado vem trabalhar, em um primeiro momento junto a ASCAJUF com de conhecê-la melhor e habilitá-la a concorrer aos editais de chamamento público para recebimento dos materiais recicláveis das instituições públicas, em especial da UFJF e em um segundo momento, a sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica para a questão social que envolve os catadores bem como a questões ambientais. Como resultados preliminares observaram-se, quando da aplicação de um questionário a necessidade de acompanhamento contábil da associação bem como de cursos de capacitação que fortaleçam a identidade do grupo e orientem-nos melhor na execução do trabalho.

**PALAVRAS CHAVES:** Catadores; economia solidária, extensão universitária.

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil conta desde 2010 com a Lei 12.305/10, a Política Nacional de

<sup>116</sup>Profª D.Sc da Faculdade de Engenharia da UFJF. mariahelena.gomes@ufjf.edu.br;

<sup>117</sup>Profª D.Sc da Faculdade de Serviço Social da UFJF. analivia.1002@gmail.com;

<sup>118</sup>Profª M.Sc da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF. luciana.holtz@ufjf.edu.br

<sup>119</sup>Professor D.Sc. da Faculdade de Direito da UFJF. smcnegri@yahoo.com

<sup>120</sup>Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UFJF. adrsouza@hotmail.com

<sup>121</sup>Graduanda do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFJF. dedessajf\_@hotmail.com

<sup>122</sup>Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UFJF. grasielle.caciano@facc.ufjf.br

<sup>123</sup>Graduanda do Curso Direito da UFJF. lauragomesoliveira.lg@gmail.com

<sup>124</sup>Graduanda do Curso de Serviço Social da UFJF. luizafurtadosilva@outlook.com

<sup>125</sup>Graduando do Curso Direito da UFJF. phocuco@gmail.com

<sup>126</sup>Graduanda do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFJF. raysa\_cris@hotmail.com

<sup>127</sup>Graduanda do Curso de Serviço Social da UFJF. vanessa.souzajf@yahoo.com.br

Resíduos Sólidos (PNRS) e com o Decreto 7.404/10, que a regulamenta. Dentre os princípios trazidos pela PNRS, podem-se destacar a visão sistêmica da gestão dos resíduos sólidos; a ecoeficiência; o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social; direito à informação e ao controle social; razoabilidade e proporcionalidade (art. 6º, III, V, VIII, X, XI). Dentre seus objetivos, são relevantes a gestão integrada dos resíduos, a capacitação técnica continuada, regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, integração dos catadores (art. 7º, VII, IX, X, XII).

De modo geral, a PNRS e seu regulamento impõem uma série de deveres à administração pública, dentre eles, o de priorizar associações e cooperativas no sistema de logística reversa (art. 40, dec. 7.404/10) e a destinação dos resíduos descartados pela administração pública federal às associações e cooperativas de catadores (art. 80, III, dec. 7.404/10). No caso de uma universidade pública, alia-se a esse instrumento a função social da universidade em promover o desenvolvimento e a transformação do local onde se insere por meio de ações de ensino, de pesquisa e, sobretudo neste caso, de extensão. A simples alteração legislativa não é, contudo, capaz de modificar as reais condições laborativas dos trabalhadores.

A possibilidade de reduzir impactos ambientais e de proporcionar geração de trabalho e renda para trabalhadores que são excluídas do mercado formal, são alguns dos motivos atribuídos para a discussão do tema da reciclagem de resíduos. Nesse contexto, a criação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) do programa de extensão “RECICLA UFJF: Núcleo de apoio ao trabalho autogestionário e à educação ambiental”, ao qual projetos de extensão dos cursos de Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Ambiental e Sanitária e Serviço Social estão associados, preocupa-se com as duas proposições da PNRS. A primeira é o fortalecimento e à consolidação da Associação Municipal dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Juiz de Fora/MG (ASCAJUF), para proporcionar aumento de renda e inclusão social. A segunda é a exigência legal de que órgãos públicos, como a UFJF, devem descartar seus resíduos de modo adequado e privilegiando associações ou cooperativas de catadores de recicláveis.

Nesse trabalho são apresentadas ações de etapas de execução do programa de extensão RECICLA UFJF e demais projetos a ele vinculado, bem como os resultados iniciais da primeira etapa, demonstrando assim a interação entre a

universidade e sociedade, por meio da extensão. As ações a serem desenvolvidas foram organizadas em etapas:

- Etapa I – Diagnóstico sócio econômico dos associados da ASCAJUF e levantamento dos tipos de resíduos gerados na UFJF;

- Etapa II – Sensibilização da comunidade acadêmica quanto à coleta seletiva de resíduos; oficinas de formação de economia solidária para os associados da ASCAJUF e verificação da regularidade jurídica e fiscal da associação.

- Etapa III – Análise financeira da associação; assessoramento jurídico contábil para manutenção de regularidade; implantação de coleta seletiva no campus; habilitação da ASCAJUF à participação de editais de chamamento para descarte de resíduos por órgãos públicos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

De acordo com Zen et al. (2010) a destinação do lixo urbano e o crescimento das consequências do impacto ambiental do lixo tem-se tornado uma preocupação crescente na sociedade, suscitando o poder público e a sociedade a buscarem alternativas que viabilizem a redução dos danos causados ao meio ambiente por conta da inadequada destinação do lixo urbano.

Dentre os programas e políticas públicas em relação a adequação no descarte dos resíduos sólidos, pode-se destacar a Lei 12.305/2010 que institui a PNRS, segundo a qual “ O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos [...]” (Lei 12.305/2010, Cap. III, Seção I, art. 25).

Na perspectiva social, segundo Zen et al. (2010) é observado o crescimento de um grupo social de indivíduos considerados excluídos do mercado formal de trabalho e que tem encontrado na comercialização do lixo que catam uma alternativa de renda para sobrevivência, sendo que muitos deles se unem em cooperativas populares ou associações de catadores.

Segundo Almeida (2006), existe um vínculo próximo da Contabilidade com a democracia e a cidadania, uma vez que a Contabilidade lida com os usuários que estão inseridos nas mais diversas realidades e que utilizam as informações por ela geradas para atingir suas metas e objetivos traçados.



Assim sendo, um dos usuários da Contabilidade dentro da Economia Solidária (ES) que enfrenta desafios são as Associações e as Cooperativas. Santana (2008) ressalta que o papel social que a contabilidade desempenha em relação à gestão da ES é fornecer informações confiáveis.

No entanto há a necessidade da adequação das demonstrações financeiras elaboradas para as ES, pois estas não conseguem usar da utilidade da informação contábil por conta da grande diferença de suas necessidades para as entidades mercantis comuns, objeto central da contabilidade tradicional (ALMEIDA, 2006). Considerando isso, Almeida (2006) defende que os modelos de demonstrativos das ES devem proporcionar controles eficientes e simplificados e terem como foco a realidade social dos trabalhadores e trabalhadoras desses empreendimentos, que muitas vezes tem baixa escolaridade e tampouco conhecimento sobre Contabilidade (LIMA, 2007).

Nesta mesma linha de pensamento Almeida e Dantas (2005) sugerem que as ES necessitam de um modelo contábil diferenciado, que proporcionem informações para a gestão democrática, subsidiem a autogestão, gerem informações próximas, produzam indicadores sociais e utilizem uma linguagem acessível.

Nesse contexto, coloca-se, portanto, a importância de proposição de políticas públicas de geração de renda, bem como o provimento de infraestrutura para as associações configura-se como ação de extrema importância, pois estas vão além de serem espaços de geração de trabalho e renda, são na verdade possibilidade de sobrevivência de uma parcela dos trabalhadores que se encontram excluídos do direito ao trabalho.

### **3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Nesta seção são apresentados os resultados iniciais obtidos por meio de entrevista semi-estruturada junto aos catadores da ASCAJUF, essa entrevista permite a elaboração de um diagnóstico sócio econômico. Na sequência serão apresentados os resultados da entrevista semi-estruturada realizada junto a órgãos, departamentos e entidades internas a UJFJ que permite o diagnóstico de quais resíduos são produzidos na universidade e quais deles podem ser entregues a ASCAJUF.

A ASCAJUF exerce um papel protagonista de luta pela implantação da PNRS na UFJF, não podendo esperar que as alterações no plano legislativo se reflitam instantaneamente no plano fático. Apesar dos avanços normativos, a UFJF ainda não conseguiu implantar ações concretas de destinação do material reciclável às associações e cooperativas de catadores por diversos motivos. Uma das áreas de atuação do projeto de extensão no campo jurídico é dentro da universidade, promovendo a sensibilização da UFJF para tratamento com isonomia material das organizações de catadores. Isso significa dizer que não se podem aplicar as mesmas ferramentas utilizadas no setor empresarial a essas organizações, isto é, deve-se tratar de forma desigual, dentro do que a norma permite os entes vulneráveis alvos da política pública do Estado.

A superação da visão empreendedora na administração pública é um dos fatores que dificultam a interação entre organizações de catadores e a universidade, pois é mais fácil atender a uma empresa que conta com estrutura jurídico-administrativa e técnica especializada do que uma associação de catadores cuja maioria dos membros encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Trata-se, portanto, de mudança paradigmática das relações com a sociedade civil, ainda não incorporada pelo corpo técnico administrativo da universidade. Neste sentido, sem abrir mão dos princípios da publicidade, isonomia, impessoalidade e outros, é necessário que os editais de descarte dos resíduos sólidos recicláveis sejam acessíveis ao público alvo da política pública de emancipação socioeconômica, com base ainda na razoabilidade e proporcionalidade. Em outras palavras, a administração pública deve exigir o mínimo legal necessário e implementar um modelo que torne possível e viável a participação de organizações de catadores em situação vulnerável, pois esta é a situação que a política pública pretende erradicar.

Da mesma forma, a UFJF passa a ser um instrumento de emancipação social, política e econômica para ASCAJUF, pois esta passa a ter de se reestruturar internamente para atender às novas demandas. Importante notar que a simples existência da associação não é capaz de afastar a situação de vulnerabilidade dos catadores, nem de impor o espírito de cooperação entre os associados. A formação de cooperativas e organizações autogestionárias não impede práticas abusivas presentes na coleta dos resíduos. Percebe-se o caráter dialógico e de troca de saberes do projeto de extensão, pois ao mesmo tempo em que há impacto social das ações da universidade, há uma reformulação das ações da universidade pelo

relacionamento com essas organizações.

Além das dificuldades tradicionais referentes ao acesso à justiça, inexistente na ASCAJUF um modelo de assessoria jurídica voltado para o acompanhamento de questões extrajudiciais. Essa ausência faz com que questões jurídicas sejam resolvidas por advogados ligados aos próprios órgãos públicos e “parceiros” privados. Esse tipo de atuação é responsável por vários conflitos, visto que nem sempre são priorizados os interesses das associações e dos próprios catadores nos convênios celebrados.

Ao longo da existência de uma associação, como a ASCAJUF, pode ocorrer o esvaziamento do discurso político e da coesão associativa, o que, por vezes, promove o aparecimento de uma apatia política (Kerstenetzky, 2003). Boschi, por sua vez, diz que, embora os movimentos associativos possam prover e expressar alguma democracia interna, não se pode negligenciar o fato de que os próprios movimentos podem “conter as sementes imperceptíveis da opressão, em vista de sua dinâmica interna e o fato de que podem reproduzir elementos do ambiente institucional ao seu redor” (BOSCHI, 1987, p. 31).

As associações foram historicamente percebidas como elemento de força para o ser humano, nos planos políticos, econômico e social, o que despertou, naturalmente, entusiasmo e preocupação. Desse modo, os sistemas jurídicos, nos mais diversos contextos históricos, não parecem ter conseguido restar indiferentes a essa tendência do ser humano em procurar pertencer a algum grupo, coeso em propósito, ideologia, pensamento, ou mesmo em fé (BARTHÉLEMY, 2000).

A Constituição de 1988 consagra a liberdade de associação de maneira muito ampla, e lhe confere importante destaque ao situar as associações como importantes agentes do processo coletivo. Trata-se de um direito de exercício coletivo, que envolve a coligação voluntária de duas ou mais pessoas, em caráter permanente, para a consecução de objetivo comum, sob direção unificante. Ao tentar acomodar em sua tutela tanto a vontade individual quanto a coletiva, a liberdade associativa anuncia uma tensão que demanda cautela, seja na sua compreensão teórica, seja na sua aplicação aos casos práticos.

Com isso, para compreendermos melhor a realidade da ASCAJUF, foi realizado, de acordo com o Plano de Atividades da área de Serviço Social no programa Assessoria do serviço social ao trabalho autogestionário e à educação ambiental no programa Recicla UFJF, a aplicação do formulário socioeconômico e

laborativo para a obtenção do diagnóstico socioeconômico dos participantes da ASCAJUF. O formulário foi idealizado e formulado pela equipe de Serviço Social e também contou com a colaboração das demais áreas do projeto as quais adicionaram perguntas relacionadas a sua área de atuação, com o intuito de obter uma melhor compreensão e maior riqueza de dados a respeito da ASCAJUF e seus membros.

Iniciaram-se as aplicações do questionário socioeconômico durante seis dias, sendo elas dia 17/06/15, 06/07/15, 07/07/15, 09/07/15, 13/08/15, 14/08/15, nos núcleos: Usina, São Pedro e Vitorino Braga. A aplicação foi realizada pelos bolsistas de Serviço Social, Direito e Ciências Contábeis, e somadas totalizaram 21 aplicações aos associados.

O questionário está dividido em oito blocos, sendo eles: identificação e controle, características do domicílio, unidade familiar, escolaridade, trabalho e remuneração, recebimento de benefícios sociais, associação, assembléia, doações e apoio, movimentos sociais, prefeitura e câmara, e documentos, com perguntas sobre domicílio, trabalho, escolaridade, associação, Prefeitura e entre outras.

Dentre vários dados estatísticos, apresentamos os mais relevantes em relação à ASCAJUF.

Foram entrevistados 21 associados dos quais 14 são mulheres. A naturalidade de 47,6% dos entrevistados é do próprio município de Juiz de Fora/MG. A cor autodeclarada é, em 61,9% dos casos, preta. Dos entrevistados, 38% possuem mais de cinquenta anos de idade, no entanto, constatou-se que apenas 14,3% contribuem com previdência social.

O núcleo familiar dos entrevistados em 71,4% dos casos tem em sua composição crianças, todos em idade escolar e devidamente matriculados em escolas. São beneficiados por programas sociais do governo 52,4% dos entrevistados e a totalidade é assistida pelo bolsa família.

A despesa mensal familiar média informada pelos entrevistados foi de R\$ 882,75. Já a remuneração média obtida com a catação informada pelos entrevistados foi de R\$ 587,00, sendo que o mínimo informado foi de R\$ 120,00 e o máximo informado foi de R\$ 1.000,00.

Dos entrevistados 33,3% atuam na atividade de catação há mais de dez anos. Deles, 90,5% afirmaram já terem ocupado outras profissões. Do total 85,7% afirmam estar satisfeitos com a profissão, no entanto 47,5% afirmam que se

houvesse oportunidade de exercer um emprego de carteira assinada deixariam a atividade de catação. A grande maioria, 76,2%, considera que a profissão de catador não é reconhecida de forma positiva pela sociedade.

Em relação ao ambiente de trabalho, 66,7% dos entrevistados consideram-no inadequado. Os trabalhadores em sua maioria, 66,7%, afirmaram já terem sofrido acidentes de trabalho e 87,5% dos entrevistados afirmam não utilizar equipamentos de proteção individual, que segundo 66,7% dos entrevistados, são fornecidos pela Associação.

O Projeto de Assessoramento Contábil, em relação à ASCAJUF, tem o objetivo de auxiliar a associação, e por consequência os associados, na regularidade fiscal e administrativa a fim de promover o acesso aos programas de benefícios e distribuição de renda tais como Programa Pró Catador, uma fonte de recursos financeiros junto ao governo federal, cujos objetivos podem contribuir para o avanço do grupo, e o Programa Bolsa Reciclagem no âmbito estadual. Em curto prazo o objetivo é regularizar a associação, e no longo prazo fortalecer a entidade, considerando o princípio contábil da continuidade, em busca da eficiência da instituição e da melhoria da renda aos seus associados.

Para alcançar objetivos será necessária análise dos documentos contábeis e fiscais da Associação; verificação da elaboração dos livros de escrituração obrigatórios bem como a elaboração de demonstrações financeiras; apoio na contratação de serviço especializado de contabilidade; diagnóstico financeiro; orientação na elaboração e controle de caixa e bancos; controle de contas a pagar e receber; formação de preço e levantamento de custos; planejamento de redução de custos operacionais; *disclosure* voluntário; elaboração e divulgação de relatório de sustentabilidade com informações socioambientais e financeiras da ASCAJUF.

Dos objetivos traçados foi concluído até o presente momento o diagnóstico dos documentos contábeis e fiscais da ASCAJUF, assim como as escriturações contábeis. A partir dos dados coletados foi possível identificar a insuficiência ou inexistência de instrumentos contábeis adequados, úteis e apropriados as suas características. Pode-se constatar a ausência de controles internos apropriados, bem como a inexistência de escrituração contábil.

Em relação aos documentos de regularidade fiscal foi possível obter certidões negativas de débitos de diversos órgãos, tais como receita federal,

previdência social e até mesmo secretaria estadual da fazenda. Constatou-se que tal situação é possível devido à existência de um contador voluntário que tem realizado serviços esporádicos e em regime de urgência.

Quando questionados sobre questões financeiras e estrutura administrativa da Associação, 28,6% afirmam desconhecer para quem são vendidos os resíduos e 71,4% afirmam que os resíduos são comercializados com atravessadores. A pesquisa aponta que 61,9% dos associados não sabe o valor pelo qual é vendido o quilo do resíduo.

Quanto à escolaridade 90,5% dos entrevistados afirmam saber ler, atualmente apenas um entrevistado frequenta a escola pública. Apenas 20% ingressaram no ensino médio, e 47,6% informaram que fizeram curso de capacitação profissional e/ou economia solidária. Este dado reforça as recomendações de Almeida (2006) e Lima (2007) de que é necessário a adequação dos controles financeiros e contábeis devido à escolaridade dos usuários da informação.

A maioria dos associados, 57,14%, possuem de 5 a 10 anos de associação, 9,52% são associados há mais de 10 anos e 33,34% são associados há menos de 5 anos. Foi constatado ainda que 76,2% dos entrevistados admitem saber as frequências das reuniões, enquanto apenas 57,1% deles já votaram em assembleia ou reunião e 90,5% afirmam saber que todos podem dar opiniões nas tomadas de decisões.

Para a finalização da Etapa I, foram realizadas entrevistas nos diversos setores da Faculdade de Engenharia, no Instituto de Ciências Exatas (ICE) e no Instituto de Artes e Design (IAD), para identificação dos tipos de resíduos gerados nessas três unidades da Universidade de modo a alocar os coletores adequados a cada tipo de resíduo. Foi observado que a universidade gera uma quantidade expressiva de materiais recicláveis, como papel, papelão, vidro, lâmpadas, plásticos, produtos químicos, *toners* e cartuchos de impressoras e copiadoras.

Materiais como papel e papelão estão em boa qualidade e em grande quantidade, quase 62% dos setores geram papel e 47,6% geram papelão, viabilizando a sua destinação para a ASCAJUF. Já os *toners*, estão sendo destinados pela Coordenação de Sustentabilidade da UFJF aos seus fabricantes obedecendo a Logística Reversa estabelecida na PNRS (2010), seguindo o princípio

da responsabilidade compartilhada. Além dos *toners*, também é realizado o descarte correto dos resíduos químicos.

O plástico é um dos principais resíduos descartados dos setores. Os copos descartáveis são gerados em 76,2% dos locais entrevistados, sacos plásticos em geral em 71,4% e garrafas PET em 38,1%.

Um entrave para que a ASCAJUF possa receber outros tipos de materiais da UFJF, está relacionada a falta de capacitação e espaço adequado para o armazenamento, pois é primordial garantir a saúde e a segurança dos associados. Sendo de extrema importância a atuação junto aos os catadores para que adquiram capacitação para o desempenho de novas funções, que exigem desde o conhecimento sobre os melhores métodos de separação e acondicionamento dos materiais até práticas para aumentar a eficiência da produção, reduzir custos e garantir a viabilidade econômica.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Até o momento, a execução do programa de extensão RECICLA UFJF demonstra uma real necessidade de assessoria jurídico contábil por parte dos associados que ainda não compreendem perfeitamente o funcionamento de uma associação e não tem todas as informações acerca da atividade econômica exercida. Ressalta-se a importância do eixo educativo e formativo para informar todos os associados sobre os princípios da economia solidária.

Na entrevista realizada nos setores da universidade citados anteriormente para identificação dos resíduos gerados, uma parcela significativa dos entrevistados apresentou resistência em participar da pesquisa. Alguns disseram não terem o conhecimento de que tipo de resíduo era gerado em seu setor e/ou departamento. Um setor em específico, alegou que irá implantar a coleta seletiva para arrecadar fundos em seu benefício, o que pela legislação não é permitido. Esses fatos evidenciam o quanto é importante investir na educação ambiental, para que as pessoas possam conhecer os resíduos que geram, e a forma correta de realizar o descarte desses materiais. Além disso, apresentar à comunidade acadêmica a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, destacando que todos são responsáveis

pelos resíduos gerados dentro do *campus* e pelo seu correto descarte. Ademais, cabe ressaltar que estes são matéria-prima para a reciclagem e fonte de renda para os catadores, promovendo inclusão social, diminuição dos gastos com a coleta e destinação correta dos resíduos, além da preservação do meio ambiente. Assim a sensibilização da comunidade acadêmica quanto a coleta seletiva de resíduos, é uma importantíssima etapa para que se alcance as metas do programa Recicla UFJF.

O formulário socioeconômico aplicado como instrumento de trabalho a fim de desvelar a realidade social encontrada na associação, cumpriu o seu papel proposto pela equipe. Através dele, conseguimos analisar a realidade dos dados, em sua totalidade, podendo exercer uma reflexão crítico-dialética, partindo assim para a formulação da prática profissional e a elaboração de intervenções nas demandas apresentadas pelos membros da ASCAJUF.

No que se refere especificamente à possibilidade de representação judicial e extrajudicial dos associados pela associação (art. 5º, XXI), a Constituição de 1988 exige que as entidades associativas sejam “expressamente autorizadas” para tal função. Essa exigência é interpretada pelo Supremo Tribunal Federal de maneira mais suave, entendendo o Tribunal ser bastante, para autorizar a representação, a previsão dessa finalidade no ato constitutivo da coligação e a realização de uma assembleia referente a cada prática representativa em concreto. Essa interpretação carrega o intuito de não engessar as atividades das associações, o que ocorreria com a exigência de instrumentos de mandatos subscritos pelos associados; sem descuidar, contudo, da necessidade de legitimação desses entes coletivos. As assembleias diminuem, embora não esvaziem, o risco de uma atuação representativa sem real adesão dos membros (MACHADO; NEGRI, 2003).

A atualização, aprimoramento e superação das deficiências do modelo democrático formal requerem um longo e continuado processo de educação cidadã, conscientização sobre direitos essenciais e capacitação para a cidadania proativa, direcionada, principalmente, para aqueles mais fragilizados na sociedade. Conforme ressalta Vieira, “o ponto de partida da prática democrática passa a ser a própria sociedade, vista como origem do poder” (VIEIRA, 2001). Dentro dessa perspectiva o associativismo é indispensável como instrumento de captação dos interesses alocados nas esferas privadas e na tradução dos mesmos para a esfera pública desses espaços de participação democrática (MACHADO; NEGRI, 2003).



Diante deste cenário, destaca-se a necessidade de uma assessoria jurídica própria, capaz de franquear informações jurídicas necessárias para que os associados possam, de forma autônoma, lutar por seus próprios interesses. Não é objetivo de esse projeto ser o corpo jurídico da ASCAJUF, mas de constituir um ponto de partida que dê condições à associação de manter autonomamente seu próprio corpo jurídico. Desse modo, além da revisão do estatuto social, do acompanhamento na celebração de contratos, a atuação do profissional do Direito no projeto volta-se para a própria capacitação dos catadores para a atuação nos mais variados espaços, com a promoção de uma educação cidadã e com a conscientização sobre os direitos essenciais.

Por fim, pode-se identificar que a UFJF gera resíduos que podem ser processados pela ASCAJUF, portanto faz-se necessária a conclusão das etapas II e III para que a associação esteja apta a receber tais resíduos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. de; DANTAS, F. J. Contabilidade e Inclusão Social: análise das demandas contábeis suscitadas pelos empreendimentos solidários. In: **III Encontro Internacional de Economia Solidária**, 2005, São Paulo. Anais eletrônicos, São Paulo: USP, 2005.

ALMEIDA, E.A. **Contabilidade e Autogestão** – Um Estudo sobre a Dimensão Contábil nos Processos de Autogestão dos Empreendimentos de Economia Solidária. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARTHÉLEMY, Martine. **Asociaciones**: una nueva era de la participación. Tradução de María Ferrer Simó. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2000, p.87;

BOSCHI, Renato Raul. *A Arte da Associação*: Política de Base e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Vértice, 1987;

BRASIL. **Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010** (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

CEMPRE, **Compromisso Empresarial para Reciclagem**. Política Nacional de Resíduos Sólidos - A lei na prática. Website. CEMPRE, Rua Bento de Andrade, 126, Jd. Paulista, São Paulo-SP, CEP: 04503-000.  
www.cempre.org.br

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 nº. 53. p. 131-180, 2003;

LIMA, J. P. S. A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão. In: **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, p. 67-73, 2007.

MACHADO, Joana S.; NEGRI, Sergio M. C. A. Liberdade de Associação e Democracia: para além das fronteiras entre público e privado. **Confluências** (Niterói), v. 14, p. 42-59, 2012;

TOCQUEVILLE, Alexis. **De la démocratie en Amérique**. Douzième édition. Paris: Pagnerre, Éditeur, 1848.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. São Paulo: Editora Record, 2000.

ZEN A.C.; BOLZAN, T.S.; ZUCATTO, L.C. Cooperativa Popular de Catadores de Lixo Urbano e o desenvolvimento sustentável de pequenos municípios: um estudo de caso da CALIXO. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 7, n. 8, p. 37-62, jul./dez. 2010.

## A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL

Andressa de Sousa Santos Ferreira<sup>128</sup>; Cleiton Agnelo Pinheiro São João<sup>129</sup>;

**RESUMO:** A Economia Popular Solidária (EPS) se apresenta como um reforço reativo ao Neoliberalismo de modo a minimizar as consequências causadas pela desigualdade social baseando-se nas relações cooperadas e estratégicas de seus agentes. Nesse sentido, a Cáritas Brasileira atua no desenvolvimento de programas de apoio a parcelas carentes da sociedade através de 8 secretariados por todo o país. Assim, o objetivo geral deste artigo buscou apresentar a trajetória da Cáritas Brasileira na promoção do movimento popular e solidário da atividade econômica, ressaltando a relevância dessa entidade para o setor. A metodologia utilizada seguiu a linha de pesquisa bibliográfica e documental, análise descritiva, utilizando-se o recurso do estudo de caso e a coleta de dados secundários. Os principais resultados confirmaram a importância da Caritas para as famílias e empreendimentos populares solidários, além da evolução da trajetória e articulação da instituição de fomento à EPS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Popular Solidária. Cáritas. Trajetória.

### 1 INTRODUÇÃO

A exploração ocasionada pelo capitalismo e internacionalização do mercado, segundo Furtado (1973), cria um fosso entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, amplia a desigualdade, os problemas sociais e perpetua o contraste econômico. Diante de tantos desajustes e sucessivas crises, a Economia Popular Solidária aliada ao princípio do desenvolvimento local surge no contexto socioeconômico como um mecanismo de superação das disparidades sociais e econômicas existentes.

Inclusive, a Economia Popular Solidária foi uma reação da classe trabalhadora contra a opressão do sistema, pois “lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista” (SINGER, 1999, p. 138). Esse aspecto é o que diferencia o movimento dos demais, pois rejeita a cultura do egoísmo, do individualismo e busca valorizar os ativos locais, a especialização da atividade econômica tomando por

<sup>128</sup> Graduada em Administração – UESC, andressa.ferreiras@hotmail.com.

<sup>129</sup> Graduado em Administração – UESC, cleitonagnelo@hotmail.com.

base a reciprocidade e a ação coletiva como frutos da interação social (WALLERSTEIN, 2004).

Entretanto, é um caminho complexo que precisa da parceria do Estado, sociedade civil e mercado para que haja articulação das redes. No Brasil, entre as instituições apoiadoras, objeto desse estudo, destaca-se a Cáritas brasileira – organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – atuante há mais de 50 anos buscando fortalecer a economia popular solidária no Brasil. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Diante disso, o presente trabalho possuiu o objetivo geral de apresentar a trajetória da Cáritas brasileira na promoção do movimento popular e solidário da atividade econômica, ressaltando a relevância dessa entidade para o setor. Por sua vez, os específicos foram: 1) identificar os programas gerenciados pela Cáritas em todo país e 2) compreender como acontece a articulação institucional da Cáritas brasileira quanto à efetividade das parcerias.

Em relação a metodologia utilizada no presente trabalho, o estudo seguiu a linha de pesquisa bibliográfica, utilizando como suporte a consulta de artigos, livros e trabalhos científicos, visando uma base sólida à fundamentação teórica da pesquisa e permitindo evidenciar contribuições fundamentais dos autores que trabalharam a temática do estudo.

Foi realizada ainda uma pesquisa documental, através de uma análise descritiva, utilizando-se o recurso do estudo de caso, já que o objeto de análise é a Cáritas no Brasil. Quanto à coleta de dados, empregou-se dados secundários em todas as dimensões da pesquisa, a exemplo de: sites institucionais (da Cáritas, do BNDES e de outras instituições parceiras), documentos dos programas (documentos de apresentação, editais, relatórios) e livros especializados.

Dessa forma, o capítulo 2 apresenta uma síntese e um breve histórico de algumas teorias que embasam a questão da Economia Popular Solidária (EPS), em seguida o capítulo 3 expõe os resultados e discussões sobre a Cáritas Brasileira e seu impacto na promoção da EPS e finalmente, o capítulo 4 aborda as conclusões obtidas e sugestões para trabalhos futuros.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As principais correntes teóricas que embasaram a investigação do tema proposto foram o Neoliberalismo (Wallerstein, Fiori, Machado, Boito Jr); o Desenvolvimento Local (Dall'acqua, Tapia, Martins) e a Economia Popular Solidária (Kraychete, Gaiger).

O neoliberalismo explica como se deu o processo de expansão das grandes empresas no aumento da acumulação do capital e à diminuição das reivindicações dos trabalhadores desencadeando a ascensão da desigualdade social, já que Wallerstein (2004, p. 61) o define como um processo de “uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas”.

Nesse contexto de livre mercado, uma das condições é que a intervenção do Estado deve ser mínima de modo a proporcionar um ambiente competitivo favorável ao individualismo e contrário ao igualitarismo já que o neoliberalismo pressupõe um ponto de partida onde todos são iguais e que as diferenças começam a surgir no decorrer do processo por consequência da competência de cada um.

Inclusive, essa é uma das razões que explica as empresas fugirem do mercado de concorrência perfeita, confirmando a essência do capitalismo, ao tempo que assume indiferença, ou melhor, mínima preocupação aos problemas e desigualdade sociais que impedem a todos os indivíduos possuírem competência, condições iguais, conforme ratifica Fiori (1997, p. 203):

os velhos e os novos liberais nunca se preocuparam muito em discutir mais aprofundadamente a questão de como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos.

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico de que se responsabiliza pela exploração de todas as formas de captação de recurso, permitindo a intervenção pública de interesse coletivo, segundo Machado (2003, p. 92), apenas em situações que “não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária

carência social”, ou seja, o neoliberalismo “procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal” (BOITO JR, 1999, p. 45).

De modo que ganhou notoriedade e países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha aderiram ao modelo econômico por volta de 1980 e, devido à influência política dessas nações, como um efeito dominó em 1990 praticamente todo o mundo era neoliberal (FIORI,1997). Mas, somente em 1994 que o sistema neoliberal foi implantado no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso com a solidificação do Plano Real que instituiu as regras nacionais.

Devido às particularidades dos países latino-americanos, cuja implantação foi mais retardatária do que nos países centrais, o estabelecimento do neoliberalismo precisou do apoio financeiro fornecido pelo FMI. Outrossim, Fiori (1997, p. 14) aponta que FHC possuía competência para engendrar “a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial”.

Sendo assim, foi criado um plano de reforma do Estado a fim de adequá-lo ao sistema e garantir a desregulamentação da economia e a retirada do Estado como agente econômico produtivo e empresarial, com o mecanismo conhecido por privatização, a intervenção estatal mínima, a liberalização do comércio exterior etc. Entretanto, os problemas sociais se acentuaram, conforme aponta Soares (2002, p.51):

Os pobres urbanos tornaram-se mais numerosos que os pobres rurais. Parcela importante dos estratos médios tornou-se mais vulnerável aos efeitos das políticas de estabilização ou ajuste: ao agravamento da situação dos estratos de renda mais baixa acrescentou-se, como fenômeno digno de destaque, uma deterioração da qualidade de vida dos estratos médios urbanos, gerando uma nova pobreza. Houve uma ampliação das diferenças de acesso aos bens e serviços que satisfazem as necessidades básicas vinculadas à habitação, a seus serviços, à educação e à saúde.

Por conta dos problemas ocasionados pelo sistema neoliberal, um dos que acentuam a questão da pobreza urbana está ligado ao modelo econômico de atração de grandes indústrias para regiões onde a mão de obra é superabundante e barata. Esse contexto reforçou por muito tempo a competitividade do livre mercado possibilitando aos empresários a minimização do custo e maiores lucros. Porém este

sucesso empreendedor era dependente do subdesenvolvimento das pessoas, das regiões.

Logo, a concepção de desenvolvimento local emerge como uma resposta às sequelas sociais causadas pelas políticas neoliberais (TAPIA, 2005). Isso porque busca, diferentemente do neoliberalismo, desenvolvimento endógeno baseado nas peculiaridades e ativos locais de modo a impactar o ambiente político e socioeconômico inovador e competitivo.

Conforme reitera Dall'Acqua (2003, p. 48), como sendo um "processo contínuo de inovação, crescimento e agregação de valor às atividades produtivas regionalmente ambientadas". Inclusive, Martins (2002, p. 52) completa o conceito ao afirmar que o "verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento".

Nessa configuração, a matriz teórica da Economia Popular Solidária se apresenta como coirmã do desenvolvimento local, pois preza de princípios semelhantes como cooperação, capital humano, governança, sustentabilidade etc. Além de ser um reforço reativo ao Neoliberalismo, podendo ser definida por:

Economia dos setores populares, atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

Sob essa perspectiva o Estado, principalmente nas esferas municipal ou estadual, possui um papel unificador para coordenar, por meio de uma estrutura institucional composta por diversos atores públicos e privados, ou possibilitar o apoio, "estimulando a auto sustentação dos grupos beneficiários e, portanto, sua viabilidade econômica no interior de uma economia de mercado" construindo redes em nível regional, nacional e global (GAIGER, 1999, p. 9).

Sendo assim, as atividades produtivas constituídas em Economia Popular Solidária agrupam-se coletivamente a fim de melhorar a qualidade de vida de todos envolvidos valorando a cadeia produtiva e a economia local/regional. É nesse sentido que a Cáritas brasileira existe como será apresentado na próxima seção.

### 3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

A Cáritas é uma grande rede mundial constituída como *Caritas Internationalis*, com “mais de um milhão de agentes militantes, presentes em 200 países e territórios através de 165 organizações” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2016). A Cáritas brasileira foi fundada em 1956 e atua na promoção da Economia Popular Solidária desde ações pontuais até programas estratégicos de nível nacional.

No início, a atuação se baseava na prática informal da caridade, seguindo os princípios cristãos. Somente, a partir dos anos 1970 é percebido a necessidade qualificar a formação das ações desenvolvidas por meio de profissionais específicos para cada área que “passaram a integrar equipes de Secretariados Regionais e de algumas Cáritas Diocesanas”. (ADAMS, 2006, p. 56)

As décadas seguintes de 1980 e 1990 se destacaram na instituição das escolas de formação técnica, por meio de cursos e encontros periódicos, para os agentes e voluntários aperfeiçoarem a metodologia padrão para o desenvolvimento das ações. Além disso, um dos objetivos era também o de fortalecer a dimensão da militância da Economia Popular Solidária (EPS).

Com o aprimoramento da metodologia do trabalho social nas décadas seguintes, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foram implementados ainda nos anos 80. Segundo Bertucci e Silva (2003, p. 13), esse foi o início do processo que buscava “apoiar [financeiramente, com assessoria e acompanhamento] pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade”, resguardadas as particularidades locais.

Por volta de 1990, iniciou-se o processo de avaliação dos PACs apoiados que resultou em análises econômicas, políticas e pastorais detectando melhorias e correções necessárias do que já havia sendo feito. Essa avaliação confirmou a importância dos Fundos de Apoio aos PACs, porém identificou que a principal demanda dos beneficiários era o fortalecimento dos negócios solidários.

Ou seja, foi possível identificar que os PACs estavam colaborando para um contexto superior não restringido apenas às ações da Cáritas, mas à própria Economia Popular Solidária. Sendo assim, em 1995, de acordo Bertucci e Silva (2003), a Cáritas estabeleceu parcerias entre os PACs e políticas públicas afins.

Inclusive, os PACs têm influenciado na formulação de políticas públicas locais/regionais em 3 aspectos: “no fortalecimento da cidadania e conquista de



direitos, no acesso aos recursos públicos para expansão das iniciativas econômicas solidárias e no fortalecimento de fóruns da sociedade civil, enquanto espaços de articulação” (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 86), conforme figura a seguir.

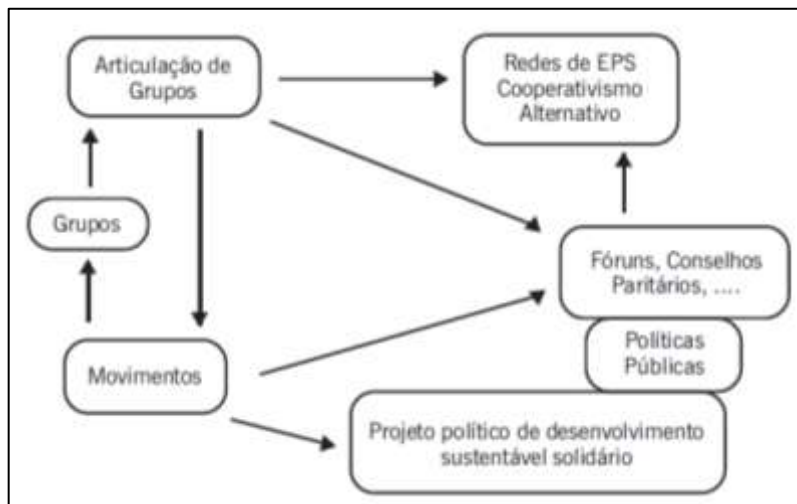


Figura 01 - Visualização da articulação da EPS

Fonte: BERTUCCI e SILVA (2003)

Tendo em vista que o sistema EPS demanda uma articulação de forma integrada dos grupos sociais, das redes de cooperativismo e associações, fóruns, conselhos, políticas públicas etc. Por conseguinte, a estrutura institucional da Cáritas passou a contar com o apoio de diversas outras entidades também atuam em rede participativa, tais como: CNBB, CUT, BNDES, SENAES, MDA, entre outros (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Toda a articulação foi importante também para sinalizar ao poder público as situações críticas que as políticas devem se concentrar, do mesmo modo que fortaleceu o desenvolvimento dos PACs, conforme Adams (2006). Entretanto, um requisito essencial ao sucesso do projeto é a governança da rede associativa que deve ser organizada e se configura como um dos critérios para aprovação dos editais, pois os próprios beneficiários precisam exercitar a atividade cooperada de forma fortalecer a aplicabilidade do PAC.

Na Cáritas Brasileira o desenvolvimento dessas ações é dividida em responsabilidades aos secretariados regionais ligados à instância nacional. Em um total de 8 secretariados regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, NE II (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande Norte), NE III (Bahia e Sergipe), Pará

e Rio Grande do Sul, que realizam o acompanhamento dos PACs padronizada em 3 diretrizes básicas, segundo Bertucci e Silva (2003, p. 46):

- a) construir a autonomia, a auto-gestão e a afirmação política dos grupos acompanhados; b) descentralizar o acompanhamento aos grupos nas diversas áreas de atuação e c) possibilitar um processo sistemático de capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos participantes dos PACs e dos agentes que atuam diretamente no acompanhamento dos mesmos.

Todo o acompanhamento possibilita a evolução das ações para que os grupos apoiados possam atingir os objetivos da Cáritas e dos próprios envolvidos. Para tanto são realizadas capacitações, treinamento, “assessoria na elaboração dos projetos, reuniões de planejamento e avaliação; visitas sistemáticas ao projeto e apoio à comercialização” (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 47).

Contudo, esse sistema de atuação está englobado em um arcabouço organizacional formado por uma estrutura composta por voluntários e um quadro fixo de colaboradores, que em decorrência da expansão e complexidade dos programas demandou uma dedicação e conhecimento técnico específico de profissionais. Sendo assim, segundo a Cáritas Brasileira (2015), foram instituídas Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas.

Atualmente, a instituição desempenha suas ações de 3 formas: por meio de programas, de mobilizações e do Fundo Nacional de Solidariedade. Os programas seguem 8 linhas de atuação: Catadores e catadoras de recicláveis; Convivência com o Semiárido; Centro de Acolhida a Refugiados; Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ); Gestão de Risco e Emergências; Economia Popular Solidária e Políticas Públicas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Segundo Bertucci e Silva (2003), os resultados alcançados com esses programas são expressivos cujos benefícios vão desde econômicos que geram melhor renda e alternativas de inserção em novos mercados; até políticos e organizativos através controle social; e socioculturais, especialmente, no fortalecimento da atividade cooperada e inovação.

Sobre os resultados apresentados pelos programas, destacam-se os de “Segurança Alimentar e Nutricional” que já beneficiou cerca de 20 mil famílias camponesas, o de “Gestão de Risco e Emergências”, mais de 100 mil famílias, o de

“Economia Popular Solidária”, registra 100 mil trabalhadores, ou seja, 2 mil grupos apoiados, e o de “Convivência com o Semiárido” em que mais de 100 mil famílias já foram atendidas com obras hídricas e mais de 70 mil com atividades educacionais e produtivas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Em se tratando das mobilizações, ainda de acordo Cáritas Brasileira (2015), a participação pode ocorrer de modo menos ativo quando a contribuição é mais de divulgação como no caso da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, ou mais ativo como na mobilização em favor da Lei Nacional de Economia Solidária ou das novas regras para o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, ambas aprovadas.

Quanto ao Fundo Nacional de Solidariedade, surgiu da iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1964, porém foi instituído apenas em 1998 na 36ª Assembleia Geral, ocasião em que a CNBB institui o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) para fins sociais. Vale salientar que 40% dos recursos advindos das doações dos católicos, compõem o FNS e apoia financeiramente projetos sociais da própria comunidade diocesana (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Dessa forma, observa-se a dinâmica da Cáritas Brasileira no fomento à Economia Popular Solidária com mecanismos consolidados tanto para os setores mais carentes, ou seja, os beneficiários, quanto para o Estado e o mercado a fim de construir um ambiente que prefigure a inovação, o desenvolvimento local e cooperação.

#### **4 CONCLUSÃO**

As informações compiladas e expostas permitem uma maior compreensão acerca da real importância e papel dos empreendimentos econômicos solidários no desenvolvimento local, possibilitando confirmar e afirmar que a economia solidária é de fato um mecanismo eficiente na minimização dos problemas e deficiências insurgentes do modelo tradicional capitalista, levando a considerar que organizações de fomento e apoio como a Cáritas Brasileira tem relevante importância nesse processo, pois são propulsoras no surgimento e desenvolvimento dessa economia.

Diante dos resultados apresentados, vale ressaltar que a trajetória da Cáritas seguiu uma linha evolutiva, inicialmente com ações pontuais e no decorrer do tempo profissionalizando-as estrategicamente de acordo com as necessidades constatadas. Outro aspecto que merece destaque é que a articulação institucional se desenvolveu em consonância com outras organizações, o que possibilitou uma maior amplitude dos beneficiários, além da maximização e maior qualidade dos resultados.

A rede de parceiros e apoiadores permite que os programas sejam otimizados e, conseqüentemente, melhor implementados pois influenciam o surgimento de políticas públicas específicas e dissemina a proposta da Economia Popular Solidária. Foi possível identificar que a estrutura institucional da Cáritas conta com o apoio de diversas outras entidades também atuam em rede participativa, tais como: CNBB, CUT, BNDES, SENAES, MDA, entre outros, inclusive voluntários e colaboradores.

Quanto aos programas implementados pela instituição, seguem 8 linhas de atuação que buscam levar dignidade e gerar oportunidade para minorias, famílias, pessoas marginalizadas, inclusive refugiados, atualizando-se de acordo às necessidades do público atendido. Os programas são colocados em prática com adequações regionais para suprir o que a comunidade local demanda, além de articular-se com o governo visando indicar essas necessidades e incluí-las nos programas sociais existentes.

Os resultados alcançados pelos programas geram benefícios econômicos, políticos e socioculturais, atendendo ao propósito institucional da Cáritas de fortalecimento da Economia Popular Solidária na cultura produtiva nacional. Alguns dados quantitativos ratificam a amplitude das ações que já beneficiaram mais de 290 mil famílias e 2 mil grupos, diretamente, por meio de apoio técnico, científico, financeiro, entre outros.

Os demais indivíduos/grupos/famílias beneficiários diretos ou indiretos por essas ações, acabam se envolvendo em um processo cíclico e oposto ao mercado tradicional e a própria sociedade individualista, pois esse tipo de economia não surge somente como um modelo de melhor qualidade econômica, mas como um modelo que visa construir uma sociedade mais sustentável, promovendo uma condição melhor de vida para as pessoas e a diminuição da exclusão social, onde o objetivo que se sobrepõe é o da cooperação, solidariedade e justiça social.

Em relação ao alcance dos objetivos inicialmente propostos, os objetivos específicos foram alcançados, pois foram identificados 8 programas desenvolvidos e gerenciados pela Cáritas Brasileira no país como exposto no decorrer da pesquisa, além de apresentar as articulações institucionais e os parceiros envolvidos no processo. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa, de apresentar a trajetória realizada pela Cáritas Brasileira no fomento à Economia Popular Solidária no país, foi atingido,

Entretanto, as contribuições das abordagens apresentadas neste artigo vão além do esclarecimento e exposição da importância da EPS no desenvolvimento local em âmbito nacional, mas visa ainda estimular as organizações e projetos de apoio ao desenvolvimento dessas economias. Somente assim, através do fortalecimento de propostas que possam se contrapor a tradicional economia, poderão ser superadas as desigualdades sociais e econômicas que tanto tem assolado a sociedade.

Por fim a partir das concepções apresentadas no artigo, orienta-se a continuidade de pesquisas voltadas a análise das organizações pertencentes à Economia Popular Solidária, principalmente, no que se refere a outras instituições de fomento, indicando um maior aprofundamento nas questões da sustentabilidade e articulações políticas e privadas dessas instituições.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, T. (Org.) **Política de formação para a prática da solidariedade**. Série Políticas v. 2. Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006. 72 p.

BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R. M. A. da. (Orgs.) **20 anos de Economia Popular Solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Cáritas Brasileira, 1ª ed. Brasília. 2003.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Série Cáritas**: Somos Solidariedade, Somos Cáritas. Disponível em: <[http://caritas.org.br/wp-content/files\\_mf/1383069693somoscaritas\\_cd.pdf](http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383069693somoscaritas_cd.pdf)>. Acesso em: 13 abril 2016.

DALL'ACQUA, C. T. B. **Competitividade e participação**: cadeias produtivas e a definição dos espaços econômicos, global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

FIORI, José Luiz. Neoliberalismo e políticas públicas. In: **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 101-126.

MACHADO, A. F. **Políticas públicas no Estado do bem-estar social e no Neoliberalismo**. Direito em debate. Ano XI, nº 20, jul./dez. 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

Soares, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2002.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.1, p.132-139, jan/mar. de 2005.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

## **AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA, DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E DO PORTAL DO SERTÃO: A EXPERIÊNCIA DO NEDET/UFRB**

**Tatiana RibeiroVelloso; Philippe Jean Louis Sablayrolles;  
Raul Lomanto Neto; e Daciane de Oliveira Silva<sup>130</sup>**

**RESUMO:** O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET faz parte de um Edital Público do CNPq/MDA – 2014, em que a UFRB apresentou uma proposta que foi aprovada para os Territórios Rurais do Recôncavo da Bahia, do Portal do Sertão e do Vale do Jiquiriçá - Bahia. Este Núcleo integra-se aos trabalhos desenvolvidos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA/UFRB. O presente Núcleo tem como finalidade fortalecer o protagonismo dos sujeitos territoriais por meio de ações institucionais de política pública direcionadas para estes Territórios Rurais, mediante ações de extensão universitária que possam contribuir para a construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais no processo de gestão social. Para tanto, utiliza-se da Educação Popular, em que a metodologia baseia-se na integração de saberes e de conhecimentos do ambiente acadêmico e territorial, a partir de uma rede de intercooperação, em que as atividades serão articuladas entre a equipe técnica e os colegiados territoriais e com os programas governamentais e as políticas públicas. As estratégias adotadas demonstram, até o momento, o incentivo à participação dos sujeitos sociais na tomada de decisão coletiva acerca da política territorial, voltadas para o empoderamento destes sujeitos para o planejamento e a execução de políticas públicas de desenvolvimento solidário e sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Educação Popular. Sujeitos territoriais. NEDET.

### **1. INTRODUÇÃO**

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil historicamente tiveram o planejamento e a execução da ação governamental instituídas de maneira hierárquica, setorial e centralizada, além de distribuir desigualmente as riquezas geradas, de características exógenas. Essa forma histórica remete a necessidade de construção de políticas de promoção do desenvolvimento territorial, voltada para uma profunda reestruturação das intervenções governamentais.

---

<sup>130</sup> Professores da Universidade Federal do Recôncavo – UFRB, Bahia.

No momento de redemocratização da política brasileira, a partir de 1985, foram formuladas outras premissas para a promoção do desenvolvimento, que propiciou o surgimento de ideias *endogenistas*. Especificamente na Constituição de 1988, foram institucionalizados os conselhos com descentralização de recursos no âmbito municipal e com a prerrogativa da participação social no planejamento e na execução de ações nas distintas áreas. Esse Pacto Federativo, entretanto, possui problemas complexos e estruturais na sua execução, principalmente nas estratégias de constituição das relações centro-periferia a partir de novos arranjos espaciais, com ampliação de poder para as esferas municipais e locais.

Na década de 1990, um importante contexto de luta e de conquista foi a evidencia e a necessidade de intervenção para os setores empobrecidos do campo brasileiro, com sua caracterização para a construção e execução de políticas públicas direcionadas para a representação da maioria da população rural que contribui, significativamente, para a geração de trabalho, emprego e renda, além da produção de alimentos para o consumo interno – a *agricultura familiar*. Em 1995, foi conquistado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 1999. Abramovay (2004) aborda que o Estado buscou a promoção da participação social e da descentralização do planejamento rural, ao condicionar o repasse de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Em 2003, com a mudança do Governo Federal, a política do MDA foi reformulada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT que assumiu a gestão do PRONAF nas áreas de infraestrutura e de serviços, que deu origem ao PRONAT – Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e posteriormente ao PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais. Esta secretaria teve como finalidade executar ações de promoção do desenvolvimento rural, a partir da constituição de uma nova regionalização com a constituição de *territórios rurais*. Essas estratégias de desenvolvimento territorial buscaram a compreensão e a articulação dos sujeitos sociais para que possam construir políticas que promovam o aumento da riqueza produzida, a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados desta riqueza e sua sustentabilidade ao longo do tempo.



Especificamente, segundo o PNAD (1997), o estado da Bahia tem aproximadamente 44% da população ocupada na zona rural, o que significa o maior número de pessoas ocupadas no meio rural do Brasil. Entretanto, observa-se a partir dos processos históricos e estruturais, a distinção de dois mundos rurais representados pelo *empobrecimento* da categoria de agricultores do modo de vida familiar; e pelo *moderno* que se assemelham as áreas rurais dinâmicas do país, como foram incentivados com a política de polo de crescimento. Portanto, sabe-se que neste estado, os contratos de promoção de desenvolvimento buscam a *ruptura* de *velhas* práticas centralizadas, hierarquizadas e setorializadas nos processos de planejamento e de execução de programas governamentais e de políticas públicas.

O Núcleo tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento das ações institucionais da política dos Territórios Rurais do Portal do Sertão, do Vale do Jiquiriçá e do Recôncavo da Bahia, através de ações de extensão universitária na relação com o ensino e a pesquisa, na construção de conhecimentos e de tecnologias sociais na relação com o ambiente territorial, capazes de proporcionar melhoria da qualidade de vida e de superação das desigualdades de renda, gênero e geração. A ação deste Núcleo tem como base a trajetória da INCUBA/UFRB, que funciona desde de 2007, com processos de fortalecimento da autonomia e do empoderamento de sujeitos territoriais na geração de trabalho e renda, através de empreendimentos solidários e comunitários.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS E A EXPERIÊNCIA EM CURSO**

O NEDET foi construído com os sujeitos sociais que representam os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais do Portal do Sertão, do Vale do Jiquiriçá e do Recôncavo da Bahia e com a equipe acadêmica formada por docentes da UFRB e do IF Baiano, em reuniões e plenárias territoriais. Os princípios metodológicos seguiram a participação social na construção do projeto, a partir da participação como elemento fundante na autonomia e no empoderamento para a gestão social: a) construção dos conhecimentos com a valorização e o resgate da experiência de vida e de trabalho, através do respeito e reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios dos sujeitos institucionais e sociais; b) exercícios práticos cotidianos e de linguagem acessível para compreensão e participação nas atividades formativas, em especial para a inclusão das mulheres rurais nas

instâncias territoriais; e c) processo contínuo de educação e trabalho, voltado para as práticas agroecológicas, segurança alimentar e nutricional, enquanto modelo de geração e de distribuição de riquezas.

No desenvolvimento das ações, cada território tem o seu núcleo com estrutura própria e coordenação vinculada a um grupo de docentes, na relação com o Núcleo Diretivo respectivamente dos Colegiados Territoriais. A universidade a partir da coordenação do projeto executa as ações planejadas no ambiente territorial integrado com o acadêmico, e que, portanto, tem sua dinâmica própria a partir do estágio organizacional de cada núcleo territorial. Existem encontros mensais de planejamento entre o núcleo diretivo dos Colegiados Territoriais e o núcleo de extensão da universidade. O Núcleo tem o comprometimento de promover assessoria no intuito de contribuir com a organização dos contatos dos integrantes dos Colegiados Territoriais, no sentido de verificar as demandas institucionais e de comprometimento com a política territorial.

Foram realizadas atividades formativas em formato de oficinas, cursos e acompanhamentos que foram adaptados aos diferentes estágios de cada Colegiado Territorial, seu nível de organização e motivação, com a integração da comunidade acadêmica. Além dos acompanhamentos, foram realizadas visitas e sistematização de informações, a partir das políticas públicas, como o PROINF, o PNAE, o PAA, o Plano Safra, a Habitação Rural, entre outros. Estas atividades são estratégias de construção de conhecimentos a partir dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – PTDS. O PTDS é entendido como um conjunto de diretrizes, estratégias e compromissos resultantes da integração e da construção entre os sujeitos sociais e as esferas governamentais municipais, estaduais e federal.

### **3. CONCLUSÕES**

É importante contextualizar que as atividades do NEDET estão em execução nos Territórios Rurais do Portal do Sertão, do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá. Os Campus Universitários da UFRB estão situados nestes territórios e este Núcleo tem propiciado uma aproximação mais efetiva da universidade com o ambiente territorial, com uma base instalada através das ações desenvolvidas pela INCUBA/UFRB desde 2007. Nesta dinâmica compreende-se que a universidade pode contribuir, mas ter contribuições na construção de

conhecimentos a partir da extensão universitária na sua relação indissociável entre o ensino e a pesquisa, a partir da economia solidária e do desenvolvimento territorial.

Outro aspecto a destacar são os princípios de participação, transparência, democracia e descentralização desde o planejamento das ações, até a gestão do próprio projeto na relação entre as equipes da universidade e dos colegiados territoriais, e na relação das orientações metodológicas propostas pela SDT/MDA. Sabe-se que a conquista da qualidade de vida para uma sociedade como um todo é uma construção de rupturas, considerando o contexto histórico das desigualdades sociais e da concentração de renda. Portanto, para se alcançar justiça e as rupturas de um modelo concentrador e desigual, há necessidade de interdependência dos papéis das instituições e dos padrões de comportamento (SEN, 2010).

Portanto, este Núcleo assume como uma tentativa de promover *rupturas* de velhas práticas de planejamento e gestão das ações, como também um esforço de construção de aprendizados com novos padrões de comportamento e de valores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília – DF: CNPq, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. São Cristóvão – SE: UFS, 2013. (Tese de Doutorado em Geografia). 295p.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Ricardo Roberto Behr<sup>131</sup>; Rosiani Oliveira Pereira<sup>132</sup>; Rubens Patrocínio  
Senna<sup>133</sup>; Nayara Rodrigues Bernardes<sup>134</sup>;

**RESUMO:** A Economia Solidária é identificada como uma iniciativa política e econômica. Constitui-se num projeto de sociedade, numa tentativa de autogeração de renda, emitindo propostas de intervenção coletiva. A partir de 2003 o governo federal criou órgãos institucionais de monitoramento em Economia Solidária e realizou mapeamentos, identificando os empreendimentos solidários existentes em todo o Brasil. Com o olhar nessa realidade, o presente estudo elegeu o município de Cariacica – Espírito Santo, como cenário deste estudo. A presente pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter descritivo. Teve como objetivos conhecer os empreendimentos existentes no município e identificar as iniciativas encontradas no nível municipal de gestão para apoio e avanço desses empreendimentos. Os resultados apontam fragilidades e limitações nesse processo. Identifica necessidade de uma política de Estado para possibilitar parcerias mais efetivas, que poderão ser formalizadas nos níveis federados de gestão e que estariam isentas às mudanças de governo.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia solidária, autogestão, empreendimentos solidários.

A Economia Solidária se constitui na atualidade como um projeto político e econômico de sociedade que se manifesta pela ação de grupos locais, numa tentativa de autogeração de renda e resolução das suas problemáticas sociais. Têm em sua dinâmica de trabalho a oferta ou os serviços prestados por meio das iniciativas vinculando-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. É identificada como uma geração de iniciativas, simultaneamente políticas e econômicas surgidas nas últimas décadas, que prolonga e renova a economia social, concedendo, propostas concretas de intervenção social presente num período de crise capitalista (FRANÇA FILHO, 2002; SINGER, 2000; TENÓRIO, 1999).

Em 2003 o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esta secretaria na implementação de seus trabalhos realizou dois Mapeamentos: o

<sup>131</sup>Professor, Dr. Engenharia de Produção, PPGAdm/UFES, rrbahr@gmail.com

<sup>132</sup>Pesquisadora, MSc Saúde Coletiva/UFES, rosiani.rosa@gmail.com

<sup>133</sup>Mestrando Administração, PPGAdm/UFES, rubenspsenna@yahoo.com.br

<sup>134</sup>Mestranda Administração, PPGAdm/UFES, nayararbernardes@gmail.com

primeiro em 2005/2007; e o segundo iniciou-se em 2010 e finalizou-se em 2013. Estas iniciativas contribuíram para implantação do Sistema de Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. Dados do mapeamento registram que o estado do Espírito Santo possui 572 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), dentre esses, 367 situam-se na zona rural, 190 na área urbana e 15 desses possui características tanto urbana como rural e, admite-se existência de empreendimentos que possuem características de organizações coletivas solidárias e autogeridas, mas ainda sem reconhecimentos. Essas informações nos instigaram a conhecer mais apuradamente a realidade dos empreendimentos registrados no Estado do ES.

Desta forma, a presente pesquisa elegeu o município de Cariacica – Espírito Santo, como cenário de estudo e elegeu como objetivos: conhecer os empreendimentos solidários existentes no município e identificar as iniciativas encontradas no nível municipal de gestão para apoio e avanço dos empreendimentos solidários.

Esse estudo faz parte dos resultados parciais da implementação de um projeto de pesquisa denominada Economia Solidária no Estado do Espírito Santo: um diagnóstico da necessidade de assessoria e apoio técnico na Região 1 - Metropolitana. O referido projeto foi submetido às regras do Edital nº 7/ 2014 – Universal de Projeto Integrado da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, foi aprovado, contemplado com o financiamento e possui vigência de 01 de agosto de 2015 a 31 de julho de 2017.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MODELO ECONÔMICO CAPITALISTA**

O debate da Economia Solidária tem sua origem no movimento dos trabalhadores surgidos durante a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra e Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX. Foi identificada primeiramente como cooperativismo revolucionário; cenários da introdução das máquinas a vapor nas fábricas. Nesse contexto, o trabalhador perdeu os seus instrumentos de trabalho, o tendo sua força laboral negociada e exercida sob uma acirrada supervisão. Essas

mudanças redundaram na reestruturação das relações de produção e na consolidação do capitalismo (SINGER, 2000; RANGEL, 2012).

O sistema econômico capitalista é um sistema autorregulado que vive a mercê da mão livre do mercado. Prima pelo lucro, pela acumulação da riqueza e pela propriedade privada dos meios de produção. Sistema, portanto, de cunho racionalista e egocêntrico, onde a riqueza se concentra nas mãos de poucos. Essas características denuncia um sistema injusto que contribui para o aparecimento de sérios fenômenos sociais como a pobreza, a desigualdade, a alienação e a exclusão social. Como consequência desses fatores, surge no seio da sociedade problemas sociais como o aumento da pobreza e o desemprego; que não são resolvidos pelo setor público e muito menos pelo setor privado.

Nesse contexto, Laville, (2009b) reflete que a economia que tem uma combinação entre o mercado autorregulado e uma sociedade de capitais, abre precedentes à constituição de novas formas de desenvolvimento de projeto de uma sociedade, enraizada no mecanismo de sua própria economia. Esse fenômeno se constitui num outro polo constitutivo, denominada de economia não mercantil, cuja distribuição de bens e serviços é confiada à redistribuição. Ainda sobre essa questão o autor considera que [...] “Quando não conhece limites, a economia de mercado resulta na sociedade de mercado, na qual o mercado tende a englobar e a organizar a sociedade” (LAVILLE, 2009b p. 146). Em outras palavras, podemos considerar que nesse universo uma sociedade que se encontra excluída, para sua sobrevivência, recorre a outras formas de organização do trabalho.

É nesse contexto é que emerge a economia solidária. Trata-se de uma economia organizada coletivamente. Têm seus princípios pautados pela igualdade, solidariedade, democracia e cooperação (SINGER, 2002; ANTEAG, 2005). Como aponta Tenório (1998), a economia solidária tem sua atuação pautada na cidadania deliberativa, enfatiza a ação gerencial participativa dos diferentes atores sociais nos processos decisórios, exercidos por meio da harmonização e do entendimento mútuo, na construção dos planos de ação, elaborada pelos diferentes sujeitos (FRANÇA-FILHO, 1999).

Essa forma de organização contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo e dialógico; e estabelece um novo compromisso entre a economia monetária e não monetária, sem romper com a ideia de que o

trabalho é o maior integrador (FRANÇA-FILHO, 1999). Diferentemente das empresas que se constituem dentro do mercado convencional, os empreendimentos da economia solidária possuem hoje uma série de experiências organizacionais inscritas nessa dinâmica, conhecida como novas formas de solidariedade.

França-Filho (2001, p.3) descreve que “[...] a economia solidária como modo de regulação pode ser identificar como hibridação da economia (ou de recursos) permitindo a perenidade dos projetos criados pois se articulam aqui diversas formas de recursos”. Nesse debate Laville (2009a) identifica que as iniciativas associativas que emerge a economia solidária aparecem numa relação simultaneamente políticas e econômicas, surgidas nas últimas décadas, identificada como uma economia plural que prolonga e renova a economia social, oferecendo, assim, propostas concretas para uma outra economia, num período de crise capitalista.

## **2.2 POLITICAS PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A Economia solidária emerge numa proposta socializante e democrática, com raízes nos movimentos sociais, quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora, como respostas às comunidades empobrecidas. Tem o olhar no crescente desemprego e na exclusão social decorrentes da opção neoliberal, para superar a crise de acumulação capitalista (SCHIOCHET, 2009).

Com a inserção das “forças democrático-populares”, ao poder local, a temática passou a ser incorporada na agenda dos governos e foram surgindo os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária. Essas iniciativas ganharam relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos (SENAES/MTE, 2008). Esse relato defende que a economia solidária tem suas ações também por meio de ações governamentais, não se restringindo apenas às iniciativas da sociedade civil.

No Brasil, a economia solidária emergiu na década de 1980, mas, só ganha visibilidade em 1995 (quinze anos depois), durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia com o tema “Formas de combate e resistência à pobreza” e no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) onde o debate se

intensifica (LECHAT, 2002; NAGEM; SILVA, 2013). Schiochet (2009) relata que a agenda política ora introduzida foi sustentada em práticas econômicas concretas, onde trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão. Nesse cenário, agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista. Além disso, comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção e serviços, compras coletivas, fundos solidários e rotativos de crédito.

A partir de 2003, com a chegada do governo Lula, a economia solidária como ação governamental ganha reconhecimento com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que passaram a promover estudos e debates (SENAES/MTE, 2008). Essas iniciativas permitiram com que gestores dialogassem entre si, trocassem experiências, saberes do que estava sendo implementado nos estados e municípios. Nesse contexto, foi-se realizando avaliações críticas e consolidando uma compreensão de que havia unidade na diversidade. No entanto, análises sobre os avanços políticos e institucionais identificaram as políticas de economia solidária apenas como “políticas de governo”, encontrando-se a mercê dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Nesse sentido, Schiochet (2009) faz as seguintes interrogações: como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da economia solidária em direitos dos (as) trabalhadores(as) e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? Pontos esses parecem ser fundamentais, para o avanço e a consolidação das políticas públicas de economia solidária.

No entanto, mesmo com as fragilidades relatadas, constata-se que os processos mais sistemáticos de oficinas e atividades formativas de gestores, foram ampliadas com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essas oficinas permitiram a sistematização de documentos e declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas públicas de economia solidária.



Após essas iniciativas, as conferências, as políticas públicas de economia solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de economia solidária no país. Somando-se a isso foi estabelecido o Conselho Nacional de Economia Solidária que configurou uma nova institucionalidade no Brasil para as políticas de economia solidária (SCHIOCHET, 2009).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, com caráter descritivo. Elegeu o município de Cariacica – Espírito Santo, como cenário de estudo e colocou como objetivo geral: descrever a realidade da economia solidária identificada no município de Cariacica e como objetivos específicos: identificar os empreendimentos solidários no momento atual e conhecer as iniciativas encontradas no nível municipal de gestão para apoio e avanço desses empreendimentos. Minayo (2008) e Tobar e Yalour (2001) consideram que a pesquisa qualitativa pode contribuir para focalizar estudos nas instituições, nos grupos, nos movimentos sociais e no conjunto de interações pessoais, com a finalidade de entender a natureza de um fenômeno social.

Para identificar os empreendimentos solidários existentes no município de Cariacica, foi utilizada a base de dados da SIES. Dentre os empreendimentos solidários pesquisado, respaldado por Salazar (2008), o estudo considerou apenas aqueles que possuem relações solidárias e democráticas entre os membros, geradores de renda e trabalho, ou ligados diretamente a esses; e os que demonstram uma vontade política em transformação das relações sociais. Posteriormente visitou-se empreendimentos indicados pelos gestores e colaboradores atuantes na economia solidária no citado município que participaram em todas das fases da pesquisa.

Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica da entrevista, semiestruturada, utilizando-se de um tópico guia para não perder de vista os objetivos do trabalho, bem como deixar os entrevistados mais à vontade para contribuir (GASKELL, 2002). Os entrevistados foram os gestores, responsáveis pela economia solidária no nível municipal e os representantes dos empreendimentos econômicos solidários. No ato da pesquisa foi-lhes dado clareza quanto aos

objetivos propostos e solicitado a devida autorização. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal (GASKELL, 2002). Os dados foram organizados e descritos buscando responder aos objetivos propostos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Cariacica possui uma população de 348.738 habitantes, sendo que 95% encontram-se na área urbana. Possui uma área de 279,98 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Os dados do mapeamento da SENAES (2013) informam que no município existe um total de 28 empreendimentos solidários, dentre esses, 17 encontram-se na área urbana, sete na área rural e cinco encontram-se numa área urbana e rural.

#### 3.1 SITUAÇÃO ATUAL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Nº	Nome do empreendimento/ Ramos de atividade	ID	Início	Situação
01	Associação Beneficente de Catadores de Material Reciclável de Nova Rosa da Penha – Acamarp	109.680	2001	ATIVO
02	Associação dos Catadores de Caranguejo de Nova Rosa da Penha – Ascapenha	111.919	2010	ATIVO
03	Banco Comunitário de Desenvolvimento - Banco Sol	112214	2008	ATIVO
04	Banco Comunitário de Desenvolvimento Esperança	111679	2012	ATIVO
05	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Espírito Santo - Construcoop-ES	109663	2006	ATIVO
06	FARMÁCIA ALTERNATIVA – FA - Preparação de ervas aromáticas e medicinais	109541	1997	ATIVO
07	GRUPO PRODUTIVO COSTUMES ARTES - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	109676	2002	ATIVO
08	GRUPO SETE MULHERES - GRUPO 7 M - Fabricação de banana passas e derivados	91326	2006	ATIVO
09	Banco Sol – BS	109684	2008	ATIVO (em duplicidade no mapeamento)
10	CAPAS CIDADE – Trabalhos Manuais e Artesanato		2007	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
11	CAPS MOXUARA – Trabalhos Manuais e Artesanato		2007	ATIVO, mas não consta no

				Mapeamento da SENAES
12	MAR E SOL – Artesanato em Conchas		2013	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
13	AIC – Trabalhos Manuais		1998	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
14	APIÁRIO MOXUARA - Derivados do mel		1996	ATIVO, mas não consta no Mapeamento SENAES
15	PADARIA UM SONHO A MAIS - Biscoitos, bolos e pães caseiros		2011	ATIVO, mas não consta no Mapeamento SENAES
16	Associação de Empreendedores Solidários de Vista Dourada e Adjacências – Aesvda	91.275	2004	ATIVO - Hoje identificado de Costumes Artes
17	ARTE CONFEC - Fabricação de produtos diversos	111.766	2012	INATIVO
18	ARTE SOL – AS - Produção artesanal de artigos em crochê	109.665	2007	INATIVO
19	Associação de Mulheres de Fibra – Amufibra	109.683	2009	INATIVO
20	Confecções De Roupas Ltda Me - Coopersilk	109540	2005	INATIVO
21	FAZENDO ARTE - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	111921	2000	INATIVO
22	GRUPO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA CIDADÃS EM LUTA – CEL - Fabricação de produtos de limpeza e polimento - Produção artesanal de sabões e detergentes	32143	2003	INATIVO
15	GRUPO DE MULHERES PINTANDO E APRENDENDO - Produção de produtos decorativos em cerâmica	111676	2008	INATIVO
17	GRUPO SACOLAS ECOLÓGICAS –GSE	109677	2007	INATIVO
19	GRUPO TRAMAS – TRAMAS - Produção artesanal de tapetes	96724	2006	INATIVO
20	MAR DE FLORES - Produção artesanal de sabões e detergentes	111910	2008	INATIVO
21	PADARIA ESCOLA MASSA SOLIDÁRIA - MASSA SOLIDÁRIA -	91325	2006	INATIVO

Dos 28 empreendimentos solidários listados, sete desses foram identificados como bandas musicais. No entanto, esses não foram considerados nesta pesquisa, visto que delimitou-se não englobar os grupos que geram produtos imateriais. Desta forma, esses sete empreendimentos citados não foram alvo de nossa investigação. Devido a esse fato, a nossa amostra estudada se reduziu à 21 empreendimentos.

O quadro acima demonstra que desses 21 empreendimentos, oito continuam ativos; e 11 estão sem funcionamento. Foi excluído desse contexto o grupo que se apresentou em duplicidade no mapeamento da SENAES, como assinalado acima.

A partir dessa realidade, no contato com a gestão municipal, foi constatado a existência de mais oito empreendimentos, que não se encontrou no mapeamento da SENAES. Isso demonstra uma fragilidade, uma vez que durante o período da realização do mapeamento, a maioria desses oito empreendimentos, encontravam-se em pleno funcionamento, exercendo um diálogo com o nível municipal de gestão, como os demais empreendimentos ativos mapeados, acima demonstrado.

Em relação ao nível municipal de gestão, até 2008, o município contava apenas com uma seção de assuntos em economia solidária, que pertencia a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDETUR). Em 2008 o status de seção foi modificado e passou a ser chamada de Gerência de Economia Solidária, mantida na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Essa mudança de status contribuiu para uma melhor estrutura e autonomia, até mesmo no campo orçamentário. No final de 2014 a referida gerência foi transferida para a Secretaria Municipal de Agricultura, e no início de 2016, essa mesma gerência foi integrada à uma autarquia, denominada “Instituto de Desenvolvimento do Município de Cariacica” – IDESC. No momento identificado, a Gerência de Economia Solidária do município encontra-se em plena reestruturação de suas funções e metas a serem desenvolvidas.

No que se refere às ações realizadas pelo nível municipal, identificou-se que o município possui atualmente um Centro Público. Trata-se de um centro de promoção da economia solidária e um espaço público que promove iniciativas como divulgação e venda dos produtos fabricados. Espaço esse que o poder público estabelece, executa e implementa essas ações, com recurso advindo do governo federal.

Além dessa iniciativa, os gestores relataram que desde 2015, encontram-se em funcionamento as Feiras de Economia Solidária que ocorre no saguão da Prefeitura. Essas feiras são realizadas também para incentivar as vendas e a comercialização dos produtos advindos dos empreendimentos solidários.

Outro ponto identificado pelos gestores é que a estrutura municipal de economia solidária é vista pelos empreendimentos, como uma referência e ponto de apoio, para os grupos coletivos que querem progredir em sua implementação. Nesses casos, os gestores buscam executar atividades de incubação, a fim de contribuir para o seu funcionamento.

Uma outra ação identificada é a promoção de incentivos e assessoria para que o empreendimento faça parte do cadastro de economia solidária e serem assim, reconhecidos como tal.

Dentre as ferramentas implementadas para emancipar a Economia Solidária, mencionou-se a existência de uma Lei Municipal de Economia Solidária - Lei 5.079 de 2013, um fundo financeiro para o desenvolvimento de ações, e um fórum de debates para assuntos pertinentes. No entanto, identifica-se que essas ações, não são suficientes para que de fato a política pública de economia solidária no município se estabeleça. O que se observa são apenas iniciativas pontuais para promover espaços de comercialização, visando somente melhorar a renda dos trabalhadores envolvidos.

Feitas as exposições, cabe mencionar a reflexão de Salazar (2008), que interroga sobre, até que ponto o poder municipal contribui para o desenvolvimento da economia solidária? Nessa vertente, outro questionamento se faz presente. Como a instância municipal poderá contribuir mais efetivamente, de forma que gere transformação social? Seguindo esse raciocínio, Benini e Benini (2015) aponta que a interferência estatal resulta numa dicotomia. De acordo com o autor, ao tentar inserir as iniciativas de econômica solidária na pauta de distribuição dos recursos estatais, para o avanço desses empreendimentos, promoveria automaticamente uma perda da autonomia, o que poderá custar caro para esses grupos, uma vez que estariam subordinados às exigências estatais para requerer recursos. Ao mesmo tempo, cabe assinalar que o acesso aos recursos do Estado, poderia alavancar os trabalhos e possibilitar um aumento na geração de renda, a fim de fazer valer o termo economia solidária.

Uma importante reflexão feita por Faria (2009), é o fato de que muitas vezes os empreendimentos geram muito trabalho e pouca renda. Essa realidade foi encontrada em cinco dos empreendimentos visitados, os quais não possuem retiradas mensais.

As respostas aos questionamentos elencados resultariam em outras pesquisas, que se dedicassem entender qual a percepção que os trabalhadores atuantes nesses empreendimentos têm sobre a economia solidária.

Constata-se que as poucas iniciativas de economia solidária encontradas em Cariacica, só conseguiram sobreviver mediante as várias iniciativas existentes, mencionadas pelos gestores dos empreendimentos, que promovem apoio a esses grupos. Iniciativas essas encontradas tanto nos níveis governamentais, quanto na instância privada. Essa constatação confirma os achados Laville (2009b) e França Filho (2001) que identificam uma economia híbrida.

#### **4 CONCLUSÕES**

A pesquisa apontou fragilidades e limitações, tais como a necessidade de parcerias mais atuantes e de políticas mais intensas, que deverão ser formalizadas nos níveis federados de gestão. Esta percepção se evidencia ao constatar que, sem um diálogo com a instância estatal, as iniciativas privadas e o terceiro setor -, as fragilidades encontradas nos grupos seriam ainda mais intensas.

Nesse cenário, permanece o questionamento de até que ponto a interferência estatal poderia contribuir para o propósito final da economia solidária? Admitiu-se que uma ação que poderia penetrar em diversas instância e contribuir com o trabalho solidário, seria o estabelecimento de uma política de Estado, que possibilitaria a formalização de políticas públicas em economia solidárias mais efetivas. Refletiu-se que esse fato traria uma estabilidade entre os órgãos, facilitaria o diálogo entre eles, concederia relações mais pontuais e não estariam restritos à entaves relacionados às mudanças de gestão.

Outro ponto interessante seria identificar que tipo de racionalidade prevalece nesses empreendimentos, em especial àqueles os quais não têm retiradas mensais. Torna-se curioso entender o que motiva o exercício de um trabalho que não gera renda. Como ressaltado anteriormente, a resposta a esses questionamentos, irá depender da percepção que os membros dos empreendimentos possuem em relação à economia solidária. Esses trabalhadores consideram a economia solidária como uma alternativa de trabalho e renda que, com

o intuito de escapar do desemprego estrutural, passam a executar um modo de produção diferente do sistema capitalista? Esta é uma interrogação. E quais seriam as outras questões que permeiam essa lógica? No entanto, identificar esses enigmas estariam no bojo de análises de estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária**: uma nova tecnologia, Vol. 2, São Paulo: Altamira Editora, 2005.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 325-334, 2015. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/36555/a-construcao-do-trabalho-associado-sob-a-hegemonia-estatal--organizacao--solidariedade-e-sociabilidade>>. Acesso 03 de março de 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/cariacica>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. *In*: CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. CES. Edições Alamedina, 2009. p.120-127.

FARIA, J. H. de. **Gestão Participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

FRANÇA FILHO, G.C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais, Bahia **Análise & Dados**, Salvador, SEI v 12 n.1, p.9-19 julho, 2002.

FRANÇA FILHO, G.C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemáticas, desafios e vocação Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007

FRANÇA-FILHO, G.C. Novos Arranjos Organizacionais Possíveis? – O fenômeno da Economia Solidária em questão (precisões e complementos), **Organização & Sociedade**, 2001.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LAVILLE, J. L Economia Solidária: um movimento internacional, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, p. 7 – 47, Março 2009a. Disponível em <

[http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL\\_Laville\\_RCCS\\_84.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf) >. Acesso em 30 de outubro de 2015.

LAVILLE, J.L. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina Brasil: 2009b.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SALAZAR, S. N. **Trabalho e Educação nas Práticas de Economia Solidária**: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória? 2008. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TERNÓRIO F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual, **RAP**, Rio de Janeiro 32(5):7-23. SET./OUT. 1998.

VASCONCELLOS, R. E. S. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil**: o caso de Manaus. 2011. 116 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Mimeografado, 1998 disponível em <[http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20\\_%200analisedepoliticaspUBLICAS.pdf](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%200analisedepoliticaspUBLICAS.pdf)>. Acesso em 13 de fev. 2016.

SCHIOCHET V. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária**: Breve Trajetória e Desafios, Ipea, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.



## ECONOMIA SOLIDÁRIA: INVESTIGAÇÃO EM PERIÓDICOS NACIONAIS

**Bethânia Ávila Rodrigues<sup>135</sup>, Alcione Lino de Araújo<sup>136</sup>, Leomara Battisti  
Telles<sup>137</sup>, Mônica Cristine S. Vaz<sup>138</sup>, Juliana Vitória M. Bittencourt<sup>139</sup>**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar a produção científica nacional que aborda o tema economia solidária no período de 2000 a 2014, classificando-se como pesquisa teórico-conceitual aplicada, de caráter descritivo e qualitativo. Para que isso fosse possível, realizou-se um levantamento de portfólio através do sistema de busca da base Scielo, compreendendo os termos “Economia Solidária” e, em seguida, realizou-se análise bibliométrica buscando identificar como as publicações se comportaram nos decorrer desses 15 anos. Foram identificados os autores, o idioma e o período com maior número de artigos publicados, as palavras-chave mais usadas, e os trabalhos com o maior número de citações. Percebeu-se ainda que pesquisas sobre o tema em questão ainda são escassas no Brasil. O presente trabalho contribui como justificativa para que sejam desenvolvidos estudos futuros sobre o tema e, também, para sejam baseados em um processo estruturado de seleção de portfólio com os trabalhos mais relevantes da área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária. Análise Bibliométrica. Produção Científica.

### 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, um novo solidarismo popular expressa-se na prática e no ideário de um número crescente de empreendimentos econômicos, levados à frente por trabalhadores premidos pela falta de alternativas de subsistência ou movidos por suas convicções. Estes empreendimentos se organizam das mais diversas formas, em associações informais ou grupos comunitários de produção, cooperativas, associações e pequenas empresas. A exemplo do que se observa em outros países,

---

<sup>135</sup> Mestranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – rodriguesbethania@yahoo.com

<sup>136</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora Instituto Federal do Maranhão – alcione.lino@ifma.edu.br

<sup>137</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora do Instituto Federal do Paraná – leomara.battisti@ifpr.edu.br

<sup>138</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – monicacsvez@yahoo.com.br

<sup>139</sup> Doutorado pela University of Reading, Professora do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – julianavitoria@utfpr.edu.br

em sua rápida profusão no Brasil estas iniciativas vêm adquirindo visibilidade e densidade social.

Se por um lado, seus protagonistas diretos encontram-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho; por outro, se vêem motivados pela ação mobilizadora de movimentos sociais, de parcelas do sindicalismo e de inúmeras entidades civis; pela oferta e impulsão destes agentes mediadores na direção de soluções coletivas. Ao mesmo tempo, estímulos adicionais decorrem do importante efeito demonstrativo das experiências já existentes, em particular naqueles segmentos populares dotados de substrato comunitário ou de identidade formada no trabalho (GAIGER, 2004).

A prática da economia solidária indica uma experiência bem-sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

Apesar das raízes da economia solidária estarem presentes no surgimento do cooperativismo a partir do movimento dos pioneiros de Rochdale, no século XIX, na Inglaterra, ganhou ênfase a partir da década de 1990. Segundo Díaz-Foncea e Marcuello (2012) foi nessa década que a partir da exclusão social, iniciativas de entidades sociais surgiram em diferentes partes da Espanha e da Europa, com intuito de diminuir os problemas sociais.

Por ser um conceito recente, não há uma definição única para economia solidária, mas quando se fala em economia solidária deve-se lembrar de dois problemas básicos: a pobreza e a exclusão social. A economia solidária tem se tornado um meio efetivo de luta contra a exclusão social (Graterol; Alizo; Molero, 2010).

Além disso, esse tema tem se tornando recentemente objeto de estudos em todo mundo. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a produção científica nacional que aborda a economia solidária, no período de 2000 a 2014.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Quanto à natureza do objetivo, a pesquisa classifica-se como descritiva e teórico-conceitual aplicada. As análises por sua vez, acontecem sob a lógica de pesquisa indutiva e no que tange à abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como qualitativo. Na coleta dos dados, foram utilizados dados primários e dados secundários. E, quanto aos resultados, classifica-se como pesquisa aplicada, utilizando-se de análise bibliométrica, um procedimento técnico de pesquisa bibliográfica (Richardson, 2015).

Para o levantamento do portfólio realizou-se primeiramente busca pelo termo “Economia Solidária”, nos trabalhos indexados na base Scielo, considerando textos completos publicados em periódicos nacionais, entre o período de 2000 a 2014. Os procedimentos de construção do portfólio foram realizados no mês de novembro de 2015.

Inicialmente 90 artigos foram selecionados, e, após a eliminação das referências repetidas e sem alinhamento com o tema e os objetivos da pesquisa, foram eliminados 22 artigos; ou seja, o portfólio levantado para este estudo compreende 68 artigos, conforme pode ser verificado no anexo I deste artigo.

Depois de encerrados os procedimentos de seleção e de posse do portfólio da pesquisa, realizou-se análise individual de cada artigo através de uma ficha padronizada<sup>140</sup> contemplando os seguintes tópicos de registro e análise: a) código do artigo; b) periódico de publicação; c) ano, volume de publicação; d) título do artigo; e) palavras-chave; f) idioma; g) autores; h) número de citações do artigo.

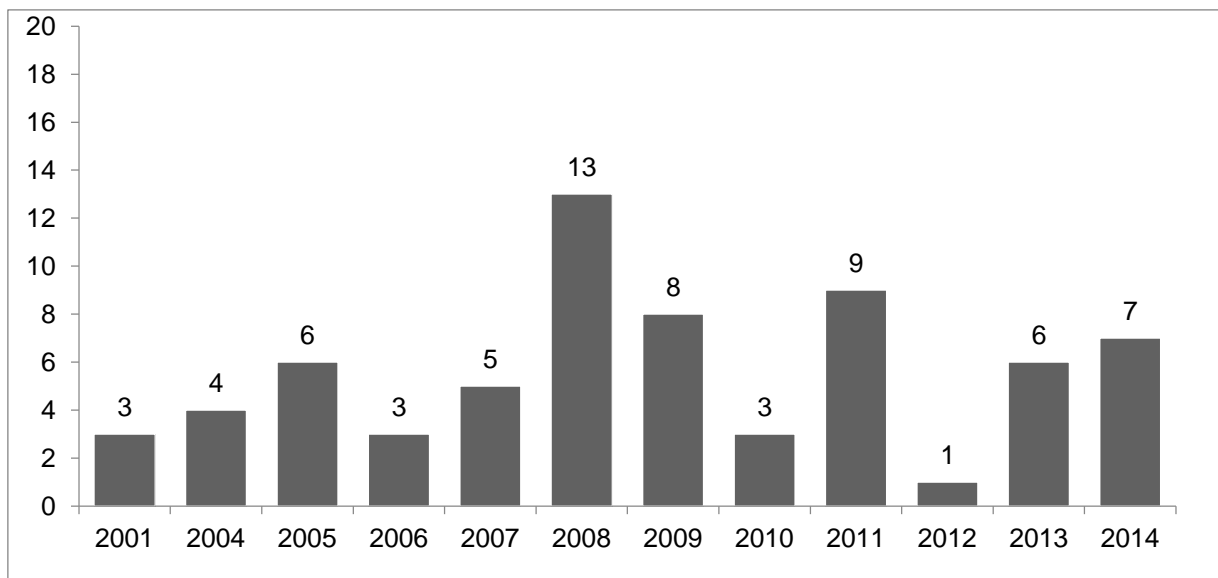
### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta seção apresenta a descrição e a análise dos dados encontrados no portfólio selecionado, através dos métodos descritos na seção anterior.

Primeiramente, analisou-se o número de publicações em cada ano compreendido pela pesquisa e elaborou-se o gráfico<sup>1</sup>. Sendo que, nos anos de 2000, 2002 e 2003 não foram encontradas publicações relacionadas com o tema objeto desta pesquisa.

---

<sup>140</sup> A ficha completa pode ser solicitada por e-mail para as autoras de correspondência.

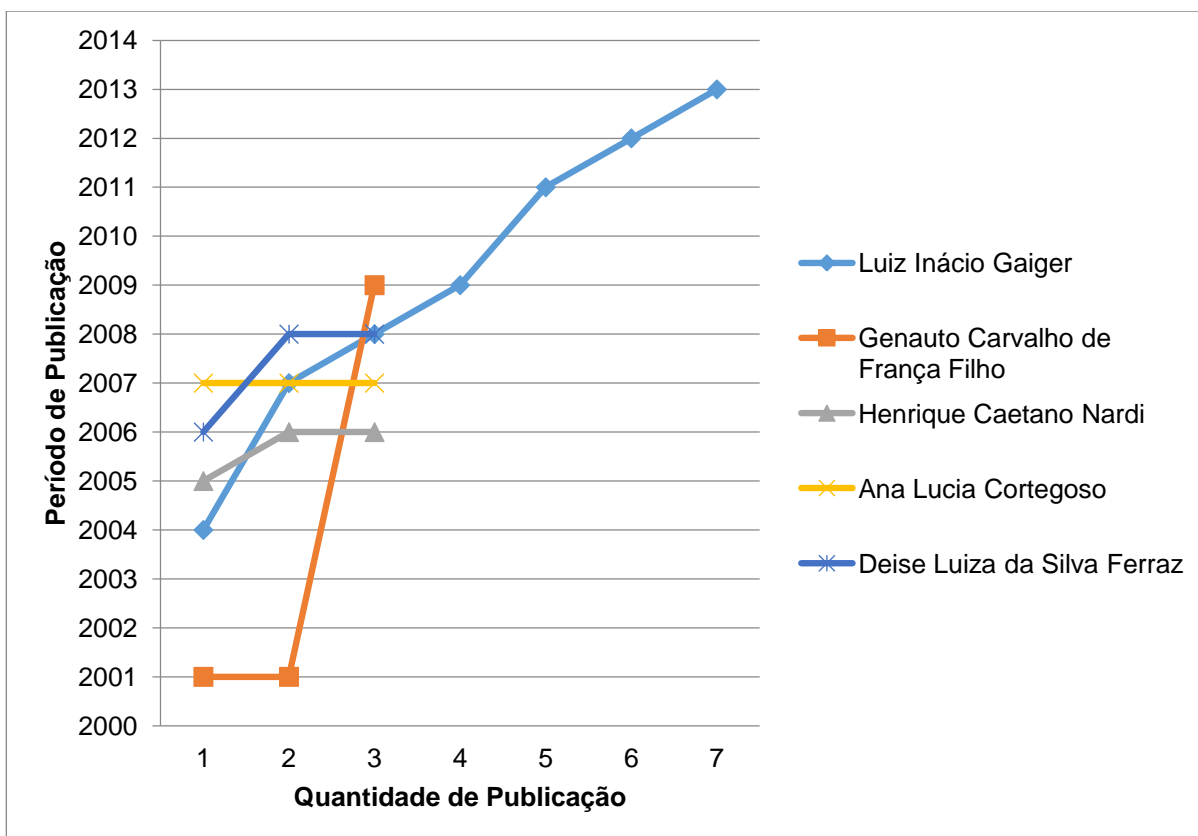


**Figura 1** - Número de publicações por ano  
**Fonte:** elaborado a partir dos dados coletados

Percebe-se que não há uma linearidade quanto ao número de publicações em cada ano, destacando-se o ano de 2008 com 13 artigos publicados e o ano de 2011 com nove artigos publicados. Por outro, lado, também é perceptível que nos anos iniciais da década de 2000 as publicações sobre o tema eram raras e que houve uma melhora a partir do ano de 2004, apesar do número ainda ser baixo.

Os 68 artigos analisados possuem 99 pesquisadores como autores e/ou coautores. Desses, foram identificados os autores mais prolíferos, destacando-se Luiz Inácio Gaiger com sete artigos publicados, seguido de Genauto Carvalho de França Filho, Ana Lucia Cortegoso, Deise Luiza da Silva Ferraz, Henrique Caetano Nardi e Jacob Carlos Lima com três artigos publicados cada. Os demais autores tiveram somente um ou dois artigos publicados no período avaliado.

Conforme pode-se observar na Figura 2, as produções desses autores estão, em sua maioria, concentradas em pequenos períodos, de dois a três anos de publicações contínuas. No entanto, cabe destaque aos autores Luiz Inácio Gaiger e Genauto Carvalho de França Filho, cujas publicações não estão concentradas em pequenos períodos, comprovando sua importância na discussão do tema. O autor Luiz Inácio Gaiger se manteve atuante em 46,6% do período em estudo, enquanto que os demais autores mantiveram publicações em apenas 20% do período estudado.



**Figura 2**–Número de publicações por autores  
**Fonte:** elaborado a partir dos dados coletados

Quanto ao número de autores/coautores por artigo verificou-se que a grande maioria, 62 artigos possuem um (31 artigos) ou 2 (30 artigos) autores, o que demonstra que os trabalhos geralmente são desenvolvidos individualmente ou em parceria entre autores, sem o envolvimento de grandes grupos.

Dentre os periódicos, destacaram-se com maior número de publicações a Revista Katálysis, com nove artigos publicados seguida de Cadernos EBAPE.BR, com oito artigos publicados, conforme pode-se verificar na tabela 1.

Periódico	Nº artigos	Áreas de Publicação x Qualis 2014		
		A1	A2	B1
Revista Katálysis	9	- Serviço Social	-	- Sociologia
Cadernos EBAPE.BR	7	-	- Administração, C.Contábeis, Turismo	- Interdisciplinar; - Planejamento Urbano e Regional; - Psicologia
Organizações & Sociedade	6	-	- Administração, C.Contábeis, Turismo	-
Psicologia & Sociedade	5	-	-	-

Sociologias	3	- Sociologia	- Serviço social; - Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	- Administração, C.Contábeis, Turismo; - Direito
Interações	3	-	- Arquitetura e Urbanismo;	- Interdisciplinar; - Planejamento Urbano e Regional; - Sociologia.
Sociedade e Estado	3	- Sociologia;	- Artes / Música; - Interdisciplinar;	- Administração, C.Contábeis, Turismo; - Antropologia /Arqueologia - C.Políticas e Relações Internacionais; - C.Ambientais; - Educação;
Revista Brasileira de Ciências Sociais	3	- Antropologia /Arqueologia - C.Política e Relações Internacionais	-	-
Psicologia: Ciência e Profissão	3	-	- Interdisciplinar; - Psicologia	- Educação;
Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2	-	-	-
Dados - Revista de Ciências Sociais	2	-	-	-
Revista da Escola de Enfermagem da USP	2	-	- Enfermagem;	- Psicologia;
Trabalho, Educação e Saúde	2	-	-	- Ensino; - Planejamento Urbano e Regional; - Psicologia; - Saúde Coletiva; - Serviço Social; - Sociologia.
Psicologia USP	1	-	- Psicologia;	- Letras/ Linguística;
Revista de Sociologia e Política	1	-	- C.Política e Relações Internacionais; - Direito;	-
Revista Brasileira de Educação	1	- Educação; - Interdisciplinar;	-	- Letras/ Linguística; - Serviço Social;
Economia e Sociedade	1	-	-	- Administração, C.Contábeis e Turismo; - Economia; - Interdisciplinar;
Psicologia em Estudo	1	- Psicologia;	- Educação; - Interdisciplinar;	- Enfermagem;
Caderno CRH	1	-	- Planejamento Urbano e Regional	-
Estudos de Psicologia	1	- Psicologia	- Educação; - Interdisciplinar;	- Ensino;
RAE - Revista de Administração de Empresas	1	-	- Administração, C.Contábeis e Turismo; - C. Sociais Aplicadas;	- Economia;
Fractal: Revista de Psicologia	1	-	- Letras /Linguística;	- Educação; - Filosofia /Teologia; - Interdisciplinar; - Psicologia;
RAC - Revista de Administração Contemporânea	1	-	- Administração, C.Contábeis e Turismo;	- Economia; - Interdisciplinar; - Planejamento Urbano e Regional; - Psicologia;

Revista Direito GV	1	-	- Direito;	-
RAM. Revista de Administração Mackenzie	1	-	-	- Administração, C.Contábeis e Turismo; - Interdisciplinar; - Planejamento Urbano e Regional; - Psicologia;
Serviço Social & Sociedade	1	- Serviço Social;	-	- História; - Interdisciplinar; - Planejamento Urbano e Regional; - Psicologia; - Sociologia;
Religião e Sociedade	1	-	-	- Interdisciplinar;
Cadernos Metrópole	1	-	- Arquitetura e Urbanismo; - Sociologia.	- Planejamento Urbano e Regional;
Revista Brasileira de Ciência Política	1	-	-	- C. Política e Relações Internacionais; C. Sociais Aplicadas; - Sociologia
Psicologia: Reflexão e Crítica	1	- Direito; - Educação; - Interdisciplinar; - Psicologia	-	- Administração, C.Contábeis e Turismo; - Ed. Física;
Psicologia: Teoria e Pesquisa	1	- Interdisciplinar; - Psicologia	-	- Enfermagem;
<b>Total</b>	<b>68</b>			

**Tabela 1** - Periódicos das publicações  
**Fonte:** elaborada a partir dos dados coletados

Através da análise das áreas de publicação e o QUALIS dos periódicos, pode-se perceber que a concentração de estudos acerca da temática se concentra fortemente no campo das ciências humanas. Com isso, torna-se relevante a expansão da discussão sobre “Economia Solidária” também para os demais campos da ciência, uma vez que, por se tratar de uma proposta alternativa de economia, merece ser discutida e aprofundada em todas as grandes divisões da ciência, para que hajam contribuições complementares ao que se tem discutido até os dias atuais.

Com relação ao número de citações dos artigos identificou-se que apenas nove artigos do portfólio não ainda não haviam sido citados em outros trabalhos. Sendo que, o trabalho que até o momento da pesquisa havia recebido o maior número de citações é o artigo intitulado “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado” de autoria de Jacob Carlos Lima (2004), com 104 citações. O segundo e terceiro mais citados respectivamente são: “A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios” de autoria de Carolina Andion (2005) com 66 citações; e, “A economia solidária e o trabalho associativo:

teorias e realidades” de autoria de Marcia de Paula Leite (2009), com 65 publicações.

Avaliando-se as palavras-chave dos estudos constantes do portfólio, verificou-se que 26 artigos apresentam quatro palavras-chave, 19 artigos cinco palavras-chave, 18 artigos três palavras-chave e, curiosamente, em cinco artigos não foram encontradas relação de palavras-chave. Do total de 145 palavras-chave encontradas nos estudos, as mais utilizadas foram: com 47 incidências: Economia Solidária; com 12 incidências: autogestão; com 11 incidências: trabalho; com 10 incidências: cooperativismo; as demais tiveram menos de 10 incidências, sendo que, 123 palavras-chaves apareceram apenas uma vez.

Identificou-se também que apenas dois artigos, dos 68 relacionados, estão no idioma espanhol, os demais, estão todos redigidos em português. O que demonstra que as publicações indexadas na base Scielo, que contempla, na sua maioria, periódicos nacionais, possui um número elevado de publicações em português.

Considerando que este estudo avalia um período de 15 anos (2000 à 2014) e que a busca foi realizada de forma abrangente, utilizando-se os termos Economia Solidária, verifica-se um baixo número de estudos relacionados ao tema, carecendo de mais pesquisas avançadas.

#### **4 CONCLUSÕES**

Este artigo não tem o intuito de construir um referencial teórico, apenas apresenta um mapeamento das publicações dos últimos quinze anos em periódicos nacionais. Para tanto, definiu-se as variáveis de seleção do portfólio e posteriormente, a partir de uma ficha padronizada, identificou-se os seguintes tópicos em cada artigo do portfólio: a) código do artigo; b) periódico de publicação; c) ano, volume de publicação; d) título do artigo; e) palavras-chave; f) idioma; g) autores; h) número de citações do artigo.

Com isso, identificou-se o autor mais prolífero sobre este tema Economia Solidária é Luiz Inácio Gaiger e os periódicos com mais publicações: Revista Katálysis e Cadernos EBAPE.BR. Além disso, verificou-se que não há um comportamento linear, seja crescente, decrescente ou estável, no número de



publicações por ano. Também percebeu-se que os termos mais usados como palavras-chave são “Economia Solidária” e “autogestão”.

Dessa forma, esse estudo vem contribuir principalmente para que estudos sobre o tema sejam pautados em um processo estruturado de seleção de portfólio com os trabalhos mais relevantes da área.

Como limitações desta pesquisa apontam-se os seguintes fatores: a) a pesquisa restringiu-se a artigos publicados em periódicos indexados nas bases de dados Scielo de acesso grátis, via internet; b) a definição das variáveis analisadas nos artigos do portfólio seguiu a interpretação dos autores desta pesquisa; c) não foram considerados o Qualis e/ou o fator de impacto dos períodos para a seleção dos artigos.

Considerando isso, sugere-se para estudos futuros o aprofundamento na análise de conteúdo deste portfólio, como o estudo dos objetivos e metodologias adotadas. Além disso, sugere-se a análise do comportamento de citações entre os autores, a fim de compreender a atuação e contribuição dos mesmos para com os trabalhos levantados nesse período.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Interações**, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014.
- ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79-101, jan./mar. 2005.
- ANDRADE, M. C.; BURALI, M. A. M.; VIDA, A.; FRANSOZIO, M. B. B.; DOS SANTOS, Z. Loucura e Trabalho no Encontro entre Saúde Mental e Economia Solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013.
- ARROYO, J. C. T. Cooperação econômica versus competitividade social. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 73-83, jan./jun. 2008.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A Economia Solidária diante das Desigualdades. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.
- AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009.
- BARFKNECHT, K. S.; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 54-61, mai./ago. 2006.

BARRETO, R. O.; DE PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, nº 2, p. 200-213, jun. 2009.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, v.17, n.55, p. 605-619 out./Dez. 2010.

BERTUCCI, J. O. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1 (38), p. 173-200, abr. 2010.

CALDANA, A. C. F.; FIGUEIREDO, M. A. C. O Voluntariado em Questão: A Subjetividade Permitida. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 28, n. 3, p. 466-479, 2008.

CAMINHA, U.; FIGUEIREDO, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto palmeiras em Fortaleza-CE. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 1, p. 99-130, jan./jun. 2011.

CARION, R. M. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de resíduos sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 4, p. 548-557, dez. 2009.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 116-122, jan./jun. 2008.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. Tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, v.13, n.39, p. 93-111, out./dez. 2006.

CIA, F.; CORTEGOSO, A. L. Conduas de mediadores em processos de decisão coletiva como condição para uma educação emancipatória na economia solidária. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 103-113, 2007.

CORAGGIO, J. L. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p. 17-35, jun. 2014.

CORTEGOSO, A. L. Identificação e Descrição de Relações Comportamentais na Economia Solidária. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 2, p. 246-265, 2007.

CORTEGOSO, A. L.; PORTO, V. C. F. C. Comportamento Humano e Normas de Conduta em Economia Solidária: Relato de Experiência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 4, p. 449-456, out./dez. 2007.

COUTINHO, M. C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LÜCKMANN, G. L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: A psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan/abr. 2005.

DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, p. 703-711, out./dez. 2008.

DE FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 1-18, mar. 2004.

DE FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, jun./dez. 2001.

DE FRANÇA FILHO, G. C.; DA CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto ecoluzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, v.16, n.51, p. 725-747, out./dez. 2009.

DE FREITAS, A. F.; DE FREITAS, A. F. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **Interações**, v. 14, n. 2, p. 177-188, jul./dez. 2013.

DE MORAIS, E. E.; LANZA, F.; DOS SANTOS, L. M. L.; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

DE PAULA, A. P. P.; CALBINO, D.; TOLEDO, D.; TARABAL, F.; MASCARENHAS, L.; BARRETO, R. A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. **Organizações & Sociedade**, v.18 - n.57, p. 323-333, abril/jun. 2011.

DE SÁ, M. G.; SOARES, G. J. V. Reflexões sobre poder e controle nas organizações da economia solidária (OES): um olhar à luz dos bichos de Orwell. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 2, p. 1-13, jul. 2005.

DE SOUZA, A. R. Igreja Católica e Mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a Competição. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 156-174, 2007.

DE SOUZA, D. N. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 53-60, jan./jun. 2008.

DIÁZ-FONCEA, M.; MARCUELLO, C. Social enterprises and social markets: models and new trends. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 61-83, 2012. DOI 10.1007/s11628-011-0132-8.

DOMINGUES, M. P. T. S. Economia solidária: a economia real do desenvolvimento sustentável. Colóquio Ibérico De Cooperativismo e Economia Social. 5. **Anais... Santarém**, 2009. Disponível em: <[http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo\\_-\\_Economia\\_Solid%C3%A1ria.pdf](http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo_-_Economia_Solid%C3%A1ria.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2015.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 35-40, set/dez. 2004.

FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 4, p. 1-18, dez. 2008.

FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 99-117, jul./set. 2008.

FILIZOLA, C. L. A.; TEIXEIRA, I. M. C.; MILIONI, D. B.; PAVARINI, S. C. I. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p. 418-425, 2011.

GAIGER, L. I. G. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 563-580, set./dez. 2009.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 8, p. 211-228, jun. 2013.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados [online]**.2004, vol.47, n.4, pp. 799-834.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

GAIGER, L. I. G. Por um Olhar Inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 313-335, maio/ago. 2012.

GAIGER, L. I. G. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 83, p. 79-109, 2011.

GATTAI, S.; BERNARDES, M. A. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, Edição Especial, p. 50-81, nov./dez. 2013.

GOMES, F. Uma aproximação entre pragmática universal e economia solidária: o caso de Catende. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, Edição Especial, p. 416-441, ago. 2014.

GONÇALVES, A. F. Experiências em Economia Solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 11, p. 132-142, jan./jun. 2008.

GRATEROL, A.; ALIZO, M. A.; Molero, N. Las cooperativas como estrategia de gestión para el fomento de la economía social en el municipio Maracaibo del estado Zulia. Período: 1999-2006. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v.16 n. 3, jul./sep. 2010, p. 442 - 455.

KANAN, L. A. Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 607-624, Set./Dez. 2011.

LAVALLE, J. L. Mudança social e teoria da economia solidária: Uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, v.16, n. 36, p. 60-73, mai./ago. 2014.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, v. 11 n. 1 p. 96-104 jan./jun. 2008.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev./2009.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 45-62, out/2004.

LIMA, J. C.; DE SOUZA, A. R. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 93, p. 139-168, 2014.

LIMA, S. M.; GOMEZ, C. M. Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6 n. 2, p. 321-340, jul./out.2008.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: Imprecisões e limites. **RAE– Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, jul./set. 2005.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 41-62, jan./abr. 2013.

LOURENÇO, M. L. O tempo de trabalho e sua dimensão subjetiva. **Psicologia USP**, v. 21, n. 1, p. 199-215, jan./mar. 2010.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p. 503-509, 2011.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 704-723, Set. 2011.

MOURÃO, N. M.; ENGLER, R. C. Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. **Interações**, v. 15, n. 2, p. 329-339, jul./dez. 2014.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

NARDI, H. C.; YATES, D. B. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 95-103, 2005.

NARDI, H. C.; YATES, D. B.; FERNANDES, J. M.; RODRIGUES, M. C. Subjetividade e Solidariedade: A Diversidade das Formas de Implicação dos Jovens na Economia Solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006.

RIBEIRO, M. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 20-39, maio/ago. 2001.

RIBEIRO, S. D.; DE MÜYLLER, C. F. Economia Solidária: Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 581-614, out./dez. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, A. M. M.; DELUIZ, N. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 329-353, jul./out.2009.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado- Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2009.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, jun./ dec. 2001.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 58-69, mai./ago. 2005.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 105-115, jan./jun. 2008.

WESTPAHL, V. H. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 2008.

## CONTRIBUIÇÕES DE COOPERATIVAS EDUCACIONAIS NO INGRESSO AO NÍVEL SUPERIOR: O CASO DA COOPEISE

Danylla Silva de Jesus<sup>141</sup>; Janúzia Souza Mendes<sup>142</sup>

**RESUMO:**As cooperativas de educação são organizações não governamentais, organizada por pais, alunos, e também professores, com o objetivo de proporcionar aos seus integrantes uma educação de qualidade, tendo em vista uma formação para o trabalho e prática social. Nesse sentido, este trabalho se propõe a apresentar dados referentes ao estudo desenvolvido na COOPEISE (Cooperativa de Educação Integral Serrinhense), sobre as Contribuições das Cooperativas Educacionais no Ingresso ao Nível Superior: o caso da Coopeise. A pergunta norteadora deste trabalho foi: De que forma as Cooperativas de Educação contribuem para o ingresso de alunos ao nível superior?. Este estudo objetivou verificar a aplicabilidade das cooperativas de educação no processo de ingresso ao nível superior, e também Verificar como as cooperativas de educação podem contribuir para o ingresso ao nível superior, e Identificar a existência de fatores positivos e negativos das cooperativas de educação para o ingresso ao nível superior. Para tanto, realizamos entrevistas com a gestora da cooperativa e com ex-alunos da cooperativa que ingressaram em universidades/faculdades. Este estudo teve como base a abordagem qualitativa e quantitativa, com pesquisa de campo e realização de entrevistas. Os resultados deste estudo demonstram que as cooperativas de educação contribuem de forma efetiva e positiva para o ingresso de alunos ao nível superior por desenvolver um trabalho pautado na comunhão, coletividade, cooperação, união, fortalecendo o aprendizado do aluno tornando-o mais crítico, atuante, capacitado e qualificado para o mercado de trabalho e para vida.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cooperativas de Educação. Nível Superior. Cooperação.

### 1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira sofreu e continua sofrendo mudanças, no setor econômico, social, político, cultural e também educacional. Essas mudanças geram novos olhares a respeito das ações e práticas que deverão ser desenvolvidas para atender a demanda das transformações ocorridas ao longo da história.

Antes vista como uma atividade individual, competitiva e muitas vezes solitária, a aprendizagem no contexto educacional vem tomando outra roupagem passa a ser uma atividade voltada para o social, coletivo.

<sup>141</sup> Graduada em Pedagogia: Docência e Gestão de Processos Educativos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI – Serrinha – BA. Pós-Graduada em História da Cultura Afro-Brasileira pelo Instituto Pró Saber–Feira de Santana-BA. E-mail: [danyllasilva@hotmail.com](mailto:danyllasilva@hotmail.com)

<sup>142</sup> Doutora em História da Ciência UFBA, Professora Adjunta da UNEB Campus XI.

Nesse sentido, a escola vem exercer um papel fundamental no processo de socialização, interação social, dos educandos, promovendo atitudes mais cooperativas, visando à reflexão, possibilitando o aluno descobrir, interpretar, organizar ideias e pensamentos de forma coletiva em busca da aprendizagem.

Reflexões acerca do cooperativismo educacional a partir de iniciativas coletivas na cidade de Serrinha vêm crescendo, pois se caracteriza como uma alternativa para o ensino tradicional baseado na individualidade e competitividade, além de vim contribuindo para organização de homens e mulheres a juntar esforços, ideias e trabalho na constituição de novas perspectivas em favor da classe e da sociedade.

As cooperativas de educação são organizações não governamentais, composta por pais, alunos, e também professores, com o objetivo de proporcionar aos seus integrantes uma educação de qualidade, tendo em vista uma formação para o trabalho e prática social.

Atualmente, os pais estão procurando escolas com preços mais acessíveis, em que possam dar sua opinião, e decidir sobre seu andamento, seja nos serviços oferecidos, ou mesmo em sua gestão. As cooperativas de educação se enquadram nesse contexto, nelas seus membros tem participação ativa nas decisões referentes tanto a estrutura física, quanto corpo de funcionários, material didático e pedagógico.

O presente trabalho surgiu primeiramente pelo fato de já ter estudado em uma unidade escolar cooperativa e, também, por ter interesse em aliar os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica em Pedagogia, com os da especialização em Gestão de Cooperativas: ênfase em economia solidária.

Para desenvolver este estudo, foi escolhido como lócus de pesquisa a COOPEISE (Cooperativa de Educação Integral Serrinhense), por ser uma organização cujo objetivo é estar desenvolvendo juntamente com pais e alunos através da cooperação um processo de formação do educando, desenvolvendo inteligências múltiplas visando à formação de sujeitos com consciência crítica, cidadã e coletiva. Diante desse contexto surge a seguinte questão: **De que forma as Cooperativas de Educação contribuem para o ingresso de alunos ao nível superior?**

Sob essa perspectiva temos como **objetivo geral: verificar a aplicabilidade das cooperativas de educação no processo de ingresso ao nível**



**superior, e como objetivos específicos: verificar como as cooperativas de educação podem contribuir para o ingresso ao nível superior, identificar a existência de fatores positivos e negativos das cooperativas de educação para o ingresso ao nível superior.**

Este estudo teve como base a abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa visa medir, quantificar as informações coletadas utilizando os recursos como porcentagem, mediana, esse tipo de pesquisa é importante ao passo que proporciona uma melhor exatidão e eficácia dos resultados.

A pesquisa qualitativa por sua vez, adquire característica, descritiva, com coerência e consistência diante a interpretação de forma indutiva dos dados do fenômeno estudado, o que foi importante para percepção e descrição dos fatos ao longo da pesquisa.

A escolha pelos procedimentos metodológicos perpassa pela pesquisa de campo que possibilitou a compreensão do fenômeno estudado e sua relação com o meio. A entrevista foi utilizada como instrumento de coleta de dados, a escolha deste mecanismo permite não somente o contato pessoal com o entrevistado, como também a captação das informações desejadas de forma mais rápida. Estes procedimentos contribuíram para a maturação e ampliação do estudo.

O presente trabalho é relevante ao passo que proporcionará aos pais, alunos, professores, gestores, comunidade acadêmica, reflexões a respeito do processo de gestão nas cooperativas de educação e como estas contribuem para o ingresso de alunos ao nível superior. Essas reflexões, além de fonte de conhecimento, servirão como base para novos estudos, pois essas discussões ainda não se encerraram.

## **2 ORIGENS DO COOPERATIVISMO**

Antes de nos reportar diretamente as Cooperativas de Educação, compreendemos ser necessário voltarmos o olhar para o passado, fazendo uma breve retomada histórica de alguns fatos e acontecimentos que antecederam o surgimento das Cooperativas de Educação, que foram fundamentais para sua efetivação. Essa retrospectiva nos ajudou a compreender melhor como ocorreu o processo de formação das Cooperativas Educacionais.

O cooperativismo não é um tema da modernidade, essa ação já era desenvolvida nas antigas civilizações e comunidades indígenas e negras no Brasil. As relações desenvolvidas eram fundamentadas na cooperação, parceria, os costumes, crenças, trabalho, alimento, eram baseados na coletividade, trabalhavam em prol da própria subsistência, sabendo dividir e compartilhar. Diferentemente das sociedades mais modernas como ressalta Rech (2000), onde as relações sociais passaram a se basear na competição, individualismo, autoritarismo, propriedade privada.

Com a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, o trabalho deixou de ser artesanal, manufatureiro, para ser assalariado e com a utilização de máquinas. A produção não acontecia mais para própria subsistência e sim para comercialização, visando à lucratividade. Diversos setores da sociedade sofreram transformações, e com ela veio às novas estruturas na relação de produção, emprego e moradia. O desemprego foi um dos fatores determinantes na revolução industrial, além das precárias condições de trabalho daqueles que estavam empregados, como baixa remuneração, longas jornadas de trabalho, desvalorização e instabilidade.

Foi no tocante ao contexto de exploração e escravidão, que os operários (homens, mulheres e crianças) se revoltaram, indignados com as péssimas condições de trabalho no qual viviam, buscaram alternativas para melhoria de vida. Esses fatores tornaram-se pontos-chave para o surgimento das organizações coletivas de trabalho. Estas se apresentaram como uma das alternativas para os problemas ocorrentes na sociedade. O principal objetivo dessas organizações era fazer com que houvesse o agrupamento de pessoas de forma associativa, primando pela igualdade, união, democracia, sendo uma dessas formas as cooperativas.

Diante das mazelas vividas pela sociedade neste período, surgem os socialistas utópicos, estes tinham como propósito a busca por uma sociedade mais justa, igualitária, longe dos moldes capitalistas, em que não houvesse fome, miséria ou injustiça. É como afirma Rech:

[...] envolvidos em manifestações acirradas da classe operária, especialmente na Inglaterra e na França, os socialistas viam na cooperativa um embrião de uma nova sociedade, onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e suprimindo interesses pessoais e coletivos. (RECH, 2000, p. 10)

Robert Owen foi um dos pioneiros socialistas utópicos, entre 1800 e 1817, através das aldeias cooperativas Owen buscou mudar a situação precária em que os

operários viviam, primava pela redução da jornada de trabalho, erradicação do trabalho infantil e melhorias nas condições de moradia.

A formação de aldeias onde todos trabalhavam mantendo-se por seus próprios meios e produzindo tudo que consumiam de forma coletiva e igualitária, sem pensar na lucratividade era para Owen uma nova possibilidade frente ao capitalismo. Essas experiências foram de fundamental importância para que a sociedade pudesse se organizar e lutar por seus direitos e interesses.

O cooperativismo teve seu início em 1844 em Rochdale na Inglaterra quando um grupo de operários revoltados com a carga horária exaustiva e escrava de trabalho e diante dos baixos salários e também desemprego, agruparam-se formando uma sociedade de consumo popular fundamentada no cooperativismo. É como afirma Valadares:

[...] a instituição cooperativista moderna nasceu nos meios populares. Historicamente, o cooperativismo moderno surgiu como um instrumento de defesa, de reabilitação e de emancipação de trabalhadores, como reação às condições sociais e econômicas adversas originadas da evolução do capitalismo. [...].  
(VALADARES, 2005, p. 13)

O grupo era formado por 28 pessoas e tinham como nome Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, eles comercializavam produtos como farinha, açúcar e feijão. Obtiveram bastante prosperidade, por isso ao longo do tempo, esse modelo de sociedade cooperativista passou a ser imitado ao redor do mundo, na França, Alemanha, Itália, Bélgica, com diversos ramos, como crédito, trabalho, consumo, mineral, habitacional e também educacional, dando início assim ao movimento cooperativista, e ao surgimento dos Princípios Cooperativistas. Segundo Valadares:

A Sociedade de Rochdale reuniu as melhores idéias desenvolvidas ao longo da história do cooperativismo e deu a elas a forma de políticas e práticas administrativas e operacionais as quais, ao longo destes 150 anos, evoluíram na forma dos atuais **Princípios Cooperativistas**. Estes princípios distinguem as empresas cooperativas de outras formas empresariais não-cooperativas.  
(VALADARES, 2005, p. 17)

Na adesão voluntária e livre (1º princípio cooperativista), as pessoas possuem liberdade para ingressar na cooperativa e utilizar seus serviços, livre de qualquer tipo de preconceito. A gestão democrática pelos membros (2º princípio cooperativista) visa à participação de todos no processo de gestão sem distinção de gênero, raça, classe social, pois as cooperativas são organizações democráticas.

A participação econômica dos membros (3º princípio cooperativista) é essencial, pois estes exercem grande importância dentro das cooperativas, pois são responsáveis por contribuir para o capital das cooperativas a qual pertencem. Tanto as cooperativas quanto seus membros possuem autonomia e independência (4º princípio cooperativista) para tomada de decisões, resolução de problemas, visando sempre à ajuda mútua e o bem da organização como um todo.

Líderes, dirigentes, membros, todos devem estar capacitados para estarem atuando de forma eficaz na cooperativa, esta por sua vez, promove educação, formação e informação (5º princípio cooperativista) para que todos possam ajudar de forma efetiva no desenvolvimento da organização. As cooperativas não atuam sozinhas, isoladas, através da Inter cooperação (6º princípio cooperativista), podem trabalhar em comunhão com suas esferas locais, estaduais, federais e até mesmo internacionais. O interesse pela comunidade (7º princípio cooperativista) visa através de projetos políticos, serviços o bem estar ambiental, social, econômico dos cooperados e da comunidade no qual atuam. De acordo Valadares:

Um princípio cooperativista expressa uma doutrina geral ou uma idéia que define ou identifica uma característica. De forma clara, separa a cooperativa de outras formas de organização empresarial. A prática cooperativa é uma ação ou atividade que dá suporte, complementa ou torna praticável um princípio. A prática é particularmente importante para o sucesso de uma cooperativa, mesmo considerando que tais práticas não são necessariamente de aplicação única às cooperativas. (VALADARES, 2005, p.17)

Esses princípios foram formulados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI em 1995. Esta aliança surgiu em 1895 como meio de representação das cooperativas a nível internacional, objetivando a união, e autonomia das cooperativas. Além da ACI as cooperativas também estavam regulamentadas através da Lei 5764/71. Antes da efetivação da referida lei, a Constituição Federal de 1988 já abordava questões referentes ao cooperativismo. Segundo a Constituição:

[...] Art. 5º, Inc. XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. [...] Art. 174º, parágrafo 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. [...].(BRASIL, 1988)

O estado deixa de exercer controle sobre as cooperativas e passam a ter influência indireta no cumprimento dos princípios, normas e valores do cooperativismo. Nesse contexto a Lei 5764/71 vem instituir o regime jurídico das sociedades cooperativas. De acordo a referida Lei:

[...] Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...].(BRASIL, 1971)

Essa lei estabelece toda estrutura da organização cooperativa, mesmo de forma estrita, com limites está vigente até os dias atuais, possibilitando o desenvolvimento das sociedades cooperativas.

Por ser uma associação de pessoas que fornece serviços de banco sem fins lucrativos, mas com fins econômicos, os cooperados passam a ser donos, beneficiários, usuários e participam da gestão, captando recursos externos para investir no desenvolvimento sustentável da região no qual atuam. Segundo Rech:

A cooperativa é pois uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo do fato da mesma ser simultaneamente uma *entidade social* (um grupo organizado de pessoas) e uma *unidade econômica* (uma empresa financiada administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio para prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes. (RECH, 2000, p.22)

A integração de todos os membros da cooperativa é essencial para o enfrentamento das dificuldades sejam elas econômicas, sociais, políticas, além de fortalecer laços de solidariedade, eliminando individualismo, autoritarismo, aumentando o envolvimento, participação, resistência, poder dos membros, desenvolvendo consciência política, social, sindical e educacional.

Por esse motivo esses empreendimentos tornam-se muito importantes para o desenvolvimento local, promoção de políticas públicas, e a influência que estes exercem na redução das desigualdades sociais, através não somente do resgate como também da inserção de sujeitos no contexto da formalidade e no desenvolvimento de sua cidadania.

### 3 COOPERATIVAS DE EDUCAÇÃO

As cooperativas de educação constituem-se historicamente como um sistema de educação provindo de organização social, política da sociedade, que buscavam um ensino regular formal de qualidade e com preços razoáveis. Por isso, a escola cooperativa e a educação que ela proporciona é imprescindível na formação do educando, seja formação social, cultural, política, cidadã.

A educação no ambiente escolar deve promover o pensamento crítico do aluno, proporcionando a indagação, investigação, com senso de responsabilidade, compreendendo o velho e aceitando o novo, sempre em busca do crescimento, aperfeiçoamento, evolução e desenvolvimento, pois o homem é um ser inacabado e só a educação poderá transformá-lo. Segundo Teles:

[...] existe Educação e... educação... Existe uma educação que “forma”, “molda”, “controla”, “ajusta”, “acomoda”, “prepara peças para uma engrenagem” e outra que liberta, incita a auto-iniciativa, o autocontrole, a auto-avaliação, abre os sentidos para Vida, para o mundo, para o Outro e é calcada não no autoritarismo, mas no respeito. (TELES, 1992, p. 17)

Essa educação libertadora que ressalta Teles (1992) deve acontecer em um ambiente de ludicidade, onde haja amor, paz, harmonia, respeito, para que o educando possa aprender com liberdade, permitindo-o criar, buscar soluções através de relações interpessoais, sem pressão ou autoritarismo, pois estes dois últimos não se caracterizam como processos educativos. Nesse sentido, é através da educação que o educando pode ingressar ao nível superior em busca da profissionalização.

Diante desse contexto é que as cooperativas de educação vêm crescendo significativamente nos últimos anos, principalmente devido a ser uma alternativa viável para os métodos de ensino tradicional, baseado no individualismo, autoritarismo. As cooperativas de ensino são formadas na maioria das vezes por pais que buscam uma melhor qualidade de ensino, e preços mais acessíveis. Este por sua vez, deve estar pautado num processo de socialização e construção coletiva. As cooperativas de educação estão respaldadas na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Segundo o artigo 20, inciso II, as cooperativas de educação são consideradas:

II. *comunitárias*, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. (BRASIL, 1996)

A cooperação está estritamente relacionada com a pedagogia, pois o processo de ensino e aprendizagem no cenário atual, não deve ocorrer de forma isolada, solitária, individual, mais de forma coletiva, com interação social, de forma processual e dialógica, proporcionando reflexão crítica visando uma educação pautada na solidariedade sem exclusão, alienação ou mesmo preconceito. Nesse sentido é fundamental que a gestão ocorra de forma democrática. De acordo Fróes:

[...] a instituição de cooperativas vem sendo, apesar de incipiente, uma solução para as famílias que desejam uma escola onde, efetivamente, possam decidir sobre sua organização e serviços, obviamente respeitadas as instâncias relativas à manutenção do centro escolar, e o seu funcionamento, que obedecerá às normas específicas instituídas pelo sistema de ensino. (FRÓES, 2001, p. 75)

Pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade devem estar inseridos na gestão para que possa ocorrer de forma democrática e participativa. Nas cooperativas de educação todos tem iguais direitos de participação nas decisões da instituição.

A aprendizagem nas cooperativas de ensino proporciona diversos benefícios aos educandos sejam psicológicos, sociais, acadêmicos. Estimula o pensamento reflexivo, crítico com embate de ideias entre alunos, professores, e o uso de novas técnicas de ensino e aprendizagem, proporciona um ambiente de cooperação, interação, ajuda mútua, com relações interpessoais, promove um ambiente mais criativo, ativo, com a participação de todos, melhorando o rendimento escolar.

O educando deixa de ser dependente do professor e passa a ter mais autonomia, este último por sua vez não é mais considerado como detentor do conhecimento, mas sim como mediador capaz de instigar a curiosidade dos educandos, possibilitando a reflexão, o questionamento, o posicionamento crítico destes. Esses fatores tornam-se fundamentais para uma educação crítica, dialética e na formação de sujeitos que lutem por seus direitos e proporcionem mudanças na sociedade.

Existem diversos tipos de cooperativas de educação, as constituídas por pais de alunos ou responsáveis, as constituídas por alunos, a de professores e especialistas em educação, e as cooperativas mistas.

As constituídas por pais de alunos ou responsáveis são cooperativas formadas por pais que buscam além de uma educação de qualidade, com professores e funcionários capacitados, preços mais acessíveis. Nela os pais é quem são os sócios, ou seja, são responsáveis pela tomada de decisões com relação à contratação de docentes e funcionários, manutenção da estrutura física, ou mesmo sobre assuntos pedagógicos.

Nas constituídas por alunos, estes exercem a função de sócios, para tanto, é necessário que esses alunos sejam maiores de idade para que possam organizar a cooperativa, que poderá ser de nível médio, técnico ou mesmo superior.

Outra cooperativa escolar é a constituída por professores e especialistas em educação, estes não exercem a função de docentes, mas atuam como gestores. Tem como principal objetivo, buscar melhorias para questões de renda e como princípios liberdade, democracia, igualdade e solidariedade. Este tipo de cooperativa é de alto custo, pois necessita de capital para instalações, equipamentos, dessa forma, os sócios devem ter disponível capital considerável ou obter financiamentos para que não tenham contratempos, obstáculos.

As cooperativas mistas por sua vez, são constituídas por pais, alunos, professores, funcionários administrativos, todos tem poder de decisão, predominando o voto final para os pais, pelo fato de ser a maioria, neste tipo de cooperativa todos devem estar em consenso com relação às decisões, pois neste caso os pais de alunos visam melhor qualidade com menores preços e os professores maiores remunerações, diante disso, faz-se necessário estarem sempre em comum acordo.

As cooperativas de educação não são algo novo, decorrente da sociedade atual, mas desde o século XX já se discutiam sobre este assunto, ainda assim existem poucas cooperativas de educação no Brasil. De acordo Froés:

[...] O Anuário de 1997 da Organização das Cooperativas Brasileiras indica a existência de apenas 98 escolas, com maior destaque para o Estado de Minas Gerais, com 20 escolas do gênero. (FROÉS,2001 p. 89,90)

Segundo a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), atualmente já existem mais de 300 cooperativas cadastradas. Considerada como solução para



os problemas educacionais vigentes, como qualidade do ensino e preços acessíveis as cooperativas de educação estão tendenciosamente crescendo, agregando desde as classes mais humildes às de maior poder aquisitivo, pois todos buscam além de melhor e mais qualificado ensino, preços mais justos. Investimentos públicos nestes tipos de entidades são viáveis ao passo que estejam de acordo às normas das leis. É como dispõe a LDB em seu artigo 77:

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto; II - apliquem seus excedentes financeiros em educação; III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades; IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos. (BRASIL, 1996)

As cooperativas educacionais, não objetivam o lucro, mas uma educação de qualidade, que auxilie na formação de alunos críticos e atuantes na sociedade, e não meras “máquinas” reprodutoras de conteúdos, voltadas somente para o mercado de trabalho.

#### 4 METODOLOGIA

A realização do trabalho intitulado **Contribuições das Cooperativas Educacionais no Ingresso ao Nível Superior: o caso da COOPEISE**, foi embasada numa pesquisa de campo com entrevistas. A Cooperativa de Educação Integral Serrinhense situada na Praça Lauro de Freitas nº 29, Bairro da Estação em Serrinha-Ba foi o lócus escolhido para realização da pesquisa devido ao fato de ter estudado no local da 8ª série ao 3º ano do ensino médio. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, com turmas da Educação Infantil ao Ensino Médio. A pesquisa foi realizada no turno matutino, pois no período vespertino estava trabalhando e não dava para conciliar o trabalho com a saída a campo.

A escola funciona no turno da manhã de 7:30h às 12:00h e no turno da tarde de 13:00h às 18:20h. Inicialmente pensamos em realizar entrevistas com todos os ex-alunos da COOPEISE que ingressaram ao nível superior, mas por conta do curto período para realização do trabalho e por não ter o contato de todos os alunos, realizar a entrevista com todos não foi possível. Além disso, tivemos como proposta inicial verificar em instituições formais de Serrinha o quantitativo de alunos que

ingressaram no nível superior, para podermos fazer um comparativo com os da COOPEISE, mas pelo fato dessas instituições não terem esses dados não foi possível fazer esse comparativo, apenas utilizamos os dados fornecidos pela COOPEISE.

As entrevistas foram realizadas nos dias 15, 16,17 de Abril de 2015. Essas entrevistas foram realizadas com a Gestora da Cooperativa de Educação Integral Serrinhense e com vinte e cinco alunos que foram estudantes da COOPEISE, vale ressaltar que não foi possível executar as entrevistas com todos os estudantes, pois não conseguimos ter o contato de todos, além de muitos não estarem morando mais na cidade de Serrinha. Para identificação da responsável pela COOPEISE utilizamos **Gestora**, e para identificação dos alunos utilizamos **Estudante A, Estudante B, Estudante C, Estudante D** respectivamente, como forma de preservar a identidade dos mesmos.

Com relação ao perfil dos alunos que foram entrevistados temos que todos foram do sexo feminino com idades que variam entre 24 e 26 anos de idade, sendo que todos foram estudantes da Cooperativa de Educação e ingressaram ao nível superior em variados cursos que vão desde Pedagogia, Administração, Serviço Social, até Nutrição e Serviços Contábeis. Já com relação ao perfil da responsável pela COOPEISE, é do sexo feminino e atua na gestão da Cooperativa a mais ou menos 11 anos é graduada em Pedagogia e Pós-Graduada em Psicopedagogia.

Todo esse caminho trilhado e os procedimentos utilizados foram importantes para obtenção de dados concretos com relação ao objeto de estudo, no caso a COOPEISE, além de ter também influenciado na compreensão e interpretação das informações coletadas.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção teve por objetivo analisar, descrever os dados coletados durante a realização da pesquisa de campo com as entrevistas a fim de compreender de que forma as cooperativas de educação contribuem para o ingresso de alunos ao nível superior.

Mas, antes de nos reportar as questões específicas da análise dos dados, é interessante compreendermos a sua importância dentro da pesquisa. Segundo Ludke; André:

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, [...] e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45)

A análise de dados é uma fase muito importante dentro da pesquisa, pois ela possibilita o pesquisador a estar analisando, tratando de forma muito mais detalhada todas as informações que foram coletadas no campo, possibilitando a compreensão acerca dos dados e a posterior interpretação dos mesmos, buscando dessa forma tentar solucionar o problema.

A entrevista realizada com a Responsável pela Cooperativa seguiu os seguintes questionamentos: Como e quando surgiu a COOPEISE? Qual objetivo da Cooperativa? Como a Cooperativa está estruturada? Quais as modalidades de ensino oferecidas pela Cooperativa? Como se dá o processo de gestão da Cooperativa? Em sua opinião, de que forma a Cooperativa de Educação contribui para o ingresso de alunos ao nível superior? Você acredita que por ser uma Cooperativa, trabalha de forma diferenciada das outras instituições escolares? Em sua opinião, quais os fatores positivos e negativos da Cooperativa de Educação com relação à influência da mesma para o ingresso de alunos ao nível superior?

Quando questionada sobre o surgimento da COOPEISE, a gestora relatou que inicialmente existia o ISE (Instituto Serrinhense de Educação), por questões financeiras o ISE iniciou um processo de falência, diante disso, pais e funcionários reuniram-se em busca de salvar a instituição, dessa forma viram como solução para tal problema, a formação de uma cooperativa que depois passou a chamar-se COOPEISE (Cooperativa de Educação Integral Serrinhense). Em dezembro do ano de 2003 iniciou o processo de formação da cooperativa, em 2004 passou a funcionar como escola e no ano de 2007 obteve a autorização para total funcionamento.

O objetivo da COOPEISE é estar desenvolvendo juntamente com pais e alunos a cooperação, num processo que visa o aprimoramento das inteligências múltiplas, proporcionando a formação de trabalhadores espiritualmente fortes e coletivamente organizados. A COOPEISE também busca uma formação

humanística, preparando os alunos para atuarem com qualificação e profissionalização no mercado de trabalho, para o ingresso nas universidades/faculdades, e o principal formando-os para a vida.

Existem diversos tipos de cooperativas de educação e a COOPEISE está enquadrada nas Cooperativas formadas por pais de alunos ou responsáveis e funcionários, que foram os próprios fundadores. A gestora nos relatou que para que os pais possam matricular seus filhos na COOPEISE é necessário que eles se associem à cooperativa, pois, caso não forem associados não poderiam efetuar a matrícula. O mesmo ocorre com os professores e funcionários, para trabalharem na instituição é imprescindível que se associem à cooperativa, pois se não for dessa forma, conseqüentemente não poderiam ter esse vínculo empregatício. Segundo a gestora a cooperativa oferece desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, sendo que a cooperativa tem autorização para abrir até cursinho pré-vestibular ou mesmo cursos técnicos, independentes da escola.

No tocante ao contexto de gestão da cooperativa, na COOPEISE ocorre de forma democrática e com a participação de todos, as reuniões ocorrem através de assembléias, essas assembléias atuam como se fosse um conselho escolar de uma instituição formal. Elas ocorrem num intervalo de um a dois meses, dependendo da necessidade da instituição. De acordo Valadares:

As cooperativas são organizações empresariais que têm no **trabalho associativo** e na **gestão democrática** seus principais pontos de identificação. Sua característica central é que todo associado tem total e igual direito de participar em todas as decisões. Em virtude dessa particularidade, a estrutura de poder nas cooperativas baseia-se em procedimentos democráticos. (VALADARES, 2005, p. 68)

Diante dessa colocação de Valadares (2005), podemos perceber o quão importante é o compromisso que não somente a direção, mas o corpo docente, funcionários e pais de alunos, devem ter com relação à forma como deve ocorrer à gestão dentro de uma cooperativa.

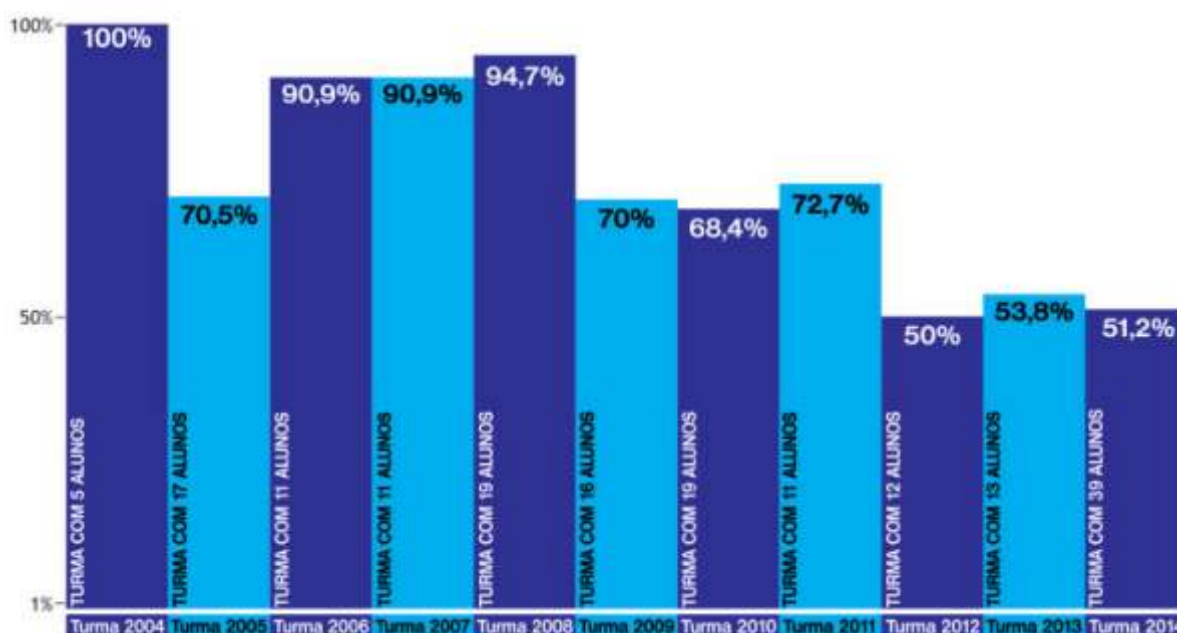
Uma gestão além de ser democrática, tem que ter qualidade, pois dela depende a qualificação e profissionalização dos estudantes. A COOPEISE se enquadra nesse contexto, ela trabalha dentro dos critérios que as universidades/faculdades exigem no que se refere a conteúdo, nível de desenvolvimento intelectual, como ocorre também em instituições formais, o diferencial é forma como a cooperativa desenvolve o trabalho, com inovações

metodológicas, como seminários, debates, projetos que auxiliam os alunos nas discussões sobre situações do cotidiano ou que acontece na sociedade, abrindo conseqüentemente um leque, uma visão mais crítica, ampla da realidade, isso favorece ao aprendizado do aluno, pois este se torna mais crítico. Essa liberdade de discutir, de questionar, opinar é uma das características da COOPEISE.

De acordo aos relatos dos estudantes entrevistados percebemos que todos acreditam que o ensino da COOPEISE, ou seja, a sua grade curricular, procede da mesma forma que em outras instituições, mas com o diferencial das relações interpessoais, da gestão democrática, da cooperação e comunhão.

Segundo os estudantes e a gestora, a COOPEISE não possui nenhum aspecto negativo, ao contrário, só aspectos positivos como preços mais acessíveis, professores competentes e comprometidos, com a formação de alunos cada vez mais críticos, atuantes, capacitados e qualificados para o mercado de trabalho e para vida.

A partir de nossa análise e dos dados coletados esquematizamos um gráfico que retrata o percentual de alunos da COOPEISE das turmas de 2004 á 2014 que ingressaram ao nível superior. Como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração Própria, 2015

Diante do gráfico exposto, podemos perceber o grau de evolução na quantidade de alunos que ingressaram ao nível superior na COOPEISE, de 2004 a 2008, podemos notar que o percentual de aprovação não sofreu tantas mudanças,

diferentemente do período de 2009 a 2014 onde a média de aprovação foi decrescendo.

Com relação ao período de 2004 á 2008 onde a taxa de aprovação foi maior, os estudantes relataram que buscaram ingressar no nível superior devido o mercado de trabalho está cada vez mais exigente no que se refere a aperfeiçoamento e qualificação, diante disso, viram a importância de estudar, ter uma profissão que consequentemente possibilitaria ter uma vida estabilizada com crescimento pessoal e financeiro garantindo assim um melhor estilo de vida.

Para explicar o motivo pelo qual houve uma diminuição no percentual de inserção de alunos ao nível superior, a gestora nos relatou que na atualidade o principal desafio da escola está sendo em lidar com as novas tecnologias (WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter, dentre outros) que desprendem a atenção dos alunos para os estudos, esses elementos fazem com que os alunos não busquem com tanta efervescência estar estudando, se aprimorando, aperfeiçoando para ingressarem ao nível superior e tornarem-se futuros profissionais. Por isso, a COOPEISE busca trabalhar de forma distinta, com conteúdos, projetos diferenciados para, com isso, estimular os alunos a aprender de forma mais ampla e crítica.

Outro fator relevante que também influenciou na redução da taxa de alunos que ingressaram ao nível superior segundo a gestora e os estudantes entrevistados, é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), este por sua vez, vem se tornando um dos maiores instrumentos de inserção de alunos ao nível superior. Criado em 1998 o ENEM tinha como proposta inicial analisar e avaliar o desempenho dos alunos concluintes do ensino médio, mas nos últimos anos essa proposta mudou e o ENEM passa a englobar não somente os alunos concluintes do ensino médio, como a massa da população, jovens, adultos, provindos de escolas públicas, particulares, ou mesmo que já ingressaram em algum nível superior, podem estar realizando a prova do ENEM e concorrendo as vagas para ingresso nas universidades/faculdades. Esse fator reflete também na redução do ingresso de alunos ao nível superior, pois agora esses alunos não somente concorrem com aqueles que também concluíram o ensino médio, mas com a população em geral isso faz com que o número de vagas tenda a diminuir.

Outro dado importante a ser ressaltado é a variedade de cursos a qual os estudantes da COOPEISE ingressaram como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Cursos de Graduação por quantitativo de alunos que ingressaram  
 (Base no total de 120 alunos)

<b>Cursos</b>	<b>Números de Aprovação</b>	<b>Percentual de Alunos (%)</b>
Educação Física	6	5%
Direito	13	10,8%
Administração	10	8,3%
Enfermagem	14	11,6%
Geografia	4	3,3%
Engenharia Civil	5	4,1%
Espanhol	1	0,8%
Medicina	8	6,6%
Pedagogia	9	7,5%
Biologia	3	2,5%
Matemática	1	0,8%
Odontologia	7	5,8%
Química	1	0,8%
Nutrição	4	3,3%
Física	1	0,8%
Fisioterapia	7	5,8%
Serviço Social	3	2,5%
Análise de Sistema	3	2,5%
Engenharia Ambiental	1	0,8%
Engenharia Elétrica	3	2,5%
Ciências Contábeis	6	5%
Geofísica	1	0,8%
Psicologia	4	3,3%
Ciências da Computação	1	0,8%
Farmácia	2	1,6%
Engenharia de Pesca	1	0,8%
Engenharia Agrônoma	1	0,8%

Fonte: Elaboração Própria, 2015

A tabela apresentada acima mostra o percentual de aprovação de alunos da COOPEISE por curso. Diante dela, percebe-se que os cursos que tem maior aprovação é Enfermagem com 11,6%, Direito com 10,8%, seguido de Pedagogia com 7,5% e Medicina com 6,6%. Podemos notar que os cursos da área da saúde e de advocacia ainda são os mais procurados especialmente por questões históricas, pois, no início do século XX, quando as primeiras universidades foram criadas através da fusão de escolas já existentes, os cursos de bacharéis em Direito e Medicina eram os mais valorizados e que tinham o maior prestígio.

O que nos chama atenção é que ainda há procura para área da educação, pois o curso de Pedagogia ocupa a terceira posição, com 7,5%, maior que Medicina, isso mostra que mesmo sendo um curso que sofre bastante com o preconceito, por existir pessoas que não acreditam mais na educação e que através

dela podemos crescer profissionalmente e com boa remuneração, existem ainda aquelas que creem, confiam na formação de profissionais docentes.

Dessa forma, compreende-se que é essencial que haja transformações nas relações sociais vigentes, pois através dela pode-se reorganizar o mundo do trabalho e a participação efetiva de todos na sociedade, respeitando aspectos culturais, políticos e econômicos, mas buscando uma melhor qualidade de vida, com uma sociedade mais justa e igualitária, com escolas de qualidade, que primem pela ascensão do aluno e por sua formação ética e moral.

## **6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O referente trabalho não tem a intenção de ser conclusivo, ao contrário, ele busca gerar mais discussões e reflexões acerca das cooperativas de educação e suas contribuições no ingresso ao nível superior, pois acreditamos que essa temática ainda tem muito a ser discutida.

É importante ressaltar que o tempo em campo não foi suficiente para poder coletar os dados referentes a todos os alunos que estudaram na cooperativa e que ingressaram em universidades/faculdades, mas mesmo assim os dados que foram coletados são suficientes para mostrar a atual realidade desse tipo de cooperativas, apresentando reflexões acerca do trabalho desenvolvido, contribuindo para a discussão a respeito do tema Contribuições das Cooperativas Educacionais no Ingresso ao Nível Superior: o caso da Coopeise.

Em relação ao objetivo geral verificou-se a grande aplicabilidade da Coopeise no ingresso de alunos ao nível superior, pois a mesma busca uma formação que promova o desenvolvimento das inteligências múltiplas dos alunos, transformando-os em trabalhadores espiritualmente fortes e coletivamente organizados, esses elementos são essenciais não somente para inserção em universidades/faculdades, mas com o objetivo de formar pessoas para a vida em sociedade.

Esses fatores interferiram de forma positiva no primeiro e segundo objetivo específico, pois além de trabalhar com comunhão, cooperação, coletividade, a Coopeise também desenvolve inovações metodológicas, com seminários, debates, palestras, projetos, fortalecendo o aprendizado do aluno tornando-o mais crítico, atuante, capacitado e qualificado para o mercado de trabalho e para vida, pois essa



liberdade de discutir, de questionar, opinar é uma das características da escola que os alunos levarão por toda vida. Esses elementos ademais respondem a nossa questão norteadora, pois verificamos através das entrevistas e dos dados coletados, que a contribuição da Coopeise para o ingresso de alunos ao nível superior ocorre da forma já explicitada acima.

Portanto, diante os resultados da pesquisa, compreende-se ser essencial a construção de novas cooperativas de educação no município de Serrinha, pois constata-se que essas cooperativas promovem informação, formação e uma educação de qualidade, com professores capacitados, menores preços e com o diferencial, trabalhando de forma mais humanística, com princípios de cooperação, união e solidariedade, fatores estes essenciais para vida do ser humano.

Acredita-se que esta pesquisa traz contribuições importantes para o campo da educação e do cooperativismo, pois apresenta informações e proporciona reflexões a respeito de uma temática que não é nova, mas que ainda não é tão disseminada. A percepção dessas reflexões não foi muito fácil, pois requereu um trabalho árduo, que foi desde a escolha do tema até a realização da pesquisa de campo.

Contudo, finaliza-se o estudo reconhecendo os desafios enfrentados, entretanto foi importante para o aprofundamento e aprimoramento do conhecimento acerca das cooperativas educacionais. Ainda tem muito a ser discutido sobre essa temática, por isso acredita-se que ainda há a necessidade de ampliação da pesquisa.

Este trabalho destina-se a professores, alunos, a todo corpo escolar e comunidades que queiram estar utilizando-o como instrumento de reflexão e aprofundamento do conhecimento a respeito das contribuições das cooperativas educacionais no ingresso de alunos ao nível superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 06 abril 2015

BRASIL, **Lei nº 5.764, de 16 dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras

providências. Brasília, 1971. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)>. Acesso em: 06 abril 2015.

BRASIL, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 10 abril 2015.

EDUCACIONAL, **História da Cooperativa**. Disponível em:  
<[http://www.ocb.org.br/site/ramos/educacao\\_historia.asp](http://www.ocb.org.br/site/ramos/educacao_historia.asp)>. Acesso em 30 abril 2015.

FROÉS, Oswaldo. **Cooperativas de educação**. São Paulo: Mackenzie: Forense Universitária, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação**: a revolução necessária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

VALADARES, J.H. **Teoria Geral do Cooperativismo**. 1ª versão. Viçosa, MG: UFV. Pós-Graduação em cooperativismo, 2005.

## **CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE – CACHOEIRA-BAHIA-BRASIL.**

**Alberto Viana de Campos Filho; Crispiniano de Assis Costa; Tatiana Ribeiro  
Velloso; Vanderson Sales dos Santos<sup>143</sup>**

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivos demonstrar os principais pontos de convergência entre a economia solidária e a educação do campo como políticas públicas e campos do conhecimento, descrever como o conhecimento popular em economia solidária do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguaape foi inserido no componente cooperativismo e economia solidária da Licenciatura em Educação do Campo da UFRB e apresentar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária como uma política que pode contribuir para o fortalecimento das experiências de economia solidária desenvolvidas no Território. Conclui-se que se forem ofertados cursos sob amparo dessa política, voltados para o fortalecimento dos núcleos de produção do Território, esses deverão trazer como resultados a elevação do nível de escolaridade dos sujeitos das comunidades, a qualificação das atividades produtivas locais naquilo que têm necessidade de aprimoramento, e a partilha com outros sujeitos do que a comunidade já têm como prática de excelência.

**PALAVRAS CHAVES:** Educação do Campo, Economia Solidária, Território Quilombola

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho trata das relações entre a economia solidária e políticas de educação do campo no contexto do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguaape, localizado no município de Cachoeira-Bahia-Brasil. O estudo tem como objetivos demonstrar os principais pontos de convergência existentes entre a economia solidária e a educação do campo como políticas públicas e campos do conhecimento, descrever como o conhecimento popular em economia solidária do Território foi inserido no componente cooperativismo e economia solidária da

---

<sup>143</sup> Alberto Viana de Campos Filho – mestrando em Educação do Campo na UFRB – [albertovcfilho@hotmail.com](mailto:albertovcfilho@hotmail.com); Crispiniano de Assis Costa é discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRB - [crispinianoassis@gmail.com](mailto:crispinianoassis@gmail.com); Tatiana Ribeiro Velloso é professora adjunta da UFRB - [vellosotatiana@gmail.com](mailto:vellosotatiana@gmail.com); Vanderson Sales dos Santos é discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRB - [vandersonreconcavo@gmail.com](mailto:vandersonreconcavo@gmail.com).

Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO – UFRB e apresentar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA como uma política de educação do campo que pode contribuir para o fortalecimento das experiências de economia solidária desenvolvidas no Território, destacando o Núcleo de Turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, e de observações da vivência dos autores, com a temática na universidade e nas comunidades pertencentes ao Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape durante os trabalhos de extensão e pesquisa dos autores Alberto Viana de Campos Filho e Tatiana Ribeiro Velloso e da vivência dos autores Crispiniano de Assis Costa e Vanderson Sales dos Santos, como alunos da Licenciatura em Educação do Campo da UFRB no tempo comunidade e como moradores e sujeitos dos processos de economia solidária do local.

## **2 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE**

As comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape estão localizadas no município de Cachoeira no Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Essas comunidades ocupam a região há vários séculos e foram formadas por negros escravizados fugidos e libertos das fazendas da região constituindo um território quilombola. São 14 comunidades (Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba) onde vivem 3.500 pessoas, organizadas em um conselho que realiza reuniões mensais itinerantes com o objetivo de discutir e deliberar sobre os assuntos de importância do território quilombola. Atualmente esse conselho tem articulado outras comunidades quilombolas de todo o Território Recôncavo Baiano e realizado processos de incidência política de forma conjunta.

As comunidades mantêm diversos aspectos da cultura ancestral incluindo a religiosidade de matriz africana, o trabalho coletivo, a harmonia com a natureza, a música, as indumentárias e a gastronomia.

Estão situadas no entorno da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (onde tem assento em seu conselho deliberativo), cujas águas e manguezais fornecem pescados e mariscos para o autoconsumo e para a venda.

Com relação a produção agrícola e não-agrícola se organizam sob os princípios da economia solidária, através de núcleos produtivos coletivos de produção de azeite de dendê, cultivo de ostra, apicultura, plantas medicinais, artesanato e turismo étnico de base comunitária, onde recebem visitantes do Brasil e do exterior para convivência com a comunidade em roteiros temáticos e durante a realização anual da Festa da Ostra. Esses núcleos são entendidos como empreendimentos econômicos solidários, cuja estratégia de geração de trabalho e renda, inclui o Banco Solidário Quilombola do Iguape, que faz circular a moeda social Sururu em todo o território quilombola.

Os quilombolas também coordenam outras iniciativas de valorização da sua cultura como o Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape-CECVI, o Ponto de Cultura Expressão da Cidadania Quilombola, a Companhia de Dança quilombola Vale do Iguape e o Grupo de Samba de Roda Suspiro do Iguape.

Todas as experiências de autogestão do Território seguem princípios da valorização e da apropriação da experiência de vida e de trabalho, através do respeito e reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios e de um processo contínuo de educação e trabalho, voltado para a preservação e conservação do meio ambiente das comunidades quilombolas.

### **3 CONVERGÊNCIAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O primeiro objetivo específico deste artigo é demonstrar os principais pontos de convergência existentes entre a economia solidária e a educação do campo como campos do conhecimento e como políticas públicas. Para isso apresenta-se uma caracterização desses campos em separado e depois seus elementos comuns a partir de princípios, valores e práticas, que foram identificados em publicações científicas, normativos de políticas públicas e em documentos elaborados pelos fóruns organizados da sociedade civil enquanto sujeitos coletivos de direitos.

A economia solidária pode ser considerada um movimento de diversidade econômica e social, que embora se desenvolva sob o modelo de produção capitalista a ela se contrapõe como alternativa de relações de produção, compra, venda, poupança, troca e de socialização e construção de saberes, com base na

solidariedade, na autogestão, na cooperação, na reciprocidade, na valorização da diversidade, da cultura e do meio ambiente.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, do governo federal:

[...] compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão[...] No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc.[...] (BRASIL, 2014, p.1).

A economia solidária se materializa através de empreendimentos formais e não formais, muitas vezes organizados em redes, nas mais diversas atividades produtivas, no campo e na cidade, incluindo grandes empresas recuperadas. São experiências constituídas pela classe trabalhadora como modo de vida não capitalista dentro do modo de produção capitalista. Estas experiências também podem se articular em fóruns e conselhos em diferentes instâncias e pautam os governos periodicamente com suas bandeiras de luta. Inclui também como protagonistas os gestores públicos e as instituições de assessoria e fomento.

Sobre a economia solidária no Brasil Harnecker (2012) considera que os empreendimentos:

[...] cuenten com el apoyo de políticas públicas que les faciliten asesoramiento técnico y ético, aprovechando las valiosas capacidades con que cuentan las universidades[...] (HARNECKER, 2012, p. 21)

Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Solidários, que tem como objetivo montar um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), com a finalidade de disponibilizar à sociedade dados sobre as dimensões que caracterizam esses empreendimentos, para fins de elaboração de programas e políticas públicas, e é realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ainda em construção, mostra que o Brasil tem 19.708 empreendimentos solidários, sendo 10.793 rurais, 6.856 urbanos e 2.058 urbanos e rurais. Na Bahia são 1.452 empreendimentos distribuídos entre 109 urbanos e rurais, 1.153 rurais e 190 urbanos (BRASIL, 2013).

Os empreendimentos econômicos solidários no meio rural são predominantemente aqueles da agricultura familiar, associações e cooperativas, e

que produzem mais alimentos e geram mais trabalho com uso de menos terra, do que as culturas do agronegócio, que são tidas apenas como mercadorias e com foco no lucro, ao contrário da agricultura familiar que representa, sobretudo a reprodução da sua própria existência. Alguns inclusive praticam o turismo comunitário, como o Núcleo de Turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade de iniciativa da comunidade quilombola do Kaonge.

A educação do campo pode ser considerada como um campo do conhecimento do ensino, pesquisa e extensão no âmbito das ciências da educação, uma política pública e um movimento de produção e socialização de conhecimentos populares e científicos surgido e mantido pela luta dos movimentos sociais do campo brasileiro.

Compreende o processo de reivindicação pelo acesso e a prática da educação não formal, escolar e profissional vinculada à questão agrária, ao trabalho como princípio educativo, à história, à cultura e à transformação da sociedade, da educação básica até ao ensino superior, de forma democrática e em busca da sua universalização.

O Decreto Federal de Nº 7.352, instituído em 4 de novembro de 2010, pela presidência da república, dispõe sobre a política de educação do campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, que apresenta no seu artigo 2º princípios da educação do campo do ponto de vista do Estado:

- [...] I– Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II- Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV- Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V- Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010, p.2).

É uma educação historicamente problematizadora, dialógica e participativa construída pelos trabalhadores e para a classe trabalhadora do campo, com alternância de tempos e espaços. Entende os camponeses como portadores de conhecimentos tradicionais que vão se somar aos conhecimentos científicos nos processos de educação formais e não-formais, daí o tê-los também como educadores do campo, independente do grau de acesso a processos de escolarização que tenham obtido, que por sinal lhes foi sempre negado pelo estado.

Tem como uma das conquistas a existência de políticas públicas específicas como: inclusão no FUNDEB dos Centros Familiares de Formação por Alternância, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo-PROCAMPO e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Pode-se afirmar também que a publicação da Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica é uma conquista, que vem complementar as da educação do campo nas suas especificidades, e a ela não se contrapõe.

Ao analisar os documentos de cada campo verificou-se que vários elementos são comuns entre esses dois campos do conhecimento, e que podem e devem ser incentivados nas comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, incluindo aí as escolas do campo situadas no seu perímetro, como atividades contra hegemônicas.

Entre eles destacam-se: a autogestão, a solidariedade, a cooperação, a busca pela qualidade de vida dos envolvidos, os protagonistas como os trabalhadores organizados, a emergência a partir dos setores populares, a centralidade no ser humano e no trabalho, a valorização do modo de vida camponês e comunitário, a abordagem e respeito à diversidade de culturas, gerações, gênero, raça, etnia, a luta por políticas públicas, o desenvolvimento integral na perspectiva da multidimensionalidade e finalmente a preocupação e implicação com a questão fundiária e com a questão ambiental.

Dessa forma, observando-se as características do modo de vida das comunidades do Território Quilombola em estudo e as características da economia



solidária e da educação do campo, entende-se os jovens e adultos do Território como sujeitos da economia solidária e sujeitos da educação do campo.

#### **4 CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A UFRB tem um histórico de atuação junto às comunidades quilombolas, sendo considerada a mais negra do país, especialmente nos programas de educação do campo, como o PROCAMPO e dispondo do único mestrado profissional do país em Educação do Campo, e mais recentemente pactuou o seu primeiro curso de graduação no âmbito do PRONERA. Possui também expertise em educação, pesquisa e extensão na área de economia solidária e desenvolvimento territorial através do curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, e das ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB, e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e da participação do Colegiado do Território do Recôncavo.

Essa atuação qualifica a instituição para atender a demanda de processos formativos no âmbito da economia solidária para os sujeitos do campo envolvidos com a temática do turismo comunitário praticado em comunidades quilombolas e nas demais beneficiárias do PRONERA, e que nunca tiveram acesso a cursos de qualificação para as atividades do turismo com o enfoque da economia solidária e do desenvolvimento territorial sob o enfoque da educação do campo.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), instituído pelo Ministério da Educação-MEC em 2009, apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Envolve cursos de licenciatura específicos em educação do campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. É voltado para professores em exercício nos sistemas públicos de ensino que atuam nas escolas rurais e não tem habilitação legal para a função (Licenciatura), para educadores que têm experiência e/ou atuam em educação do campo e para jovens e adultos das comunidades do campo.

O PROCAMPO foi iniciado em 2012 na UFRB, tendo instalado no campus Feira de Santana dois cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) com habilitações em Matemática e em Ciências Naturais. Ambos, tem como um dos componentes obrigatórios o Cooperativismo e Economia Solidária, tendo como titular a Professora Tatiana Ribeiro Velloso, que visa elevar o pensamento teórico dos estudantes sobre esses temas, e oportunizar que o saber popular das comunidades que já praticam economia solidária seja problematizado em sala de aula.

No ano de 2015 na execução do componente referenciado na LEDOC, o autor Alberto Viana realizou sua experiência docente sob orientação da professora Tatiana Velloso. Durante o componente foi programado um seminário interno integrando as quatro turmas atuais, com cerca de 200 alunos presentes, onde os autores deste artigo Vanderson Sales e Crispiniano de Assis, como estudantes regulares do curso apresentaram para os demais estudantes e professores as experiências autogeridas dos núcleos de produção do território quilombola aqui estudado.

A apresentação da experiência desses estudantes foi uma contribuição ao fortalecimento da economia solidária no Território por oportunizar que o saber popular das comunidades que já praticam economia solidária fosse problematizado em sala de aula como contribuição ao saber dos discentes e docentes do curso, que embora sejam do campo, nem sempre trabalham sob os princípios da economia solidária ou não se reconhecem como.

Como resultados dessa experiência Vanderson e Crispiniano relataram que foi uma a oportunidade de firmar a identidade quilombola na universidade, levar a informação a pessoas de outras comunidades sobre os ganhos do trabalho coletivo, ver que o currículo do curso valoriza a cotidianidade da comunidade quilombola, além de ter representado uma forma de poder expressar de forma autônoma o que um estudante quilombola pensa e faz, se sentido como educadores do campo na universidade. Concluem que mostraram que os elementos da cultura quilombola tem valor reconhecido no ambiente acadêmico da UFRB, como a liberdade, autonomia e capacidade de viver e amar uns aos outros sem escravizar e ser escravizado, transformando todo sofrimento em paz e alegria.

Outra experiência de contribuição da UFRB para a economia solidária do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape ocorreu no âmbito do mestrado em

educação do campo, no componente curricular o Cooperativismo e Projeto Popular da Agricultura Camponesa, tendo como titular a professora Tatiana Velloso, e como discente o autor Alberto Viana.

Este discente apresentou o seu conhecimento adquirido na vivência no território quilombola, durante os últimos três anos, para os colegas do curso (principalmente formados em pedagogia) que não tinham uma visão prática da economia solidária e da cotidianidade de uma comunidade quilombola, e da interrelação dos sistemas de produção agrícolas e não agrícolas, e com o ponto de cultura e com a escola quilombola.

Depois foi mostrado como a comunidade do território tornou-se sujeita na pesquisa de mestrado do discente, enquanto pesquisa-ação; e como o discente e a titular do componente divulgaram a experiência de economia solidária do Território através de artigos científicos em dois congressos internacionais, a saber, o Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado na USP em 2014 e o I Congreso Internacional de Marketing, Desarrollo Local y Turismo, realizado na Universidad de Pinar del Río, em Cuba, em 2015.

## **5 POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A execução da política do PRONERA através da UFRB pode oferecer diversas possibilidades de processos educativos voltados para os sujeitos do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape que venham a fortalecer a economia solidária local.

Santos (2012) relatou que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA foi criado em 1998 por uma portaria do extinto Ministério Extraordinário de Política Fundiária, num momento em que os movimentos sociais aproveitaram bem um ambiente favorável a pautar a reforma agrária (após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás) em face da constatação de índices de analfabetismo e escolarização muito baixos nos assentamentos, em relação à média verificada no campo.

Mas só em 2009 o PRONERA foi instituído em lei, regulamentada em 2010 pelo decreto nº 7.352. O programa é coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento

Agrário-MDA, e é voltado para jovens e adultos de assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e comunidades extrativistas do entorno das RESEX, e em alguns cursos pode haver a inclusão em cursos específicos de técnicos da assistência técnica e extensão rural-ATER, de servidores do INCRA e de estudantes egressos de cursos superiores.

Sob a égide desse decreto o PRONERA passa a compreender o apoio a projetos em seis áreas a saber:

[...] alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental... formação profissional conjugada com ensino de nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação...capacitação e escolaridade de educadores...formação continuada e escolarização de professores de nível médio na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação...produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos...realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do PRONERA[...] (BRASIL, 2010, p.5)

Em consulta aos membros do Conselho Quilombola das Comunidades da Bacia e Vale do Iguape constatou-se que os jovens e adultos das comunidades estudadas nunca tiveram acesso à política do PRONERA. Também foi constatado que a maior parte dos jovens e adultos do território não tiveram acesso a cursos técnicos e superiores em universidades públicas. A partir disso os autores do artigo iniciaram uma discussão na comunidade do Kaonge de construção de demandas qualificadas de cursos sob amparo do PRONERA que venham a elevar o nível de escolaridade de jovens e adultos das comunidades, complementar a escolaridade dos educadores das escolas locais e contribuir para o fortalecimento da economia solidária, como a política do PROCAMPO já faz.

Esses cursos tanto envolveriam os jovens e adultos residentes no Território, como também os técnicos da ATER e da economia solidária e de órgãos governamentais que atuam nas comunidades, e os educadores das escolas do campo que tenham ou não formação superior.

Esse desejo foi expressado por lideranças da comunidade do Kaonge por verificarem que muitos técnicos e estudantes que atuam na comunidade não tem conhecimento teórico e prático para lidar com as especificidades locais, como na gestão dos empreendimentos econômicos solidários, como o Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade.

Assim, considerando a experiência da UFRB na educação do campo, na temática da economia solidária e do cooperativismo solidário e na formação de parcerias, e sabendo que essa demanda do Kaonge encontra ressonância em outros sujeitos beneficiários do PRONERA como os assentamentos de reforma agrária que praticam o turismo comunitário no Recôncavo e em outras regiões, os autores do artigo Tatiana Velloso e Alberto Viana sugeriram às comunidades iniciarem um primeiro processo formativo através de um curso baseado na pedagogia da alternância voltado para a temática da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário, na forma de curso de pós-graduação para os detentores de diploma de curso superior e na forma de curso de extensão para os não detentores desse diploma

## **6 CONCLUSÃO**

Conclui-se que se forem ofertados processos formativos específicos sob amparo do PRONERA, voltados para o fortalecimento dos diferentes núcleos de produção do Território Quilombola, e que considerem o trabalho associado como princípio educativo, esses cursos deverão trazer como resultados a elevação do nível de escolaridade dos jovens e adultos das comunidades, a qualificação das atividades agrícolas e não-agrícolas locais naquilo que têm necessidade de aprimoramento, e a partilha com outros sujeitos do que a comunidade já têm como prática de excelência, fortalecendo assim os processos internos da economia solidária.

No caso da formação em turismo, poderão ser realizados cursos no nível médio em Técnico em Guia de Turismo, e de nível superior em Tecnólogo em Gestão de Turismo ou de Bacharel em Turismo e Hotelaria, ou ainda cursos de pós-graduação, como o por ora proposto e aceito pelos membros do Território Quilombola aqui estudado, que farão da concepção, da execução e da avaliação do curso, como sujeitos de direitos e protagonistas da economia solidária e da educação do campo.

## **REFERÊNCIAS**

ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. **Por Uma Educação do Campo: Declaração 2002.** In Educação do Campo, Identidade e Políticas Públicas. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 4. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2002, 92 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Brasília, 2010.40 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília, Ministério do Turismo, 2010b.88 p.

\_\_\_\_\_.Ministério do Trabalho e Previdência Social. Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES. **Atlas Digital da Economia Solidária,** 2013. Disponível em: < <http://atlas.sies.org.br>>. Acesso em 30 outubro de 2015.

\_\_\_\_\_.Ministério do Trabalho e Previdência Social. **O que é economia solidária.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.Acesso em 30 outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação do Campo.** In Alentejano, P. et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo.*Brasília: Expressão Popular, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária.** Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60). Acesso em: 30 outubro de 2014.

HARNECKER, C. P. **Cooperativas Y Socialismo, Uma mirada desde Cuba.** Org.: Harnecker, C.P. Havana, Editorial Caminos, 2012, 420 p.

SANTOS, C.A. **Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB.** Brasília; Líber Livro Editora Ltda, 2012, 202p.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E O PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uirá Santa Bárbara Oliveira <sup>144</sup>

**Resumo:** Ao longo dos últimos anos, a Economia Solidária tem ganhado força como alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável frente ao capitalismo feroz e desigual do mercado globalizado em todo o mundo. No Brasil, as Políticas Públicas voltadas ao fortalecimento dos empreendimentos solidários tendem a trazer resultados positivos com o Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária, lançado em 2015 e com linhas de ação estruturadas e focadas em criar condições financeiras e de produção e comercialização para os empreendimentos. A expectativa é de que as Políticas Públicas nessa área no período de 2015 a 2019 permitam práticas integradas e mais eficazes.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Sustentabilidade, Políticas Públicas.

### 1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, as organizações estão inseridas em uma nova dinâmica de mudanças constantes e permanentes. O que, ontem, era considerada uma grande inovação tecnológica, amanhã já poderá ser considerado algo ultrapassado e inútil. As mudanças ocorrem em alta velocidade e os gestores precisam, cada vez mais, serem flexíveis para adaptarem-se no mesmo ritmo imposto às empresas e conseguir garantir a sobrevivência das organizações.

O mundo vem sofrendo mudanças profundas, sejam sociais, políticas, ambientais etc., causadas por diferentes fatores, sejam aqueles resultantes do próprio movimento da humanidade, sejam oriundos das pesquisas e das novas tecnologias, ou aquelas provenientes do uso inadequado dos recursos naturais. Merecem destaque as mudanças ambientais, geradas pelas relações consideradas por muitos como inadequadas da humanidade com a natureza. Homem e natureza não devem ser considerados como elementos distintos, mas partes de uma unidade orgânica na qual o homem necessita do meio ambiente e vice versa.

---

<sup>144</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana com especialização em Marketing e Gestão Estratégica pela Faculdade de Ciências Educacionais da Bahia. Atualmente mestrando em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: usbo@live.com

Da mesma forma, o sistema capitalista e a busca incansável pelo lucro e resultados financeiros tem esgotado a harmonia social em todo o mundo, principalmente nos países considerados em desenvolvimento, a níveis tão baixos que as ações governamentais não tem sido capazes de amenizar os problemas causados pela desigualdade.

Precisa-se agora pensar não mais apenas no momento presente, e sim, mais que tudo, nas ações que refletirão seus impactos para as populações no futuro. Com isso, os países e governos passam por uma reorganização das funções governamentais com políticas públicas cada vez mais voltadas para a Sustentabilidade e o bem estar comum, passando por áreas como saúde, educação e meio ambiente.

Num mesmo contexto, a redução da desigualdade social continua sendo um dos maiores desafios, não só do poder público, mas da sociedade como um todo. Cerca de um bilhão de pessoas ainda vivem abaixo da linha de pobreza em todo o mundo e metade de toda a renda global está concentrada nas mãos de apenas 8% da população mais rica (ONU, 2014). A busca por um meio de inserção dos menos favorecidos em um patamar de mínimas condições de qualidade de vida é o desafio da maioria dos países, principalmente aqueles considerados “em desenvolvimento”.

A discussão sobre princípios econômicos menos prejudiciais à harmonia social fortalece o desenvolvimento da ES, através de empreendimentos que prezam pela união e cooperação frente à busca incansável ao lucro dos empreendimentos capitalistas.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. (SINGER, 2002, p. 9).

A criação e fortalecimento de Políticas Públicas nesse sentido surgem como uma estratégia de suma importância para o processo de desenvolvimento de ações no âmbito econômico com menor impacto social, prezando pelo bem comum e a sustentabilidade.



## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender o conceito de políticas públicas, faz-se necessário entender alguns outros conceitos que são base para uma melhor interpretação do que será discutido. Um dos conceitos fundamentais é o conceito de poder. Giddens (2008, p. 33) trabalha este conceito em um sentido generalizado como “a capacidade transformadora, a capacidade de intervir em um determinado cenário de eventos de forma a alterá-los”. As relações de poder estão presentes na formação dos grupos sociais e da sociedade.

O poder está em toda parte, assim, suas manifestações particulares não são interessantes. Todos os Estados são pirâmides de poder, não há razão para diferenciá-los em termos de suas qualidades ou características específicas. (GIDDENS, 2008, p. 54 e 55).

Parsons (1979, p. 21) acrescenta que deve se entender este conceito levando em consideração como núcleo central à capacidade que as pessoas ou grupos sociais possuem de “conseguir que as coisas sejam feitas”, mesmo quando não seja algo consensual.

O poder, então, é uma capacidade generalizada de garantir a execução dos compromissos obrigatórios assumidos por unidades de um sistema de organização coletiva, quando as obrigações são legitimadas com respeito à sua relação com metas coletivas e quando, havendo recalcitrância, existe a garantia do cumprimento através de sanções situacionais negativas – qualquer que seja a agência real incumbida dessa garantia. (PARSONS, 1979, p. 24).

Entender o conceito de “Poder” e “Poder Político” se faz fundamental para compreender a formação do Estado. Uma citação importante neste sentido é trazida por Duso:

O poder político moderno seria, desde o começo, fundado graças ao artifício contratualista, sobre a vontade dos sujeitos submetidos ao poder; na relação entre tipo legal-racional e carismático surgiria a implicação recíproca entre a racionalidade da construção política moderna e o elemento necessariamente pessoal, intrínseco à decisão política. (DUSO, 2005, p. 413).

Giddens (2008) considera que o Estado moderno, sendo visto enquanto Estado-nação, é a principal forma de poder compartimentalizado, uma vez que é formado por diferentes divisões de poder, principalmente pela concentração de recursos materiais e administrativos, gerando recursos políticos e gerando assim uma unidade administrativa territorialmente delimitada.

Andrada (2012, p.166) traz uma ideia complementar de que, apesar de compartimentalizado, “o Estado, na prática, é o poder organizado, estruturado para impor à comunidade em que está implantado normas que atualmente chamamos jurídicas”.

A formação do Estado enquanto estrutura administrativa de governo defendido por Weber é definida em termos de “organização política”, partindo da definição de Giddens para este termo envolve a comunicação (significado, sentido), a operação do poder (uso de recursos com a finalidade de dominação) e legitimação (modos normativos de sanções). (GIDDENS, 2008).

A definição de Estado para Weber possui três elementos principais: (i) existência de um suporte administrativo e regular capacitado; (ii) sustentação do direito de monopólio legítimo do controle dos meios de violência e (iii) manutenção desse monopólio dentro de uma determinada área territorial. (GIDDENS, 2008, p. 43).

Como complementar ao que Weber discute, faz-se necessário considerar a ideia defendida por Marx de que de acordo com o Estado se baseia na sociedade civil, refletindo a composição de classes e estendendo o conceito de sociedade civil como tudo o que permanece fora da esfera imediata do aparato de Estado em si, como algo distinto, todavia deixando claro que este surge e se forma justamente da sociedade civil. (GIDDENS, 2008).

Carnoy (1988, p.316) define que as teorias liberais diferem das teorias de classes no sentido de que “o Estado é uma expressão ou condensação de reações sociais de classe, e estas relações implicam na dominação de um grupo por outro”. Além disso, defende a ideia de que pode ser considerado o conceito de uma teoria *universal* do Estado partindo do pressuposto de que as funções deste Estado capitalista variam de acordo com o contexto histórico no qual está inserido e é, portanto, produto de sua história anterior. (CARNOY, 1988).

Andrada (2012, p. 168) acrescenta que “as tríplices funções do Estado, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário existem sob formas diferenciadas e

continuarão a existir, apesar dos avanços da internet e da informática”. Ou seja, apesar das mudanças vividas, a estrutura do Estado deve permanecer inalterada por bastante tempo.

Julga-se importante levar em consideração o conceito de governo, aqui tratado enquanto poder público ou jurídico responsável por tempo determinado pela gestão do estado. “No Brasil e em outros Estados, nos quais se verifica a predominância do Poder Executivo no exercício das atribuições políticas, o termo “governo” é comumente empregado como sinônimo deste órgão” (NOGUEIRA, 2012, p. 250).

As estratégias de atuação do estado são traduzidas nas políticas públicas, que para Amabile (2012, p. 390) “são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade”. O autor acrescenta que pode se considerar as políticas públicas como a “concretização da ação governamental” (AMABILE, 2012, p. 390).

Assim, as Políticas Públicas voltadas à ES tem como finalidade fortalecer o desenvolvimento de atividades econômicas autogestionárias, coletivas e sustentáveis, que favoreçam a distribuição de renda, geração de emprego e igualdade social.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Os Empreendimentos Solidários tem tido papel cada vez mais importante numa sociedade participativa, coletiva e sustentável. Na contramão do capitalismo, apesar do mesmo estar em expansão, estes empreendimentos surgem como um caminho relevante para redução das desigualdades, geração de emprego e renda e formação de uma sociedade mais democrática. (OLIVEIRA, 2002).

Considera-se como um empreendimento solidário aquela instituição que não possui fins lucrativos, tem foco em resultados econômicos alinhados com conquistas sociais, desenvolve-se de forma sustentável, trabalha com meios de produção coletivos e prima sempre pela igualdade e transparência.

As práticas que animam a Economia Solidária (...) podem ser enumeradas em comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais, organizações econômicas solidárias e organizações de referência. (...) Ressalta-se que para ser

considerada uma organização de Economia Solidária não basta ter o título de cooperativa ou associação. (SANTANA JÚNIOR, 2007, p. 64-65).

A temática da ES começou a ser trabalhado de forma tardia no Brasil. No campo acadêmico, os primeiros trabalhos somente no final da década de 1990, mas somente a partir da década seguinte os estudos se intensificaram. (NAGEM & SILVA, 2013, p.160)

Até a criação de uma Secretaria Nacional voltada à ES, não haviam Políticas Públicas a nível nacional com este foco, somente casos de Programas e Projetos “isolados”. O primeiro programa estruturado surgiu em 1998 (a 2002) no estado do Rio Grande do Sul, chamado de Programa de Economia Popular e Solidária (Ecopopsol), e envolvia formação, capacitação, financiamento, comercialização e incubação de empreendimentos. Cinco anos depois, a Lei 10683 e o Decreto n. 4764 de Junho de 2003 determinou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pasta vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (NAGEM & SILVA, 2013, p.162).

Somente a partir da criação da SENAES, as Políticas Públicas de ES passaram a ser políticas de Estado a nível nacional. Avançar e superar os desafios, principalmente a fim tornar os mesmos sustentáveis, é um dentre os focos.

Apoiar e fortalecer 20 mil empreendimentos econômicos, oferecendo condições de produção, comercialização e consumo, que respeitem parâmetros sustentáveis e solidários e promover a formação de 200 mil pessoas nos próximos cinco anos. Esses são alguns dos objetivos do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado na quinta-feira (18 de Junho) pela Resolução Nº 06 de 26 de março de 2015 do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e assinado pelo ministro Manoel Dias. (BRASIL, 2015a).

O Plano Nacional de Economia Solidária é um instrumento que serve como base para orientar as Políticas Públicas do setor definindo prioridades, objetivos (gerais e específicos), estratégias e linha de ação. Este primeiro Plano terá como base o período de 2015 a 2019 e seus quatro eixos serão discutidos e explicitados neste artigo.

## 4 O PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Considerando as diretrizes gerais de promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, fortalecimento dos processos democráticos, da participação e controle social, reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado e abordagem territorial e setorial e reconhecimento da diversidade, o Plano traz prioridades temáticas em quatro eixos: a. Produção, comercialização e consumo solidário; b. Financiamento: crédito e finanças solidárias; c. Educação e autogestão; d. Ambiente Institucional.

### a. Eixo 01: Produção, comercialização e consumo solidário

Com o intuito de desenvolver a produção e comercialização dos empreendimentos e incentivar o consumo solidário por parte do mercado em geral, o Plano traz diretrizes focadas no fortalecimento do trabalho feminino na Economia Solidária, políticas de garantia do acesso dos empreendimentos às compras públicas, estímulo às organizações voltadas à agroecologia, tecnologia social e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), garantia da implementação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e destinação de parte do orçamento anual nas esferas federal, estadual e municipal para fomento às cadeias produtivas, redes de produção e de comercialização.

Objetivo geral: Fortalecer a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo da Economia Solidária, de forma autogestionária e sustentável, garantindo recursos públicos para a implantação deste plano no período de cinco anos. (BRASIL, 2015b, p.22).

Quatro linhas de ação nortearão as políticas nesse eixo: Desenvolvimento das capacidades produtivas; Sistema nacional de comércio justo e solidário e construção da identidade da ES; Estruturação de espaços de comercialização; Acesso aos mercados institucionais.

A primeira linha de ação objetiva, através de assessoria técnica, criação de condições logísticas e financeiras e implementação de políticas de incentivo estruturar a capacidade produtiva dos empreendimentos no intuito de fortalecer as suas práticas e prepará-las para o mercado. A segunda busca consolidar o Cadastro

Nacional de Empreendimentos Solidários, desenvolver um processo contínuo de qualificação dos trabalhadores a fim de adequar ao Sistema e efetivar a criação de um selo de certificação. A terceira tem o intuito de criar espaços comunitários e fixos para comercialização de produtos dos empreendimentos nos municípios e em locais de grande circulação, criar portais eletrônicos com este fim, apoiar à qualificação destes espaços e estimular à compra e contratação destes produtos e serviços. Por fim, a quarta procura implementar o CADSOL como instrumento de reconhecimento dos empreendimentos solidários e incorporá-lo como ferramenta de acesso às compras públicas, criar a modalidade de compras institucionais voltas à estes e priorizá-los, instituir regimes especiais tributários e agregação de valor.

#### b. Eixo 02: Financiamento: crédito e finanças solidárias

O segundo eixo do Plano traz diretrizes no sentido de garantir condições financeiras e creditícias para os empreendimentos manterem suas atividades. A idéia aqui é a criação de uma Política Nacional de Finanças Solidárias com o intuito de desburocratizar e garantir o acesso ao crédito para investimento e capital de giro e conceder subsídios e fundos não reembolsáveis com foco solidário. Com isso, poderá se criar condições de fortalecer economicamente o mercado.

OBJETIVO GERAL: Organizar, em âmbito nacional, um Sistema de Finanças Solidárias com regulação própria, garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento e tendo como principal objetivo a dinamização das economias nos territórios. (BRASIL, 2015b, p.26).

As ações seguem duas linhas, onde a primeira busca fortalecer o sistema de finanças solidárias através da aprovação e inclusão do marco legal em todas as esferas federativas, criação de fundos solidários para garantir a capitalização dos empreendimentos e apoiar e fomentar iniciativas solidárias neste sentido tais como bancos comunitários, cooperativas de crédito etc. Já a segunda almeja garantir o acesso dos empreendimentos ao crédito público através da revisão de leis e fundos já existentes neste sentido e adequação das linhas de crédito já existentes, tais como a destinação de parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para os empreendimentos de ES, e adequação das linhas de crédito já existentes para contemplar os empreendimentos.

### Eixo 03: Educação e autogestão

No terceiro eixo as diretrizes focam ações educativas interdisciplinares, inclusão no processo educativo da temática da ES no sentido de considerar as necessidades dos seus públicos específicos, garantia de participação igualitária de mulheres e jovens no processo, revisão de leis e a promoção da cultura do “bem viver” como um novo conceito de relação social distribuídas em quatro linhas de ação: Constituição da política nacional de educação em economia solidária; Fomento a ações educativas (incubação, formação, assessoramento técnico); Tecnologia social e inovação e; Divulgação e comunicação.

Objetivo geral: Constituir uma Política Nacional de Educação em Economia Solidária com estrutura, instrumentos e financiamento adequados, viabilizando processos educativos que contemplem as necessidades dos diferentes segmentos (gestores públicos, EES, EAF), bem como o desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e de estratégias de comunicação visando fortalecer as práticas da autogestão. (BRASIL, 2015, p.30).

A primeira linha de ação objetiva a constituição da Política Nacional de Educação em ES seguindo o processo de elaboração de acordo com as demandas, criação de um comitê gestor e implantação da política de forma articulada. A segunda busca garantir o fomento às ações educativas, focando em incubação de empreendimentos, formação e assessoramento técnico, através do desenvolvimento de ações educativas, elaboração de materiais educativos, inserção da ES na base curricular da educação básica e superior, constituição de bases de assessoramento articulada e integrada a uma política nacional e formação contínua de professores, agentes e técnicos. A terceira linha trabalha a Tecnologia e Inovação na ES através do apoio às ações de inclusão digital e desenvolvimento de softwares de gestão dos empreendimentos, incentivo ao desenvolvimento tecnológico e fomento a pesquisas e estudos sobre ES e Tecnologias Sociais. Já a quarta linha traz a questão da divulgação e comunicação à tona através da elaboração e implementação do Plano Nacional de Comunicação, Articulação e Divulgação da ES, elaboração de materiais informativos, divulgação e promoção de ações e estudos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização para o consumo responsável e consciente.

#### c. Eixo 04: Ambiente Institucional

O quarto e último eixo trabalha prioritariamente com o desenvolvimento de um ambiente institucional que permita o fortalecimento da ES no país. Suas diretrizes fortalecem o reconhecimento desta cultura dentro das estruturas governamentais, garantia de políticas públicas adequadas, criação de mecanismos para articulação e integração com políticas em outras áreas, adoção da abordagem territorial como estratégia para ampliação da participação dos diversos segmentos e a garantia de participação e controle social dos recursos públicos aplicados aos projetos através de conselhos e fóruns.

Objetivo geral: Constituir ambientes jurídico e institucional que possibilitem o fortalecimento da economia solidária, considerando sua especificidade e diversidade, que garantam a formalização e o funcionamento dos empreendimentos econômico solidários, o adequado tratamento tributário, o tratamento diferenciado nas compras públicas dos seus produtos e serviços, que facilitem o acesso ao financiamento público, fomento e organização logística para a gestão da produção e da comercialização. (BRASIL, 2015, p.35).

As ações se dividem em duas linhas. A primeira é a criação do Sistema público e Fundo Nacional de Economia Solidária através da aprovação do Projeto de Lei 4.685/2012, criação de um Ministério, incentivo à criação e instituição de Fundos e pastas na área nos entes federativos, incentivo à criação de conselhos, inclusão de metas de ES no processo orçamentário, diversificação de fontes de financiamento e implantação de programas específicos. Já a segunda é a constituição do Marco Legal dos Empreendimentos Econômicos Solidários com o intuito de criar incentivos creditícios e tributários, garantir o reconhecimento dos direitos do trabalho associado pelo poder público, desburocratização do processo de regularização fundiária, criação de programas de incentivo ao desenvolvimento dos empreendimentos, revisão e atualização de leis específicas e estímulo à criação de leis e decretos a fim de garantir a contratação de produtos e serviços da ES.

O Plano busca, portanto, criar um ambiente que garanta condições para o fortalecimento da ES como um todo, todavia não somente para fortalecer os empreendimentos atuais e incentivar o desenvolvimento de novos, mas, sobretudo no intuito de amenizar, de forma integrada, dificuldades sociais e de trabalho.



## 5 CONCLUSÕES

Compreender o fortalecimento dos Empreendimentos de ES como uma possibilidade de desenvolvimento econômico sustentável alternativa ao capitalismo é importante pois os impactos sociais precisam ser amenizados e há esta possibilidade. Por isso o setor público precisa promover mais esta área, é um pouco da proposta que o Plano traz.

As Políticas Públicas de ES tendem a ganhar força a partir da criação 1º Plano Nacional, que traz um panorama com muita proximidade das reais necessidades dos empreendimentos. Caso se desenvolva realmente ações seguindo todos os eixos do plano em todas as esferas administrativas do Estado, a tendência é que haja, nos próximos anos, um avanço significativo.

Todavia, apesar do Plano trazer linhas de ação bem definidas, a aplicação na prática dependerá de fatores outros que vão além da Secretaria Nacional de Economia Solidária, principalmente dois: 1. Gestores públicos nas diferentes esferas que tenham sobretudo interesse em priorizar a área e; 2. Condições financeiras para implementação de tais práticas.

Como a conjuntura atual é de crise financeira e política, os gestores estão preocupados com soluções corretivas, imediatas e em curto prazo. É necessário portanto entender e trabalhar estas práticas de desenvolvimento da ES como uma estratégia, inclusive, para a superação deste momento. Os resultados, entretanto, tendem a aparecer somente em longo prazo. Assim, a implementação e execução de Políticas Públicas de ES, mesmo com um Plano Nacional bem estruturado, dependerá de fatores externos os quais não estão sob controle direto da SENAES.

Concluindo, o Plano traz diretrizes e linhas de ação voltadas à solução de necessidades do setor para o seu crescimento e fortalecimento, a expectativa é de que agora as Políticas Públicas de ES sigam essas diretrizes a fim de maximizar os resultados e conseguir assim potencializar o maior número de empreendimentos, e, conseqüentemente, beneficiar uma maior parcela da população.

## REFERÊNCIAS

AMABILE, Antônio E. N. **Estado**. Organizadores: Carmen Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

ANDRADA, Bonifácio J. T. **Estado**. Organizadores: Carmen Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

BRASIL. Código civil. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em 15/10/2014.

BRASIL, Ministério do Trabalho. **Lançado 1º Plano Nacional de Economia Solidária**. 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/lancado-1-plano-nacional-de-economia-solidaria>> Acesso em 13/09/2015.

BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Plano Nacional de Economia Solidária**. 2015. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacional.pdf>> Acesso em 01/11/2015.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Editora Papyrus, 1988.  
DUSO, Giuseppe. O Poder – História da Filosofia Política Moderna. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: 1999. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. **Desafios da parceria governo e terceiro setor**. Revista de Administração. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 1998.

FURTADO, João Salvador. **Sustentabilidade Empresarial**: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais. Salvador: NEAMA/CRA, 2005. 188p.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a Violência**. São Paulo: Edusp, 2008.

GODOY, Tatiane M. P. de. **Economia Solidária e território**: produção de espaços democráticos e participativos. São João Del-Rei: Programa de Pós-doutorado da Universidade Federal de São João Del-Rei, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LEAL, Carlos Eduardo. A Era das Organizações Sustentáveis. 2008. Disponível em <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/08/04.pdf>> Acesso em 02/11/2010.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1997.

MAY, P. & LUSTOSA, M. C. & VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 213.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O que é Economia Solidária**. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economiasolidaria.htm>> Acesso em 20/10/2014.

NAGEM, Fernanda A. & SILVA, Sandro P. **Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política. V. 21, Nº 46. Págs. 159 a 175. Curitiba: Junho de 2013.

NOGUEIRA, Jean A. S. C. **Governo**. Organizadores: Carmen Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

OLIVEIRA, Dalila A. Das Políticas de Governo à Política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337. Abril-Junho 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>> Acesso em 03/11/2015.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. **Economia Solidária: Desafios do Século XXI – A experiência da APAEB Valente**. Feira de Santana: Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS, 2002.

ONU. **Seminário Internacional em Brasília discute pobreza e desigualdade social**. 2014. Disponível em <<http://nacoesunidas.org/seminario-internacional-em-brasilia-discute-pobreza-e-desigualdade-social/>> Acesso em 13/09/2015.

PARANÁ, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **O que são Políticas Públicas?** Disponível em <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_PoliticasPublicas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf)> Acesso em 08 de Novembro de 2015.

PARSONS, Talcott. **O conceito de Poder**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Estado, Nação e Governo**. Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/estado-nacao-governo.htm>>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

PHILIPPI, Luiz Sérgio. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável**. Educação Ambiental: Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2ª Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

PRADO, Thays. **Economia Solidária: futuro do desenvolvimento?** 2008. Disponível em: <[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo\\_282947.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_282947.shtml)> Acessado em 19/10/2014.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** Salvador: Núcleo de Pós-graduação da Escola de Administração da UFBA, 2007.

SEBRAE. **Diferenças entre Associações e Cooperativas.** 2010. Disponível em <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/05.htm>> Acesso em 06/11/2010.

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

SGORLA, Andrey. **Sustentabilidade: você sabe o que significa essa palavra?** Porto Alegre: 10/08/2008. Disponível em <<http://andreysgorla.wordpress.com/2008/10/08/sustentabilidade---voce-sabe-oque-significa-essa-palavra/>> Acessado em 19/10/2014.

UNV. **50 Jeitos Brasileiros de Mudar o Mundo: O Brasil rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio.** CAIXA: Salvador, 2007. Disponível em <<http://www.oei.es/oeivirt/50jeitos.pdf>> Acesso em 06/11/2010.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da “Economia Solidária”.** 1ª Ed. São Paulo: Ed: Outras expressões, 2012. 440p.

## GRAU DE FORMALIDADE E DIREITOS TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

Daniel Nogueira Silva<sup>145</sup>; Sylvio Antonio Kappes<sup>146</sup>

**Resumo:** Os Empreendimentos Solidários são um importante instrumento para a garantia de condições de vida e sustento para uma parte significativa de trabalhadores no Brasil. Diante da dinâmica excludente do capitalismo, a economia solidária torna-se uma importante alternativa para os desempregados e indivíduos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho convencional. Contudo, apesar desses avanços, muitos empreendimentos solidários ainda enfrentam problemas para garantir o acesso aos direitos trabalhistas dos seus participantes. Diante disso, e tomando como base os resultados do Segundo Mapeamento dos Empreendimentos Solidários realizado entre 2009 e 2013, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre as condições de trabalho nos empreendimentos solidários, tomando como referência o nível de informalidade e o acesso a direitos trabalhistas. Os resultados indicam que uma parcela considerável dos empreendimentos solidários é informal e enfrentam dificuldades em fornecer direitos trabalhistas mínimos para os seus participantes, o que impõe grandes desafios para que a economia solidária se firme como alternativa para a produção capitalista.

**Palavras-Chaves:** Empreendimentos Solidários; Informalidade; Direitos Trabalhistas.

### 1 INTRODUÇÃO

A luta dos trabalhadores contra o capital remete as origens do capitalismo (HOBBSAWN, 2015). A economia solidária também faz parte dessa luta, contribuindo para construir alternativas para além da relação capital/trabalho. Contudo, semelhante a essas outras experiências de luta (como o movimento sindical, político partidário e outros movimentos sociais), ela também apresenta diversas dificuldades na sua prática cotidiana, que se materializa em diversas contradições. Nesse sentido, para contribuir na discussão dos limites e possibilidades da economia solidária, o presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos empreendimentos solidários no Brasil e seus associados, focando especialmente no grau de formalidade desses empreendimentos e nos direitos trabalhistas de seus participantes.

---

<sup>145</sup> Doutorando em Economia do Desenvolvimento - UFRGS. E-mail: ddaniel.ns@gmail.com

<sup>146</sup> Mestrando em Economia do Desenvolvimento - UFRGS. E-mail: sylviokappes@gmail.com

O termo “Economia Solidária” é utilizado por diversos autores em perspectivas variadas (SINGER, 2003). Segundo Laville e Gaiger (2009, p. 162), suas diversas acepções “giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”. Segundo esses autores, o termo surgiu na década de 1990, para caracterizar a emergência de um conjunto de atividades econômicas baseadas nos princípios da cooperação, autonomia, corresponsabilidade, reciprocidade, gestão democrática, entre outros valores baseados na igualdade. Essas atividades podem assumir os mais variados formatos, sendo que no Brasil as suas principais formas são: as cooperativas de produção e comercialização, os clubes de troca, os sistemas de comércio justo e as associações de mulheres (MILLER, 2010). Em comum, todos zelam pela primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material. Wilpert (2007) afirma que a economia solidária também pode ser chamada de "popular economy" ou "an economy of the people".

O crescimento da economia solidária no Brasil ocorreu principalmente na década de 1990 como resposta às mudanças ocorridas no mercado de trabalho. As políticas neoliberais iniciadas ainda no governo Fernando de Collor (1990-1992) e aprofundadas no período Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foram os principais responsáveis pelas transformações nas relações de trabalho (FILGUEIRAS, 2000). Durante toda a década de 1990 houve uma piora nas condições de vida dos trabalhadores refletidas através do aumento da flexibilização das leis trabalhistas, da terceirização, do desemprego e da informalidade. Como resposta a esse processo, muitos trabalhadores excluídos do sistema produtivo foram se organizando em formas de trabalho baseados nos princípios da autogestão e da solidariedade. Apesar da significativa melhora de vida dos trabalhadores que passaram a participar dessas formas de organização que vão para além da relação capital/trabalho, várias pesquisas apontam que muitos desses empreendimentos não conseguem garantir condições de trabalho decentes<sup>147</sup> para os seus participantes (SCHIOCHET, SILVA, 2013).

---

<sup>147</sup> De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Trabalho Decente é um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Sendo assim, ele é fundamental para, entre outras coisas, a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (GIORGION, 2013).

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta uma breve discussão sobre as condições de trabalho nos empreendimentos solidários, tomando como referência o nível de informalidade e o acesso a direitos trabalhistas. A análise dos dados referentes aos empreendimentos de economia solidária (EES) é feita, principalmente, com base no Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Solidários no Brasil, realizado entre 2009 e 2013. A pesquisa foi organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e deu continuidade ao primeiro mapeamento realizado em 2007. Entre os seus principais objetivos, segundo Gaiger et. al. (2013, p.21), um deles é "[...] identificar e caracterizar a Economia solidária no Brasil [...]" de modo a prover informações para os pesquisadores dessa área e os formuladores de políticas econômicas. Além dos dados do mapeamento de 2013 feitas com os empreendimentos solidários, também é usado neste trabalho alguns resultados da pesquisa por amostra realizada entre os membros associados dos EES. Diferente do 1º e 2º mapeamento, em que as perguntas são dirigidas aos empreendimentos, a pesquisa amostral entrevistou diretamente os membros associados dos EES, com objetivo de conhecer o perfil dos integrantes e avaliar as mudanças provocadas pela participação nos empreendimentos<sup>148</sup>.

Para alcançar seus objetivos, além desta introdução e a conclusão em que são sintetizados os principais argumentos do trabalho, este artigo possui mais duas seções. Na primeira é apresentado os dados sobre a informalidade dos empreendimentos solidários e as possíveis causas para a sua ocorrência. Na segunda seção, são apresentados os dados sobre os direitos trabalhistas que os participantes dos empreendimentos solidários têm acesso.

## **2 INFORMALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

A informalidade é um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores no mercado de trabalho. Ele se caracteriza pela falta de regulamentação do trabalhador, o que reflete na ausência de direitos trabalhistas e outras formas de precarização. Contudo, quando se trata da informalidade, não são

---

<sup>148</sup>Cabe destacar que a metodologia da pesquisa permite em vários momentos que mais de uma resposta seja dada para a mesma questão. Com isso, em vários momentos, o somatório das respostas que são dadas no questionário não corresponde a 100%.

apenas os trabalhadores que a enfrentam. Muitas empresas, principalmente as pequenas e aquelas de natureza familiar, diante das dificuldades burocráticas, tributárias, entre outras, acabam atuando também na informalidade. Assim, ao tratar de informalidade é possível se referir tanto a condição dos trabalhadores quanto a condição da empresa, separadamente ou de forma simultânea.

Quando se aborda a informalidade dentro da economia solidária, ela também ocorre dessas duas formas: entre os trabalhadores ou nos empreendimentos (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO, 2014). O que diz respeito à condição de informalidade do trabalhador será apresentado na próxima seção, em que é discutido o acesso aos direitos trabalhistas por parte dos indivíduos que participam dos empreendimentos solidários. Na presente seção, o intuito é apresentar um retrato da dimensão da informalidade dos empreendimentos e as suas possíveis causas.

Apesar da importante contribuição que a Economia Solidária desempenha para o aumento da formalização no mercado de trabalho, como aponta o documento da ILO (2011), os dados para o Brasil sobre as formas de organização do EES revelam que existe um elevado número de empreendimentos solidários informais. A pesquisa feita no segundo mapeamento classifica os EES em quatro formas de organização, são eles: grupo informal, associação, cooperativa e sociedade mercantil. De acordo com os dados pesquisados, a forma predominante de organização é a associação, com praticamente 60% dos empreendimentos, seguida dos grupos informais, com 30,54%. Esse último grupo é formado pelos empreendimentos que não possuem nenhum tipo de registro formal junto aos órgãos públicos. Na forma de cooperativas estão 8,83% dos EES, enquanto sociedades mercantis são menos de 1%.

Esse elevado número de grupos informais acaba sendo um problema grave para os empreendimentos, especialmente, porque dificulta o acesso a recursos públicos ou empréstimos privados, limitando a capacidade de crescimento dessas entidades (GAIGER, 2013). A existência de vários empreendimentos organizados dessa forma indica que muitos dos trabalhadores que fazem parte desses empreendimentos deixam de estar na situação de desempregados ao entrar na economia solidária, mas continuam tendo condições ruins de trabalho, principalmente no que diz respeito aos direitos e garantias trabalhistas. Isso fica



ainda mais claro quando se analisa as motivações que levam os empreendimentos a serem criados.

Tratando dos motivos que levam a organização dos Empreendimentos Solidários, de acordo com os dados da pesquisa, as principais motivações apontadas para que o EES fosse criado foram: ser uma fonte complementar de renda (48,83%), alternativa ao desemprego (46,2%), obtenção de maiores ganhos com empreendimentos associativos (42,98%) e participarem de uma atividade em que todos são donos (40,71%)<sup>149</sup>. O fato de quase metade dos empreendimentos solidários serem criados motivados pela ausência de alternativas de trabalho, também se confirma na pesquisa por amostra, que é direcionada aos participantes do empreendimento. Nela, 41,86% dos entrevistados afirmaram que um dos motivos que pesaram para que eles entrassem em um EES foi para sair do desemprego. Este mesmo motivo é importante quando os sócios (as) são questionados quanto aos fatores que pesam para a sua permanência no EES, com 46,77% afirmando ser para evitar o desemprego.

Cabe destacar, que dos empreendimentos que informaram que a sua motivação para criação do EES era para ser uma alternativa ao desemprego, 38% estavam organizados como grupos informais. Dados parecidos se observam quando se analisa os empreendimentos criados com a motivação de conseguir uma fonte complementar de renda. Nesse último caso, são 38,04% aqueles que estão na forma de grupos informais.

Segundo Gaiger e et. al. (2014), os empreendimentos informais são aqueles que apresentam as relações econômicas mais precárias, relacionados, principalmente, ao desemprego e à insuficiência de renda. Outra consideração importante sobre a condição dos trabalhadores é o fato de muitos sócios terem o EES como uma fonte complementar de renda. Essa resposta indica que parte dessas pessoas trabalha em outros espaços, submetendo-se assim a jornadas duplas de trabalho. Na pesquisa amostral, 42,75% dos entrevistados informaram que no último ano trabalharam em alguma atividade fora do EES. Desses, 34,12% continuavam trabalhando no momento da entrevista e 8,63% não estavam

---

<sup>149</sup> Além dessas motivações, existem também as opções: atuação profissional em atividade econômica específica (14,35%), condição exigida para ter acesso a financiamento (20,96%), recuperação de empresa privada que faliu (3,05%), motivação social filantrópica (19,29%), desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (28,65%), alternativa organizativa (16,03%), incentivo de política pública (15,80%), fortalecimento de grupo étnico (9,70%), produção ou comercialização de produtos orgânicos (8,15%) e outros.

trabalhando no momento. No caso das mulheres, por terem que se dedicar ao cuidado do lar e dos filhos, essa dupla jornada de trabalho torna-se muitas vezes tripla. Segundo os dados amostrais, 88,3% das mulheres dividem as atividades nos EES com atividades domésticas de cozinhar, lavar e limpar a casa; 75,5% cuidam de filhos menores e/ou dependentes.

Segundo o ILO (2014), um dos motivos que levam ao grande número de empreendimentos informais dentro da economia solidária é que, em geral, os ramos de atividade que a ES se insere já atuam de modo informal. Apesar de algumas experiências solidárias alcançarem êxito no processo de formalização, em muitos casos, mesmo os trabalhadores se organizando dentro de estruturas solidárias, as atividades são mantidas dentro da informalidade, um exemplo disso são os serviços de reciclagem. Nesse caso específico, a organização na forma de cooperativas, principal forma de organização solidária dos trabalhadores no campo da reciclagem, fornece para os trabalhadores dessa área um aumento do poder de barganha, melhores condições de trabalho e organização, possibilitando que os catadores progridam para níveis mais altos na cadeia de valor da reciclagem (ILO, 2014).

### 3 DIREITOS TRABALHISTAS

A existência de um número elevado de empreendimentos informais, afeta diretamente o acesso dos participantes dos empreendimentos solidários aos direitos trabalhistas (ILO, 2011, 2014). Em geral, os empreendimentos informais são formados por indivíduos que não possuem seus direitos trabalhistas garantidos. Contudo, a ausência desses direitos não afeta apenas os empreendimentos informais. Os dados para o Brasil revelam que uma quantidade considerável de trabalhadores que estão nas outras formas de organização solidária não possuem as condições mínimas de direitos assegurados.

No mapeamento feito pelo SENAES, os EES são questionados sobre quais direitos trabalhistas os trabalhadores participantes do empreendimento têm acesso<sup>150</sup>. Nos empreendimentos voltados para a produção somente 2% dos participantes têm direito a férias remuneradas e 7,2% a previdência social.

---

<sup>150</sup> São eles: descanso remunerado, licença-maternidade, creche, qualificação social, equipamentos de segurança, comissão e prevenção de acidente, previdência social, plano de saúde, auxílio educação, auxílio transporte, seguro de vida ou nenhum desses.

Resultados parecidos também se repetem nos empreendimentos voltados para a comercialização (6,7% e 12,6%), serviços (8,7% e 15,6%) e consumo (1,3% e 4,3%). A única exceção são os empreendimentos de poupança, em que mais de 40% dos participantes têm direito ao descanso remunerado e a previdência social. Contudo, 53% dos participantes desses empreendimentos informaram que não tinham acesso a nenhum direito trabalhista. Como é de se esperar, os demais empreendimentos apresentaram resultados ainda piores: 81,2% dos participantes nos empreendimentos de produção informaram que não tinham nenhum direito trabalhista, 77,7% nos de comercialização, 68,5% nos de serviço e 92,8% nos de consumo.

Nos empreendimentos de produção, quando questionados se as atividades conseguem remunerar os seus sócios, 68% afirmaram que sim e 32% que não. Essa dificuldade também é colocada quando questionados sobre os principais desafios dos empreendimentos. Em 74% dos EES a resposta foi gerar renda adequada aos seus sócios. Ela ocorre porque parte significativa dos empreendimentos não consegue ser viável economicamente. Do total dos EES, 37,5% afirmaram que os resultados financeiros só permitiram pagar as despesas sem ficar nenhuma sobra, sendo que em 11,34% dos EES não conseguiram receitas suficientes nem para pagar as despesas.

A tabela 1 apresenta esses resultados. Entre os diversos fatores que podem ajudar a explicar a falta de garantias trabalhistas nos EES, o primeiro é o elevado número de empreendimentos informais, como discutido na seção anterior, e o segundo é a dificuldade que esses empreendimentos possuem em serem sustentáveis economicamente. Uma parte significativa de empreendimentos não consegue fornecer condições de renda suficiente para os seus participantes viverem apenas com o dinheiro que recebem a partir da economia solidária.

**Tabela 1 - Direitos Trabalhistas nos Empreendimentos Solidários**

Direito trabalhista	Produção	Comercialização	Serviços	Poupança	Consumo
Descanso remunerado (incluindo férias)	216	167	112	110	32
Licença-maternidade	572	101	91	102	46
Creche ou auxílio-creche	71	10	20	16	5

Qualificação social e profissional	1050	315	211	86	52
Equipamentos de segurança	666	145	155	47	34
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	106	26	60	31	10
Previdência Social	796	314	201	109	105
Plano de saúde e/ou odontológico	94	34	49	49	5
Auxílio-educação	103	27	26	21	3
Auxílio-transporte	217	193	79	30	14
Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes	65	21	65	79	7
Nenhum destes	8984	1935	885	142	2290
Total	11067	2489	1292	268	2467

Fonte: Dados do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária

Obs.: 1) EES de troca não respondem essa questão. 2) É permitido responder mais de uma questão. A linha "Total" serve apenas como referência ao número de EES em cada atividade econômica, e não como soma dos valores da coluna.

Dentre os EES que focam sua atividade econômica na produção e comercialização, apenas em 31% os valores gerados pelo empreendimento são a fonte principal de renda dos participantes. Em 29,27% eles são apenas um complemento. Esse último dado confirma o que também aparece quando os entrevistados falam da motivação de criar e participar dos empreendimentos solidários. Como apontado no 2º mapeamento e na pesquisa amostral, a principal resposta que os entrevistados deram para justificar o seu interesse em participar do EES é para complementar as suas rendas. A parcela dos indivíduos que têm a renda recebida complementada por doações ou que fazem parte de programas sociais é de 4,75%, já os que recebem pensões ou aposentadorias é 2,2%.

Ainda nos empreendimentos de produção, quando questionados se as atividades conseguem remunerar os seus sócios, 68% afirmaram que sim e 32% que não. Essa dificuldade também é colocada quando questionados sobre os principais desafios dos empreendimentos. Em 74% dos EES a resposta principal foi gerar renda adequada aos seus sócios. Ela ocorre porque parte significativa dos empreendimentos não consegue ser viável economicamente. Do total dos EES, 37,5% afirmaram que os resultados financeiros só permitiram pagar as despesas sem ficar nenhuma sobra, sendo que 11,34% dos EES não conseguiram receitas suficientes nem para pagar as despesas.

O segundo desafio mais importante apontado pelos EES, depois de gerar receitas para os seus sócios, é viabilizar economicamente o empreendimento (67%). Essa dificuldade se reflete em diversos outros problemas enfrentados pelos EES. Quando questionados, por exemplo, se o empreendimento foi capaz de fazer investimentos nos últimos 12 meses, somente 32,27% responderam que sim. Além disso, um pouco mais da metade do total dos EES (52,55%) tiveram sobras ou excedentes no último ano. Desse total, o principal destino dado a esses recursos foi o fundo de investimento (21,28%) e a distribuição entre os sócios (10,54%). A falta de capacidade de muitos empreendimentos gerarem recursos para os seus sócios, como apresentado anteriormente, é resultado dessa dificuldade que muitos EES possuem de serem viáveis economicamente. Nesse contexto, um dos desafios que se colocam para os empreendimentos solidários é de que maneira eles podem se consolidar como uma alternativa a produção capitalista, sendo que vários deles enfrentam problemas em serem sustentáveis economicamente.

Tomando a condição dos catadores de lixo como exemplo, Bosi (2008) destaca a condição de precariedade, manifesta na falta de direitos legais, exploração da mão de obra pelo circuito econômico de reciclagem, em que muitos desses empreendimentos solidários se encontram, apesar de reconhecer os avanços alcançados nos últimos anos. Guardadas as devidas especificidades, situações de negação de direito também ocorrem em outros tipos de empreendimentos solidários, como as cooperativas de trabalho que sofrem com tendências de tercerização, como apontado por Cacciamali, Cortés (2010) e Silva et. al. (2004).

#### **4 CONCLUSÕES**

Com base na definição usada pelo SENAES, para um empreendimento ser considerado solidário é necessário que não esteja presente uma relação entre detentores e não detentores dos meios de produção. Todos os participantes precisam participar coletivamente da gestão das atividades e da alocação dos resultados (GAIGER, ET. AL., 2014). Por se tratar de uma categoria conceitual ampla, o empreendimento solidário pode incorporar um conjunto muito diverso de práticas econômicas e sociais que se materializam através de diversas formas, como cooperativas, associações, clubes de troca, finanças, prestação de serviços,

consumo solidário, comércio (CRUZ, SANTOS, 2010). O elemento que une todas essas práticas e embasa o funcionamento da economia solidária é a autogestão e seus principais valores são a cooperação, a solidariedade e a democracia participativa. São esses elementos que possibilitam a construção de uma alternativa ao capitalismo a partir desses empreendimentos (SINGER, 2003).

Razeto (1986), ao enumerar os fatores que levaram ao surgimento dos Empreendimentos de Economia Solidária, destaca que a dinâmica concentradora e excludente do capitalismo é um dos principais responsáveis para o surgimento desse tipo de experiência econômica. Apesar de reconhecer as diversas limitações que os empreendimentos solidários possam ter, segundo esse autor, é possível construir relações de produção alternativas ao capitalismo a partir da economia solidária. O principal expoente nessa visão no Brasil é Paul Singer (2003).

Contudo, mesmo contribuindo na construção de novas formas de organização econômica, a análise dos dados dos EES no Brasil indica que parte significativa dos empreendimentos solidários no Brasil possui condições precárias de funcionamento, tendo dificuldades de oferecer condições dignas de trabalho para os seus participantes. Como destacado por Cattani (2003) e Singer (2008), não basta a Economia Solidária ser uma alternativa de sobrevivência para os pobres e miseráveis, é fundamental que ela promova avanços em outros domínios da existência humana, fortalecendo os seus princípios fundamentais.

Os dados do segundo mapeamento revelam muitas dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos solidários no Brasil. O alto nível de informalidade e a falta de garantias trabalhistas aliadas a problemas de viabilidade econômica são grandes empecilhos para que essas experiências possam se firmar como alternativa de desenvolvimento para os trabalhadores. Contudo, apesar dessas dificuldades enfrentadas por muitos empreendimentos, muitas experiências de sucesso, como aponta Singer (2008), demonstram que é possível construir uma alternativa ao modo de produção capitalista com base em relações solidárias. Para isso, entre outras iniciativas, é indispensável que sejam feitas políticas que facilitem a formalização dos EES o que pode contribuir para melhorar a sua eficiência econômica, na medida em que amplia o acesso a serviços de formação técnica e outros benefícios que apenas os empreendimentos formais têm acesso. Além disso, é fundamental aperfeiçoar a legislação trabalhista de modo a garantir os direitos dos trabalhadores inseridos nesses empreendimentos.

## REFERÊNCIAS

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2008, vol. 23, n.67, pp. 101-116.

CACCIAMALI, M. C., CORTÉS, D. L. R. Cooperativas de trabalho associado, instrumentos de precarização ou de resgate de relações de trabalho justas? Um estudo do caso do Brasil - Colômbia a luz do conceito de trabalho decente. **Pesquisa & Debate**, v. 21, n.2 (38), p. 307-337, 2010.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CRUZ, Z. G.; SANTOS, L. M. L. **Economia Solidaria em Londrina, Aspectos Conceituais e a Experiência Institucional**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real: Fundamentos, Impactos e Contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

GAIGER, L. I. G. Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013

GAIGER, L. I. G.; ET. AL. **A Economia Solidária no Brasil: Uma Análise de Dados Nacionais**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014, 158.

GIORGION, M. O Conceito de Trabalho Decente da OIT e a Percepção das Mulheres Brasileiras. **Cadernos Adenauer**, v. 3, Nov. 2013.

HOBBSBAWN, E. J. **A Era do Capital**. 23ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. Tackling Informality in e-waste Management: The Potential of Cooperatives Enterprises. Geneva: ILO, 2014.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. Social and Solidarity Economy: Our Common Road Towards Decent Work. Geneva: ILO, 2011.

LAVILLE, J; GAIGER, L. **Economia solidária**. In: GAIGER, Luiz et al. (Org.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

MILLER, E. Solidarity Economy: Key Concept and Issues. In: KAWANO, E., MASTERSON, T. and TELLER-ELLSBERG, J. (eds). **Solidarity Economy: Building Alternatives for People and Planet**. Amherst, MA: Center for Popular Economics. 2010.

RAZETO, L. **Economia popular de solidaridad: identidad y projectoen una visión integradora**. Santiago: Area Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile, 1986.

SCHIOCHET, V.; SILVA, R. M. A. Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: A Construção de Estratégias Emancipatórias para a Superação da Pobreza Extrema. In: IPEA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 18, p. 69-82, fev. 2013.

SILVA, E. S.; ET AL. **Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

SINGER, P. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

WIEGO NETWORK PLATFORM - WIEGO. Transitioning from the Informal to the Formal Economy in the Interests of Workers in the Informal Economy. Manchester: WIEGO, 2014.

WILPERT, G. **Changing Venezuela by taking power**, London: Verso Books, 2007.



## A CONTRIBUIÇÃO DO PAA E PNAE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NAS COLÔNIAS IAPÓ, SANTA CLARA E VIZINHANÇA

Alcione Lino de Araújo<sup>151</sup>; Bethânia Ávila Rodrigues<sup>152</sup>; Leomara Battisti Telles<sup>153</sup>; Mônica Cristine S. Vaz<sup>154</sup>; Juliana Vitória M. Bittencourt<sup>155</sup>

**RESUMO:** Com o intuito de descobrir as relações existentes entre a economia solidária, agricultura familiar, e principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar o desenvolvimento sustentável na economia solidária nas colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014. O surgimento da economia solidária teve impulso após o aparecimento excedente de mão de obra, resultado do êxodo rural, e um movimento de militantes sociais que lutavam por formas diferentes de organização laboral. Quanto à metodologia da pesquisa, optou-se por um estudo de natureza aplicada, caracterizado como quantitativo e qualitativo na Associação de Agricultores Familiares, localizada na cidade de Castro - Paraná. Desse modo, foi possível perceber não apenas a presença das dimensões analisadas, mas também as suas relações e efeitos proporcionados pela economia solidária e o desenvolvimento sustentável para agricultura familiar.

**PALAVRAS CHAVE:** Desenvolvimento Local. Economia Solidária. Políticas Públicas.

### 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local compreende um conjunto de atividades envolvendo cultura, economia, política e bem-estar social que, quando desempenhadas em equilíbrio, corroboram com a transformação da realidade local. Buscar o desenvolvimento local, e sustentável, torna-se uma tarefa difícil, uma vez que “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

---

<sup>151</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora Instituto Federal do Maranhão – [alcionelino@ifma.edu.br](mailto:alcionelino@ifma.edu.br)

<sup>152</sup> Mestranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – [rodriguesbethania@yahoo.com](mailto:rodriguesbethania@yahoo.com)

<sup>153</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora do Instituto Federal do Paraná – [leomara.battisti@ifpr.edu.br](mailto:leomara.battisti@ifpr.edu.br)

<sup>154</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – [monicacsvaz@yahoo.com.br](mailto:monicacsvaz@yahoo.com.br)

<sup>155</sup> Doutorado pela University of Reading, Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – [julianavitoria@utfpr.edu.br](mailto:julianavitoria@utfpr.edu.br)

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa objetivou identificar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o desenvolvimento local em um estudo nas colônias IAPÓ e Santa Clara e Vizinhança, a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014.

A atividade agrícola familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Esse tipo de atividade não é recente no país, porém vêm ganhando mais destaque, devido a sua expansão. Nesse sentido, Winck et al. (2014, p.32) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

A prática da economia solidária indica uma experiência bem sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob óticas inter-setoriais e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Na transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento

sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

A busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, tarefa difícil, uma vez que envolvem atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar a desenvolvimento sustentável na economia solidária nas colônias IAPÓ e Santa Clara a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Economia Solidária surgiu no cenário econômico e social no final do século XIX, como uma alternativa aos modelos organizacionais capitalistas. Esse novo modelo de economia teve lugar em diversos países. Não é por acaso que esse modelo de economia carrega o adjetivo de “solidária”, pois justamente “a novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da ideia de solidariedade” (LISBOA, 2005, p.110).

Os empreendimentos solidários são produtores de diversos insumos, incluindo alimentos, artesanatos e matérias primas, e uma forma expressiva dessa economia é a agricultura familiar. A atividade agrícola familiar é um sistema de produção consolidado no país, porém não recebia incentivo pelos governos, fazendo com que muitas famílias camponesas migrassem para os grandes centros urbanos (EID; EID, 2003).

Como forma de incentivo e fomento à produção agrícola familiar, foram desenvolvidos diversos programas governamentais federais. Dois exemplos desses programas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo está em adquirir produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2013). Dessa forma, com o reconhecimento da capacidade produtiva agrícola familiar, muitas famílias passaram a produzir e

comercializar para esses programas, contribuindo para o desenvolvimento local e da sua região.

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

## 2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

A atividade agrícola familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Esse tipo de atividade não é recente no país, porém vêm ganhando mais destaque, devido a sua expansão. Nesse sentido, Winck *et al.* (2014, p.32) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

Buscando definir agricultura familiar, Abramovay (1998, p.146) diz que “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Ou seja, a gestão dos processos produtivos é planejada pelo próprio núcleo familiar.

Durante muito tempo, a atividade agrícola familiar não era valorizada e incentivada pelos governos, resultando no alto índice de migração das famílias camponesas para os centros urbanos, em busca de sobrevivência (EID; EID, 2003). No entanto, esse cenário de fuga do campo e êxodo rural, passou a mudar, com o reconhecimento da importância dessa atividade e a sanção da lei nacional da “Agricultura familiar”, nº 11.326 em julho de 2006, que passou a estabelecer princípios e conceitos para essa atividade (BRASIL, 2006).

No sentido de incentivar e fomentar a produção da agricultura familiar, foram desenvolvidos programas governamentais federais, com a obrigatoriedade de

adquirir os alimentos oriundos da produção agrícola familiar. Conforme Amistá (2013), o programa social mais antigo e duradouro é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que vem evoluindo desde a década de 40 e tem, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) destinados à aquisição de merenda escolar produzidas por agricultores familiares (BRASIL, 2013).

Outro programa desenvolvido pelo governo federal é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), regulamentado pelo art. 19 da lei nº 10.696 de 2003 (BRASIL, 2003), alterado pela lei nº 12.512, de outubro de 2011, que adquire produtos da agricultura familiar, para destiná-los, gratuitamente, para populações em situação de fragilidade alimentar (BRASIL, 2013). O PAA tem como primeiro objetivo “incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda” (BRASIL, 2011).

Com os incentivos governamentais, reconhecendo a sua capacidade de produção e importância a atividade agrícola familiar, para o desenvolvimento da região, muitas famílias produzem visando a comercialização para esses programas.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Não raramente surgem ações e políticas públicas estimulando a criação de empreendimentos de economia solidária. Tais iniciativas oferecem apoios institucionais e motivacionais para os empreendimentos, porém os serviços são ineficientes quanto ao desenvolvimento e manuseio de ferramentas comuns de gestão e aos pressupostos de técnicas administrativas e econômicas da autogestão, resultando em uma lacuna que poderá comprometer o desenvolvimento sustentável desses empreendimentos, dificultando atividades básicas, como comercialização e acesso a novas técnicas e conhecimentos (RUTKOWSKI, 2007).

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma “interação equilibrada e sustentável das três dimensões essenciais: econômica, social e ambiental” (DOMINGUES, 2009, p.6). A dimensão econômica compreende a necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico, porém, atentando à sustentabilidade do ambiente. Na dimensão social, há uma preocupação quanto às necessidades sociais

dos indivíduos e da sociedade em que está inserido. E por fim, a dimensão ambiental corresponde à preservação e valorização dos recursos naturais e do ambiente como um todo (DOMINGUES, 2009).

A busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, tarefa difícil, uma vez que envolvem atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

### 2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

A criação de empreendimentos solidários proporciona muitas oportunidades de trabalho e renda para a sua comunidade. Tais iniciativas possuem uma “perspectiva alternativa de sustentabilidade no longo prazo, além de ajudarem o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, conseqüentemente, com seu desenvolvimento econômico e social” (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p.43).

Os empreendimentos solidários são produtores de diversos insumos, incluindo alimentos, artesanatos e matérias prima. Uma forma de comercialização e troca de seus produtos são as redes de economia solidária, que ganham maior visibilidade devido a sua extensão e alcance. De acordo com Filho (2008, p.224), as redes “representam a expressão concreta de uma via sustentável-solidária na promoção do desenvolvimento local”; compreender as redes de economia solidária, “significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a construção de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos”.

A prática da economia solidária indica uma experiência bem-sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

### **3 MATERIAL E MÉTODO**

A presente pesquisa é classificada do ponto de vista de sua natureza como aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos. Pode ser também caracterizada como quantitativa e qualitativa, visto que traduz em números as opiniões e informações para sua classificação e análise, mas, também porque os dados obtidos foram analisados indutivamente (SILVA e MENEZES, 2005).

No que diz respeito aos objetivos, pode ser classificada como explicativa. Visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa experimental, pois foi determinado um objeto de estudo e as variáveis capazes de influenciá-lo foram selecionadas, bem como as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto foram definidas (GIL, 2002).

O método científico utilizado foi o dedutivo, pois parte de dados particulares para obtenção de uma verdade geral não contida nas partes examinadas (MARCONI e LAKATOS, 2001).

A pesquisa foi composta pela população de 40 (quarenta) escolas municipais; sendo 26 (vinte e seis) na Zona Urbana e 14 (quatorze) na Zona Rural, com um total de 8.615 (oito mil seiscentos e quinze) alunos matriculados, no município de Castro no estado do Paraná. A Secretaria Municipal de Educação no ano de 2014 adquiriu semanalmente 47 (quarenta e sete) produtos da Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara divididos por classes: frutas, produtos processados (panificação) e olerícolas, que foram repassadas as escolas com a finalidade do preparo da merenda escolar para os alunos.

### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses), fugidos da invasão russa em seus países de origem, formaram o núcleo colonial IAPÓ e Santa Clara no ano de 1920, essencialmente lavradores. Como todos, os imigrantes sofreram muito no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil e ao descaso das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a

sobrevivência uniram-se para abrir os lotes de 10 alqueires destinados a cada família e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

No ano de 2014, a Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara através da contribuição dos programas do Governo Federal PAA e PNAE forneceu os produtos solicitados pela Secretaria de Educação para ser produzida a merenda escolar nas escolas da zona urbana e rural do município de Castro - PR. Nesse fornecimento os produtos foram divididos por classes como: frutas, produtos processados (panificação) e olerícolas.

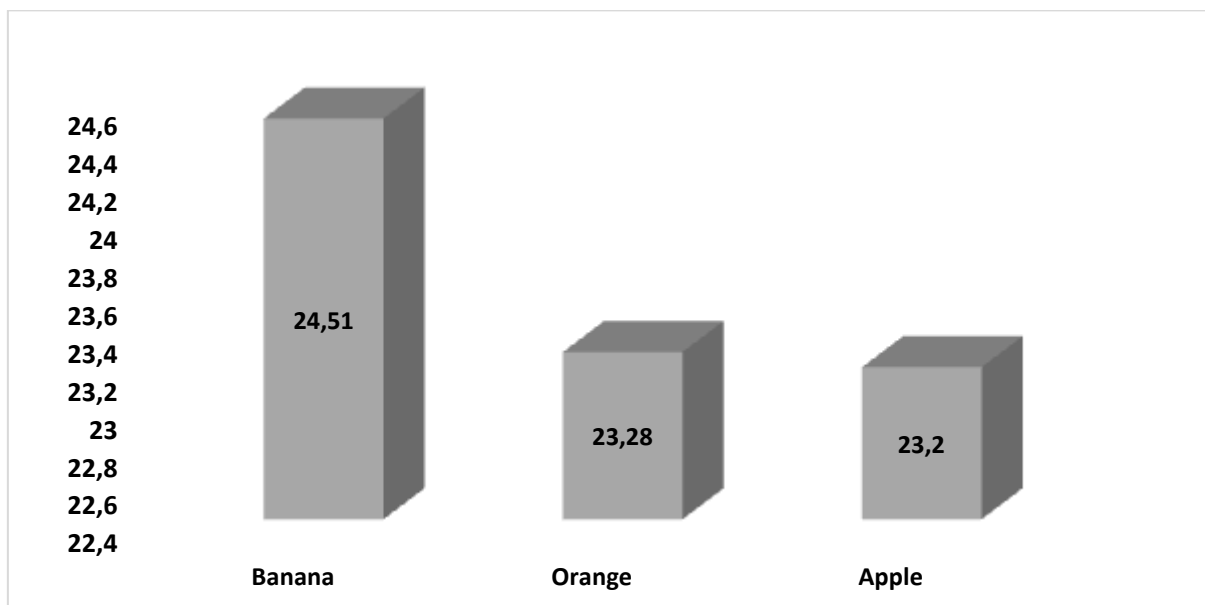
Na tabela 1, apresenta-se o consumo das frutas no ano de 2014 em relação a quantidade de alunos matriculados. O cardápio da merenda escolar prioriza sempre que possível uma fruta em cada refeição servida ao aluno. Assim as frutas que tiveram o maior consumo foram: banana com 211.203 mil unidades; laranja com 200.582 mil unidades e maçã 199.953 mil unidades; as demais são: morango com 60.745 mil unidades, caqui com 36.800 mil unidades, kiwi 16.780 mil unidades, laranja pêra com 13.618 mil unidades, ponkan 9.725 mil unidades, e laranja lima / rosa 4.390 mil unidades. O gráfico 1, apresenta as frutas que mais se destacaram na merenda escolar: banana, laranja e maçã. As demais apresentam uma significativa participação, mas acredita-se que esse destaque se dê por elas serem mais populares e por terem uma maior aceitação por parte das crianças.

Tabela 1 – Consumo de cada aluno versus fruta no ano de 2014

FRUTA	Total de fruta	Quantidade de fruta consumida por aluno em UND
Banana	211.203	24,51
Laranja	200.582	23,28
Maça	199.953	23,2
Morango	60.745	7,05
Caqui	36.800	4,27
Kiwi	16.780	1,94
Laranja pêra	13.618	1,58
Ponkan	9.725	1,12
Laranja lima / rosa	4.390	0,5



**Gráfico 1 – Frutas mais consumidas pelos alunos no ano 2014**



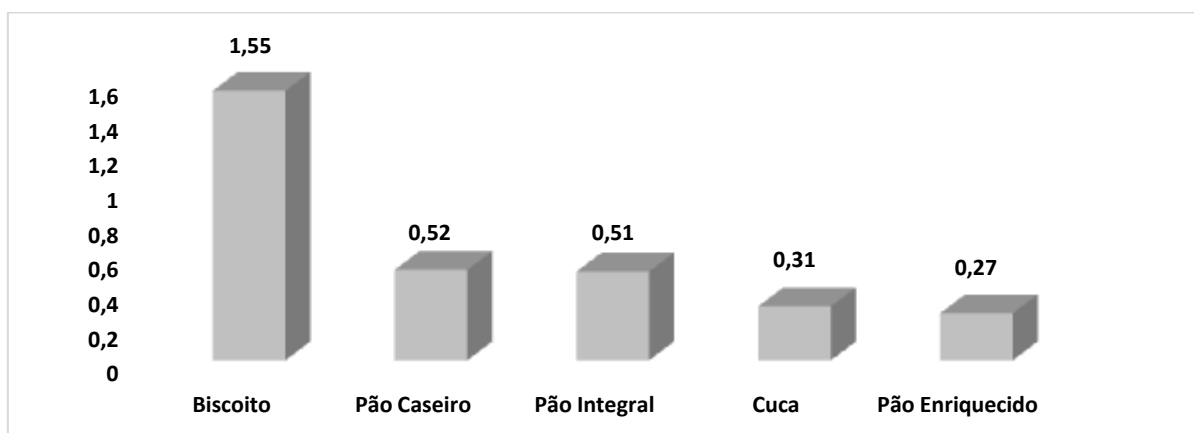
A tabela 2 destaca os produtos processados. Esses produtos são gênero de panificação fabricados pelas mulheres da Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara, nas cozinhas comunitárias, onde as mulheres têm sua renda com a venda desses produtos. Dos produtos relacionados no gráfico todos são produzidos em quilo, porém existe o Pão de Mel que é produzido em unidades, e por isso não foi incorporado ao gráfico por ter unidade diferente dos demais. No ano de 2014 a quantidade de Pão de Mel foi de 76.636 mil unidades. Isso significa que cada criança consumiu 8,89 unidades de Pão de Mel durante o ano de 2014.

**Tabela 2 – Consumo de cada aluno versus produtos processados – gênero de panificação - no ano de 2014**

<b>Produtos Processados</b>	<b>Total de produtos processados</b>	<b>Quantidade de produtos processados consumido por aluno em KG</b>
Biscoito	13.430,00	1,55
Pão caseiro	4.527,00	0,52
Pão integral	4.424,50	0,51
Cuca	2.750,00	0,31
Pão enriquecido	2.379,40	0,27
Broa de centeio	1.744,20	0,2
Pão de leite	1.129,00	0,13
Pão de sementes	1.006,20	0,11
Pão de milho	478,00	0,05

O gráfico 2 proporciona entendimento dos produtos processados - panificação com maior aceitação pelas crianças nas escolas como: biscoito, pão caseiro, pão enriquecido, pão integral, e cuca. Esses produtos suas mães já os produz em casa e por isso tornou-se bem mais aceito na merenda escolar.

**Gráfico 2 – Produtos Processados – panificação consumidos pelos alunos no ano 2014**



A tabela 3 são exibidos os produtos da classe olerícola, ou seja: legumes, verduras, tubérculos, frutas, etc. Além desses produtos encontra-se ovos, alimento de origem animal, distribuídos em unidades, num total de 62.712; isso significa que cada criança consumiu 7,27 ovos/ano. Esse produto não foi apresentado no gráfico por não estar na mesma unidade de medida dos demais que se encontram na tabela 3. Nessa tabela observa-se a quantidade de produtos da classe olerícola e consumidos por cada criança.

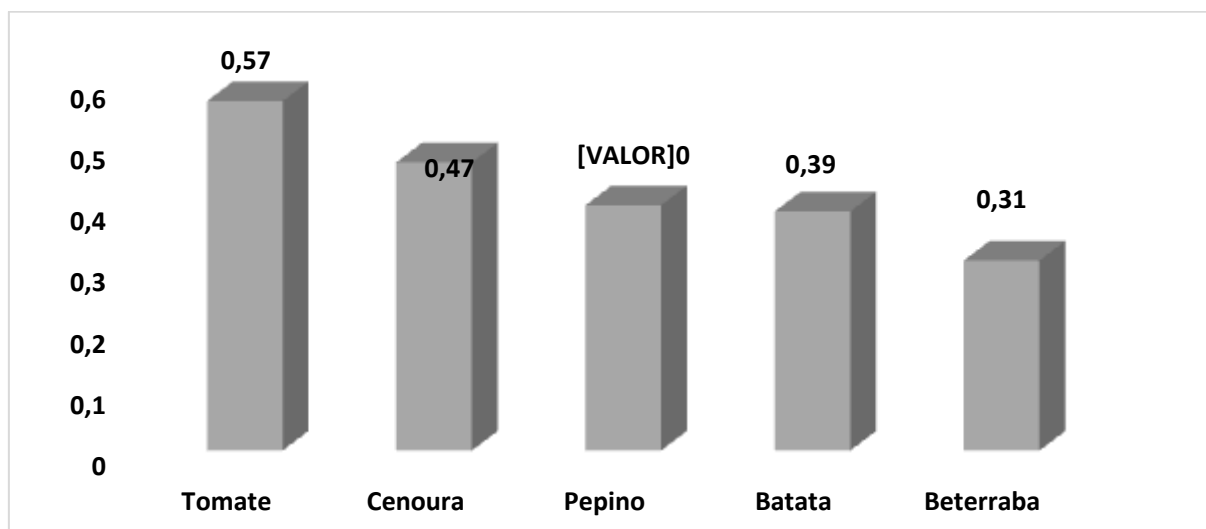
**Tabela 3 – Consumo de cada aluno versus produtos In Natura no ano de 2014**

Produtos	Total de produtos In Natura	Quantidade de produtos In Natura consumido por aluno em KG
Tomate	4.938,90	0,57
Cenoura	4.096,60	0,47
Pepino	3.471,50	0,4
Batata	3.410,00	0,39
Beterraba	2.733,60	0,31
Chuchu	2.122,00	0,24
Repolho	2.097,50	0,24
Vagem	1.984,60	0,23
Abobrinha	1.871,50	0,21
Brócolis	1.565,00	0,18
Acelga	1.240,00	0,14
Alface	881,10	0,1
Couve Manteiga	742,00	0,08

Couve-Flor	607,50	0,07
Mandioca/Aipim	590,00	0,06
Alface Americana	462,80	0,05
Batata Inglesa	400,00	0,04
Batata Comum	222,50	0,02
Batata Doce	193,50	0,02
Abóbora	157,30	0,01

O gráfico 3 demonstra uma leitura dos produtos da classe olerícola que foram mais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação da cidade d Castro – PR; observa-se que quem obteve maior destaque foram: tomate, cenoura, pepino, batata, beterraba; os demais produtos são importantes mas para essa demonstração só foram considerados os cinco primeiros.

**Gráfico 3 – Produtos In Natura mais consumidos nas escolas no ano de 2014**



#### 4 CONCLUSÕES

Um dos pontos principais para Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ, Santa Clara e Vizinhança na cidade de Castro – PR foi a integração entre a comunidade e os vários segmentos governamentais e sociais.

A contribuição que a economia solidária oferece para a Associação refere-se ao fortalecimento da economia local e/ou desenvolvimento local pela retenção do capital gasto pela Prefeitura no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) dentro da própria região; aumento e diversificação da produção; fortalecimento institucional; redução do êxodo rural pelo ânimo renovado

dos pequenos produtores, principalmente no caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), abertura de novos mercados após o início das vendas para a Prefeitura, investimento na atividade produtiva, garantia de renda tanto para os homens quanto para as mulheres daquela associação, ampliação da qualidade de vida, e aumento da formalização dos agricultores familiares por meio do cadastramento em Programas Governamentais e até mesmo participar de Cooperativas e/ou Associações.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v.15, p.137-157, 1º sem. 1998.

AMISTÁ, M. J. de M. **Programa de alimentação escolar**: perfil dos beneficiários, qualidade e atuação de gestores da comunidade de Guariba. 2013, 174f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo – SP, Piracicaba, 2013.

BRASIL. Portal Brasil. **Merenda escolar utiliza cada vez mais produtos da agricultura familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/merenda-escolar-utiliza-cada-vez-mais-produtos-da-agricultura-familiar>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33)>.

DOMINGUES, M. P. T. S. **Economia solidária**: a economia real do desenvolvimento sustentável. Artigo apresentado no V Colóquio Ibérico De Cooperativismo E Economia Social. Santarém, 2009. Disponível em: <[http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo\\_-\\_Economia\\_Solid%C3%A1ria.pdf](http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo_-_Economia_Solid%C3%A1ria.pdf)>.

EID, F.; EID, R. M. C. O. **Marketing e agricultura familiar**: estudo em uma cooperativa de reforma agrária. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, Ouro Preto, 2003. Anais.

FILHO, G. C. de F. 2008. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local**. Organizações & Sociedade, [S. l.], v. 15, nº45, abr./jun.

FISCHER, T. 2002. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade.

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas.

LISBOA, A. de M. 2005. **Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Pensata, [S.I.], nº3, p.109-115, jul/set.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. 2001. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas.

RUTKOWSKI, J. **Sustentabilidade em empreendimentos econômicos solidários**: outro mundo, outra economia, outra engenharia. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo, 2007. Anais.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ed. Ver. Atual – Florianópolis: UFSC, 2005.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia Solidária e Autogestão**: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA – Mercado de Trabalho, [S.I.], nº 24, p.35-43, 2º sem. 2004.

WINCK, C. A. *et al.* **Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. São Paulo, v.10, p.28-51, 1º sem. 2014.

## RESUMOS

## PROGRAMA MAIS GESTÃO: NOVOS HORIZONTES PARA O CURSO DE TECNÓLOGO DE GESTÃO DE COOPERATIVA DA UFRB

Adriane Carneiro de Almeida<sup>156</sup>; Alessandra B. Azevedo<sup>157</sup>.

A rede de Universidades, organizadas pelo MDA, é formada por 09 (nove) universidades federais e um instituto federal. Ela tem o objetivo de avaliar o programa Mais Gestão nas distintas regiões do Brasil onde é implementada a política pública Mais Gestão e também realizar estudos sobre as cooperativas e demais organizações econômicas da agricultura familiar em todo o Brasil. A iniciativa de assessorar a gestão das cooperativas é uma ação estratégica para a consolidação da Lei 11.947/2009 e todo potencial de mercado que ela abre para as organizações dos agricultores. A gestão nas cooperativas sempre se mostrou como um grande desafio para os agricultores familiares que muitas vezes sem saber como ocorre de maneira empírica toma decisões e é influenciado por elas, o que pode contribuir para o fracasso do empreendimento. Essa realidade é mais presente quando analisamos o acesso de políticas públicas e compras governamentais como PAA e PNAE. Buscando fixar o jovem no campo e estimular que esse jovem cada vez mais esteja engajado na gestão dos empreendimentos, o MDA solicitou a rede que uma das metas seja a elaboração de iniciação profissional no Cooperativismo – “Jovem Cooperativista”. A rede de universidades por possuir cursos de gestão de cooperativista está montando a proposta através de um piloto com os seus estudantes, as ATERs que prestam assessoria para as cooperativas do Mais Gestão e as cooperativas. Os estudantes através de estágios contribuem para a dinamização das rotinas administrativas das cooperativas, o curso se aproxima das ATERs, abrindo mais campo de trabalho para os estudantes e também os discentes participam da elaboração da proposta do “Jovem Cooperativista”. Na UFRB a experiência tem sido muito enriquecedora tanto para os alunos diretamente envolvidos como para o curso que conseguiu se aproximar das ATERs envolvidas no Programa Mais Gestão e vislumbrar outras parcerias. Atualmente existem 10 estudantes do curso de Gestão de cooperativas participando dessa etapa do projeto. A experiência apresentada no pôster partiu de uma metodologia participativa de vivência, onde a estudante durante 8 horas semanais contribui com os desafios administrativos financeiros da cooperativa. Tanto para a sua formação como para a cooperativa tem sido uma experiência enriquecedora.

**Palavras-chave:** Aassessoria técnica de gestão. Programa Mais Gestão. Empreendimento Econômico Solidário.

---

<sup>156</sup> Graduanda em Gestão de Cooperativas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. [Adrianelmaieda01@hotmail.com](mailto:Adrianelmaieda01@hotmail.com)

<sup>157</sup> Doutora em Política Científica e Tecnológica e docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. [abaazevedo@gmail.com](mailto:abaazevedo@gmail.com)

## EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA BREVE ANÁLISE DA ARCO SERTÃO CENTRAL

Euzimar Cordeiro Carneiro<sup>158</sup>

**1 INTRODUÇÃO** - Este trabalho objetiva apresentar uma tipologia econômica pouco praticada, mas, que é muito citada e comentada nos dias atuais, a Economia Solidária (ES). Para isso há uma apresentação, definição e abordagem de suas características, seus componentes, suas fragilidades que a diferenciam da economia capitalista. Também explicitou-se sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e o papel que tais empreendimentos possuem para cumprir os princípios e ensinamentos da ES. Por fim, apresenta-se uma experiência modelo desses empreendimentos, através de uma breve abordagem sobre o Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia. Para realizar essa pesquisa fez-se um recorte bibliográfico dos conceitos e definições da ES e dos EES, como também uma exploração e descrição sobre o objeto estudado, levantando informações pertinentes ao empreendimento, como sua atuação, seus parceiros, seus desafios, seus produtos e serviços, sua comercialização e seus resultados.

Metodologicamente o trabalho caracteriza-se de natureza qualitativa, em conjunto com uma pesquisa descritiva que determinou todas as características do fenômeno estudado e também uma pesquisa exploratória a fim de aumentar a familiaridade com o caso, explicando seu processo e conceitos. O caso estudado foi de uma Central de Cooperativas de Comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária que fica situada no município de Serrinha- BA, mas, que abrange quase toda Bahia. Optou-se por esta instituição econômica solidária por ser uma experiência piloto no estado quando falamos em comercialização, prestação de serviços, e formação na área temática do trabalho..

**2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** - É consenso que o modo de produção capitalista em seu processo incessante na busca do lucro gera enormes desigualdades e inúmeros problemas. É consenso também que o mesmo não resolve ou não se interessa por resolver parte dos problemas da nossa sociedade e muitas alternativas vêm sendo alimentadas neste sentido em pequenos, médio e grande parte de algumas localidades. A Economia Solidária (ES) segue princípios que permite a execução de um comparativo com as bases fundamentais de um país, são elas: a democracia, solidariedade, cooperação, equidade, valorização do meio ambiente, valorização do trabalho humano, valorização do saber local, igualdade entre os gêneros, geração, etnia e credo, além da autogestão. Todos esses pontos fortificam o processo de desenvolvimento vivido por nós.

Em outras palavras economia solidária, é um conjunto de iniciativas e decisões praticadas por um coletivo, tendo como principal objetivo a valorização do ser humano e de seu habitat. É outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER, 2002).

---

<sup>158</sup> Graduando em Administração da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI – Serrinha-BA - E-mail: euzimarmoraes@hotmail.com



Barbosa (2007) acredita que a economia solidária é uma forma de precarização do trabalho, ou seja, é uma contenção que traz a perda dos direitos trabalhistas como também intensifica a desigualdade social por oferecer empregos de qualidade contestável e não ter uma proteção social garantida para os trabalhadores. A autora ainda evidencia as contradições que segundo ela, a economia solidária vem a ter. Uma delas é a circunstância de que os empreendimentos de economia solidária estão submetidos ao sistema capitalista por esse possuir suas normas de funcionalidade, o que vem a dominar o funcionamento dessas organizações solidárias. A autora explana ainda, que o mercado abrange todos os espaços sócios econômicos e que por isso quem reside no seu entorno está sujeito a julgamento das ações que venham a ser tomadas. Barbosa (2007) ainda explana que a Economia Solidária têm intenções apreciáveis, mas que suas estratégias e definições não são externadas de maneira objetiva e convincente, como também não identifica a supremacia e a capacidade que o capitalismo tem.

Os empreendimentos econômicos solidários e todos seus vínculos são organismos de impulsão e extensão da economia solidária, portanto, são vias de promoção da comercialização de produtos e serviços de forma justa e solidária, do intercâmbio de informações para formação política cidadã dos indivíduos como também da prática do bem estar ou do bem viver, que representa principalmente a emancipação subjetiva e autonomia das pessoas, isso não significa dizer que tais organizações tenham como objetivo o embate as empresas capitalistas nem ameaçar de fato o próprio capitalismo, mas sim a articulação de ações alternativas na busca pelo desenvolvimento qualitativo da sociedade.

Gaiger (2003, p.135) descreve que “Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade”.

**3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS** - O trabalho foi realizado levando em consideração a experiência de um Empreendimento Econômico Solidário do setor comercial que está organizado em forma de uma Cooperativa. A ideia de constitui uma central de cooperativas partiu das ações da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – ARCO SERTÃO BAHIA, uma entidade não governamental que atua desde dezembro de 2002, sendo composta por EES (cooperativas e associações), que tem como finalidades entre outras articular, integrar e representar as organizações identificadas com processos de desenvolvimento local e sustentável; promover a inclusão social e econômica através da incorporação baseada nos princípios da ES; Promover e apoiar processos de comercialização solidária; Contribuir na constituição de espaços próprios que atendam as necessidades de comercialização das filiadas. Dentro do contexto dos dois últimos objetivos citados que se pensou na criação de um local onde os empreendimentos filiados e parceiros pudessem ter o apoio a comercialização, através de um espaço que se pudesse escoar a produção, uma base de serviço para prestação de serviços de embasamento a gestão, produção e formação e uma representação política institucional em busca de medidas públicas de apoio aos EES, criou-se a Arco Sertão Central..

A Arco Sertão Central, mesmo com seu pouco tempo de atuação, 03 anos, já tem trazido contribuições significantes. Antes, as prefeituras e escolas estaduais da região tinham enormes dificuldades para atingir o mínimo de compra (30%) exigido por lei para merenda escolar, pela falta de EES que atendessem a demanda quantitativa, além de cumprir essa demanda, o armazém consegue suprir a pirâmide

alimentar devido sua variedade de produtos, com isso se alcança também a ampliação do acesso a mercado pelos EES cooperados e parceiros, de tal forma, vindo a incrementar a renda familiar das famílias.

Outro resultado de importante menção é a divulgação que se é conseguida para a agricultura familiar e economia solidária quando se alcança esse crescimento da comercialização. Se referindo a contribuição educacional direcionada para os empreendimentos cooperados, diversos cursos de qualificação são oferecidos em consorcio, com a finalidade de injetar conhecimento administrativo e melhorar a produção, servindo de alicerce para os mesmo conseguirem se comportar e atingir sua sustentabilidade perante um mercado tão competitivo e seletivo.

**4 CONCLUSÕES** - Observando a experiência da Arco Sertão Central, é possível notar que o gargalo dos EES é a comercialização, pelo fato de que a maioria não possui infraestrutura adequada para atender a demanda de um mercado que de qualquer maneira é baseado no capital, o advento de uma organização desse tipo vem a suprir as necessidades fins desses empreendimentos singulares, ou seja, o apoio à comercialização.

O caso estudado demonstrou ser uma experiência que apesar das dificuldades, vem a ser de teor positivo, tanto comercialmente como socialmente, por atender as demandas de seus cooperados e também servir de interlocutor de relações institucionais com as esferas governamentais. A cooperativa hoje atende seus objetivos. Finda-se então que a economia solidária e seus empreendimentos vêm a serem canais de aprendizado subjetivo e coletivo que podem ser usado para desenvolvimento de uma sociedade, levando em conta que a partir do empoderamento educacional, político, econômico e social pode se garantir o crescimento de um município, estado, país ou nação.

**Palavras-Chave:** Empreendimentos Econômicos Solidários. Economia Solidária. Desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. *A Economia Solidária Como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. *Empreendimentos Econômicos Solidários*. In: CATTANI, A. D. (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Ed. Veraz, 2003. P.306.

LIMA, M. I. R. *Economia Solidária e Vínculos*; Prefácio de Paul Singer. São Paulo: Ed. Ideias & Letras, 2013.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária* – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

## A COMUNICAÇÃO DAS LUTAS POPULARES: OS DESAFIOS DO MOC PARA FORTALECER A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL

Lino Carneiro Junior

A presente pesquisa analisa o Programa de Comunicação desenvolvido pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) no Território do Sisal, enfatizando as alternativas criadas e os desafios para tentar garantir o direito à comunicação. Lança-se assim o olhar para uma comunicação comunitária feita por grupos excluídos que enfrentam a realidade de maneira desigual, mas com os meios e recursos possíveis fazem uma comunicação alternativa para fortalecer a superação das desigualdades sociais, econômica, políticas e também comunicacionais. O estudo avalia ainda as políticas públicas de comunicação implantadas no Território do Sisal a partir de 2003, elencando pontos do debate sobre a democratização da comunicação. Serão analisadas publicações, peças, programas (rádio e tevê) e outros materiais de comunicação produzidos por grupos populares acompanhados pelo MOC. Utiliza o modelo de pesquisa-ação para investigar a realidade social indicada e tentar realizar uma possível intervenção. A ideia é contribuir com a transformação da realidade pesquisada, dialogar e criar espaços de participação e construção coletiva que possibilitem a interação entre o pesquisador, a entidade estuda e os grupos populares/comunitários. Seguindo os ensinamentos de *Carlos Rodrigues Brandão, o que se quer é uma compreensão a partir da teoria e da prática, mas criando solidariamente e nunca impondo partidariamente conhecimentos e valores*. Assim, faz-se necessário utilizar alguns procedimentos e articulação de canais de diálogo e participação, como por exemplo a revisão de literatura, montagem de referencial teórico, análise dos documentos, relatórios, fotografias, sites, blogs, revistas, periódicos, programas e planejamentos, organização e avaliação do material produzido/colhido ao longo da pesquisa para apresentação dos resultados, criação de círculos de diálogo com movimentos populares e organizações comunitárias. Pretende-se propor (intenção) a realização de um Planejamento e a construção de um Plano Territorial de Comunicação Comunitária para a região Sisaleira. Referências como o professor Boaventura de Sousa Santos são essenciais para o amadurecimento de ideias e construção de alternativas frente aos modelos estabelecidos pelo sistema capitalista. Não só ele, mas autores que compõe muitas das suas obras e que discutem a ligação entre lutas locais e construam solidariedades globais para permitir o compartilhamento de experiências e o desaparecimento da atomização das classes subordinadas e suas lutas. Ao focar na nas organizações populares, seus desafios, práticas e políticas, predende-se recorrer a autores (as) como Cecília Peruzzo que ultrapassam o debate sobre o direito à informação.

**Palavras-chave:** Comunicação comunitária. Planejamento territorial. Participação popular.

### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura** — poder da identidade. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.2.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PERUZZO, Cicila M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.(a).

## **PAA: MECANISMO PARA A SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CONCEIÇÃO DA FEIRA- BA**

**Maria de Fátima Costa Santana Marinho<sup>159</sup>; Tania das Graças de Souza  
Teixeira<sup>160</sup>**

Esse artigo é dedicado ao análise da agricultura familiar no município de Conceição da Feira-Ba, com objetivo de compreender a relação político-social da agricultura familiar e a sua contribuição para comunidade escolar do município. Discutir como as políticas públicas do governo federal contribuem para que os pequenos agricultores se desenvolvam economicamente e tenha acesso aos benefício do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para aumentar a sua produtividade. Compreendendo que através do (PAA), eles possam vender seus produtos por meio dos Programas de incentivo do governo, que ajuda na manutenção do pequeno agricultor no campo, Programas como o (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar, que compra 30% da merenda escolar dos agricultores familiares, segundo a lei 11.947/2009. Esta pesquisa é de caráter metodológico teórico-empírico e exploratório, descritivo-interpretativo, pois pretende-se conhecer como as pessoas organizam o meio em que estão inseridas, a partir da convivência e das suas opiniões a ele consideradas. Sendo assim, é possível analisar de que forma a Agricultura Familiar vem atuando no abastecimento da merenda escolar no município de Conceição da Feira a partir do ponto de vista dos seus agricultores. Neste estudo foi adotada as observações, pois segundo Lüdke e André (1986, p. 26), “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma vantagem. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno “Ver para crer” diz o dito popular, junto com entrevistas não-estruturadas como instrumento de coleta de dados, e pesquisa exploratória bibliográficas. Desta forma conclui-se que através desse processo e a inclusão de programa, tem como um estudo importante de forma qualitativo do município de Conceição da Feira – BA, tendo na região associações de agricultor familiar que atende as escolas do município e é incentivada por programas que dão subsídio aos

<sup>159</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Geografia (UEFS)

<sup>160</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Geografia (UEFS)

agricultores estabelecido pelo programa federal “PRONAF” e o (PNAE), sendo regido por leis que estabelece que 30% da compra da merenda escolar, seja feita pela agricultura familiar, tendo caráter social. Ressaltar que os incentivos do governo garante a evolução social e econômica dos agricultores familiares, e através dessas alternativas de produção e comercialização de alimentos abrindo-se um espaço para essa classe de trabalhadores rurais. Permitindo assim a criação de cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima produtores e consumidores, fortalecendo as relações sociais, e valorizando as diversidades produtivas e atendendo às necessidades das instituições públicas.

**Palavras-chave-** Agricultura Familiar, PNAE, PAA.

## REFERÊNCIAS

**Agricultura e Abastecimento alimentar:** políticas públicas e mercado agrícola. --- Brasília: Conab, 2009.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BUAINAIN Antônio Márcio, ALVES Eliseu, SILVEIRA José Maria da , NAVARRO, Zander . **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado:** discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, 2004, vol. 14, n. 28, p. 139-152.

GUANZIROLI, Carlos E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** [et al.]/ Rio de Janeiro Garamond, 2001.

GONÇALVES , Wescelau Neto. **Estado e agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** São Paulo: Embrapa, 1999.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: Comparação internacional.** Campinas: UNICAMP, 1998.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **O governo Lula dá adeus à reforma agrária. Brasil de Fato,** São Paulo, 22 dez 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3444>>. Acessado em: 15-10-2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2ª edição- São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

SANTOS, Jose Antonio Lobo dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural de Feira de Santana**. Feira de Santana, Ba, UEFS Editora, 2009.

SCHENEIDER, S.A. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, Nº 51, São Paulo. 2003.

SILVA, Jose Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2 edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ZANDER Navarro, PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar / Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. P. 248 – (Texto para Discussão / Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, ISSN 1677-5473 ; 42).**

## **TURISMO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE NO POVOADO CRASTO – SE**

**Natália Pinto da Silva<sup>161</sup>; Prof<sup>o</sup> Msc. Joab Almeida<sup>162</sup>; Prof<sup>a</sup> Msc. Lillian Maria de Mesquita Alexandre<sup>163</sup>**

Muitas vezes associado como fonte de emprego e renda, e gerador de divisas, o turismo, assim como qualquer atividade econômica, pode trazer impactos positivos ou negativos aos atores nela envolvidos, o que gera a necessidade de um planejamento eficiente e eficaz na minimização dos prejuízos e potencialização dos benefícios em seu desenvolvimento. Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso da autora surge com o objetivo de verificar a viabilidade da utilização do turismo como ferramenta de Inclusão Social no povoado Crasto, no município do Santa Luzia do Itanhi – Sergipe. Localidade de grande riqueza natural e cultural, que vem recebendo diversos investimentos em busca da estruturação da atividade turística, mas que sofre com a pobreza e falta de acesso aos serviços básicos por parte da comunidade nativa. Os objetivos específicos do trabalho são mapear as

---

<sup>161</sup> Graduanda em Turismo na Universidade Federal de Sergipe; Técnica em Turismo e Hospitalidade - Instituto Federal de Sergipe; Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa Turismo, Território e Cultura e ANTUR - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo.

<sup>162</sup> Professor Orientador; Professor do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Mestre em Geografia pela UFS; Especialista em Gestão Pública pela UFS; Graduado em Turismo pela UNIT. Atua nas linhas de políticas públicas e análise regional do turismo.

<sup>163</sup> Professora Co-Orientadora; Professora do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe; MBA em Turismo: planejamento, gestão e marketing pela Universidade Católica de Brasília; Pós graduação em Educação a Distância pelo SENAC Nacional; Graduação em Turismo pela Universidade Tiradentes; Coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Turismo – LEITur.

características sociais, econômicas, ambientais, culturais e turísticas da comunidade; analisar a relação entre visitante e visitado na e para a comunidade; identificar o grau de protagonismo comunitário existente na comunidade; e criar estratégias que utilizem o turismo como ferramenta de inclusão. A metodologia utilizada para alcançar estes objetivos serão as pesquisas exploratórias e historiográficas com fontes bibliográficas e documentais; entrevistas semiestruturadas com figuras estratégicas a ser documentadas tendo como recursos tecnológicos a fotografia e o gravador digital de voz; a observação direta participante, com desenvolvimento de diário de campo, além do registro fotográfico, e entrevistas com a comunidade local; e análise dos dados levando em consideração as dimensões da sustentabilidade através da matriz SWOT para avaliar a (in)viabilidade da utilização do turismo como ferramenta de inclusão na comunidade referida. As principais perspectivas desde estudo em desenvolvimento são entender a dinâmica local afim de observar se o turismo pode ser inserido naquela comunidade, e se os investimentos que a localidade vem recebendo das iniciativas públicas e privadas estão sendo empregados de maneira eficiente, além dar base a um projeto a ser desenvolvido posteriormente, que buscará viabilizar o planejamento e implementação do turismo com a finalidade de trazer inclusão à comunidade local.

**Palavras-chave:** Turismo. Planejamento. Inclusão.

## REFERÊNCIAS

CORIOLOANO, L. N. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. T. (Org.) **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Editora FUNECE, 2003.

FALCÃO, M. C. GÓMES, C. P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma Proposta Teórica de Adequação do Modelo de Ciclo de Vida de Áreas Turísticas às Dimensões da Sustentabilidade. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, Vol. 14 – nº 13, p. 304 – 321, set-dez 2012.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 13. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

## RELATOS DE EXPERIÊNCIA



## REDE DE HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS E LITÚRGICAS - RHOL

Relato de experiência apresentado na sessão 01 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária 1

Responsáveis pela apresentação: **Alcides Jorge Carvalho dos Santos e Luciana da Silva Souza** (equipeawa@gmail.com/ facebook projeto Rhol)

A RHOL envolve terreiros de candomblé situados em Salvador, Lauro de Freitas, Itaparica, Dias D'Ávilas, Camaçari e volta sua atenção para o cultivo de plantas medicinais e litúrgicas, a partir dos princípios da agroecologia, assim como para o beneficiamento das plantas para a produção de sabonetes, xampus, velas aromáticas, azeite de dendê etc. e reciclagem de resíduos.

No relato, apresentaram-se os terreiros de candomblé envolvidos nas atividades da rede e destacou-se que a intolerância religiosa resulta numa visão distorcida acerca da religião e das práticas culturais envolvidas, o que dificulta a divulgação dos trabalhos da Rede e dos grupos devido às poucas oportunidades encontradas.

Apresentaram-se, ainda, os espaços de formação oportunizados aos grupos pela Rede e as etapas do projeto que já foram concluídas (capacitação, coleta de solo, implantação de viveiros de mudas, produção de mudas).

Foram expostos durante a apresentação sabão líquido e em barra, mudas de plantas medicinais e outros produtos envolvidos no projeto.

## PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NA BACIA DE CAMPOS – FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA – PEA FOCO

Relato de experiência apresentado na sessão 01 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária 1

Responsáveis pela apresentação: **Maria Odete da Rosa Pereira, Nailda Romão Flor e Jaqueline de Freitas Gonçalves** (transformarconsultoria@gmail.com)

O Projeto é desenvolvido em conjunto com 09 comunidades pesqueiras dos municípios de São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro.

A metodologia adotada envolve reuniões comunitárias, municipais e regionais, ações formativas, seminários, oficinas etc. visando à organização comunitária para acesso às políticas públicas e aos direitos fundamentais.

O projeto objetiva em especial envolver grupos de mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca no norte fluminense, e que até então se consideravam invisíveis, pretendendo contribuir nas suas conquista no acesso aos seus direitos na política pesqueira e também a auto-organização dos grupos enquanto comunidade pesqueira. Objetiva-se, ainda, a construção de uma cozinha comunitária.

Apresentaram-se como realizações do projeto a conquista das carteiras profissionais de pesca pelas marisqueiras, a organização de uma associação de defesa dos direitos (AMA PEA FOCO), a organização dos núcleos comunitários, núcleo municipal e regional e a aquisição de duas cozinhas pedagógicas através do Plano de Compensação da Atividade Pesqueiras PCAP, política do licenciamento ambiental federal do petróleo e gás.

Durante o relato, apresentou-se livro de culinária confeccionado no âmbito do projeto.

## PROJETO FEIRA PRODUTIVA

Relato de experiência apresentado na sessão 02 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária 2

Responsáveis pela apresentação: **Gerinaldo da Silva Lima**  
(gerytutto@hotmail.com) e **Daniela Lemos Oliveira** (dani.malu07@hotmail.com)

Trata-se de Projeto desenvolvido no âmbito do Poder Executivo de Feira de Santana, com recursos do MTE/SENAES, que objetiva acompanhar Empreendimentos Econômicos Solidários na Zona Rural e Urbana no âmbito do município.

Durante o relato, apresentado por técnicos do Projeto, informou-se que o projeto visa a potencializar, introduzir os conceitos, metodologia e práticas da economia solidária, de modo a proporcionar melhorias na qualidade de vida dos cooperados e associados dos empreendimentos. Além disso, o projeto fomenta o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário do município, capacitando agentes e técnicos de empreendimentos solidários, oferecendo atividades sistemáticas de assessoria técnica, estimulando iniciativas de finanças solidárias por meio da constituição e fortalecimentos de microcrédito produtivo e orientado e fornecendo máquinas e equipamentos às iniciativas. Ainda como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, o projeto visa a superar a extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda, possibilitando a criação de novos postos de trabalho e implantando espaços físicos multifuncionais que favoreçam a comercialização.

## INSTITUTO PACATU

Relato de experiência apresentado na sessão 03 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária: políticas públicas de educação

Responsáveis pela apresentação: **Roberto Francisco Coutinho de Jesus**  
([www.facebook.com/institutopacatu](http://www.facebook.com/institutopacatu))

A associação *Instituto Pacatu* oferece *Cursinho Pré-vestibular Solidário*, cursos preparatórios para concursos, aulas de violão e “aulão” de Física através de parceria com a Uefs, no âmbito do município de Santa Bárbara.

Relatou-se que toda a equipe do Instituto é composta por voluntários, desde quem faz a limpeza à equipe da diretoria, assim como os professores, que doam um pouco de seu tempo por acreditarem no ideal do projeto.

O *Cursinho Pré-vestibular Solidário*, com apenas um ano de existência do Instituto, atende muitos jovens afro-descendentes de baixa renda, em situação de vulnerabilidade. Dentre os alunos, dois foram aprovados no vestibular da Uefs. Outros também ampliaram seus horizontes e se dedicaram a outros cursos, em busca de uma melhora de vida. Após o cursinho, muitos alunos se sentiram motivados a continuar a estudar.

Ressaltou-se que na cidade de Santa Bárbara não há nenhum outro curso pré-vestibular ofertado, o que exige que muitos estudantes tenham que se deslocar para outras cidades em busca da preparação para o vestibular, sendo este, portanto, um obstáculo intransponível para a população de baixa renda.

## COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE IRARÁ/ BAHIA

Relato de experiência apresentado na sessão 03 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária: políticas públicas de educação

Responsável pela apresentação: **Andréa Marques Santos** (portdea@yahoo.com.br)

A Coordenação de Educação de Jovens e Adultos do município de Irará está vinculada à Secretaria de Educação do município, sendo responsável por articular as ações realizadas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA dentro do município, totalizando 30 turmas urbanas e rurais, que envolvem aproximadamente 922 estudantes.

Seu principal objetivo é desenvolver ações que proporcionem uma Educação de Jovens e Adultos emancipatória e comprometida com formação de sujeitos atuantes na sociedade. Em tal contexto, pontuou-se que o trabalho com Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos tem a pretensão de configurar-se como uma nova experiência social para os estudantes, na medida em que estimula uma forma de resistência à lógica dominante.

A partir das escutas dos próprios professores uma série de atividades foram desenvolvidas para oportunizar aos estudantes um diálogo sobre o mundo do trabalho, apresentando-se formas possíveis de geração de trabalho e renda em que eles poderiam ajudar não só seus familiares, mas também a comunidade onde vivem. Dentre estas atividades, destacaram-se: rodas de conversa sobre economia solidária, visitas, oficinas profissionalizantes, encontros com integrantes de grupos de Economia Solidária, realização de feiras dentro das escolas com os produtos construídos e apresentados pelos alunos. Os professores trabalharam em sala de aula com vídeos, textos relacionados ao trabalho da Economia Solidária, pessoas ligadas aos movimentos sociais que fizeram debates sobre alimentos da agricultura familiar e empreendedorismo.

Conclui-se que tais práticas pedagógicas permitem construir as bases para uma outra economia através da escola.

## PROJETO ZÉ DAS CONGAS

Relato de experiência apresentado na sessão 03 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária: políticas públicas de educação

Responsáveis pela apresentação: **Marcicleyde dos Santos Costa**  
(marcicleydy@gmail.com) e **José Pereira dos Santos (Zé das Congas)**

O Projeto, organizado na forma de uma associação, e sediado no Bairro Rua Nova, em Feira de Santana, desenvolve atividades culturais, com ênfase na construção de instrumentos musicais artesanais de origem afro-brasileira e indígena, inclusive a partir de material reciclável, e no ensino de música.

No relato apresentou-se um histórico do projeto, que teve início no ano de 2000. A partir da demanda de jovens do bairro periférico Rua Nova, o projeto passou a fazer um trabalho cultural e social, promovendo o ensino de fabricar e de tocar instrumentos de percussão, atendendo inicialmente cerca de 50 pessoas. Através de exposição do trabalho em instituições de ensino, surgiu o convite para uma parceria com o programa social da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, oferecendo-se assim uma alternativa de ocupação e estimulando-se as crianças para o contato com a cultura afro-brasileira através da música. Hoje o projeto envolve uma vasta comunidade de jovens e estudantes em bairros periféricos e distritos da cidade de Feira de Santana.

Atualmente o projeto é apoiado pelo Projeto Feira Produtiva além de outras parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Social, através dos CRAS dos bairros Santo Antônio dos Prazeres e Aviário, Distritos de Tiquaruçu e Tanquinhos, também com a Fundação Egberto Costa, com Escolas Públicas Estaduais através do programa MAIS EDUCAÇÃO, e com a Secretaria de Educação do Estado através do projeto Ponto de Cultura.

## RAÍZES DO SERTÃO

Relato de experiência apresentado na sessão 04 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária: políticas públicas

Responsáveis pela apresentação: **Fagner dos Santos Falcão**  
(falcaofgn@gmail.com) e **Maria Aparecida Pereira da Silva**  
(mapsilva21@gmail.com)

Trata-se da experiência de grupo produtivo formado por 19 mulheres da Comunidade Curral de Varas, distrito de Morrinhos, do município baiano de Guanambi, dedicado ao beneficiamento da mandioca e à produção de bolos, biscoitos, beiju e pão de mandioca.

O relato foi apresentado por técnicos do CESOL do Território Sertão Produtivo, que destacaram a importância do Centro Público de Economia Solidária no desenvolvimento do empreendimento, salientando que o desenvolvimento da iniciativa veio como alternativa para as mulheres que trabalhavam com agricultura e que perderam parte de suas terras em razão da implantação de um parque eólico na região.

Pontuou-se que um dos principais resultados da iniciativa foi a maior autonomia das mulheres, tanto financeira como na proposição e participação nos espaços públicos. A geração de renda foi outro aspecto importante, que influenciou a criação de outras atividades de produção coletiva na comunidade.

Atualmente o grupo comercializa no Mercado institucional por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

## RECORTES - REDE DE COSTURA DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Relato de experiência apresentado na sessão 05 do GT03 –Economia Popular  
Solidária e o Direito

Responsáveis pela apresentação: **Vera Lúcia Tolentino de Carvalho**  
(vjtolentino.carvalho@gmail.com)

A Rede Recortes reúne dez grupos produtivos que trabalham com costura, artesanato, “eco bijoux” e alimentação na região metropolitana de Salvador, tendo sido constituída em 2010. Conta com cerca de 100 associadas(os), na sua maioria mulheres negras, residentes em bairros periféricos, com baixa escolaridade e baixa renda. Tem recebido o apoio técnico-pedagógico das incubadoras da UFBA, UNEB e UCSAL.

Em sua constituição a Rede Recortes objetivou a capacitação técnica para associados e comunidade, equipamentos para os empreendimentos, capital de giro, material para divulgação, sitio eletrônico, vídeo historia dos empreendimentos, barracas para feiras etc.

No relato, a apresentadora, artesã integrante da rede, pontuou como pontos positivos da experiência de organização dos grupos em rede a possibilidade de compras coletivas de matéria-prima, com maior poder de negociação, mais facilidade para comercialização, divulgação e acesso ao crédito, o incremento do volume da produção, a maior possibilidade de formação, tanto destacando as vantagens para a contratação de capacitação técnica (“é mais fácil fazer uma capacitação envolvendo muitos grupos que para poucas trabalhadoras, fica mais caro”), quanto a troca de aprendizado entre os(as) próprios(as) artesãos(ãs) (exemplificando com as dificuldades de operar os equipamentos, como máquinas de costura, lembrando da pouca qualidade dos manuais de instrução, muitas vezes escritos em língua estrangeira, sendo muito válida a troca de experiência adquirida por cada costureiro(a)).

Apresentando, em contraste, os desafios a enfrentar, pontuou a dificuldade das relações interpessoais, da divisão do trabalho, os pequenos ganhos do trabalho, a dificuldade de acesso a crédito e a “cultura de ser mandado”, “de não



decidir porque dá trabalho”. Pontou, ainda, a demora no pagamento no caso de contratações pelo poder público.

Falando sobre a formalização dos grupos produtivos, também destaca que, como tudo, é positiva por um lado (como a criação de melhores oportunidades de comercialização dos produtos), mas, por outro envolve, um custo excessivo e grandes dificuldades para enfrentar a “sopa de letrinhas” da burocracia e dos tributos exigidos pelo poder público. Chama atenção para a grande utilidade que teria uma cartilha que simplificasse a informação sobre tais pontos.

De forma muito interessante, pontua ainda que a Rede, ao tempo que fortaleceu os grupos, muitas vezes faz as dificuldades saírem “do micro para o macro”, demonstrando como as questões que envolvem o trabalho coletivo autogestionário ainda estão a demandar muita reflexão.

## **CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB**

Relato de experiência apresentado na sessão 06 do GT03 – Sociedade, Estado,  
Economia Popular Solidária:: o espaço rural

Responsáveis pela apresentação: **Francisco Alves Teixeira (Sr. Tico)**, **Leandra Pereira da Silva** (leandra.asaconquista@gmail.com) e Ricardo Alves **D’Onófrío** (ricardo.cedasb@gmail.com )

A iniciativa envolve agricultura baseada nos princípios agroecológicos, assistência técnica e extensão rural, resgate de sementes crioulas, criação de bancos de sementes, reaplicação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido. Localiza-se na Comunidade de Bom Jesus de Cima, Zona Rural do município de Bom Jesus da Serra, Bahia.

Teve início em 2013, a partir de um intercâmbio promovido pelo CEDASB por meio do Projeto *Uma Terra e Duas Águas – P1+2*, desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, em que foram visitadas tecnologias sociais para

captação de água para produção de alimentos e bancos de sementes no município de Araçuaí - MG.

Relatou-se, então, que foi assim que Dona Jessi encantou-se pela proposta dos bancos de sementes e decidiu compartilhar experiência com a Associação de Moradores da Comunidade, onde ela era a Presidente. Todos se animaram com a ideia, mas o Sr. Tico foi logo colocando a mão na massa e construiu em sua casa um “comodozinho”, para iniciar o banco de sementes. A iniciativa, ora particular, logo se transformou em coletiva, e foi hora de começar a fazer a organização das sementes e buscar doações para o banco.

A comunidade já tinha tradição em guardar sementes de milho, feijão e fava. Todavia, com a criação do banco, foram chegando novas variedades e novos tipos de sementes. Além disso, passou a contar com uma infraestrutura mínima com prateleiras e garrafas para a armazenagem de forma organizada.

Hoje o banco de sementes comunitário da comunidade de Bom Jesus de Cima tornou-se referência. Muitos agricultores e agricultoras de outros estados e municípios visitam a experiência a fim de replicá-la em suas comunidades de origem. O diferencial dessa experiência não está apenas no produzir, conservar e multiplicar sementes, está no resgate da importância das sementes para as populações e na paixão que as famílias passaram a ter pelas sementes. As famílias do grupo estão produzindo suas próprias sementes e abdicaram das variedades comerciais, o que, além de representar uma redução dos gastos, confere-lhes maior autonomia, ou seja, a não dependência das variedades híbridas comercializadas, o que lhe assegura o potencial emancipatório.

A constituição do atualmente denominado *Banco de Sementes dos Sonhos*, vem contribuindo de forma decisiva para o resgate de sementes crioulas e para a conservação da biodiversidade na região. As famílias envolvidas já se mobilizam para a criação de um viveiro coletivo de mudas de árvores nativas de diversidades de sementes que foram trazidas de outras comunidades a fim resgatarem variedades e promoverem sua multiplicação.

A envolvente apresentação do relato foi muito elogiada pelos participantes do Grupo de Trabalho, destacando-se o relato do Sr. Tico, fotografias e amostras das sementes.

A experiência é indicativa da importância do debate da soberania alimentar.

